

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

MÁRIO MÉDICE BARBOSA

ENTRE A FILHA ENJEITADA E O PARAENSISMO:
AS NARRATIVAS DAS IDENTIDADES
REGIONAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE

DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL

SÃO PAULO

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA SOCIAL

MÁRIO MÉDICE BARBOSA

ENTRE A FILHA ENJEITADA E O PARAENSISMO:
AS NARRATIVAS DAS IDENTIDADES
REGIONAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE

DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL

SÃO PAULO

2010

MÁRIO MÉDICE BARBOSA

ENTRE A FILHA ENJEITADA E O PARAENSISMO:
AS NARRATIVAS DAS IDENTIDADES
REGIONAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História Social da Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do
título de Doutor em História Social, sob a orientação
da Prof. Dr^a Estefânia Canguçu Fraga.

SÃO PAULO

Março de 2010

BANCA EXAMINADORA

À Maria das Graças.

À Ana Smith.

Agradecimentos

Depois das narrativas, chegou o momento dos agradecimentos. Chegou não é uma palavra tão adequada para a ocasião, porém traduz um momento crucial, porque se refere ao tempo final da escrita, quase na hora do depósito. Portanto, esquecimento, mesmo para quem trabalha com a memória e a história, é quase impossível impedir sua ocorrência. Mas não impede a tentativa de enveredar por uma ação menos injusta.

Ao Programa de Doutorado Interinstitucional PUC-SP/UFPA - DINTER, financiado pela Capes, ao possibilitar minha inclusão através da demanda social.

À orientadora Estefânia Fraga, pela sua gentileza no trato com este trabalho. A distância física foi compensada pela aproximação a partir das orientações no decorrer da construção escrita.

Aos professores, Denise Sant'Anna, Fernando Londoño, Maria Odila, Estefânia Fraga e Maria Izilda, pelos valorosos seminários oferecidos na UFPA.

Aos colegas do curso: LZ, Fabiano, Arthur, Maia, Lobinho, Alves, Eliana, Eliane, Ângela, Ivone e Conceição que engrandeceram as aulas com valiosas contribuições, divertidas e amistosas companhias.

À banca de Qualificação, composta pela prof. Dr^a Rosa Vieira e prof. Dr. Fernando Londoño, pelas criteriosas leituras e elevadas contribuições.

À Betinha, exemplo de secretária, sempre educada e solícita.

Ao Prof. Dr. Pere Petit, que desde a época da graduação foi o grande incentivador da temática sobre o regionalismo. Ao Prof. Dr. Mauro Coelho, que sempre acreditou no sucesso deste trabalho. Ambos, infelizmente, não poderão contribuir na Defesa devido ao impedimento logístico decretado pela instituição. Difícil seria escolher entre os dois para integrar a banca.

Aos que conseguiram contribuir com suas atentas leituras de um ou dois capítulos, mas que se disseminavam pelos demais. Agenor Sarraf e Sidney Lobato são dois inestimáveis amigos que a trajetória acadêmica conseguiu aproximar e unir pelos laços de ternura. Os diálogos foram sempre repletos de sábias palavras.

Aos amigos do IFPA - Campus Castanhal. Aqui, a relação é mais extensa. Edinaldo Feitosa (diretor), Cícero Paulo e Gleice Oliveira (DDE), Andrea Lima, Márcia Brito e Luis Nery (CGE) que em muitas ocasiões acompanharam as angústias a envolver o doutoramento e foram solícitos aos constantes pedidos de liberação para as atividades intrínsecas do curso, em Belém e São Paulo.

Os demais amigos não foram menos importantes: Roberta Coelho, Ângelo Carvalho, Rosana Cardoso, Marcelo Torres, André Barbas, João Tavares, Klewton Adriano, Álvaro, Suzi, Andreinha, Favacho, Welliton, Célia, Romier, Inácia, Gilberta, Edilson, Luis Freitas, Marcelo

Vasconcelos, Damiana, Gilsara e Josi. As palavras de incentivos ou cobranças humoradas continham a alegria de viver de forma prazerosa.

Aos aluno(a)s do IFPA, que muitas vezes suportaram a carga de adrenalina (ou não), inexperiência com o ensino médio ou ausências (ampliadas nos últimos meses) devido aos compromissos fora de sala. Entre o(a)s vários(a)s, podemos eleger uma aluna em especial pela capacidade e simpatia: Franciara.

Às bolsistas Isabelly, Pêola e Vanessa, mesmo voltadas para um projeto específico que versava pela relação presente e passado do Instituto, proporcionaram momentos agradáveis, sobretudo pela possibilidade de pesquisa que um historiador almeja.

Ao bolsista Marcelo Sarraf, pela contribuição com valiosos documentos da grande imprensa.

Em São Paulo, quando de nosso estágio, LZ e Ivone dividiram angústias e fraternos encontros, sempre convictos que venceríamos todos os obstáculos. Ainda em Sampa, o casal que me acolheu, Fábio e Áris, além do Uby, o cão-filho e do baiano-paulista Zezinho. Ao casal amigo Wêdson e Renata e a Goda, a gata-filha, além da paraense Cristiana e família. A paulicéia não seria a mesma sem a convivência de vocês.

Aos amigos da UFPA, Roseane, Gaia e Elias, pela convivência mantida ao longo do tempo.

Aos familiares, embora distantes, estavam permanentes no coração e torcendo pelo sucesso, a começar pelos irmãos, Mirene, Meire, Mirinha, Júnior e Zeca, Miracy (pai). Aos cunhados Osvaldo e Valdo.

O agradecimento especial, não poderia ser diferente, à minha queridíssima e graciosa mãe, Maria das Graças. Esta, é a grande responsável pelo momento vivido. Através de seus carinhos incentivos, Dona Graça proporcionou a serenidade e o apoio necessários nesta nova trajetória, advindas desde a infância. Foi e sempre será a maior professora.

Ao seu Edgar, além dos vários apoios logísticos, por imaginar que já era “dr” desde a seleção, quando me presenteou com um quadro do Paysandu, o Campeão dos Campeões, contendo um antecipado “Dr. Mário”. Nem ousei divulgar no momento, mas sempre mirava esse horizonte.

À dona Nazaré e à cunhadagem, Mariane, Liane, Wilmax e Wagner, pelas contribuições técnicas.

À Ana Smith, esposa e amiga, que acompanhou este trabalho desde sua gênese, é cúmplice dos momentos de tensão e satisfação com o desenvolvimento da escrita. As sugestões, leituras e apoios técnicos, integram várias linhas desta escrita. As palavras de carinho e incentivo, mais do que intrínsecas de sua amável personalidade, tonificavam a pretensão de seguir a caminhada.

RESUMO

As narrativas das identidades regionais na Amazônia paraense serão abordadas neste trabalho, sobretudo quando estão em confronto com o Estado nacional. Referendados na histórica diferença da colonização portuguesa no Grão-Pará em relação ao Brasil e o modo como a Amazônia tornou-se brasileira, intelectuais, lideranças políticas e empresariais denunciaram os interesses da Nação como prejudiciais à região. Considerada uma Filha Enjeitada pelo Brasil, sem autonomia, frustrada pelo modelo de modernização implantado e refutando os preconceitos de inferioridade, a Amazônia, na versão de muitos regionalistas, tinha que ser defendida. Mas não bastava apenas a defesa, a valorização cultural através do paraensismo e amazonidade ganhou relevância como construção das identidades. Os valores do regionalismo, por sua vez, também foram utilizados pelos grupos hegemônicos a fim de ampliar a coesão social e as conveniências particulares, mas com a visibilidade de serem defensores das causas paraenses.

Palavras-Chave:

Identidades, regionalismo, região, Amazônia, paraensismo, amazonidade

ABSTRAT

This paper will cover the narratives of regional identities in the Amazon paraense especially when they are in opposition to the nation state. Basing themselves in the historically different colonial experience of Pará compared with the rest of Brazil and how Amazon became Brazilian, intellectuals, business and political leaders denounced the interests of the nation as harmful to the region. Viewing itself as a *Filha Enjeitada* of the rest of Brazil, without autonomy, frustrated by an externally imposed modernization model and refuting a prejudice of inferiority, the Amazon in the opinion of many regionalists, had to be defended. But a defense was not enough, the cultural revaluation of the *paraensismo* and *amazonidade* became relevant characteristics in the construction of identities. The values of regionalism, in turn, were used by hegemonic groups in order to increase social cohesion and advance special interests while appearing to be defenders of paraense causes.

Key-Words:

Identities, regionalism, region, Amazon, paraensismo e amazonidade

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01:	225
Imagem 02:	226
Imagem 03:	227
Imagem 04:	228
Imagem 05:	228
Imagem 06:	228
Imagem 07:	228
Imagem 08:	228
Imagem 09:	228
Imagem 10:	230
Imagem 11:	230
Imagem 12:	231
Imagem 13:	231
Imagem 14:	231
Imagem 15:	233
Imagem 16:	315
Imagem 17:	316
Imagem 18:	329
Imagem 19:	331
Imagem 20:	336
Imagem 21:	337
Imagem 22:	341
Imagem 23:	345
Imagem 24:	351
Imagem 25:	352
Imagem 26:	354
Imagem 27:	355
Imagem 28:	357
Imagem 29:	366
Imagem 30:	396
Imagem 31:	400
Imagem 32:	405
Imagem 33:	414

SUMÁRIO

<i>FILHA ENJEITADA & PARAENSISMO: Preâmbulo aos ressentimentos e às identificações regionais</i>	12-30
I Capítulo – <i>AMAZÔNIA, A FILHA ENJEITADA DO BRASIL: Intelectuais, modernização e regionalismos</i>	31-87
Um país que não foi	31-48
Em busca da modernidade contra o estigma selvagem	48-54
Entre a modernização e o regionalismo	54-68
Valorizada ou Filha Enjeitada?	68-87
II Capítulo – <i>INTEGRAÇÃO e DESENVOLVIMENTO AUTORITÁRIO</i>	88-125
Operação Amazônia: a militarização na selva	88-98
Sonhos despertados: a tragédia da modernização	98-109
Estado interventor em crise e a continuidade regional	109-118
Conveniências regionalistas	118-124
Fronteira de tensões	124-125
III Capítulo - <i>AMAZONIDADE: Identidades defendidas e valorizadas</i>	126-160
Amazonidade multifacetada	126-139
A moderna tradição amazônica	139-160
IV Capítulo - <i>EM DEFESA DO PARÁ: o complexo de derrotas, a imprensa e o poder</i>	161-238
<i>Derrota</i> como coesão social	161-182
Derrotados, mas a defesa continua...	182-210
Resíduos das <i>derrotas</i> e as novas lutas	210-224
Pará e O Liberal <i>versus</i> Vale: a batalha continua...	224-236
O fazer-se da imprensa regionalista	236-238

V Capítulo – <i>TRINCHEIRAS PARAUARAS: defender e valorizar o Paraensismo</i>	239-293
Orgulho de ser paraense	239-259
O Paraensismo dos belemenses	259-282
Fissuras e dissidências no Paraensismo	282-293
VI Capítulo – <i>LÚCIO FLÁVIO PINTO: O Front Jornalístico em Defesa da Amazônia</i>	294-357
O jornalista, as teias e os fios da história amazônica.	294-309
História: o Estado nacional colonizador.	309-338
Geopolítica nacional <i>versus</i> Ciência regional: a vitória da tragédia colonial	338-357
VII Capítulo - <i>IDENTIDADE AMAZÔNIDA e CULTURA COLONIZADORA</i>	358-416
Amazônia autônoma: <i>um país dentro do país</i>	358-380
Identidade e alteridade	381-387
Companhia Vale do Rio Doce & Eletronorte: os colonizadores	388-397
Ainda não desceram à rinha: as elites regionais	397-412
Intelectual dissidente e maldito, mas imprescindível	412-416
Considerações sobre viagens, narrativas e regionalismos	417-423
FONTES	424-430
BIBLIOGRAFIAS	431-444
BIBLIOGRAFIA: Pará/Amazônia	431-439
BIBLIOGRAFIA GERAL	439-444

FILHA ENJEITADA & PARAENSISMO:
Preâmbulo aos ressentimentos e às identificações regionais

Fico pensando se não seria mais negócio para todos nós, habitantes aqui da região amazônica, trabalharmos para conseguirmos transformá-la em um país. Quem sabe teríamos mais condições de desenvolvimento e de usufruir das nossas riquezas. (...)

Então vamos nos autodeterminar.

Vamos nos tornar independentes, sejamos efetivamente de um país que se chama Pará.

Salomão Laredo¹

A Amazônia é Brasil? A polêmica lançada está longe de ser uma mera retórica no momento da pulverização das identidades nacionais no mundo globalizado. O questionamento envolve uma histórica diferenciação originada nos idos coloniais lusitanos, passando pela tensão durante a construção do Estado imperial brasileiro e com visível continuidade na sociedade republicana, quando exacerbou-se com mais nitidez a questão regional amazônica no formato do Estado-Nação.

O confronto entre o regional e o nacional rompeu qualquer padronização ou arena de disputas. Desde a mais tenra consciência, no início da juventude em Belém, experimentamos uma série de leituras, pronunciamentos, produções visuais ou musicais, instigando à valorização e defesa de uma pretensa identidade amazônida, em particular, paraense. Nessa formação cultural, também estava inserida uma velada, às vezes ácida crítica, aos governantes de Brasília e aos brasileiros do centro-sul, identificados como preconceituosos e colonizadores, que, posteriormente, viemos reconhecer como constitutiva do processo histórico.

A reflexão acima, bem que poderia ser um pronunciamento de alguma liderança política ou empresarial paraense no decorrer do século XIX ou XX, indignada com as ações do governo brasileiro para com os interesses do Pará. Sem grande estranhamento, o artigo foi elaborado pelo literato Salomão Laredo, em 2004, corroborando com aquelas reflexões iniciais. Integrante das narrativas e memórias formadoras das identificações paraenses, o fato não é uma passagem desconexa no curso da história amazônica. Está diametralmente imbricado às construções de

¹ Salomão Laredo é escritor, autor de vários romances a retratar alguns costumes amazônicos. A reflexão no artigo deveu-se à repercussão negativa do projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) em criar uma “superzona franca” na Amazônia, mas que excluía o Pará; assunto a ser desenvolvido no IV capítulo. Ver: O Liberal, Artigo do Dia: “Amazônia, um país”, 12.02.2004, p. 02.

identidades regionais na Amazônia, sobretudo no Pará, em dissonância com a unidade do Estado nacional brasileiro.

A indignação do escritor, que chega ao ponto de pretender a autodeterminação, tornar a Amazônia e o Pará independentes do Brasil, não foi uma prática momentânea e sem referencial histórico. A atitude esteve alicerçada na narrativa formulada por intelectuais amazônidas, em especial paraenses, no decurso do tempo, quando contrariados em seus interesses e conscientes do perceptível privilégio dado a outros membros da Federação brasileira. A historicidade desse regionalismo, externada pela denúncia de permanente *enjeitamento* promovido pelo “padrasto” Brasil, integra o elemento propulsor das identidades em formação, tendo o *paraensismo* a vertente de pertencimento com mais notoriedade.

Desde os primórdios do Grão-Pará, imenso território a abranger a Amazônia portuguesa, os tensos enfrentamentos já demarcavam o interior de suas reconfiguradas fronteiras. Impulsionados e alimentados por referenciais imagéticos inventados², múltiplos projetos de agentes sociais foram elaborados na e para a região ao longo do processo histórico. Integrantes dessa tessitura, as construções imaginárias, contudo, não foram esvaídas em sua totalidade no tempo presente.

A perspectiva e a possibilidade de riquezas naturais apresentadas aos viajantes, logo envolveu disputas pela conquista e colonização entre os séculos XVI e XIX, influenciando diretamente a movimentação de espanhóis, portugueses, franceses, ingleses e holandeses em suas fronteiras moventes. Nesse confronto cultural, aspectos religiosos, políticos e sociais estiveram entrelaçados com os interesses econômicos, reconfigurando os territórios disputados.

Se Neide Gondim, afirmou que a Amazônia já tinha sido inventada antes da chegada dos viajantes Carvajal e Orellana, posteriormente, as imagens construídas oscilavam entre a visão paradisíaca e mítica descrita pelos primeiros viajantes, como “eldorado”, “país das Amazonas”, mas infernal para Alberto Rangel, que a denominou de “inferno verde”, quando da exploração da borracha no início do século XX.³

Entre o real e o imaginário, tais convenções ganharam notoriedade ao longo das interpretações históricas, sobretudo, com o *glamour* e o início da decadência econômica gerada pela *débauche* gomífera, a qual reforçou o desequilíbrio em relação aos demais estados da Federação,

2 GONDIM, Neide. A Invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994; Conferir também: UGARTE, Auxiliomar Silva. “Margens Míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI”. In: PRIORE, Mary Del e GOMES, Flávio (orgs). Os Senhores dos Rios. Amazônia, Margens e Histórias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, pp. 03-31.

3 RANGEL, Alberto. Inferno Verde (Scenas e Cenários do Amazonas). Prefácio de Euclides da Cunha. 4a edição. Tours, Typographia Arrault & Cia, 1927.

especialmente São Paulo. Tempos de estagnação e sofrimento que registraram visualizações nada idílicas, cerne de múltiplas narrativas regionalistas, com a denúncia das elites decadentes em relação ao abandono pelo poder central.

Nesse momento, emergiu a narrativa de uma região pedinte, sedenta do paternalismo estatal. Incluía-se, também, a necessidade de combater as imagens preconceituosas da Amazônia onde a natureza predominava sobre o homem, tendo como consequência um lugar selvagem, habitados por índios e ribeirinhos preguiçosos. Imagens inferiorizadas, de certo modo, alimentadas pelos próprios grupos decadentes, quando utilizaram a estratégia mendicante para obter recursos do poder federal.⁴

A partir da década de 1940, o denunciado cenário de abandono passou por alteração. A política de desenvolvimento que levava à modernização, implantada pelo Estado nacional, incentivou o avanço do capital, sobretudo através do regime autoritário civil-militar; intervenção continuada com a redemocratização no crepúsculo do século XX. No rastro dos grandes projetos, intensificaram a degradação ambiental e a dependência ao mercado nacional e mundial.

Na formação dessa nova fronteira capitalista, o quadro foi intensificado de modo irreversível, sem haver significativas alterações dos índices de desenvolvimento humano, segundo as narrativas regionalistas, frustrando os grupos hegemônicos da Amazônia com a ausência da modernidade pretendida ou os reflexos do modelo adotado. A modernização, nesse sentido, seria o paradigma a ser seguido para modificar o panorama de atraso e estigma de região selvagem, tornando-se desenvolvida e civilizada.

Entendida como experiência que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor, a modernidade também “ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”, segundo Marshall Berman. A experiência ambiental da modernidade dissolve todas as fronteiras geográficas e raciais, além de classe e nacionalidade, religião e ideologia, numa tentativa de unir a espécie humana. Paradoxalmente, contudo, gera uma “unidade de desunidade”, contendo uma “permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia”.⁵ A definição é para outras realidades, mas é bastante condizente com a situação amazônica: promessas de mudanças e frustrações pelos resultados.

⁴ Para uma análise próxima da realidade amazônica, ver o caso do Nordeste: ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007 (Preconceitos, v. 03).

⁵ BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras; tradução: Carlos Felipe Moisés, 1986, p. 15.

No Brasil, houve mais modernização que modernidade, por indicar uma forma de aceleração, queima de etapas na intenção de desenvolvimento.⁶ Na realidade da Amazônia, a modernidade representou uma incessante busca. Seja através da política pombalina na segunda metade do século XVIII, passando pelo efêmero período bellepoquiano da economia gomífera e ação do Estado interventor a partir da década de 1940, com seus limites e tensões inerentes ao processo, os anseios acabaram frustrados.⁷

Em meio ao panorama de incertezas instaurado pelo clímax dos impactos e conflitos gerados por novas formações sociais, emergiu a inteligência regional no papel de sujeitos históricos imbuídos de suas missões para defenderem a Amazônia, principiados por Barão de Marajó, José Veríssimo, Raymundo Moraes, Orlando de Moraes, Armando Mendes, especialmente, Lúcio Flavio Pinto. Embora com interpretações diferenciadas, nem sempre articuladas aos grupos hegemônicos regionais, esses intelectuais⁸ convergiam para o questionamento dessa dependência, como parceira menor dos desfrutes das potencialidades econômicas devido à continuidade da “colonização” e “exploração”, inclusive, com a aquiescência dos governos instalados no Rio de Janeiro, posteriormente em Brasília.

Como sujeitos diretamente implicados na trama de poder, juntamente com tais intelectuais, lideranças políticas e empresariais denunciaram que estavam à margem do desenvolvimento nacional, em comparação com outros estados da Federação, resultando em efeitos negativos para os interesses regionais.

Vanguardas da defesa amazônica, particularmente paraense, os letrados, movidos por suas missões, teceram e construíram narrativas regionalistas, com suas variantes, constitutivas da identidade amazônica, também incorporados nas estratégias dos grupos em disputa pela hegemonia política. Nesse sentido, este trabalho pretende refletir acerca dessas práticas na

⁶ FAORO, Raimundo. A questão nacional: a modernização. Estudos Avançados. vol. 06, nº 14. São Paulo, jan/abr, 1992. Pesquisado: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103>. Acesso em 02.11.2009

⁷ Sobre algumas experiências de modernização na Amazônia e suas reflexões, conferir: QUEIROZ, Jonas e COELHO, Mauro. Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX). Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001; HARDMAN, Francisco Foot. Trem fantasma: a modernidade na selva. São Paulo: Cia das Letras, 2004; LOBATO, Sidney. Educação na fronteira da modernização. A política educacional no Amapá (1944-1956). Belém: Editora Pakatatu, 2009; BRITO, Daniel Chaves de. A Modernização de Superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2001; SOUZA, Márcio. Amazônia, modernidade e atraso ou o Brasil e seus paradoxos regionais. Hist. cienc. saúde-Manguinhos, vol. 06, suppl. Rio de Janeiro, sept, 2000. Pesquisado: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid. Acesso em 02.11.2009

⁸ Os autores, apesar de diferenciados, no enfoque sobre os intelectuais, especialmente Aijaz Ahmad, que questiona, tanto Foucault, quanto Edward Said, contribuíram no diálogo com a realidade da Amazônia. FOUCAULT, Michel. “Os intelectuais e o poder”. Estratégia, Poder-Saber; organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta; tradução, Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2a edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006; Ver também: SAID, Edward. Representações do intelectual: as Conferências Heiht de 1993. São Paulo: Cia das Letras, 2005; AHMAD, Aijaz. “Cultura, nacionalismo e o papel dos intelectuais: uma entrevista”; Organização: Maria Elisa Cevalco e Tradução: Sandra Guardini Vasconcelos. Linhagens do presente. São Paulo: Boitempo, 2002, pp. 219-247.

Amazônia paraense no decorrer das tensões geradas pelas intervenções do Estado nacional na região e/ou na acusação de esquecimento e abandono. Partindo de narrativas, enunciações e projetos, objetiva-se analisar interesses, justificativas e argumentos dos múltiplos sujeitos integrantes desses confrontos, como intelectuais, políticos, empresários, além das experiências de outros agentes sociais em diversos campos da cultura, também inseridos nas práticas regionalistas.

Lideranças políticas do porte de Jarbas Passarinho, Jader Barbalho, Almir Gabriel, levados por seus interesses na disputa pela hegemonia estadual, regional e incidindo na esfera federal, congregaram em torno de si os clamores de defesa paraense. Empresários, como Romulo Maiorana, proprietário do jornal *O Liberal*, diretamente envolvido nas tramas do poder, alinhado e na movência das articulações do momento, com os grupos políticos hegemônicos, representam sujeitos sociais promotores de narrativas eivadas de regionalismos, estrategicamente utilizadas como legitimadoras de suas práticas, calcadas na intenção de cimentarem a coesão social.

O termo “defender” o Pará e a Amazônia, além da retórica de denunciar sua exploração, passou a ter uma relevância social e estratégia⁹ política entre as lideranças. Questões dessa amplitude apontam para os diferentes modos de formação e incorporadas das culturas identitárias, entre as quais a amazonidade e o paraensismo. Em meio aos valores componentes do processo de hegemonias políticas no Pará, discutiremos as disputas de projetos envolvidos em torno das identidades em construção como estratégias em forjar o sentimento regional ao longo do fluir histórico.

Sentindo-se marginalizada, a Amazônia, segundo as lideranças descontentes, seria historicamente discriminada pelos tecnocratas do Estado federal, o demiurgo facilitador e colaborador na exploração pelos empresários sulistas e pelo capital estrangeiro. Em defesa da identidade regional em processo de construção, essas narrativas fragmentaram a perspectiva de unidade brasileira. Ao questionar as práticas do poder centralizador da Federação e o desfavorável desequilíbrio entre as regiões, forjam e projetam um novo modo de pertencimento, mas, dessa vez, constituindo um sentimento regional.

As diferenciações no interior do território nacional tornaram-se naturalizadas, justificadas, inclusive, pelo modelo de modernidade defendido por estar centrado *longe* da Amazônia: “no Brasil, há o nordestino, o sulista, o nortista, mas não há o sudestino, nem o centro-oestista. Afinal, o sudeste é o centro e, como tal, não é parte. É o todo! E a melhor dominação, sabemos, é

⁹ Foucault ressalta que o discurso é um jogo estratégico, de ação e reação, polêmico e de luta. Ver: FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, PUC/Nau, 1996.

aquela que, naturalizada, não aparece como tal”.¹⁰ A contestação dos subalternos amazônidas, em particular, paraenses, em relação à colonialidade do poder, inclusive como colonialidade do saber, contra a hegemonia do Sudeste, constituída historicamente como o centro e o todo, formatou inúmeros embates no interior da Federação brasileira. Tais disputas emergem a partir de uma nova diferenciação colonial, que antes se situava lá fora, distanciada do centro, atualmente, emerge em todo o lugar, “nas periferias dos centros e nos centros da periferia”.¹¹ A colonialidade é constitutiva da modernidade, seja externa em relação ao Brasil ou interna, isto é, do todo hegemônico para a parte subalterna.

A colonialidade do poder emerge da diferenciação colonial, que é o espaço onde as histórias locais interagem e entram em confronto com os projetos globais. Identificações, no caso amazônida e paraense, que se constituíram na memória e na história, reatualizadas e reavivadas com a recorrência de práticas regionalistas em confronto com a nacional; sentimentos transmutados em ressentimentos¹² contra aquelas “espoliações”. A afirmação das identidades regionais no Brasil encarrega-se em contestar a tentativa de homogeneização cultural da nação e salientar suas diferenças internas.

A questão regional no Brasil reflete o processo histórico colonial e imperial, repercutindo seriamente na unidade republicana. No final do século XIX as disparidades regionais já eram notadas, agravando e amedrontando os nacionalistas brasileiros de um possível separatismo. As diferenciações não eram somente física, política, econômica, mas étnica e cultural, envolvendo, inclusive, a formação populacional com o processo migratório europeu. Os imigrantes foram deslocados, principalmente, para os estados do Sudeste e Sul, como denunciado por Silvio Romero, que defendia a equidade na distribuição com os estados do Norte, como eram conhecidos o Nordeste e a Amazônia.¹³

As tensões foram ampliadas no decorrer do século XX. Contraposto ao projeto de nacionalismo dos modernistas paulistas, o Manifesto Regionalista, de Gilberto Freyre, em 1926, tendo Recife como lugar social e preocupado com as influências estrangeiras buscava valorizar as

10 PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “Apresentação da edição em português”. In: LANDER, Edgardo (org). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*; tradução: Julio César Cesarin Barroso Silva. Buenos Aires: Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2005, p. 10.

11 MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais / Projetos Globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*; tradução: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

12 BRESCIANI, Stela e NAXARA, Márcia (org). *Memória e (Res)sentimento. Indagações sobre uma questão do sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

13 SEYFERTH, Giralda. “Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão migratória no Brasil”. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (org). *Região e Nação na América Latina*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, pp. 81-109.

tradições regionais.¹⁴ Integrando a *parte* no interior do *todo* nacional, a região não é uma questão secundária, mesmo com a força da nação e atualmente com os efeitos da globalização. No diálogo com Freyre, Ruben Oliven afirmou que “no Brasil o nacional passa primeiro pelo regional”.¹⁵

A ideologia do planetarismo, segundo Baeta Neves Flores, convive com um paradoxo, o da existência de “partes” que se contrapõem à hegemonia de um “todo absoluto”, o qual simboliza o progresso e o devir, irritando tal ideologia, devido sinalizar a “coexistência de opostos e a contemporaneidade do não coetâneo”. A região, como “parte de um todo”, possui sua especificidade, território preciso e cultura definida, com apresentação de maior ou menor autonomia frente ao “todo”. A região pode ser considerada como “embrião” de um novo Estado, também pode ser uma “síntese” de um Estado ou “como a ‘melhor’ ou ‘pior’ parte de um Estado”. Ao admitir que “é a parte de um Estado, imaginamos que ela é uma ‘ameaça de sucessão ou destruição’ do Estado”.¹⁶ Ameaça, imaginária ou real, que sempre atormentou a intelectualidade nacionalista brasileira, consciente da ausência de integração, não somente territorial, mas identitária quando tratava da Amazônia.

Como construção social no tempo histórico e componente do campo das disputas pela hegemonia política, considerado um processo ativo e dinâmico nas relações de força, o sentido de região não tem um caráter homogêneo físico ou cultural. O regionalismo integra um “grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos”, conforme o trabalho de Durval Albuquerque, a *Invenção do Nordeste*. O autor tentou desconstruir os discursos que deram visibilidade e dizibilidade à região nordestina e aos próprios nordestinos. Ao criticar o regionalismo, discute as relações de poder e de saber que compõem os discursos instituintes da imagem de Nordeste como um espaço natural. Porém, essa delimitação espacial não possui uma unidade cultural, geográfica e étnica, visto estar alicerçada no poder e na linguagem, com sua produção imagética e textual das relações de força utilizadas na legitimação dos poderes.¹⁷

14 FREYRE, Gilberto. Manifesto Regionalista. 4a edição. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.

15 OLIVEN, Ruben George. A parte e o todo. A diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 43. Ver também: OLIVEN, Ruben George. “Nação e Região na Identidade Brasileira”. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (org), op, cit, p. 80.

¹⁶ FLORES, Luiz Felipe Baeta Neves. “Região e nação: novas fronteiras”. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (org), op, cit, pp. 19-20.

¹⁷ ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz. A Invenção do Nordeste e outras artes. 2a edição. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001, pp. 23-24. Ver também sobre o regionalismo no nordeste: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O Regionalismo Nordestino. Existência e Consciência da Desigualdade Social. São Paulo: Ed. Moderna, 1984. Para uma crítica na permanência do regionalismo, ver: OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes. 2a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

No processo de afirmação de identidades, as regiões se instituem em meio à falência do Estado-Nação e da força do globalismo, reiteradas pela permanência das disparidades regionais. Ademais, continuam utilizadas como estratégias políticas de grupos hegemônicos regionais e locais no confronto com outras elites, estas, a partir da hegemonia do Estado federal. Naturalizados como centro, a representação do todo nacional, só seria representativa e válida a partir do Rio de Janeiro e São Paulo, contribuindo para fomentar os conflitos na fragmentada nação brasileira.

Urge o momento de questionar esses paradigmas, tanto nacional, quanto o regional. Incorporar o pensamento subalterno amazônida seria uma forma de abrir uma fissura na hegemonia nacional, descentrando tal pertencimento, além da pretensa homogeneização do todo brasileiro e da parte regional. Em torno dessas narrativas e conscientes de suas limitações, é que este trabalho busca refletir.

O regionalismo é destaque nas últimas produções acadêmicas, onde sobressaem análises acerca das tensões que envolvem as diferentes composições do território brasileiro, refletidas pela disparidade socioeconômica das regiões e estados da Federação.¹⁸ A Amazônia, juntamente com o Nordeste estão recebendo uma atenção especial de estudiosos, mas sem se ater a eles. Diferentes modos de regionalismos foram tecidos no formato nacional, contendo práticas agregadoras ou dissidentes, como a gauchidade, a mineiridade, a paulistanidade, o ser carioca, a baianidade, o paranismo entre outros.¹⁹

O fantasma fragmentador mais contundente ocorreu com a proposta de separatismo, historicamente constituído no Brasil, especialmente entre gaúchos e paulistas.²⁰ Na Amazônia paraense, o sentimento separatista possui peculiaridade onde, vez por outra, é ventilado no momento de mais uma crise com o projeto do Estado federal. A ameaça de separação, ainda que forjada pelo sentimento de um “país que se chama Pará”, para lembrar um fragmento da música de Paulo André e Ruy Barata, interpretada por Lucinha Bastos²¹, ampara-se na especificidade em relação aos demais estados brasileiros desde o período colonial português, quando o Pará não era Brasil. Era a permanência do *paraensismo* no interior da brasilidade.

18 Ver, nesse sentido, a coletânea de artigos e ensaios que retratam as produções na academia sobre história e região. SILVA, Marcos (org). República em Migalhas. História Regional e Local. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990.

¹⁹ Sobre essas vertentes regionalistas, conferir o V Capítulo.

²⁰ Apesar de não retratar as propostas separatistas na Amazônia em relação à federação, uma vez que circunscreve ao estado de São Paulo, aos estados do sul e ao nordeste, ver: ANDRADE, Manuel Correia. As Raízes do Separatismo no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, Editora do Sagrado Coração, 1999. Acerca da defesa separatista de São Paulo, ver: FRANCO, João Nascimento. Fundamentos do Separatismo. São Paulo: Editora Pannartz, 1994.

²¹ Música “Porto Caribe”. CD Olá Belém. Cantos do Portal da Amazônia, faixa 04.

As narrativas regionalistas na Amazônia paraense partem de múltiplos sujeitos. Embora transpareçam de maneira hegemônica algumas personalidades políticas, intelectuais e empresariais na formulação das denúncias, tais práticas não ficaram restritas aos seus interesses. A demonstração da incidência dos valores divulgados como tradição de “resistência”, também passou a ser recorrentes nas ações de diversos agentes, a exemplo de literatos, artistas, jornalistas, leitores da imprensa local, que sinalizam para outras experiências culturais no Pará, redimensionando o próprio olhar da pesquisa. Portanto, não utilizamos essas narrativas como análises de discursos, haja vista serem agentes sociais no movimento histórico de suas disputas com os quais trabalhamos nas suas múltiplas experiências e projetos no Pará, em especial a partir de Belém.

Na recorrência desses regionalismos como relações de força ou sintonizados com tais projetos, houve um redimensionamento da *invenção* da Amazônia e da própria amazonidade, a fim de especificar, amiudar seus valores de pertencimento e de projetos. Desse modo, constituiu-se a *invenção* do Pará indignado, abandonado, discriminado, explorado, inferiorizado, vitimizado, por fim, também *enjeitado*. São enunciações reiteradamente reproduzidas e reatualizadas, reavivadas no campo político e que promovem a tentativa de sensibilizar o espírito de unidade, lealdade dos paraueiros contra as ameaças fragmentárias e preconceituosas. Daí a necessidade de forjar um *paraensismo* a fim de preservar os interesses paraenses, utilizando, entre outras estratégias a história e a memória como prática regionalista no intuito de reforçar as identidades frente ao processo desagregador que vinha assolando a Amazônia paraense ao longo do projeto modernizador.

Discutir projetos em confrontos no Pará e na Amazônia, partindo da realidade de Belém, e refletir sobre a influência e a inter-relação desses valores em outros campos sociais, a exemplo do modo que os leitores incorporam culturalmente essas narrativas, no parlamento, nas reportagens e colunas da grande imprensa, foram encaminhamentos deste trabalho, que rompe o campo da histórica política tradicional, para entendê-la como prática cultural.²² Amparada numa história política renovada, essa múltipla produção tende a ampliar a contribuição desta reflexão para a história social da Amazônia.

22 GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 9, nº 17, 1996; RÉMOND, René (org). Por uma história política; tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. EFRJ/Editora FGV, 1996.

Ao partir do tempo presente²³, que tem uma forte presença do cotidiano político, em constante diálogo com os significados das experiências históricas no passado, a exemplo da emblemática Adesão do Pará ao Império brasileiro, em agosto de 1823, sobretudo, da história e memória do movimento cabano (1835-1840) e a crise econômica da borracha no início do século XX, são episódios cruciais do fomento regionalista. Essas experiências intensificaram-se a partir da década de 1960, quando os reflexos dos grandes projetos no Pará foram alvos de polêmicas e denúncias.

O ano de 1966 representa um marco de significativas alterações do quadro amazônico, devido à emergência do grande capital através da Operação Amazônia. Em 1973, em especial para a realidade paraense, começou um grande drama: o governo federal sinalizou que o escoamento dos minérios da Serra dos Carajás seria pelo porto de Itaqui, no Maranhão. A situação gerou um angustiante alarde e mobilização dos “guardiões” políticos e empresariais visando a *defesa* do Pará. A decisão ainda hoje causa ressentimento em vários segmentos sociais, tornando-se um divisor de águas da história recente dos paraenses, devidamente explorado pelos grupos hegemônicos de Belém.

A veiculação dessas narrativas tornou-se uma estratégia dos grupos em escamotear suas conveniências, interesses, inabilidades ou desinteresses em enfrentar determinadas forças hegemônicas no campo político nacional, preferindo usufruir e barganhar seus benefícios. Além de recuarem do confronto com os grupos ligados ao capital nacional e internacional, a exemplo das grandes empresas que exploram seu minério, entre as quais a Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, preferem eleger outros “inimigos” internos menos influentes como “causadores” da crise sofrida pelo Pará. Este é o caso dos benefícios perdidos para o Maranhão ou para outros estados componentes da Federação. Quando partem para o enfrentamento, como integrante da cena política, desvelam as tessituras das enunciações regionalistas. Para isso, divulgam e reforçam as imagens de uma região colonizada, explorada, vitimizada pelos sulistas e o mais inaceitável: perder para o sofrido Maranhão.

Ao alimentar essa indignação e ao arregimentar para si esse sentimento de *defesa*, possibilitaram manter seus privilégios de autênticos representantes dos amazônidas e paraenses, componentes de suas articulações e relações de poder. A criação de organismos federais do porte

23 No que se refere às discussões teóricas e metodológicas da história do tempo presente, ver uma coletânea de artigos com os profissionais mais conceituados nessa linha histórica: CHAVEAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (org). Questões para a história do presente; tradução: Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: Edusc, 1999; BEDARIDA, François. “Tempo presente e presença da história” e “A ‘lacuna’ do presente” In: FERREIRA, Marieta Morais & AMADO, Janaína. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, pp. 211-214; 219-229.

da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1953) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (1966), que vislumbravam o desenvolvimento regional e o equilíbrio federativo tornou-se a salvaguarda e instrumentos dos interesses das lideranças políticas e empresariais. As últimas denúncias de corrupção na SUDAM, em 2001, com envolvimento de dirigentes ligados ao presidente do Senado, Jader Barbalho, corroboram com aquelas afirmativas.

Mas, tais lideranças não formulam projetos endógenos ou buscam alternativas que mudem o rumo das ações planejadas à revelia dos interesses amazônicos. Em muitos casos, utilizam uma encenação para serem visualizados no papel de guardiões. Quando tiveram oportunidade para tentar reverter a situação, buscaram usufruir prioritariamente as benesses que o cargo oferecia, porém, ainda investidos da insígnia de defensores do Pará.

Em relação às práticas culturais, o regionalismo foi incorporado e reelaborado nas músicas, culinárias, linguagens, futebol, religiosidade no formato de amazonidade e/ou paraensismo. As experiências no campo da cultura contribuíram no redimensionamento das identidades em construções na Amazônia paraense, registrando a inter-relação entre os aspectos políticos, econômicos e culturais, com a sinalização para outras ações que fogem a qualquer tentativa de homogeneização das identificações.

O redimensionamento desses valores, nos últimos anos, constituiu-se num emblema político para o governo Almir Gabriel e reiterado pelo sucessor Simão Jatene (PSDB), entre os anos 1995 e 2006. No diálogo com uma história política renovada como cultura, refletimos acerca dos modos diferenciados construídos no Pará, com interesses específicos e relacionados à questão amazônica, contendo intenções forjadas ao longo dos conflitos sociais, todavia, sem se restringir às disputas de lideranças políticas ou empresariais. Os aspectos culturais são refletidos com as marcas de uma produção seletiva, a fim de ampliar o diálogo, na tentativa de sondar as especificidades tecidas na formação da pretensa identidade paraense, a qual também perpassa o sentimento amazônica, mas nem sempre harmônicos ou homogêneos, embora paraensismo e amazonidade estejam entrelaçados.

O modo de expressar esses protestos no lugar social paraense e afirmar suas identidades apontam para uma significativa crise que vem se fortalecendo em relação ao poder de representação do Estado-Nação, projeto que se converteu em uma questão fulcral para os grupos hegemônicos do Brasil a fim de consolidar a unidade nacional. A partir do processo de globalização e pós-modernidade, as identidades passaram a ser descentradas, ou seja, deslocadas

de um centro irradiador; por conseguinte, fragmentadas numa pluralidade de pertencimentos. Todavia, as identidades nacionais possuem importância fundamental como poder de identificação no intuito de tentar apagar suas dissidências. “As culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades”. A nação não representa apenas uma “entidade política mas algo que produz sentidos - *um sistema de representação cultural*”, que, por sua vez, gera um sentimento de lealdade e identificação.²⁴ Na tentativa de construir um poder simbólico unificador, a idéia de “nação” brasileira buscou homogeneizar as diferentes culturas como formadoras da brasilidade.²⁵

Tendências regionais e estaduais, no caso, que colocaram em questão a própria ideia de nação brasileira. A nação não representa mais “o signo de modernidade sob o qual diferenças culturais são homogeneizadas na visão ‘horizontal’ da sociedade”. Partindo do pressuposto de diferenças culturais no interior do que era visto como nação homogênea, a possibilidade de contestação cultural “demarca o estabelecimento de novas formas de sentido e estratégias de identificação”.²⁶

No caso da Amazônia, projetos e promessas de integração nacional foram recorrentes, ao longo do tempo, por parte dos governos central, apontando para o receio da continuidade desse “vazio” territorial, que além de obstar a soberania, dificultava o sentimento de brasilidade, como se tivesse à margem do processo histórico nacional.²⁷ Tornava-se necessário, portanto, alterar esse quadro. A atuação do Estado nacional foi decisiva, visando integrar, desenvolver e modernizar de forma acelerada a região, embora com graves consequências sociais.

Os projetos e planejamentos de Getúlio Vargas (Banco de Crédito da Borracha e Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) e Juscelino Kubitschek (rodovia Belém-Brasília), sobretudo, os governos militares através da *Operação Amazônia*, que criou a Sudam, Basa e promoveu os incentivos fiscais. Posteriormente, a intervenção autoritária

24 HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 8a edição. Rio de Janeiro: DPA & A, 2003, pp. 49; 51. (grifo do autor), conferir também: HALL, Stuart. Da Diáspora. Identidade e Mediações Culturais; organizações Liv Sovik; tradução Adelaine La Guardia Resende ...[et al]. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

25 Podemos perceber esse debate na própria produção historiográfica, a partir dos Institutos Históricos e Geográficos, criados no decorrer do século XIX, como foi discutida por SCHWARCZ, Lília Moritz. “Os Institutos Históricos e Geográficos: ‘Guardiões da História Oficial’”. O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993, pp. 99-140; ver também GUIMARÃES, Manoel Luís. “Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional”. Estudos Históricos, 1 (1988): 5-27.

26 BHABHA, Homi K. “DissemiNação. O tempo, a narrativa e as margens da nação moderna” In: O Local da Cultura; tradução: Myriam Ávila ... [et al]. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, pp. 212; 228.

27 Um exemplo da preocupação do poder republicano em formar um sentimento nacional na Amazônia, especialmente através da implantação do telégrafo, foi desenvolvido por MACIEL, Laura Antunes. A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da “comissão Rondon”. São Paulo: Educ, 1998.

implementou a Transamazônica como parte do Plano de Integração Nacional - PIN, Plano de Desenvolvimento Nacional, Planos de Desenvolvimento da Amazônia – PDA's, todos defendiam essas ações complementares para uma política de modernização regional integrada ao restante do território nacional.

No contexto militar tivemos uma nova invenção: “vazio demográfico”. Uma estratégia geopolítica de ocupação territorial de acordo com a Lei de Segurança Nacional: “integrar para não entregar”. Transformada em nova fronteira econômica, o deslocamento migratório foi intensificado, mas de modo desordenado. O interesse do grande capital antecipou-se ao pequeno agricultor, além da precária estrutura de colonização, gerou graves conflitos sociais pela posse da terra. Partindo de uma ótica externa, a modernização e o desenvolvimento anunciados não respeitaram as especificidades amazônicas, por conseguinte, não amenizaram as disparidades regionais.

Nessa mediação cultural que integra e constitui os projetos, as narrativas e as ações políticas, a comunicação tornou-se mais um instrumento do processo de hegemonia, amplamente utilizada nesses confrontos. No trabalho da política como cultura, deve-se considerar “as formas de intervenção das linguagens e culturas na constituição dos atores e do sistema político, pensar a política a partir da comunicação significa pôr em primeiro plano os ingredientes simbólicos e imaginários presentes nos processos de formação do poder”. Segundo Barbero, “a comunicação e a cultura constituem hoje um campo primordial de batalha política: o estratégico cenário que exige que a política recupere sua dimensão simbólica – sua capacidade de representar o vínculo entre os cidadãos, o sentimento de pertencer a uma comunidade – para enfrentar a erosão da ordem coletiva”.²⁸ Propulsora de efusivas enunciações, a grande imprensa paraense conseguiu realizar seu papel político arregimentando a luta em torno da enunciada causa regional.

A trajetória de nossas pesquisas na academia, especialmente acerca da história e memória da Cabanagem, tanto na graduação e especialização, quanto no mestrado, ainda que com problemáticas diferenciadas, já apontava algumas reflexões sobre identidades e nação, história local e regional. O *ser cabano* constituiu-se em símbolo-mor da identidade paraense, aguerrido defensor da Amazônia contra a colonização imposta pelo Império do Brasil e, reiteradamente, retomado como campo de disputa no tempo presente.

Durante o governo estadual de Jader Barbalho (1983-1987), PMDB, e Edmilson Rodrigues (1997-2004), PT, prefeito de Belém, a produção social da memória cabana foi

28 MARTIN-BARBERO, Jesús. Dos Meios às Mediações. Comunicação, cultura e hegemonia. Prefácio: Néstor Canclini, Tradução: Ronaldo Polito e Sérgio Alcides. 2a edição. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 2003, p. 15.

reelaborada com um sentido de legitimação de seus projetos, que seriam voltados para o “povo”, pois ambos reivindicavam o ideal cabano de luta em defesa popular, sobretudo, quando ameaçavam os interesses do *povo* paraense.²⁹

O constante contato com leituras e documentos que retratavam aspectos de múltiplos regionalismos, foi desvelando-nos um novo e instigante campo de pesquisa. Amparado nessas experiências, mas com a ampliação de seus referenciais além da simbologia cabana e que reforçam a enunciação inventiva do *ser* paraense, a atual reflexão amadureceu ao longo do trabalho. A experiência com a dinâmica da imprensa durante o mestrado contribuiu para a observação da articulação, realinhamento e mediação do campo de disputas.

A narrativa da escrita regional na formação da memória histórica é sintomática em torno da perspectiva de nossa abordagem, a exemplo da construção do *enjeitamento*. As práticas sinalizam para interpretações diferenciadas na estratégia de defesa mais comprometida da Amazônia paraense, do mesmo modo, demonstram que o processo de contestação contra a política nacional para com a Amazônia e o Pará não foi uma construção recente. Com a história e a memória realimentada na perspectiva das narrativas regionalistas, tais escritas, de certo modo, fundamentaram a constituição da suposta identidade a ser defendida; por conseguinte, tiveram relações com a produção jornalística e a rearticulação das práticas políticas.

A imprensa é uma fonte imprescindível deste trabalho. O jornal *O Liberal* tornou-se relevante não somente em matéria de fonte, mas como agente político diretamente articulado ao processo de *defesa* regional. Integrante das Organizações Romulo Maiorana de Comunicação, proprietária da TV Liberal (afiliada à Rede Globo), dos jornais *O Liberal* e *Amazônia*, rádios *Liberal* AM e FM, a empresa ampliou seu campo de ação. *O Liberal* constituiu-se, nesse sentido, o espaço incisivo de enunciações regionalistas, devido o seu alinhamento com determinados grupos no poder, assim como, na defesa de seus interesses comerciais. Em vista disso, o periódico foi pesquisado por mais de três décadas.

O jornal *Diário do Pará*, propriedade de Jader Barbalho, também foi pesquisado, sobretudo quando o líder político esteve à frente do governo estadual (1983-1987; 1991-1994), “defendendo” o Pará. *A Província do Pará* e *Amazônia*, ainda que em menor proporção são jornais que ampliam o diálogo com outras práticas regionalistas. Diferenciado e combativo, o *Jornal Pessoal*, informativo quinzenal, além de outras produções de Lúcio Flávio Pinto, como *Agenda*

²⁹ Sobre a memória cabana como campo de disputas pela hegemonia política no Pará, ver: BARBOSA, Mário Médice. *O Povo Cabano no Poder: Memória, Cultura e Imprensa em Belém (1982-2004)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

Amazônica, também são relevantes fontes jornalísticas. Intelectual “orgânico” da Amazônia e fundamentado em análises históricas, Lúcio reiteradamente denuncia o Estado nacional como colonizador da região.

As produções da memória, na versão regionalista, alicerçadas nas narrativas escritas na imprensa e nas enunciações políticas, parecem, de alguma forma, sintonizados com determinados projetos, contudo, não podem ser generalizados como práticas similares. Salienta-se, também, que a produção literária, charges, são documentos do trabalho, redimensionando as narrativas para outras construções e outros sujeitos sociais.

As primeiras reflexões sobre a temática regional amadureceram a partir de nossa participação como bolsista no projeto de pesquisa: “Evolução Econômica, Política e Social do estado do Pará (1964-1982)”, orientado pelo prof^o Pere Petit e financiado pelo CNPq, entre agosto de 1996 a julho de 1997³⁰, o qual resultou em sua tese de doutorado em história econômica na USP, publicada com o título de *Chão de Promessas*. Petit problematizou a questão regional, especialmente no capítulo: “Economia, política e discursos regionalistas no Pará”, destacando a *análise do discurso* de lideranças políticas, empresariais e intelectuais paraenses, no qual sobressai um discurso *pró-amazônida* e outro *pró-paraense*.

Não obstante a essência da luta, ressaltou algumas diferenças nas abordagens, tais como: o regionalismo-conservador e o regionalismo-progressista contidos nessas práticas, decorrentes de interesses e projetos conflitantes. A obra fundamenta-se no processo histórico regional, envolvendo aspectos políticos e econômicos, como elementos fomentadores dessas ações no Pará.

A questão de identidade, que perpassa um sentimento de pertencimento e alteridade, nos instigou a agir como sujeito imbuído de um compromisso político. *Ser paraense* e *ser amazônida*, mas integrante de uma conflitante e discutível nacionalidade brasileira, passou a nos inquietar, porém, sem nos eximir de problematizar as construções e os usos dessas práticas, a fim de não incorporarmos suas narrativas, imagens e projetos sem refletir a pluralidade de interesses que moveram suas enunciações.

O envolvimento na atual abordagem, portanto, levou em consideração valores, tradições e formações da memória como práticas culturais, identificações e regionalismos integrantes da

30 O curso de Especialização em História Social da Amazônia, em 2000, também foi representativo, especialmente na disciplina “Estado e Trabalho na Amazônia”, ministrada pelo prof^o Msc. Fernando Arthur Freitas Neves, quando produzimos uma resenha que discutia as obras de Orlando de Moraes, *Amazônia Espoliada* e de Jader Barbalho, *Guerras a Vencer*: anseios da Amazônia e esperanças do Brasil, que retratam em tempos diferentes, na imprensa e no parlamento, respectivamente, a “defesa” regional.

tessitura desse campo plural da cultura. Sem desconsiderar, no caso, a importância política e econômica, visto entendermos a história cultural como todo um modo de vida das experiências de sujeitos sociais no tempo, inclusive, a do próprio pesquisador.

Ao problematizar identificações regionais em formação ou questionar o sentimento nacional arraigado como tradição homogeneizadora, tornou-se uma tarefa delicada e espinhosa que perpassam valores construídos aparentemente naturais. Reside aí, desse modo, um dos grandes desafios deste trabalho, não perder a importância da história cultural, que tem nas múltiplas experiências dos sujeitos sua grande contribuição histórica, sobretudo, porque dialogamos com uma documentação que, na sua maior parte, destaca as ações de intelectuais, políticos, empresariais e artistas. Essas práticas não foram problematizadas na forma de simples análise de discursos, pois são estratégias, integrantes do jogo movente de convencimento político, inserido na arena da tessitura regional identitária.

Envolvido num campo espinhoso, polêmico e delicado, inclusive com questões separatistas durante o clímax de disputa, os temas regionalistas nos inquietaram desde a infância e a juventude, apontando para um questionável sentimento de *brasilidade*. Afinal, pensar diferente da tradição nacional fugia da normalidade. Portanto, somos sujeito de um lugar social articulado e em tensão com projetos regional, nacional e global.

Essas próprias identidades são, também, questionáveis. Componente fundador da Amazônia portuguesa a partir da conquista e da colonização, com a fundação de Belém, em janeiro de 1616, além de herdeiro do antigo Grão Pará, o Pará remanescente, encontrava-se combalido e com amargas perspectivas vindouras. Agora, via-se ameaçado em sua hegemonia na região pelo estado do Amazonas, que dinamizou sua economia após a implantação da Zona Franca de Manaus, em meados da década de 1960. Um enclave econômico no interior da floresta, contudo, de visível efeito, em comparação a Belém, a antiga “metrópole da Amazônia”. A região, além da Amazônia Legal, foi dividida em ocidental e oriental. O Pará, integrando a oriental, apesar dos “grandes projetos”, continuava estagnado. Agora, o combate seria pela Amazônia ou pelo Pará? As elites belemenses tinham preocupações mais específicas: o “esvaziamento” da capital.

Mais como retórica e encenação num momento de contrariedade com a União do que um projeto efetivo, o separatismo acalentou alguns sonhos autonomistas, lamentando as possibilidades perdidas no passado. O “país” que seria criado era a partir da Amazônia ou de um “país que se chama Pará”? Vimos que há uma indefinição na proposta de Salomão Laredo, no

início do trabalho, pois utiliza ambos. Seria porque o Pará ainda vislumbrava representar a Amazônia? Ou teria que caminhar sozinho? Qual sentimento prevaleceria: amazônica ou paraense? Amazonidade ou paraensismo? O dilema enfrentado ampliava as angústias.

Em alguns momentos, o *ser* paraense parece ganhar força, tentando desgarrar-se da marca Amazônia. Afinal, o Grão-Pará era real, já a Amazônia era fruto do imaginário. Inventada pelos primeiros viajantes no final do século XV, a Amazônia, enquanto lugar regional, tornou-se mais enunciada a partir do século XIX, tentando agregar as duas províncias nortistas. No caso em questão, as marcas típicas do Pará, seriam exaltadas, daí a emergência do paraensismo como caminho estratégico. E tal projeto unitário tornou-se mais necessário com a crescente ameaça, nos últimos anos, de fragmentação territorial, a fim de criar os Estados do Tapajós e do Carajás, além do Território Federal de Marajó. O que sobraria do “país” chamado Pará ao ficar tão reduzido? Parecia chegar ao fim o sonho grandioso acalentado ao longo dos anos pelos grupos belemenses.

O paraensismo tornou-se estratégico a partir de Belém. Com pretensões de homogeneização, o paraensismo é uma prática mais circunscrita à região metropolitana. Vacinado contra os discursos de conveniência dos grupos hegemônicos belemenses, porém, também polemizamos com os interesses que movem as práticas dos grupos do sul, sudeste e oeste do Pará, além dos do arquipélago marajoara, ainda que reconheçamos justas determinadas reivindicações. São confrontos entre as elites estaduais e regionais em meio à disputa com o nacional que dinamizam ainda mais a reflexão.

Sem haver tanta rigidez no recorte cronológico, embora mais enfatizado a partir de 1966, sobretudo pelas notáveis repercussões para o destino regional, a começar pela *Operação Amazônia*, ação planejada e efetiva de ocupação e integração nacional, no contexto do Estado autoritário. Também foi o momento em que a pesquisa tornou-se mais sistemática, sobretudo com as informações do cotidiano da imprensa local, quando acompanhamos *pari passu* o desenrolar das tensões em torno do modelo de modernização. Coincidência ou não, foi em 1966 que Jader Barbalho, um dos *defensores* do Pará, iniciou sua polêmica trajetória política como vereador pelo MDB. Nesse mesmo ano, na contramão do modelo de ocupação, o jornalista Lúcio Flávio Pinto estreava na imprensa, posteriormente, passou a cobrir, posteriormente, no *front* dos acontecimentos, os principais projetos que mudaram a face da região. A compreensão da Amazônia, inclusive, nos dias atuais, não pode ignorar os idos de 1966.

A própria escrita dos capítulos sinaliza a opção cronológica, sem desmerecer um imprescindível recuo histórico. O primeiro, com o título *Amazônia, a Filha Enjeitada do Brasil: intelectuais, regionalismos e modernização* discutirá a narrativa em torno da especificidade na formação histórica do projeto português na Amazônia, que entrecruza o temor de sua internacionalização e a necessidade de integrá-la, posteriormente, à nação brasileira. Denunciar as ações do governo federal na região passou a ser recorrente por uma série de intelectuais ao longo da história, quando externam o abandono e o desprezo dos governos do Rio de Janeiro e de Brasília. Na particularidade do modo de *ser brasileiro* a partir da *Adesão* ao império do Brasil, em agosto de 1823, o grande marco dessa tensão entre o regional e o nacional seria a Cabanagem, constituída como mito fundador de sua identidade, resistência e revolta contra o poder opressor e centralizador do Estado brasileiro.

As insatisfações e as denúncias de “espoliação” e “enjeitamento” conformaram alguns episódios no decorrer do século XX, especialmente nos momentos de crise, como a derrocada da borracha a partir de 1912. A narrativa dessas práticas foram tão recorrentes, que se constituíram em tradição regionalista, devido suas reiteradas repetições, especialmente nos momentos em que a Amazônia parecia uma *filha enjeitada* pela “madrasta” União, apesar do projeto de “valorização”.

No segundo capítulo, *Integração e desenvolvimento autoritário* as denúncias também eram reavivadas, inclusive, nos momentos em que o governo federal implementava projetos de ocupação e desenvolvimentismo, a partir da Operação Amazônia, em 1966, influenciada pela ideologia da geopolítica da internacionalização. O projeto de integração sob a ótica do desenvolvimento foi questionado pelo convívio com a colonização capitaneada pelo Estado brasileiro, amparado nos grupos econômicos nacionais e estrangeiros, frustrando as expectativas de modernização.

O terceiro capítulo, *Amazonidade: identidade defendida*, destaca a certeza das especificidades culturais da Amazônia calcadas no processo histórico. A partir das ameaças fragmentárias e pulverizadoras das identificações supostamente afirmadas e homogeneizadas do ser amazônida, especialmente no momento de ocupação e integração nacional, começam a articular sua defesa. Valorizar e preservar a cultura regional tornou-se uma preocupação recorrente da intelectualidade paraense.

O quarto capítulo, *Em defesa do Pará: o complexo de derrotas, a imprensa e o poder* o regionalismo encontra-se mais esmiuçado através das narrativas de múltiplos sujeitos, sobretudo a partir da crise que ameaçava o presente e assombrava o futuro dos paraenses. Nesse momento emergiram

projetos com a pregação de sua unidade e coesão política. Na constituição dessa tradição entre os grupos hegemônicos belemenses, analisaremos as práticas de lideranças políticas e empresariais que “lutam” *em defesa* do Pará. A enunciação foi tradicionalmente utilizada como bandeira de luta e estrategicamente reivindicada na forma de projeto político. A grande imprensa, agente desse processo, passou a denunciar a espoliação, a colonização interna e a exploração do Pará. Instrumentos de combate e defesa de projetos, a imprensa e o parlamento serão as *vozes* que bradarão e conclamarão pela engenharia das trincheiras, demarcando o paraensismo.

Em vários momentos, esses grupos parecem integrar-se nas suas ações políticas, visto que tribunos e governantes utilizam-se da imprensa para dar visibilidade às indignações dos paraenses, sobretudo, nos órgãos das Organizações Romulo Maiorana, proprietária do jornal *O Liberal*, que, além de fonte, é também um agente político durante as tensões. Lideranças políticas, empresariais, intelectuais e jornalistas serão os principais sujeitos sociais envolvidos nesses embates defensivos. Agentes sociais que promoveram a pauta e o tom das narrativas, sinalizando para a necessidade de permanente *defesa*, isto é, projetam-se como sentinelas e guardiões do Pará, mesmo nos momentos de *derrotas* nos projetos que poderiam beneficiar o Estado. Essas atitudes tendiam a render visibilidades de suas imagens, forjando suas experiências paraensistas. Lutar *em defesa* do Pará deixou de ser uma simples retórica para constituir-se em projeto.

Trincheiras Parauaras: defender e valorizar o paraensismo é o quinto capítulo. A valorização e a preservação cultural ganharam nos últimos tempos uma ampliação de valores, sobretudo, com a recorrência do *paraensismo*. Pertença que se constitui em significativa marca de coesão paraense. Forjado no interior das lideranças belemenses, tal prática ampliou sua essência regional para outros campos sociais. Ao partir do regionalismo como formação identitária, a preservação dos costumes e das tradições parauaras conformou múltiplas experiências culturais.

Da linguagem *papachibé*, passando pela religiosidade do Círio de Nazaré, música, literatura, turismo, culinária, arte e futebol, o paraensismo alimentou o modo de *ser* paraense. A prática vigorou especialmente entre os grupos hegemônicos da capital, quando tentaram homogeneizar sua identificação para os demais moradores do estado (exemplo do sul e sudeste), ainda que, significativamente, sejam imigrantes ou seus descendentes, nascidos no Pará, mas com parca identificação com as tradições dos moradores de Belém.

O sexto capítulo, intitulado *Lúcio Flávio Pinto: o front jornalístico em defesa da Amazônia* analisará a prática de um dos mais influentes intelectuais da Amazônia contemporânea: o sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto, que a partir de seu *front* na imprensa, travará o “bom

combate” contra os projetos que desconsideram a realidade e o interesse amazônida. O Estado nacional, denunciado como colonizador, além de inúmeros grupos poderosos, são os principais alvos de sua escrita. Acompanhando as grandes alterações da Amazônia desde 1966, trabalhou nos principais órgãos de Belém, inclusive influentes órgãos de imprensa nacional, com destaque para *O Estado de São Paulo*, *Veja*, *Realidade*. Fundou em 1987, o minúsculo, mas combativo *Jornal Pessoal*, um “símbolo de resistência e uma tribuna, que ressoa a voz da Amazônia, sufocada ou ignorada” contra os poderes instituídos.

Identidade amazônida e cultura colonizadora integra o último capítulo. A partir da margem do pensamento nacional, Lúcio Flávio Pinto denuncia a continuidade colonial da Amazônia e a necessidade de construir um projeto autônomo, rompendo com o modelo de Federação. Além de afirmar a identidade amazônida, combateu os principais órgãos do Estado federal que ampliam a colonização paraense, porém não isentou as *elites* regionais por não travarem o bom combate pela Amazônia. Depois de idas e vindas, rompeu definitivamente com a grande imprensa, ampliando, desse modo, seu projeto de jornalismo independente e combativo na formulação de um projeto realmente amazônico, mas com o pagamento de um oneroso preço.

As discussões dos capítulos estão inter-relacionadas nos envolvimento regionalistas, culturas, identidades, memórias, tendo Belém como lugar social, ainda que as pesquisas tenham se estendidas para Santarém (oeste), Marabá e Redenção (sudeste e sul) do estado.³¹ Se os dois primeiros enfatizam uma análise mais abrangente da Amazônia, inclusive na temporalidade, não circunscrito ao Pará, o terceiro e o quinto especificam as práticas culturais da amazonidade e paraensismo com sentido homogeneizador. O quarto aprofunda a realidade estadual paraense, partindo dos grupos políticos e empresarias de Belém. O sexto e o sétimo analisam a prática de um intelectual ao integrar a Amazônia e o Pará, porém, propondo um novo projeto amazônico, com entrelaçamento político, econômico e cultural.

Entre a Filha Enjeitada e o Paraensismo constitui-se como integrante do processo histórico regional. Se a *filha enjeitada* formou a memória de enjeitamento na Amazônia e no Pará, em particular, com toda a sua carga de inferioridade e ressentimento, por sua vez, o *paraensismo*, em meio às ameaças fragmentárias, busca valorizar, exaltar o modo de *ser* paraense, mas em algumas situações, acabam convergindo em suas práticas. Lúcio Flávio Pinto, reconhecido letrado da Amazônia, ao vivenciar os principais acontecimentos amazônicos da contemporaneidade, pela

³¹ Decidimos não incluir o capítulo sobre as propostas separatistas de Carajás e Tapajós devido representarem trabalhos que fugiam desta proposta inicial. Carajás e Tapajós são temáticas merecedoras de discussões mais específicas.

sua relevância, contribuirá nas narrativas, descerrando a cortina da tragédia modernizadora, conforme bem definiu a situação regional.

A proposta é ambiciosa, mas plenamente consciente dos riscos, inclusive de possíveis generalizações ocorridas em determinados contextos, que podem ser certamente analisadas com mais precisão, dependendo da maior ou menor incidência das narrativas. São questões que nos exigem uma atenta sintonia do processo histórico, mas reconhece a memória historicamente construída de indignação na Amazônia paraense advinda de longa data. O diálogo entre as experiências de sujeitos no tempo presente, juntamente com as práticas registradas no passado, aponta para essa nova possibilidade de reflexão histórica.

I Capítulo:

AMAZÔNIA, A FILHA ENJEITADA DO BRASIL:
Intelectuais, modernização e regionalismos.

O Pará, e toda a região brasileira que hoje chamamos Amazônia, tem uma história, senão diversa pelo menos independente da do Brasil.

José Veríssimo

Um país que não foi

Diversa e independente da história do Brasil. A afirmação de um homem das letras do porte de José Veríssimo sobre a história da Amazônia, formulada no final do século XIX, parecia esdrúxula e perigosa ao projeto de Nação brasileira. A ameaça não era sem propósito para um seletto grupo de intelectuais que se articularam em torno da corte Imperial ou da nascente República, sediadas no Rio de Janeiro, ciosos que a história possuía um papel fundamental na construção da unidade nacional.

Na contramão do que seria mais conveniente à Nação, a assertiva de Veríssimo conferiu um sentimento cultuado entre os letrados paraenses, convencidos da singularidade de uma região em fase de formação no interior do Estado nacional. A pretensão de escrever uma história diferenciada, divorciada da brasileira, não significou apenas uma simplória afirmação intelectual, haja vista guardar elementos indissociáveis das tensões que marcaram a relação entre a Amazônia e o Brasil ao longo do tempo, integrantes, também, das necessidades de afirmar as identidades amazônidas em confronto com o *todo* brasileiro.

Alvo de disputas entre os mais importantes Estados europeus de meados do século XVI, a Amazônia, uma região misteriosa e de natureza exuberante aos olhos dos navegadores e missionários, fruto do imaginário miraculoso, passou a ser conquistada e colonizada pelos portugueses no alvorecer do XVII. Em torno da necessidade de preservação e posse territorial, a fortificação e fundação de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, em janeiro de 1616, a Amazônia portuguesa foi palco de confrontos e tensões pela efetivação do projeto colonizador. O

Estado lusitano, apesar de toda a fragilidade material frente aos franceses, ingleses, espanhóis e holandeses, conseguiu ampliar e manter um imenso território.

A definição e a mobilidade da fronteira territorial consumiram boa parte da preocupação administrativa imperial¹, ação que ainda contava com a valiosa contribuição espiritual de diversas ordens religiosas da Igreja Católica, no trabalho de catequização e pacificação indígena, juntamente com a movimentação de aventureiros e moradores ao longo de extensos rios e florestas, representando a demarcação de sua efetiva posse.²

A ameaça de conquista por parte de estrangeiros alimentou projetos e discursos oficiais no decorrer dos séculos, um alerta que integrou e constituiu as memórias para a necessidade de permanente defesa territorial. Estrategicamente utilizada pelos portugueses no intuito de mobilizar moradores e autoridades frente ao fantasma cada vez mais real, foi herdada e reforçada pelo Estado brasileiro na tentativa de preservar a integridade do território amazônico, considerado um dos fundamentos na formação da nacionalidade. Integrada ao arsenal ideológico da geopolítica nacional, a Amazônia representou armamento indispensável dessa tessitura sócio-política, mas distanciada de seus interesses.

O clamor pela defesa da Amazônia, portanto, não esteve circunscrito ao tempo presente. O crescente temor de *cobiça* internacional³ constituiu a construção da memória histórica amazônica. Entretecido a isso, posteriormente, tal aspecto foi reelaborado numa visão e perspectiva regional, quando os adversários foram identificados como colonizadores, mas com um diferencial: também de origem portuguesa, no caso, os “irmãos do sul” do Brasil, devido o desigual tratamento dispensado pela pátria brasileira aos “filhos” nortistas. A relação de alteridade passou a marcar o processo histórico regional na crescente tensão com o *todo* nacional.

O Estado brasileiro, nesse sentido, passou a ser identificado como colonizador que favoreceria outras regiões, no caso o Centro-Sul. Além do temor estrangeiro, no bojo das tensões internas, a intelectualidade amazônica denunciava uma relação de espoliação e enjeitamento

1 REIS, Arthur César Ferreira. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira**, 1º Tomo. A Fronteira colonial com a Guiana Francesa. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1947. Ver também outra perspectiva das tensões nas fronteiras da Amazônia: ACEVEDO MARIN, Rosa e GOMES, Flávio. Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (séculos XVII e XVIII). In: **Revista de História**, nº 149 (2o 2003), pp. 69-107; GOMES, Flávio Santos. “Fronteiras e mocambos: protesto negro na Guiana Brasileira”. GOMES, Flávio (org). **Nas Terras do Cabo Norte**. Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – século XVIII/XIX. Belém: Editora Universitária da UFPA, 1999, pp. 237-335.

2 CARDOSO, Alírio. “Belém na conquista da Amazônia: antecedentes à fundação e os primeiros anos”. In: FONTES, Edilza (org). **Contando a História do Pará**. Da conquista à sociedade da borracha (séc. XVI-XIX), V. 1. Belém: E.Motion, 2002, pp. 33-60; CARDOSO, Alírio e CHAMBOULEYRON, Rafael. “Fronteiras da Cristandade: relatos jesuíticos no Maranhão e Grão-Pará (século XVII)” In: DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Os Senhores dos Rios**. Amazônia, Margens e Histórias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, pp. 33-60.

3 Destaque para a clássica produção de REIS, Arthur Cezar Ferreira, *Amazônia e a cobiça internacional*. 5a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982.

promovido pelo poder federal, paradoxalmente, representando o principal agente facilitador da exploração do grande capital. Do mesmo modo, na relação particular com o Pará, que também seria discriminado, explorado em suas riquezas naturais, o que dificultava o seu desenvolvimento, daí a necessidade da efetiva defesa regional.

Essas enunciações formuladas constituíram-se através dos clamores e denúncias de intelectuais, lideranças políticas e empresariais ao longo de várias gerações, por conseguinte, significativas das memórias processadas em tradição regionalista; tradição construída, constantemente reavivada e alimentada no tempo presente quando sentem a necessidade de ampliar seus argumentos, visto as continuidades históricas dessas atitudes espoliativas que se “repetem”⁴ ao longo do processo histórico.

A produção da inteligência regional, constituída no processo histórico amazônico e em permanente tensão com o Estado nacional brasileiro, será a temática deste capítulo, priorizando, evidentemente, os fatos resultantes dos confrontos de interesses da *parte* regional com o *todo* nacional. As narrativas dos letrados darão o norte e o compasso da escrita, apresentando o cenário amazônico ao longo do tempo, sobretudo, com a incorporação do Grão-Pará ao Império brasileiro e no decorrer da Amazônia republicana. Neste último período, a integração nacional a partir da década de 1940, sobretudo o decênio de 1960, marcará indelevelmente a face amazônica através do modelo de modernização.

A opção reconhece os riscos de empreender uma análise generalizante, no caso, de longa duração, que pode incorrer em perdas nas análises mais específicas dos acontecimentos, conforme as narrativas, mas possui a pretensão de serem esmiuçadas nos demais capítulos, conscientes que são experiências de múltiplos sujeitos em vários tempos da história amazônica, com formações distintas, interesses políticos e histórias de vidas.

Muitos já se reportaram à importância das ações dos intelectuais na interpretação do processo histórico. No caso da Amazônia, não seria diferente. A inquietação dos letrados da Amazônia vem de longa data. Na formulação de diferentes interpretações⁵, os argumentos são deveras ampliados a partir da consciência de suas especificidades em relação ao restante do Brasil, território constituído de vários *arquipélagos*, distintos e isolados que estabeleciam mais relações com

4 HOBBSAWM, Eric e RANGE, Terence (org). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.

5 MORAES, Péricles. **Os Intérpretes da Amazônia**. Manaus: Editora Valer e Governo do Estado do Amazonas, 2001; QUEIROZ, Jonas e COELHO, Mauro. “Fronteiras da História, Limites do Saber: A Amazônia e seus intérpretes”. In: _____, **Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)**. Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001, pp. 159-199.

a Europa do que entre si. Em parte, a construção narrativa decorre do caráter da própria colonização portuguesa na Amazônia.

Durante a vigência desse período, o Grão-Pará, que englobava toda a Amazônia sob o domínio português, possuía uma administração diferenciada em relação ao Estado do Brasil, sediado em Salvador, posteriormente, Rio de Janeiro. Por vários anos, vigorara no norte colonial o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís. Em 1751, durante a administração de Mendonça Furtado (enviado pelo Marquês de Pombal), foi criado o Estado do Grão-Pará e Maranhão, em Belém. Em 1772, ocorreu a definitiva separação do Maranhão, quando foi efetivando o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, sediado em Belém. A partir desses Estados, as relações políticas e econômicas eram realizadas diretamente com Portugal, além da forte influência cultural daí advinda, influenciando em sua especificidade.

O escritor, jornalista, educador e crítico literário paraense José Veríssimo (1857-1916), em seus escritos sobre a Amazônia destacou essa singularidade, representada na distinção geográfica e de sua natureza, que tinha “mais trato com o Reino que com a colônia irmã do Sul”. Nesse sentido, o Grão-Pará, como Capitania ou Estado, “desenvolveu-se e evoluiu também distintamente, por completo desligado de interesses e obrigações do estado do Brasil”. O Grão-Pará possuía uma “administração e legislação especial, inteiramente dele independente na esfera civil e religiosa”.⁶ Elaborada no último quartel do século XIX, a digressão de Veríssimo refletia a construção da identidade particular paraense no formato do todo nacional, não assentada numa relação tão harmônica nos albores da Federação republicana.

O tema da especificidade ganhou notoriedade entre a intelectualidade da Amazônia, especialmente nos momentos de tensão com o poder central brasileiro, aspecto recorrente para argumentar que não possuíam tanta identificação. A interpretação histórica foi mais uma estratégia largamente utilizada no decorrer dos anos por seus dirigentes. Era como se houve a intenção de afirmar que a Amazônia não nasceu Brasil, constituindo-se como mito diferenciador dos demais brasileiros.

Do mesmo modo que os gaúchos no extremo sul, a própria definição territorial do futuro Brasil soberano seria devido aos amazônicos paraenses na extremidade setentrional da fronteira, ainda sob a bandeira lusitana. Envolto no projeto de resguardar as áreas fronteiriças, a presença do Estado português se fez mais atuante, especialmente com a efetivação do projeto pombalino, na

⁶ VERÍSSIMO, José. “História do Pará. Estudos de história paraense por J. Lúcio de Azevedo, Pará, 1893”. **Estudos Amazônicos**. Belém: UFPA, 1970, p. 145.

segunda metade do século XVIII, quando centralizou suas ações, sem que as tensões fossem minoradas, conferidas pelos confrontos entre indígenas, moradores, religiosos e autoridades.

Convencido da grandiosidade territorial e das perspectivas econômicas apresentadas pelo Grão-Pará e associado à crônica crise econômica lusitana, as ações de Marquês de Pombal alimentavam a esperança dos paraenses na possibilidade de transferência da sede do Império português para Belém. O desejo foi percebido pelo viajante Daniel Kidder em relação ao inteligente, mas “ambicioso” primeiro ministro português, “que acalentava a idéia maravilhosa de ver transferido das margens do Tejo para as do Amazonas o trono de Portugal e seus domínios”.⁷ Realidade ou mito que a memória regional soube trabalhar no intuito de valorizar e engrandecer o Pará numa versão soberana, diferenciada do restante brasileiro.

No formato da política estatal, o período pombalino na Amazônia guarda uma peculiaridade, uma vez que teria sido o primeiro governante a valorizar sua economia, empreendendo uma política racional, mesmo com todas as adversidades enfrentadas pela natureza, considerada obstáculo à civilização. A administração de Pombal através de Mendonça Furtado, apoiada em valores ilustrados, ao buscar consolidar o interesse do Estado lusitano acabou prestigiando os grupos dominantes do Grão-Pará, subordinados diretamente ao Reino.

A memória desse período ficou marcada na região. Entusiasta da ação do Estado, a vasta produção historiográfica do amazonense Arthur César Ferreira Reis, a partir da década de 1930, recorreu ao período de Marquês de Pombal como exemplo de experiência bem sucedida, do mesmo modo com a intervenção estatal na Amazônia promovida pelo governo Getúlio Vargas, cerne da política desenvolvimentista e modernizadora, tão reivindicada para a Amazônia.⁸

Deixemos, por enquanto, esse período e voltemos ao final do século XVIII e início do XIX. As décadas que seguem à crescente derrocada da colonização portuguesa registraram acontecimentos que definiram os rumos do futuro da Amazônia. Os conflitos foram mais acentuados, sobretudo no decorrer do tenso processo da incorporação do Grão-Pará e Rio Negro ao nascente Império do Brasil. A situação começou a ser alterada no Grão-Pará com a chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808.

⁷ KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil**; tradução: Moacir Vasconcelos. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 188.

⁸ REIS, Arthur César Ferreira. *A política de Portugal no vale amazônico*. 2 ed. Belém: SECULT, 1993; REIS, Arthur César Ferreira. **Território do Amapá**: perfil histórico. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949; REIS, Arthur. *Limites e Demarcações*, op. cit. Para um interessante estudo das obras de Arthur Reis, ver: LOBATO, Sidney da Silva. *Lições de história da Amazônia: a obra de Arthur César Ferreira Reis*. In: OLIVEIRA, Augusto e RODRIGUES, Randolfe (orgs). **Amazônia, Amapá**. Escritos de História. Belém: Paka-Tatu, 2009.

A narrativa de Arthur Reis é bem pontual para um sentido natural dessa *aproximação*: “A Amazônia, com o advento de D. João, começara a aproximar-se do Brasil. Começara. As ordens emanavam do Rio, sede da Corte”. Um dos primeiros efeitos foi a nomeação das autoridades a partir da nova sede administrativa do reino português, do mesmo modo as relações econômicas também se deslocaram para o Reino americano, “é certo que muito vagarosamente”, porque era o “espírito de Portugal que animava todo o ser da região”. Na interpretação do historiador, “tudo se criava, tudo se organizava com os olhos voltados para o cantinho da Ibéria”, especialmente os “melhores entendimentos econômicos”.⁹ Marcado pela lusitanidade, influência da histórica relação política, econômica e cultural com a Europa, o Grão-Pará passou a conviver com um grande dilema. Em meio às tensões que se avizinhavam, os caminhos percorridos e as decisões tomadas ou impostas, marcaram definitivamente o rompimento de um passado mais autônomo em relação ao Brasil.

Durante o movimento liberal do Porto, em 1820, o Pará foi a primeira província a aderir ao constitucionalismo vintista, em janeiro de 1821. Com o retorno das cortes para Portugal, eleição de deputados representantes e o conseqüente processo de independência, algumas diferenças foram notadas na atuação parlamentar paraense em relação às outras províncias do Brasil. Causou estranheza no início, o posicionamento dos deputados eleitos pelo Grão-Pará, porque estes legisladores votavam de acordo com as cortes vintistas, demonstrando a maior aproximação com a causa lusitana, na perspectiva do constitucionalismo monárquico.¹⁰ Até então não especulavam a possibilidade de *ser* brasileiro.

Quando as autoridades paraenses perceberam que a proposta das cortes era o retorno dos laços coloniais, passaram a pregar o rompimento com Portugal, porém, num primeiro momento, também não pretendiam aliar-se ao *partido brasileiro* do Rio de Janeiro.¹¹ A Adesão do Pará só foi oficializada no dia 15 de agosto de 1823¹², depois de um engodo que Belém seria bombardeada por uma esquadra de mercenários a serviço de D. Pedro I, além da promessa de resguardar as propriedades dos homens de posses do Grão-Pará, caso se submetessem ao novo poder imperial.

9 REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Tempo e Vida na Amazônia**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas. (Série Alberto Torres), 1967, pp. 263-4.

10 BERBEL, Márcia. **A Nação como Artefato**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1999.

11 COELHO, Geraldo. “O Pará, a Independência e o Império”. In: FONTES, Edilza (org). *Contando a História do Pará. Da conquista à sociedade da borracha (séc. XVI-XIX)*, V. 1. Belém: E.Motion, 2002, pp. 197-222. Sobre as tensões no Pará, ver: COELHO, Geraldo. **Anarquistas, Demagogos & Dissidentes – a imprensa liberal no Pará de 1822**. Belém: Cejup, 1993.

12 O dia 15 de agosto tornou-se a data oficial durante a comemoração do Centenário da Adesão, em 1923. O festejo comemorativo durante o Sesquicentenário da Adesão, em 1973, também destacou a data, porém, conviveu com a polêmica do dia 11 de agosto, a data em que aportou Grenfell em Belém, ver: MORAES, Cleodir da Conceição. **O Pará em festa. Política e cultura nas comemorações do Sesquicentenário da Adesão (1973)**. Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, 2006.

De acordo com o escritor amazonense Márcio Souza, “Grenfell inaugura o modelo de relação que o governo central do Brasil teria com a Amazônia a partir de então: o blefe”.¹³ De forma atualizada e diferenciada do conterrâneo Arthur Reis, a abordagem do escritor Márcio Souza retomava algumas pendências e ressentimentos, constitutivas das memórias nem sempre favoráveis à definição brasileira.

Contrário ao projeto brasileiro, o presidente provincial, o lusitano coronel Vilaça, argumentava: “nós não temos nada a ver com o sul do Brasil, nada compramos do sul do Brasil e também nada vendemos para lá. Nossa economia está totalmente dirigida para a Europa”. Afirmou, ainda, que caso dispusesse de força para “garantir o seccionamento do Norte, bastará exportar as riquezas naturais para que façamos ressurgir o velho império colonial português e as riquezas do velho Oriente”.¹⁴ Apesar das recomendações contrárias, a incorporação foi sacramentada de forma trágica. Sem haver alteração do *status quo* colonial devido os resíduos da dominação lusitana, as tensões acirraram-se, com destaque para o massacre do Brigue Palhaço, em outubro de 1823, quando mais de 250 paraenses foram mortos no porão de um navio dos mercenários do imperador D. Pedro I. O fato representou a face negativa da *aproximação* com o Brasil.

A singularidade que marcou o modo de *ser brasileiro* no Pará guardará enorme significado no decorrer da formação histórica como questão mal-resolvida da nacionalidade. As distâncias não eram só físicas, mas econômica, política e cultural, as quais influíram no retardamento do “aproximar-se do Brasil”. Em vista dessa particularidade, o “antigo Grão-Pará parecia estar à margem da maior parte das mudanças que constituíram o Brasil”.¹⁵ A reflexão, com outras palavras, já inquietava a intelectualidade regional e continuou objeto de indagações ao longo da relação com o poder central.

O Grão-Pará encontrava-se marcado pela “miscigenação intensiva”, uma política apoiada pelo poder lusitano, segundo o historiador amazonense Arthur Reis, referência nos estudos acerca da integração da Amazônia ao Brasil. A partir do reconhecimento dessa especificidade, indagou: “ora, sendo a Amazônia um foco rico de lusitanidade, constituindo uma unidade política distante

13 SOUZA, Márcio. Afinal, quem é mais moderno neste país?. **Estudos Avançados**. Dossiê Amazônia Brasileira I. vol. 19, nº 53. São Paulo, 2005, p. 88.

14 COELHO, Geraldo. “Sonho de Portugal no sec. XIX e o jogo pela posse do Norte do Brasil” (entrevista). In: CARUSO, Mariléa Leal e CARUSO, Raimundo (org). **Amazônia, a valsa da galáxia**. O abc da grande planície. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000, pp. 72.

15 RICCI, Magda. O Fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: Movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do Novo Império (1808-1840). In: PRIORI, Mary Del e GOMES, Flávio (org). **Os Senhores dos Rios**. Amazônia, Margens e História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, pp. 166.

do Brasil, como explicar sua incorporação ao Império?”¹⁶ A explicação buscada e defendida pelo autor era coerente com a sua defesa da integridade nacional, que tinha a Amazônia como território fundamental desse empreendimento, legitimando o embrionário projeto de nação brasileira.

Defensor da tese de integração à nação brasileira, a interpretação de Arthur Reis não levou em consideração o *modus operandis* do Império na imposição de seu projeto: “a distância política em que crescera como estado distinto do Brasil cessara pela vontade de seus filhos. A multidão mestiça queria ser brasileira”.¹⁷ Diferentemente desse sentido e harmonização, seria a sensação após as primeiras ações do Estado nacional na província incorporada. *Ser brasileiro* no Pará não eliminou as tensões advindas daquela decisão imposta pela nova corte no Rio de Janeiro, pelo contrário, contribuiu para fomentar novos confrontos, desta vez, com proporções dissidentes e sangrentas, formadoras de ressentimentos, tão representativas, que se imiscuíram nas identidades regionais.

A tensão política, que em si revestia-se de um enorme lastro social foi agravada com a notória crise na economia paraense, a qual repercutiu sensivelmente na alimentação dos segmentos populares, arrastando-as à revolta. Sem perceber os problemas internos, a derrocada regional foi logo interpretada como repercussão do “descaso do governo imperial, cada vez mais insensível e alheio à situação de marginalização a que o Pará, sob seu domínio, viu-se reduzido”, segundo Luís Balkar. O sentimento de abandono e marginalização, em comparação a outros tempos de aparente prestígio no período lusitano, alastrava-se entre as camadas dirigentes, que souberam arregimentar os demais setores populares na tentativa de representar uma luta de interesse coletivo. As dissidências e as enormes fissuras no interior do movimento social demonstraram a dificuldade de entender os acontecimentos como meras disputas entre interesses regionais e o projeto de nação brasileira em andamento.¹⁸

Se havia a perspectiva de se formar um país independente no Grão-Pará, o projeto foi frustrado pelas circunstâncias que moveram os interesses dos grupos em disputas pelo poder, tanto na província paraense, quanto no restante do Império brasileiro em formação. Imbuído de um projeto centralizador a partir do Rio de Janeiro, as autoridades hegemônicas no Império do Brasil preocupavam-se com o parco sentimento de unidade nacional entre as dispersas províncias,

16 REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Tempo e Vida na Amazônia**, op,cit, p. 262.

17 Idem, p. 289.

18 PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. “De Vice-Reino à Província: tensões regionalistas no Grão-Pará no contexto da emancipação política brasileira”. **Somanlu** (UFAM). Manaus, v.1, n.1, 2000, p. 94.

especialmente com as que mais relutaram ao convite do projeto de integração ao todo brasileiro. Necessitava-se interiorizar a metrópole e formar um sentimento de identidade nacional.¹⁹

Essa instigante temática ainda necessita de novas pesquisas. A socióloga amazonense Marilene Correa da Silva, no trabalho *O Paiz do Amazonas*, destacou a alternativa de poder, organização e desenvolvimento de um projeto revolucionário independente da Amazônia em relação ao Brasil.²⁰ Ainda nesse tema, a historiadora paulista, radicada no Pará, Magda Ricci, que analisou *o fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil*, a despeito do chamativo título e da proposta, não aprofundou a questão, salientou que o “ambíguo processo que aproximou e repeliu os amazônidas, e em especial os paraenses, da comunhão brasileira têm marcos mais ou menos definidos, os quais busquei analisar rapidamente”. Convicta desse sentido, Ricci sinalizou para a necessidade de novas abordagens: “o que resta ressaltar é que uma mudança de foco se faz necessária para compreensão mais clara deste processo que extinguiu um antigo Grão-Pará e fez nascer a província do Pará ligada ao Brasil”.²¹ No aguardo de uma compreensão histórica *mais clara*, devido à continuidade de dúvidas e incertezas que favorecem a formação de memórias confusas alimentadoras de mitos legitimadores integrante da história paraense, é que se torna relevante o prosseguimento das pesquisas, inclusive, como formação da memória histórica.

A possibilidade abortada de um *país que se chama Pará* ou de um *Paiz do Amazonas*, esta última, na perspectiva da construção de uma “Nação Cabana”, segundo Marilene Silva, vez por outra, é lamentada e ressentida no decorrer do tempo pelas lideranças regionais quando denunciam a “discriminação” do Estado federal, a “colonização” e “exploração” pelos empresários sulistas. A história, nesse sentido, seria outra: o Pará independente e soberano, no caso da primeira possibilidade, mas imbricado à segunda, também por ser a sede provincial até a criação da província do Amazonas, em 1851, além de hegemônico até as últimas décadas do século XX.

Na intercessão entre memória e ressentimento, a lembrança do modo como sucedeu a Adesão do Pará à Independência do Brasil, ainda marca sensivelmente os paraenses. A comemoração no dia 15 de agosto de 2005, serviu de subsídio para o pronunciamento do deputado federal Nicias Ribeiro (PSDB), em Brasília, onde salientou que o Pará, em 1823, tornou-se brasileiro por “opção”. Episódio representativo da importância dos paraenses na formação da

19 LYRA, Maria de Lourdes Vianna. A utopia do poderoso Império – Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994; DIAS, Maria Odila. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005;

20 SILVA, Marilene Corrêa da. **O Paiz do Amazonas**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Pontifícia Universidade Católica, SP, 1989.

21 RICCI, Magda, op. cit. p. 192.

nacionalidade, apesar de não existir “muitos motivos para se festejar aquela decisão, em face do tratamento que a União Federal tem dado ao Pará e à Amazônia”. Em vista dessa lamentável situação, ressaltou que os paraenses devem “discutir a decisão política de 1823, que levou o Pará a integrar, na época, o Império do Brasil”.²² No uso da relação presente e passado, a enunciação do parlamentar no *locus* da capital federal sinalizava que *ser brasileiro* no Pará ainda não é uma questão plenamente resolvida e assimilada, a qual corroborava com a gênese da tradição regionalista das elites paraenses.

Na formação da memória histórica regionalista, particularidades e ressentimentos de continuidade da *colonização* contribuíram para a ameaça de separatismo que, vez por outra, é ventilada pelos grupos hegemônicos e intelectualidade amazônica no fundamento de suas críticas. O efeito da tardia adesão ao Brasil não teria alterado a situação *colonial*, somente a dominação transferida das cortes de Lisboa para as do Rio de Janeiro. O fato é também retomado a fim de demonstrar a particularidade da formação histórica e da “identidade paraense” em relação ao Brasil no sentido de promover o desejo de separação, de formar *um país que se chama Pará*. Estrategicamente utilizado em forma de moeda de barganha por tais grupos sociais no decorrer da tensa relação com o poder central brasileiro, a memória histórica passou a ser considerada como um fundamento da tessitura política.

A tensão em torno da decisão de pertencer ao Império brasileiro se prolongou por alguns anos no Pará, percebida, inclusive, pelo presidente da província, Bernardo José da Gama, o visconde de Goiana, em julho de 1831: “posso afirmar que de todas as províncias do império é esta talvez a única em que mais se tem retardado a fundação do sistema brasileiro o qual só com muito jeito e arte se poderá prevalecer”.²³ Nem tanto *jeito*, nem tanta *arte*, a repressão foi a que prevaleceu para conseguir esse intuito. A despeito de ser defensor da ordem pública imperial, Domingos Antônio Raiol, o Barão de Guajará (1830-1912), foi um dos primeiros intelectuais a criticar a política adotada pelo poder monárquico em relação ao Grão Pará: “A dependência em que as províncias viviam da corte agravavam os seus males na proporção das distâncias em que cada uma ficava do centro donde partiam as providências”. As decisões tomadas, nesse sentido, “nem sempre” foram “adequadas às necessidades públicas e quase sempre tardias, principalmente para o extremo norte, muito mais longínquo e afastado”. Conveniente seria, portanto, “confiar-

22 O discurso de Nicias Ribeiro foi publicado com algumas alterações em O Liberal, com o título: “Brasil por opção”, Artigo do Dia, 22.08.2005, p. 02

23 RAIOL, Domingos. **Motins Políticos** ou a História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará, desde 1821 até 1835. 3 volumes. Belém. UFPA. 1970 (1a edição: 1865-1890), p. 200. Para um estudo dessa obra, ver: RICCI, Magda. “História Amotinada: Memórias da Cabanagem” In: **Cadernos do CFCH**. vol. 12 nº 1/2. 1996, pp. 13-28.

lhes a própria direção de seus negócios mais peculiares, entregando-lhes a inspeção direta, o manejo dos seus principais elementos de prosperidade”.²⁴ A sugestão compunha um projeto mais autonomista, cerne das principais polêmicas travadas contra os defensores da centralização do nascente Império brasileiro.²⁵

Integrante do Partido Liberal e sem isentar a participação das autoridades enviadas pela corte imperial no Rio de Janeiro nos *motins políticos* ocorridos no Pará, desde 1821, Domingos Raiol defendeu a necessidade de maior autonomia paraense ao longo da segunda metade do século XIX. A autoridade registrou os ânimos acirrados dos grupos sociais em disputa política que geraram a explosão mais radical dos *motins*, entre 1835 e 1840, que ensanguentaram o Grão-Pará, maculando sua sociedade.

Episódios históricos que se formaram de modo indissociável da “identidade amazônica”. Para Jorge Hurley, o movimento cabano pode ser considerado o “ipiranga paraense”. Outros escritos apontam suas causas para o resultado da política implantada pelo nascente Estado imperial no Grão-Pará, que nomeava autoridades arbitrárias, despóticas, distantes do conhecimento da realidade provincial; algumas, inclusive, portuguesas, a exemplo de Lobo de Souza, o último presidente nomeado antes da invasão de Belém pelos rebeldes, desconsiderou o forte sentimento antilusitano que grassava na província.²⁶ As ações nativistas, no entanto, não direcionaram exclusivamente aos portugueses, pois foram dirigidas contra os sujeitos advindos das “Províncias do Sul do país”, alargando, inclusive, o termo *estrangeiro* utilizado no Pará.²⁷

Embora os rebeldes não defendessem claramente a proposta de ruptura com o poder regencial, nos momentos de exacerbação das tensões, a possibilidade de autonomia era evidenciada. A narrativa de Raiol traça os acontecimentos: “Com o assassinato dos principais agentes da autoridade, os rebeldes declararam a província independente do governo central, tomaram por lei o arbítrio, impuseram-se pelo terror!”. Alguns dias depois a situação foi alterada: “É certo que em 21 de fevereiro, quando apenas tinham decorrido quarenta e três dias depois do assassinato de Lobo de Souza, eles adotaram nova e oposta resolução, protestando obediência à

²⁴ RAIOL, Domingos, op.cit, p. 498.

²⁵ A posição de Raiol está inserida nas disputas entre os grupos defensores do modelo centralizador e os propugnadores da federação, ver: DOLHNNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005. ²⁶ Cf. HURLEY, Jorge. **A Cabanagem**. Belém. Livraria Clássica. 1936; DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem a revolução popular da Amazônia**. Belém: Cejup, 1990 (1a edição: 1985); SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem**. Esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: CEJUP. 1990; ROCQUE, Carlos. **Cabanagem Epopéia de um povo**. 2 vol. Belém. Imprensa Oficial. 1984; CHIAVENATO, José Júlio. **Cabanagem o povo no poder**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

²⁷ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. 2000, op.cit, p. 95.

regência e aos seus delegados”.²⁸ De acordo com as observações do vice-cônsul britânico no Pará, John Hesketh, em janeiro de 1835, descrita como “usurpação” da autoridade regencial, “se submeterem a esses atos de insubordinação, em breve poderão esperar a separação das diferentes Províncias do Brasil”. Em várias oportunidades, as autoridades inglesas temiam a perda do Pará para a “civilização” em decorrência das classes que integravam os rebeldes, ainda no estágio de barbárie, piores, inclusive, da rebelião dos negros no Haiti, que ainda assombrava os proprietários escravocratas.²⁹

Durante a liderança cabana de Francisco Vinagre, numa carta endereçada ao comandante legalista Pedro da Cunha, em abril de 1835, que persistia em atos “a pretexto de restabelecer a ordem”, sugeriu a mudança de atitude, assim: “V. S^a, consciencioso em negócio tão grave, cooperará para que o Pará não se elimine das províncias do Brasil”.³⁰ Sob a liderança de Eduardo Angelim, esses argumentos foram ressaltados num manifesto do dia 25 de outubro de 1835: “Saibam, pois, o governo geral e o Brasil inteiro, que os paraenses não são rebeldes; *os paraenses querem ser súditos, mas não querem ser escravos*”. Reivindicam “ser governados por um seu patrício paraense, que olhe com amor para as suas calamidades”, com governos estabelecidos na “lei e não com arbitrariedades”. Anunciam esperar “com os braços abertos” o governante nomeado pela regência, porém que seja confiável. Salientam, por sua vez, que “preferem morrer no campo de batalha a entregar de novo seus pulsos às algemas e grilhões do despotismo”. Por fim, em um tom de ameaça, “*se o governo da corte teimar em subjugar-nos pela força, nós teimaremos em dar-lhes provas do valor de um povo livre que esquece a morte quando defende a sua liberdade*”.³¹ A narrativa do Manifesto, integrante da memória histórica rebelde, representou ao longo do regionalismo em autêntica declaração do desejo de autonomia e exigência de respeito às particularidades paraenses, que pareciam anuladas frente à hegemonia do poder regencial.

Nessa tensão entre o regional e o nacional, o historiador amazonense Luís Balkar Pinheiro buscou refutar a artificialidade do sentimento nacional durante a formação do Estado brasileiro, quando este incorporou o Grão-Pará e desconsiderou as consequências dessa espacialização para os múltiplos grupos sociais que integravam a antiga colônia lusitana nortista. A tradição historiográfica nativista da História do Brasil não analisou os antagonismos, as tensões internas no início do século XIX no Grão-Pará, do mesmo modo negligenciou “o peso de um passado de vida

²⁸ RAIOL, Domingos, op, cit, pp. 804-805.

²⁹ CLEARY, David (org). **Cabanagem**. Documentos ingleses; trad. Christine Moore Serrão. Belém: SECULT/IOE, 2002, p. 152.

³⁰ RAIOL, Domingos, op, cit, pp. 647-648.

³¹ Idem, p. 939. Grifo nosso.

autônoma que as duas colônias de Portugal na América (Brasil e Grão-Pará) vivenciara ao longo dos séculos”, acrescida das relações de poder integrante do projeto de unidade nacional.³²

A questão jamais poderia ser entendida como a consolidação da “consciência nacional” entre os “brasileiros do Pará” contra os restauradores portugueses, pois “diziam muito pouco para a imensa maioria da população regional”. Sem desmerecer sua força durante a emancipação, esses “termos serviram como construções discursivas habilmente trabalhadas pelas elites em suas disputas por poder e prestígio”. A historiografia não pode esconder o fato de que a emergência da suposta “consciência nacional” expressa situação específica de determinados grupos locais, porém, seu uso pelos discursos políticos liberais, escamoteava os conflitos internos, nos quais a sociedade percebia que a incorporação nacional, além de “ambígua”, tinha a nuance “pessimista”. As tensões entre nação e região de certo modo clarificaram as oposições estabelecidas entre os diversos grupos rebelados no interior da Cabanagem.³³

As ações dos grupos que assumiram a posição radicalizada na tomada do poder enfatizaram as tensões regionais, sobretudo nos discursos dos presidentes cabanos quando protestam e reivindicam alteração na relação com o poder central. As práticas dos líderes rebeldes foram materializadas nas “críticas ao tratamento dispensado à Província pelo governo imperial, marginalizando a importância e a participação do Grão-Pará no contexto nacional que então se abria”.³⁴ Mas o nativismo cabano não pode esconder as dissensões internas promovidas por índios, mestiços, negros, libertos, que continuaram marginalizados no decorrer das lutas e estavam indiferentes à questão da “consciência nacional”, segundo Luís Balkar. Ademais, a ausência de consciência não era somente *nacional*, o pertencimento *regional* estava longe de ser incontestável.

A narrativa do viajante francês Emile Carrey sobre o encontro de um grupo rebelde com um proprietário paraense que tentava escapar dos rebelados sinaliza para outras interpretações. Em vão o líder do grupo tentou salvar a vida do proprietário com o argumento de que não era português, mas “brasileiro, como nós”. A resposta desmistificava as versões do nativismo e do regionalismo: “Não, não! É um fazendeiro. Morra como os outros!”.³⁵ Desse modo, a questão social não podia ser encoberta por outros valores, que podiam estar longe dessa realidade. A interpretação de outro estrangeiro, no caso, o alemão Handelmann, é singular nesse sentido: “a sublevação apresentou-se como uma guerra de índios contra os brancos, dos destituídos de bens

³² PINHEIRO, Luís Balkar (2000), p. 90.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ Apud PINHEIRO, Luís Balkar (2000), op, cit, p. 104.

contra os que possuíam bens (...) a guerra dos sem terra (índios) contra os proprietários (brancos)”³⁶

Embora o nacionalismo e o regionalismo estivessem pulverizados e malgradados, as advertências contra as ações repressivas da corte, outra atitude de Eduardo Angelim ficaria marcada na memória com um sentido “patriótico”. Num almoço com o capitão da marinha inglesa B. Strong, segundo relato de Domingos Raiol, “houve quem o aconselhasse a proclamar a separação política do Pará, como nação livre e independente”, tendo a promessa de proteção estrangeira. Angelim teria respondido que “não trairia nunca a sua pátria para trocar o nome de cidadão brasileiro com a qual se julgava enobrecido!”³⁷ Constituído-se em novo mito, o fato passou a ser enaltecido como patriotismo cabano, em defesa do território nacional, na tentativa de negar a versão de que a Cabanagem fosse um movimento separatista. Versão alimentada durante as comemorações pela Adesão à Independência do Brasil, em 1923, no contexto da efeméride nacional do ano anterior.

A derrubada do mito patriótico só foi revelada posteriormente com a descoberta da documentação pesquisada pelo historiador inglês David Cleary, armazenada no *Public Records Office*, em Londres. No entendimento do pesquisador, “não há nenhuma evidência no material consular ou militar reveladora de um interesse britânico em aproveitar-se da Cabanagem para encorajar a separação da Província do Grão-Pará do restante do Brasil, ou de anexar a região”. Havia, sim, uma “preocupação com as intenções da França na região, e apoio ao Governo Imperial...”³⁸ Para melhor fundamentar o argumento, o próprio Eduardo Angelim teria afirmado que “o Pará não é separado do Brasil”³⁹, no momento em que era pressionado pelos ingleses a fim de indenizá-los devido o furto de um navio britânico carregado de armamentos pelos rebeldes de Salinas, no litoral paraense.

A mais polêmica descoberta realizada pela documentação revela a tentativa do regente Diogo Feijó⁴⁰ de utilizar tropas estrangeiras para reprimir os rebeldes. A solicitação deu-se numa conferência particular e confidencial com o ministro inglês Henry Stephen Fox e Monsieur Pantois, ministro francês. O regente desejava que a Inglaterra, a França e Portugal reunissem no Pará, no mesmo período, tropa de cerca de 1.000 soldados, com cerca de 300 a 400 de cada nação,

³⁶ HANDELMANN, Gottfried Heinrich. **História do Brasil**. 4ª edição. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982, p. 262.

³⁷ RAIOL, op, cit, p. 945.

³⁸ CLEARY, David (org). **Cabanagem**. Documentos ingleses, op, cit, p. 21.

³⁹ *Ibidem*, p. 25.

⁴⁰ Sobre a atuação de Feijó, ainda que não destaque sua atuação na repressão aos cabanos, ver: RICCI, Magda. **Assombrações de um padre regente**. Diogo Antonio Feijó (1784-1843). Campinas-SP: Ed. Unicamp, Cecult-IFCH, 2001.

“como se fosse por acaso”. A tropa ficaria de prontidão e “tal cooperação, ele julga, seria suficiente justificada, ao que parece, pelo interesse geral da humanidade e civilização”, além de proteger as propriedades dos respectivos conterrâneos.

Os ministros da Inglaterra e o da França concordaram, mas fizeram uma ressalva: que o “comunicado fosse feito por escrito”. Feijó respondeu que a Constituição do Império vedava a entrada de soldados estrangeiros no território nacional sem a aquiescência da Assembléia Geral. Em vista desse impedimento legal, o regente encontrava-se “impossibilitado de colocar sua proposta por escrito”. Ademais, seria “desonroso para o Governo” oficializar sua incapacidade, “sem ajuda estrangeira, de dominar um punhado de rebeldes desgraçados”.⁴¹

A autoridade brasileira solicitava, também, a comunicação aos seus respectivos governos que a entrevista era uma “conversa confidencial com o Regente”. A decisão do envio das tropas ficava ao encargo estrangeiro. Finalizava com a solicitação que omitisse o ocorrido com os ministros brasileiros residentes na Inglaterra e na França. Consciente da ilegalidade de sua atitude sigilosa, Diogo Feijó utilizava a justificativa que a repressão interessava à humanidade e à civilização, acrescentada pela proteção da propriedade, seria uma forma de sensibilizar os ministros para uma causa defendida não circunscrita ao governo do Brasil. O convite sigiloso demonstrou o modo de tratamento do poder central pelos paraenses desde os primórdios do ser brasileiro, o que ganhou repercussão negativa entre a intelectualidade paraense, como veremos no último capítulo.

O desprezo pelos habitantes do *outro* Brasil que subverteram a ordem pública, esta, pretensamente apoiada na civilização, dirigia e fundamentava a ação do poder colonizador, representada pela Regência hegemônica e centralizadora. O *modus operandi* do regente Diogo Feijó contra os “rebeldes desgraçados” da Província do Pará não esteve dissociada da complexa relação sócio-racial do período, perceptível na descrição formulada pelo ministro Henry Fox numa correspondência com o Lorde Palmerston, em novembro de 1835, quando temia pela “perda do Pará”, o qual considerava “um golpe severo contra a propriedade do Brasil”. Em caso de “sucesso de tamanha insurreição como esta, terá consequências muito mais terríveis” para as demais Províncias.

O ministro inglês salientava, por sua vez, que não havia “nenhuma probabilidade de que os índios ou os negros venham a estabelecer qualquer coisa parecida com um governo ou uma forma regular de sociedade”. Numa avaliação catastrófica, segundo seus valores, decretava: “Se a revolução não for dominada agora, a grande e fértil Província do Pará pode ser considerada

41 CLEARY, David (org). **Cabanagem**. Documentos ingleses, op, cit, p. 189.

totalmente perdida para o mundo civilizado”.⁴² Perdida para a civilização! O Pará encontrava-se à beira da barbárie! O alarme enunciado pela autoridade inglesa sinalizava para a necessidade de retomar a ordem, independente dos custos da repressão. Todo o sacrifício era pouco para o cultivo da civilização, mesmo na distante Amazônia.

As considerações do ministro inglês sobre “as variedades mais sem valor da espécie humana” no Pará, conforme outro comunicado, amparava-se em saberes e valores constitutivos de seu tempo. A civilização do branco europeu era o modelo para toda a humanidade, mas encontrava-se seriamente ameaçada de ser efetivada em terras do Pará, sobretudo pelas pessoas promotoras da revolta, consideradas mais inferiores que os negros da revolução no Haiti. Este pensamento também era defendido e incorporado pelo dirigente máximo da Regência, além de ser *desonrado*, caso solicitasse ajuda internacional para a repressão dos *desgraçados* rebeldes que atentavam contra o projeto de manutenção da unidade territorial. A depreciação era tamanha, que até as elites locais sentiram-se envergonhadas com a fase lutuosa vivenciada pela província paraense, devido a ameaça aos seus projetos.⁴³

Em meio à ação repressora, os deputados paraenses no Parlamento Imperial aproveitaram para denunciar o sentimento de abandono da Província nortista. Em 1837, um parlamentar afirmava: “Tão infeliz é esta Província que a sua representação nacional não corresponde àquilo que deveria ser”. *Apenas três membros*, esse era o número dos representantes na Corte, uma divisão que estava aquém da suposta grandeza a qual o Pará ainda imaginava possuir, possivelmente comparado com o tempo de autonomia do ido lusitano. Dois anos antes, o Visconde de Goyanna declarava que enfim a “Corte do Rio de Janeiro se lembra de dar uma medida séria para o Pará, porque há muitos anos está aquela Província abandonada”.⁴⁴ A *medida séria*, no caso, era a repressão aos revoltosos, remédio inevitável para a manutenção da ordem pública.

Legitimado pela defesa da ordem pública constitucional, a legalidade imperial, momentaneamente regencial, triunfou frente aos movimentos *anárquicos* e *desordeiros* ameaçadores da boa sociedade, sustentada na grande propriedade escravista. Movimentos sociais dessa natureza, como a revolta cabana no Pará, não poderiam continuar grassando entre a população, em especial a desprovida de posses, sob pena de colocar em xeque não só o princípio da autoridade e da propriedade, mas a integridade territorial do Império brasileiro.⁴⁵ Ademais, existia

42 Idem, p. 187.

43 RAIOL, Domingos, op, cit; RICCI, Magda. A história amotinada, op,cit.

44 Apud PINHEIRO, Luís Balkar (2000), op, cit, p. 95.

45 Cf: MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2004; CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**. A elite política imperial. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1990.

a agravante dos movimentos de independência das colônias espanholas na América, fragmentadas em várias repúblicas, dominadas por caudilhos e em permanente tensão social. O exemplo “negativo” dos vizinhos sulamericanos, a começar pelo regime republicano, teria que ser evitado.

A situação do Grão-Pará não foi um caso isolado. Marcada por tensões políticas, a formação das nações na América Latina também repercutiu em suas questões regionais, contribuindo na própria fragmentação das ex-colônias espanholas. As que permaneceram unidas, não significaram que suas rivalidades foram abandonadas porque passaram a integrar o mesmo Estado-Nação.⁴⁶ A descentralização, nesse caso, não poderia ser um legado para o nascente Império brasileiro. A incorporação da Amazônia foi o exemplo mais contundente do posicionamento do poder imperial em seu processo de interiorização. A nação em formação não poderia abdicar da soberania territorial, indispensável à consolidação da identidade nacional, embora não pudesse extirpar sentimentos fragmentários.

Após a superação da fase negativa na memória oficial, a Cabanagem representou um dos principais exemplos de resistência regional contra injustiças e opressões, em especial, do governo central, formadora do símbolo da identidade amazônica na perspectiva da efetivação da Nação Cabana, independente da nação brasileira.⁴⁷ Na construção da memória histórica amazônica, especialmente em Belém, a “capital cabana”, marcou de modo singular o seu processo histórico. Num diálogo estreito com o regionalismo, a versão contraposta ao poder do Estado brasileiro ganhou novos referenciais, tanto na academia quanto nos diversos segmentos sociais, ampliando a essência do descontentamento regional.

Ecos dessa memória, o sociólogo Pasquale Di Paolo produziu no contexto de redemocratização política e do Sesquicentenário da Cabanagem, comemorada em 1985, um sentido revolucionário para o movimento social que lutou contra a opressão das autoridades imperiais. Atualizada e influenciada pelos efeitos da Doutrina de Segurança Nacional durante a intervenção mais sistemática dos militares na Amazônia, a interpretação de Di Paolo reiterou a tese do colonialismo promovido pelo Estado imperial: “A política nacionalista do Rio de Janeiro, de fato, não visava tanto a independência do país, mas a conquista das colônias portuguesas”. A Amazônia, de acordo com esse interesse, “passava do status de colônia dependente de Portugal para colônia dependente do Rio de Janeiro”. A doutrina da “segurança e decoro nacional” justificava o colonialismo interno, “baseado no princípio geo-político da hegemonia sudestina no

⁴⁶ PRADO, Maria Lígia. **Formações das Nações Latino-Americanas**. São Paulo: Atual, Campinas: Ed. UNICAMP, 1986.

⁴⁷ SILVA, Marilene Correa da. Op. cit, pp. 249-291.

Brasil”. A “lei do império” apresentava-se com o “império da lei”. Os “caboclos” da Amazônia, nesse sentido, “tinham que aceitar esta hegemonia através da persuasão ou com balas: não havia escolhas”.⁴⁸

Influenciado por uma visão regionalista, para Di Paolo, o movimento revolucionário nortista ameaçou o poder central, a geopolítica sudestina e o nacionalismo brasileiro, portanto, tinha que ser debelado em nome dos novos grupos hegemônicos. Transformar os perdedores em colonizados foi a consequência mais visível, com reflexos nas relações posteriores entre o Estado Nacional e a Amazônia. A interpretação ganhou notoriedade na academia e nos movimentos sociais, reforçando as rusgas contra o Brasil.

O movimento marcou histórica e socialmente a Amazônia. As interpretações mais recentes ainda registram marcas negativas do tratamento brasileiro, como analisou o escritor amazonense Márcio Souza, segundo o qual, entre 1823 e 1840, o Norte recebeu a intervenção política militar do Império, além de perder suas principais lideranças históricas, “deixou de ser uma administração colonial autônoma para se transformar numa fronteira econômica”. A derrota do Grão-Pará e a consequente “destruição pelo Império do Brasil” foi comparada de forma audaciosa, segundo o autor, como se “o Sul tivesse vencido a Guerra de Secessão, nos Estados Unidos”. Após dezessete anos de guerra civil na Amazônia, o saldo foi o sacrifício de 40% de seus habitantes. A anexação ao Brasil “destruiu todos os focos de prosperidade”. Não houve diálogo entre os políticos do Império brasileiro e as lideranças nortistas. “E o vento levou o Grão-Pará”.⁴⁹

O escritor amazonense ainda ressaltou que caso as autoridades imperiais não tivessem passado o tempo reprimindo revoltas populares, a exemplo do Grão-Pará, conjecturou que o processo de formação da sociedade brasileira resultaria diferente. “Na realidade, o Grão-Pará foi reinventado em Amazônia pelo Império do Brasil”, posteriormente “propôs para a região derrotada uma nova e conveniente imagem, que ainda não se ajustou totalmente e às vezes causa desconforto”.⁵⁰ Ressentimento atualizado, embora com novas interpretações, Márcio Souza retomou tradicionais reflexões amazônicas, assentado em feridas não cicatrizadas condenatórias do sentimento e orgulho nacional.

Na contramão dessa visão nativista, os sujeitos históricos, genericamente denominados de cabanos, são múltiplos e defensores de complexos projetos sociais, que iam de grandes proprietários de escravos, aos índios, tapuios, quilombolas, escravos, mulheres, religiosos, brancos.

48 DI PAOLO, Pasquale, op. cit, p. 195.

49 SOUZA, Márcio, op. cit. pp. 92-93.

50 Idem, p. 96.

Longe de serem os representantes da “revolução popular” em levantes contra o poder central brasileiro, tão significativo para as narrativas regionalistas, as últimas pesquisas redimensionam essa interpretação, na perspectiva de sondarem as várias estratégias dos sujeitos que viviam nos rios, florestas, lugarejos, vilas e cidade (Belém) na imensa Amazônia.⁵¹

Para as motivações deste trabalho, o que sobressai dessas tensões é a memória de um projeto derrotado de autonomia, um país que não foi concretizado, embora não claramente explícito, permanecendo os ressentimentos do modo de incorporação ao todo brasileiro. Para ampliar o descontentamento, sobretudo, a partir do final do século XIX, as diferenças na composição territorial começam a contrariar as classes hegemônicas amazônicas. Esses grupos incomodavam-se com a emergência de práticas culturais fundamentadas na modernidade e civilização europeia, em formação no centro do poder imperial, distantes da realidade da Amazônia, um lugar que carregava o estigma de selvagem. A incorporação ao nacional, nesse sentido, não seria completa sem os benefícios do progresso e da modernidade.

Em busca da modernidade contra o estigma selvagem

Na década de 1840, o panorama social não era dos mais agradáveis na Amazônia. Restituída a ordem pública e a definitiva incorporação ao Império do Brasil, que efetivava uma política centralizadora a partir da corte no Rio de Janeiro, a degradação e a penúria de boa parte da população integraram o quadro social na decadente província paraense. Para coroar a nova situação, a perda da liberdade por parte de alguns de seus moradores através da instituição dos Corpos de Trabalhadores⁵², especialmente os desprovidos de propriedade, a fim de evitar novas revoltas, entre outros interesses econômicos, como a necessidade de valorizar o trabalho na perspectiva civilizadora, representou um duro golpe promovido pela ordem instituída em defesa do projeto nacional.

Foi nesse contexto que o Pará foi descrito pelo viajante e pastor metodista norte-americano Daniel Kidder, em 1848, com um quadro lamentável, quando “uma das mais belas e

51 Para uma abordagem desta nova perspectiva, ver: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Nos Subterrâneos da Revolta:** lutas e tensões sociais na Cabanagem. Tese de doutorado, São Paulo: PUC-SP, 1998; FERREIRA, Eliana. *Em Tempo Cabanal. Cidade e mulheres no Pará imperial – primeira metade do século XIX.* São Paulo, Dissertação de Mestrado, PUC, 1999; RICCI, Magda. *Do Patriotismo à Revolução: História da Cabanagem na Amazônia.* In: FONTES, Edilza (org). **Contando a História do Pará.** Belém: E. Motion, 2002, pp. 225-266.

52 FULLER, Cláudia Maria. *Os Corpos de Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará.* Belém: UFPA, **Laboratório de História**, no 1, 1999.

ricas regiões do globo ficou quase inteiramente desolada”. Influenciado por valores religiosos, o pastor metodista descreveu que “apesar da prodigalidade com que a natureza embeleceu o Pará, lembrando a cada passo a munificência do criador, poucos são os lugares que nos sugerem tão dolorosas reflexões sobre a miséria e a maldade humanas”. Kidder foi taxativo ao analisar a região a partir do contato europeu: “Difícilmente se encontra uma página de glória em sua história”.⁵³

Desprovida de fatos gloriosos em seu processo histórico, conforme a interpretação do viajante, a qual poderia estar assentada no exemplo visualizado da tragédia recente, que causou considerável perda humana, além de significativo estrago sócioeconômico. O fato acentuou o grau de estagnação que marcou o Grão-Pará até meados da década de 1870, quando o extrativismo da borracha passou a recuperar gradualmente a economia nortista. Desse modo, a gravidade da situação social da província só fez ampliar as diferenciações no interior do Império brasileiro, criando os germens da disparidade da Amazônia frente às províncias do Sul. Diferenças percebidas pelos viajantes que visitavam a província do Norte.

Ainda no clímax de restabelecimento da ordem pública e dos problemas sociais gerados pela desestruturação produtiva e modos de vida dos habitantes da região, a cidade do Pará, como era conhecida Belém, recebeu o naturalista inglês Henry Walter Bates, em 1848. Em suas descrições e comparações, percebeu algumas diferenciações entre o norte e o sul do Brasil. Os aspectos positivos do Norte foram enumerados: “a cidade do Pará era a mais florescente de todas as cidades portuárias brasileiras”, considerando mais limpa, o clima mais saudável, bucólico e aprazível, devido sua exuberante vegetação. Em relação ao caráter da população, “era mais simples, de temperamento e hábitos mais pacíficos e afáveis”, com os crimes de morte, diferentes das províncias do Sul, eram praticamente desconhecidos. Porém, a negatividade foi logo emendada:

Por outro lado, os naturais do Pará eram muito inferiores ao brasileiro do Sul em matéria de energia e iniciativa. Sendo barato os víveres e os aluguéis, e poucas as necessidades do povo – pois eles se contentavam com tipos de alojamentos e comida que seriam recusados até pela classe indigente da Inglaterra – eles passavam a maior parte do tempo entregues a desregramentos ou divertimentos fornecidos gratuitamente pelo governo ou pelos cidadãos mais abastados da cidade.⁵⁴

Valores etnocêntricos de civilização e racismo, próprios da cultura europeia do período, moldaram e influenciaram a reflexão do naturalista inglês. A visão era corroborada pela ausência de *iniciativa* e *energia* dos habitantes da província nortista, tão lamentada pelo capitalismo da maior

53 KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil**; tradução: Moacir Vasconcelos. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 217.

54 BATES, Henry Walter. **Um Naturalista no Rio Amazonas**; tradução: Regina Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 25.

potência do mundo, que estabelecia comercialização com o sul brasileiro e com a produção extrativista do Pará. Se o olhar do viajante desvalorizava a cultura local, anos depois, o interesse comercial pressionou, juntamente com os norte-americanos, pela abertura dos rios da Amazônia para o mercado mundial; uma forma de moldar o modo de vida amazônico de acordo com a emergente prática capitalista, que não vinha acompanhado somente de interesses econômicos, mas no rastro da modernidade e civilização.

Na intenção de evitar a pressão imperialista, já sucedia pelos norte-americanos em outros territórios da América, além do favorecimento econômico proporcionado pela livre navegabilidade, o senador Tavares Bastos defendeu a liberdade de tráfego nos rios da Amazônia. Até então, o Império brasileiro temia o avanço estrangeiro por um território ainda não inteiramente integrado, o que prejudicava sensivelmente o interesse regional. Somente a partir de 1867, a Corte autorizou a navegação.⁵⁵

A abertura dos rios amazônicos ao comércio nacional e estrangeiro é considerada um marco na tentativa de frear o isolamento regional. Os efeitos foram logo percebidos devido à maior dinâmica comercial, que coincidiu com o alento econômico e social proporcionado pela produção gomífera, acrescida da ampliação da movimentação comercial, amenizando suavemente décadas de infortúnio, mas sem conseguir superar as rugas e desconfianças com o poder brasileiro.

O descontentamento contra o desnível de tratamento dispensado pelo Império às províncias nortistas* foi descrito por José Coelho da Gama e Abreu, o Barão de Marajó, no início da década de 1880, registrou que “não há um jornal, conservador ou liberal, livre pensador ou clerical”, que não defenda a “propaganda de uma reacção contra o predomínio das províncias do Sul”.⁵⁶ Formado em matemática e filosofia pela Universidade de Coimbra, foi professor, pesquisador e líder político na Província, o Barão de Marajó integrava um grupo de estudiosos da situação em que se encontrava a Amazônia. O texto formulado inseria-se no contexto de seus pares letrados, inquietos com a desagradável realidade.

Concluiu que “de ha muito lavra e se robustece nas duas províncias a crença de que ambas são quasi completamente olvidadas pelo Sul do Império em tudo o que para suas irmãs é concedido”. Por determinado tempo, essas queixas “não passaram de um murmurio”, mas com o

55 BASTOS, Tavares. **O Valle do Amazonas**. Estudo sobre a livre navegação do Amazonas, Estatística, Produções, Commercio, Questões fiscais do Valle do Amazonas. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866.

* Desmembrada do Pará, a província do Amazonas foi criada em novembro de 1850.

56 ABREU, José Coelho da Gama e (Barão de Marajó). “Ao Leitor”. **A Amazonia. As províncias do Pará e Amazonas e o Governo Central do Brasil**. Lisboa: Tipographia Minerva, 1882.

tempo o *murmúrio* se acentuou não somente contra o “abandono e menosprezo”, também contra a “ignorância que os factos diariamente revelavam sobre as cousas da Amazônia”. E a reação se torna maior “com a pouca atenção que as reclamações ainda as mais justas mereceriam do governo central”. As injustiças e os inconvenientes da extrema centralização contribuíram para a propaganda que proclama “a necessidade urgente de descentralização” e o desejo de externar a “separação da Amazônia do resto do Império”.

Subscrita por ampla camada social, o que ampliaria a força de seus argumentos, a série de queixumes favoreceu propostas extremas, com a intenção de sensibilizar o poder imperial. O Barão afirmou, ainda, que essa propaganda “baseia-se em fatos que a população conhece, e que o menos ilustrado dos nossos concidadãos aponta e comenta”.⁵⁷ Em suma, os leitores da imprensa não eram os únicos a comungar daquele sentimento, transmitido por um membro dos grupos hegemônicos da Amazônia no final do século XIX, legitimava a força da reivindicação.

Em meio ao clímax de sentimento de inferioridade e desprestígio, a situação também foi percebida pelo viajante francês Henri A. Condreau, quando percorreu a Amazônia no final do século XIX, parecendo incorporar a descrição anterior do Barão de Marajó, além de acrescentar outros significativos detalhes, como a “fermentation autonomiste, ou même separatiste” das duas províncias nortistas.⁵⁸

O final do século XIX, especialmente na passagem para o regime republicano pareceu não alterar o quadro amazônico. Nos artigos publicados no *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, provavelmente em 1891, José Veríssimo esboçou de forma sucinta alguns aspectos da região “menos conhecida” a merecer mais atenção e estudo por parte dos demais brasileiros. Em decorrência de seus aspectos geográficos e formação histórica, é uma região “distinta do Brasil”, além de “socialmente alheia a ele”. Numa relação comparativa, o Estado do Grão-Pará mereceu sempre do governo da metrópole portuguesa “os maiores e mais sérios cuidados”. A incontestável diferença histórica e geográfica “explica as tendências separatistas” existentes nos dois Estados da Amazônia, “principalmente no Pará”. A *distinção*, inclusive, no tratamento estatal lusitano e brasileiro, reforçava a necessidade de exigir uma relação mais equânime no interior federativo.

Viva na memória, o escritor lembrou a longa luta civil nas primeiras décadas do século XIX que “mais profundamente veio separar essa parte da sociedade brasileira da do Sul”. Em terra onde foram excitadas as animosidades, urgia, sabiamente, “apagar e extinguir todas causas

57 Idem, pp. 35-36.

58 Apud REIS, Arthur Cezar Ferreira, 1982. **Amazônia e a cobiça internacional**, op. cit, p. 119.

que possam reavivar ódios e acender dissensões”. Tais fatos reforçam o “espírito de desapego nacional e separação”, por isso, mereceriam mais atenção da República.

Veríssimo reiterou, por sua vez, que o Pará “não pensa em separar-se”, mas a República não pode ficar à mercê de fortuitos acontecimentos. “Velemos para que se não desintegre a grande pátria brasileira”, no caso específico da Amazônia, reconhecida como “a mais futura do Brasil”. Desse modo, não pode continuar a ser “tratada com pouco apreço com que tem sido, assim como os seus governos”. As tendências separatistas não podem ser lisonjeadas, antes, “se esforcem por orientar a sua civilização no sentido nacional”.⁵⁹ Sabiamente, o escritor utilizava-se de modo estratégico da especificidade histórica e geográfica paraense no intuito de sensibilizar o poder republicano para o perigo de dissensão territorial. Um perigo para as ambições grandiosas do Brasil. O nacionalismo de José Veríssimo passava antes pelo sutil regionalismo, em especial, o paraense. Regionalismo, nesse sentido, interpretado como “sadio” pelo reitor da Universidade Federal do Pará, Aluysio Chaves, no prefácio da organização da obra de Veríssimo.

Não bastava a luta no campo econômico. As imagens depreciativas construídas em outras partes do Brasil também tinham que ser combatidas. O estudo do Barão de Marajó acerca das duas províncias da Amazônia, publicado em 1895, tentou reverter com “verdadeiro conhecimento” as versões construídas sobre a região que “eram senão ignoradas, apenas conhecidas dos brasileiros e de alguns estudiosos que na Europa liam antigas crônicas e narrações de viagens”. A ignorância dos demais brasileiros era notada nos “Estados do Sul da Republica brasileira”, os quais conheciam “imperfeitamente” a Amazônia. O desconhecimento influenciava

A maior parte dos habitantes d’elles se affiguravam estes dous Estados sómente como serras habitadas por hordas de selvagens bravios, como inhospitos e invios sertões com poucos e mingoados povoados em que abundam os animais e aves, das quaes tão lindas amostras lhes chegam ás mãos levados nos vapores que navegam desde o Rio de Janeiro até Manáos.⁶⁰

Estabelecidas e constituídas as diferenças no interior do Brasil, a inferioridade e atraso tinham endereços fixados no Norte do território nacional. Os estereótipos construídos no Sul brasileiro, por serem frutos do desconhecimento, preocupavam e incomodavam a intelectualidade paraense devido às repercussões depreciativas que causariam à Amazônia. Cimentadas em teorias

59 VERÍSSIMO, José. *Amazônia (Aspectos Econômicos)*, op. cit, p. 171.

60 ABREU, José Coelho de Gama. (Barão de Marajó). **As Regiões Amazônicas**. Estudos chorographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas. 2a edição, Belém: Secult, 1992 (Lendo o Pará; 12), p. 05.

raciais e evolucionistas, amplamente disseminadas entre os letrados europeus, incorporadas pelos intelectuais brasileiros do Sul, tais ideias ganharam a chancela científica.⁶¹

O Pará, nesse sentido, seria considerado um lugar *inhospito* de natureza e habitantes selvagens desprovidos de progresso e civilização, certamente, por contar com forte presença indígena, enquanto os estados do Sul seriam desenvolvidos, civilizados e em pleno processo de modernização. Valores inexistentes que angustiavam as autoridades e letrados amazônicos, por também almejarem os frutos da modernidade, progresso e civilização.

A divulgação dessas diferenciações prejudicava determinados benefícios econômicos que poderiam vir para o Norte, a exemplo da campanha contra a vinda de imigrantes europeus para a Amazônia realizada nos estados do Sul brasileiro, especialmente em São Paulo, que disputava as verbas de subvenção do governo em relação à mão-de-obra estrangeira, a qual acabou beneficiando a lavoura cafeeira, embora, também bancassem as despesas. A estratégia do governo paraense foi intensificar a propaganda no exterior, como no álbum *O Pará em 1900*, subscrita por inúmeros intelectuais que, por sua vez, também se amparavam nos referenciais de civilização e progresso que o Pará, especialmente Belém, podia proporcionar aos trabalhadores europeus.⁶² Afinal, os trópicos amazônicos também poderiam oferecer a modernidade exigida pelos padrões estrangeiros.

A disputa pelo imigrante europeu estava longe de ser uma questão exclusivamente econômica. “As distinções regionais, nesse contexto, opõem o *Sul* branqueado pela imigração (São Paulo inclusive), capitalista, ao *Norte*, atrasado, com alto percentual de população mestiça e negra classificada como inferior”. A partir desses referenciais étnico-culturais, a “idéia de *desequilíbrio* regional tem uma definição mais racial do que climática e remete à mestiçagem”.⁶³ Intelectuais do porte de Silvio Romero questionavam a diferenciação na distribuição do imigrante, situação que poderia gerar, inclusive, um sentimento separatista entre os estados preteridos; posição certamente defendida pelas elites amazônicas.

As diferenciações no formato do Estado brasileiro já se instituíam com mais visibilidade proporcionadas pela consolidação do regime imperial, por conseguinte, a derrota do movimento rebelde e a efetiva incorporação do Grão-Pará ao Brasil, conformaram nova interpretação no final

61 SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993; ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

62 Sobre essa propaganda, ver: FONTES, Edilza. “O Paraíso Chama-se Pará: O álbum ‘O Pará em 1900’ e a propaganda para atrair imigrantes”. In: BEZERRA Neto, José Maia e GUZMÁN, Décio de Alencar (org). **Terra Matura**. Historiografia & História Social na Amazônia. Belém: Editora Paka-Tatu, 2002, pp. 257-271.

63 SEYFERTH, Giralda. “Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão migratória no Brasil”, op, cit, p. 103. (Grifo da autora).

do século XIX. De acordo com Evaldo Cabral de Melo, para as autoridades do Império e boa parte da República Velha, a geografia regional estava bem definida nas províncias, depois estados. “Nada de nordeste, nem de sudeste, nem de centro-oeste”. Mas nem sempre foi harmônica tal divisão, conforme a manifestação de dois parlamentares na capital federal:

Quando em 1888 um deputado paraense, Mâncio Ribeiro, aludiu aos vastos horizontes da Amazônia, causou espécie na Câmara. Um colega mineiro estranhou-lhe a expressão, indagando onde é essa Amazônia de que o nobre deputado tanto tem falado; e Coelho Rodrigues, representante piauiense e lente da Faculdade de Direito do Recife, veio alertar severamente a assembléia contra o fato de que “ultimamente vai-se acentuando, em algumas das nossas províncias certa tendência separatista que traduz-se nas novas denominações de pátria paulista, Amazônia, etc que me fazem rezear também a divisão do Brasil se mudar-se a forma de governo”.⁶⁴

Embutida entre a querela parlamentar, a emergência da questão regional despertou a curiosidade do representante mineiro sobre um lugar *distante* e desconhecido do *centro* brasileiro, afinal, Minas Gerais integrava, juntamente com São Paulo e Rio de Janeiro, as províncias hegemônicas do Brasil. Ademais, a denominação Amazônia para a região que integrava o Pará e o Amazonas ainda estava em processo de invenção. Do mesmo modo, o diálogo motivou o desconforto de um piauiense sobre uma possível ameaça de dissensão territorial. Se o parlamentar levantou a hipótese, era porque já havia sinais desarmônicos entre os membros do centralizado Império, o qual vivia o seu ocaso.

Nessa redefinição, a questão cultural assentada em valores raciais, passou a integrar, juntamente com os aspectos sócioeconômicos, fatores que justificavam a desigualdade nacional. Num contexto de forte presença do racismo científico entre a intelectualidade do Rio de Janeiro e São Paulo, a Amazônia representava a parte inóspita, atrasada e selvagem do território brasileiro. O estereótipo de região habitada por índios, negros, animais exóticos e selvagens, floresta desprovida de ação humana, portanto, longe de integrar a modernidade e civilização, modelos da sociedade ocidental. Tais valores reforçaram o estigma da inferioridade amazônica em relação ao Sul brasileiro integrando a ideologia dessa diferença. Imagens depreciativas que pautaram as lutas dos regionalismos ao longo século XX.

A diferença construída pelo discurso colonial é uma estratégia de exercício de poder, torna-se uma forma de apresentar o colonizado como uma população de degenerados, na tentativa de justificar o seu poder dominador. Numa forma de crença, o “estereótipo requer, para uma significação bem sucedida, uma cadeia contínua e repetitiva de outros estereótipos”.⁶⁵ A

⁶⁴ MELO, Evaldo Cabral. **O Norte Agrário e o Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984, p. 12.

⁶⁵ BHABHA, Homi K. “A Outra Questão o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo”. **O Local da Cultura**, op. cit, p. 120.

permanente repetição narrativa é o que se sucederá ao longo do século XX, despertando, assim, a intelectualidade regional para a missão defensora, frustrada por também não conseguir alcançar a modernidade, um meio de galgar o progresso e a civilização, despindo-se dos estereótipos de inferioridade.

A sucinta digressão pelo alvorecer do século XVII ao crepúsculo do XIX demonstrou o desenrolar das tensas tessituras envoltas na relação regional e nacional, especialmente a partir da incorporação ao Império do Brasil, mas permaneceram residuais nos anos posteriores. A passagem do XIX para o XX encontrou um ambiente propício para a conformação dos argumentos regionalistas dos letrados amazônicos, período de grandes transformações através das promessas de modernidade, coroada como único paradigma de progresso e civilização na Amazônia.

Entre a modernização e o regionalismo

A República no Brasil veio acompanhada de enorme expectativa de modernização, mesmo com o advento de percalços e desventuras ao longo do século XX.⁶⁶ Na Amazônia não foi diferente. Com o advento do projeto republicano e o *boom* da borracha a partir do final do século XIX, um surto modernizador e de progresso varreu a Amazônia, transformando Belém e Manaus em modelos de urbanização nos trópicos, inspirados nas principais metrópoles europeias, em especial, Paris. A perspectiva de melhoria econômica entrelaçou-se com a constituição de novos valores. A intensa circulação monetária proporcionou inédito consumismo e eufórica efervescência de novas práticas culturais.⁶⁷ O efêmero *glamour* condicionado pela borracha, todavia, não conseguiu escamotear as tensões que se desenhavam nos bastidores políticos em torno da dependente e flutuante economia gomífera do mercado internacional.

A despeito da constituição de um Estado liberal, com a proposição de certa autonomia aos estados, as contestações foram acentuadas, devido à percepção de uma relação desigual no interior da Federação, já em processo de hegemonia política de paulistas e mineiros na primeira fase republicana. Durante a polêmica questão acerca da representação paraense no Congresso

⁶⁶ GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. SCHWARCZ, Lília Moritz (org). **História da Vida Privada no Brasil**: contraste da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp. 489-558. (História da Vida Privada no Brasil; 4)

⁶⁷ SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: Riqueza produzindo a Belle-Époque (1870-1912). Belém: Pakatatu, 2000. MASCARENHAS, Ednéia. **A Ilusão do Fausto**. Manaus 1890-1920. Manaus, AM. Editora Valer, 1999.

Nacional, por considerar aquém de sua importância, Macário, articulista do jornal *O Democrata*, em julho de 1890, externou a possibilidade da “Proclamação de uma República Amazônica”.⁶⁸ Episódio que sinalizava para as disputas e as diferenças no interior do recém inaugurado regime republicano, destacado pelo descontentamento contra o poder central por um dos grupos que disputava a hegemonia política no Pará.

Em meio à valorização gomífera e a tentativa de modernização aos moldes da civilização da Europa, determinados intelectuais brasileiros percorreram rios e florestas tecendo polêmicas interpretações, uma das mais notórias foi alinhavada por Euclides da Cunha, renomado intérprete da Amazônia. O consagrado autor de *Os Sertões* registrou que a região lembrava uma “página do Gênesis” ainda a ser escrita. O paraíso estava “perdido da civilização”, onde o homem seria um “intruso impertinente”, a terra era imatura e sem história. Nessa relação nem sempre harmônica entre homem e natureza, conformada por suas relações sociais, a exemplo da situação do seringueiro que trabalha para “escravizar-se”, a grandeza da natureza integrava a identidade amazônica. “Tal é o rio; tal, a sua história: revolta, desordenada, incompleta”, ou seja, estaria *à margem da história*.⁶⁹ Margem esta, que também poderia significar da história do Brasil, visto a distância física, dificultando a unidade nacional. O sertão amazônico parecia distante do litoral civilizado.

A modernidade na selva, para lembrar a obra de Foot Hardman, apresentava seus paradoxos. Na perspectiva da construção euclidiana, Alberto Rangel, ao analisar as condições do aventureiro seringueiro em relação com a natureza, utilizou o desabafo de um sujeito derrotado pela selva, a qual definiu que a Amazônia era um *inferno verde*. A resposta da terra era reveladora: “perdô-te e compreendo o estigma que me lanças. Fui paraíso. Para a raça íncola nenhuma patria melhor, mais farta e benfazeja”. O caboclo, que vivia desvalido, renunciado e silencioso, contudo, adorava a terra denegrada. Diante dos insucessos do “branco”, o nativo murmurava: “contudo aqui se soffre, mas ainda se agüenta...”.⁷⁰

As reflexões de Rangel referendavam as observações de Euclides da Cunha sobre a força da natureza amazoniana no confronto com o homem: “Oh! infeliz Invasor! Fadejas *desenraizado*,

68 FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886-1897)**. Tese de Doutorado. Niterói. Universidade Federal Fluminense, 2005, p. 85.

69 Euclides da Cunha percorreu a Amazônia no início do século XX, mais precisamente em 1904; dessa sua experiência, produziu algumas reflexões, que foram reunidas após seu falecimento em 1909. CUNHA, Euclides. **À margem da História**. São Paulo: Cultrix; Brasília, INL, 1975, pp. 12-20. Ver: TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o paraíso perdido**: tentativa de interpretação de uma presença singular na Amazônia e a conseqüente evolução de um pensamento sobre a paisagem étnico-cultural, histórica brasileira, alargando-se nos horizontes da história transcontinental. 4a edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1992; QUEIROZ, Jonas e COELHO, Mauro, op, cit.

70 RANGEL, Alberto, op, cit, pp. 281-2.

descontente, praguendo, mas fertilizas... Por ti sou denegrida; que importa! impassível, porém, aguardo as gerações que hão de seguir, cantando o carro de meu triumpho!”⁷¹ A esperança estava depositada em raças superiores, vigorosas e inteligentes, que assentariam a obra de civilização, a fim de sobrepor a força da natureza, tão aguardada pela inteligência regional e nacional.

Embora com relevante interpretação, sobretudo, por ser amparada na ótica euclidiana, como era de se esperar, a visão construída não foi totalmente acatada pela intelectualidade regional, entre eles, Raymundo Moraes, apesar de não desmentir Euclides da Cunha, cunhou a denominação de “paraíso verde” e “terra de promessa” como resposta àquela detração de Rangel, que urgia ser desmentida.⁷²

De paraíso terrestre à região infernal, as imagens da Amazônia oscilavam, pendendo para a depreciação nos momentos de maiores dificuldades sociais e econômicas. Intelectual que vivia no Rio de Janeiro e consumia o modelo de modernidade desejado para a região, o amazonense Araújo Lima, retrucou: “Essa terra não é inferno nem paraíso; nem terra misteriosa nem terra paradoxal: é simplesmente uma terra fraudada e saqueada”.⁷³ O escritor elaborou essa apreciação a partir dos efeitos deletérios da decadência econômica, tendo 1912 o marco do *crach* amazônico, devido a superação pela produção gomífera asiática. Embora direcionasse sua economia para a extração de madeira, castanha e outros produtos, até meados da década de 1940, a produção regional entrou em processo de estagnação, ficando *à margem* do desenvolvimento econômico nacional, sobretudo da paulista, impulsionada pela produção cafeeira, alicerce de sua industrialização.

Se com a fase áurea da produção gomífera, as objeções ocorriam, com a posterior crise econômica, contribuiu ainda mais para alimentar a indignação das lideranças amazônidas devido ao “abandono” pelo governo federal. Nesse quadro de infortúnio, intelectuais, políticos e homens de negócios mobilizaram-se contra a situação desfavorável, dando início à invenção da questão regional da Amazônia, uma região que se apresentava sofrida, abandonada e desprotegida, antecedendo, inclusive, a *invenção do Nordeste*, que teria se constituído a partir da década de 1920, de acordo com a produção de Durval Albuquerque.⁷⁴ Alijado do jogo político nacional na primeira República, os estados do Norte e do Nordeste tinham parca capacidade de barganha junto ao

71 *Ibidem*, p. 182.

72 MORAES, Raymundo. **Na planície amazônica**. 7a ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. (Coleção Brasil 500 anos).

73 LIMA, Araújo. **Amazonia, a terra e o homem**. Rio de Janeiro: Editoral Alba Limitada, 1933, p. 93.

74 Durval afirmou que a repercussão da seca de 1877, combinada com a decadência econômica das elites, marcou a imagem pedinte do Norte, ver: ALBUQUERQUE, Durval Muniz, op, cit.

poder federal, que estava subordinado aos grupos dominantes sulistas, identificados com a economia do café.

Atuantes e inseridos no processo histórico republicano, inúmeros intelectuais dos mais diversos segmentos sociais e ideários políticos, preocupavam-se com a desenvoltura do projeto nacional, ainda movidos pelo paradigma de civilização e progresso.⁷⁵ Num sentido mais regional, a partir do interesse da Amazônia, não seria tão diferente. Em plena crise econômica vivenciada nos anos que se seguiram, uma plêiade de letrados se debruçou sobre seus mais angustiantes infortúnios. Conscientes de suas missões⁷⁶ em defesa dos interesses amazônicos, as narrativas dos escritores-cidadãos arrogavam-se em denunciar a omissão do Estado nacional e as imagens depreciativas construídas no Sul. Atitudes que degeneraram em vitimizações e favores com sentido de mendicância em relação às benesses do governo central, contribuindo para inferiorizar ainda mais a Amazônia.

As críticas partiam, sobretudo quando recorreram ao apoio das autoridades no Rio de Janeiro na tentativa de socorrer o látex aos moldes do café através do Convênio de Taubaté, sucedido em 1906. O levantamento principiou algumas ações do governo federal através do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no intuito de valorizar o produto, com destaque para o Plano de Defesa da Borracha, durante o governo do presidente Hermes da Fonseca, em janeiro de 1912. Em busca de uma alternativa mais racional, o Plano previa um ambicioso projeto para a heveicultura, como plantio, industrialização, imigração, saúde, transporte, produção de alimentos e pesca. Houve entusiasmo inicial pela recuperação da Amazônia, todavia, o projeto foi abandonado pelas autoridades do Rio de Janeiro.

O advogado e economista Roberto Santos, estudioso da prática econômica do período, na década de 1980, reconheceu que o Plano foi mal implementado pelo poder central, caracterizado por ações descontínuas, que criava “elevado nível de boas expectativas numa hora e o irresponsável aniquilamento delas na hora seguinte, exprimia a grande incompetência técnica com que a União enfrentou o problema amazônico”. A incompetência denunciada “chegou às raias do ridículo e mal escondia o crescente desinteresse federal pela região”. A política oficial representou

⁷⁵ Para um estudo das ações de intelectuais nesse período republicano, ver: MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001; PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e a nação; tradução: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Editora Ática, 1990.

⁷⁶ Ver a reflexão de Sevcenko acerca dos intelectuais no início da República, destacando Euclides da Cunha e Lima Barreto. SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

uma “nova sorte de *massacre*, em certo sentido menos destrutivo que o colapso econômico”.⁷⁷ Convencido do abandono relegado, traduzido em aniquilamento, irresponsabilidade, incompetência, desinteresse, por fim, massacre, só referendou suas críticas desferidas aos órgãos governistas.

Na tentativa de demonstrar a importância do produto regional, Roberto Santos salientou que o processo de industrialização do Brasil dependeu das divisas geradas pelo látex transferidas para o Sul, um argumento para melhor criticar o poder federal quando mais se precisou de uma contra-partida. Os interesses da União em relação ao café e ao parque industrial implantado conduziram a uma “política num sentido discriminatória, que em última análise resultava em marginalização da região”, refletida nos programas de imigração, à distribuição de créditos e as condições para o desenvolvimento.⁷⁸

Antes mesmo do ápice da crise, em 1908, quando as receitas eram elevadas e maiores o poder de consumo, notava-se um desequilíbrio na relação econômica estabelecida com os sulistas, “por sermos apenas consumidores”. O resultado era prejudicial ao “Norte”, que mantinha sua conta corrente, “*com grande saldo devedor*, para liquidação, a prazo curto; por isso que lhe compra larga quantidade de seus produtos, sem nada lhe vender”. A preocupação excessiva com a economia gomífera, por deslocar boa parte da mão-de-obra para a extração do látex, acelerava a crise de abastecimento, daí a política de incentivo ao trabalhador imigrante a ser destinado à produção.

Em relação ao controle fiscal exercido pela federação, o comerciante da praça de Belém, Amando Mendes, não perdeu a oportunidade de “fazer lembrar, sem ressentimentos o que d’alli usufrúe a União”, comparando com as pequenas despesas, é uma “*parcella muito moderada*, em face das receitas allí arrecadadas”.⁷⁹ O levantamento realizado por uma autoridade amazônica diretamente interessada na modificação das relações estabelecidas com o governo central, longe de ser um simples discurso, deixava à mostra as diferenças regionais e a política econômica federal destinada à Amazônia, no momento em que mais necessitava de retribuição.

A arrecadação também foi alvo do pronunciamento do comerciante José Simão da Costa durante o *Congresso de Defesa Econômica da Amazônia*, realizado em Manaus, em agosto de 1913, devido às “*iniqüidades do systema fiscal*” praticado contra a Amazônia, lugar onde as “condições

77 SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 259. (grifo do autor)

78 Idem, pp. 285; 305.

79 MENDES, José Amando. **A Crise da Amazônia e a Borracha, 1908**. 2a Edição Revista e Augmentada, Pará, Typographia Santos, 1908, pp. 26 e 29. (grifo do autor)

de vida e o desenvolvimento industrial” não são “equiparáveis às do Sul”. As diferenças demonstram-se “tão grande, quanto a distancia que as separa”. Em tom de ameaça, caso não ocorresse a alteração do “systema tributário do Norte do Brazil”, torna-se necessário “ter a coragem cívica de dizer á Nação inteira, que os laços da União” conduzem “nossas justas aspirações progressistas ao suicídio lento”. A repercussão não favorecia os estados nortistas, haja vista que “acabarão por axhaurir todas as forças economicas d’esta bellissima fracção do Brazil”.⁸⁰ Denúncias como essa, no ano seguinte dos impactos do *crach* da borracha, tornaram-se recorrentes nas narrativas regionalistas amazônidas, conferidas por sujeitos sociais envolvidos e interessados na urgente alteração da política nacional.

Em sua clássica análise, fundamentada em larga pesquisa, o economista Roberto Santos concluiu que desde meados do segundo reinado, o contribuinte amazônico “passou a pagar anualmente ao governo nacional muito mais que a média dos contribuintes brasileiros”. Contudo, os investimentos da União na Amazônia, “em proporção ao número de habitantes, era das mais fracas do país”.⁸¹ Esperava-se a partir do colapso econômico que os gastos do poder central na região aumentassem. “Sucedeu, porém, o contrário”. Os dados levantados comprovam o montante da arrecadação do governo federal durante o *boom* gomífero. Entre 1889 e 1916, o tesouro nacional retivera 78% do que arrecadara no Pará. De 1889 a 1899, o Pará contribuiu com 3% a 8% da receita bruta federal. A partir do momento que o Acre foi incorporado juridicamente à União, a contribuição da Amazônia variou de 5 a 10%, chegando até 13,8% da renda nacional.⁸²

Conscientes desses números, já naquele período, estrategicamente, dirigentes e comerciantes passam a reivindicar um melhor tratamento por parte das autoridades do Rio de Janeiro como retorno financeiro para superar o problema econômico. “Ao procurar a ajuda do governo federal, os amazônicos não se sentiam implorando caridade ou pedindo favores especiais”, devido aos benefícios para a economia brasileira gerados pela expansão gomífera.⁸³ Por não conseguirem a contribuição prometida pelo poder central, nem qualquer sinalização que poderiam receber, a indignação passou a tomar conta das elites paraenses: “Por que recusar a esta infeliz região a proteção que merece pelo muito que lhe tem concorrido já para a prosperidade do

80 COSTA, José Simão da. **O Estado do Pará e as suas Riquezas Naturaes**. Discurso proferido no Congresso de Defesa Economica da Amazonia, em 16 de Agosto de 1913. Belém: Livraria Universal, Tavares Cardoso e Ca, Pará. 1913, p. 18.

81 SANTOS, Roberto, op, cit, pp. 292-293.

82 Idem, p. 293.

83 WEISTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993, p. 256.

Brasil?”, queixava-se um revoltado comerciante de Belém, cobrando a contrapartida federal.⁸⁴ Sentimento de desprezo, acompanhado da retórica síndrome de perseguição, marcaram a lamentação paraense.

Os membros da Associação Comercial de Belém, diretamente interessados num desfecho favorável, mostravam-se ofendidos e revoltados pela desconsideração do governo central para com a crítica situação da região, demonstrado num folheto divulgado, que indagava de modo ressentido: “Por que razão tamanho ódio e tão pertinaz perseguição a este Norte infeliz?”.⁸⁵ Atitude regionalista semelhante tomou o parlamentar amazonense Luciano Pereira ao comparar a situação vivida com o resultado da força dos deputados sulistas em defesa do café: “a União era uma mãe para o Sul e madrasta para o Norte”.⁸⁶ Como se fosse uma grande família desunida, a Federação era acusada de ser maléfica para a filha nortista e bastante condescendente com os irmãos mais abastados.

As enunciações de paraenses e amazonenses, embora como arma de pressão, inauguravam na República uma prática que se tornou contínua na crítica ao poder central: o enfeitamento. A necessidade de um Estado interventor e paternalista emergia, devido a descentralização promovida pela República liberal, sob a hegemonia dos cafeicultores paulistas, desinteressados da situação gomífera.

Ao utilizar todas as armas que poderia dispor, a questão do Norte estava inventada! Antes mesmo da questão nordestina, apesar da força representada pelos efeitos do problema da seca desde a década de 70 do século XIX, porém esta possuía uma maior visibilidade perante a opinião pública do Centro-Sul. O regionalismo da Amazônia, por sua vez, ganhava dimensão além da fronteira regional, mas sem conseguir sensibilizar as autoridades federais, confrontando a já questionável unidade nacional da primeira República. “O período da borracha vai permitir a emergência da *região* e a fundação de *uma questão amazônica* a partir de elementos essenciais”. A Amazônia aparecia “timidamente no cenário nacional, com sua história de desimportância e desprestígio”, a começar “com suas oligarquias mais do que nunca envolvidas com o negócio rendoso do momento – um começo pouco promissor para os interesses locais”.⁸⁷ As enunciações amazônicas foram repisadas ao longo do século XX, marcando o seu modelo de regionalismo, sem prescindir da estratégia pedinte e ressentida a fim de conquistar os benefícios clamados.

⁸⁴ Idem, p. 245.

⁸⁵ Idem, p. 246.

⁸⁶ PRADO, Maria Lígia Apud NOGUEIRA, Ricardo. Amazônia e a questão regional: um regionalismo sufocado. **Somanlu**. Revista de Estudos Amazônicos, v. 1, n. 01, 2000, p. 116.

⁸⁷ CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro. **Região e Sociedade na Amazônia brasileira**: política, ciência e mitos. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade de São Paulo, 1996, p. 94. Grifo da autora.

A explosão da crise transpareceu aos representantes amazônicos que a solidariedade republicana terminou quando desmoronou a economia gomífera. Afinal, cessavam-se as receitas para os cofres da União, inviabilizando qualquer possibilidade de socorro estatal. A repercussão da crise não ficou circunscrita ao econômico, haja vista o efetivo rebaixamento político no tabuleiro da Federação. O pior estava por vir. “O status de dependência, rompido em relação a Portugal, reproduz-se com nova feição a partir de 1912, relativamente ao centro dinâmico do país”, após um intervalo histórico subordinado de forma direta aos centros mundiais do capitalismo industrial e financeiro.⁸⁸

De acordo com a análise do economista Roberto Santos, alterava-se a histórica relação mais próxima com o mercado externo. Agora, além dessa perda, a Amazônia se submetia política e economicamente ao Centro-Sul brasileiro. No sentido exposto, o distanciamento, uma marca de sua identidade, estrategicamente utilizado pelas narrativas regionalistas, entrava em decadência, anunciando graves problemas a serem enfrentados, sem a certeza da contribuição federal. Nesse momento, mais do que nunca a Amazônia encontrava-se dependente e submissa ao modelo de Estado liberal indiferente com a desdita regional.

Apesar das reivindicações e pressões, a derrocada econômica não foi paralisada. No embate dos grupos hegemônicos regionais contra a posição do governo federal, interpretada como omissa e discriminatória, constatou-se que no “curso dos acontecimentos indicou aos paraenses que a Amazônia ocupava ainda uma posição política subordinada, apesar de toda a retórica da descentralização”.⁸⁹ A grita foi generalizada entre comerciantes, intelectuais e lideranças políticas, sobretudo, quando recorreram ao apoio do poder central, porém, não foram atendidos. A amarga experiência, vez por outra, costumou ser lembrada nos anos posteriores como parte dos argumentos regionalistas contra a política do Estado nacional destinada aos amazônidas.

O regionalismo não era uma questão desprovida de reflexão. O geógrafo amazonense Ricardo Nogueira apontou alguns impedimentos do regionalismo na Amazônia, a começar pela predominância do extrativismo. Diferente de outras regiões, a economia amazônica, além de não ser capaz de formar uma elite poderosa, impediu o fortalecimento do discurso regionalista, mesmo que partisse das elites, “para surgir um regionalismo que afirme uma região frente a um Estado nacional”. Em outros casos no Brasil, existiram estreitas relações entre agropecuária, propriedade da terra, poder local e poder central, porém na Amazônia isso não ocorreu, porque a terra não

88 SANTOS, Roberto, op, cit, p. 312.

89 WEISTEIN, Bárbara, op, cit, p. 177.

significava valor. Nessa relação entre latifundiários, poder local e economia regional, a história da Amazônia demonstra que seus “mandatários sempre foram alheios à região”. Esse alheamento, muito por serem promovidos por sujeitos adventícios, resultou na onerosa situação econômica regional.

Ricardo Nogueira afirmou que no período colonial, eram os missionários; no imperial, os governantes indicados não possuíam “laços locais”. No republicano, especialmente, no efêmero período da borracha, a elite política não era originária da atividade extrativa. A parte que lucrou era a estrangeira ligada às casas exportadoras, o outro segmento não formulou projetos de desenvolvimento regional além do extrativismo. Já os seringueiros, sobretudo, os nordestinos objetivavam ganhar dinheiro e retornar à sua terra natal.⁹⁰ Em torno desses impedimentos, encontrava-se *sufocado* o regionalismo na Amazônia.

Nem tanto sufocado, porém, sua força era ineficaz. Nesse confronto pela hegemonia dos favores da Federação, que claramente favorecia a economia cafeeira, as pressões das autoridades amazônicas não foram emudecidas e todas as armas foram desembainhadas. Num banquete oferecido pelas Associações Comerciais da Amazônia à Imprensa do Rio de Janeiro, em 1915, o crítico literário paraense José Veríssimo, influente entre seus pares na capital federal, foi escolhido para “advogar” a causa da Amazônia no momento de sua maior aflição econômica.

Em meio aos petiscos e sobremesas, argumentou na ocasião que a borracha era também do interesse da economia nacional, requerendo, para isso, a contribuição dos poderes públicos e dos órgãos de imprensa, a fim de “destruir qualquer ruim germen de malevolência e desunião que o menosprezo ou a indiferença do Centro” em relação à região, tornando-se “natural” a criação nas populações amazônicas “e dos quais já há, infelizmente, mais de um sinal”. Portanto, considerava-se a “obra de são patriotismo não lhes acoroçoar o desenvolvimento”. Utilizando-se novamente da especificidade histórica e geográfica, Veríssimo destacou as questões que favorecem na região “veleidades, que aliás não compartilho, as quais cumpre desanimar”.⁹¹ A ação do intelectual paraense não era aleatória, mas com alto teor de pragmatismo, pois invocava um fundamento demasiadamente reiterado em anos anteriores e que de todo não estava superado.

Veríssimo, estrategicamente, fazia questão de salientar os aspectos diferenciadores da Amazônia em relação ao Brasil, que podiam contribuir numa possível tentativa separatista, caso não houvesse a solução da demanda requerida. Enunciado em meio à crise econômica regional, o

⁹⁰ NOGUEIRA, Ricardo. Amazônia e a questão regional: um regionalismo sufocado. **Somanlu**. Revista de Estudos Amazônicos, v. 1, nº 1, 2000, p. 116.

⁹¹ VERÍSSIMO, José. “Discurso de Oferecimento”, op, cit, p. 93.

argumento do intelectual nortista desterrado no Rio de Janeiro tentava sensibilizar o sentimento patriótico de políticos, empresários e órgãos da opinião pública presentes na solenidade na capital federal. Lugar social que, historicamente, forjava o projeto de unidade nacional e sempre temeroso de qualquer fragmentação.

Nem o lauto banquete surtiu o efeito desejado, muito menos o credenciado intelectual conseguiu reverter a gravidade da situação. As denúncias dos letrados amazônicos, por sua vez, não cessavam. Em 1920, o escritor Luiz Cordeiro, detalhando com farta documentação o desenvolvimento da produção econômica paraense de 1719 a 1920, refutou as várias omissões e benefícios adquiridos pelo poder central em relação à economia regional, mas com onerosa imagem para a Amazônia.

Num relato metafórico, analisou a relação paralela entre as sociedades e os países, baseada na educação sentimental, “as Mães brasileiras”, afirmou Cordeiro, reservam a maior “parte dos seus carinhos e cuidados aos filhos mais fracos e doentes, por ellas considerados os mais infelizes”, já os pais preferem os mais fortes, os mais sábios. “Na Federação não fomos nem uma coisa nem outra”, lamentou, “somos enteados, e ficamos conhecidos como gastadores de quanto nos proporcionava a natureza, no entender delles, - sem trabalho”.⁹² A continuidade de adjetivos que lembravam o favorecimento de outros membros da *família* brasileira em detrimento da *enteada* Amazônia, apesar da denúncia contida, reforçavam a inferioridade regional.

Desprovida de cultura e trabalho racional, a natureza da Amazônia parecia distanciada do modelo modernizador. Condenatório, o estigma do não-trabalho acompanhava a Amazônia, onde o modelo de extrativismo, representado pela força e predominância da natureza nas relações humanas, não condizia com o trabalho capitalista fundado na indústria e assalariamento. Por ser considerado o paradigma da modernidade, encontrado em outras regiões, inclusive, das *irmãs* brasileiras do Sul, o trabalho racional favoreceria o desabrochar da civilização.

Envolta de valores paternais, transparecendo a carência de proteção estatal, a metáfora elaborada ganhou consistência no decorrer da tensa relação com a União. Reiteradamente, a União era descrita com a imagem de *madrasta*, do mesmo modo, a Pátria como *padrasta* da *enteada* Amazônia, a narrativa de Cordeiro deu argamassa à construção da tradição regionalista. A família brasileira, isto é, a Nação, desvelava-se desunida, com seus membros insatisfeitos devido às diferenças de tratamento. E para os amazônidas, não seria por ingratidão da filha, mas pelo desprezo da mãe-Federação brasileira.

92 CORDEIRO, Luiz. **Estado do Pará**. Seu Commercio e Industrias, de 1719 a 1920. Belém: Tavares Cardoso & Ca, 1920, pp. 40-41.

Em várias passagens de sua reflexão, Cordeiro contesta a imagem de perdulária e de abastada criada sobre a Amazônia, geradora do argumento de não necessitar de contribuição financeira por parte do governo central. Em vista disso, os recursos seriam desviados e destinados para beneficiar os Estados do sul.⁹³ Contribuía para isso, provavelmente, os mitos construídos durante o fausto gomífero, quando seringalistas “acendiam” seus charutos com notas de libras esterlinas, numa aberrante demonstração de esbanjamento e desperdício de recursos, proporcionada pela natureza, sem trabalho, na versão depreciativa, ignorando o sofrimento dos seringueiros pobres.

Em meio à formação regional e nas pendengas com o nacional, as condições sócioeconômicas amazônicas, continuavam sendo questionadas por autoridades e letrados. A Amazônia, considerada uma região de características próprias, isto é, *um país de águas e selvas*, foi percebida numa viagem do escritor modernista Farias Gama, que ao “percorrel-a de uma á outra parte”, descreveu no “extremo Norte de nossa Pátria” uma região pouco desbravada, “flagiciada pela incúria de todos os governos”, onde a população é reduzida à “condição de ilotas na própria patria”.⁹⁴ A comparação contundente em relação aos escravos espartanos não seria inovadora, haja vista se reportar à servidão e subserviência dos nortistas para outros membros da Nação mais aquinhoados, compondo a memória constituída de inferioridade e atraso, por conseguinte, submissão e dependência.

A triste narrativa conferia a descrição do contexto regional. Ao percorrer o *interland* amazônico na segunda década do século XX, especialmente o Baixo-Amazonas, o cronista, promotor e juiz Alfredo Ladislau (1888-1934), cearense radicado no Pará, constatou a situação de penúria e fragilidade regional, contribuindo para afirmar que a Amazônia é “uma grande vítima das suas próprias grandezas”.⁹⁵ A síntese reflexiva e paradoxal baseava-se na natureza exuberante e na grandiosa possibilidade de progresso, contudo, a região encontrava-se arruinada e indefesa. O drama maior é que, em curto prazo, não havia perspectiva de alteração do quadro sócio-econômico. A terra amazônica continuaria imatura, reforçando a memória cunhada por Euclides da Cunha, no início do século XX.

A ruína também era imputada às administrações locais, especialmente as do “poder central, cujo desamor a esta região faz pensar que ela é ainda uma terra estrangeira na consciência nacional...”. O ataque aos dirigentes sulistas, detentores do poder na União, era incisivo: “O

93 Idem, pp. 39-40.

94 GAMA, Farias. **Scenographies de um país de águas e selvas (regionalismo)**. Belém, 1924, p. 17.

95 LADISLAU, Alfredo. **Terra Imatura**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971(1a edição: 1926), p. 27.

Extremo-Norte implora e reclama, angustiosamente, proteção aos poderes centrais, e o nosso clamor perde-se na grande distância que deles nos separa”. Embora recebesse algum auxílio, “ele jamais ultrapassaria essa verdade legítima que a União ainda nos deve”, como o Nordeste que começou a receber recursos para as obras contra a seca.

Pouco mais de uma década depois da crise gomífera, o clamor pela proteção federal permanecia latente entre os letrados da Amazônia, mas não ecoava com tanta potência para sensibilizar até as distantes autoridades encasteladas no Rio de Janeiro, literalmente. Na finalização da reflexão, Alfredo Ladislau reiterou repetitiva denúncia, conforme o diálogo de dois personagens: “O Extremo-Norte nunca existiu, Aiúna, e, quem sabe? Jamais existirá, talvez para os estadistas do Sul”.⁹⁶ Transmitindo sua fala através de Arianda no diálogo com Aiúna, o cronista, angustiado e temeroso com o futuro regional, analisou a sofrida situação amazônica com a sensação que o momento parecia não ter fim.

Juntamente com o “atraso” do Nordeste, que formam “dois grandes asilos de penúria”, tais diferenças registram que os “filhos do Sul olham com soberbo indiferentismo, orgulhados pela sua invejável prosperidade”.⁹⁷ A constatação de Ladislau encontrava-se no contexto de definição das diferentes regiões no interior do território nacional, onde o desequilíbrio regional entre o Sul, desenvolvido e moderno, contrastava com o Norte, “atrasado”, decadente e dependente do financiamento da União. Ademais, a hegemonia política no Estado federal era exercida pelos dirigentes “sulistas”, especialmente dos grupos ligados aos cafeicultores paulistas. No momento, o Nordeste era inventado e separado do Norte, constituindo uma região com problemas específicos, a exemplo do flagelo da seca, que passou a compor a *disizibilidade* e *visibilidade* da região.⁹⁸

Durante o primeiro período da República, o Estado nacional vigorou predominantemente sob a bandeira do liberalismo, o que acarretou uma maior descentralização política, numa espécie de arremedo do federalismo, pois a autonomia era considerada um modelo de organização que seria “capaz de impedir o separatismo, justamente porque respeitaria a diversidade regional”.⁹⁹ Os mecanismos do poder público, todavia, não eram desprezados, haja vista serem utilizados como extensão dos interesses privados, especialmente pelos setores hegemônicos das oligarquias paulistas e mineiras. São fatores que contribuíram para o agravamento das desigualdades regionais,

96 Idem, pp. 18 e 20.

97 Idem, p. 61.

98 ALBUQUERQUE, Durval Muniz, op.cit.

99 Segundo as reflexões de DINIZ Filho, Luiz Lopes e BESSA, Vagner de Carvalho. Território e Política: as mutações dos discursos regionalistas no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 15, 1995/1.

sobretudo, em relação à Amazônia e ao Nordeste, os quais vivenciavam inconfessáveis dificuldades em seus onerados orçamentos.

Baseado nesse formato territorial da política republicana, “estão lançadas as sementes não apenas de uma disparidade regional, mas também de seu aprofundamento”.¹⁰⁰ A definição territorial estava intimamente influenciada pelas relações de poder, especialmente com a formação das regiões. E para ampliar o desespero dos amazônidas, não poderiam contar com o amparo do poder federal, que vigorava sob a bandeira fragmentária do liberalismo, vivenciada na hegemonia dos estados do Centro-Sul, descompromissado com o fortalecimento da unidade nacional.

A relativa autonomia dos estados, por gerar um problema para a coesão nacional, foi condenada pelos opositores do regime ao interpretarem como uma ameaça de separatismo. Defensor de um Estado centralizado, Alberto Torres, nas primeiras décadas do século XX, defendeu uma ação mais unitária do Estado federal. A reflexão foi aprofundada por Oliveira Viana e Azevedo Amaral nas décadas de 1920 e 1930, reiterando o papel do Estado como modernizador e centralizador da sociedade brasileira. A questão somente foi implantada com o advento do poder interventor de Getúlio Vargas, em especial na vigência do autoritário Estado Novo, quando Oliveira Viana e Azevedo Amaral foram influentes ideólogos.¹⁰¹ A partir desse momento, o Estado Nacional tornou-se o demiurgo coordenador da modernização, para isso, tornava-se essencial a centralização política para melhor planejar o desenvolvimentismo.

Enquanto essa intervenção não chegava à distante Amazônia, a pendenga da parte regional com o todo nacional, continuava incólume. As narrativas anteriores ganharam a contribuição do amazonense Araújo Lima, nos idos de 1933, contida em suas análises “anthropogeographicas” do homem do Amazonas que “traz o estigma aviltador que o obscurece na qualificação ethnologica brasileira”. Desse modo, o amazônico é um “anathematizado”, considerado um “indigno da grandeza da terra que lhe coube”. Nos quadros da antropologia social da época, é assinalado com “um padrão negativo, eliminável, se não eliminado, das perspectivas previsíveis no evoluer das sociedades humanas”.¹⁰²

100 SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. “As diferenças no Território”. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 4a edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

101 Ver, nesse sentido, a produção de TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**: introdução a um programa de organização nacional. 4a edição. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. Conferir também as elaborações de Oliveira Viana: REIS, José Carlos. “Civilização Brasileira e Otimismo Ultraconservador (trágico): Oliveira Vianna e a via autoritária da integração do Brasil à civilização ocidental”. **As identidades do Brasil 2**. De Calmon a Bonfim. A favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 123-179.

102 LIMA, Araújo. op, cit, p. 89.

Na tentativa de reverter essa imagem, Araújo Lima argumentava que as supostas causas desses aspectos do homem da região, são decorrentes de sua má alimentação e a parca população dispersa pela vastidão de rios e florestas, inferiorizando-se frente à natureza. No caso da primeira, percebe-se o diálogo com a pesquisa de Carlos Chagas quando percorreu a região entre outubro de 1912 e março de 1913, além da famosa obra de Gilberto Freire, *Casa Grande & Senzala*, na qual defende a tese de que a precária alimentação afetou o desenvolvimento psíquico da população mestiça.¹⁰³

A partir da extensão discursiva do racismo biológico contido nas diferenças sociais e culturais, refletido por Stuart Hall em relação aos afrodescendentes que vivem na Inglaterra, podemos dialogar na perspectiva da realidade regional, a exemplo de indígenas, “caboclos”, ribeirinhos, remanescentes de quilombos, como típicos sujeitos das florestas e rios, também são estigmatizados em decorrência da maior proximidade com “a natureza e, *consequentemente*, da probabilidade de que sejam preguiçosos e indolentes”.¹⁰⁴ Na visão construída, tais sujeitos, na diáspora caribenha entre os ingleses ou entre os nativos amazônicos, são incapazes de pensar, impulsionados pela emoção em detrimento da razão.

Após mais de duas décadas de dificuldades e estagnação econômica, num momento de definição da questão regional no Brasil, representou um período em que o desequilíbrio das regiões fez-se ainda mais acentuado. Intensificado nas últimas décadas, o processo de industrialização em São Paulo, advindo do final do século XIX, dinamizou a economia cafeeira e contribuiu para o crescente desenvolvimento econômico do Centro-Sul. Favorecido por um planejamento assentado no nacional-desenvolvimentismo a partir da década de 1930, com a criação de indústrias de base, a fim de sustentar o avanço industrial, São Paulo ampliava sua hegemonia. Centralizados no Sudeste, os investimentos do Estado interventor renovaram o desequilíbrio no desenvolvimento econômico e social, refletindo no uso tecnológico a modelar o nível da modernidade.

Enquanto o café possibilitou a industrialização de São Paulo, a borracha não conseguiu alavancar a economia amazônica ainda baseada no extrativismo e no aviamento. A persistência do sistema de barracão como relação de trabalho e de produção, típica da Amazônia, seria um dos entraves para a não acumulação de capital, em decorrência da parca circulação monetária, agravou ligeiramente as diferenças regionais. São Paulo, segundo Wilson Cano, ao dinamizar suas relações

103 FREYRE, Gilberto. “Características Gerais da Colonização Portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida”. In: _____ **Casa Grande & Senzala**: formação da família patriarcal brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1996.

104 HALL, Stuart. “A questão multicultural”. Da Diáspora, op, cit, p. 70. (grifo do autor)

capitalistas através da cafeicultura, “estabeleceu, desde cedo, uma relação de forte predominância do complexo econômico sobre as demais regiões do país, imprimindo-lhes, em grande medida, uma relação comercial de centro-periferia”.¹⁰⁵ Entendida a dinâmica regional entre o centro e a periferia, os desequilíbrios foram se acentuando ao longo do século XX. Enfraquecidas, as elites amazônicas ansiavam pela redenção, modernização e desenvolvimento como forma de escapar da letargia vivida.

A narrativa regionalista farta e eloquente em defesa dos interesses da Amazônia, contudo, desvelava na sua essência um nítido propósito: representava a estratégia de grupos políticos e econômicos ameaçados em seus interesses. Sem cair em generalizações, os próprios intelectuais, em sua maioria, integravam ou articulavam-se aos grupos hegemônicos da região, preocupados que estavam com o definhamento econômico. No confronto com as elites do Centro-Sul pela hegemonia política do Estado federal, o detentor de recursos a serem investidos, mas em nenhum momento mobilizaram-se em nome de seringueiros, ribeirinhos, índios, afrodescendentes, trabalhadores de modo geral, considerados os mais afetados pelos problemas econômicos.

A situação foi gerada pelo próprio grupo econômico através do exclusivismo da borracha, que não planejou um projeto mais racional, a começar pela diversificação da produção, como sinalizou José Veríssimo ao reconhecer a parcela de culpa da oligarquia regional.¹⁰⁶ Verdadeiro paradoxo com a modernidade que divulgavam vivenciar, especialmente durante a modernização do espaço público e o consumismo assentado no francesismo.

Incorrendo no risco de serem entendidos como análises de discursos, os regionalismos aqui refletidos, teriam a premissa de falar em nome do coletivo, da região, dos amazônidas e paraenses, facilitando, assim, a incorporação e a solidariedade pelas demais camadas sociais. A identificação com as narrativas e enunciações geraria uma carga de compromisso que impossibilitaria questionar as injustiças sociais, vigentes de forma mais visível na Amazônia, dominada pelas decadentes oligarquias rurais da borracha e, posteriormente, da madeira e castanha. Sustentados na manutenção da relação econômica de aviamento, tais grupos sujeitavam o ribeirinho, acrescido do retirante cearense, ao domínio do “barracão”, mesmos enfraquecidos após a *débacle* gomífera.¹⁰⁷

105 CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981, p. 15.

106 O naturalista Domingos Soares Ferreira Penna também realizou essa crítica na segunda metade do século XIX, conferir: CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. **Obras Completas de Domingos Soares Ferreira Penna**. Volume I. Belém-Pará, 1973, pp. 130-144. Coleção Cultura Paraense, Serie Inácio Moura.

107 O aviamento foi uma singular relação econômica na Amazônia, sustentada no crédito fornecido pelos comerciantes dos barracões aos trabalhadores, que se comprometiam em quitar as dívidas com as mercadorias extrativistas, como a

A persistência da produção extrativista acompanhada de relação econômica e social nada condizente com a nova fase capitalista, integrou a pauta de preocupações dos letrados regionais. Na tentativa de manter a unidade, o regionalismo continuou, mesmo que um intensivo projeto de modernização implementado pelo Estado nacional, até então identificado na figura de padraço, com o objetivo de modificar a paisagem amazônica. A ânsia de modernidade passou a integrar a pauta regionalista em meio ao projeto interventor.

Valorizada ou Filha Enjeitada?

Insulada e submissa às parcas e esporádicas contribuições do poder federal, a Amazônia, na visão de seus defensores, parecia sofrida e aguardava sua redenção. Foi somente a partir da década de 1940 que o Estado nacional passou a implementar uma política de intervenção na região de modo acelerado e modernizador. Ao romper com o modelo descentralizado das primeiras décadas da República, Getúlio Vargas passou a implantar um Estado autoritário e interventor acompanhado da integração do mercado sob a bandeira do planejamento regional.

Na década de 1930, sob os efeitos ideológicos da “Revolução”, existia toda uma expectativa do Bloco do Norte em tentar equilibrar o poder dos estados do Centro-Sul na Federação. “Apesar de ser constantemente negado o caráter separatista ou regionalista de tais articulações, a idéia de oposição Norte-Sul estaria sempre presente nos discursos dos ‘revolucionários nortistas’”. Situação que, inclusive, foi utilizada pelo presidente Vargas para neutralizar as forças sulistas visando manter o equilíbrio entre os grupos de sustentação de seu poder.¹⁰⁸

Movido pela ideologia da “conquista do oeste”¹⁰⁹, esforço empreendido para a integridade nacional, Getúlio Vargas, no famoso “Discurso do Rio Amazonas”, no dia 10 de outubro de 1940, destacou a necessidade de “conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta” como tarefa estatal, quando a região deixará de ser um “capítulo da história da terra” para tornar-se um

borracha. Como as dívidas sempre aumentavam, especialmente nos momentos de doenças e no período de diminuição da extração, permaneciam presos ao barracão. Sobre o aviamento, ver: WEINTEIN, Bárbara, op, cit,

108 Segundo Dulce Pandolfi, nesse contexto, o termo “Norte” era utilizado de modo mais amplo, incluindo os estados do Norte e do Nordeste, da mesma forma era a denominação de “revolucionários nortistas” para designar as elites políticas da região. Ver: PANDOLFI, Dulce Chaves. “A trajetória do Norte: uma tentativa de Ascenso político”. In: GOMES, Ângela Maria Castro. **Regionalismo e Centralização Política**. Partidos e Constituinte nos Anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, pp. 339-425.

109 LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2a ed. Campinas-SP: Papirus, 1986, pp. 53-74.

“capítulo da história da civilização”.¹¹⁰ No exercício planejador, o governo central criou alguns organismos com a pretensão de incentivar o desenvolvimento amazônico, com destaque para o Banco de Crédito da Borracha, o Instituto Agrônomo do Norte, os Territórios Federais do Amapá, Guaporé e Rio Branco e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), este último, com sede em Manaus.

Reconhecido como “marco do ressurgimento” da Amazônia, na passagem do primeiro aniversário do “Discurso do Rio Amazonas”, a revista *Cultura Política* promoveu “um inquérito entre os grandes nomes de intelectuais daquela região semi-descoberta”, destacando a repercussão daquele discurso para a modernização necessária da região. Parecendo ansiosos, a empolgação tomou conta de autoridades e letrados, devidamente comprometidos com o projeto de recuperação amazônica.

A fim de demonstrar as diferenças entre o antes e o depois do governo Vargas, os editores selecionaram determinados fragmentos da obra de Alfredo Ladislau, *Terra Imatura*: “O Extremo-Norte nunca existiu, Aiuna, e, quem sabe? Jamais existirá, talvez, para os estadistas do Sul”. Em seguida a revista destacou o tópico: “O Presidente Vargas desmente Arianda...”, logo abaixo exaltou o grande feito do “Presidente Getúlio Vargas, com o histórico e notável ‘Discurso do Rio Amazonas’, mostrou que o Extremo-Norte passou a existir para os estadistas do Sul...”. E acrescentou uma passagem do clássico Discurso: “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta – foram as nossas tarefas”.¹¹¹ Depois de desmentido o sofrido pessimismo de Arianda no diálogo com Aiuna, personagens de Ladislau, segue uma extensa lista de elogios à histórica modernização varguista, a começar pelo interventor do Pará, José Malcher, que teceu rasgados elogios ao projeto do atual presidente e duras críticas ao estado de abandono anterior.

A política de desenvolvimento e “valorização” econômica, contudo, foi descaracterizada com a efêmera retomada gomífera durante a Grande Guerra Mundial, na chamada “batalha da borracha”, quando o governo federal assinou os Acordos de Washington, em 1942, que se comprometia fornecer o produto para os Aliados. Era o “esforço de guerra” da Amazônia. Em meio ao sentimento nacionalista, amazônicos, além de imigrantes advindos do Nordeste, especialmente do Ceará, foram mobilizados como “soldados” na defesa do Brasil. Mesmo com a contribuição ao poder central, “a recuperação material, isto é, a recuperação econômica regional,

110 SUDAM – **Operação Amazônia** (Discursos). Belém: Serviço de Documentação e Divulgação, 1968, p. 09.

111 REVISTA CULTURA POLÍTICA. **À margem do ‘Discurso do Rio Amazonas’**. Falam os intelectuais e estadistas da Amazônia sobre o discurso histórico do Presidente Vargas”. Rio de Janeiro, ano I, nº 09, 10 de novembro de 1941, p. 162. (grifo da revista).

ficou esquecida, e pesa agravando males antigos, como uma provocação imerecida”.¹¹² Passado três anos depois do conflito mundial, o advogado Ricardo Borges já cobrava a contrapartida do Brasil para com a Amazônia.

A tentativa de valorização parecia vir em boa hora. Advinda das últimas décadas, a situação social era alarmante nos anos de 1942 e 1943. A carência de alimentos, agravada com a dificuldade de abastecimento durante a Guerra Mundial, tornou-se um dos principais problemas enfrentados pela população de Belém, uma questão denunciada pelo político Agostinho Monteiro nos artigos do jornal *Folha do Norte*, publicados com o título de *Problemas da Amazônia*. Apesar de viverem da “riqueza que vale ouro, que é a borracha, **estão condenados a morrer de fome**”, conforme a situação reconhecida pelo ministro da Agricultura, Apolônio Sales.

O drama vivido aguçava ainda mais o teor da crítica regionalista: “Não temos porque esperar venham os homens do sul ditar as nossas diretrizes e realizar aquilo que a nós compete concretizar. Não vemos porque deles fiquem a depender todos os nossos interesses”, dando como exemplo o caso da borracha.¹¹³ Agravada com a crise mundial, apesar da prometida valorização, os moradores pareciam aproximar-se de uma situação famélica. A penúria alimentícia, já analisada pelo escritor Araújo Lima, que resultou no déficit nutritivo orgânico, afetando o aspecto psíquico e o moral como causa da indolência lendária da população.

A esperança da alteração do quadro com a ligeira efervescência da borracha, no entanto, foi logo se esvaindo nos anos posteriores, o que incentivou a tomada de um projeto mais sistemático de desenvolvimento regional. Na Constituição de 1946, que inaugurou no Brasil a discussão sobre a necessidade de intervenção e planejamento estatal, a modernização e a integração regional entraram na pauta governamental, efetivada na Amazônia em 1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.¹¹⁴

A “questão regional” tornou-se objeto de intensa discussão a partir da década de 1950, especialmente com a aceleração da crise do Nordeste, que já sofria o impacto da concorrência inter-regional da economia do Centro-Sul. A política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, assentada na indústria de substituição de importações, tendia a acelerar o desnível de crescimento regional, conforme o alerta do economista Celso Furtado, caso não implantasse um plano de

112 O artigo foi publicado n’O Estado do Pará, 10.03.1948, ver: BORGES, Ricardo. “Pagando o prêmio do esquecimento”, *Vivência Amazônica*. Belém: Cejup, 1986, p. 164.

113 MONTEIRO, Agostinho. *Problemas da Amazônia*. Belém: Indústria Gráfica Cruzeiro do Sul Ltda, s/data, pp. 238-239. (grifo do autor)

114 BRITO, Daniel, op, cit, pp. 124-139.

desenvolvimento regional, daí a idealização da Operação Nordeste e da Sudene, o *lôcus* e o interesse de suas reflexões.

Na América Latina já havia um intenso debate conduzido pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), sobretudo, pelo argentino Raúl Prebisch e o próprio Celso Furtado, que refletiam sobre a tese do subdesenvolvimento econômico no interior do sistema capitalista, como “centro-periferia”, economias industriais e economias agrícolas, reflexões incorporadas aos intensos debates sobre o desequilíbrio regional brasileiro. No Brasil, no momento dessas inquietações, os estudiosos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) preocupavam-se, também, com a questão “colonial” e subdesenvolvimento do país em relação aos países desenvolvidos.¹¹⁵

Integrante da Cepal, além da influência do pensamento de Keynes, Celso Furtado inseriu-se na preocupação do Estado nacional modernizador, originário da década de 1930.¹¹⁶ A intervenção estatal aos moldes keynesianos como projeto de desenvolvimento e modernização atrairia as empresas do Centro-Sul através dos incentivos fiscais, além dos investimentos do capital estrangeiros, visando a integração do mercado nacional e a tentativa de superar as disparidades geradas pelo desenvolvimento desigual das regiões.¹¹⁷

O discurso do desenvolvimento ganhou projeção no pós-guerra, tendo o padrão de desenvolvimento ocidental como norma, o qual influenciou na mudança da relação entre países ricos e pobres. O tipo de desenvolvimento correspondia às expectativas do ocidente próspero, considerado o curso da evolução e do progresso, transformando-se numa estratégia para a normalização do mundo. A ciência e a tecnologia são consideradas não somente a base do progresso material, mas a origem da direção do desenvolvimento, por isso o conhecimento válido é o saber especialista ocidental, gerando a desconsideração do tradicional, das superstições, do arcaico. A industrialização e a urbanização são vistas como inevitáveis e imprescindíveis caminhos rumo à modernização.¹¹⁸

¹¹⁵ Sobre o ISEB, conferir: ORTIZ, Renato. “Alienação e cultura: o ISEB”. **Cultura brasileira & identidade nacional**, op.cit, pp. 45-67.

¹¹⁶ VIEIRA, Rosa Maria. **Celso Furtado: Reforma, Política e Ideologia (1950-1964)**. São Paulo: Educ, 2007.

¹¹⁷ ARAÚJO, Tânia Bacelar. “A ‘questão regional’ e a ‘questão nordestina’”. In: TAVARES, Maria da Conceição (org). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001, pp. 71-92, ver também: VIEIRA, Rosa Maria. “Celso Furtado: o projeto de construção Capitalista do Nordeste”, op, cit, pp. 251-377. ARAÚJO, Tânia Bacelar de. “Celso Furtado, o Nordeste e a construção do Brasil”. In: ALENCAR Jr, José Sydrião de (org). **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005, pp. 209-236; CANO, Wilson. “Celso Furtado e questão regional no Brasil” In: TAVARES, Maria da Conceição (org). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001, pp. 93-120.

¹¹⁸ ESCOBAR apud LANDER, Edgardo. “Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos”. LANDER, Edgardo (org). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**; tradução: Julio César Cesarin Barroso Silva. Buenos Aires: Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2005, pp. 42-43.

No caso da Amazônia, torna-se um problema teórico e metodológico tentar igualar sua realidade regional com a do Nordeste, generalizada na academia ou simplesmente, vista como modelo para os estudos regionais. As especificidades da Amazônia são inúmeras, como já foram demonstradas neste trabalho, embora a essência subalterna seja equivalente. Apesar dessa equivalência, existem diferenças, a exemplo da prática mais sistemática do regionalismo nordestino resultando no desenvolvimento econômico de alguns estados e nos benefícios adquiridos pela tradicional barganha política, que gera, inclusive, a chamada “indústria da seca”.

Na disputa pela hegemonia política com os estados do Centro-Sul, as reivindicações das elites nordestinas ganham mais consistências que as das elites amazônicas, materializadas na obtenção de ministérios e nos altos postos do poder federal. Posicionamentos que possibilitam se comportarem no papel de fiel da balança, inclusive, nas disputas presidenciais. Inúmeros fatores contribuem para isso, no caso, a parca população amazônica e a sua diminuta representação parlamentar em comparação com a nordestina. Tais rivalidades também integram as disputas regionais, redimensionando a rivalidade com as regiões hegemônicas e o Estado nacional. Portanto, também são lamentadas pelos grupos hegemônicos da Amazônia quando se sentem preteridos em suas reivindicações. De acordo com o regionalismo amazônico, o desnível do Norte é pior que o do Nordeste.

A própria reflexão de Celso Furtado em relação ao desenvolvimento nacional, porém preocupado com a questão do Nordeste, não pode ser uma interlocução isenta de questionamento, a começar por não empreender uma política equivalente para a Amazônia. O interesse furtadiano era o Nordeste e com tal preocupação planejou o desenvolvimentismo brasileiro. Ressalta-se, nesse sentido, que a SPVEA foi criada em 1953, antecedendo seis anos a Sudene, embora já existisse o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

A criação daquela autarquia seria o motivo da omissão, por já existir um organismo que tratava da situação amazônica? Não era a causa. Em seu livro *Perspectivas da Economia Brasileira*, Furtado afirmou que “A Amazônia brasileira, como problema a ser enfrentado em conjunto, está fora de alcance de qualquer economia de nossos dias”. Revelava que os recursos disponibilizados pelo governo brasileiro atualmente para aplicar na Amazônia são “apenas suficientes para que a região não se despovoe ainda mais”.¹¹⁹ Ao discordar dessa visão pessimista, o advogado paraense Luiz Ozires reconhecia “estar na aceitação generalizada dessa formulação a raiz do desprezo que vem sendo votado aos problemas planiciários por parte do Poder Público Federal”. No seu

¹¹⁹ Apud SILVA, Luiz Ozires da. **A Luta pela Amazônia**. São Paulo: Editora Fulgor, 1962, p. 125.

entendimento, “Houve uma meta Nordeste, mas não houve uma meta Amazônia”.¹²⁰ Em plena vigência da Sudene, estimulada e favorecida por Furtado no papel de dirigente do governo federal, conferia uma situação desfavorável em comparação à planície amazônica. Movido por essa indignação, estava decretada também a diferença e a disputa entre as regiões *subdesenvolvidas* pelos recursos do cofre federal.

A modernização acelerada e a consequente “valorização” econômica da Amazônia, contudo, foram sinalizadas antes mesmo da SPVEA. No artigo 199, da carta constitucional de 1946¹²¹, estipulou-se o investimento de 3% da renda anual da União, Estados e Municípios das áreas a serem beneficiadas na Amazônia durante vinte anos, o que reacendeu os ânimos de desenvolvimento econômico e social. “A Amazônia não se poderá queixar de viver suplicando e gemendo como colônia, agora que a Constituição Federal consigna à sua valorização econômica...”.¹²² A euforia, entretanto, tornou-se momentânea, pois a lei jamais foi cumprida, causando a insatisfação e o repúdio de suas lideranças.

Despertada de *sonhos bons e pesadelos terríveis*, conforme a afirmação de Ricardo Borges: “com a mesma indiferença que tem sofrido outras espoliações”, a Amazônia assistiu a “sonegação” dos recursos que a Constituição lhe tinha destinado. “Logo no primeiro ano da nova Constituição e seu regime orçamentário”, desrespeitou-se a Carta e fraudou-se o orçamento, no intuito de reduzir o “financiamento que a Nação determinou para a assistência que precisa e a que tem direito”.¹²³ A reverberação espoliativa só tendia a ser alimentada entre os amazônidas, tendo em vista que a própria lei magna foi desrespeitada para desfavorecer a Amazônia. Emergia a partir daí em um novo marco para desancar o poder federal.

Fundada em 1953, a SPVEA buscou intensificar o planejamento a fim de desenvolver racionalmente a economia da região. O primeiro passo era definir sua área de jurisdição, previsto pelo artigo 199 da Constituição de 1946. De acordo com os debates no Congresso Nacional e nos estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) houve a invenção da Amazônia

¹²⁰ SILVA, Luiz Ozires, op, cit, p. 125.

¹²¹ Durante a Assembléia Constituinte de 1934, o deputado baiano Arthur Neiva apresentou uma emenda ao projeto constitucional, estipulando uma renda tributária a ser utilizada na dinamização da Amazônia e do Nordeste, porém não foi aprovada. “Na Constituinte de 1946, o deputado amazonense Leopoldo Peres, com a cooperação das bancadas da região e do Nordeste, que se interessavam em idêntica providência com relação à área que representavam, apresentou nova emenda. Desta vez aprovada e transformada no artigo 199 do texto da carta magna do país”. REIS, Arthur Cezar Ferreira. “A Valorização da Amazônia”. **A Amazônia que os portugueses revelaram**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956, pp. 110-111.

¹²² Originalmente publicado n’O Estado do Pará, 31.10.1946, ver: BORGES, Ricardo. Financiamento durante vinte anos para todas as classes e atividades na Amazônia, In: **Vivência Amazônica**, p. 69.

¹²³ Idem, “Defenda-se a Amazônia: nem tutela nem curatela”, publicado n’O Estado do Pará, 17.11.1946, op. cit, p. 77.

Legal, definida pela Lei 1.806/53, de 06.01.1953 e mantida pela Lei 5.173/66.¹²⁴ Depois de um Programa de Emergência (1953-1954) e a elaboração do primeiro Plano Quinquenal (1955-59), foram estabelecidos os objetivos da valorização, segundo as palavras de seu primeiro superintendente, Arthur Cezar Ferreira Reis:

Desenvolvimento da produção agrícola, fomento à produção animal, aproveitamento dos recursos minerais, incremento à industrialização da matéria prima regional, produção de energia elétrica, crescimento demográfico, desenvolvimento do crédito bancário e das relações comerciais com os mercados nacionais e estrangeiros, pesquisas geográficas, naturais, tecnológicas, sociais e preparação de quadros técnicos regionais; incentivo ao capital privado no sentido de sua inversão regional, organização da administração, inclusive pela coordenação dos órgãos dos governos locais, serviço de divulgação econômica e comercial da Amazônia, viação fácil e abundante com um sistema de transportes que pudesse dar vazão ao que se produzisse e se consumisse, transporte marítimo, fluvial, aéreo, ferroviário e rodoviário.¹²⁵

Na previsão de um planejamento de longo prazo visando “melhorar os padrões sociais de vida e bem estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do país”, conforme a lei do órgão de desenvolvimento, Arthur Reis salientava não haver o desejo de criação de uma área diferenciada, mas uma “área social e economicamente”, baseada no ritmo de desenvolvimento de outras partes do Brasil. O amazonense constatava a gravidade da “situação diferencial” a impulsionar “o restabelecimento do equilíbrio político, na base do equilíbrio cultural”. O fomento à educação, com base no princípio racional e técnico, proporcionaria essa estabilização.

Intelectual consciente da importância da cultura para o desenvolvimento econômico, na sua elaboração do projeto nacional, reconhecia que a existência do Brasil “potencialmente forte” seria inviável sem considerar “na base de regiões fortes e regiões fracas, regiões desenvolvidas e regiões subdesenvolvidas”. A unidade brasileira deveria se estruturar no “nivelamento de todos”, com vida digna, “que irmanassem serena e seguramente os brasileiros sem exceção, levando-os a amar uma só pátria e a se sentirem perfeitamente iguais em qualquer trecho do território pátrio”.¹²⁶ O posicionamento não era inédito ao longo de sua vasta produção, reiterada pela importância atribuída ao Estado, convicto que a Amazônia tinha um quinhão fundamental no projeto de Nação.¹²⁷

¹²⁴ A determinação ampliou o território da Amazônia clássica, além das dimensões da floresta e da hidrografia, a Amazônia Legal abrange a região do Estado do Pará e do Amazonas, os Territórios Federais do Amapá, Acre, Guaporé e Rio Branco, além de parte do Estado do Mato Grosso (norte do paralelo 16º), do Estado de Goiás (norte do paralelo 13º, atual Tocantins), além do Maranhão (oeste do meridiano 44º).

¹²⁵ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia que os portugueses revelaram**, op, cit, p. 112.

¹²⁶ Ibidem.

¹²⁷ LOBATO, Sidney, op.cit.

Se Celso Furtado pensava o planejamento do Estado nacional a partir da realidade e necessidade do Nordeste, Arthur Reis tentava inserir a Amazônia no eixo desenvolvimentista, também integrado ao projeto nacional. Apesar das articulações e posicionamentos políticos divergentes, convergiam nas preocupações de suas respectivas regiões como fundamento imprescindível para o fortalecimento do Estado-Nação. Sabiam, por sua vez, que a desigualdade regional poderia brevar o sentimento de unidade nacional, por conseguinte, o desenvolvimento uniforme do Brasil.

Na avaliação de Arthur Reis, a valorização da Amazônia consistia numa obra técnica, regional e política. A fim de ultrapassar o sistema de rotina, tornava-se necessário a utilização de uma função técnica, a ser realizada por pessoas capacitadas, sustentadas em planos de ação. Este objetivo foi considerado, posteriormente, um dos primeiros obstáculos para o sucesso do planejamento, devido à ausência de profissionais capacitados para executar a grandiosa obra modernizadora.

Ao abranger uma vasta área territorial, com peculiaridades e consistência social, econômica, cultural, Reis reconheceu que a região amazônica possui uma área definida, sem se circunscrever ao geográfico, mas também ao complexo cultural. Por considerar um empreendimento do Estado, embora com a contribuição da iniciativa privada, as ações políticas no planejamento dos investimentos públicos, são acrescentadas, no caso específico da Amazônia, a pretensão de “preservá-la do apetite, da cobiça internacional, mantendo-a permanentemente e definitivamente como parte integrante do país”.¹²⁸ Assentada num planejamento regional, a intervenção estava intimamente integrada ao projeto geopolítico nacional, alimentado pela expectativa de desenvolvimento sócio-econômico, indispensável para o fim do desequilíbrio das regiões.

A caracterização formulada por seu primeiro superintendente seguia basicamente o modelo de planejamento e modernização estatal advindo da década de 1930, inclusive, na preocupação com a unidade nacional. Subscrito pelo historiador amazonense e imbuído desse sentido, a partir do resultado do trabalho empreendido, a Amazônia deixaria de ser “uma página de aventura para sermos a resultante de um esforço tecnicamente conduzido”. Parecendo dialogar com o famoso discurso de Getúlio Vargas, revelou que através da obtenção do êxito esperado, “estará realizado o equilíbrio, fundamental à estruturação definitiva do Brasil como capítulo de história da civilização. A conquista da terra terá ali um de seus últimos momentos”. Numa reiteração da intervenção do

128 REIS, Arthur César Ferreira. **Amazônia que os portugueses revelaram**, op.cit, pp. 113-114.

Estado autoritário e modernizador, a defesa do projeto nacional dependia da conquista amazônica como comprovação da “maturidade” brasileira:

Poderemos, então apresentar-nos, perante o mundo, afirmando a nossa potencialidade. Por que, sejamos realistas, só quando conquistar a Amazônia, repito, incorporando-a aos seus quadros materiais e espirituais de vida, transformando-a, do estado de natureza em que permanece, num espaço humanizado pela técnica, pelo homem higienizado e vigoroso, em produção constante, intensa e complementar da produção brasileira, revelador de tudo isso de que já conseguiu descobri-la, entendê-la e possuí-la, é que o Brasil assumirá o seu grande papel no conjunto das nações fortes, poderosas, capazes de lances decisivos.¹²⁹

A conquista e a incorporação da Amazônia era o grande desafio posto ao Brasil. Desafio não somente para si, mas para demonstrar ao mundo a capacidade brasileira. Capítulo indispensável para transformá-lo em potência mundial, um desejo construído ao longo dos anos pelas elites brasileiras, originário do antigo sonho lusitano de um poderoso Império Atlântico. Herdado pelos brasileiros através do poderoso Império Brasileiro¹³⁰, o sonho do Brasil potência engendrava seus primeiros contornos geopolíticos.

Por não ser interesse deste trabalho, não adentraremos nos fundamentos da SPVEA para a recuperação econômica da Amazônia, restringimo-nos às enunciações dos pensamentos e projetos dos sujeitos que, de algum modo, estiveram ligados no desenrolar da dinâmica regional, sobretudo, nas análises das experiências executadas e as que, por algum motivo, não foram efetivadas, motivando novas narrativas regionalistas. Não obstante o projeto de modernização através da recuperação econômica, as ações esbarravam em múltiplos problemas, a começar pelos poucos recursos destinados, que impediram a concretização dos projetos elaborados. A lamentação e a cobrança da não aplicação da verba constitucionalmente destinada integraram a pauta e a tônica das enunciações.

Entre as empolgantes promessas oficiais e as constatações de seus fracassos, em 1961, o jurista Aldebaro Klautau, superintendente da SPVEA, reivindicava do presidente Jânio Quadros, o cumprimento da aplicação daquele recurso: “A Amazônia, senhor Presidente, tem o direito de deixar de ser ‘sofrida e miserável’”. Em 1964, Klautau lançou a campanha *Amazônia é Brasil*, no intuito de incutir na consciência brasileira a importância da região para a nacionalidade, desconsiderada pelos homens públicos do país, que submetem a região a um “martírio suave, lento, compassivo, como verdadeiro espetáculo”, criando uma “eutanásia político-administrativa”. A narrativa, marcada pelo sentido do sofrimento regional, embora com suas diferenças, continuava toda uma trajetória de reclamação das autoridades da Amazônia.

129 Ibidem, p. 128.

130 LYRA, Maria de Lourdes, op.cit.

Exigir significava, como brasileira que *é*, uma estratégia para modificar a situação subalterna: “Nossas condições atuais, sem jamais haver recebido, rigorosamente, o mínimo estabelecido na precipitada disposição constitucional, autorizam-nos a exigir que os Poderes da República compreendam, de uma vez para sempre, que a *Amazônia é Brasil*”. Amparada nessa confiança, não convinha continuar na “humilhante posição de mendiga”, que se contentava com as “migalhas que sobejam das regalias a outras regiões afortunadas”. A estratégia urgente era que “deixemos de ser esmoleiros, aceitando, resignados, os resíduos que nos destinam”. Os amazônicos necessitavam se transformar em destemidos e intransigentes defensores de seus direitos, “*exigindo e não pedindo*”.¹³¹

O modo como as elites hegemônicas regionais trataram a crise econômica atravessada pela Amazônia, transformaram-na em eternas pedintes e submissas, daí a forma paternal que o Estado se revestia e negociava. E quando não eram contempladas em suas reivindicações, reverberavam adjetivos contra o padrasto malvado. É o que Janaína Amado denomina de “discurso dos coitadinhos”, uma forma de justificar suas próprias fraquezas.¹³² A prática só tendia a ganhar notoriedade nos momentos de crise e tão cedo não seria abolida, devido a prática paternalista na relação regional com o Estado Nacional, sem que este último, pretendesse modificá-la, haja vista utilizá-la como moeda de troca, visando perpetuar a dominação.

Klautau ainda tentou usar do artifício que a *Amazônia é Brasil* a fim de abocanhar seu direito legítimo de filha. No entanto, teria que ser uma filha ativa e determinada na exigência legítima de seus direitos na família brasileira. A negação do direito constitucional aos 3% ainda é lembrada como exemplo de descaso do *padrasto* Brasil para com a região, fundamentando as narrativas contra o poder da Federação.¹³³

131 KLAUTAU, Aldebaro Cavaleiro de Macedo. “Amazônia é Brasil”. O quase nada que fiz ante o muito que eu poderia ter realizado. **50 anos de serviço ao Direito**. Belém: Publicação do Instituto de Criminologia do Pará, 1979, p. 290. (grifo do autor).

132 AMADO, Janaína. “História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços” In SILVA, Marcos. **República em Migalhas**. História Regional e Local, op, cit, 14.

133 A constituição dessa memória paternal encontrou outros alimentadores na trama política regional, mas diferenciada de Klautau, através de um artigo do deputado federal paraense Jorge Arbage (PPR), remanescente da tradicional Arena, quando cobrou do presidente Fernando Henrique Cardoso a integração definitiva da região ao desenvolvimento nacional: “Coloquemos a boca no trombone e brandemos: ‘Tenha dó da Amazônia, presidente! Também somos Brasil!’”. (ARBAGE, Jorge. “Tenha dó da Amazônia, presidente”. O Liberal, 22.06.1996, p. 02.) Em qualquer relação, clamar que “tenha dó” era uma prática das mais inferiorizadas e rebaixadoras, reveladora do complexo de inferioridade dos grupos políticos. Na estratégia utilizada de comiseração e de misericórdia, o mesmo deputado retomou o modelo de enunciação no mês seguinte ao reivindicar a contrapartida do governo federal pela contribuição das riquezas regionais para o desenvolvimento brasileiro, contudo, “continua sendo tratada como filha espúria do Brasil”. (Idem, “Recurso minerais da Amazônia”. O Liberal, 27.07.1996, p. 02). Atuando no cenário político paraense desde a década de 1960, o parlamentar, certamente, acompanhou as enunciações de Klautau, já constituída como tradição reivindicatória, porém, reelaborada de acordo com a tessitura dos novos confrontos com o interesse nacional.

Centrada na valorização econômica e desenvolvimento regional, todavia administrando uma verba insuficiente, a SPVEA passou a coordenar a modernização na Amazônia, além de preocupar-se com o perigo que representava o “vazio demográfico”, substrato da ideologia da cobiça internacional. “É, portanto, um empreendimento não só de caráter econômico, mas de necessidade política e estratégica, fundado em razões de segurança nacional”.¹³⁴ Antes de ser uma necessidade amazônica, a internacionalização era uma questão constitutiva do processo histórico, real ou imaginária, reforçada como estratégia ideológica pelo Estado brasileiro. Respaldava, nesse sentido, o planejamento adotado que, aparentemente, sufocaria as narrativas regionalistas de tradicional abandono, por conseguinte, ameaça adventícia.

E esta última representou a denúncia mais contundente do historiador amazonense Arthur Reis ao produzir uma obra que se tornou a maior referência sobre a temática: *A Amazônia e a cobiça internacional*, publicada em 1958. Apesar de já reiterada anteriormente, a produção supracitada discorreu sobre as inúmeras ameaças sofridas ao longo da história, desde o período colonial até o contexto em que produzia as últimas edições atualizadas, já na década de 1980. Objetivava, com isso, alertar o Estado brasileiro para permanente *cobiça* dos grupos estrangeiros sobre a Amazônia, como espanhóis, franceses, holandeses, ingleses e, por fim, norte-americanos.¹³⁵ Embalada pela geopolítica militar, o texto tornou-se obrigatório em qualquer abordagem acerca da ideológica internacionalização da Amazônia.

Indiferentes às demandas regionais e de acordo com os interesses do projeto nacional, determinados intelectuais de outras regiões demonstraram preocupação com a realidade amazônica, não tanto com o seu desenvolvimento sócio-econômico. Este foi o caso de Osny Duarte Pereira, convicto nacionalista, que durante a década de 1950 já denunciara a “desnacionalização da Amazônia”¹³⁶, especialmente pela constante penetração norte-americana, dada através de capitalistas ou missões religiosas, que teriam segundas intenções na cobiçada região amazônica. A escolha do prefaciador não poderia ser o mais indicado: Arthur Cesar Ferreira Reis.

O projeto de interesse nacional parecia sobrepujar as necessidades específicas amazônicas. Assegurar a defesa territorial, com ocupação e povoamento antecedia e complementava a valorização regional. Singular, nesse sentido, foi a posição assumida pelo historiador Arthur Reis, que teve uma atuação alinhada ao projeto de fortalecimento do Estado federal. O posicionamento

134 SPVEA, 1955 apud BRITO, p. 136.

135 REIS, Arthur Cesar Ferreira, **A Amazônia e a cobiça internacional**, op, cit.

136 PEREIRA, Osny Duarte. **Desnacionalização da Amazônia**. Um chamamento à consciência dos brasileiros. 2a edição atualizada. São Paulo: Editora Fulgor Ltda, 1958.

não era novidade. A Amazônia integrada ao restante da Nação e a manutenção dessa integridade foram temáticas constantemente reiteradas em sua vasta produção, que seguia o pensamento de Alberto Torres na defesa do nacionalismo*. Crítico do liberalismo e defensor de um Estado forte e interventor, como o varguista e o militar, Reis também exerceu cargos públicos, com destaque para a superintendência da SPVEA e governador do estado do Amazonas, este, indicação dos militares.

A narrativa do perigo internacional também revelou sua estratégia no intuito de sensibilizar o governo brasileiro a fim de evitar a permanência da disparidade regional. O alerta já tinha sido formulado “mais de uma vez”, com a mensuração da gravidade para a própria “integridade do Brasil”, constatado através da desigualdade entre norte e sul, “desequilíbrio que cresce, desenvolve-se, provocando a situação exótica da existência de um país aqui desenvolvido e ali profundamente subdesenvolvido”.¹³⁷ O autor, mesmo sem ser um autêntico defensor da tese do subdesenvolvimento aos moldes cepalino, já em voga entre parte da intelectualidade brasileira, como Celso Furtado, alijada do poder com o golpe de Estado de 1964, utilizou mais como retórica e estratégia para ampliar seu argumento regionalista solidário à nacionalidade. O modelo abraçado era o desenvolvimento, seja o varguista, seja o militar, ambos de caráter autoritário.

Diferente posicionamento teve o advogado e jornalista Ricardo Borges, natural da Bahia, radicado no Pará, quando se revelou familiarizado e solidário com a questão amazônica, tornando-se um ardoroso regionalista. Atuou na imprensa de Belém desde a década de 1930 até meados da década de 1970. Depois de seu falecimento, sua vasta produção foi reunida por seus familiares e publicada com o título de *Vivência Amazônica*.

Ao acompanhar sua escrita, percebe-se a cobertura criteriosa e no contexto dos fatos. A própria denominação dos artigos já apontou elementos significativos de suas angústias, a exemplo do “Amazônia não é carniça”, quando assegurou que “nenhuma outra região tem dado tanto ao país e dele recebido tão pouco”.¹³⁸ O artigo d' *O Estado do Pará* no dia 01 de janeiro de 1947, com o título de “Aos que não desertaram a defesa do Pará e da Amazônia”, está em sintonia com as práticas de lideranças políticas e empresariais sugeridas pelas enunciações dos que lutam pela causa regional.

* Em várias obras de Arthur Reis o autor é homenageado, destacada pela denominação “Série Alberto Torres”.

137 REIS, Arthur Cezar Ferreira, **A Amazônia e a integridade do Brasil**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966, p. 115.

138 O artigo foi publicado no jornal *O Estado do Pará*, 12/12/1946, ver: BORGES, Ricardo. **Vivência Amazônica**, op. cit, p. 90.

O combate de Ricardo Borges também foi travado no campo cultural: “A mais usada e perigosa, por pífida, das armas contra a Amazônia, é a insinuação de incapacidade de iniciativa e realização da sua gente”. Com a disseminação desses preconceitos, “a própria terra sofre essa insidita, deformando as suas condições de clima e fertilidade”. A partir da deformação recaída sobre a população: “somos atrasados e primitivos, indolentes”. Reverter essa situação constituía-se numa das principais lutas travadas pelos intelectuais desde o final do século XIX.

O advogado Ricardo Borges não fugia à regra. Para combater tal depreciação em via de enraizamento de efeito deletério, é preciso a “Amazônia alertar” sua população, assim a conscientização será um “antídoto contra a campanha corrosiva dos que lhe cegam e especulam a autonomia, locupletando-se da sua tolerância”. Munido desse ideal, exortava uma atitude para que a Amazônia se erguesse “senhora de si mesma”, a fim de não permitir a “campanha que lhe explora o desenvolvimento e a dignidade de vida autônoma”. Afirmava, em contrapartida, que “em nada somos inferiores aos demais brasileiros”. As virtudes e defeitos são comuns aos demais moradores de outros estados, inclusive a displicência, não é exclusiva dos amazônicos. Em vista disso, a Amazônia, não tem que se “conformar com o desnível que lhe querem estabelecer”, para isso deve “reagir pela vida”.¹³⁹

A reação, no caso proposto, era uma forma de lutar dignamente em defesa da própria existência amazônica, rejeitada e denegrada em torno de seus interesses, nem sempre coincidentes com o nacional. As questões políticas e econômicas, baluartes do regionalismo, foram incrementadas pelo campo cultural, conferindo nova dinâmica ao confronto pela Amazônia.

A tonalidade da indignação era acentuada conforme a causa a ser disputada, refletida no teor da escrita do dia-a-dia. Paralela àquelas insinuações depreciativas, existe um paradoxo em relação à região, pois está “endinheirada e em penúria”.¹⁴⁰ Situação não alterada no contexto da implantação de uma política de planejamento e modernização pelo poder central. Embora com toda essa demanda, mas sem o devido benefício, ocorria a necessidade de estar “Na defesa da Amazônia”, conforme o título de seu artigo no dia 05 de julho de 1953.¹⁴¹ O fato possibilitava dialogar com a narrativa do sujeito colonizado sob o efeito do discurso do “estereótipo”, que externa e visibiliza a discriminação.¹⁴² Atualizada, a situação ainda causa desconforto em vários segmentos sociais da região, especialmente com a imagem degenerativa e depreciativa de “terra de índio”, isto é, atrasada e primitiva, em contraposição à *civilização* dos sulistas.

139 Ibidem, “Capacidade da gente amazônica”, 22 de fevereiro de 1948, pp. 152-153.

140 Ibidem, 10/09/1952, pp. 318-319.

141 Ibidem, “Na defesa da Amazônia”, 05.07.1953, pp. 348-349.

142 BHABHA, Homi K, op. cit, pp. 105-128.

A imagem estigmatizada gera, por sua vez, a revolta contra a depreciação, começando pela reivindicação pública da desvalorização, da discriminação. Tal inferiorização concede aos regionalistas seus argumentos de luta, sobretudo os seus fundamentos econômicos e sociais, assim como a unidade do grupo no apoio da ação de mobilização. Malgrado o paradoxo envolvido na situação, seria inviável a abolição definitiva dessa depreciação, porque significaria a destruição dos fundamentos do jogo de poder em que se sustentam, isto é, no discurso do ser *colonizado*. Amparando-se na imagem de vitimização determinados grupos regionais ergueram a bandeira do regionalismo como luta protetora do Pará. Estratégia bem urdida de significativo efeito coesivo e pragmatismo político.

Atento à situação econômica da Amazônia, embora distante, a imprensa também se converteu na tribuna de denúncia do escritor e jornalista paraense Orlando de Moraes. Produzindo suas reflexões a partir do Rio de Janeiro, no final da década de 1950, reuniu seus principais artigos e publicou com o significativo título de *Amazônia Espoliada*. A escrita reiterava sua atitude contra as ações empreendidas pelos órgãos do governo federal, empresários paulistas, ligados aos grupos econômicos internacionais interessados na exploração da borracha e de outras matérias-primas, como a juta. Ademais, criticava a política adotada pelo Banco de Crédito da Amazônia e SPVEA em relação aos produtos da região.

Em outubro de 1958, a atuante defesa não se fez esperar, quando afirmou que para aqueles lucros continuarem a crescer: “é preciso ter a Amazônia subjugada. Mas para dominá-la, subjugá-la é necessário, primeiro, arrazá-la. Para arrazá-la é preciso acabar com o Banco da Amazônia. Delenda Amazônia!”.¹⁴³ O peso dessa narrativa transpunha qualquer insinuação que fosse um simples jogo de palavras descompromissada da tensa questão regional. A acusação de Moraes induzia o leitor a pensar não só no abandono e na omissão do Centro-Sul, sobretudo, as ações dos industriais paulistas contra a região subscrita pelo poder central, um imaginário já enraizado, mas acrescida de uma pérfida trama, a partir da comparação com o ataque destrutivo de Roma contra Cartago, célebre nos discursos de Catão no senado romano: *delenda est Carthago*. A destruição da Amazônia, assim como fora com Cartago, contava com a plena contribuição do poder oficial.

Dois meses depois o *delenda* regional é retomado. A razão dessa tentativa contra a região, segundo o jornalista, decorria-se da “fictícia valorização” dos preços do café, “promovida pelos paulistas, à custa do Brasil”, porque estava na “última lona. Mas S. Paulo não pode parar. Delenda Amazônia!”.¹⁴⁴ Caso persistissem tais ações, poderiam levar os brasileiros da Amazônia, que lutam

143 MORAES, Orlando de. **Amazônia Espoliada**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora NAP S.A, 1960, pp. 34-35.

144 Idem, outubro de 1958, p. 39.

pelo engrandecimento do Brasil, a se transformarem em “miseráveis escravos da plutocracia industrial do Sul”¹⁴⁵, uma marca de sua submissão.

A referência ao famoso discurso de Catão exigindo a destruição de Cartago já havia sido utilizada anteriormente no meio intelectual paraense, mas em outra polêmica: a comemoração do Centenário da Adesão do Pará ao Brasil, em 1923. Na ocasião, o engenheiro Palma Muniz enalteceu a lenda de John Grenfell, já o jurista Augusto Meira, referindo-se ao massacre de 256 paraenses no porão do Brigue Palhaço, comparou o ato ao massacre aos cartagineses. Para Meira, Grenfell foi “o responsável pela hecatombe do brigue *Palhaço*, sendo ele a sua *delenda Carthago*”. O mercenário inglês seria comparado ao general romano Públio Cornélio Cipião Emiliano, o destruidor de Cartago. A polêmica, segundo o historiador Aldrin Figueiredo, estava longe de uma luta retórica ou erudição histórica, assentava-se no “uso político da história e seus significados no presente”, no contexto do modernismo no Pará.¹⁴⁶ Se a disputa estava inserida nos conflitos políticos naquele período, segundo Figueiredo, do mesmo modo, Moraes utilizou ao criticar a prática desenvolvimentista do governo federal, que privilegiava São Paulo.

Em sua crítica aos empresários paulistas, formulou uma polêmica acusação de que São Paulo era o “preferido” pelo governo federal, enquanto a Amazônia era a “filha enjeitada do Brasil”.¹⁴⁷ Assentada num sentido paternalista, a narrativa de Moraes já possuía uma historicidade no ressentimento amazônico, advinda de modo mais explícito por Luiz Cordeiro, na década de 1920, mas agora, ganhava um foro privilegiado por ser enunciado em plena capital federal, onde poderia obter maior repercussão, sensibilizando as autoridades e os demais brasileiros.

Entre o *preferido* e a *filha enjeitada* no interior da Nação, encontravam-se as diferenciações traduzidas pela indignação de Orlando de Moraes com o resultado insatisfatório da correlação de forças entre as regiões. Situação vivida no contexto de atuação de Celso Furtado através da necessidade de planejamento regional e a implementação do projeto desenvolvimentista. No caso da Amazônia, mesmo com a plena vigência da SPVEA, o jornalista paraense denunciava o desequilíbrio regional, o qual gerava a discriminação e a exploração, em suma, rejeitada e enjeitada pelo Brasil. Nesse furor da questão regional, sinalizava-se para o resultado insatisfatório das políticas de valorização da Amazônia, devido o privilégio ao capital paulista, protegido do Brasil, por sua vez, favorecido nas disputas internas.

145 Idem, *ibidem*, p. 46.

146 FIGUEIREDO, Aldrin. “Memórias cartaginesas: modernismo, Antiguidade clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, 1823-1923”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, pp. 176-195.

147 MORAES, Orlando, *op.cit.*, março de 1959, p. 86.

Assumir-se como filha do Brasil, embora *enteada* e *enjeitada*, na visão de Cordeiro e Moraes, respectivamente, além de ser [ê] Brasil, na defesa de Klautau, eram análises que apontavam para novas interpretações históricas. Se a Amazônia foi uma colonização dos portugueses através do Estado do Maranhão e Grão-Pará, depois Grão-Pará e Rio Negro, não poderia ser filha legítima do Brasil. Foi incorporada ao Império brasileiro após o 15 de agosto de 1823, sacramentada com os términos das tensões sociais que se seguiram. Por revelar-se um projeto inviável na perspectiva de tornar-se um “país” independente e soberano, restava resignar-se com o papel de “filha” nacional. A Amazônia, desse modo, tornou-se integrante da família brasileira (nação), mas parecia não se sentir em casa com seus “irmãos” mais privilegiados, além da exploração e *enjeitamento* do novo pai (pátria), o Brasil. Integração familiar que não conseguiu extinguir as recorrentes rugas, as quais foram represadas nas fimbrias da memória, emergidas em atualizados e requentados capítulos da tessitura regionalista.

Aqui vale uma reflexão sobre as práticas das narrativas de autoridades e letrados amazônicos em defesa de seus projetos, pois muitos estiveram calcados na necessidade e urgência da modernização, frustrados, também, pelo visível e dinâmico processo de desenvolvimento em outras regiões do país. Atentos às diferenciações regionais, ansiosamente aguardavam a chegada da modernidade, apanágio para todos os males que infestavam a Amazônia, a começar pelo estigma de região selvagem. Quando tal projeto de valorização e desenvolvimento, substrato dessa modernização tardia, veio acompanhado de seus efeitos nocivos, os amazônicos ficaram aturdidos e decepcionados. Num processo concomitante, reivindicavam a efetivação dos investimentos necessários e denunciavam quaisquer desvios, promessas não cumpridas ou resultados negativos. Era o reverso paradoxal da modernidade motivando novos choques.

O problema levantado por Orlando de Moraes também foi abordado pelo escritor paraense Luiz Ozires da Silva. A partir da pressão das indústrias paulistas, o monopólio do Banco de Crédito da Amazônia na comercialização da borracha foi quebrado em outubro de 1958, atingindo a Amazônia “brutalmente por todos os lados, generalizando-se a descrença, campo fértil à germinação de sentimentos impatrióticos e atividades ilícitas, como o contrabando”. A indignação externada integrou um problema mais grave, o processo de industrialização da segunda metade da década de 1950, que “aumentou grandemente a defasagem entre os estágios econômicos do Sul e do Leste, em relação às regiões subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste”.¹⁴⁸

¹⁴⁸ SILVA, Luiz Ozires da, op, cit, p. 122.

A alteração do comércio amazônico, antes de predomínio externo, tornava-se interno no novo curso comercial, representava o caminho da integração regional ao processo de desenvolvimento nacional, porém não modificou a situação de economia periférica, atualmente, girando em torno das indústrias do Centro-Sul do Brasil. Se essa realidade criava as bases econômicas da unidade nacional, possibilitava, também, nas zonas de produtos primários, o “aparecimento de um compreensível mas perigoso sentimento de revolta contra o Sul industrial”. Tudo isso era causado pela...

...exploração capitalista de que continuam vítimas as regiões pobres e atrasadas, sentimento esse expresso através de tendências regionalistas extremadas e objetivamente conflitantes, que ameaçam se transformar em dramática rivalidade entre irmãos, caso não sejam, o quanto antes, recolocadas em equilíbrio, pela ação do Poder Central, as profundas desigualdades decorrentes de nosso anárquico processo de desenvolvimento.¹⁴⁹

Apanágio para todos os males do atraso regional, o projeto desenvolvimentista foi posto em xeque, por gerar desequilíbrio e desigualdade regional. O questionamento encontrou no regionalismo, vez por outra, extremado, o meio de expressar a indignação com os rumos da política econômica nacional. Todavia, a divulgação da permanente colonização interna é uma construção histórica e não foram exclusivas de intelectuais amazônidas. Na década de 1950, dois brasilianistas franceses contribuíram com outros olhares acerca da disparidade e desigualdade regional. Ao destacar a existência de um Brasil arcaico e outro moderno e desenvolvido, Jacques Lambert, no clássico *Os dois Brasis*, reiterava que o “Norte equivale para o Brasil a uma imensa colônia”.¹⁵⁰ Por ser isenta de sentimentos regionais, a análise tinha o efeito de referendar a arraigada memória regionalista formulada na Amazônia, contemplando os argumentos de sua inteligência, embora não abonasse sua culpa.

Roger Bastide, que viveu dezessete anos trabalhando na Universidade de São Paulo, publicou, em 1954, uma obra de síntese da realidade brasileira, *Brasil, terra de contrastes*, na qual formulou visão aproximada: “a Amazônia constitui hoje para o Brasil verdadeira colônia, não separada da metrópole mas nela incluída”. Adicionou que é uma “colônia de exploração, colônia de povoamento”. Estudioso das questões culturais e raciais apontou que na região prossegue a mestiçagem do branco e do índio, de acordo com a “fórmula da democracia racial cara aos brasileiros”, gerando um mestiço adaptado ao meio através de suas origens indígenas, acrescentado do conquistador europeu.

¹⁴⁹ Idem, p. 126.

¹⁵⁰ LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976 (9a edição), p. 231.

O pesquisador refutou a imagem negativa sobre o clima, pois “não é ruim como se tem dito”. Ao finalizar, sugeriu que para transformar o inferno em paraíso, “a planificação social se acrescenta à planificação econômica”.¹⁵¹ Vivenciando o clímax do desenvolvimento do Estado varguista, a análise de Bastide estava no bojo do planejamento e valorização econômica, porém observava que a intervenção não surtia o efeito em seu desenvolvimento social, por considerá-lo um modo de amenizar os *contrastes* no território brasileiro.

Em torno do projeto de integração nacional, a efetivação da SPVEA, em 1953 e a lei de criação da Zona Franca de Manaus, em 1957, porém só efetivada em 1966, além da construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, representam as principais intervenções concretizadas pelo Estado federal, consideradas de grande repercussão. No que tange ao projeto rodoviário, integrou o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, devido impulsionar e encurtar a distância com o restante do Brasil. Com a construção coordenada pela SPVEA, a rodovia Belém-Brasília, concluída em 1960, por sua vez, alterou a tradicional ligação do Pará com as cidades sulistas.

Embora contasse com uma inconstante viagem aérea, a principal rota de transporte para a capital do país era a fluvial. Iniciava-se, assim, a era rodoviária como fundamento da integração nacional. “Tal como no caso da transferência da capital, a ocupação da Amazônia era falada há muitos anos”, contudo somente após a abertura da rodovia, “é que parece terem surgido condições reais para essa ocupação definitiva e em grande escala começasse a se materializar”.¹⁵² O rodoviarismo não só mudou o traçado original amazônico, mas conseguiu impulsionar o processo de ocupação da última fronteira ao capital, desejo historicamente acalentado pelo projeto nacionalista.

O que aparentava vantajoso num primeiro momento através da ansiosa sensação de modernização chegando ao *distante* Pará, resultou em novas frustrações para os grupos hegemônicos regionais. A concorrência com as mercadorias das indústrias do Centro-Sul contribuiu na perda da competitividade das empresas paraenses, ainda com uma indústria incipiente, de forma artesanal, representada na produção de sapatos, ovos, aves e aguardentes, além da indústria de cigarros e refrigerantes. Os efeitos negativos não tardaram a aparecer.¹⁵³

151 BASTIDE, Roger. Brasil, **Terra de Contrastes**; tradução: Maria Isaura Pereira de Queiroz. 10a edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel/Distribuidora Editorial, s/data (coleção Corpo e Alma do Brasil), p. 49.

152 VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato** (um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento). 2ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1974, p. 157.

153 LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia Estado-Homem-Natureza**. Belém: CEJUP, 1992 (Coleção Amazoniana, no 01), p. 69.

Uma nova crise passou a ser vivenciada no Pará, a exemplo da ocorrida com as indústrias do Nordeste a partir da rodovia Rio-Bahia, enfraquecida pela concorrência das mercadorias do eixo Rio-São Paulo. As empresas paraenses faliram ou reordenaram suas atuações no novo mercado competitivo, porém com papel subserviente perante a hegemonia sulista. Consciente ou não dessa realidade, os industriais foram percebendo na dinâmica das relações que a rodovia apresentava-se com mão dupla: as mercadorias tanto podiam sair como podiam entrar. Esta última, com mais pujança.

De forma inusitada, redimensionou-se a crise econômica e seus efeitos sociais. Em decorrência dessa integração física e cultural, “tornaram-se mais sólidos os liames de dependência substantiva do Norte em relação ao ‘centro’ nacional”. A partir dessa nova realidade, a “região ‘periférica indiferente’ transmudou-se em ‘periferia ativa’”.¹⁵⁴ Definida como região periférica nacional, a ligação territorial significou a ampliação e a incorporação de um novo mercado consumidor para o modernizado e industrializado Sudeste do Brasil.

A nova tessitura regional revelava os “inconvenientes do progresso”, segundo a análise do economista paraense Armando Mendes, no contexto de repercussão dessa crise, conferida como um “paradoxo” resultante da “diminuição ou eliminação das proteções que o relativo isolamento acarretava para os produtos locais”.¹⁵⁵ A implicação efetivada por esse formato integrador foi tão transformadora que, segundo o geógrafo Orlando Valverde, os “eixos rodoviários tornaram-se assim vias de libertação”.¹⁵⁶ O significado de liberdade configurou-se controversa e paradoxal. A libertação seria para fugir do insulamento e do *atraso* amazônico ou liberalizar uma nova rota para a hegemonia do capital sulista? Ambas estariam entretecidas.

As observações do economista paraense Armando Mendes e do geógrafo carioca Orlando Valverde partem de visões opostas. Enquanto Mendes preocupava-se com a paradoxal consequência da abertura do mercado sobre a economia regional através da via rodoviária, Valverde, embora crítico do processo, não deixou de considerar como *liberdade* o rompimento do isolamento amazônico para o restante do território brasileiro, isto é, partia dos olhares e interesses econômicos do hegemônico Centro-Sul como paradigma da modernidade desejada para o todo nacional.

154 COSTA, José Marcelino Monteiro da. “Impactos econômico-territoriais do atual padrão de ocupação da Amazônia” In: _____. **Amazônia: desenvolvimento ou retrocesso**. Belém: CEJUP, 1992 (Coleção Amazoniana nº 02), p. 47.

155 MENDES, Armando. **Viabilidade Econômica da Amazônia**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1971, p. 13. Coleção Amazônica, Série Tavares Bastos.

156 VALVERDE apud COSTA, José Marcelino da, op. cit, p. 49.

Conforme uma visão preservacionista de forte apelo em decorrência dos impactos ambientais causados pela crescente devastação florestal, o isolamento secular em relação ao Sul, o mais dinâmico, a despeito de ter retardado o desenvolvimento econômico amazônico, “pelo menos protegeu a floresta pluvial da destruição”.¹⁵⁷ De caráter ambientalista, a análise recebeu objeções de estudiosos regionais, como José Marcelino Monteiro da Costa, que incluiu Mahar entre os “neorousseauianos” por defender o insulamento da região durante o processo de incorporação nacional da economia amazônica, denunciada como “catástrofe sócio-ambiental”.¹⁵⁸ A pesquisa de Mahar, juntamente com outros pesquisadores estrangeiros, soavam o alarme da intensa e catastrófica destruição florestal desde a década de 1960. O próprio título da obra *Amazônia, adeus*, apontava para essa tragédia anunciada.

José Marcelino, por sua vez, na contramão desses intelectuais, inclusive os de tendência regionalista, defende o projeto de desenvolvimento implantado pelo governo federal com crescimento econômico, refutando determinada visão reducionista levantada pela questão ambiental, que possa congelar o processo de modernidade regional, que, no seu entender, é irreversível. A proposta tem obtido o apoio de parcela do empresariado, temerosos do cerceamento de suas atividades. A produção do economista tem sido recorrente em torno dessa inflexão, inclusive a mais recente.¹⁵⁹

Assim como José Marcelino, nem todos os paraenses são críticos da rodovia Belém-Brasília, o símbolo da via modernizadora. O jornalista Paulo Renato Bandeira, em 2003, referiu-se à “ingratidão” dos políticos paraenses para com JK nos últimos 40 anos. “Antes da inauguração da rodovia Belém-Brasília, 80% de nossa cidade parecia um arraial de mau gosto, cercada de ruas decoradas de capim e, no inverno, tendo como fundo um lamaçal de fazer inveja a qualquer igapó”. Além dos produtos regionais, poucos privilegiados consumiam iogurte, maçã, pêra. “Felizmente, surge a figura de Juscelino Kubitschek”, que com suas obras, o desenvolvimento econômico e social chegava à Amazônia.¹⁶⁰

A partir dessa integração, Belém deixava de ser “o arraial do atraso e do desconforto para vivermos o relativo bem bom de hoje”. Por fim, indagava: “o que seria de nós, nortistas, sem a

157 MAHAR, Dennis J. “As políticas governamentais e o desmatamento na região amazônica do Brasil” In: BOLLOGNA, Gianfranco (org). **Amazônia, Adeus**; tradução: Raffaella de Filippis. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 83.

158 COSTA, José Marcelino Monteiro, op. cit, pp. 49-50.

159 COSTA, José Marcelino Monteiro. “Ocupação, integração e desenvolvimento da Amazônia: 60 anos de ação federal”. MENDES, Armando Dias (org). **Amazônia Terra & Civilização**. Uma trajetória de 60 anos. 2ª ed. rev. Aum. Belém: Banco da Amazônia, 2004. (2º vol.), pp. 481-523.

160 O artigo foi publicado em O Liberal, no dia 21.08.03. BANDEIRA, Paulo Renato. **Certezas do quase ontem**. Belém: Grapel, 2006, pp. 89-91.

Belém-Brasília?”. Sinalizava para as possíveis consequências: “Seríamos mais discriminados e distantes do eixo Rio-São Paulo”, considerado o “elo maior” da produção cultural, industrial e desenvolvimento da América do Sul. Não existiriam inúmeras pessoas de outros estados que chegaram para instalar seus negócios, com a geração de milhares de empregos, aumentando as receitas dos cofres públicos, além da construção de novas cidades. Na certeza dos benefícios, metaforizou que o Pará foi transformado “numa avenida de feliz opção para todos”.¹⁶¹

Incorporando os valores da modernidade e convicto da repercussão negativa, caso inexistisse a rodovia, a começar pela intensidade da discriminação, pouco mais de quatro décadas de conclusão da marcante rodovia, o jornalista reforçava aqueles benefícios proporcionados à capital paraense, sem considerar os problemas internos em torno do reflexo da modernização acelerada, que só tendia a ampliar seus efeitos no decorrer dos anos vindouros. Articulada a partir de interesses externos, “a integração não foi capaz de dissolver as profundas disparidades regionais”.¹⁶² Baseado nessa análise mais geral do processo integrador, era mais um argumento calcado na realidade para os sujeitos que criticavam a política do governo federal na região. Num tempo de crise econômica e social, a enunciação regionalista tornava-se necessária e estratégica para afirmar a identidade, abalada pelos últimos acontecimentos, a qual simbolizasse um sentido de coesão social contra pretensos adversários, sejam internos ou estrangeiros. Tal função seria alimentada pelos intelectuais convertidos em guardiões da causa amazônica.

O paradoxo estava posto na Amazônia. A valorização promovida pelo Estado federal não só conseguiu encurtar o distanciamento econômico entre as regiões do país, tal situação fortaleceu a permanência do sentimento de “quintal brasileiro”.¹⁶³ Na visão da intelectualidade regional, a modernização implantada não foi suficiente para sustar o ressentimento de *filha enjeitada* da nação brasileira. Se a valorização fracassou, restava agora aguardar o projeto de desenvolvimento acelerado e autoritário que se aproximava da Amazônia trazendo enorme expectativa, mas com indecifráveis ameaças.

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Conferir DINIZ Filho, Luiz Lopes e BESSA, Vagner de Carvalho, op.cit.

¹⁶³ A afirmação parte de um lugar social da Amazônia, no caso o Acre, ver: MARQUES, Maria do Perpétuo Socorro Calixto. “Atividade e Práxis na ordem do dia”. In: **A cidade encena a floresta**. Rio Branco: Edufac, 2005.

II Capítulo

INTEGRAÇÃO e DESENVOLVIMENTO AUTORITÁRIO

Operação Amazônia: a militarização na selva

Ao traçar um caminho de modelo econômico sem retorno, a intervenção do Estado brasileiro na Amazônia foi intensificada no decorrer do período militar, quando esteve alicerçada na Doutrina de Segurança Nacional. Além de *vazio demográfico*, o discurso de *integrar para não entregar* tornou-se uma estratégia geopolítica ao nortear as ações para ocupar a região. A internacionalização representou um temor recorrente, em especial entre os militares que, ideologicamente, forjam e alimentam essa ameaça no sentido de preservar a soberania do Estado Nacional na Amazônia. Nessa intervenção, ocupar, integrar equivale a dominar um território distante, a partir das ordens do Rio de Janeiro ou Brasília. Em um sentido mais polêmico, colonizar. Distância e *vazio* não eram mais obstáculos para a definitiva integração regional ao Brasil.

A integração nacional, segundo os idealizadores da *Operação Amazônia*, ação desencadeada a partir de 1966, era um “problema da ligação do Brasil com ele mesmo”. Legitimado por esse sentido tornava-se imprescindível “a incorporação econômica de uma região que doutrinamente e pelo sacrifício do passado é nossa, ocupando-a de fato, tendo em vista a conveniência, a segurança nacional e a unidade completa do país”.¹ A força desse pensamento continuou alimentando novos e requentados temores, devido à certeza da Amazônia ser *nossa*, portanto, objeto da efetiva ocupação territorial, sem levar em consideração a especificidade de uma região *ainda* não identificada ao Brasil. Motivo o suficiente para acelerar o processo de integração da última fronteira.

Na incorporação dessa última fronteira, o grande capital, com a cobertura do Estado federal, empreendeu intensivo e acelerado esforço modernizador. Forçada e paradoxal, a modernização efetivada nos últimos anos ganhou novos instrumentos com a recente intervenção estatal. Uma das primeiras atitudes dos militares foi reavaliar o paradigma do planejamento e desenvolvimentismo amazônico, sobretudo a atuação da SPVEA, a qual passou por uma

1 SOUZA, João Gonçalves de (discurso). **Operação Amazônia**, op, cit, p. 80.

sindicância interna. O resultado foi a constatação de diversas irregularidades, conferida pelo panorama “caótico” que comprometeu seu prestígio, por ser um “foco permanente de negócios escusos”. O argumento dos militares para extinguir o órgão baseou-se na averiguação da manipulação dos recursos públicos de acordo com a “lamentável política regionalista de grupos, cada qual interessado em fazê-la instrumento de interesse local”, segundo o general Mário Cavalcanti, indicado como superintendente do criticado órgão.² A denúncia com o propósito implícito, conforme o desenho da nova conjuntura política de fortalecimento do poder federal em detrimento da regional e estadual. A centralização autoritária sinalizava não contemporizar com a prática regionalista.

A racionalização com base em avaliação técnica e racional, fundamento do paradigma burocrático que o Estado implantava de forma interventora, igualmente era uma estratégia para afastar qualquer ingerência das lideranças políticas e empresariais amazônicas. O estigma de incapacidade, inferioridade da população local foi o pretexto utilizado pelo novo projeto de desenvolvimento regional. O controle seria externo. Caso tais grupos sociais da planície pretendessem manter o *status quo*, teriam que se enquadrar aos desígnios do planalto; posteriormente seriam contemplados com cargos e benefícios gerados pela *modernização* econômica. Agindo desse modo, neutralizava-se qualquer ação mais contestadora, ou seja, um suposto regionalismo ameaçador do projeto nacional.

Após dois anos de levantamento dos órgãos públicos e avaliação dos instrumentos utilizados no intuito do desenvolvimento regional, vários projetos foram divulgados. Em setembro de 1966, era desencadeada a *Operação Amazônia*, deslançada pelo “Discurso do Amapá”, enunciado pelo presidente Castelo Branco. A nova fase de intervenção estatal representou uma série de ações e discursos a fim de implementar a política modernizadora no sentido de integrar a região aos mercados brasileiro e internacional, desta feita, sob o comando de um Estado centralista e autoritário, que prometia uma política mais eficaz do que os governos anteriores, a exemplo do Estado varguista.

Os primeiros mecanismos foram a criação do Banco da Amazônia – BASA, Lei 5.122 de setembro de 1966, que substituiu o Banco de Crédito da Amazônia S/A; a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, Lei 5.173 de outubro de 1966, substituta da SPVEA e os incentivos fiscais para a iniciativa privada com o Fundo de Investimento Privado do Desenvolvimento da Amazônia – FIDAM. No ano seguinte, é efetivada a Zona Franca de

2 CAVALCANTI, 1967 apud BRITO, Daniel, op, cit, p. 145.

Manaus, um enclave industrial no interior da floresta, que contou com amplo incentivo fiscal para atrair inúmeras indústrias de capital nacional e multinacional.

Os argumentos das autoridades imbuídas dessa intervenção autoritária continham valores cívicos estimuladores de atitudes arrojadas em nome da pátria: “A história das grandes Nações tem suas passagens mais belas no capítulo dos sacrifícios”, assim iniciou o discurso do Superintendente da Sudam, general Mário de Barros Cavalcanti, na sessão de abertura da I Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia, ocorrida no dia 5 de dezembro de 1966, a bordo do navio Rosa da Fonseca, que singrava o caudaloso rio Amazonas, conduzindo autoridades civis e militares.

A grandiosidade da tarefa nacionalista conduzia o teor da retórica do general na chefia daquele órgão estratégico: “Os povos que nada sofreram não possuem história para contar, nem cânticos guerreiros para entoar”. Nesse espírito belicoso, paradigma da nova ocupação regional, assegurou algumas diferenças no processo desses *povos*: “Apenas surgiram, desenvolveram-se e desapareceram seguindo o seu determinismo histórico”. Mário Cavalcanti parecia sinalizar a era de *sacrifícios* que Amazônia viveria em nome do país, caso quisesse se desenvolver: “Nessa ordem de raciocínio situamos o papel da Amazônia no processo de construção e transformação do Brasil”.³ Condicionada pela contrapartida contida no cerne do projeto federal, a região ampliava sua existência dependente e tutelada.

A Amazônia integrava o “capítulo de sofrimento” a fim de possibilitar o Brasil ser “uma grande Nação”. Para concretizar essa “união da nacionalidade”, o general frisou a importância de superar o desequilíbrio interno que gerou a “existência de dois Brasis bem distintos, como se fossem Nações diferentes”, o Sul desenvolvido e o Norte, dominado pela “chaga terrível do subdesenvolvimento”. O fato representava a prodigiosa e quase inexplicável unidade brasileira, porém não podia desprezar o risco de manter despovoada a região, no contexto de explosão demográfica mundial.⁴

À frente “desta nova guerra” estava o presidente Castelo Branco (lutou na II Guerra Mundial), em prol do “desenvolvimento amazônico – como réplica pacífica à grande hecatombe”. Conquistar e aproveitar os grandes espaços vazios eram ações que ambicionavam resolver os graves problemas da região em benefício do Homem. Através do povoamento, seria realizada uma “guerra pela paz”, com o desarmamento dos espíritos, além de convidar “todos os homens” para

³ CAVALCANTI, Mário de Barros. **Álbum Operação Amazônia**. vol. 1. Santarém: Edição: Correio do Interior, 1967, pp. 08-09.

⁴ Idem.

desenvolver um trabalho coletivo em benefício dos “povos mais necessitados”. Nesse momento, o general concitava a iniciativa privada, os “homens de negócio”, a investirem na Amazônia, pois teriam todo o apoio do poder público. As ações substituiriam o empirismo pelo planejamento tecnicamente elaborado, a dispersão e o paralelismo pela coordenação geral considerada a “pedra de toque” do novo modelo adotado pelo poder federal.

O projeto revelava-se ambicioso. “Ao invés do parasitismo, que caracterizou a Amazônia como região mendicante, concebemos o seu desenvolvimento auto-sustentado”. Diferente das divergências e conflitos na região entre União, Estados e Municípios, acenava-se para a “completa integração”. Do mesmo modo, opunha-se ao estatismo que marginalizou a iniciativa privada, convocava o “particular para a grande cruzada”.⁵ Apesar da sinalização da abertura ao mercado, o anúncio traduzia a força do Estado interventor na condução do processo de ocupação. O desenvolvimentismo econômico dependia do Estado no papel de grande empresário.

Se os militares fizeram “uma revolução”, em 1964, como tentou sinalizar, de acordo com a representação forjada na época⁶, agora surgia outra oportunidade, portanto, conclamava: “Fazemos a Revolução”. Estava externada a disposição do Governo Federal no lançamento da Operação Amazônia, com a convocação dos “homens de empresa do País” para o Encontro memorável. Na região iniciaria a “construção de uma Nova Cidade, mais justa e mais humana”.⁷ Ainda investido da retórica revolucionária, o projeto da *nova* Amazônia ganhava um formato militarizado.

Sacrificar a Amazônia em nome do Brasil, assentada numa nova operação de guerra, com planejamento, coordenação, ocupação, integração, além do incentivo ao capital privado, foram elementos indissociáveis da nova fase que a região passou a vivenciar. A modernização tecnocraticamente planejada seria o passo decisivo para a formação da *Nova Cidade*, na provável alusão à *Cidade de Deus* de Santo Agostinho. A integração e o desenvolvimento da Amazônia representavam uma nova *Revolução* dos *revolucionários* de 1964, porém, muito mais audaciosa nos planos da construção da nacionalidade, calcada na estratégia geopolítica de mobilização de amplos setores do Estado nacional.

A força das enunciações conseguiu mobilizar autoridades, empresários e os setores da imprensa articulados ao poder vigente. Mas o ufanismo não foi unânime entre os amazônidas. Nas fimbrias dessas manifestações, emergiram questionamentos que já apontavam a suspeição com as

⁵ Idem.

⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

⁷ CAVALCANTI, Mário de Barros. **Álbum Operação Amazônia**, op, cit, pp. 08-09.

promessas oficiais. O *Álbum*, aparentemente enaltecedor ao projeto, não destacou apenas “simples elogios” à Operação Amazônia, como o editor fez questão de frisar.

Ainda no clímax propagado, em dezembro de 1966, o advogado Aldebaro Klautau ironizou a insistência que se falava dessa Operação. “Após mais de trinta meses de governo, os homens da Revolução de 1964 lembravam-se de que havia necessidade de movimentar esta Região Norte Brasileiro, injustamente esquecida dos legisladores e governantes nacionais”. O mesmo autor da famosa legenda *Amazônia é Brasil*, desta vez utilizou outra prática: passou a reiterar o tradicional ressentimento de abandono contra o regime vigente, que só *lembrou* posteriormente da região.

A iniciativa oficial merecia aplauso, contudo poderia ocorrer “sem o aparato de suntuosa viagem e a prodigalidade de banquetes e coquetéis numa Região em penúria”.⁸ Depois de apresentar esse paradoxo, o ex-superintendente da SPVEA retomou sua antiga insatisfação com a não aplicação dos 3% da renda tributária da União, prevista na Constituição de 1946, que foi “esquecida” no projeto da nova Constituição, em andamento no Congresso Nacional.

Klautau indicou o problema da eletrificação como imperiosa solução dos males da região. Num jogo de palavras, registrou que se persistisse a situação, a Operação Amazônia resultaria num malogro devido o colapso energético durante o “ato operatório”. Numa catastrófica previsão: “A paciente sucumbirá”. As autoridades com o status de “cirurgiões”, em vez da “consagração popular de benemerência, receberão o anátema de impiedosos amazonicidas e, conseqüentemente, de cruéis brasilicidas”. Nessa metáfora operatória, a paciente região aguardava sua salvação, desconfiada do sucesso da cirurgia. Por fim, o jurista reiterou o seu consagrado jargão de que a *Amazônia é Brasil*: “salvemos esta Região sofrente e espoliada”.⁹ Intelectual componente dos grupos que vivenciaram projetos e expectativas de alteração da problemática amazônica, inclusive no papel de autoridade imbuída desse encargo, Klautau defendia a nova intervenção, todavia, não alimentava tantas ilusões caso persistisse o modelo dependente.

O alerta não parou nessa advertência. O ex-presidente do Banco de Crédito da Amazônia S/A, ex-presidente do Banco do Estado do Pará S/A e catedrático de Direito da Universidade Federal do Pará, prof. Octavio Meira lembrou que “antes” do atual governo, o BCA podia financiar e até fundar novas indústrias na região, no começo da década de 1950, aparelhado que estava para ser o impulsionador da economia regional. “Agora, 16 anos depois, anuncia o

⁸ Alojados a bordo de navios, autoridades civis e militares singraram os rios da Amazônia enunciando os projetos de intervenção, iniciado pelo Discurso do Amapá, proferido pelo presidente Castelo Branco, em setembro de 1966. A crítica desferida, provavelmente, referia-se aos gastos públicos com a cerimônia num cenário de notória carência material.

⁹ KLAUTAU, Aldebaro. *Álbum*, op, cit, p. 18.

Governo Federal a OPERAÇÃO AMAZÔNIA e todos nós voltamos os olhos para o que vai vir”. A esperança se sustentava no cumprimento das leis e que o BCA, “não se limite a mudar de nome”, porém concretize a “tarefa extraordinária que lhe cabe realizar e tome a peito realizá-las”. No contexto de promulgação de uma nova carta constitucional, a primeira providência seria a isenção absoluta dos impostos federais, a vigorar durante 20 ou 30 anos, para todas as atividades executadas na Amazônia.¹⁰

Baseado em sua experiência pública, Octávio Meira, sem desmerecer o atual projeto, também suspeitava de sua eficácia, devido ao histórico de falhas do governo federal em não cumprir suas promessas anteriores. Criar projetos ou modificar a denominação dos órgãos existentes não significavam a solução da questão amazônica. O problema passava pelos encargos fiscais transferidos para os cofres da União, uma crítica que remontava ao período da borracha.

A formulação das críticas por dois letrados representantes dos grupos hegemônicos paraenses, no momento mesmo do desencadeamento da efetivação da Operação de guerra na Amazônia, demonstrou o grau de suspeição do Estado brasileiro na região. Embora comprometidos com suas participações nos órgãos do governo federal, Klautau e Meira partiam do interesse regional, que pareciam submersos frente ao poder nacional.

Efetivada a transformação da SPVEA em SUDAM, o órgão amazônico passou a seguir um modelo adotado pela Sudene no Nordeste, “embora a Amazônia apresentasse características sócio-culturais e físicas distintas”, apontada pelo escritor Miranda Neto. A política de incentivos fiscais para a industrialização do Nordeste com dedução de 50% do imposto de renda, depois passou para 100%, foi adaptada ao novo paradigma de desenvolvimento nortista, que objetiva incentivar a iniciativa privada, substituir as importações, instalar e ampliar as indústrias de transformação, além de absorver a tecnologia importada. No entanto, segundo Miranda Neto, “o problema amazônico, sabe-se, é nitidamente diverso do problema nordestino”, pois passava por uma estratégia orientada de preservação das fronteiras internacionais e a incorporação de sua economia ao mercado nacional.¹¹

A industrialização baseada no incentivo fiscal para a iniciativa privada esbarrou no excessivo emprego de capital para aquisição de tecnologia importada, impedindo a distribuição de renda entre a população local, além do limitado mercado interno. Porém, o que decretou o fracasso do modelo foi a desigual concorrência com a produção do Centro-Sul, que tinha suas mercadorias escoadas pelas rodovias, favorecendo o melhor preço competitivo daquelas

¹⁰ MEIRA, Octávio. **Álbum Operação Amazônia**, op, cit, 28. Caixa alta do autor.

¹¹ MIRANDA Neto. **O Dilema da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979, pp. 74; 172.

indústrias. Os incentivos foram deslocados para os projetos agrícolas e agropecuários, proporcionando, desse modo, o fortalecimento do latifúndio, grilagens e queimadas, pressuposto para a extensiva bovinização da Amazônia, acompanhada de crescentes conflitos sociais e danos ambientais.

No bojo da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que considerava não existir segurança nacional sem desenvolvimento econômico¹², os planos e estratégias propostas pela burocracia militar, tendo a premissa do Plano de Integração Nacional, foram enunciados o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1970-1974) e II PND (1975-1979). O desdobramento no âmbito regional acompanhou as ações planejadas através da elaboração do I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1970-1974) e o II PDA (1975-1979). Ampliava-se, desse modo, a intervenção e ocupação territorial na região, desta vez, ideológica, burocrática e militarizada.

Fundamentados e inspirados em concepções desenvolvimentistas, como nos teóricos Myrdal e Rostow, o regime militar defendeu e implementou o projeto de desenvolvimento econômico a partir dos interesses do grande capital em detrimento das necessidades regionais. O Plano de Ação dos militares discrepava na essência do desenvolvimento do Plano Quinquenal da SPVEA, que teria uma premissa mais voltada para o interesse regional, apesar da parca colaboração do governo federal. O novo paradigma de desenvolvimento comprometia-se com a reprodução e ampliação do capital nacional e internacional, passando do valor de uso para o valor de troca, conforme as leis do mercado.¹³

Ancorado na pretensão de romper o “círculo vicioso da pobreza”, segundo Myrdal, o desenvolvimento econômico geraria o desenvolvimento social, a partir de ações planejadas que integrassem a economia nacional, homogeneizando as regiões do país como uma fase desse processo. O Estado, nesse sentido, seria o grande executor através de ações estratégicas para romper o subdesenvolvimento, criando as condições necessárias para o avanço do capital. Para isso era necessário “liquidar antagonismos e criar uma situação psicológica, ideológica, social e política propícia ao desenvolvimento econômico”. Para Rostow, tornava-se necessário a criação de um Estado Nacional centralizado a fim de se contrapor aos interesses tradicionais regionais e agrários, com isso haveria um “arranco” para o desenvolvimento industrial.¹⁴

¹² ALVES, Maria Helena Moreira. “A doutrina de segurança nacional e desenvolvimento”. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005, pp. 39-61.

¹³ PONTE, Zuleide Pamplona Ximenes. **Região Amazônica**. Projeto de integração do Estado brasileiro e alteridade. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, 2003.

¹⁴ Apud PONTE, Zuleide, pp. 29-49.

Em certo sentido, foi espelhado nesse modelo o que o Plano de Ação do regime militar implantou na Amazônia. Mas para isso, também contou com a colaboração dos meios acadêmicos, burocráticos e empresariais da região, sobretudo, através do impulso da *Operação Amazônia*, ao contagiar momentaneamente a população. A enorme expectativa criada não durou tanto tempo para ser desacreditada, especialmente entre as lideranças paraenses, assunto desenvolvido no quarto capítulo.

Entre 1968 e 1974, segundo os estudos da geógrafa Berta Becker, o Estado autoritário implantou na Amazônia uma “malha tecnopolítica”, que visava completar a apropriação física e o controle territorial, com destaque para as redes de circulação rodoviária e de telecomunicações. A ação foi crescida de subsídios e incentivos fiscais e créditos, além da indução ao fluxo migratório na tentativa de povoamento e ampliação do mercado de trabalho. Por fim, a superposição de poder dos órgãos federais sobre os territórios estaduais.¹⁵ O caso da Amazônia paraense era típico dessa intervenção.

O anúncio do projeto norte-americano do Instituto Hudson, em Nova York, de um sistema de *Grandes Lagos*, ligando as bacias do norte e do sul do continente sul-americano, despertou o temor dos ideólogos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, tão em voga naquele contexto. Movidos pela ideologia do *espaço vazio* contido no Projeto de Integração Nacional, o governo anunciou a construção da rodovia Transamazônica, com incentivo ao deslocamento de imigrantes nordestinos fugidos da seca para ocupar *uma terra sem homens para homens sem terra*. Essa ideologia desconsiderava o modo de vida de populações tradicionais, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos, na tentativa de consolidar o planejamento estatal. Tentava-se resolver uma questão geopolítica através da suposta ameaça externa, descaracterizando a realidade amazônica em nome da Nação.

No contexto do anúncio da construção da Transamazônica, a declaração do Ministro da Fazenda, Delfim Netto, apontou os interesses oficiais: “O plano (de Integração Nacional) representa a conquista de um novo país, dentro da nação Brasileira”. Apesar da força do Estado, a convocação do empresariado, em conjunto com o Governo, era imprescindível “neste lance definitivo da conquista da Amazônia”. A intenção era declarada: “Nós vamos empurrar a fronteira para a conquista de um novo país”.¹⁶ Ao estimular o avanço em direção à nova fronteira, restava

15 BECKER, Bertha. “Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio”. In: MENDES, Armando Dias (org). **Amazônia Terra & Civilização**. Uma trajetória de 60 anos. 2a ed. rev. Aum. Belém: Banco da Amazônia, 2004. (1o vol), pp, 115-140.

16 Apud MORAIS, Fernando, GONTIJO, Ricardo, CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Transamazônica**. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 56.

agora a iniciativa privada usufruir de sua propalada riqueza. Não faltaram argumentos dos mais sofisticados.

Transformada em nova fronteira do capital, chegava a hora de acabar com as “lendas”, o momento era de “faturar!”, como destacava a propaganda da SUDAM e BASA, veiculada pela revista *Veja*, no dia 30 de dezembro de 1970. Retratada em um mapa do Brasil, mas com destaque para a Amazônia Legal, visualizada com tecnologias e indústrias, símbolos da modernização, a narrativa do anúncio era bem clara: “Muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia”. Os aplausos eram para a SUDAM e o Banco da Amazônia, devido suas políticas de incentivos. O Brasil estava investindo na Amazônia, “oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento”. O exemplo era a Transamazônica: “a pista da mina de ouro”. Bastava aplicar a dedução do imposto de renda nos inúmeros projetos aprovados ou apresentar o seu próprio projeto. “Você terá todo o apoio do Governo Federal”, além dos governos estaduais da região. Ao finalizar, estimulava e revigorava o mito do eldorado: “Há um tesouro à sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil”.¹⁷ A exploração da riqueza, conforme o sentido propagado, tinha uma função diferenciada da necessidade regional e estava amplamente assentada numa concepção liberal.

Em torno desse estímulo, sinalizava-se que o projeto não era voltado para a Amazônia, na linguagem da época, para o desenvolvimento, mas *enriquecer* o Brasil *junto* com os demais brasileiros que viessem desfazer as *lendas*. A propaganda utilizava tal estratégia, apesar da permanência na utilização do imaginário de riqueza em torno de novo eldorado. O momento era de *tirar proveito, faturar o tesouro* possibilitado por inúmeros empreendimentos percorridos pelas estradas do desenvolvimento e modernização, traduzidos pelos mapas da *mina de ouro* em que se transformou a Amazônia.

Para a época, a propaganda tinha sentido. Em plena vigência do capitalismo autoritário do início da década de 1970, o pesquisador Otávio Guilherme Velho reconheceu que a Amazônia passou a integrar a nova *fronteira em movimento*, seja da colonização camponesa, deslocada do Nordeste antes mesmo da Transamazônica, seja do projeto ideológico de ocupação territorial pelo Estado autoritário. Naquele momento também reconhecia que: “A não ser como mito e no curto período do auge da borracha, o Brasil e o mundo viveram quase como se a Amazônia não existisse”. O avanço na fronteira ajudaria a mudar tal imagem, especialmente com a abertura para

¹⁷ Apud MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org). **História da Vida Privada no Brasil**: contraste da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 665. (História da Vida Privada no Brasil; 4).

o grande capital. Agora, amparado em suas riquezas naturais, alimentava-se a crença que o Brasil seria o “país do futuro”, mas para os “brasileiros do Centro-Sul era só”, embora já se montasse na região determinada estrutura social com população dispersa.¹⁸

Nessa nova formação social, segundo o sociólogo José de Sousa Martins, que pesquisou a Amazônia no contexto desses acontecimentos, a fronteira representou um cenário de intolerância, do conflito e da degradação humana, um “lugar privilegiado” da pesquisa social e do conhecimento sobre intensos conflitos. A situação gerou a dificuldade na constituição do humano que se encontrava no limite e no limiar da história, na *fronteira do humano*, tal o impacto dessas novas relações.

Como lugar da alteridade, a fronteira é onde o *outro* ainda não integrou a constituição do *nós*, o “outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora”. A frente de expansão da Amazônia, a última grande fronteira, representou a emergência de conflitos sociais através de deslocamento populacional, destruição, massacre e resistência indígena, confronto entre grandes proprietários e camponeses, trabalho escravo, revolta, protesto, sonho e esperança. É o lugar da descoberta do outro e do próprio desencontro. “O desencontro da fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história”.¹⁹ Essas diferenças de tempos e de sujeitos estimulavam o desencadeamento dos confrontos.

Lugar de alteridade, a formação da fronteira possibilitou a conquista e a degradação do Outro, inferiorizado como não-humano, não-civilizado. A região ainda possuía outro agravante: a floresta amazônica reforçava a imagem de um lugar de população selvagem, semi-bárbara. Amansar a terra e os homens eram tarefas dos novos ocupantes da fronteira, imbuídos de um papel civilizador.

O escritor amazonense Márcio Souza rejeita o conceito de fronteira econômica, recorrendo à diferenciação histórica em relação ao Brasil. “Até 1823, então, precisa ficar claro que a Amazônia não era fronteira, a Amazônia era uma outra coisa. Nem era Brasil, nem era fronteira”. O conceito de fronteira é uma invenção da República, uma “invenção ideológica” para fundamentar a intervenção dos grandes projetos apoiados pelos militares. O rótulo de “fronteira” vem precedido da palavra “fardo”, com o sentido que a Amazônia representaria um fardo pesado

¹⁸ VELHO, Otávio Guilherme, op. cit, p. 193.

¹⁹ MARTINS, José de Souza. **Fronteira**. A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Contexto, 2009, pp. 09-21; 131-179.

para o Brasil carregar, uma região que não dava retorno, por fim, problemática, atrasada em comparação à modernidade do outro Brasil.²⁰

A crítica desferida por um intelectual da região em relação ao conceito de fronteira, conferia a rejeição sobre uma interpretação externa, considerada prejudicial à imagem da Amazônia. Apesar da oposição ao interesse geopolítico nacional, a visão de fronteira dos intelectuais do Centro-Sul acabava contribuindo para a inferioridade amazônica.

No embalo da geopolítica de ocupação do *espaço vazio*, a fronteira amazônica representou a nova frente de expansão fomentado pelo Estado Nacional, alicerçado no Brasil Grande Potência. Mas o momento de euforia desenvolvimentista esvaía-se. Em meio à crise mundial do petróleo e a necessidade de gerar energia para subsidiar a implantação dos grandes projetos, foi criada a Eletronorte, em 1973, a estatal que gerenciou a construção da hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, sudeste do Pará.

A necessidade de captar recursos desencadeou uma série de mudanças no plano do Estado autoritário na Amazônia, que passou a privilegiar o grande capital em detrimento da colonização do pequeno e médio agricultor, como antes objetiva através do Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA), a começar pela publicidade em torno da Transamazônica. O programa Polamazônia passou a implantar alguns pólos de desenvolvimento, assentado no agropecuário e mineral, com a geração de intenso impacto sócioambiental através de desmatamentos, queimadas, expulsão de indígenas e conflitos agrários. Um dos pólos foi o Projeto Grande Carajás, através da Companhia Vale do Rio Doce que liderou um consórcio com a norte-americana *United States Steel*, representada no Brasil pela Companhia Meridional de Mineração, para a exploração do minério de ferro, posteriormente, passou a controlar exclusivamente o projeto, consorciado com o capital japonês.²¹

Não obstante a retórica de desenvolvimento regional, o interesse do governo federal indicava a intenção em obter recursos visando equilibrar suas contas junto aos credores internacionais. Para isso, os grandes projetos objetivavam substituir as importações no intuito de economizar divisas e a consequente elevação das exportações. A decorrência imediata seria a captação de divisas para os combalidos cofres de Brasília.²² Revelava-se dessa forma a importância da Amazônia para as autoridades federais, como declarou o próprio ministro da Fazenda, Delfin

²⁰ SOUZA, Márcio. 2000, op.cit.

²¹ MONTEIRO, Maurílio de Abreu e COELHO, Maria Célia Nunes. "As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia". In: SOARES, Ilmar (org). **Problemas Contemporâneos da Amazônia**. Belém: Unama, 2005, pp. 07-37.

²² BRITO, Daniel, op, cit, p. 156.

Neto. Na época, no bojo do mito efervescente do eldorado, havia a expectativa que as riquezas amazônicas seriam utilizadas para quitar a imensa dívida externa brasileira.

Nessa integração à economia nacional conforme a retórica do planejamento e desenvolvimento dirigido para o regional, a Amazônia inseria-se como fornecedora de matéria prima e emergente mercado consumidor, de acordo com o interesse do capital nacional e internacional. A divisão regional do trabalho consolidava-se como marca subalternizada da Amazônia, anunciando a tragédia social do paradigma modernizador.

Sonhos despertados: a tragédia da modernização

A prática centralizadora dos projetos efetivados pelo regime autoritário na Amazônia que, já no nascedouro, demonstrava prejudicial ao interesse regional, era tão incisiva que parecia impedir ou intimidar a enunciação mais sistemática da movimentação regionalista. Contudo, existiam outros meandros a serem enunciados. Integrado a um grupo de estudiosos da região que se debruçaram sobre seus problemas mais prementes, o economista Armando Mendes, em 1971, defendeu algumas propostas acerca da *viabilidade econômica da Amazônia*, a fim de breçar a disparidade regional, capaz de gerar “uma área pobre dentro de um país que luta para sair do subdesenvolvimento”. Constatada essa diferenciação, o Estado Nacional tinha um papel importante a desempenhar: incentivar os empreendimentos, além de melhorar ou ampliar os serviços fundamentais nas cidades e para os projetos privados.

Partícipe de alguns órgãos da administração federal na Amazônia, como BASA e SUDAM, Armando Mendes buscava superar a fase denunciativa para uma perspectiva propositiva de desenvolvimento, a começar por conhecer os meandros da máquina pública, projetos e interesses. Fatores que também serviram de munição de seus críticos, por não ter agido antes e com mais eficácia contra os projetos espoliativos com incidência sobre a Amazônia. Nessa sua inserção, propunha de imediato redefinir a atitude da Região a ser assumida perante a Nação, através de suas lideranças. “Tradicionalmente, essa atitude tem sido implorativa ou mendicante”. Em vista desse fator, gerava uma “situação de dependência por minoridade, levando à caracterização de qualquer contribuição oriunda do resto do País ou especificamente de outras Regiões, como dádiva”. Tratava-se de modificar o posicionamento para outra, de “pleito em regime adulto”, visto

o esgotamento do potencial de sensibilização da opinião pública brasileira contida, provavelmente, naquelas práticas.²³

Inquieto com a tradicional prática pedinte e vitimizadora das lideranças amazônidas, como se fossem crianças implorando a proteção paterna do Estado brasileiro, o economista externava uma proposta diferenciada. A Amazônia teria que conquistar a maioria frente à pátria-nação, a fim de extirpar o modo humilhante como costumava agir em defesa de seu direito ao pleno desenvolvimento. A contribuição da União era indispensável, contudo, a relação não dispensava a altivez regional.

Utilizando-se de dados concretos de forma racional, demonstrava o tratamento discriminatório que era destinado à Região, que seria “por ação ou omissão”. A fim de subsidiar os argumentos internos, contaria com o arsenal dos países “subdesenvolvidos” na luta contra as injustiças dos desenvolvidos no plano mundial.²⁴ Ressalta-se que a tese de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento nacional, dirigida ao modelo regional, sobretudo ao Nordeste, já ganhara relevância política a ser adotada em outras regiões, apesar de alterada pelo regime ditatorial, o seu autor perseguido e exilado.

Em uma nova tentativa de contribuir com alguns subsídios em relação à proposta regional do II PND, para ser executada entre os anos de 1975 e 1979, uma equipe de pesquisadores comandada pelo economista Armando Mendes formulou um Projeto para a região. A produção denominava-se *A Invenção da Amazônia*, na perspectiva de “construção de uma nova Amazônia”, centralizada no “homem da Amazônia como sujeito” na intenção de ser enviada ao presidente recém-eleito, Ernesto Geisel. Inovadora e ambiciosa para o contexto autoritário, dificilmente seria levada em consideração devido pensar um modelo endógeno de desenvolvimento, contrariando a centralização federal.

De longa data, a região tornou-se um “desafio” para o país, assinalou Mendes. “A inércia do passado, o ocaso, o isolamento, a distância, a dificuldade de acesso e tantas outras causas, muitas delas aleatórias, asseguraram o inexplicável: que a Amazônia tenha permanecido brasileira até nossos dias”. Sem invocar as maquinações de uma possível *cobiça* estrangeira, embora também sinalizasse aquela possibilidade, defendeu a “presença moral” da Amazônia no futuro do mundo e do Brasil e que o Estado brasileiro poderia assumir para si, utilizando-a como “trunfo”. A relação entre a parte e o todo, todavia, deveria ser alterada. “A Amazônia não deve ser uma simples

23 MENDES, Armando. **Viabilidade econômica da Amazônia**, op, cit, p. 27.

24 Idem.

extensão do Brasil, mas uma intenção deste”. Legitimava, assim, a formulação de algumas propostas:

(a) recusar a aceitação, no plano interregional, do tratamento discriminatório (confessado ou implícito, deliberado ou não) que o país repele no plano internacional; (b) denunciar as incompatibilidades entre programas e projetos de desenvolvimento (vistos sob a ótica nacional) e programas e projetos de ocupação (encarados pelo enfoque regional); (c) repelir o tratamento paternalista que submete a região a uma condição infantil no seio da família nacional.²⁵

A dispensa da tradicional formulação de discriminação, tão utilizada anteriormente, porém era acompanhada da denúncia de tensões entre o interesse regional e o nacional, especialmente da recusa da tendência paternalista que a pátria-padrasta destinava aos amazônidas, com a consequência de gerar a sua inferioridade na família brasileira. Questionada pelo autor, do mesmo modo já sucedida com o advogado Aldebaro Klautau, a intenção inviabilizava-se devido a influência da ação do Estado no desenvolvimento econômico nacional, especialmente a partir do projeto modernizador varguista, reforçada pelos militares. Ampliava, assim, a autoridade paternal do Estado sobre a sociedade, haja vista que a “modernidade brasileira se deu sob a égide do Estado”.²⁶ Defensor desse projeto, o poder público agia como guardião do interesse nacional, tutelando a sociedade; prática reiterada pelo regime autoritário, por demonstrar indiferença pela parte amazônica.

Mendes, nesse propósito, procurava refutar as principais facetas e estigmas forjados sobre a região, as quais formavam imagens de múltiplas matizes ideológicas: “(a) demograficamente, a falácia do espaço vazio; (b) antropologicamente, o estereótipo da indolência ou inaptidão; (c) culturalmente, o pressuposto da sociedade falhada; (d) economicamente, a presunção da inviabilidade regional”.²⁷

Fundamentado historicamente no repulsivo imaginário de inferioridade, a alteração desse quadro era urgentemente necessária, todavia, a força do enfrentamento regional era ineficiente, muito decorrente da parca população a enfrentar grandes dificuldades de manutenção, com isso, o poder econômico e político resultante “é praticamente nenhum nos superiores cenáculos nacionais”. Inclusive o realizado na região para o seu desenvolvimento econômico e social, “resulta de um gesto paternal, por decisão do cume, à revelia dos homens de pensamento e de ação regionais”. A “condição de minoridade” expressa a “pior da situação colonial”, devido a

25 MENDES, Armando. **A Invenção da Amazônia**. Contribuição à Formulação de uma Estratégia para o desenvolvimento regional. Belém: Universidade Federal do Pará, 1974. (Coleção Amazônia), p. 27.

26 REIS, Elisa P. O Estado nacional como Ideologia: O caso brasileiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1988, pp. 187-203.

27 MENDES, Armando. **A Invenção da Amazônia**, op, cit, p. 31.

imposição pelos “povos mais ricos aos mais pobres”, uma situação “intolerável na esfera nacional, dentro das mesmas fronteiras”.²⁸ Na contraposição dos estigmas e na proposição de uma nova relação na Federação, o economista buscava construir outro paradigma amazônico para superar anos de dependência, engessamento e parco desenvolvimento sócioeconômico como materialização de sua inferioridade.

Acompanhada de propostas diferenciadas em comparação ao tradicional regionalismo mendicante, sua análise reconhecia a necessidade do poder de decisão do homem amazônico ao desenvolvimento sem necessitar de paternalismo do Estado brasileiro. Estava posta a condição para superar a situação de inferioridade colonial e delinear um porvir diferenciado, no caso, uma relação adulta e independente, porque a grandeza da Amazônia não circunscrevia à dimensão territorial.

A integração física com o restante do país não caracterizava uma simplória questão de “integrar para não entregar”, a partir do entendimento de “integrar debaixo da ótica simplista de garantir posse, e até explorar, mas sim também promover, possibilitar-lhe tornar-se adulto e igual”. Consciente da importância econômica regional, Armando Mendes sinalizava para uma maior interdependência, conferida por uma “avenida de mão dupla”, na qual a região ofereceria ao país, porque este teria muito a receber no futuro. Sinalizava-se, desse modo, uma relação mais equânime, rompendo com a submissão, porque também se reconhecia como imprescindível ao Brasil.

Os recursos canalizados para a região, nesse sentido, “não devem ser entendidos como doação mas como investimento”.²⁹ A declaração de Armando Mendes confirmava o longo processo de dependência e seus efeitos nocivos, que condenava o modo do desenvolvimento regional. A interdependência física acelerada pelo Plano de Integração Nacional agravava a dependência econômica e política, por conseguinte, “o efeito-dominância do Centro-Sul sobre o Extremo Norte”.³⁰ Romper os laços dessa subserviência inter-regional, historicamente denunciada pela intelectualidade amazônica, possibilitava a formação de uma nova Amazônia.

Tornava-se urgente, portanto, a inserção no planejamento nacional a “ótica regional, até agora praticamente inexistente, em especial no que diz à Amazônia”. Como sujeito pensante, reconhecia que a política centralista do Estado federal alijava um projeto a partir da região, desconsiderando seus intelectuais, haja vista que o modelo existente “não é operativo em prol de

28 *Ibidem*, p. 41.

29 *Ibidem*, pp. 49-51.

30 *Ibidem*, p. 59.

regiões como a Amazônia”, por não estimular suas lideranças locais na proposição de um pensamento regional sobre os seus próprios destinos. Daí a necessidade da “contribuição de ‘inteligentzia’ regional ao encaminhamento dos próprios problemas”, substituindo, assim, o paternalismo pela maturidade regional.³¹

A *maturidade* de seus letrados na formulação de alternativas para o desenvolvimento era também subscrita pelo sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto, que, na época, já ganhava notoriedade na reflexão dos problemas da Amazônia. A manchete da publicação, em fevereiro de 1975, indagava: *Quem assumirá a voz da Amazônia?*, a qual analisava a produção do economista no clímax desenvolvimentista.

A contribuição do *Projeto Amazônia* para o desenvolvimento nacional foi bem recebida pelo jornalista, porém ficava na incerteza se foram apresentadas ao presidente, “mas há pelo menos um indicador negativo: tanto o capítulo regional do II PND quanto o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), da Sudam, exibem conceitos estranhos ou opostos aos de Armando Mendes”. Na época, o economista era assessor especial do Ministério da Educação e “há pelo menos duas décadas vem pensando sobre os destinos da Amazônia”.³² Partindo do reconhecimento de sua inserção na realidade amazônica, sinalizada, inclusive, pelo título da reportagem, seria Armando Mendes a “voz” da Amazônia? Aquele imbuído de um discurso competente a fim de se posicionar em defesa da região. Naquele momento, o economista parecia possuir as credenciais desse encargo.

O apontamento de Lúcio Flávio Pinto tinha fundamento para o contexto da formulação, pois constatou que o II PDA desvelava o sentido colonizador do projeto governista. Definida como “*fronteira de recursos naturais*”, a Amazônia “*será a terceira região do Brasil*”. Baseada nisso, o projeto determinava que o Brasil moderno, abastado e atualizado, seria o Sul. O Brasil “intermediário” fornecia insumos básicos e mercado, seria o Nordeste. A Amazônia, por sua vez, é a fronteira, que “*é pra fornecer sempre matérias primas básicas e vai se desenvolver nessa função, não só complementar a economia nacional, como complementar a economia internacional*”.³³ Essa definição, segundo Lúcio, estava explícita e escancarada na proposta oficial para o “desenvolvimento” regional, representando o modelo colonial imposto pelo poder central e subsidiado pelo grande capital, nacional e estrangeiro.

31 *Ibidem*, pp. 75-85.

32 A matéria publicada no número 4 do jornal “Bandeira 3”, de 5 a 11 de fevereiro de 1975. PINTO, Lúcio Flávio. “Quem assumirá a voz da Amazônia?” In: CHAVES, Aloysio. **Diário Íntimo** (os bastidores da eleição de 1974). Apresentação e edição: Lúcio Flávio Pinto. Belém: Jornal Pessoal, 1998, pp. 113-119.

33 Entrevista com Lúcio Flávio Pinto, no dia 17.08.2007 - www.mutiraoamazonia.org.br (grifo da entrevista)

Na década seguinte, numa avaliação da política de desenvolvimento regional, Armando Mendes destacou, num primeiro momento, a “fase da incorporação da região ao grande país amigo e vizinho que se chama Brasil”. O contexto representou a “incorporação através de estradas que quebraram o isolamento físico da região” ao permitir que os produtos industriais do Centro-Sul disputassem o mercado com “preços muito mais acessíveis do que os produtos similares que nós podíamos obter na região”. Tal incorporação fez com que a Amazônia “passasse a ser utilizada como ‘almoxarifado’ com excelente reserva de recursos que interessavam ao Brasil”. As “grandes decisões” ligadas ao “futuro da região, as grandes iniciativas e a sua implantação”, representadas pelos grandes projetos, não foram realizadas por “iniciativas ou reivindicações nossas”. Não ocorreu reclamação, muito menos proposição, “pelo menos nos termos que está sendo feito”. Ao reconhecer que os efeitos da modernidade também trouxeram como consequência uma Amazônia “definitivamente interada ao resto do país, à custa de sua desintegração interna”, Mendes ressaltou ainda que a desintegração interna também gerou conflitos entre a Amazônia oriental e a ocidental.³⁴

Se a Amazônia não poderia ser pensada de forma única ou homogênea no passado, a percepção foi ainda mais redimensionada no processo de modernização. A própria denominação de Amazônia Legal já causou polêmica por incluir parte de outros estados na chamada Amazônia clássica, especialmente para obter recursos da SPVEA, posteriormente, Sudam. No rastro do grande capital, a criação da Zona Franca de Manaus, no lado ocidental da região, veio acirrar as rivalidades com a Amazônia oriental, no caso, paraense. As disputas por incentivos e investimentos ampliaram o distanciamento entre os grupos dirigentes amazônicos.

O processo corria célere. A avaliação do escritor Miranda Neto, realizada em meados da década de 1970 e publicada em 1979, também demonstrava a preocupação com os resultados da modernização na Amazônia que “ficou agravada no curso da última geração pelo modo como se realizou o processo de desenvolvimento do Brasil, do qual apenas teve os ônus, sem maiores vantagens”. Referendado na histórica “política discriminatória” em relação à distribuição de recursos públicos, desde a SPVEA, passando pela atitude do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, neste último, baseado no relatório divulgado dos últimos 12 anos, a disparidade era flagrante.

Segundo a lei, o BNDE seria obrigado a investir 25% de seus recursos no financiamento industrial do Nordeste e do Norte do Brasil, contudo, comprovou-se que na aplicação total de 1 trilhão e duzentos bilhões de cruzeiros, “as aplicações na zona Norte do País não alcançaram 1

³⁴ Apud CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro, op. cit, pp. 142-143.

milésimo desse quantitativo”, e, embora avaliadas por aquele Banco, as importações de alguns equipamentos, “nenhum aval fora dado a qualquer empresa do Norte do País”. Acreditava, no entanto, que tais funcionários “nunca” tinham “a intenção de prejudicar a Amazônia” quando formulam a política econômica federal, pois legislam para outra área e motivados por diferentes propósitos. “Para eles a Amazônia não existia”.³⁵

Esquecida ou inexistente para o Brasil, eram situações decorrentes da política externa equivocada adotada na região. A solução seria “ouvir” as necessidades da população conhecedora dos seus problemas. Não seria mais prudente “impor nossos valores à Amazônia”, porque é necessário “aprender” com a mesma. A integração só será concebida com “a participação da população e das elites interessadas em seu destino”. Embora citasse a denominação “população”, servia mais como retórica, o projeto do autor era elitista na perspectiva regional, inclusive, no questionamento dos grupos que tinham se beneficiado da Política de Incentivos Fiscais, sinalizando para as “elites” de outras regiões.³⁶ Para o autor, até 1974, a Amazônia ocupou um lugar político específico no cenário brasileiro:

Local de uma nova consciência nacional, ela serviu de espaço-refúgio para onde se desejava transferir as tensões provindas dos desequilíbrios regionais agravados pela expansão do Centro-Sul, mas também para disfarçar as desigualdades sociais que são precisamente uma das características e uma das condições do “milagre econômico”, apresentando à opinião pública um lugar de acordo nacional para a grande tarefa coletiva a ser cumprida. Ou o espaço como fator suposto de homogeneização do campo social.³⁷

O desnudamento do projeto do Estado Nacional, sustentado no grande capital, contradizia a clássica interpretação do economista Francisco de Oliveira, *Elegia para uma re(li)gião*, publicada em 1977, além de suas outras reflexões com esse propósito, que versam sobre a questão regional do Nordeste. A obra tornou-se referência para os estudos sobre regionalismo, mas é inviável para a realidade amazônica. Oliveira assegurou que a região só existe quando há o predomínio de uma economia voltada para o exterior. A partir da entrada do capital monopolista no decorrer da década de 1950, resultou no fim das regiões, porque seriam integrados ao mercado nacional, alavancado pelo industrializado Sudeste. Ademais, as “oligarquias” regionais também seriam extintas com o confronto com os grupos monopolistas. Por fim, a região permaneceria somente como “discurso ideológico”.³⁸

35 MIRANDA Neto, op, cit, pp. 202-203.

36 Ibidem, p. 196.

37 Ibidem, p. 215.

38 OLIVEIRA, Francisco, op, cit. Sobre as críticas às reflexões de Francisco Oliveira, ver: MARTINS, Paulo Henrique. “O Nordeste e a Questão Regional: os Equívocos do Debate”. SILVA, Marcos. **A República em Migalhas**, op, cit, 56-58; 61-62.

Se a análise não se coadunou à realidade nordestina, muito menos peso teve para a vivência amazônica, que desde a crise do látex, passando, efemeramente, pelo período da batalha da borracha, já não possuía uma economia voltada para o mercado internacional. Antes da abertura rodoviária, existia, mesmo que precariamente através do entreposto marítimo, uma relação comercial com o Sudeste, apontada por Roberto Santos, além de denunciadas por Ricardo Borges e Orlando de Moraes, em relação ao mercado da juta e borracha com as indústrias paulistas, quando do início da era rodoviária.

Do mesmo modo que as preocupações de Celso Furtado sobre o Nordeste não podem ser igualadas com a realidade amazônica, tanto que não integrou suas preocupações, a reflexão de Francisco Oliveira incorreu em outros problemas. Quando realizou seus estudos sobre o Nordeste, a Amazônia passava pela modernização conservadora do grande capital, embora acelerando a integração ao mercado nacional, sem que as causas motivadoras do regionalismo fossem extintas, para os mais críticos, foram até agravadas. O autor parte de uma interpretação do Centro-Sul para entender o nacional, (apesar de pernambucano, mas arraigado em São Paulo), incorporando a permanência da colonialidade do saber, que também é do poder, parecendo acreditar, também, na anulação do regional pela homogeneização do nacional. Acrescenta-se, que os grupos hegemônicos amazônicos, a despeito de seu enfraquecimento econômico permaneceram como representantes políticos da região, utilizando, inclusive, da retórica regionalista, amparadas em construções históricas e nas demandas sociais.

Defensor do ideal de região, o economista paraense Roberto Santos criticou a perda do ímpeto da causa regional na teoria acadêmica e na prática, esta última, ligada aos centros de decisão econômica do país a fim de manter a minoridade política da Amazônia. Na realidade, “se há uma ideologia que, num sentido fanaticamente marxista, sirva ao grande capital brasileiro e multinacional do Sudeste, é certamente a de que é ilusória a luta econômica entre regiões”. Para esses, a “única” é a luta de classes, que a exploração do operário paulista e do amazônico “é uma só”, que o capital não tem pátria nem região.

No entendimento de Roberto Santos a luta de classes não ocorre no abstrato, mas num “chão” e momentos históricos e espaciais, condicionando a forma, o ritmo e a intensidade. É impossível negar essas determinações em “nome de uma só”. Não há como ignorar o “relacionamento concreto da Amazônia ou do Nordeste com o ‘centro’ brasileiro desde o século XIX”. Depois de enumerar os problemas inerentes ao conceito de luta de classes em detrimento de região e a relação de outros espaços periféricos com a região hegemônica nacional, passou a questionar a política econômica do Estado federal na Amazônia:

Como fechar os olhos à existência de um Estado que, atuando em favor do grande capital extra-regional, resolve, de tempo em tempo, a região amazônica em busca de novas oportunidades de acumulação, sem consultar os interesses e o conforto das populações locais, e inclusive prejudicando o capital local em formação?³⁹

Diretamente envolvido no desequilíbrio das regiões, o poder central tinha sua parcela de culpa nos problemas da Amazônia. O economista paraense não nega a oposição de classes no interior da região ou a solidariedade da classe trabalhadora ou a da classe capitalista para além da região. Outro motivo prático do declínio da região amazônica nas reivindicações políticas locais é que o modelo de desenvolvimento regional efetivado pelo poder central e os investidores privados, “não teve caráter regional e esteve longe de resultar em desenvolvimento”. O questionamento a partir do interesse amazônico vinha num contexto de grande efervescência da matéria nos debates políticos.

Na época dessa reflexão, Roberto Santos assessorava alguns parlamentares paraenses durante as discussões na Assembléia Constituinte de 1988. Reconhecia que a classe trabalhadora não possuía organização suficiente que a capacitasse conduzir a luta pelo desenvolvimento próprio e regional, já o empresariado estava mais organizado. Tornava-se necessário “reacender a lâmpada do ideal regional, porque o grande capital é forte e a ação na Constituinte não vai ser fácil”.⁴⁰ O autor, juntamente com outros intelectuais, como Lúcio Flávio Pinto, defendia um Estado de fato federativo a fim de possibilitar maior autonomia à Amazônia.

Referência nos estudos sobre região, Francisco Oliveira retomou o tema em março de 1993, na ocasião, registrou que a Questão Regional, no campo intelectual, “sempre” foi discutida por nordestinos. “Nenhum intelectual de fora do Nordeste ou da Amazônia” se preocupou com o tema, incluiu o exemplo as reuniões das sociedades científicas das áreas humanas e sociais. Mas fez uma ressalva. “No caso amazônico, como a ecologia está em moda, há os *verdes* que são *transamazônicos* em sentido bem irônico e verdadeiro: eles reduzem a Amazônia a uma questão de ecologia”.⁴¹ Por desconhecer outras produções, como a de Roberto Santos, a questão regional era o Nordeste, quando se discutia a Amazônia, reduzia-se ao tema ecológico.

Neste mesmo ano, no final de setembro e início de outubro, Francisco Oliveira participou da conferência *Amazônia e a crise da Modernização*, realizada no Museu Goeldi, em Belém, quando

³⁹ O autor é professor da UFPA e juiz do Trabalho. SANTOS, Roberto. Morte e reconstrução de um ideal: a luta (de classes?) pela região. **Pará Desenvolvimento**. Belém: IDESP, nº 20/21, 1986/1987, pp. 15.

⁴⁰ Idem, pp. 15-16.

⁴¹ OLIVEIRA, Francisco. “A questão regional: a hegemonia inacabada”. São Paulo: **Estudos Avançados**. vol. 7, nº 18, 1993, p. 44.

integrou uma mesa que discutia a região amazônica. Na ocasião, desenvolvia pesquisa sobre a ação autoritária do Estado no processo de “intervenção-reconquista” da Amazônia.⁴²

Indiferente ou na crítica dessas interpretações, a Amazônia continuava objeto de preocupação da inteligência regional. Integrante de seletos grupo de intelectuais da região a refletir acerca do projeto de modernidade, sobretudo no momento de maior visibilidade na década de 1970, o médico amazonense Djalma Batista, em sua análise do processo de desenvolvimento, entendida em sua complexidade, embora esperançoso com o projeto de integração nacional, salientou os problemas que acarretaram na Amazônia, em especial a questão ambiental.

Como médico patologista, professor universitário e ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, acompanhou os principais acontecimentos da região a partir da década de 1940, questionando o projeto de modernização regional que não se fundamentou em sua diversidade natural e sociocultural, com aproveitamento racional dos recursos amazônicos. Em torno desse descompasso, ressaltou que a “desigualdade entre o Brasil-amazônico subdesenvolvido e o adiantado Centro-Sul é cada vez mais gritante”.⁴³

Djalma Batista, segundo Renan Freitas Pinto, foi considerado um dos maiores intérpretes da Amazônia, defensor da pesquisa científica como fator de desenvolvimento. Nessa medida, reconhecia que os fatores do atraso regional foram gerados pelos “desníveis entre as regiões brasileiras e a exacerbação dos *dois brasis*”. O atraso é devido “muito mais” ao processo educacional e cultural do que os “desníveis e distância que estão ocorrendo e se acentuando no âmbito da produção econômica”, ampliadores das disparidades entre as regiões.⁴⁴

A constatação a qual chegou a socióloga Violeta Loureiro reflete boa parte das denúncias da intelectualidade regional ao longo dos anos, quando afirmou que a Amazônia sempre foi mais rentável à metrópole portuguesa e à Federação brasileira do que estas foram para a região. O acompanhamento do processo histórico confirmou que a região tem “gerado sempre mais recursos para fora (Metrópole e Federação) do que tem recebido como retorno”. A Amazônia tem sido, “permanentemente, um lugar de exploração, abuso e extração de riquezas em favor de outras regiões e outros povos”. A situação foi ampliada nas últimas três décadas, mesmo quando ocorreram grandes investimentos em infra-estrutura, “estes visaram possibilitar a exploração de

⁴² OLIVEIRA, Francisco. “A reconquista da Amazônia”. In: D’ INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel da (org). **Amazônia e a crise da Modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

⁴³ BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia** - Análise do processo de desenvolvimento. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007 (1ª ed. 1976), p. 33.

⁴⁴ PINTO, Renan Freitas. “Djalma Batista: artigos de jornal”. In: BASTOS, Elide Rugai e PINTO, Renan Freitas (org). **Vozes da Amazônia**. Investigação sobre o pensamento brasileiro. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007, p. 171.

riquezas em favor da Federação”.⁴⁵ A análise não fazia distinção entre as práticas do passado e as do presente por estarem irmanados nas *perdas* e *danos* ocorridos na região.

Desde a viagem de Francisco Orellana, a Amazônia passou a ser “definida, interpretada, explorada, amada e mal-amada a partir do olhar, da expectativa e da vontade do outro”. Essa visão também esteve na origem dos preconceitos sobre o homem e a região, que ficaram “colados nela” a partir desses contatos. O processo histórico era revelador: “Dos primeiros séculos da colonização aos governantes, políticos e planejadores dos dias atuais, a história da Amazônia tem sido o penoso registro de um enorme esforço para modificar aquela realidade original”. A ação vinculava-se à tentativa de “domesticar” o homem e a natureza para serem moldados “à visão, à expectativa de exploração do homem de fora”, considerado o “estrangeiro no passado, brasileiro e estrangeiro no presente”.⁴⁶

A partir de experiências no tempo pretérito e no contemporâneo, seja estrangeiro, seja brasileiro, a Amazônia, segundo Violeta Loureiro, ingressou num período de grandes *perdas* e *danos*, que ameaçavam o futuro, com necessidade de ser *re*construído. A não diferenciação entre as ações ditas estrangeiras e brasileiras indicavam o grau de distanciamento que havia entre os interesses do poder federal e a região ameaçada.

Ainda motivo de angústia, a eterna busca pela modernidade persistiu ao longo do tempo entre os intelectuais amazônicos. Márcio Souza, num artigo intitulado *Afinal, quem é mais moderno neste país?*, realizou uma digressão pela história regional, tentando comprovar que a Amazônia já estava “acostumada com a modernidade”, numa tentativa de desfazer o rótulo de “região atrasada”. Para o escritor, “porque se há uma região que melhor conheça a experiência da modernidade, esta é a Amazônia, como prova a sua própria história”. Os métodos modernos na exploração econômica sucederam com a agricultura capitalista pelos pequenos agricultores, durante o período pombalino, o extrativismo exportador da borracha no final do século XIX e a estrutura industrial eletroeletrônica na Zona Franca de Manaus, na década de 1970.

Esses fatos levam a afirmar que os moradores da Amazônia “não se assustam facilmente com problemas da modernidade”, comprovando sua complexidade e surpreendente posição, além de detentora de um “perfil civilizatório insuspeito pela vã ingenuidade”. Tal era o motivo de permanecer um mistério para os brasileiros. Apesar das experiências de modernidade na região, “os tecnocratas e o governo central foram incapazes de favorecer a aceitação de experiências

⁴⁵ LOUREIRO, Violeta. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**: Universidade de São Paulo, vol. 16, nº 45, maio/agosto de 2002, p. 108.

⁴⁶ Idem, p. 109.

locais no processo de integração econômica”, com a alegação de uma “área atrasada nada se espera”.⁴⁷

A modernização na Amazônia também foi objeto da reflexão do economista Daniel Brito, entendida como de “superfície”, além de acelerada, especialmente com a ação do Estado interventor, na tentativa de integrar, valorizar e desenvolver a região, a partir da década de 1940. Essa ação ganhou impulso a partir das últimas décadas do século XX. O resultado foi uma modernização de superfície, com a geração de inúmeros problemas sociais.⁴⁸ Apesar da ênfase na abordagem, Daniel Brito não trouxe novidades do que já havia sido formulado anteriormente, especialmente pela produção acadêmica.

A intensa transformação sócioeconômica passada pela região e suas repercussões nas práticas regionalistas foram refletidas pela produção acadêmica. O historiador Pere Petit, natural de Barcelona, na Catalunha, radicado no Pará, desenvolveu pesquisas acerca do desenvolvimento econômico e das práticas políticas na Amazônia paraense em relação ao período ditatorial. Atento às práticas políticas e econômicas das elites regionais, analisou alguns discursos regionais pró-amazônicos e pró-paraenses contra a política adotada pelo poder federal.

Diferenciados em suas práticas, Petit destacou o “regionalismo conservador”, este, de empresários e lideranças políticas descontentes, conforme suas conveniências, como as lideranças da Arena, o partido governista. Já o “regionalismo progressista” denunciou a persistência da desigualdade regional endossada pelo governo central, inclusive, pelas práticas das elites regionais. Entre os *progressistas* destaca-se a atuação do jornalista Lúcio Flávio Pinto.⁴⁹

Sem poder de reação e quando reagem, logo eram cerceados ou desprezados pela força do regime de exceção, os grupos hegemônicos regionais tornaram-se colaboradores do projeto modernizador, ainda que momentaneamente, ensaiassem alguma teatralização de resistência. O ocaso do projeto implementado pelo Estado autoritário desvelou a outra face da moeda modernizadora: desmatamento, grilagem, conflito agrário, massacre indígena, além de múltiplas tensões envolvendo outros sujeitos sociais, como garimpeiros e demais migrantes, agora incorporados entre os tradicionais amazônicos. A nova fronteira do capital passaria por novos rearranjos, inclusive, do enfraquecido Estado centralizador, mas sem deixar de ser fronteira.

⁴⁷ A primeira reflexão do autor sobre o tema foi o artigo “Amazônia e modernidade”, publicado em **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45. São Paulo, 2002. Posteriormente foi aprofundado, ver: SOUZA, Márcio. Afinal, quem é mais moderno neste país? In: **Estudos Avançados**, op, cit, pp. 93-94.

⁴⁸ BRITO, Daniel Chaves de. **A Modernização de Superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2001.

⁴⁹ PETIT, Pere. **Chão de Promessas**. Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003; Ver também: MAHAR, Denis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

Estado interventor em crise e a continuidade regional

Integrada ao Brasil através da intensiva prática modernizadora centralista, autoritária e com preocupante processo de descaracterização, a Amazônia acordava na década de 1980, sobressaltada com os efeitos de graves problemas sociais. Frustrava-se o sonho da modernidade, símbolo de progresso e desenvolvimento, tão esperado pelos grupos hegemônicos regionais. Para ampliar o gosto amargo da decepção, o Estado central, antes grande incentivador do nacional-desenvolvimentismo, encontrava-se combalido, impedido de prosseguir com a mesma desenvoltura de investimentos na região. Mas esse enfraquecimento não significou o completo retrocesso e o abandono da ação interventora. A geopolítica continuava norteando a visão do alto escalão federal.

Se o poder permanente da força não bastava para implantar o projeto de intervenção amazônica, a ideologia da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento ainda teimou a integrar a sedimentação da ocupação territorial com sua permanência residual. Em processo de esgotamento a partir da década de 1980, a intervenção estatal desenvolvimentista teve uma das últimas ações. Não obstante a vigência do regime democrático, alguns resíduos daquela doutrina ainda teimaram em vigorar. A implantação do Projeto Calha Norte, em 1985, com a pretensão de atuar no controle da extensa fronteira Norte e o mais recente e polêmico, deu-se com o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), em 2002, ambos comandados pelo Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM).⁵⁰ A região continuaria presa às amarras da militarização, mesmo sem militarismo, o que representava o grau de interesse e a preocupação geopolítica do debilitado Estado brasileiro.

Em torno dessa geopolítica, o contra-almirante Roberto Gama e Silva, natural de Manaus, na obra *Olho Grande na Amazônia brasileira*, prefaciada por Arthur Reis, continuou alimentando o temor ao discorrer sobre a incessante tentativa de exploração das riquezas naturais da região por empresas estrangeiras, que estão de “olho grande” na Amazônia. Esse termo foi reiteradamente retratado no decorrer da produção. “Todo cuidado será pouco para evitar que intrusos ponham os

50 Sobre o projeto Calha Norte, ver: NASCIMENTO, Durbens Martins. “Projeto Calha Norte: a Amazônia segundo a política de defesa nacional”. In: CASTRO, Celso (org). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006, pp. 97-117; Em relação ao SIVAM, conferir: LOURENÇÃO, Humberto J. “O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM): velhas controvérsias, novos desafios”. CASTRO, Celso (org). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006, pp. 119-142.

olhos grandes ou, pior que isso, as mãos de rédeas em tudo que é nosso!”⁵¹ Outro militar a refletir sobre esse suposto perigo foi o general Meira Mattos, ao analisar a questão como estratégia de uma “geo-política pan-amazônica”, da qual integraria a soberania nacional na defesa da Amazônia.⁵²

Reiterado pelo historiador Arthur Reis, ao longo das últimas décadas e convertido em referência obrigatória, que estrategicamente utilizou a fim de reivindicar uma ação mais efetiva do Estado brasileiro na Amazônia, o estudo também foi incorporado por militares amazônicos, cuja representação expressava a força do projeto centralizador. Sem excluir interesses regionais, também impregnados como estratégia nessas reivindicações, a geopolítica nacional soava mais forte, consolidando antigos e requentados temores.

A sensibilização da intelectualidade brasileira também foi movida pela tal marginalização, porém, com outros objetivos. Quando percorreu a Amazônia no início da década de 1980, o escritor e jornalista Edmar Morel, socialista e incisivo nacionalista, muito ao seu estilo militante, realizou um trabalho ao denunciar a ameaça que pairava sobre o país, haja vista “dia a dia a Amazônia é saqueada pelas multinacionais”. Na perspectiva de combate ao imperialismo, registrou um histórico de vários casos envolvendo o saque das riquezas naturais por estrangeiros, a exemplo do Projeto Jari, empreendimento do norte-americano Daniel Ludwig, que adquiriu uma vasta propriedade de terra, também ameaçando a soberania brasileira.⁵³

A força do nacionalismo, contudo, não eliminou as questões regionais, conferida, no caso, também pelos olhares estrangeiros. A questão sobre a reiterada colonização exercida por São Paulo, não é somente uma percepção de amazônidas, pois igualmente foi divulgada por dois jornalistas norte-americanos, Brian Kelly e Mark London, quando percorreram a Amazônia, em 1981.

Antes de pesquisar a região, foram informados por um técnico brasileiro em Washington, que a Amazônia “é uma espécie de colônia de São Paulo”. A região representava para os paulistas a tentativa de “conquistar uma nação vizinha e trazer seus tesouros”. A maior parte da riqueza do país está ali concentrada, por conseguinte, os escritórios da maioria dos “empresários que consideram a Amazônia a região do próximo investimento”.⁵⁴ Comumente regionalista, a idéia de

51 SILVA, Roberto Gama e. **Olho Grande na Amazônia Brasileira**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991, p. 34.

52 MATTOS, Meira. Uma geo-política pan-amazônica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980; ver também outra obra do autor: MATTOS, Meira. **Em defesa da Amazônia e outros estudos**. Belém: Cejup, 1995.

53 MOREL, Edmar. **Amazônia Saqueada**. São Paulo: Global, 1984. (Coleção que país é este?), p. 82.

54 KELLY, Brian e LONDON, Mark. **Amazônia um grito de alerta**; tradução: Heitor Herrera. Rio de Janeiro: Record, 1983, p. 34.

colonização paulista era confirmada por um brasileiro residente nos Estados Unidos que, antecipadamente, alertava os novos viajantes.

Integrante da região concentrada, São Paulo continua o “pólo nacional”, mantendo sua “posição hierárquica sobre a vida econômica nacional”⁵⁵, o que lhe credenciava ao posicionamento hegemônico em relação às demais regiões, inclusive como poder político. Influência ainda não bem digerida pelos representantes de outros estados. A crítica aos paulistas não foi originada no tempo presente, demonstrando as tensões no interior da Federação, especialmente quando ficaram mais nítidas as diferenciações econômicas entre os estados.

No início do século XX, o literato Lima Barreto já denunciava São Paulo como a sede de toda a “pressão econômica” e todo o “mal do Brasil”.⁵⁶ Sem descartar os ingredientes da tradicional rivalidade entre paulistas e cariocas na disputa pela hegemonia nacional, como crítico social de seu tempo, Lima Barreto estava convencido dos males causados pelo poderio econômico paulista sobre os demais brasileiros. A tendência só tinha a crescer durante a República. No caso específico da Amazônia, as elites paraenses também imputam aos paulistas uma boa parte de suas desditas, convencidos da permanência de um colonialismo interno.⁵⁷

Na formação do regionalismo paulista, outras versões integravam a pauta. Em defesa de um federalismo moldado ao seu interesse e crítico do centralismo do Império, a afirmação da “superioridade paulista” emergiu com o ideário separatista de 1887, visando a formação de uma “pátria paulista”.⁵⁸ Também defensor do separatismo de São Paulo, o escritor paulista João Franco, como argumento, criticou os investimentos do governo federal nas regiões Norte e Nordeste. Em relação à Amazônia, após enumerar alguns projetos fracassados, sentenciou: “Como se vê, a Amazônia tem sido e continuará sendo um peso enorme e nada que carregá-lo trará futuras compensações. Em outras palavras, é um problema de duração imprevisível. Um osso duro de roer...”.⁵⁹ Pesada aos cofres da União e sem compensação previsível, a Federação brasileira não poderia ser sacrificada pelo *osso duro* da Amazônia. No desprezo pelo interesse nacional e na valorização da perspectiva econômica, não seria vantajoso para o capitalismo de São Paulo continuar carregando um *peso* daquela proporção.

55 SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. “As diferenças no Território”, op. cit.

56 SEVCENKO, Nicolau. op. cit, p. 227.

57 No que tange às críticas formuladas no Pará, ver: PETIT, Pere, op. cit, pp. 282-290.

58 ADDUCI, Cássia Chrispiniano. **A “Pátria Paulista”**. O separatismo como resposta à crise final do império brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

59 FRANCO, João Nascimento, op. cit, p. 64. A proposta separatista de Franco contém inúmeras passagens de característica discriminatória, a exemplo da crítica à influência nordestina em São Paulo. “A política e o próprio governo, como talvez não possa deixar de ser, se nordestinizam. À medida que cresce e se moderniza, o Brasil é forçado a absorver essa imensa borra de atraso, ignorância e barbárie...”, p. 73.

Ao criticar o autêntico sentimento de nacionalidade brasileira e a necessidade do projeto autônomo paulista, João Franco destacou o escrito de Carlos Vidigal sobre o paulistismo como forma de revidar a discriminação feita a São Paulo: “Durante os primeiros três séculos de nossa colonização, São Paulo era tratado pela metrópole como uma espécie de filho enjeitado. Importante eram as capitânicas do Nordeste, e mais tarde o Rio, que virou capital”. A sensação de discriminação, segundo Vidigal, contribui “fortemente para o aparecimento de um *sentimento de nacionalidade paulista*, que é sem dúvida anterior ao sentimento de nacionalidade brasileiro (se é que isso existe)”.⁶⁰ Eram resíduos da desejada *pátria paulista*, um projeto decantado pelas elites descendentes dos bandeirantes no final do século XIX.

A fragmentação do Brasil como nação era uma situação notória constituída, inclusive, nas rivalidades regionais a integrar as práticas paternalistas que formam a Federação. Se, anteriormente, a Amazônia queixava-se como *filha enjeitada* e ainda continua, São Paulo também sentiu-se *enjeitado* em outros tempos. O pano de fundo dessa rivalidade estava na disputa pela hegemonia do Estado Nacional e seus benefícios que, historicamente, especialmente na República, São Paulo conseguiu aliar seu poder econômico com sua representação política.

Mas para Wilson Cano, o que explica sua industrialização é o dinamismo de sua economia. Portanto, a “‘periferia’ perdeu o ‘jogo’”, devido a debilidade da integração ao comércio internacional e por não ter desenvolvido relações capitalistas mais avançadas.⁶¹ A pujança industrial paulista, considerada a “locomotiva do Brasil”, conseguiu romper as fronteiras estadual, representada como novo bandeirantismo. Entre os opositores, porém, era interpretada como conquista e dominação, a exemplo da Amazônia a partir da década de 1960, através do avanço dos grandes projetos, sobretudo o agropecuário, fartamente amparado pelos benefícios fiscais concedidos pelo Estado autoritário.

A partir da década de 1980, a Amazônia atravessava um novo processo. A geopolítica de segurança nacional, que ainda suspirava em meio à crise do Estado-Nação, coincidiu com a emergência corrosiva do processo de globalização e neoliberalismo. Nesse processo de fragmentação e deslocamento do poder soberano do Estado Nacional, a desregulamentação do mercado e a proposta do Estado mínimo geraram inúmeras privatizações e a crescente perda de investimento estatal advindo do modelo implantado pelo Estado varguista, como saúde, educação, previdência.⁶² Legitimado por uma eficaz ofensiva cultural, assentada em projeto civilizador, o

⁶⁰ Idem, 103. (grifo do autor).

⁶¹ CANO, Wilson (1981), p. 259.

⁶² SADER, Emir e GENTILLI, Pablo, op.cit,

mercado global, via iniciativa privada, passou a romper as fronteiras do poder de autonomia econômica e fiscal e poder de decisão da soberania do Estado-Nação.⁶³

Logicamente que as regiões mais carentes e historicamente dependentes da presença estatal sofreram grande abalo econômico, impactando no desequilíbrio fiscal e no poder de investimento social. Nas décadas de 1980 e boa parte da seguinte, os estados da Amazônia enfrentaram angustiante crise econômica, com enorme repercussão no campo social, representada pelo sangrento enfrentamento nas áreas rurais, tendo como personagens sem-terras, garimpeiros, seringueiros, madeireiros, grileiros, indígenas e representantes do grande capital. A redemocratização trouxe à tona uma gama de problemas advindo do modelo implantado com os grandes projetos, camuflados pela euforia do desenvolvimentismo autoritário.

Ao privilegiar o grande capital, a ocupação desordenada da Amazônia gerou desmatamento e conflito agrário, com centenas de assassinatos no campo, entre índios, seringueiros, castanheiros e demais trabalhadores tradicionais. O assassinato de Chico Mendes, em Xapuri, no Acre, em 1988, representou essa nova fase do drama amazônico. Acontecimento de repercussão internacional serviu para despertar a “solidariedade” de entidades ambientalistas, como inúmeras organizações não governamentais, algumas contendo interesses inconfessáveis, segundo o escritor amazonense, Márcio Souza. Embora este não se considerasse um regionalista, a questão amazônica emergia com reelaboradas e reatualizadas narrativas.

No intuito de interpretar os acontecimentos com a “voz exigente e ciumenta do nativo”, de acordo com a escrita do amazonense, mas sem “nenhum preconceito, reconhecendo a sua história particular”, devido representar uma região que continua misteriosa para estrangeiros e para os próprios brasileiros. Sem estudo científico e envolto pela mistificação, o resultado é a aparência da Amazônia com “uma terra de ninguém, território vazio, com uma história escrita com a letra minúscula do oficialismo”, na qual seus personagens encontram-se no “rodapé da história do Brasil”. A integridade da Amazônia não será defendida sem conhecer seu passado, a peculiaridade de sua cultura e seus costumes.

O caso de Chico Mendes é o exemplo mais emblemático do modismo despertado pela mídia e outros organismos internacionais que tentaram neutralizar e esterilizar sua luta, “como se uma liderança da estatura de Chico Mendes não fosse possível sair do meio da selva amazônica”.⁶⁴

63 HALL, Stuart, 2003, op.cit; HALL, Stuart, 2003, op.cit; CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 2ª ed. Editora: Paz e Terra, 2002. Volume 2. Coleção: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura; SANTOS, Milton, op, cit.

64 SOUZA, Márcio. O empate contra Chico Mendes. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 14.

A *voz* do escritor encarregava-se em romper com os preconceitos atribuídos, travando, por outros meios, o ideário de luta do seringueiro de Xapuri.

A própria sociedade brasileira tropeça em relação à região. Por sentir-se “cansado” de ver a sua região “servir para os fins mais inconfessáveis”, utilizada pelos exploradores de todos os matizes, Márcio Souza objetivou situá-la “historicamente” para reconhecer as contradições de sua terra, onde existe uma tradição de silêncio, cerceada pelo poder, além de estigmatizada, por também ser periférica. Tal situação faz ampliar os preconceitos e a impotência. Talvez essa reflexão fosse a “seqüela benéfica” da morte do líder seringueiro, por espalhar a controvérsia na região.

Contraopondo-se à continuidade de uma longa tradição de marginalização colonizada, o amazonense enunciou que a Amazônia não tem sido capaz de “captar uma visão essencial de seu processo”, por desconhecer o caráter social do pensamento e da cultura. Parecia, nesse sentido, que a história fosse uma trivial sucessão de realizações individuais, uma ideologia típica de “sociedades marginais e colonizadas”. Por ser nativo da região, pretendia uma revisão crítica dessa história, porque desde o trágico assassinato, encontrava-se “em estado de choque”. Porém, em meio à enorme repercussão e “à tagarelice”, ficou em silêncio, mas um silêncio com a singularidade amazônica, que expressava a formação discreta do homem amazonense, sem fazer coro com as “cantilenas” entoadas por “forasteiros e amigos de última hora”.

A aceitação da “solidariedade” decorria-se da situação vivida, contudo, é sabido que “muito pior” do que ser espoliado, sofrer desmandos, ameaça de assassinatos e a degradação do meio ambiente seria “precisar de solidariedade”. Os que oferecem solidariedade se julgam justos e se apresentam como impermeáveis, desfibrando e asfixiando a região, “ainda mais quando se é pobre” morador dos trópicos. Foi este quadro que atraiu a atenção do debate internacional.⁶⁵

A luta de Chico Mendes representou uma mudança de rumo para reencontrar a Amazônia com as aspirações do povo brasileiro, “já que nosso destino regional está atado ao destino do Brasil”. Mas faz uma ressalva nesse atrelamento, para que a Amazônia chegue íntegra ao futuro, é necessário “que o Brasil pare de tratar a região como espaço colonial”. Nessa *voz exigente e ciumenta do nativo*, apesar de crítico do regionalismo, retoma toda uma tradição da intelectualidade amazônica.

Fartos de medidas de cima para baixo, os nativos amazônicos precisam reagir à brutalidade dos apetites do capital, uma lição que se tornou ensinamento, pois “chegou a hora dos amazônidas fazerem a sua entrada na vida política da Amazônia”. Mesmo sabendo que os

65 Idem, pp. 14-17.

latifundiários, grileiros e o grande capital não consentirão nesta atitude, porém “nós saberemos dar a resposta que a região está esperando”. Reiterou que a luta pela Amazônia não está nos ecologistas, místicos, antropólogos, sociólogos, além das pessoas de bons sentimentos, “mas nas mãos dos que foram criados pelas terras do sem fim”. Por isso, que Chico Mendes “não sonhava no vazio”, haja vista estar respaldado na “vontade dos povos da selva” para impedir a continuidade da colonização da Amazônia.⁶⁶

A polêmica reflexão do escritor guarda algumas ressalvas. Não obstante a pretensão crítica dos acontecimentos como *nativo*, o *nós* utilizado sinaliza uma generalização de sujeitos amazônicos, parecendo, como intelectual, pretender representar os *povos da selva*. Márcio Souza há muito não reside na região, o que não desmerece sua análise, porém, após o seu *silêncio*, reproduziu, às avessas, todas as *cantilenas* do drama do líder seringueiro, com a vantagem de ser um *nativo* com conhecimento da história regional, portanto, detentor do discurso competente e representativo da Amazônia. Os *povos da selva* encontraram o seu defensor, depois de Chico Mendes. Ou seria mais poderoso por ser um *nativo*, mas respaldado com o status de *intelectual*.

Márcio Souza retomou a crítica às *élites* regionais na conferência *Amazônia e a crise da modernização*, em 1993, quando ressaltou que a elite age contra os interesses da região, a exemplo da repressão à Cabanagem. Em sua apresentação, elencou o despreparo intelectual da classe política que possui uma “mentalidade extrativista”, reforçada por uma série de “leseiras” desses representantes da Amazônia.⁶⁷

Passado o momento de euforia, a crise da política interventora do Estado nacional deu margem para avaliar o resultado social e econômico na região. Além dos impactos culturais e ambientais, o relatório do Índice de Desenvolvimento Humano divulgado em 1996, externou que as políticas de desenvolvimento não foram capazes de reduzir as distâncias regionais. “A pobreza no Brasil tem um componente claramente regional, sendo mais elevadas as proporções no Norte (43%) e no Nordeste (46%), reduzindo-se em direção ao Sul (20%)”.⁶⁸ Eram dados que corroboravam para reacender os argumentos regionalistas da permanência colonial na Amazônia e do questionamento da política desenvolvimentista.

Na atualização da análise furtadiana sobre a dinâmica das regiões, Tânia Araújo destaca que “os dados disponíveis sempre apontam para uma situação de desigualdade de oportunidades mais agudas nas regiões Norte e Nordeste”. Analisadas numa escala macrorregional, “são essas regiões

66 Idem, pp. 148-151.

67 SOUZA, Márcio. “Representação regional, Cabanagem e leseira: ‘só é elite quem age contra os interesses da região’”. In: D’INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel da (org), op, cit.

68 BRITO, Daniel, op, cit, p. 189.

que continuam a representar o desafio principal para a construção de um Brasil regionalmente menos desigual”.⁶⁹ As constatações representavam o fracasso do projeto de desenvolvimento regional a partir dos interesses do poder central como tentativa de equilíbrio entre os membros da Federação brasileira, sendo que, em determinadas situações, a disparidade foi ampliada: era o resultado do modelo de modernização implantada.

Na mesa em que discutia a região durante a conferência *Amazônia e a crise da modernização*, Oliveiros Ferreira refletiu sobre a relação da Nação com a Amazônia, na qual ressaltou “se se discute hoje Nação e região, é porque o Estado brasileiro, a União, entrou em crise”. A organização que unia os interesses das diferentes regiões, criando a sensação de viver na mesma nação, não possui mais tal poder. O exemplo é a existência de propostas separatistas no Sul, no Nordeste e em São Paulo, porém, não registrou a ocorrência na Amazônia. “Ela não é densa o suficiente para pensar em separar-se como o Sul e alguns imaginam poder ser feito no Nordeste”, mas sua extensão serve para aquecer o temor do Estado brasileiro com a internacionalização, daí a incorporação à Nação.⁷⁰

Numa evidente desinformação, o intelectual paulista ignorava a histórico ressentimento amazônico contendo o separatismo, como sinalizado em momentos de crise com o poder central. Uma temática também analisada nos próximos capítulos, especialmente através da narrativa de Lúcio Flávio Pinto, ex-orientando de Oliveiros em São Paulo, jornalista que integrava a mesa sobre a discussão de região. Se o sociólogo reconheceu a crise da Nação brasileira, sua distância e o desconhecimento de outras partes corroboraram naquela infundada análise.

A política desenvolvimentista da burocracia militar, diferenciada da proposta por Celso Furtado, reconhecia a distinção centro-periferia, mas não preconizava a superação do desenvolvimento desigual, a começar pela política de incentivos fiscais, com privilégios para empresas do Centro-Sul, particularmente paulistas, que drenavam recursos para fora da região. A conexão nacional passava pela integração do mercado interno conforme o planejamento da construção do “Brasil Grande” ou “Brasil Potência”. Os projetos regionais teriam que se submeter aos interesses do todo representado pela Nação.

Sem grandes alterações com a redemocratização, o Estado-Nação ampliou desse modo, sua função de agente e principal incentivador da modernização regional, atraindo o grande capital industrial e agropecuário através dos incentivos fiscais no intuito de integrá-la ao mercado

69 ARAÚJO, Tânia Bacelar. “Celso Furtado, o Nordeste e a construção do Brasil”, op, cit, p. 233.

70 FERREIRA, Oliveiros S. “Reflexões sobre a Nação e a Amazônia”. In: D’ INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel da (org), op. cit, pp. 100-101.

nacional. O projeto de integração a partir dessas ações, “subverteu a idéia de uma nação composta por ‘dois Brasis’”. Uma expressão que captava as “fronteiras geográficas entre as forças do atraso e da modernidade”.⁷¹ A Amazônia entrava numa nova dinâmica territorial, mas desprovida de mudanças substanciais.

Típicas de regiões de fronteira, o confronto entre o *nós* e o *outro*, representou o passaporte em nome da mudança, a Amazônia passou a conviver com formas tradicionais e valores da modernização. Uma convivência nem sempre harmônica, haja vista a recorrência de intensas tensões nas últimas décadas, demonstrando o fracasso social desse projeto interventor. Não para o grande capital, que alargou sua penetração através do incentivo e a proteção estatal.

Formulada por Jacques Lambert, nos idos de 1950, a dicotomia dos “dois Brasis” estava em desuso e desatualizada. Do mesmo modo é a referência centro-periferia. Atualmente, a realidade territorial ganhava nova configuração, desta vez, com a definição de “quatro Brasis”: uma “Região Concentrada”, composta pelo Sudeste e pelo Sul, no caso, a que concentra um meio mecanizado, denso sistema de relações, urbanização, consumo e vida comercial mais dinâmica; o Nordeste, o Centro Oeste e a Amazônia.⁷²

Conforme o sentido apresentado, a reconfiguração regional somente atualizou a desigualdade no território nacional, desvelando os desequilíbrios, a exemplo da fronteira amazônica, palco de acelerada integração, interpretada como projeto de modernização, mas com parco índice de desenvolvimento social.

Constituída como tradição entre a inteligência amazônica, a narrativa regionalista, embora com diferentes abordagens, converge na essência denunciante contra o poder nacional. Na contramão dessa escrita, a socióloga amazonense Marilena Corrêa da Silva na obra *Metamorfozes da Amazônia*, diferenciada do trabalho anterior, *Paiz do Amazonas*, não embarca na tese do “esquecimento da região” pelo Estado-Nação, como questão articulada ao “desenvolvimento tardio”. A Amazônia é parte da expansão e crise do capitalismo, ou seja, está situada no âmbito da globalização contraditória, manifestada no âmbito regional e local. “Ao ‘esquecimento’ da região Norte do Brasil correspondeu a ‘lembança’ crescente das forças mundiais pela Amazônia”.⁷³ Nesse sentido, a interferência do Estado Nacional na região está não só limitada, mas exposta à presença de organismos e interesses internacionais, que passaram a influenciar diretamente os projetos de intervenção.

71 DINIZ Filho e BESSA, Vagner, op, cit.

72 SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. “As diferenças no Território”, op. cit.

73 SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfozes da Amazônia**. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1999, p. 268.

O debate acadêmico sobre o regionalismo no Brasil do século XXI está no bojo das novas relações local-regional-nacional-global. As regiões, segundo no entendimento de Becker, “são expressões espaciais e territoriais concretas do Estado-Nação, são constituídas pela apropriação de parcelas do espaço por arranjos específicos de atores que conformam sociedades locais, que são a expressão social das regiões”. No caso da Amazônia, a regionalização precisa incluir a sub-regionalização, conforme as últimas reflexões de Becker, devido apresentar “uma rica diversidade regional, com novos atores, novos e diferentes interesses e demandas”. A região apresenta sub-regiões, consolidadas ou em consolidação, por isso, a importância de trabalhar a sub-regionalização, tão a dinâmica das ocupações.⁷⁴

A disputa regional é compreendida a partir da reflexão da diferença colonial, daí emergir a colonialidade do poder no interior da Federação brasileira, onde a Amazônia é o *locus* de enunciação do saber de intelectuais, na perspectiva do pensamento subalterno, que denunciam a permanência colonial e os efeitos do projeto de modernização. O pensamento liminar, das margens, é uma forma de reagir à diferenciação colonial, consciente que é o espaço onde as histórias locais estão articulando e conflitando com os projetos globais.⁷⁵ Nem sempre conscientes desses aspectos, apesar da recorrente denúncia da presença colonial, os regionalistas amazônicos empreenderam suas enunciações, convictos que estavam em defesa da Amazônia.

Nesse confronto de poder, a enunciação da colonialidade regionalista não deixou de ser também uma estratégia dos grupos amazônicos, temerosos de serem desbancados em seus privilégios como representantes e “vozes” da Amazônia. A intelectualidade, do mesmo modo, demarcava o seu espaço no campo de disputa, forjando sua estratégia de pertencimento regional.

Conveniências regionalistas

Passo a passo e no diálogo com a produção de múltiplos intelectuais no decorrer da formação regional amazônica, tendo como essência a denúncia do ressentimento direcionado ao Estado brasileiro, quais as influências dessa vasta produção escrita em relação ao sentimento de identidade regionalista? Possivelmente demarcou e conformou a memória histórica acerca da necessidade de proteção, de *defesa* regional, o que certamente insuflava os argumentos dos agentes amazônidas investidos com a armadura de representantes da região. As memórias reavivadas de

⁷⁴ BECKER, Bertha. “Uma nova regionalização para pensar o Brasil?”. In: LIMONAD, Ester, HAESBAERT, Rogério e MOREIRA, Ruy (orgs). **Brasil Século XXI: por uma nova regionalização?** Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004, pp. 11-27.

⁷⁵ MIGNOLO, Walter, op, cit.

enfeitamento, paternalismo, colonização, inferioridade, mendicância proporcionadas por essas narrativas contribuiriam no reerguer da bandeira de luta dos novos sujeitos sociais na Amazônia, sobretudo entre os paraenses, conscientes e convencidos da historicidade conflitante entre o regional e o nacional.

Composta de abordagens que não podem ser analisadas de forma homogeneizada, registra-se algumas diferenças nessas produções, constitutivas do processo de formação dessa memória na Amazônia e que refletem na particularidade do Pará. Se os letrados amazônidas, partindo de uma visão interna ou externa, como Ricardo Borges e Orlando Moraes, direcionavam suas críticas ao posicionamento do governo brasileiro para com a região, já os nacionais, como Edmar Morel e Osny Pereira denunciavam as ameaças de exploração e a ocupação internacional. O historiador amazonense Arthur Reis, defensor do Estado nacional, é um caso singular, quando criticou a política adotada pelo governo brasileiro foi no intuito de ampliar a presença do Estado na Amazônia através do uso estratégico da ameaça estrangeira.⁷⁶

A produção acadêmica regional também se debruçou sobre a tensa relação com o Estado nacional. Os trabalhos de Violeta Loureiro, Armando Mendes entre outros, tornaram-se referências na produção amazônica, respaldados pelo pressuposto científico. Diferenciados nas abordagens, não deixaram de tecer suas críticas ao desenvolvimento dos projetos do Estado brasileiro na Amazônia, contudo, também criticaram as práticas das elites regionais como representantes das necessidades amazonianas. O economista Armando Mendes também era um caso singular por integrar, em alguns momentos, o *stablishment* federal.

O papel dos dirigentes regionais nesse intenso e tenso processo de alteração sócio-econômica e cultural integrou as análises. As avaliações partiram tanto de pesquisadores de outras regiões, quanto de intelectuais amazônicos, que abominaram suas práticas. Desde a economia gomífera, sobretudo, nos momentos de crise, perceberam-se os interesses que moviam as oligarquias da borracha, causadores da própria derrocada econômica.⁷⁷

No contexto da intervenção mais efetiva do Estado federal na região, representada pela implantação da SPVEA, J. Ferreira Neto, enviado pelo governo central, realizou um levantamento *in loco* dos problemas regionais, publicado com o título de *Realidade Amazônica*, no qual teceu críticas à “vulgar atribuição, quer aos governos locais, quer ao federal, da responsabilidade pela situação de atraso material em que se encontra a Região”. Nas observações colhidas na região, concluiu que “talvez noventa e nove, em cem pessoas qualificadas, que residam naquela parte do

76 REIS, Arthur Cezar Ferreira. A Amazônia e a cobiça internacional, op. cit, p. 116.

77 Ver, nesse sentido, WEINSTEIN, Bárbara, op, cit.

país, com a maior naturalidade jogarão sobre os ombros do ‘governo’ toda a culpa pelo fraco índice de progresso que a mesma apresenta”.⁷⁸ Atento aos problemas para propor a melhor solução, o autor captou as tradicionais práticas das lideranças amazônicas ao longo dos tempos, tentando defender o poder central das acusações proferidas pelas elites regionais.

Ferreira Neto retrucou que a acusação “é uma grave injustiça”, porque não cabia julgar “só ao governo” pela situação pouco favorável à Região Amazônica. A culpa deveria ser repartida com os sujeitos locais. Embora reconhecesse a insatisfatória ação governamental, local e federal, “é também verdade que muito pouca colaboração tem havido, dos que ali possuem propriedade e deblaterem contra a omissão da iniciativa oficial”. Acrescentou, ainda, as experiências das mais notórias autoridades amazônicas nos governos regionais, onde “verifica-se, quase sempre, que os críticos da véspera, galgados ao poder, passam, em grande maioria, à prática de uma mesquinha política de aldeia”, resultando em fatores negativos para o desenvolvimento de determinados setores do país. A partir desse olhar externo, desmascaravam-se os principais argumentos regionalistas.

Em meio aos graves problemas enfrentados pela Amazônia e malgrado as críticas dirigidas ao Estado Nacional, Ferreira salientou que a ajuda, financeira e técnica, do governo central, “é o único meio com que a Região poderá contar, para a solução de seus problemas”. A efetivação desse auxílio, contudo, dependia da “colaboração sincera e eficiente” dos segmentos locais. Por fim, recomendava que os interesses particulares não deveriam ser colocados acima da Região, considerada “parcela que é de um todo nacional”.⁷⁹ Amparada na força do cofre federal, a sugestão contrariava conveniências e a tradição do regionalismo amazônico, reconhecendo a causa de boa parte dos atritos entre os projetos defendidos pela Amazônia e os interesses dos poderes no Rio de Janeiro.

A preocupação formulada por Ferreira ainda era a unidade do Brasil. A Amazônia, apesar de todas as especificidades e dos problemas apontados em sua obra, integrava o *todo* brasileiro. Se contribuíssem para o progresso da Região, as autoridades, empresários e a população de modo geral, por conseguinte, também somariam com a Nação. E só do Estado federal que a região poderia aguardar os subsídios almejados, no contexto em que implantava o projeto modernizador.

No papel de *filha* da Nação, somente recorrendo ao pai-Estado, componente de uma imensa e desigual família, poderia haver a bênção dos benefícios. Caso continuasse rebelde ou

78 A publicação foi realizada sob o patrocínio do Conselho Nacional de Pesquisas. FERREIRA Neto, F. **Realidade Amazônica**. Imprensa Naval, Rio de Janeiro, 1954, p. 139.

79 *Ibidem*, 143.

permanecesse a queixar-se de enjeitamento, corria o risco de ser castigada: não receber a proteção, ou seja, os almejados investimentos tão necessários à solução de seus graves problemas.

A especificidade do Amazonas é bastante ilustrativa em relação ao conjunto regional, conforme a análise do escritor amazonense Márcio Souza sobre a crise da economia gomífera, quando considerou que a situação era de “calamidade e o Estado comportava-se como uma região colonial abandonada pelo colonizador”. A depressão e o desamparo nacional colaboraram para o oportunismo e arrivismo da elite estadual. “Desiludidos com a indiferença nacional, inventaram um patriotismo jacobino, de velhos e sofridos colonos”. Integrante desse confronto, a atitude regionalista consolidava tal prática entre os dirigentes.

A partir do momento que a “demagogia sulista estendia qualquer migalha oportuna, debulhavam-se de agradecimentos e discursos de fervorosa nacionalidade”. A mudança do regionalismo ao nacionalismo parecia a toque de caixa, movida pela conveniência. Segundo o escritor, “como todo enjeitado”, a elite amazonense “aprendeu a abanar o rabo para qualquer atitude condescendente da metrópole”.⁸⁰ Nessa ácida crítica, também poderia abarcar, facilmente, os dirigentes paraenses, historicamente useiros desse expediente político como meio de obter seus benefícios.

No decorrer do tempo amazônico, algumas atitudes desabonaram os representantes da região. Quando da emergência do regime ditatorial, o relatório intitulado “Da SPVEA à SUDAM”, elaborado pelos novos grupos dirigentes entre os anos de 1964 e 1966, constatou inúmeras irregularidades na utilização dos recursos, “manipulados ao sabor de lamentável política regionalista de grupos, cada qual interessada em fazê-la instrumento de prestígio local”. O relatório do general Mário Cavalcanti ainda afirmou que o Fundo de Valorização da Amazônia era dividido “em razão de interesses pouco adequados” aos fins destinados.

Por fim, pouco se via de concreto da presença da SPVEA na região em pouco mais de uma década de vigência, gerando o descrédito da opinião pública amazônica e do próprio país.⁸¹ Não obstante, as críticas de um militar, representante do poder autoritário e centralizador, que tentava cercear as influências dos representantes regionais, as denúncias não foram rebatidas pelos ex-dirigentes da autarquia.

Na avaliação da socióloga acreana radicada no Pará, Violeta Loureiro, faltou uma “consciência crítica” da elite regional, denominada de “burguesia”, em relação à problemática

80 SOUZA, Márcio. **A Expressão Amazonense**: do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1977, p. 142.

81 Apud BRITO, Daniel, op. cit, pp. 149-150.

amazônica, ampliada com as ligações, interesses e compromissos assumidos com a nova burocracia estatal. Pesou, também, o “traço cultural” desse grupo que se “sentia inferiorizado pela distância em relação aos grandes centros do país”, assim sendo, “marginalizado em relação aos principais centros produtores da cultura nacional e, como se isso não bastasse – cercado de mata, água, índios e animais!”. Na ambição de despir-se desses estigmas tão aviltantes aos moradores,urgia a integração, ansiosamente aguardada a fim de “garantir aos amazônidas a condição de partícipes da modernidade e da condição de brasileiros...”.⁸² Na negociação da identidade regional em troca da modernidade e da brasilidade, os representantes da região ambicionavam o alargamento de seus interesses.

O argumento da marginalização escondia o complexo de inferioridade e os ressentimentos acumulados, agora, momentaneamente amenizados com a nova realidade proporcionada pela integração regional-nacional. A *burguesia* estava convencida que o modelo de modernização alteraria as marcas da identificação selvagem, distanciada do sentido brasileiro encontrado.

A nova burocracia civil e militar, representada por membros dessa elite, defendeu ciosamente o projeto do grande capital, executando e viabilizando o desenvolvimento proposto pelo regime autoritário. Por sua vez, os compromissos e alianças estruturais de classe “impediram” as elites de “aperceber” a mudança de enfoque implantado pelo Estado nacional. A *burguesia regional* era fraca e aderiu inconsciente acerca da problemática amazônica, pois estava “fascinada pelo mito do progresso e complexada pela condição de amazônida”. Conhecedor dessa facilidade, o poder federal ignorou e substituiu as tímidas propostas esboçadas pelos grupos dominantes nos primeiros anos da aceleração da ocupação.⁸³

Este processo é visível na troca de olhares entre o nativo e o colono, segundo Homi Bhabha, no diálogo com Frantz Fanon, considerando que “não há um nativo que não sonhe pelo menos uma vez por dia se ver no lugar do colono”. Para Bhabha, é sempre em relação ao lugar do Outro que o desejo colonial está articulado, permitindo o sonho da inversão dos papéis. “A fantasia do nativo é precisamente ocupar o lugar do senhor enquanto mantém seu lugar de rancor *vingativo* do escravo”.⁸⁴ A reflexão é bastante condizente com o desejo das classes hegemônicas da Amazônia de incorporação cultural da modernidade do Centro-Sul, o lugar privilegiado desses valores, embora questionasse os impactos de suas realizações. O questionamento injetava motivos

82 LOUREIRO, Violeta, op. cit, p. 96.

83 Idem, p. 97.

84 BHABHA, Homi. “Interrogando a Identidade: Frantz Fanon e a prerrogativa pós-colonial”, op, cit, p. 76.

para não largarem o ressentimento regionalista, por ser uma das armas de barganha no alto escalão da esfera federal.

Os tradicionais grupos hegemônicos da região que tiveram no Banco de Crédito da Amazônia uma forma de subsídio facilitado receberam um duro golpe com a intervenção federal a partir de 1966, no rastro da *Operação Amazônia*, quebrando o sustentáculo de seu poder econômico. Estaria aí um dos motivos para municiar seus armamentos discursivos contra o poder central. Mas não ficaram definitivamente desamparados, haja vista as articulações e alinhamentos que se seguiram no rastro da efetivação dos projetos de desenvolvimento acelerado. Nessa tentativa de alongar sua inserção social, o regime de exceção esteve longe de ser exercido exclusivamente pela burocracia militar. Para melhor governar e dar uma aparência democrática, dirigentes civis, indicados ou integrantes dos grupos hegemônicos regionais, compuseram a máquina burocrática e autoritária.

Desveladas as práticas dos grupos hegemônicos regionais, também não podem ser escamoteados que os maiores beneficiários durante o regime militar proporcionados pelos financiamentos públicos através da SUDAM e BASA, conferidas por isenções fiscais e créditos facilitados, foram os empresários e pecuaristas do Centro-Sul. Incentivados pela veiculação do desenvolvimento e progresso, as oportunidades na nova fronteira do capital estimularam a desordenada ocupação, financiadas com verbas públicas.

Estimuladas pela facilidade governamental, além do descompasso com o interesse regional, empresas fictícias foram criadas. Nessa espúria relação com os órgãos estatais, amealharam vultosos investimentos, uma prática corriqueira na relação com os recursos públicos, em especial, no momento em que a fronteira abria-se irrestritamente ao agente modernizador.

Numa análise histórica calcada na relação presente e o passado, Márcio Souza, no contexto do assassinato de Chico Mendes, afirmou que “nenhum esboço de resistência parece vir das elites locais”, porque os políticos amazônicos são folclóricos, fisiológicos e governistas. “As velhas oligarquias foram retiradas de cena sem piedade e a Amazônia brinca de agropecuária, de industrialização, só para enganar os bestas”.⁸⁵ A partir dessas considerações desabonadoras, o escritor estava convicto de que a luta das *elites* não se equiparava à luta de Chico Mendes pela Amazônia, este, já em fase de consagração como herói da floresta.

A fabricação de Chico Mendes como herói da Amazônia seria uma resposta à incapacidade das *elites* regionais em utilizar suas influências na luta pelo interesse coletivo. Nem paraense, nem amazonense, um acreano passou a simbolizar a defesa da região contra as ameaças que pairavam

85 SOUZA, Márcio. **O empate contra Chico Mendes**, op. cit, p. 18.

sobre as florestas e rios, elementos indispensáveis de sua biodiversidade, cada vez mais sujeita à voracidade do capital. A morte em defesa de um ideal, nada mais condizente com a formação heróica, também integrou o sacrifício de Chico Mendes pela Amazônia.

A formação da sociedade moderna ocidental conseguiu comportar o discurso de progresso e civilização como integrante exclusivo da modernidade, cimentando seus valores para seletivos lugares do globo, inclusive no Brasil. Tradicionalmente influenciados pelo eurocentrismo, os grupos hegemônicos brasileiros conseguiram readaptar essa diferença colonial para outras partes do território que estariam *longe* do Centro-Sul, afinal, a colonialidade do saber é constitutiva da modernidade. Esses valores também conseguiram influenciar os tradicionais grupos amazônicos, não conformados em permanecerem cercados pela natureza, que, até então, apresentava-se quase intocada pelo homem, simbolizando o atraso e a inferioridade na ótica do avanço do grande capital em direção à fronteira amazônica.

A necessidade de apoiar o projeto federal significava o definitivo abandono das críticas de esquecimento e discriminação do poder central? Quando contemplados em seus interesses, os grupos hegemônicos da Amazônia abandonavam o ressentimento de não conseguir transformar a Amazônia em um país, mais precisamente um “país que se chama Pará”. Quando incorporados e enquadrados no todo nacional em nome da modernidade que chegava à fronteira amazônica, passaram a requerer o sentimento de brasilidade com o sentido de integração ao modelo imposto pelo governo brasileiro. A harmonia regional e nacional, contudo, não representava uma definitiva permanência. O termômetro era até a próxima crise.

Fronteira de tensões

Da saudosa autonomia do período lusitano ao desejo de ser um país, mas logo frustrado, o que abriu caminho para uma série de queixas de enjeitamento, a Amazônia viveu sua longa marcha de incertezas e tensões. Da crítica da continuidade colonial ao intenso processo de integração ao Brasil, que resultou em graves questões sociais, novas identificações foram tecidas como construção do regionalismo.

A concretização do desejo dos grupos hegemônicos regionais de incorporar os valores de modernidade do Centro-Sul, sem refletir sobre suas repercussões e na tentativa de superar os estigmas de inferioridade historicamente construídos, conduziu seus dirigentes a adotar um modelo de desenvolvimento tardio e predador. A repercussão mais imediata foi uma aceleração

que não resultou em benefícios mais efetivos e concretos para os sujeitos sociais que vivenciam a realidade da Amazônia como região diferenciada no interior do Estado nacional. No entanto, a situação posta foi reiteradamente denunciada pela inteligência regional quando imbuídas de suas missões em defesa da Amazônia.

Efetivada como nova fronteira do capital e alavancada pela geopolítica de *ocupar para não entregar*, o projeto interventor incentivou a entrada de grandes empresas, com capital nacional e internacional, a explorar seus recursos naturais. Junto com a efetivação dos grandes projetos e algumas intervenções estatais de impacto, como a Transamazônica e a hidrelétrica de Tucuruí, necessitaram de uma considerada porcentagem de trabalhadores, deslocados especialmente do Nordeste brasileiro.

No bojo desses projetos oficiais, o mito do eldorado foi reacendido com a exploração do ouro, a exemplo de Serra Pelada, que atraiu milhares de garimpeiros para o sudeste do Pará. Nesse novo eldorado para os múltiplos imigrantes, entre os quais, pecuaristas, pequenos proprietários, garimpeiros, posseiros, sem terras, diferentes sujeitos se juntaram aos “caboclos”, indígenas, negros, inclusive, remanescentes de quilombos. Esses novos amazônidas configuraram uma nova complexidade política, social e cultural, alterando o cenário tradicional, com a pluralização das identidades regionais.

O lado dramático dessa nova fase da história regional deu-se com a exacerbação de conflitos sociais, especialmente na luta pela terra, resultando em constantes assassinatos no campo, que ganharam repercussão mundial. Integrantes dessas tensões, a degradação ambiental tornou-se bandeira de luta de entidades ambientalistas, algumas de origens estrangeiras, que entraram em confronto com o modelo implantado pelo grande capital e Estado federal, reacendendo a preocupação geopolítica de internacionalização da Amazônia. A denúncia é utilizada não só pelos interesses nacionalistas, mas por grupos que se amparam na retórica regionalista na tentativa de manter seus privilégios estabelecidos na região, embora integrada ao circuito do mercado nacional e internacional, considerada um pressuposto da modernidade. Igualmente, antigo desejo da geopolítica brasileira.

A realidade posta nos estimula a refletir, seguindo as reflexões de Bruno Latour, que *jamaís fomos modernos*⁸⁶ em decorrência da série de tragédias em nome da própria modernização. A natureza sempre foi entendida como um obstáculo à modernidade, daí o desprezo pela floresta, rios e biodiversidade amazônica. O modelo de modernização implantado na Amazônia tornou-se

⁸⁶ LATOUR, Bruno. **Jamaís fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

símbolo de tragédia. A defesa cultural através da amazonidade e paraensismo nunca demonstrou tão necessária.

Em torno das tensões que acompanharam a efetivação de projetos políticos, econômicos e sociais, urge agora, se debruçar na reelaboração cultural, ancorada na amazonidade, especialmente, no paraensismo como estratégia de preservação e afirmação das identidades amazônicas e paraenses, fundamental para redimensionar outras práticas formadoras de sentimentos de pertença, mesmo que o *enjeitamento* não fosse definitivamente extirpado.

III Capítulo

AMAZONIDADE: Identidades defendidas e valorizadas

A Amazônia, isolada do resto do país pelos fatores geográficos, foi, desde o início, com o Estado do Maranhão e Grão-Pará, um mundo aberto às influências européias. Nem o sistema unitário do Império Brasileiro, restando, um pouco esse namoro secular com o Velho Mundo, veio trazer-lhe a desejável integração social, econômica, cultural, nos outros Brasis. A Amazônia continuava ilha ecológica desgarrada do arquipélago brasileiro. A borracha contribuiu decisivamente para aproximar a Amazônia da Europa, chegando até a amortecer alguns laços culturais que a prendiam ao antigo Paço Imperial do Rio de Janeiro.

Leandro Tocantins

Amazonidade multifacetada

Integrante de uma das *ilhas* no interior do Brasil, o isolamento físico, político e econômico da Amazônia, antes, motivo de lamentação, devido acarretar o “atraso” frente à modernização de outras regiões mais desenvolvidas, foi, posteriormente, reelaborada em outros valores, haja vista que também passou a representar a valorização de sua particularidade histórica, fundamento inconteste da identidade regional. O aspecto último contribuiu na sua formação cultural, reforçando, desse modo, os argumentos dos letrados amazônidas pela necessidade de preservação das singularidades regionais frente ao crescente processo de integração nacional, sobretudo, a partir da década de 1960.

As narrativas tecidas até o momento referendaram posicionamentos políticos e econômicos, traçando projetos em confrontos com a brasilidade, porém, é impreterível avançar em outros campos, em especial a produção cultural, sem refletir uma ação instantânea das práticas políticas e econômicas. A cultura, nesse sentido, é um campo ativo onde se manifestam e se produzem as tensões, conflitos, veiculações ideológicas e possíveis transformações sociais.¹ Neste capítulo, portanto, dialogaremos com a produção cultural da intelectualidade regional, inquieta com as ameaças da modernização em relação à formação da pretensa identidade amazônica, referência intrínseca desse regionalismo.

¹ WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar. 1979.

Argumento largamente reiterado, a especificidade regional foi historicamente utilizada pelos letrados da Amazônia quando se sentiam ameaçados, não só em projetos políticos e econômicos, mas com a acelerada perda da tradicional originalidade cultural. A estratégia foi empregada, inclusive, pelo escritor Leandro Tocantins, no início da década de 1970, auge do acelerado processo de integração nacional. O processo histórico, novamente, tornou-se um campo fértil de traços originais em comparação com a formação dos demais brasileiros.

Tocantins alegou que a diferença amazônica já havia sido processada por volta do século XVII com a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, posteriormente, reestruturado no Estado do Grão-Pará e Rio Negro, durante o período de marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII. O fato evidenciou uma “natural e irresistível vocação de regionalidade” que os estudiosos destacam do pluralismo brasileiro.

A ação pombalina revelou a mentalidade dos governantes lusitanos ao reconhecer a peculiaridade regional: “o Brasil-amazônico, variante do Brasil-nordestino, e dos outros Brasis”. Numa autêntica “ilha ecológica amazônica”, o Brasil do Grão-Pará e Rio Negro diferenciava-se do Estado do Brasil, onde também existiam “mais alguns Brasis”.² O argumento regionalista, sem ineditismo aparente, possuía referenciais além fronteiras. Ao dialogar com Jacques Lambert e Roger Bastide, o escritor amparou-se nos olhares de dois estrangeiros para demonstrar os *contrastes* na formação dos *Brasis*, a exemplo da singularidade amazônica.

A compreensão dessa originalidade é importante para empreender qualquer estudo sobre a Amazônia, seja o estudo científico, seja sua aplicação nas atividades práticas, especialmente para o desenvolvimento econômico e social. Leandro Tocantins produziu a reflexão no momento crucial da integração da Amazônia ao Brasil, impulsionada pelo grande capital e apoiada pelo Estado federal. Embora subscrevesse o modelo de desenvolvimento estatal, inquietava-se com os reflexos culturais no “gênero de experiência de convivência humana” processada na Amazônia.

Diferenciada do restante do Brasil, a cultura amazônica baseava-se nos valores do índio e do português em contato com a natureza (floresta, rio, terra, luz, ventos), relacionados de forma harmônica, gerou um conjunto de valores culturais que emprestaram à região uma personalidade singular. Essa característica própria motivou sua análise no que tange à necessidade de preservar a identidade regional no momento de iminente ameaça de alteração.

A cultura, no seu entendimento sociológico e antropológico, possui um sentido mais amplo em relação ao campo estético ou científico, para entendê-la como sistema de idéias globais,

² TOCANTINS, Leandro. “A integração da Amazônia no complexo cultural brasileiro”. **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971, pp. 175-176.

representada por técnicas, artefatos, padrões de comportamentos e atitudes da sociedade, entre os quais os valores eruditos. A “cultura híbrida amazônica” originadas de portugueses e indígenas compõe esse conjunto de valores, na qual o colonizador lusitano encontrou na região os meios e modos de “caboclicizar-se”.³ A vivência harmônica com o meio foi a tônica, porém a partir da segunda metade do século XVIII, a civilização amazônica apresentou o domínio da natureza física através de técnicas artísticas e científicas, revelando um processo de europeização mais profundo. O impacto da economia extrativista e comercial da borracha aprofundou essa europeização.⁴

Tocantins reconhece a influência cultural europeia no período da borracha através da fusão, assimilação e acomodação de valores na arquitetura, nos modos de viver burgueses, especialmente nas cidades de Belém e Manaus, “mas nunca ao ponto de abafar a indigenação ou amazonização naqueles aspectos culturais que fundamentam a sociedade regional”.⁵ A tal *indigenação* como identidade da Amazônia vinha perdendo sua singularidade, pelo processo de dizimação e preconceito, mas conseguia manter resíduos através das relações híbridas com as populações ribeirinhas, inclusive nos espaços urbanos. Neste caso, diretamente influenciados pelos saberes das florestas. Até o contexto que Tocantins produzia sua reflexão, no limiar do largo processo migratório impulsionado pela modernização, os valores da *indigenação* ainda marcavam sua forte presença, porém redimensionados com reflexo na pluralização das identidades.

Interpretação diferenciada, no entanto, possui o poeta e sociólogo João de Jesus Paes Loureiro sobre o período bellepoquiano, representado como uma etapa da tragédia regional: “A história da produção cultural amazônica é a história trágica de uma queda”, afirmou de modo peremptório. A história, nesse sentido, além de “oficial”, era a da “classe dominante”.⁶ Intelectual ativo desde meados da década de 1960, como estudante, poeta e compositor, vivenciou a repressiva experiência ditatorial, porém rica de criatividade artística e produção cultural revertida em instrumento político contra a repressão. Na época, já sobressaía sua inquietação com a preservação da cultura popular regional, influenciada pela proposta do Centro Popular de Cultura (CPC), quando tentou realizar pesquisa voltada para a realidade amazônica, mas abortada pelo golpe civil militar.⁷

³ Idem, pp. 177-180.

⁴ Idem, pp. 186-187.

⁵ Idem, p. 189.

⁶ LOUREIRO, João de Jesus Paes. “Por uma fala amazônica sobre a cultura”. In: _____ **Artes Visuais na Amazônia**. Reflexões sobre uma Visualidade Regional. Belém: Funarte/Semec, 1985, p. 113.

⁷ Sobre a atuação de Paes Loureiro nesse período, ver: COSTA, Tony Leão da. **Música do Norte**: intelectuais, artistas populares, tradição e modernidade na formação da “MPB” no Pará (anos 1960 e 1970). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008.

A cultura da Amazônia estava assentada na “cultura cabocla”, conforme o sentido exposto, fundamentado nas pesquisas realizadas na passagem dos anos 1970 a 1980, sem perder a essência cultural como prática política, num contexto vivenciado de significativas alterações da realidade amazônica proporcionada pelo desenvolvimentismo econômico. A ação interventora refletiu de modo nocivo na formação identitária, sobretudo com a dinâmica migratória nas áreas de fronteira para o avanço do grande capital.⁸

Para preservar os valores, interessava estudar as características básicas dessa prática “antes que o processo de ocupação e desenvolvimento” venha provocar “alterações que resultem em perda ou subordinação completa dessa original expressão cultural e da experiência humana aí acumulada”.⁹ Movido por esse dilema, urgia, portanto, realizar o quanto antes a pesquisa.

A cultura da Amazônia, segundo Loureiro, está enraizada em dois elementos fundamentais: isolamento e identidade. O isolamento da região em relação ao Brasil é histórico. Com uma cultura de profunda relação com a natureza, predomínio de índios e caboclos durante séculos, economia extrativista, persistência de uma cultura cabocla, “foram fatores que atuaram sobre esse universo isolado, no sentido de conferir à sociedade que nela vive características singulares que a diferenciam no conjunto da sociedade nacional”. A performance dessa preservação resultou em algumas características particulares: “A cultura amazônica apresenta uma fisionomia intelectual, artística e moral, próprias e constituídas no decorrer da história regional”.¹⁰ Nesse formato proposto, o modo de vida ribeirinho e caboclo, ligado às raízes indígenas, representaria a típica cultura popular amazônica.

Inquieto com as implicações na identidade cultural da Amazônia, Paes Loureiro produziu uma síntese da história regional, na ocasião destacou que o ápice dessa produção ocorreu na Época da Borracha, mas de efêmero efeito, pois em seguida “iniciara sua interminável queda”. Numa analogia com o Prometeu acorrentado, a Amazônia teria roubado o fogo da cultura europeia, graças à atividade extrativista, em vista disso foi “condenada aos grilhões de uma punitiva agonia”, passando por “um interminável estado comatoso”. A punição foi ter o “fígado mineral” do subsolo “roído” pela exploração do capital.¹¹

A instigante metáfora do poeta confere sua inserção na longa trajetória regionalista, reiterada numa persistente *queda*, traduzida como tragédia infinita, sem consumação. A *queda* serviu para denunciar a sangria da riqueza econômica, mas desta vez, no diálogo com uma narrativa

⁸ LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica**: uma poética do imaginário. Belém: Cejup, 1995, pp. 26-41.

⁹ Idem, p. 41.

¹⁰ Idem, pp. 25-26; 68.

¹¹ LOUREIRO, João de Jesus Paes. 1985, op.cit, p. 113.

cultural que politizava com as questões mais polêmicas do tempo presente. Da derrocada gomífera à mineral, a Amazônia prometêica percorria sua ininterrupta trajetória de sofrimento, o que em outras palavras, integrava a narrativa da síndrome de *derrotas*, tão em voga entre as lideranças do Pará.

A visão oficial e “bem pensante” da cultura amazônica, segundo Paes Loureiro, refletiu a separação qualitativa entre o *alto* e o *baixo*. O alto identificava-se com a cultura alienígena europeia. O baixo representava a cultura regional. A valorização do modelo exterior deu-se na época gomífera, legitimado pelo gosto social por espetáculos teatrais, consumismo, geralmente de figurino francês, com significado de refinamento e padrão de comportamento, enquanto as manifestações locais eram perseguidas e desvalorizadas. Num evidente posicionamento político, recomendava: “Não podemos celebrar em nossa atividade política de defesa da cultura amazônica um vago regionalismo de consumidores dessa cultura”.¹² O dilema acompanhou a reflexão dos letrados da Amazônia desde as derradeiras décadas do século XIX. Impossível regionalizar, conforme a questão posta, sem romper com os padrões hegemônicos do ocidentalismo europeu, conferido pelo paradigma de civilização, progresso e modernização, que refletia o desenvolvimento impulsionado pelo capital.

O paradoxo fervilhava entre a intelectualidade. Numa experiência própria de sociedade colonial, a regionalidade proposta conferia-se incompatível com a permanência da valorização da cultura alienígena, esta, como cultura dominante, estava em detrimento das práticas ribeirinhas, indígenas, marcas representativas da identidade regional, configuradas no caboclo, nos “povos tradicionais” da Amazônia.

No sentido demográfico e econômico, segundo o geógrafo Eidorfe Moreira, a Amazônia “é a mais ‘cabocla’ das regiões naturais do país, devendo-se ver nesse ‘cabocismo’ uma reserva daquilo que há de mais típico e original na formação do Brasil”.¹³ Mas a tentativa de construir uma identidade ontológica amazônica é problemática, pois o caboclo é uma atribuição pelos outros. O caboclo, segundo a antropóloga Carmem Rodrigues, é uma “categoria de alteridade, que sempre fala de um outro”, com sentido pejorativo, utilizado pelo branco, o não-caboclo, o urbano. Numa outra visão, conforme os discursos em defesa da biodiversidade amazônica, o caboclo é considerado o “guardião da floresta”, o detentor dos saberes tradicionais, “herdeiro dos

¹² Idem, p. 114.

¹³ MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia o conceito e a paisagem**. Belém: Conselho Nacional de Pesquisa, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958, p. 71.

antepassados indígenas”.¹⁴ Os indígenas, numa escala de valores, também são silenciados e apagados da constituição da identidade nacional, especialmente quando relacionados à Amazônia.¹⁵

Na tentativa de positivar a identidade, outras denominações foram legitimadas, como *ribeirinhos*, *povos da floresta* e *povos tradicionais*. Carmen Rodrigues afirmou que o termo ribeirinho, utilizado pela mídia local para retratar as populações amazônicas, não foi usual na produção antropológica antes da década de 1970, quando Darrel Miller cunhou o termo “comunidades ribeirinhas tradicionais”. Mas a visão depreciativa é a que prevalece. O caboclo é uma categoria da “não-definição”, que vive nas fronteiras da modernidade, um contraponto à modernidade. “O caboclo é aquele que deseja ser o *outro* de si mesmo”.¹⁶ Se o próprio sujeito estigmatizado deseja ser o outro, invalida a afirmação de uma identidade regional centrada na consciência de ser caboclo, portanto, refletia no definhamento da possibilidade de formular um projeto de desatamento das teias que ligavam ao estigma de colonizado.

Em relação à identidade cabocla defendida por Paes Loureiro, o sentido de identidade trabalhado contempla a existência do “auto-reconhecimento, auto-estima, consciência do próprio valor, conjugados à consciência da própria inserção no conjunto na sociedade nacional”, ampliada para a sociedade dos homens. “A sociedade amazônica tendo consciência de si mesma, reconhecendo-se com relação inter-humana, inter-social e, ao mesmo tempo, com natureza e a história”. Para Loureiro, a cultura da sociedade rural de “predominância ribeirinha constitui-se na expressão mais aceita como a mais representativa da cultura amazônica”. A sociedade ribeirinha é onde predomina raízes indígenas e caboclas “tipificadoras de sua originalidade” e que se espalha pela sociedade urbana.¹⁷

Embora utilizados por artistas e intelectuais na fabricação de uma identidade coletiva e coesa como representativos da Amazônia, segundo o professor de comunicação social Fábio Castro, os *ribeirinhos* e *caboclos* não se identificam desse modo. Esses sujeitos, “compreendidos na vida cotidiana, na sua dispersão, nas suas práticas culturais, não procuram eles mesmos, se apresentar como seres emblemáticos dessa unidade cultural idealizada”. Os grupos sociais promotores dessa construção identitária “parecem ignorar os processos em curso de reelaboração,

¹⁴ RODRIGUES, Carmen Izabel. “Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença”. *Novos Cadernos NAEA*, v. 9, n. 1, Belém: junho 2006.

¹⁵ MARTINS, Luiz Carlos. “O Norte Apagado: algumas formas de materialização discursiva do silenciamento do indígena e do caboclo na Amazônia brasileira”. Disponível em: <http://www.dialogica.ufam.edu.br/PDF/no2/nortepagado_luizcarlos.pdf> Acesso em: 14 jan.2008.

¹⁶ RODRIGUES, Carmen Izabel, op.cit.

¹⁷ LOUREIRO, João de Jesus Paes. 1995, op, cit, pp. 33; 55.

de reorganização, das identidades locais”.¹⁸ A ação foi agravada com a modernização acelerada a partir da ocupação regional nas últimas décadas do século XX, no contexto de dissolução das identidades nacionais.

Na passagem da década de 60 para 70 do século XX, em meio ao processo de integração nacional, a preocupação da inteligência regional acompanhava as ameaças advindas do avanço modernizador. É o que se percebe da narrativa de Leandro Tocantins. A indigenação, nesse sentido, é uma forma de expressar integração e equilíbrio de valores, fundamental para a cultura amazônica. Para preservar sua cultura, fundamentada na ciência dos trópicos de acordo com as necessidades regionais, lançou a idéia para a criação de um novo campo de estudos: a amazonotropologia, um desdobramento da lusotropologia, proposta por Gilberto Freyre, devido a Amazônia ser um trópico singular. As instituições habilitadas para esse trabalho científico seriam o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Museu Goeldi, o Instituto de Pesquisa e Experimentação Agrícola da Amazônia, o Instituto Evandro Chagas, porém, sem encastelar-se num “amazonocentrismo perigoso”.¹⁹

O que seria esse *amazonocentrismo perigoso*? Valorizar e preservar a identidade regional, amparado no argumento sobre a permanência de valores, costumes e tradições que marcaram a originalidade da Amazônia ao longo dos anos, fundamentaram a preocupação. O problema a ser evitado era o não isolamento regional, impeditivo de influências do global e do nacional, a fim de dinamizar sua relação. O momento, também, era de unidade, integração territorial via projeto autoritário, portanto, o regionalismo exacerbado, como possível sinalização separatista, representava um *perigo*. Enquanto hegemonia, a brasilidade estabelecia limites à amazonidade, que, se possível, nem precisava ser externada.

A amazonidade sugerida remonta a um período mais recuado. A dinâmica da produção cultural, constitutiva do social, integrou a afirmação das identidades na Amazônia. Nessa multiplicidade de olhares e vozes, o campo da literatura, como não seria de outro modo, também foi motivo de inquietação regionalista. O recuo histórico torna-se salutar a fim de termos uma maior dimensão dos laços construídos por grupos de letrados nas primeiras décadas do século XX, reforçadas pelas respectivas reflexões posteriores.

O campo literário, espaço de disputas e projeções através do saber, sobretudo num lugar social da Amazônia que lutava contra várias adversidades políticas e econômicas, jamais ficou indiferente com as questões envolventes da realidade regional. O escritor Eustachio de Azevedo,

¹⁸ CASTRO, Fábio. “Reorganizações identitárias na Amazônia brasileira”, p. 08.

¹⁹ TOCANTINS, Leandro, op. cit, pp. 190-191.

nos idos da segunda década do século XX, ao indagar sobre a parca divulgação da produção literária amazônica, recorreu à interpretação do educador Paulino de Brito: “Não somos, literariamente ricos; mas, da nossa mediana, ou mesmo pobreza, para essa indigência vergonhosa que nos atribuem, a diferença é grande”. Brito reiterou, por sua vez, que a Amazônia possui “nomes nas letras” que podiam com “orgulho”, serem apresentados ao país e ao estrangeiro. Eustachio tinha visão diferente ao ressaltar que o “defeito é nosso”, advinda da pouca divulgação de nossas letras; “da nossa tradicional indolência provinciana; do nosso retraimento inato à expansão de nosso mérito próprio”, além da falta de recursos dos intelectuais da terra para a publicação de seus livros.²⁰

Eustachio de Azevedo, no entanto, depois de enumerar uma série de letrados que não tiveram tanta oportunidade de divulgar suas obras, constrói outras análises, corroborando com o tradicional ressentimento de inferioridade. “Todos estes homens, se as edições de seus livros não fossem tão pequenas, e não ficassem restritas à leitura provinciana”, continua o escritor, se as condições propiciadas pelo “tempo” em que surgiram e do “meio” em que vivenciaram fossem diferentes, “que não as do norte do país, despresada sempre pelos Governos de então”; também se autores tivessem “nascido, ou ido viver no Rio”, bem próximos de escritores consagrados, como Silvio Romero, Araripe Júnior, a exemplo de José Veríssimo e Inglês de Sousa, “os nomes seriam hoje citados, figurando por direito de conquista, à frente de muitos que lhes são inferiores”. A partir daí, seriam apontados com notabilidades, nos livros de seleção, crítica e literatura.²¹

Vivida no contexto da crise econômica com a derrocada gomífera, analisada no primeiro capítulo, a questão regionalista foi exacerbada e esteve em evidência no contexto do modernismo amazônico. O historiador Aldrin Figueiredo, pesquisador do modernismo no Pará, contudo, contrapõe-se à história decadentista, parca produção intelectual e crise cultural do extremo norte. Na contramão do marco tradicional do modernismo paulista, em 1922, assegurou que tais valores já grassavam em Belém por volta da primeira década do século XX, sobretudo, quando Theodoro Braga, em 1908 apresentou a tela *Fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará*, considerado, segundo o autor, o marco do modernismo no Pará.

Theodoro Braga, misto de artista e historiador, foi um dos primeiros a retratar os sujeitos populares da Amazônia, sua formação étnica, na tentativa de repensar a história nacional a partir das contribuições da história amazônica. O clímax continuou no momento em que antecedia a

²⁰ AZEVEDO, J. Eustachio. **Literatura Paraense**. 3ª edição. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado de Cultura, 1990. (Lendo o Pará, 7), p. 11.

²¹ Idem, p. 39.

comemoração do Tricentenário de Belém, em 1916, os intelectuais paraenses refletiam a importância da história amazônica na formação da nacionalidade.²² O momento fluía a afirmação das identificações. Nesse “redescoberta dos brasis contido no Brasil”, segundo o professor Paulo Nunes, Belém possuía uma projeção significativa:

Nossa cidade sorvia, portanto, na primeira década do século passado, os goles do enriquecimento dos barões da borracha: Belém era a Paris d’América. Nosso contato com o eixo Rio/São Paulo era quase inexistente. Nossa comunicação se dava – frequentemente – com Lisboa, Liverpool, Paris. Até a década de 50, fomos, de certo modo, esnobes em relação a isso. Sermos isolados até certo ponto era motivo de orgulho, ufanismo, bairrismo.²³

Embalada nesse isolamento salutar, a produção cultural tendia a possuir uma vida própria, no caso, isenta da influência do centro hegemônico brasileiro. Na década de vinte, a expressão do modernismo fica mais evidente com a formação de novos grupos de intelectuais, como os *vândalos do apocalipse*, integrado pelo escritor Bruno de Meneses, considerado o precursor do modernismo literário paraense, segundo Paulo Nunes.

A especificidade da história regional, inclusive a formação étnica e racial, integrava a preocupação dos letrados no contexto nacional. O modernismo no Pará processou-se de modo próprio, sem a tradicional influência paulista, como assegurava a historiografia tradicional, especialmente através das artes plásticas e da produção literária. O nacionalismo era repensado a partir do âmbito literário, com o propósito de construir uma nova identidade nacional, incorporando a importância da Amazônia.²⁴

A revista *Belém Nova* (1923-1929) foi um dos espaços de divulgação dos modernistas paraenses, como Bruno de Menezes, o primeiro diretor, além dos colaboradores De Campos Ribeiro, Abguar Bastos, Eneida de Moraes, Jacques Flores, incluindo a colaboração de intelectuais de outros estados, ávidos pela nova estética cultural. No estudo de Marinilce Oliveira Coelho sobre o *Grupo dos Novos*, percebeu a intensa tendência regionalista no modernismo do Pará.²⁵ Numa série de manifestos lançados contra o passadismo da arte e da literatura, especialmente a parnasiana, os modernistas também buscavam valorizar a arte nortista em contraposição à hegemonia paulista.

²² FIGUEIREDO, Aldrin. **Eternos modernos**: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2001; FIGUEIREDO, Aldrin. “Querelas esquecidas: o modernismo brasileiro visto das margens”. In: PRIORE, Mary Del & GOMES, Flávio. **Os Senhores dos Rios**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003, pp. 259-283.

²³ NUNES, Paulo. “Os brasis contido no Brasil: a modernidade da Amazônia”. Disponível em: <www.vemelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp>. Acesso em: 23 fev.2008.

²⁴ FIGUEIREDO, Aldrin. 2001; FIGUEIREDO, Aldrin. 2003.

²⁵ COELHO, Marinilce Oliveira. **O Grupo dos Novos**. Memórias Literárias de Belém do Pará. Belém: EDUFPA/UNAMAZ, 2005.

Mas não era uma visão unívoca, pois Bruno de Meneses e Francisco Galvão dialogavam com a produção do Sul do país. Abguar Bastos, contudo, “assumia o regionalismo para fazer frente aos ecos de São Paulo e a subserviência das letras locais ao comando de um pretenso centro intelectual do país”.²⁶ Em 1923, Abguar conclamava a nova geração paraense a lutar, haja vista que “É chegada para o Norte brasileiro a hora extraordinária de seu levantamento”. Numa espécie de libelo, instigava a mocidade: “Ergamo-nos! Seja o Pará o baluarte da liberdade nortista!”. A motivação decorria-se que “o Sul, propositadamente, se esquece de nós”. Ao criticar a Academia Brasileira, reiterou:

O Norte tem poder, tem força, tem filhos guerreiros e filhos altruístas!
 O Norte tem seus gênios, os seus estetas, os seus cientistas, os seus filósofos!
 O Norte é dinâmica! É Temperamento! É vibração! É intelectualidade!
 Ergamo-nos!
 Criemos a Academia Brasileira do Norte!
 Publiquem-se livros! Movimentemos as estantes.
 Que Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, /Ceará, Maranhão,
 Amazonas se unam, se fraternizem no apoio da nossa Renascença.²⁷

Se o Sul se *esquecia* do Norte, os intelectuais nortistas não poderiam ficar indiferentes, pois também eram capazes no domínio das artes, inclusive, para fundar sua própria academia. A reivindicação dos descontentes parecia reproduzir disputas e rivalidades históricas, contudo o campo cultural possuía suas nuances, que não podiam ser atreladas à determinantes políticos e econômicos. Literatos e artistas já questionavam a alteridade do cânone literário determinado pelos imortais da Academia Brasileira de Letras, do mesmo modo, o centro do poder político, também sediada no Rio de Janeiro. Consciente da subalternidade de outros estados, no caso do Nordeste, frente aos hegemônicos estados do Sul, a reivindicação da unidade de interesse era imprescindível.

Abguar Bastos lançou outro “manifesto aos intelectuais paraenses”, em 1927, denominado *Flami-n’-assú*, que em tupi significa a “grande chama”, visando supervalorizar o regionalismo nortista. Na perspectiva de radicalizar o formato do modernismo paulista, lembrava que “o Norte precisa eufonizar na amplidão a sua voz poderosa”.²⁸ Embora reconhecesse a vanguarda do *Movimento Pau-Brasil* do paulista Oswald de Andrade, ambicionava ultrapassá-lo amparado numa versão amazônica, conforme as suas peculiaridades naturais.²⁹

²⁶ FIGUEIREDO, Aldrin (2001), op, cit, p. 130.

²⁷ BASTOS, Abguar Apud NUNES, Paulo, op. cit.

²⁸ BASTOS, Abguar. Flami-n’-assú: manifesto aos intelectuais paraenses. **Belém Nova**. Belém, n. 74, 15 de setembro de 1927.

²⁹ PAIVA, Marco Aurélio Coelho. Um modernista do avesso: a Amazônia na prosa de ficção inaugural de Abguar Bastos. In: BASTOS, Elide Rugai e PINTO, Renan Freitas (org). **Vozes da Amazônia**. Investigação sobre o pensamento social brasileiro. Manaus: editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007, p. 356.

A rivalidade não estancava nessa questão. Além da disputa com Oswald, através do romance *Terra de icamiaba* (*Amazônia que ninguém sabe*, na primeira versão), publicado em 1931, Abguar tentou contrapor-se à obra de Mário de Andrade, a já consagrada *Macunaíma*, lançada em 1928. As diferenças se faziam notar. Enquanto o “herói nacional” Macunaíma não tinha caráter, no sentido de não possuir uma “forma definitiva” e estável, Bepe, o herói de *Terra de icamiaba*, advindo da mitologia dos índios tarianos, habitantes do Alto Rio Negro, era dotado de um “caráter” fixo e rígido.³⁰

Contrário à visão decadentista em decorrência da crise gomífera, Aldrin Figueiredo asseverou que os intelectuais paraenses do período, sobretudo, a partir do contexto do Tricentenário de Belém, inseriram-se nos debates sobre a história nacional e regional, tentando “definir o papel e a importância da Amazônia na história do Brasil”.³¹ Na efervescência do modernismo no Pará, política e literatura entrecruzavam-se. Se a independência política também significou independência literária, a comemoração do Centenário da Adesão do Pará ao Império do Brasil, em 1923, também foi “reinventada como adesão ao modernismo brasileiro e paulista”, em relação à Semana de Arte Moderna de 1922.

E mais do que isto: se a história do antigo Grão-Pará teria sido forjada à distância da trajetória brasileira, o mesmo teria ocorrido no âmbito da literatura. E, se na década de 1820 o Grão-Pará se aproximou do Brasil, aderindo a um novo projeto de nação, na de 1920, de modo análogo, os literatos paraenses, também se aproximaram do Brasil, aderindo e construindo uma nova identidade nacional.³²

Nesse entrelaçar da história com a literatura, tendo a relação presente e passado como testemunha, os intelectuais paraenses tinham plena consciência da particularidade, ciosos também da importância do Pará para a formação da nacionalidade brasileira. Nem sempre pautado em relação harmônica, como apresentado no primeiro capítulo, notou-se que o regionalismo aflorou através das denúncias do tratamento dispensado pelas autoridades brasileiras com a questão amazônica.

O campo cultural não seria diferente e até com certa credibilidade por ser elaborada pelo saber letrado: “Regional, regionalismo e regionalista serão a partir daí expressões polissêmicas, manipuladas com múltiplos significados, mas que guardam um sentido comum quando se queria definir uma certa autenticidade à produção literária local”.³³ Em várias situações a indignação regionalista foi externada. Vulnerável, desprotegida e desamparada pelo poder central, a imagem

³⁰ Idem, pp. 360-363.

³¹ FIGUEIREDO, Aldrin. 2001, op. cit, p. 57.

³² FIGUEIREDO, Aldrin. Memórias cartaginesas. 2009, op. cit, p. 189.

³³ FIGUEIREDO, Aldrin. 2001, op. cit, p. 106.

degradante, como já denunciada pelo Barão de Marajó, no crepúsculo do XIX, alastrava-se e urgia ser interrompida o quanto antes.

Típico sujeito social da Amazônia nas primeiras décadas do vinte, que vivenciou longa experiência como comandante de navios que singravam os meandros dos rios amazônicos, onde observou o singular modo de vida regional, seus problemas e esperanças, o escritor Raymundo Moraes demonstrou grande indignação com a difamação promovida por escritores, viajantes e cientistas contra a Amazônia. A narrativa exortou a mocidade regional, a “repellir, com todas as energias de filhos da linda terra, a patranha dos aventureiros, o carapetão dos difamadores” registradas ao longo dos tempos.

Do mesmo modo que um “programma” a ser seguido, tornava-se necessário “fechar a bocca ao maldizente, replicando-lhe ponto por ponto”. A luta era inadiável e inflexível, considerada uma verdadeira “questão de honra”, além de “coragem moral”, na tentativa de “emmudecer o pasquineiro”, combatendo ao “perverso que desvirtue o nosso clima, engendre defeitos á nossa raça, menospreze-nos a plaga e calumnie a sociedade”. A atitude teria que estar amparada numa ação inabalável e sem pieguismo.³⁴

A atitude proclamada e dirigida aos caluniadores tinha alvo e objetivo explícito: “destruirá o malefício tradicional que os bufarinheiros intellectivos andam espalhando contra nós”.³⁵ Num redirecionamento das elaborações dos detratores, a crítica igualmente era apontada aos forjadores de outros lugares do Brasil. “O que Buckle, Gustave Le Bon e Darwin disseram ferinamente dos brasileiros, os snobs da literatura nacional dizem do homem da Planície”. Tais escritores, contudo, “apenas o fazem sem originalidade, sem attractivo, sem elegância, antes plagiando canhestamente o que os nossos reboantes inimigos expressaram com elevação e... insucesso”. A escrita dos *bufarinheiros* tinha uma longa trajetória, que se movimentava da imaginação à científica, ou seja, de Orellana a Agassis, a Amazônia tornou-se “victima da anecdota, do mexerico e do aleive”. Os noveleiros e trovadores, “sem projeção nem fidelidade” acerca da beleza da paisagem e de seu quadro interessante, contudo, deixam a região na “penumbra”.³⁶

Defender a Amazônia não era somente da ameaça estrangeira, muito conveniente à estratégia geopolítica, portuguesa e brasileira, mas armar-se de um saber contra-ofensivo a fim de resguardar a região da calúnia degenerativa, externa e nacional. Raymundo Moraes foi mais um sujeito de seu tempo movido pela missão defensiva regional, considerado “um dos maiores

34 MORAES, Raymundo. **Paiz das pedras verdes**. 2a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1931, p. 16.

35 *Ibidem*, p. 17.

36 *Ibidem*, p. 18.

escritores amazônicos de sua geração e uma das grandes figuras do regionalismo dos anos trinta”³⁷, segundo Leandro Tocantins.

Envolto em digressões culturais, a inquietação e a exortação propostas pelo escritor integravam o contexto da *penumbra* socioeconômica que se assenhoreava da região, representada pelo insulamento e retraimento produtivo decorrente da crise gomífera. Fragilizada e desguarnecida, a situação encontrava-se propícia para os detratores intensificarem a ofensiva contra a Amazônia, por sua vez, abria-se também um campo às ações guardiães dos letrados amazonianos, cada vez mais úteis no valoroso intuito de combater os estigmas impingidos aos moradores do lugar, onde a natureza exercia forte predomínio sobre os homens.

O momento cultural propiciava novas manifestações de repúdio. A revista *Terra Imatura* (1938-1942), dirigida pelos irmãos Cléo Bernardo e Sylvio Braga, homenageava a célebre obra de Alfredo Ladislau, considerada uma singular interpretação da Amazônia, também registrou a nova geração do modernismo paraense. Logo no segundo número, em maio de 1938, o advogado e compositor Ruy Barata lançou a coluna “Da planície”, com o registro de forte carga regionalista: “...Inumeras vezes já exaltada por vultos proeminentes das nossas letras, apesar de tudo, a Amazônia continua a fazer parte daquelas regiões brasileiras completamente esquecidas pelos altos poderes da Republica”. Na denúncia, a planície fora “abandonada como inútil”.³⁸ A exaltação referida, provavelmente, decorria-se de sua exuberante natureza, todavia não estendida à proporção equivalente à condição sócio-econômica, devido estar relegada ao *abandono* pelo poder central por considerá-la uma região sem atrativos financeiros depois da crise gomífera.

Ao partir de um sentimento regional, condicionava o pertencer nacional: “Nós, os que aqui nascemos, não era possível amarmos o Brasil, desde os confins do Território do Acre aos pampas verdejantes do Rio Grande, sem primeiro termos aprendido a amar este céu amazônico”. Num contexto em que o Estado varguista ainda não se fazia interventor na região, o que gerava uma percepção de abandono, tal modo de pertencimento realçava a consciência do ser amazônida, elevado ao pedestal de integrar primeiramente a Amazônia como identificação frente ao homogeneizador nacionalismo brasileiro.

Ruy Barata enumerava a natureza amazônica que “bem nos fala da grandesa da pátria”. Recorria e reelaborava o sentido, inclusive, da famosa estrofe ufanista de Gonçalves Dias: “Todos cantam a sua terra/ Também vou cantar a minha”. Registrou desse modo, a importância da coluna

³⁷ Apud LAREDO, Salomão. **Raymundo Moraes na Planície do Esquecimento**. Dissertação de Mestrado em Letras. Universidade Federal do Pará, 2007, p. 48.

³⁸ BARATA, Ruy. “Da Planície”. **Terra Imatura**. Mensário Independente dos Estudantes do Pará, Belém, maio 1938, ano I, nº 02, pp. 16-17.

para a “divulgação das nossas coisas”. *Da planície* tinha objetivos ambiciosos, servindo de “espelho que refletirá para o nordeste, para o centro, para o sul, para todo o paiz a grandesa do nosso rincão”. Convicto dessa divulgação valorosa, até a escolha da página no centro era estratégica, “por ser o coração da revista”. Divulgar positivamente a Amazônia aos cariocas, paulistas, gaúchos, “a todos os brasileiros, as histórias da nossa gente simples, usos e costumes do nosso caboclo”, integrou a plataforma da narrativa. Nesse formato, será cantada a “nossa natureza selvática, o nosso sol e o nosso céu, as nossas matas e os nossos rios, as nossas flores e os nossos pássaros”.³⁹ Assentado em sua singular natureza, o modernista Ruy Barata *cantava* a Amazônia buscando redirecionar os olhares que convergiam para situações estigmatizantes de sua planície.

Não tão diferente dos nacionalistas brasileiros advindos do romantismo, o autor utilizava-se da natureza amazônica para tentar reverter sua imagem degradante. A estratégia, momentaneamente, podia amenizar os estereótipos de região selvagem, mas não conseguia modificar o conceito de uma região onde predominava a força da natureza sobre a ação humana, símbolo, portanto, da ausência de modernização.

Sem dispensar o tom crítico apontado pelo ininterrupto *esquecimento* nacional, a escrita de Ruy Barata possuía uma estratégia diferente da construída por Abguar Bastos, o qual radicalizava no confronto, a fim de desfazer as imagens distorcidas e preconceituosas que povoavam o imaginário brasileiro contra a região. Chegava o momento do restante do Brasil conhecer os sujeitos e a especificidade cultural da Amazônia, na qual se sustentava na beleza natural, conformativa de sua identidade.

A narrativa literária de Dalcídio Jurandir, na obra *Belém do Grão Pará*, que analisou a decadente sociedade belemense após o esplendor da economia da borracha, enunciou através da fala do personagem Virgílio Alcântara, que usufruiu as benesses da oligarquia Antonio Lemos, uma clássica denúncia: “O Norte era sempre a parte enjeitada do país. E a época das vacas gordas na Amazônia não voltaria nunca mais. Adeus, borracha. Adeus, mercado. Veneza, adeus”.⁴⁰ Na interlocução história e literatura, a fala desse personagem, longe de ser uma retórica despreocupada do romance, constituía uma interpretação social bem articulada com o contexto vivido em Belém.

Na formação dessa síndrome de *enjeitamento* entre os belemenses, sobretudo, a partir da crise gomífera, o romancista amazônico, sem se circunscrever ao regional, refletiu a realidade de sua terra, preocupado com questões sociais, inclusive nas críticas aos costumes vigentes na capital

³⁹ Idem.

⁴⁰ JURANDIR, Dalcídio. **Belém do Grão Pará**. Belém: EDUFPA; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004, p. 221. (Ciclo do Extremo Norte)

paraense. Dalcídio, em sua percepção sobre os argumentos dos grupos decadentes, também estendeu sua crítica ao governo central, o padrao que *enjeitava* os nortistas, uma narrativa já em processo de enraizamento na memória paraense.

Nesse clímax de *redescoberta* brasileira na Amazônia, em relação à música, a geração a partir da década de 1930, influenciada pelo modernismo, teve no maestro Waldemar Henrique sua maior expressão. Depois de sua consagração no Rio de Janeiro, musicando as vozes, os cantos e os mitos amazônicos, retornou a Belém em 1966. Para muitos, o maestro foi o que melhor retratou as belezas regionais. O regionalismo de suas músicas conseguiu influenciar as posteriores gerações.⁴¹

Waldemar Henrique encontrou uma Belém que passava por ligeira transformação. Aquela cidade isolada, provinciana, saudosa de um passado bellepoquiano, uma marca de sua identidade, ficava na memória. Na esteira da modernização, calcada na necessidade de desenvolvimento econômico, muitas tradições e costumes amazônicos encontravam-se ameaçados. A nova geração de intelectuais paraenses, sobretudo belemenses, inaugurou uma nova fase em suas missões, desta vez, convocados a terçar armas, munidos de seus saberes, no momento em que emergia ameaçadores adventícios.

A moderna tradição amazônica

Identities exaltadas e também defendidas, tais princípios integraram as ações da intelectualidade amazônica ao longo do tempo. A inserção dessas experiências foram redobradas a partir da impactante alteração processada com o projeto de integração nacional, a começar pela rodovia Belém-Brasília, inaugurada em 1959. A própria marca amazônica representada pelo rio foi velozmente desfigurada. A integração física com o Brasil através das rodovias desencadeou inúmeros impactos. Era o começo do fim do *rio* que *comanda a vida*, frase cunhada pelo geógrafo paraense Eidorfe Moreira⁴² e que Leandro Tocantins celebrizou com o título de sua clássica obra, conferida como “uma interpretação da Amazônia”.⁴³ O olhar sobre as características da paisagem

⁴¹ COSTA Tony, op. pp. 133-151.

⁴² Para Eidorfe Moreira, “Aqui, mais do que em qualquer outra parte, será acertado dizer que o rio condiciona e dirige a vida. (...) É o rio, com efeito, que comanda e ritmiza a vida regional”. MOREIRA, Eidorfe, op. cit, p. 51.

⁴³ TOCANTINS, Leandro. **O Rio Comanda a Vida** – uma interpretação da Amazônia. 4ª edição. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

regional tinha sua razão de ser. O historiador Agenor Sarraf, partindo do arquipélago de Marajó, alargou a reflexão sobre a importância das águas para a vida na Amazônia.⁴⁴

Tão importante no cenário amazônico, o percurso fluvial foi traduzido com a representação de uma *rua*: “esse rio é minha rua...”, destacada na letra da música de Ruy Paranatinga Barata. A famosa canção *Adeus Belém do Pará*, sinalizou para o tradicional modo de locomoção que ligava a Amazônia ao restante do Brasil:

Peguei um Ita no norte
 P’ra vim pro Rio morá
 Adeus, meu pai, minha mãe,
 Adeus Belém do Pará
 Refrão: ai, ai, ai, ai...
 Adeus, Belém do Pará
 Vendí meus troço que eu tinha
 O resto dei para guardá,
 Talvez eu volte por ano,
 Talvez eu fique por lá.
 Refrão: ai, ai, ai, ai...
 Adeus Belém do Pará
 Mamãe me deu um conselho
 Na hora de eu embarcá:
 “Meu filho, anda direito
 Que é para Deus te ajudá”
 Refrão: ai, ai, ai, ai...
 Adeus Belém do Pará
 Tou há bem tempo no Rio,
 Nunca mais voltei para lá,
 Pro mês intero dez anos...
 Adeus, Belém do Pará.
 Refrão: ai, ai, ai...
 Adeus Belém do Pará.⁴⁵

O novo modelo de ocupação e integração passou a assentava-se na era do rodoviarismo em detrimento da originária e tradicional via aquática. As rodovias Belém-Brasília (1959) e Brasília-Acre (1967) e, posteriormente, a Transamazônica, rasgaram a floresta, conseguiram integrar fisicamente a região ao restante do país. Pausadamente também levaram de roldão mitos e lendas da densa floresta. A mobilidade peculiar da Amazônia, vista como ultrapassada, dava lugar ao projeto de integração e modernização nacional, representada pelas estradas, no contexto de afirmação das grandes empresas automobilísticas.

⁴⁴ PACHECO, Agenor. História e Literatura nos regimes das águas: práticas culturais afroindígenas na Amazônia marajoara. *Amazônica*, Belém: UNAMA, 1 (2), 2009, pp. 406-441. Conferir também: LOUREIRO, João de Jesus Paes. 1995, op, cit, pp. 121-128.

⁴⁵ Adeus Belém do Pará fez sucesso na voz de Dorival Caymmi, porém a autoria não seria sua. O provável autor teria sido o poeta e letrista paraense Gentil Puget, que faleceu no Rio de Janeiro em 1949. Segundo Clovis Meira, “não há provas materiais apenas depoimentos de amigos de Puget e o texto da canção leva a um autor paraense que vai tentar a vida no Rio, não ao famoso e consagrado dos dias de hoje, que canta o mar, a lagoa de Abaeté, a sua Bahia”. MEIRA, Clóvis. **O silêncio do tempo**. Belém: 1988, pp. 179-180.

Se pegar o “Ita no norte”, deixar Belém do Pará com destino ao Rio de Janeiro, demonstrou a importância da utilização desse meio de transporte e a característica fluvial de locomoção da Amazônia com o restante do país, também possibilita refletir acerca da situação social de um nortista, de um belemense, em particular, que deixa sua família para tentar vencer no sul. A saída do infortúnio era embarcar no *Ita* e seguir em direção à uma terra mais próspera, desenvolvida, moderna, que possibilitasse novas oportunidades profissionais, enquanto Belém, *ai,ai,ai*, ficaria no *Adeus*, devido sua notória decadência. O *adeus* também se direcionava para a Amazônia tradicional.

A própria ação modernizadora, amplamente aspirada pelas elites belemenses, foi pausadamente revelando seus efeitos nocivos aos seus interesses tradicionalmente arraigados. O paradoxo da modernização aportava em Belém, até então centro político, econômico e cultural da Amazônia. “Essa transformação do espaço amazônico impôs mudanças profundas à cena intelectual belemense, levando a modificações estruturais na sua relação com o saber e exigindo-lhe a elaboração de novas posturas artísticas, estéticas e políticas”.⁴⁶ Em vista de ameaças reais ou imaginárias, emergiam, novamente, os grupos letrados em suas missões defensoras, quando pareciam herdar as ações empreendidas no passado, oriundas, especialmente, dos idos da segunda metade do século XIX.

Se os grupos empresariais temiam pela concorrência das mercadorias do centro-sul, agora, a preocupação decorria-se pela ligeira interferência cultural gerada pela “integração nacional”, não somente através da via rodoviária, mas também pelo sistema televisivo e telefônico. Em poucos anos foram implantados 5.110 km de sistema de comunicação por microondas, disponibilizados à Rede Globo de televisão, gerando a “padronização da linguagem e dos valores culturais nacionais” transmitidos por sua programação.⁴⁷

O “fascínio” proporcionado pelas imagens do vídeo, com sua “dimensão política de alcance social” e a intensidade “persuasiva de seu poder de comunicação”, foram novos valores culturais consumidos pelos habitantes da região, que por sua vez, não foram legitimados nas programações, sendo sistematicamente excluídos. A televisão tornou-se uma espécie de “outra natureza” que os amazônicos não puderam “preencher com os antigos signos do seu devaneio, nem povoar de mitos, nem mais sentir imenso diante dela”, com característica de ser um

⁴⁶ CASTRO, Fábio Fonseca de. “A encenação das identidades na Amazônia contemporânea”, p. 03. Disponível em: <hupomnemata.blogspot.com>. Acesso em: 10 jan.2010.

⁴⁷ CASTRO, Fábio Fonseca de. “Reorganizações identitárias na Amazônia brasileira”, p. 06. Disponível em: <hupomnemata.blogspot.com>. Acesso em: 10 jan.2010.

telespectador interdito, abrindo uma fissura em sua “compreensão do mundo”.⁴⁸ As imagens veiculadas pela programação televisiva passaram a predominar sobre as tradicionais rodas de conversas, repletas dos mitos e cosmogonias amazônicas.

Na esteira da padronização no campo cultural desmerecedora dos valores regionais, ocorreu também a superposição do território federal sobre os estaduais, a exemplo do Pará, que perdeu 66,5% de seu território para o poder central, acompanhado do incentivo fiscal e crédito ao capital do centro-sul e o intensivo processo de imigração.⁴⁹ Inerente ao furor desse processo, segundo a intelectualidade paraense, a formação da cultura sofria uma acelerada dissolução em seus padrões.

O processo de territorialização do espaço amazônico “imposto” pelo projeto do Estado brasileiro, interpretado como “colonização interna” a partir das últimas décadas do século XX, concretizou o objetivo de integração ao território nacional, mas conseguiu “incitar o questionamento identitário”, o qual encontrou um ambiente favorável no plano internacional com o esfacelamento do Estado-Nação.⁵⁰

O *incitamento* em relação à identificação acompanhou boa parte da produção cultural da intelectualidade da época, entre os quais, do sociólogo e poeta Paes Loureiro. No seu entendimento, a Amazônia “saiu do isolamento não por um movimento centrífugo, mas centrípeto”. A incessante e paradoxal realidade vivenciada na fronteira resultou na violação da cultura amazônica:

Ela vem sendo desisolada por uma estratégia de ocupação, sem que possa definir um horizonte que seja de iniciativa de sua sociedade. (...) De certa maneira, não se trata de uma saída capaz de expandir e enriquecer o regional. Ao contrário, é contritiva, exaustora, ávida, e que poderá provocar uma completa modificação em sua cultura na medida em que a sociedade regional se vai transformando e reestruturando sob nova ordem de valores.⁵¹

Ao vigorar *sob nova ordem de valores*, a vida regional passou a conviver com um espectro cada vez mais ameaçador. O temor de Paes Loureiro não dissociava das grandes inquietações de um grupo de letrados da época. Para o professor universitário Fábio Castro, a *intelligentsia* belemense passou a elaborar um corpo discursivo, “caracterizado pelo desejo de referir uma ‘identidade’”, na tentativa de localizar alusões dessa “‘identidade’ na experiência histórica e natural do homem

⁴⁸ LOUREIRO, João de Jesus Paes. 1995, op. cit, p. 74.

⁴⁹ CASTRO, Fábio. Reorganizações identitárias na Amazônia brasileira, op.cit, p. 06.

⁵⁰ Idem, p. 02.

⁵¹ LOUREIRO, João de Jesus Paes. 1995, op, cit, p. 415.

amazônico”.⁵² O *homem amazônico*, no caso, identificava-se no caboclo, assentado numa cultura ribeirinha, que, paradoxalmente, tais sujeitos não se assumiam enquanto caboclos, devido uma série de estereótipos envolvendo suas imagens.

Em sua análise, a reivindicação por uma “identidade” amazônica na sociedade contemporânea fundamentou-se no “campo da produção artística”, diferenciada da tradicional produção da identidade na política e na imprensa. “Percorrendo livros, discos, museus e jornais produzidos e consumidos na cidade de Belém, ao longo dos trinta anos do século XX, se intui, senão uma ‘identidade’, a sugestão de uma ‘identidade’ ou, ainda o desejo de uma ‘identidade’”.⁵³ A necessidade de afirmar a identificação integrava um contexto mais ampliado. A busca da modernidade através da valorização da cultura regional foi uma das ações realizadas pelos grupos de letrados, sintonizados com a questão do popular, que também inquietava a intelectualidade brasileira.

A observação acima é constatada na dissertação de mestrado do historiador Tony Costa, que analisou a produção musical paraense nas décadas de 1960 e 1970, quando predominou a necessidade de valorizar uma pretensa identidade amazônica através da música e arte regional, com a versão de folclore. O compositor Ruy Barata, remanescente modernista, aliado ao seu filho André Barata, além do poeta João de Jesus Paes Loureiro, incumbiram-se da missão de pesquisar a “genuína”, “autêntica” música e arte regional. Integrante da União Acadêmica Paraense, onde foi criado o Departamento de Arte Popular, o estudante Paes Loureiro também participava de um projeto nacional da UNE, no contexto do CPC, no intuito de valorizar a cultura popular, com a responsabilidade de desenvolver o trabalho na Amazônia, porém o projeto foi abortado com o golpe civil-militar em 1964.⁵⁴

O carimbó representou a música mais identificada com as raízes populares da região, apesar da resistência de determinados segmentos urbanos com o argumento de representar uma cultura atrasada do caboclo, ribeirinho. O estilo musical ganhou o seu espaço além dos bailes do interior amazônico e periferias de Belém, a partir da década de 1970, inclusive com a projeção nacional, especialmente através de Pinduca, que passou a utilizar instrumentos elétricos em suas apresentações. Juntamente com Pinduca, depois considerado o “Rei do Carimbó”, os “mestres” Verequete, Lucindo, Cupijó, decidiram permanecer com instrumentos tradicionais, na intenção de

⁵² CASTRO, Fábio Fonseca de. A encenação das identidades na Amazônia contemporânea, op, cit, p. 03.

⁵³ Idem, p. 01.

⁵⁴ COSTA, Tony, op.cit, pp. 88-90.

valorizar a cultura de “raiz” popular.⁵⁵ Atualmente, existe uma campanha para transformar o carimbó em patrimônio cultural, como já aconteceu com a capoeira na Bahia.

Enquanto “sentir coletivo”, a obra de arte integra o processo de interpretação histórica da Amazônia contemporânea, que tinha objetivos claramente definidos para o contexto vivido: “elaborada intersubjetivamente pela intelligentsia belemense, como uma estratégia de contra-afirmação da soberania nacional brasileira sobre um território historicamente isolado do restante do país e, portanto, relativamente autônomo”. No entendimento de Fábio Castro, ocorreu uma *encenação das identidades na Amazônia contemporânea*, representada por um fenômeno de identificação social, denominada *moderna tradição amazônica*⁵⁶, quando os intelectuais de Belém “inferem-se a atribuição de ‘resgatar’ um determinado nomos comum ao espaço amazônico e de defini-lo, em oposição ao espaço brasileiro, como uma história diferenciada”.⁵⁷ A intenção não era inédita. Nessa necessidade de afirmar a autonomia, a diferenciação em relação ao Brasil, encontrava-se a essência do desejo de construir a identidade amazônica, convencidos dos confrontos e desprestígios existentes no interior da Federação.

Os agentes sociais *intuiriam*, na perspectiva de um *vitalismo social*, a elaboração de um “referencial identitário”. A releitura da produção cultural de Belém, nas últimas décadas do século XX, revelou um “vitalismo tátil, talvez, exitante talvez, cheio de subterfúgios e marcado pela narrativa de sucessivas derrotas históricas e mesmo pela narrativa de derrotas do presente, do seu cotidiano”. Pelas atitudes das lideranças paraenses, as observações de Castro tinham fundamento. Marcante na narrativa histórica do Pará, as derrotas foram sucessivas, numa consolidação da *síndrome de derrotas*, como veremos no capítulo seguinte. Apesar dessas *derrotas*, formou-se um “vitalismo pleno, presente, ardoroso, fervoroso”, configurando um “desejo-de-ser”, com a demarcação da Amazônia “enquanto ser social, enquanto ser coletivo, enquanto espaço projetado ou produção onírica”.⁵⁸ As derrotas, embora lamentadas, conseguiam impulsionar a unidade, forjar e projetar as identificações. Estratégia mais do que necessária num momento de ameaças dilacerantes.

O conjunto de enunciados, alegorias e conceitos será denominado por Castro de *moderna tradição amazônica*, considerada uma “proposição de atribuir-se, inventar-se uma tradição”, na

⁵⁵ Idem. “O carimbo e a música popular paraense”, op.cit, pp. 152-214.

⁵⁶ Apesar de não utilizar como referência no uso do termo a *moderna tradição amazônica*, Castro, provavelmente, dialogou com a obra de Renato Ortiz que analisou a emergência da indústria cultural no Brasil, especialmente a partir do final da década de 1960, um período paralelo com a situação da Amazônia. Cf: ORTIZ, Renato. **Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁵⁷ CASTRO, Fábio. A encenação das identidades na Amazônia contemporânea, op, cit, pp. 04; 01-02.

⁵⁸ Idem, p. 02

intenção de ser visto como um desvelamento social, isto é, uma bricolagem coletiva, uma invenção, uma imaginação dispersa pelo corpo social, denominada “intersubjetividade”. A palavra possui o significado de sinergia entre pensamento e sensibilidade, levando ao reencantar do mundo. A Amazônia foi idealizada pelo “desejo de ser”, pelo “reencantamento socialmente idealizado”, não significou a simples “transposição para o campo da produção artística dos elementos de um processo histórico”, contudo, comportou “uma espécie de processo de redução da realidade, uma temporalização, um projeto de ‘ser’”.⁵⁹ Em torno desse *desejo de ser* e imbuída de um projeto essencialista, a intelectualidade forjava a imagem de uma região despregada da realidade vivida, quando já se processava celeremente a dissolvência dos modos de vida amazônicos.

Essas identificações construídas na região, segundo Castro, surgem durante a dialética da “colonização interna brasileira”, permitida pela ordem social global, que rompe as grandes ontologias. O *desejo de ser* Amazônia consegue se articular na década de 1960 e se afirmar a partir do decênio seguinte, sobretudo, com o cenário da globalização que engendrou elementos paradoxais de regionalismos e localismos. Nesse momento, as identidades ganhavam um caráter de resistência ao projeto hegemônico mundial.

Processada nesse contexto, a *moderna tradição amazônica*, compreende um fenômeno de “vitalismo social” e intersubjetivo de negociação de sentidos produzida por intelectuais na tentativa de referenciar uma “identidade” essencialista, contida numa “representação social coerente e disseminada, hoje, pelo espaço amazônico”. Do mesmo modo, manifestada, sobretudo, no campo artístico-intelectual de Belém, com a reificação “de o que seria” a tal “identidade” da Amazônia. A proposta ganhou, progressivamente, espaço nos meios de comunicação, “sendo também incorporada pelo discurso político”, por conseguinte, tornou-se “assimilável por uma vasta parcela do conjunto social local”.⁶⁰ O campo artístico, nesse sentido, a partir da interpretação de seletos grupos belemenses, ganhava uma projeção fundamental no cenário regional.

Aqui, contudo, há uma reflexão a fazer. Não é que foi *incorporada pelo discurso político*, pois havia todo um entrelaçamento da arte produzida pelos letrados com outras experiências regionalistas, desenvolvido nos capítulos anteriores, da mesma forma como será destacado no próximo capítulo, com as ações de lideranças políticas e empresariais em *defesa* do Pará. A arte não falou por si ou foi a disseminadora a partir desse contexto, haja vista integrar um *conjunto social* de descontentamento com o rumo da modernização.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem, p. 07.

Na compreensão dessa *representação reificada*, tendo a arte um campo de disseminação dos valores a serem consumidos pela sociedade, segundo Fábio Castro, a intelectualidade belemense ao elaborar, organizar e mediatizar o discurso da identidade teve um papel fundamental. Para fundamentar essa reflexão, Castro dialogou com o conceito de *intelligentsia* formulada por Karl Mannheim, que aborda a relação entre os intelectuais e seu contexto, expostos a uma série de interesses e contradições. A *intelligentsia* segundo Mannheim, era um “grupo social cuja tarefa específica consiste em dotar uma dada sociedade de uma interpretação do mundo”.⁶¹ Nessa análise, o professor entendeu que os grupos formuladores do discurso identitário regional não integram a “mesma ordem de forças sociais que conformaram, no passado, os diversos discursos de afirmação das identidades nacionais e regionais”. Convencido dessas diferenças, apesar de não citar as práticas ocorridas no passado, refletiu sobre as ações desses letrados na encenação do pertencimento coletivo da Amazônia.

O contemporâneo discurso identitário resultou do diversificado “posicionamento social do intelectual”, sustentado numa tendência “a alegorização e à construção de anáforas como seus lugares sociais de fala”. A questão fundamental desse processo reside na “tensão entre espaço e lugar de identidade”, na qual o *espaço* representa a força hegemônica de uma região sobre outra, já o *lugar de identidade*, consiste no mito fronteiro de uma “hegemonia ameaçada”. A interpretação de Castro conecta-se ao processo de luta dos regionalistas paraenses contra o desequilíbrio regional e a consequente colonização interna, além da crescente perda da supremacia de Belém na Amazônia, diagnosticada por seu esvaziamento sócio-econômico, em comparação com Manaus.

A identificação amazônica assentou-se num caráter alegórico reificada pela *intelligentsia* belemense, quando a subjetividade alegorizante construiu vínculo de pertencimento social, no qual os sujeitos sociais “encenam o auto da ‘identidade’ amazônica”. Os narradores dessa “identidade” integram uma comunidade discursiva, onde o “texto comum possui uma cenografia” com níveis diferenciados, que revelam ideais enunciativos, práticas cotidianas, visões de mundo, códigos de regência simbólica, contextos e províncias de sentido. O conjunto dessa representação social registra um “tecido polifônico”, criando a “ilusão de unidade”, registrada pela simultaneidade de múltiplas vozes, inclusive, contraditórias, todavia, não deixam de dramatizar a encenação do pertencimento amazônico.⁶²

Nesse vitalismo social e estético, a arte representou o caminho da enunciação da Amazônia contemporânea. A estética, num diálogo com Michel Maffesoli, preenche os espaços

⁶¹ Apud CASTRO, Fábio. A encenação das identidades na Amazônia contemporânea, op. cit, p. 08.

⁶² CASTRO, Fábio. A encenação das identidades, op. cit, pp. 08-10.

aparentemente secundários do relacionamento social e manipula as dinâmicas sociais da emoção, das aparências e da frivolidade, dissolvida no processo social, uma espécie de “sinergia entre pensamento e sensibilidade”. A estética social, enquanto hedonismo, se disseminaria pela vida cotidiana. O hedonismo não é regido por dimensões objetivas, mecânicas, lógica econômica ou política, mas por um vínculo social subjetivo, uma forma de vitalismo que estrutura o corpo social.

A *moderna tradição amazônica*, nesse sentido, esteve marcada não só por um vitalismo social, mas por um hedonismo social, um sensualismo coletivo. Ademais, um “presenteísmo” que marcou a “presença obsedante de um objeto – a Amazônia”, requerida pela “excitação difusa que envolve os produtores coletivos desse objeto”, contida num “jogo de aparências e por uma teatralidade contínua e onipresente”. A estética social caracterizava-se pelo consenso, uma espécie de “sentir junto, o sentir coletivo”.⁶³ Fundada numa encenação que instigava o público a aderir, a produção de uma Amazônia homogeneizada ganhava dimensão, isenta de uma maior criticidade.

Na conclusão de Castro, na consonância com o período que marca essa efervescência modernizadora, a *moderna tradição amazônica* não integra a constituição de um “tempo histórico, não é herdeira de um passado, não é a recuperação de uma essência”. Diferentemente, é uma “invenção do presente e no presente”. A arte, nesse sentido, tentou encenar o *desejo de ser* amazônica, conferida pela “aesthesis”, representada como “sentir coletivo, é refluxo de intersubjetividade, é alegoria do mundo – marcada pela aurificação inusitada de seu objeto obsedante, de maneiras de ser, modos de pensar e estilos de comportamento”.⁶⁴ Nessa estética e hedonismo social, a Amazônia reproduzia-se pela teatralização, mirando uma identificação homogeneizada do ser regional.

A interpretação de Castro contradiz a prática constituída dos letrados amazônicos ao longo os anos, conforme a reflexão do capítulo anterior. O professor refletiu a partir de uma abordagem cultural do tempo presente. A tese é válida, devido o forte impacto cultural promovido pela modernização autoritária, que dissolveu antigas vivências, por conseguinte, acompanhada da contraposição das elites de Belém. Em que pese a validade de sua análise, inexistiu tabula rasa no momento dessa nova formatação social, haja vista a construção de todo um processo advindo do passado, o qual não pode ser negado enquanto formação na Amazônia paraense, especialmente entre a *intelligentsia* belemense, conforme sua narrativa, ciosa de seu projeto homogeneizador e hegemônico. A continuidade, embora não linear, integrou parte dessa nova realidade.

⁶³ Idem, pp. 11-12.

⁶⁴ Idem, p. 12.

Ao trabalhar com a categoria de imaginário social em relação à pretensa formulação da identidade da Amazônia entre a intelectualidade de Belém, com possíveis generalizações, Castro afirma ter acompanhado a *moderna tradição amazônica* através de livros, discos, museus e jornais produzidos e consumidos na capital paraense nas últimas décadas do século XX, contudo, não apresenta as especificidades dessa produção cultural. As prováveis diferenças e disputas de projetos contidas nas experiências dos sujeitos promotores dessa identificação não foram objetos de sua preocupação, perdendo, assim, outras práticas culturais definidoras da heterogênea identidade amazônica.

A abordagem do lugar social de Belém, embora com suas generalizações, revelou indícios das angústias da intelectualidade amazônica. O momento exigia o redobramento dos esforços em defesa da característica própria do lugar. Na vivência do contexto da intervenção mais efetiva através da Operação Amazônia (1966), que pregava a modernização tecnológica, infra-estrutural e administrativa na região de caráter militarizado e autoritário, Leandro Tocantins salientou que a singularidade da cultura amazônica precisa ser entendida pelos poderes públicos, “pois à ação normativa e desenvolvimentista do Governo cabe, em primeiro plano, a responsabilidade de dinamização demográfica, social e econômica da Amazônia”, a fim de se tornar uma nova fronteira social, jamais individual.⁶⁵ A sugestão, contida numa crítica velada, representava que o poder central não podia chegar com a tábua da lei na mão e impor o seu interesse à região. Se o escritor observou essa sinalização era porque já percebia o conteúdo do modelo implantado, indiferente com a especificidade regional.

No cenário nacional, o autor vivia o contexto da linguagem ufanista do termo “pra frente” Brasil, refletindo o “milagre” do desenvolvimentismo econômico. O *pra frente* na Amazônia poderia traduzir a alteração do espírito regional, ativando o processo de mudança, de desenvolvimento e de evolução. “A revolução cultural amazônica armará o homem com os instrumentos para vencer a sombra e o silêncio que envolvem a região”. Todavia, tornava-se necessário impedir que a força do *prafrentismo* resultasse no abandono dos valores tradicionais amazônicos em nome do nacionalismo brasileiro.⁶⁶

A preservação é um sinal característico da região, continua o escritor, que também é um sinal de brasileirismo, empresta personalidade e mantém a fonte de inspiração para artistas, poetas, escritores, arquitetos e paisagistas. Justificava-se, desse modo, a salvaguarda cultural: “Assim é que a integração amazônica no complexo cultural brasileiro jamais importaria numa despersonalização

⁶⁵ TOCANTINS, Leandro. A integração da Amazônia..., op. cit, pp. 193.

⁶⁶ Idem, pp. 194. (grifo do autor)

regional a favor de qualquer absolutismo unitário”. A narrativa, publicada em uma obra editada pelo exército, não impediu Leandro Tocantins de tecer comentários acerca da preocupante homogeneização nacionalista, tão evidenciada no início dos anos de 70 do século passado. O projeto geopolítico nacional, legenda para a ocupação regional, dava sinais da inviabilização da *amazonização* a qual tanto aspirava.

A integração, em seu entendimento, possui a dimensão de idéia em marcha, de um processo social na tentativa de harmonizar unidades diversificadas, de aparentes discórdias. A conciliação dessas múltiplas entidades visava uma reunião coesa, sem significar subjugação, “nem de uma parte, nem de outra”, no intuito de coexistência de valores e na caracterização intrínseca do pluralismo nacional.⁶⁷ O futuro da Amazônia dependia do reconhecimento expedido pelo poder central:

A Amazônia participa de um sistema de regiões culturais interdependentes e interrelacionadas. Sua contribuição, através dos tempos, à cultura brasileira, e também à universal, nos faz prever o que ela ainda virá a oferecer se a inteligência nacional souber aproveitar as suas potencialidades no campo da natureza física e no campo da criação humana.⁶⁸

A consciência de seus valores e a necessidade de preservá-los coroava sua sugestão. Mas o desejo foi concretizado? Tocantins nutria essa esperança, embora também estivesse apreensivo com as primeiras sinalizações do modelo econômico. O sociólogo e poeta paraense João de Jesus Paes Loureiro, ativo intelectual inquietava-se ante a iminente ameaça com a efetivação dos grandes projetos, simbolizados pelo imaginário popular da boiúna ou cobra-grande, com a característica de aterrorizar os ribeirinhos e embarcações pelos rios amazônicos. Para alguns, também se transforma em navio encantado.

Paes Loureiro, em parceria com Galdino Penna, tentaram retratar através da letra “Vila do Conde”, uma pequena vila de pescadores, que ao seu redor receberia o projeto Albrás⁶⁹, os prováveis danos ambientais e sociais inerentes à ação do grande capital. Vila do Conde era um lugar “onde os pescadores eram puros como os peixes”. Na letra, alertavam: “Dizem que a boiúna vai voltar para este rio/ E com sua saliva vai matar homens e peixes/E a minha infância envenenar”.⁷⁰ Representar os grandes projetos através do mito da boiúna intencionava aliar a reflexão da realidade com a cultura regional a fim de melhor transmitir a mensagem de alerta.

⁶⁷ Idem, pp. 195-196. (grifo do autor)

⁶⁸ Idem, p. 196.

⁶⁹ Projeto de capital nacional e japonês, localizado às margens do rio Pará, para a produção de alumínio, com energia subsidiada pela Eletronorte, advinda da hidrelétrica de Tucuruí, que já estava em construção.

⁷⁰ Apud COSTA, Tony. op. cit, pp. 99-100.

Entre os mitos utilizados do imaginário amazônico, a boiúna é bastante recorrente nas obras de Paes Loureiro, como veremos adiante.

Mas fiquemos, por enquanto, com a análise do músico Simão Jatene, em novembro de 1977, em relação ao papel do artista na Amazônia, a exemplo da elaboração sobre “Vila do Conde”. Para Jatene, a produção retratava a região, mas tinha um sentido universalizante, porque o artista “deve denunciar uma série de ocorrências que estão mudando a paisagem amazônica”. O “verdadeiro papel” do artista regional não podia cantar a Amazônia sem retratar a realidade. O “ufanismo-idiota” não tinha sentido, tornava-se necessário “cantar denunciando, cantar informando”, registrar fatos, acontecimentos, ocorrências, visando “transformar tudo aqui num pesadelo”. Somente nessas condições, segundo Jatene, haveria uma verdadeira música regional.⁷¹ O *pesadelo*, numa visão metafórica, poderia sinalizar o medo que a cobra grande despertava na população, que agora era mais real.

Em diálogo permanente com a formação histórica regional, no momento de redefinição da política interventora federal, Loureiro integrou um grupo de letrados angustiados com os rumos do avanço da ocupação desordenada nas últimas décadas, quando observou a necessidade de afirmar uma *fala* amazônica durante esse processo cultural. Advindo do movimento estudantil, articulando arte e política, externou suas inquietações, movido pelo desejo de preservação dos valores tradicionais da Amazônia. Agora, mais do que antes, ameaçados pelo projeto de integração nacional.

O fato, além do agravamento das questões sociais, alterava substancialmente a identidade amazônica, no caso, a *amazonicidade*, conforme destacou. Inserção cultural como esta, contribuiu no redesenhar da formatação regionalista, tradicionalmente representada como prática política e econômica, agora, ganhava novas experiências através de práticas culturais, no contexto da formatação do que seria a *moderna tradição amazônica*, refletida por Fábio Castro.

A ação cultural na Amazônia deve ser a do produtor popular da cultura subalterna, sugeriu Loureiro nos idos da década de 1980, direcionando o serviço da produção às comunidades, as quais se converterão num “*instrumento importante na transformação das condições de trabalho e da qualidade de vida*”. Conforme a perspectiva proposta, “*é necessário redescobrir as nossas diferenças na base histórica da sociedade civil, que se constitui o teatro onde essa transformação se deve operar*”. Amparada numa dimensão política, a sugestão de Loureiro direciona-se aos “sujeitos concretos” das classes populares,

⁷¹ JATENE, Simão apud COSTA, Tony, p. 100. Posteriormente, Simão Jatene largou a carreira artística e dedicou-se à acadêmica como economista, ingressando em seguida na vida pública, no governo do peemedebista Jader Barbalho (1983-1987) e tucano Almir Gabriel (1995-2002). Neste último, exerceu a secretaria de Especial de Produção, por fim, foi eleito governador do Pará (2003-2006).

definidos nos “homens da região”, sejam os seres dos rios, sejam dos campos. Tais agentes são considerados “categorias minoritárias de subalternos e marginalizados” do processo de desenvolvimento.⁷² Ao selecionar os grupos sociais e a concepção dos projetos a serem efetivados, restava agir o quanto antes em defesa dos interesses populares, haja vista estarem seriamente ameaçados.

Apesar de integrar um grupo de intelectuais imbuídos desse trabalho, reconhece não pertencer a “nós os guardiões de sua cultura”, mas a “eles”, que sabem exercer muito bem essa função. Propõe que a *fala* deflagradora da ação cultural deveria “criar condições sociais de conquista e preservação” das condições humanas de vida e trabalho dos índios, caboclos, camponeses e operários. O resultado mais concreto geraria uma cultura “não mais senhora dos homens, mas sua serva”.⁷³ Nessa interpretação política, Loureiro era consciente da dimensão libertadora proporcionada pela cultura, mas também reconhecia a possibilidade de aprisionamento quando ligada à histórica prática colonizadora da Amazônia. Na intenção de romper com esse padrão, o autor sustentava-se nos sujeitos populares da região, os autênticos preservadores.

A *fala* amazônica sobre a cultura deve pensar na reconstrução dos modos de vida dos homens concretos da região que possibilitem relações com a natureza, com a ordem social e com seus símbolos, na compreensão desse grupo social como “criador de cultura”. Na perspectiva da ação dos subalternos, entende que a cultura subalterna é uma “contracultura”, considerada uma “forma de resistência”. A situação impunha condições: nenhuma política cultural será bem sucedida, sem haver políticas sociais e econômicas que possibilitem “salvar” os produtores, os agentes e os sujeitos sociais de “nosso interior”. Nessa fala da política cultural, torna-se necessário “definir” em “nome de quem se está falando”: na ótica assistencial da classe dominante ou dos sujeitos populares a serem beneficiados.⁷⁴

O pensamento subalterno, segundo Mignolo, é o pensamento concebido a partir das margens, na tentativa de legitimar seus saberes frente à subalternização do conhecimento, construindo um novo local de enunciação. A história local seria entendida na interseção e onde emergem os projetos globais.⁷⁵ Partindo desse diálogo, a cultura amazônica estaria em permanente relação com a cultura hegemônica global, porém, na luta para manter sua originalidade e os sujeitos produtores. O esforço de manutenção não significava deter a mobilidade cultural, responsável pelas práticas híbridas e formações mestiças que se processavam na Amazônia nas últimas décadas,

⁷² LOUREIRO, João de Jesus Paes. 1985, op. cit, p. 114 (grifo do autor).

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem, p. 115.

⁷⁵ MIGNOLO, Walter, op.cit.

mas advinda de um mestiçamento fincado no período colonial entre indígenas, negros e portugueses.

Nesse tenso processo regional, a história amazônica tem um marcante significado, todavia necessita “redimir os fatos distorcidos de nosso passado, até as dores de nossa história recente”, ou seja, construir uma nova narrativa histórica liberta da visão oficial. Em torno dessa reflexão, Loureiro pareceu abrir uma linha dialógica com Walter Benjamin, mesmo sem citá-lo, quando afirmou:

O passado é vítima ou glória do presente. Pela visão ideológica de nossa história, nem os nossos mortos sobreviveram. A marca dessa história circulante é a tristeza. E não há empatia nos historiadores com uma história que, nos moldes oficiais, é como alguém a contar as vergonhas da família. Cada códice de nossa história oficial torna-se um compromisso com o engano. Vivemos secularmente em um estado de exceção.⁷⁶

A reflexão sobrevoa alguns fatos marcantes da história regional, contida numa relação presente-passado, onde Loureiro reforçou a tese da derrota, da queda, muito próxima a do intelectual alemão, quando destaca em suas Teses *Sobre os Conceitos de História* que a história oficial é uma sucessão de vitórias dos dominantes, no caso, os “mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (Tese VI). Embora sem haver citação, não há como disfarçar o profundo diálogo do poeta paraense com o filósofo alemão. No livro *Cultura Amazônica: uma poética do imaginário*, citou a produção de Benjamin *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*, na qual está incluída as Teses, mas neste artigo, especificamente, não referendou a profunda reflexão do alemão sobre a história.

Vivendo a tragédia nazista, o estado de exceção, para Benjamin, tornava-se imprescindível redimir o passado de derrotas dos oprimidos, porque a identificação efetiva do historiador historicista é com o vencedor. “Ora, os dominantes de hoje são os herdeiros de todos os que, algum dia venceram” (Tese VII). Não seria diferente para o poeta paraense, “a história oficial nos narrou e tem narrado como uma história de fracassos. Uma história de perdas e danos. Uma história de fracassados”. Nessa história de derrotas, “nos ensinaram a viver, sob o signo do malogro”, com destaque para a Política Pombalina, o Ciclo do Café, Ciclo das Drogas do Sertão, Ciclo da Borracha, Cabanagem, evasão dos minérios, luta pela terra, devastação da natureza. O sentido proposto por Loureiro na longa relação de acontecimentos que resultaram em *fracassos*, possibilita identificar a Amazônia com a condição de dominada.

De acordo com Benjamin, trata-se de redimir as vítimas da história, pois “o sujeito do conhecimento histórico é a própria classe oprimida, a classe combatente” (Tese XII). E os

⁷⁶ LOUREIRO, João de Jesus Paes. 1985, op. cit, p. 116.

oprimidos para Loureiro eram identificados através dos sujeitos concretos produtores da fala regional, o índio e o caboclo, ameaçados em seu modo de vida pela destruição gerada pelo capital. Esses sujeitos eram as *vítimas da glória do presente*, representados pela valorização do projeto dominante, símbolo do progresso e modernização vivida na Amazônia.

O diálogo com Benjamin pareceu se aprofundar. É o que transparece da regionalizada narrativa: “olhamos nossa história como quem olha a boiúna, e deparamos, no meio de uma grande noite, um olhar que nos atrai e nos aterroriza”. O “olhar da boiúna”, segundo essa interpretação, é “o próprio olhar da noite de nosso passado, é a luz, na imensa escuridão, que tudo envolve”.⁷⁷ A linguagem metafórica, provavelmente, tentava refletir sobre o *olhar* do passado de derrotas sucedidos na Amazônia, parecendo anunciar a tragédia que se aproximava. Amparado na galeria de mitos do imaginário amazônico, onde a cobra grande, numa noite de luar, transforma-se num navio iluminado que atemoriza os ribeirinhos⁷⁸, Loureiro utilizou os mitos como metáforas da história regional, especialmente no momento que esses encantados são “deslencados” pelo avanço das grandes empresas.⁷⁹

A tragédia histórica narrada pelo poeta é muito próxima de outra Tese de Benjamin, quando analisa o anjo do quadro de Klee, o qual aparece com os olhos arregalados, boca aberta e asas estiradas, no caso, seria o anjo da história, com seu rosto voltado para o passado, que “enxerga uma única catástrofe” com um amontoado de escombros sobre escombros jogados aos seus pés. O anjo gostaria de permanecer para “despertar os mortos e juntar os destroços”, porém é impedido pela tempestade soprada do paraíso que se emaranha em suas asas, impedindo-o de fechá-la. “Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas”, enquanto isso, os escombros que estão amontoados diante dele sobem até o céu. “O que nós chamamos de progresso é uma tempestade” (Tese IX).

Da boiúna amazônica ao anjo de Klee, a história é trágica. O prenúncio da tragédia nazista é o cerne da profética tese benjaminiana. A tempestade soprada do paraíso é o “progresso”, tão valorizada pela sociedade e cultura moderna capitalista e a causa maior da ascensão totalitária. Em relação à reflexão de Loureiro sobre a cultura da Amazônia, a tempestade representava o

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Na descrição elaborada sobre esse mito, ressaltou a questão do olhar, da luz emanada do navio encantado: “O medo dos rios tempestuosos ou mergulhados na escuridão das noites, assume a forma da Boiúna (...). Por sua capa de esteticidade, a Boiúna é uma forma de atração terrorífica, fatalidade fascinante. Ela prende a contemplação do caboclo na forma visual de sua miragem, da qual a luz brota como sinal sensível do mistério. (...) É a luz da fatalidade que fascina e atrai os olhares como se estivessem imantados. É a luz nas trevas e, ao mesmo tempo, luz das trevas”. LOUREIRO, João de Jesus Paes. 1995. “A Boiúna ou a epifania da Cobra Grande ou o visível esplendor invisível do rio”, op, cit, pp. 222-233.

⁷⁹ Sobre a importância dos mitos nas obras de Paes Loureiro, ver: NISSEL, Kathrin. ‘A eternidade perdida em calendários’: mito e memória na poesia amazônica de João de Jesus Paes Loureiro. LEIBING, Annette e BENNINGHOFF-LÜHL (Orgs). **Devorando o tempo**: Brasil, o país sem memória. São Paulo: Mandarim, 2001, pp. 157-165.

desenvolvimento proposto pela exploração do grande capital, que já apresentava sua destrutiva consequência, não apenas nos aspectos sociais e econômicos, mas na produção da cultura. Os *olhares* históricos da boiúna e do anjo de Klee apontam na direção da catástrofe humana, seja a nazista, seja a efetivada pelo capitalismo na Amazônia.

A narrativa histórica possui sua contribuição, haja vista colaborar para enaltecer a tragédia, a tempestade e o fracasso. “Na versão oficial, nosso passado conduz, como um herói falido, as cicatrizes do colonizador, feito medalhas em que devem conhecer razões de orgulho”. A história “contada”, nessa medida, é “uma história de fracassos como quem tem uma doença crônica”.⁸⁰ A afetividade com o vencedor, indissociável da formação amazônica no tempo, segundo essa interpretação, contribuiu para a *versão* colonizada dessa narrativa, repisando sempre os acontecimentos que resultaram na vitória dos colonizadores, posteriormente, serão comemorados pelos vencidos no tempo presente.

A Tese de Benjamin em que refletiu sobre a participação dos vencidos no triunfo dos vencedores, é bastante próxima da análise anterior de Loureiro: “Todo aquele que, até hoje, obteve a vitória, marcha junto no cortejo de triunfo que conduz os dominantes de hoje [a marcharem] por cima dos que, hoje, jazem por terra” (Tese VII).⁸¹ Romper com as amarras dessa história possibilita construir outra narrativa, desta vez, para a redenção dos vencidos, no caso amazônico, dos sujeitos produtores do saber regional a serem valorizados enquanto protagonistas de suas histórias.

Mas existe uma consciência, ainda que repartida na “vaga alma amazônica”, representada por um “pássaro agônico” que não tem onde pousar, denominada de “amazonicidade”, a qual Loureiro considera uma “forma amazônica de sentir, de agir, de ser-no-mundo”. Na consciência dessa identificação, questionou o modo de agir: “Permaneceremos na clareira dos isolados, como as minorias indígenas. E o que se pode esperar, quando retiramos a mordaca silenciosa que nos cala?”. A angústia continuou através de novas indagações sobre a permanência de louvores aos que nos “castram a voz”. A “nossa voz” tem que falar “mais alto do que pode”. Ademais, que “não seja uma voz crítica e poderosa?”.⁸² A profunda reflexão de Loureiro não deixou dúvidas das inquietações. Sem lugar de pouso, o pássaro agônico da metafórica *amazonicidade* encontrava-se

⁸⁰ LOUREIRO, João de Jesus Paes. 1985, op. cit, p. 116.

⁸¹ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história In: _____ **Magia e técnica, arte e política**. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo. 1979. Para uma interessante interpretação das Teses, ver: LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”; tradução: Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

⁸² LOUREIRO, Paes. 1985, op. cit, pp. 116-117.

também sem rumo. Nesse voo cego, mesmo com turbulência, somente a fala amazônica poderia encontrar aterrissagem segura.

A *fala* da cultura amazônica deve incorporar o saber da evolução do conhecimento que é um patrimônio da humanidade, mas questiona-se o saber representado por uma “língua que cale a nossa fala, que recuse a nossa diferença, que plante as sementes do silêncio em nossa voz”. Tal imposição é um dos aspectos da “colonização”. Por ser a questão amazônica uma questão nativa, não pode desconsiderá-la da relação rural e urbana, local e nacional. A força local deve estar articulada com a cultura universal, vista de forma legítima e competente, para que a Amazônia não seja condenada como reserva cultural.⁸³

O sistema escolar, líder no processo institucional da cultura, foi alvo de suas críticas, devido os métodos e os materiais didático-pedagógicos, que “nos transformam em ‘outros’ aqui”, do mesmo modo, “Nos convertem em colonizadores de nós mesmos”. O resultado é uma domesticação ao “gosto do ‘outro’”. O inusitado é que esse “‘outro’ também somos nós”. Nessa profunda reflexão, a questão principal não é a presença desse “outro” na Amazônia, mas a ausência do “‘nós’ nesse outro”. Ao invocar toda uma tradição de pertencimento, ressaltou que esse “outro” é a “nação”. Em suma, uma nação que “também devemos ser”.⁸⁴ Assentada numa questão de alteridade, tornava-se crucial alterar o caminho para construir a autodeterminação regional: o *outro*, símbolo da dominação externa, teria que ser conquistado pelo *nós* amazônico. Não havia outra alternativa.

A denúncia do saber educacional, um dos principais condutores do modo submisso da população, deve ser substituído por um modelo que estimule a inserção do saber amazônico no *outro*, identificado na dominação do poder da Nação brasileira. A uniformização dos livros didáticos, produzidos a partir da realidade do Centro-Sul, impedia a divulgação dos saberes da Amazônia e ainda contribuía na colonização de *nós mesmos*, tal a influência dessa produção cultural.

A proposta de Loureiro, registra que não é a tentativa da fala substituir a linguagem, porém a “fala criativa na linguagem”. A fala amazônica precisa “reencontrar a amazonicidade na forma de seu conteúdo. O canto estrangulado desse Uirapuru”.⁸⁵ Na Amazônia vivencia-se o confronto entre a “língua do colonizador” e a do “colonizado”. A língua da colonização tenta nivelar e recusar a “diferença” da fala do colonizado, numa espécie de “língua sobreposta à cultura”. Convencido dessa premissa, emerge “*a necessidade de uma fala, onde o diferente se firme como sentimento e*

⁸³ Idem.

⁸⁴ Idem, pp. 117-118.

⁸⁵ O uirapuru é um pássaro bastante conhecido na Amazônia pelo seu belo canto, além das lendas sobre trazer sorte na vida e no amor.

pensamento crítico, e a região deixe de ser apenas cenário de ilustrações e teorias, e passe a ser vista por dentro, como quem olha 'da região', e não como quem, mesmo de dentro, olha 'a região'".⁸⁶ Inverter o olhar, agora, no sentido de interpretar a partir da Amazônia, era o primeiro passo a fim de reverter o processo de dissolução de seus valores, que foram postos na pira armada pelo modelo de ocupação e modernização.

Desde os primeiros viajantes, a Amazônia foi alvo de permanente interpretação, contudo, em várias situações, construiu-se um conhecimento desfocado de sua realidade. Na contramão desse saber e do desenvolvimento implantado, considerado os grandes estimuladores da submissão, Loureiro buscava romper com esse paradigma imposto à Amazônia, devido desvalorizar os interesses regionais representados pelo descredenciamento de sua produção cultural.

Falar e olhar de modo diferenciado seriam a estratégia de desmontar o modelo dominante. "O olhar de fora tem sido o olhar de rapina", afirmou. Para reverter isso, é necessário "um olhar de dentro, que 'rapine'". Mais do que isso, uma "fala rapina deve ser contraposta à linguagem de rapina", que se aproprie da herança do colonizador, a fim de quebrar o "círculo da cultura" definida como "prisão". Todo o esforço não pode ser apenas com palavras, visto as ideias murcharem sem as ações. As ideias com ações revelam "nossa diferença", uma diferença que é presente.⁸⁷

Nesse ponto, parece, novamente, dialogar com Benjamim: "Um presente que terá de criar também o seu passado, visto que o passado que nos legaram originou este presente de negatividade".⁸⁸ Se a história é uma sucessão de vitórias dos dominantes, para o filósofo alemão, o presente precisava redimir as vítimas do passado de derrotas, sem distinguir os sujeitos grandes dos pequenos. "Só a humanidade redimida cabe o passado em sua inteireza", tornando-a "citável em cada um dos seus acontecimentos"(Tese III, ver também Teses IV e VI).

A partir desse profundo estímulo à narrativa de outra história, o autor retomou a denúncia da história oficial da Amazônia, vista na perspectiva de uma "história de fracassos", por ser a história do "outro", além de contada e garantida pelo "outro". Em torno dessa afirmação, reconheceu a necessidade, de "viver a nossa história por nós", recontada a partir do presente, informada pela "amazonicidade", que pode até ser uma história de derrotas, jamais de "fracassos". Feito o registro da diferença, ressaltou que o *fracasso* é a ideologia da história dos dominantes. Em

⁸⁶ LOUREIRO, Paes, 1985, p. 118. (grifo do autor)

⁸⁷ Idem, pp. 118-119.

⁸⁸ Idem.

resposta a isso, pretendia utilizar a “memória coletiva” na criação de uma “amazonicidade que, também, nos crie, enquanto a criamos”.⁸⁹ A necessidade de desmontar a versão dos *outros*, compunha um dos principais meios de confronto com os vencedores. Referendada na amazonidade, a *nossa história* passaria a contribuir com a redenção dos amazônicos que foram derrotados no passado.

O poder de influência do *outro* colonizador, inteiramente integrado ao drama vivido na Amazônia, tinha na história seu meio de perpetuar sua versão vitoriosa. Urgia, portanto, a elaboração de uma nova escrita, desta feita, contida nos feitos valorosos dos sujeitos populares da região, embora derrotados, suas ações não significaram uma luta em vão. Se não foram *fracassados*, precisavam ser perpetuados na memória coletiva para a recomposição de uma narrativa que contemplasse seus projetos e ações.

O desejo de alterar o traçado imposto registrava o argumento de Loureiro no sentido de reconhecer a fala amazônica integrante do processo de conhecimento, na distinção da “pluralidade de suas manifestações”, não apenas em arte folclórica. O folclore representava um autêntico “objeto de admiração curiosa, passatempo exótico, devaneio turístico”, sendo legítimo para quem promove a exibição, mas acaba transformado em “peça decorativa”. No encerramento da proposição do poeta, assegura que a fala regional deve impor-se de forma útil e legítima, que fale do homem amazônico de modo misterioso e aberto, representativo do “ser no mundo”, com uma realidade exibível e original.⁹⁰

A proposta de Loureiro está assentada numa via de mão dupla, onde a cultura regional, de modo dinâmico e em relação com a cultura nacional e global, possa romper os grilhões da cultura colonial, sendo valorizada sua singularidade, sem estigmas e fracassos componentes da complexidade que afetava sua auto-estima. A presença da fala da Amazônia fortalece sua identificação, a qual denomina de amazonicidade.

Em relação à narrativa do colonialismo interno, que caminha *pari passu* com a questão do desequilíbrio regional, ainda possui grande aceitação entre os argumentos da intelectualidade amazônica. O exemplo disso foi a afirmação do antropólogo paraense Heraldo Maués, ao analisar o processo mais recente de integração nacional durante a formação da identidade amazônica, que tinha um duplo colonialismo e uma dupla exploração. O colonialismo interno oprimia as

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Idem.

populações nativas, explorando as riquezas naturais no intuito de atender os interesses do capital nacional e estrangeiro, sem levar em consideração as necessidades regionais.⁹¹

Na configuração da prática regionalista, a formação do sentimento de *amazonidade*⁹² entre os sujeitos da região redimensionava as múltiplas formas de pertencimento, o orgulho de ser amazônica. A amazonidade, desse modo, representava a tentativa de desnudar-se da complexidade regional, na perspectiva de valorizar a sua cultura, por conseguinte, sua identidade, que, antes de ser brasileira, era amazônica.

Ainda sobre a identidade amazônica, a socióloga Violeta Loureiro possui uma visão mais pessimista, por considerar “inconclusa” a identidade do homem da Amazônia, marcada pela “incompletude” histórica. A situação ocorreu em três momentos. O primeiro, após o contato com a cultura européia, a qual rompeu a relação harmônica homem e natureza, mas que revolucionou do ponto de vista humano e cultural, com novas práticas sendo assimiladas pelos naturais. A segunda, a partir da década de 1960, intensificou o processo de integração nacional movido, também, pelos interesses do grande capital. Por fim, a inserção regional no processo de globalização, superpôs a segunda fase, ainda em curso. A Amazônia tornou-se, desse modo, parte do interesse global, separando ainda mais o homem da natureza. O resultado mais visível foi a exclusão do homem regional, que deixou de ter a posse e a propriedade da terra.⁹³

As vivências sociais, construídas em relação ao trabalho, aos mitos, às estórias, ao vocabulário, aos costumes de modo geral, perderam a aliança original com a “mãe-terra”. A globalização deflagrou um processo de rompimento mais forte que os anteriores. “E isto está ocorrendo antes mesmo de ter-se formado uma identidade nacional e regional do homem da Amazônia”.⁹⁴ O problema configurava-se mais sério, diagnosticado pela violência inerente ao modelo de ocupação. Em outro escrito, Violeta Loureiro afiançou que a história da região foi deste os primeiros viajantes europeus “até os dias atuais, uma trajetória de perdas e danos”, sendo “paradoxalmente, vítima daquilo que ela tem de mais especial – sua magia, sua exuberância e sua riqueza”.⁹⁵ Nessa versão, valores culturais e materiais, entrelaçados, entraram na pira da destruição.

Em decorrência dessa transformação mais intensa, não apenas em suas riquezas materiais, Violeta considerou que a “questão é preocupante!”. Não significa que “nós da Amazônia sejamos

91 MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Uma outra “invenção” da Amazônia**. Religiões, histórias, identidades. Belém: Cejup, 1999, p. 95.

92 Sobre a amazonidade, ver: MENDES, Armando. **Amazônia - modos de (o)usar**. Manaus: Editora Valer, 2001.

93 LOUREIRO, Violeta. Amazônica: uma identidade inconclusa. In: SIMÕES, Socorro (org). **Marajó: um arquipélago sob a ótica da Cultura e da Biodiversidade**. Belém: UFPA, 2002, pp. 303.

94 Idem.

95 LOUREIRO, Violeta. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**: Universidade de São Paulo, vol. 16, nº 45, maio/agosto de 2002, p. 107.

avessos à mudança”, porém a rapidez em que se registrou a “dilaceração da cultura e da identidade amazônicas” por estarem “ainda” em processo de formação, é que causou apreensão. A nova onda atingiu foi mais danosa: “Interrompeu-se, novamente, o processo de construção ou de formação da identidade do homem da região”, porque não tinha “alcançado ainda sua auto-identidade, enquanto um ser autônomo”, mas que integrou a sociedade brasileira.⁹⁶

O homem amazônico havia se integrado de modo mais célere à sociedade nacional a partir da década de 1960. Além de não conseguir desenvolver uma identidade própria, não construiu um sentimento de compartilhamento na sociedade brasileira. O resultado desse processo de globalização é uma “permanente incompletude histórica da identidade regional. Temos uma identidade social permanentemente inconclusa”.⁹⁷ A definição confrontava a arraigada tese de pertencimento, não só amazônica, mas brasileira, mas a primeira ganhava uma proporção mais problemática, devido a ausência de raízes profundas que sustentassem o modo de ser da Amazônia.

Ao precaver-se de possíveis críticas, Violeta ressaltou não manifestar “nostalgia do passado”, muito menos “idealização do passado”. A preocupação decorre-se da constatação da gravidade representada pela ruptura do homem regional com sua natureza e sua cultura. As dúvidas quanto ao futuro expressam em suas indagações: “Como imaginar o futuro do homem amazônico, de um eu amazônico, de um eu moderno, quando esse homem não teve nem o tempo nem a chance de se definir face à sua natureza e à sua cultura e quando esta já começa a se esfacular frente ao momento da globalização?”.⁹⁸ Estas e outras perguntas questionavam a existência identitária do homem da Amazônia, propositalmente, foram deixadas sem respostas, numa sinalização de sua inconclusão.

A *inconclusão* da identidade do homem amazônica ao longo de sua formação histórica, segundo Loureiro, não só contribuía com novas reflexões acerca da temática, porém contrariava todo um desejo alimentado por inúmeros intelectuais no decorrer do tempo, inquietos com a situação regional em relação ao todo nacional e que, agora, ampliada com a influência da globalização. A *incompletude* implodia a suposta homogeneidade do pertencimento cultural amazônica, estratégia reiteradamente utilizada pelos grupos hegemônicos regionais na tentativa de defender seus traços originais.

⁹⁶ LOUREIRO, Violeta. Amazônica: uma identidade inconclusa, op.cit, pp. 303-304.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Idem, p. 305.

A Amazônia não tinha identidade. Era um diagnóstico cruel para os letrados que defendiam a particularidade em relação ao todo nacional. O crescente distanciamento dos moradores em relação à natureza, marca da possível essência no modo de pertencer regional, passou a acompanhar o novo processo de ocupação. Se a floresta e o rio, historicamente indissociáveis do *homem amazônico*, deixaram de integrar o conjunto de valores que compunham a suposta amazonidade, a ameaça tornava-se uma indisfarçável realidade presente.

Em tempos de dissolução dos laços de pertencimento, o historiador Aldrin Figueiredo formulou uma crítica ao modo de formação da identidade da Amazônia, representada como amazonidade ou paraensismo, que não levou em consideração a cultura mestiça da população. Para Aldrin, há “mais de um século” os intelectuais da Amazônia “sofrem com o problema da identidade regional”. Mas o sofrimento não ficou circunscrito aos letrados, porque nos últimos tempos foi transformado em tema do interesse popular, nas músicas, poesia e traço artístico.

A busca dessa identidade cultural integrou a imaginação social desde o século XIX. A construção da amazonidade e/ou paraensismo registrou uma cena emblemática: “a imagem e o sentimento que o extremo norte do Brasil possui ethos próprio, único, diverso do restante do país”, acompanhada, evidentemente, de uma explicação histórica, remete às “origens” identitárias: “a Amazônia foi terra apartada do Brasil até o nascimento da nação, em 1822”. Ao Norte existia uma colônia lusitana, denominada “inicialmente de Estado do Maranhão, depois Grão-Pará e Maranhão, e mais tarde Grão-Pará e Rio Negro”.⁹⁹ Essa origem mítica, como analisada anteriormente, foi defendida por uma série de intelectuais, como José Veríssimo, Arthur Reis, Leandro Tocantins, Márcio Souza e Lúcio Flávio Pinto, este último, no caso, destacaremos nos últimos capítulos. Referenda pela escrita desses letrados, a tese da originalidade ganhou a rubrica de influentes intérpretes da Amazônia.

Posteriormente o grito do Ipiranga originou um “trauma jamais esquecido” no Pará, no caso, a tragédia do Brigue Palhaço, quando mais de 250 rebelados paraenses foram trancafiados nos porões de um navio, resultando na morte por asfixia da quase totalidade dos prisioneiros. A tragédia “marcou a origem de uma história de ressentimento”. Anos depois a rebelião renasceria de modo mais agudo entre tapuios, escravos e brancos empobrecidos. A cabanagem, nesse sentido, “não tem rival na construção do ethos amazônico”. O acontecimento marcou a memória da região, seja de escritores da magnitude de Domingos Raiol, no século XIX, seja da cantora de tecno-brega Gaby Amarantos, na música *Batida da Amazônia*, em 2006, “a cabanagem é o fato

⁹⁹ FIGUEIREDO, Aldrin. Questão de identidade? Janela Cultural, 03.03.2008. Disponível: <portalcultura.com.br>. Acesso em: 25 abr.2008

histórico emblemático da identidade paraense”. Nas duas formas de identificação o sentido era o mesmo, mas com visões diferenciadas: “O sentido é o da mestiçagem”.

No passado, os cabanos eram identificados pelas elites como desordeiros, amotinados, atualmente, intelectuais, políticos e artistas de diferentes tendências reivindicam a herança cabana. Nesse formato, não seria absurdo ouvir o tecno na periferia ou na área nobre de Belém: “Sou a luta e o suor da Cabanagem. Sou poesia, sou arte, eu sou aparelhagem”. É a alteração do significado da cultura mestiça regional anteriormente rejeitado pelos “valores românticos oitocentistas”, desta vez, tornou-se “valorizado pelo sentido da identidade moderna”, porém sem que a intelectualidade paraense tentasse modificar a “pureza cultural”, assentado na tradicional tentativa de preservação da cultura popular.

Aqui, provavelmente, o historiador dialoga com Michel Certeau, a partir da reflexão sobre a descoberta do “povo” pelos letrados europeus do século XIX, como um “morto” que precisava ser preservado¹⁰⁰, desejo que influenciou várias gerações no Brasil. A oposição entre erudito e popular tornou-se ficção dos intelectuais, que não integra as experiências populares. Numa crítica aos defensores da pureza da cultura, a existência da cultura mestiça seria uma resposta à tentativa de classificação da forma tirânica pelos intelectuais.¹⁰¹

Embora a configuração identitária para a região com sentido de homogeneização, novas dissensões emergiam. Mas as identificações implodiram e a problemática da Amazônia estava aquém de representar os interesses específicos do Pará. O paraensismo, ainda que entrelaçado, buscava não se submeter à amazonidade. Tornava-se, portanto, imperativo para os paraenses amiudar os sentimentos, o modo de identificação em meio aos novos processos culturais, compostos por outros desafios ainda mais ameaçadores.

¹⁰⁰ O autor, provavelmente, estabelece um diálogo com Michel de Certeau em relação à “beleza do morto”, ver: CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**; tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas-SP: Papyrus, 1995.

¹⁰¹ FIGUEIREDO, Aldrin. 2008, op.cit.

IV Capítulo

EM DEFESA DO PARÁ:
O complexo de derrotas, a imprensa e o poder

Estado potencialmente rico, o Pará parece, no entanto, um *Estado derrotado*. Em que persiste essa derrota? Provavelmente na perda de sua identidade, na falta de um projeto capaz de reunir e organizar sua população para atingir um objetivo comum, meta estabelecida a partir de uma nítida consciência do que pode o Estado e qual a sua posição no mundo. Sem isso, o Pará não conseguirá, como até agora não tem conseguido, ser contemporâneo das ações que se realizam em seu próprio território. Elas partem de fora e para esse mundo exterior retornam seus efeitos. O Pará é um *Estado derrotado* porque deixou estabelecer-se em seu território um sistema colonial, que o utiliza sem considerá-lo, a não ser como matéria prima e massa de manobra. O Pará está perdendo, definitivamente, o bonde de sua história.

Lúcio Flávio Pinto¹

Derrota como coesão social

Inebriados pela promissora perspectiva da política de desenvolvimento na Amazônia, sobretudo, a partir do decênio de 1960, os grupos hegemônicos paraenses ficaram eufóricos quando o Pará passou a ser alvo de intensa mudança econômica e social. Planejada por tecnocratas alheios à sua realidade e de acordo com os interesses do Estado federal e grande capital, mas, em parte, executada pelos dirigentes regionais, contudo, as repercussões negativas já se faziam notar no crepúsculo dessa década. Ao despertarem do sonho e das promessas eufóricas, intelectuais, empresários e políticos, ainda atônitos, passaram a denunciar o “esvaziamento” do Pará, não obstante alguns desses sujeitos fossem integrantes dos grupos que apoiaram e se beneficiaram da modernização tardia.

A ligação territorial da Amazônia paraense ao restante do Brasil, simbolizada pela Belém-Brasília, ampliada posteriormente pelos grandes projetos, possibilitou a modificação do tradicional modo de vida paraense, ancorado nos rios e florestas, indústria e comércio ainda com parco desenvolvimento e protegidos da concorrência dos produtos sulistas. A nova realidade dinamizou

¹ Jornal Pessoal. “Pará Estado derrotado”, ano III, nº 63, primeira quinzena de junho de 1990, capa. (grifo nosso)

a economia belemense, com proveito de sua posição geográfica, aumentou o “prestígio de entreposto comercial da Amazônia”. A perspectiva era tão animadora, que Belém “também poderá transformar-se no ‘porto de Brasília’”.² A ligação viária com o Distrito Federal e o sudeste brasileiro possibilitou alargar essa esperança, acrescida ainda do fortalecimento de metrópole regional. Mas todo esse anseio degingolou com o reverso modernizador.

Se as repercussões imediatas dessa aproximação registraram acelerada modernização econômica aos moldes do Centro-Sul, acompanhada de efêmera euforia nos grupos hegemônicos locais, devido ao apego cultural de progresso e civilização, tão ansiada em decorrência do estigma construído de *atraso* amazônico, todavia, os efeitos retardados seriam desastrosos, com sensível impacto nas combalidas trincheiras paraoaras.

Os mais visíveis foram a quebradeira do comércio e da indústria paraense, boa parte ainda sustentada por uma tecnologia artesanal, beneficiada, também, pela restrição física do mercado. A empolgação inicial foi aos poucos desanuviada. A socióloga Violeta Loureiro registrou que “a ideologia da modernização na Amazônia” foi tão persuasiva entre os círculos políticos e intelectuais, classe média e cúpula burocrática das organizações públicas que, pelo menos “impediu” durante uma década, a “mobilização ampla ou debate expressivo” sobre o modelo de ocupação. Não foi colocada em cheque a inserção da Amazônia ao mercado internacional e nacional representado pela transferência de capitais através de grandes investimentos produtivos, mas não correspondente à “apropriação regional da renda”.³

Ao contrário da interpretação da socióloga, a mobilização dos descontentes não veio a lume somente uma década depois. A persuasão modernizadora representou uma ação incontestável, contudo, não *impediu* o questionamento imediato da essência desenvolvimentista. Pausada no início, a crítica regionalista ganhou proporções exasperadas no confronto com o governo federal, revelando as fissuras no aparentemente consolidado regime, amparado no projeto de intervenção e integração.

A continuidade e a ampliação do projeto modernizador levado pelo grande capital, o qual demonstrava ser um processo irreversível, principalmente através dos mecanismos do Estado autoritário, já dava sinais de não trazer benefícios concretos ao Pará. A insatisfação das lideranças políticas e empresariais começou a sair dos bastidores, recebendo a publicação da grande

² PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém - Estudo de Geografia Urbana**. 2º vol. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968, p. 434.

³ LOUREIRO, Violeta. 1992, op. cit, p. 106.

imprensa, também articulada aos interesses políticos e empresariais. A imprensa, nesse momento, exercerá um papel fulcral como espaço de mobilização.

O deputado federal Gabriel Hermes (Arena), ligado aos setores industriais, embora apoiasse o projeto governista, foi uma das primeiras autoridades a manifestar apreensão e cobrar uma ação mais efetiva depois de quase dois anos de governo “revolucionário”. O parlamentar publicou alguns artigos no jornal *A Província do Pará*, dirigidos ao presidente Castelo Branco. O modo de reivindicar, continuava toda uma tradição de lamentos: “Presidente: - O Norte não pode e não deseja mais permanecer em sua condição de colônia interna”.⁴ A cobrança na execução da Operação Amazônia que se anunciava desde o início de 1966, só fazia elevar o tom alarmante da situação estadual.

O jornal *A Província do Pará*, integrante dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, dirigido no Pará por um grupo empresarial ligado aos setores governistas, além de conceder espaço às lideranças políticas e empresarias, tornou-se um veículo da defesa regionalista. Na coluna Crônica da Cidade, com o título “Hora de opção, para a Amazônia”, em março de 1966, pregou a unidade na luta pelos interesses da região e “Esta Amazônia esquecida”, em abril de 1966, iniciou com o famoso clamor do “mestre” Aldebaro Klautau: *Amazônia é Brasil*, para exigir que o empréstimo contraído junto ao BIRD para a pecuária, direcionados exclusivamente para o centro-sul, também fosse investido na região, sugerindo os campos de Marajó. “Na hora em que precisamos ser tidos em linha de conta, o que se vê: esquecimentos e más-vontades se somando na inglória tarefa de nos pôr de banda, de nos deixar de fora”. A Amazônia estava fora dos “banquetes que se refestelam os mais felizes, os primos ricos”, em pleno momento do desenvolvimento brasileiro.⁵

O posicionamento de *A Província do Pará* revelou-se uma prática corriqueira da grande imprensa paraense nesse momento de incertezas e ameaças. Se não era de claro viés partidário, como no passado, sua atuação passou, em muitos momentos, a conduzir e a pautar o nível dos debates. A denúncia e a cobrança no sentido de reverter o quadro social preocupante do Pará sinalizavam os alinhamentos e articulações com os grupos no poder. Lideranças políticas e empresarias tiveram espaços franqueados, mas também eram cobrados, caso não agissem com o rigor esperado em *defesa* da causa do Pará. Em várias situações, a empresa de comunicação, conforme suas conveniências e por desacreditar nos pretensos líderes, tentava gerir sua própria

⁴ HERMES, Gabriel. “Com licença, presidente”. *A Província do Pará*, 30.03.1966, p. 04.

⁵ *A Província do Pará*, 01.03.1966, p. 05 e 21.04.1966, p. 05, respectivamente.

visibilidade como defensora dos paraenses. Adiante, veremos com mais evidência tal prática através do jornal *O Liberal*.

Antes mesmo de implodir com mais veemência a questão regional em meados da década de 1970, empresários paraenses denunciaram o “imperialismo” paulista como colonizador, com a reprodução de todo um histórico de ressentimento regionalista. Quando esteve em Belém, em dezembro de 1968, o jornalista goiano Walder de Góis, constatou uma situação inesperada:

Não é impossível que de repente saia às ruas de Belém uma marcha contra o imperialismo, mas é de todo improvável que essa marcha afirme algum sentimento anti-americano. Com certeza, porém, ler-se-ia uma frase assim:

- Fora os imperialistas paulistas!

Seria, sem dúvida, uma marcha muito singular, sem estudantes e sem operários, porque quem se insurge no Pará contra o ‘imperialismo paulista’ são os empresários, os capitalistas da Amazônia, ou ainda o capital autóctone enfurecido diante do êxito da riqueza e do know how de São Paulo, fortemente presentes em todo o mundo amazônico.

Em pleno contexto das passeatas estudantis contra a ditadura militar, o imperialismo norte-americano e em defesa do socialismo, o jornalista descreveu o cenário da luta dos capitalistas no Pará contra o *imperialismo paulista*! O fato parecia inusitado, embora sinalizasse as causas das rusgas, mas sem tecer maiores comentários acerca da historicidade do conflito regional. Caso continuassem as coisas dessa forma, declara um advogado do Centro de Indústrias de Belém, “a Amazônia se transformará numa sucursal de São Paulo e rapidamente se transfigurará a autonomia do capital regional”. Para Walder de Góis, a “queixa é especificamente paraense”, devido a presença paulista em todos os Estado e Territórios da Amazônia Legal ser considerada salutar. A causa do protesto paraense deriva da atração das indústrias paulistas pelos incentivos fiscais, “concorrendo deslealmente com a empresa da região e deixando esta na impossibilidade de obter capitais dos incentivos”. Nesse caso, a indústria paulista “serve-se do mercado amazônico, manipulando-o do modo mais conveniente aos seus interesses”, além de remeter os lucros para a sede metropolitana, “bombeando as energias financeiras”.⁶

O fator imediato que movia o cerne da tensão regional fora traçado pelo jornalista, no momento de plena execução da *Operação Amazônia*, o conjunto de planos e ações do Estado autoritário voltado para o desenvolvimento regional, que demonstrava indiferença com a necessidade amazônica, a qual, por sua vez, teria que se adequar às determinações do projeto nacional, integrado, também, economicamente via mercado paulista.

⁶ No total de oito reportagens publicadas em dezembro de 1968 e janeiro de 1969 pelo Jornal do Brasil (Rio de Janeiro) e pelo O Popular (Goiânia), durante um mês o jornalista partiu do Centro-Oeste em direção à Amazônia, ver: GÓIS, Walder de. **A marcha além do oeste**. Goiânia: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, 1969, pp. 171-173.

De acordo com a previsão catastrófica do advogado de um conjunto de empresas paraenses, Aldebaro Klautau, ex-superintendente da SPVEA, a empresa amazônica não resistirá à concorrência, devido a descapitalização crescente, tendendo a “desaparecer num futuro não muito remoto”. Numa expressão do regionalismo, o ideal, segundo Klautau, seria a revogação dos incentivos fiscais pelo Governo, “dando preferência, sempre, à empresa amazônica, só ela capaz de criar estrutura industrial regional, fiel aos interesses da Amazônia, colonizadora e não colonialista”.⁷ Integrante da intelectualidade paraense questionadora do modelo modernizador, a exemplo do descaso oficial para com a primeira autarquia de desenvolvimento, a qual dirigiu com poucas condições materiais, o jurista buscou diferenciar o significado da *colonização* executada pela administração federal, ligeiramente danosa ao interesse nortista.

A contraposição também foi narrada pelos representantes do principal órgão envolvido na questão, a Sudam. A resposta foi coerente com as determinações superiores do governo, quando negou a existência de uma “manifestação imperialista por parte da empresa do sul”, além de impedir a publicidade da “reclamação dos paraenses”. De acordo com a justificativa das autoridades da autarquia federal para o desenvolvimento regional, a reivindicação: “é tida, de resto, nos meios não diretamente envolvidos, como a expressão de uma mentalidade chauvinista e, talvez, menos xenófoba do que interessada num chauvinismo de lucro, incompatível com os interesses gerais da Amazônia”. Ao desqualificar o argumento do empresariado paraense, por não representar o conjunto regional, as autoridades seguiam as ordens de Brasília. Na interpretação do jornalista:

O fenômeno da forte presença do capital sulista é incontestável, mas ela, para todos, é indiscutivelmente benéfica e só ela se mostra capaz de criar estruturas duráveis na região. As empresas industriais geradas pela política de incentivos são, na grande maioria, originárias do Sul e se implantam na Amazônia menos em razão de possíveis sentimentos do que da certeza do lucro. E é precisamente este o pressuposto da legislação específica.⁸

Do mesmo modo que J. Ferreira ressaltou na década de 1950, em relação à ajuda do governo federal, considerada a única com que a Amazônia contaria para realizar o desenvolvimento, Walder de Góis supervalorizou o capital sulista, amplamente estimulado, evidentemente, pelos incentivos fiscais. Revelou, inclusive, sua principal motivação, intrínseca à economia capitalista: o lucro, detalhe incompatível com qualquer *sentimento* regionalista dos paraenses, que também buscavam preservar seu quinhão do mercado, agora, alvo da sanha

⁷ Idem, p. 174.

⁸ Idem, pp. 174-175.

imperialista do capital paulista. O regionalismo, acima de qualquer outra projeção, tornava-se o anteparo fiel dos negócios parauaras.

A situação não sinalizava perspectiva de alteração. Numa série de oito artigos publicados no jornal *A Província do Pará*, em 1971, o advogado Ricardo Borges, ainda que confiasse e defendesse do projeto federal, voltou a diagnosticar a crise econômica paraense, especialmente nas indústrias. A crise ocorreu em decorrência dos desvios dos incentivos fiscais destinados à Amazônia, gerando o benefício de mais de 60% para as empresas de São Paulo e 30% para outras regiões, o que descapitalizou as empresas amazônicas.⁹

Economista e ligado aos interesses industriais, o deputado federal Gabriel Hermes (Arena), retomou a linha de questionamento ocorrido em 1966. Apesar do crescimento econômico nacional em torno de 9,5% em 1970, devido os bons resultados firmou algumas prioridades, porém os técnicos do governo não observaram a crise vivida pela Amazônia, que resultou na paralisação de suas indústrias. Tal situação foi tema de seu pronunciamento na Câmara. “Como nota urgentíssima, pedimos um SOS para as empresas em dificuldades, que devem e merecem amparo, precisamente nesta hora de progresso – lá longe no Sul”.¹⁰ O socorro clamado, expediente para ocasiões de extrema necessidade, diagnosticava o quadro de grande apreensão com a realidade regional, comparado com o efetivo desenvolvimento nas regiões mais bem aquinhoadas. Situação já de longa data verbalizada pelos representantes paraenses.

Baseado no relatório do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em 1970, Hermes denunciou que seus recursos “estão ajudando quase que somente os grandes centros do País”. Por receber recursos do tesouro nacional, deveria ajudar a totalidade das regiões. Mas isso não sucedia. Amparado em números oficiais, registrou que de 2 bilhões e 293 milhões de cruzeiros, somente 20 milhões e 698 cruzeiros foram investidos no Norte. “Estas cifras, que não são modestas, explicam porque cresce o Sul, o Sudeste, cada vez mais, com mais energia, indústrias, progresso”. Do mesmo modo, “poderemos sentir porque não crescemos nós do Norte. Estes números explicam, mas não justificam”.¹¹ A injusta divisão de recursos, segundo sua visão, sinalizava os graves problemas enfrentados pelas regiões desafortunadas, desfavorecidas pela proteção estatal.

A enunciação em Brasília de um parlamentar governista confrontando o projeto hegemônico federal apontava para a gravidade social na Amazônia paraense e das estratégias a

9 BORGES, Ricardo. “Crise de capital no Pará”. *A Província do Pará*, dias 14, 15, 16, 17, 18, 23, 24 e 28 de maio de 1971, p. 04.

10 HERMES, Gabriel. “Crise e protesto na Amazônia”. *A Província do Pará*, 08.05.1971, p. 04.

11 Idem. “O BNDE e a Amazônia”. *A Província do Pará*, 16 e 17.05.1971, p. 04.

serem manejadas por seus representantes nos próximos embates. A disparidade regional e estadual, conferida pela própria distribuição dos recursos da União, estava no cerne dos principais argumentos contra a permanência da política econômica conduzida pelo poder central, que, paradoxalmente, implementava um modelo de intervenção desenvolvimentista na Amazônia.

O momento de retomada de uma possível alteração das articulações políticas parecia se avizinhar, acompanhada da esperada influência na reversão do quadro sócioeconômico. Aparentemente saídos da letargia, os representantes paraenses prontificavam-se com determinação na luta *em defesa do Pará*, uma retórica que se tornou integrante da visibilidade de empresários e políticos no confronto com outras forças hegemônicas, seja dos grupos do Centro-Sul, seja do capital internacional estabelecidos na nova fronteira aberta ao capital, apoiados pelo Estado federal, identificado como vilão, portanto, principal alvo de combate. *Defender o Pará*, eis a estratégia da batalha a ser travada! A ação como metáfora de guerra sinalizava o espírito de indignação das hostes parauaras.

A partir de 1973 seria deflagrada a dramática batalha. Um ano emblemático e marcante para a história contemporânea do Pará. Em meio à crise energética mundial que abalou os alicerces da economia nacional, Brasília criou a estatal Eletronorte, visando suprir a necessidade de energia, em especial para o grande capital que avançava na região. Foi o momento, também, em que o governo federal sinalizou com a construção de uma ferrovia da serra dos Carajás, sudeste do Pará, até o porto de Itaqui, no Maranhão, a fim de escoar o minério de ferro, descoberto em 1967, apesar de haver especulações nos anos anteriores.

Caso essa proposta se concretizasse, segundo os paraenses, representava o golpe fatal na combalida economia estadual, que vislumbrava no projeto Grande Carajás a enorme oportunidade de desenvolvimento. O alarido foi imediato entre lideranças políticas e empresariais. Mobilizações e manifestações foram organizadas como estratégia de impedir tal consumação. A união dos paraenses, que seria independente de cor partidária e classes sociais, várias vezes foi sugerida como fundamento da luta a ser travada.

O jornalista Lúcio Flávio Pinto tem uma interpretação paralela aos fatos ocorridos nesse ano baseado numa análise mais causal para a emergência das influências externas. “O futuro começou irremediavelmente, para nós, em 1973”, quando o levantamento aerofotogramétrico da Comissão Mista Militar Brasil/EUA, o Projeto Radam e o Projeto Carajás, selecionaram

determinadas áreas a serem exploradas pelos grandes projetos.¹² No contexto da crise mundial do petróleo, as ações ocorridas representaram o momento definitivo da “integração amazônica”, impulsionada com a extração mineral pelo grande capital internacional, tendo a utilização de energia bruta, intermediada pela Eletronorte, a principal facilitadora da exploração regional.

Diretamente afetado por esses impactos regionais, conforme aquele temor, o futuro promissor dos paraenses estava ameaçado. Lutar *em defesa* do Pará tornou-se não só um slogan, mas uma significativa plataforma e estratégia de visibilidade política. Defender os projetos que favorecessem o Pará ou denunciar qualquer atitude que pudesse prejudicá-lo, era um dever das classes dirigentes. Ao elegerem os “inimigos” do Pará, na época, identificado na pessoa do presidente da Arena, senador José Sarney, os guardiões publicizavam suas ações, porém não enfrentavam outras forças hegemônicas, como as empresas multinacionais que investiam no promissor Carajazão, explorado pela Companhia Vale do Rio Doce ou a essência do projeto federal no Pará, executado pela tecnoburocracia integrante do Estado autoritário.

Na justificativa encontrada, Sarney teria utilizado sua influência junto aos militares para obter tal sucesso. O ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho, por sua vez, teria perdido a “batalha” contra o maranhense. Um episódio várias vezes utilizado por seus adversários políticos, visto não ter lutado pela causa do Pará quando tinha prestígio suficiente junto às autoridades de Brasília para empreender tal empreitada.

Além do porto de Itaqui, havia mais duas alternativas para o escoamento do minério, como a hidrovía Araguaia-Tocantins, que foi exaustivamente defendida pelo deputado Gabriel Hermes, e uma ferrovia de Carajás até o porto de Espardate, no município de Curuçá, litoral paraense. Na época, de acordo com as informações oficiais, o que determinou a decisão fora uma “questão de cálculo econômico”, com base em análise técnica das condições favoráveis do porto de Itaqui, como mais vantajosa para as empresas estrangeiras envolvidas na exploração do minério. “Portanto, a decisão não dependeu da briga Sarney-Passarinho. A lenda que ficou foi a briga Sarney-Passarinho. Mas não foi”.¹³ Para os que alardeavam a derrota, a influência de Sarney, presidente do partido governista, ou seja, sustentáculo da aparente democracia representativa, desbancou a ineficiente liderança política dos paraenses, encabeçada pelo ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho.

12 Jornal Pessoal. “Amazônia: perdida no rumo da história”. In: COY, Martin e KOHLHEPP, Gerd (cords.). **Amazônia Sustentável**: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro: Garamond; Tübingen, Alemanha: Geographischen Institut der Universität Tübingen, 2005..

13 PINTO, Lúcio Flávio. **CVRD a sigla do enclave na Amazônia**. As mutações da estatal e o estado imutável no Pará. Belém: Cejup, 2003, pp. 189-190.

A decisão pelo escoamento do minério ganhou uma enorme dramaticidade em Belém ao mobilizar amplos setores sociais entre entidades empresariais e grupos políticos. A grande imprensa era o termômetro do clímax de tensão, chegando a ponto de afirmar que a existência do Pará dependia de um resultado favorável. A manchete que continha a afirmativa do colunista social, Pierre Bertrand, traduziu as expectativas das elites paraenses da capital: *O futuro do Pará depende de um porto...*, baseada na entrevista com o deputado federal Juvêncio Dias, Presidente da Comissão de Valorização da Amazônia. As reticências, com sentido de futuro, continuidade e esperança, ficavam por conta da manchete.

A dependência de uma via de escoamento sinalizava para o nível da crise financeira atravessada pelo Pará. De acordo com Juvêncio Dias: “O PROJETO CARAJÁS é ao meu ver o grande e único instrumento que dispomos para a nossa recuperação sócio-econômica a médio e longo prazo”.¹⁴ Inexistia meio termo nesse condicionamento. Se as alternativas hidroviárias e ferroviárias pelo território estadual foram abortadas, por conseguinte, o futuro do Pará estava seriamente comprometido.

A avaliação do jornalista Lúcio Flávio Pinto era diferente, pois o porto não era o “mais importante”, isto é, não considerava que o “problema fundamental fosse o escoamento do minério”, devido não significar progresso econômico no estado contemplado, sem haver a contrapartida do beneficiamento.¹⁵ Ademais, a situação não era diferente entre os maranhenses, pois demonstravam mais agressividade na disputa, que, segundo Lúcio, representava uma maior necessidade de uma decisão favorável para superar a crônica crise econômica.

O alarmismo e a proporção conferidos pelo drama paraense nos arriscam a compará-lo com a derrocada da borracha de acordo com a descrição de uma revista francesa nos idos de 1913, na qual declarou que “é difícil encontrar no mundo outro lugar mais fortemente maltratado do que o Pará na hora actual”.¹⁶ Depois da afirmação do viajante Walter Bates logo após o período cabano, que dificilmente havia uma página de glória em sua história, os franceses diziam que não haveria no mundo um lugar tão *maltratado* quanto o Pará. Sem glória e maltratado, o insucesso do porto reatualizava os dramas históricos. Descrições reavivadas e reforçadas pelas atitudes vitimizadoras e inferiorizantes das lideranças paraenses na conformação de uma imagem refletindo o complexo de derrotados em construção no Pará.

14 O Liberal, 07.10.1973, p. 01, 2o caderno. (destaque da entrevista)

15 PINTO, Lúcio Flávio. Escoamento do minério: uma questão polêmica, não a mais importante. In: _____ **Amazônia, o anteato da destruição**. Belém: Grafisa, 1977, p. 113.

16 Apud WEINSTEIN, Bárbara, op, cit, pp. 261-262.

Após o provável desfecho desalentador para os paraenses, muitos clamores da necessidade de *defesa* partiram do episódio. A esse respeito, no dia 15 de junho de 1973, a coluna Repórter 70, a principal de *O Liberal*, registrou um princípio de indignação, avaliação das perdas e a convocatória cívica para a reação: “Taí. É Itaqui mesmo e ninguém está reclamando”. As cidades de Belém, Curuçá, Salinas ou Marudá, sucumbiram na disputa com o Maranhão, “perdendo o nosso Estado mais uma chance de desenvolvimento”. A implicação era o aumento do processo de “esvaziamento do Pará”, que perdia as chances para os estados vizinhos do Maranhão e do Amazonas. “E o Pará fica a chupar o dedo, sem tugar nem mugir”, sem ninguém a reclamar, ninguém a reivindicar.¹⁷

Ao se erigir em porta-voz dessa insatisfação, pois *ninguém* reclamava, a coluna insuflava também a ação dos demais segmentos sociais a fim de reverter a situação desanimadora atravessada pelo Pará. Em meio à crise, recorria à alternativa de alimentar tal sentimento, reivindicando uma atitude de pertencimento, como deveria ser a proposição do escritor paraense Aben Athar Neto, que

Costumava louvar e estimular os paraenses a que desenvolvessem aquilo que chamava de “paraensismo”, que seria uma espécie de regionalismo em terras do Pará.

Se vivo fosse, Aben Athar deveria estar a estas horas conclamando a todos a que unissem seus esforços em torno das reivindicações pelo porto do minério da Serra dos Carajás. O “paraensismo” deveria efetivamente funcionar agora, com a unanimidade de pontos de vista para a obtenção do benefício.¹⁸

A identidade de princípio tecida em torno do paraensismo foi conformando o modo de divulgar as insatisfações na representação da luta da coletividade paraense. O momento requeria a unidade e a integração dos posicionamentos. De uma previsível derrota, emergia a atitude aglutinadora e coesiva, com estímulo a salvaguardar as benfeitorias clamadas pelo Pará. Os efeitos nocivos da *derrota* converteram-se em retórica armada para as novas estratégias de luta, inclusive, com a formação de novas lideranças, mirando reativar e realinhar as balizas das trincheiras, as quais ficaram deterioradas com o avanço das forças adversárias.

Se a construção da mineiridade como fundamento da nacionalidade brasileira esteve alicerçada na derrota dos Inconfidentes: “a identidade de Minas nasceu de uma derrota e daí o seu caráter vitorioso, permitindo aos mineiros cultivar a sua própria permanência no desenlace da vida, de onde advém a tradição ritualizada”¹⁹, a memória da Cabanagem, especialmente, as últimas

¹⁷ O Liberal, R-70: “Itaqui”, 15.06.1973, p. 03.

¹⁸ Idem, “Paraensismo”, 05.07.1973, p. 03.

¹⁹ ARRUDA, Maria Arminda. **Mitologia da Mineiridade**. O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 89; conferir também: pp. 91 e 219.

derrotas do Pará fortaleciam o paraensismo, porém com o significado de dissidência do sentimento nacional, representado pelo centralismo da União, a grande *malvada, madrastra e causadora* da exploração e colonização dos paraenses pelos *irmãos* abastados do Centro-Sul.

Perder para o *pobre* vizinho Maranhão seria uma indigna afronta e o reconhecimento do desprestígio do Pará nos bastidores políticos de Brasília. Em cada novo revés nos projetos defendidos, reiteradamente recorria-se à memória de abandono. A mobilização de lideranças políticas e empresariais integrava a performance e a visibilidade nos dias de tensão, conformando o cenário de novas tramas, urdidas nas fimbrias dos poderes, estadual *versus* federal.

O clima era tão desesperador, que no dia do Círio de Nazaré em outubro de 1973, a maior festividade religiosa dos paraenses, o arcebispo da região metropolitana de Belém, Dom Alberto Ramos, distribuiu sua epístola especial, na qual também marcou posição contra a situação vivenciada pelo Estado, em especial Belém, que sofria o “amargor da decadência”. A narrativa guardou aspecto da apreensão, materializada através do furor regionalista, em voga nos círculos políticos e empresariais, exemplificada na lembrança da tradicional ligação fluvial, símbolo de uma era, antes da rodoviária: “A fatalidade hidrográfica vinculava toda a rede do vale à nossa metrópole”. Vivendo uma realidade diferente, a repercussão modernizadora modificou não somente a paisagem: “Agora, estradas rasgam as florestas, vindo quebrar o *belémcentrismo*, assim como as aeronaves, libertas nos céus nublados da Amazônia, eliminam escalas tradicionais”.²⁰ Investida da defesa de *nossa* metrópole, que se vangloriava de ser não só do Pará, mas da Amazônia, a autoridade religiosa reconhecia que Belém via-se desafiada por forças adventícias e alheias aos seus mais arraigados interesses hegemônicos na região.

Refletida pelo religioso, tornava-se imprescindível deter esse avanço, caso pretendessem retomar a antiga rota, não somente fluvial ou aérea (demonstrada como ação irreversível da modernização), mas do próprio caminho de desenvolvimento. Se o isolamento contido no tempo passado representava, além da preservação da identidade, a certeza que o projeto nacional nem sempre beneficiava o regional, quando este influenciava na alteração estrutural a partir da necessidade de integração territorial.

Movido pelo saudosismo do tempo áureo de Belém investida em centro e metrópole da Amazônia, que *agora* via desmilinguir, o arcebispo subscrevia o desespero das autoridades políticas e lideranças empresariais. Além da “pata do boi”, continua o religioso, que subia do sul, devastando seringais e castanhais e espezinhando os direitos humanos, foram retirados os direitos

²⁰ Apud Jornal Pessoal. “Amazônia parada”, ano XIX, nº 370, 2ª quinzena de junho de 2006, p. 08. Grifo do autor.

dos paraenses de extrair, beneficiar e exportar “nossos minérios, que a liberalidade divina tão generosamente encravou no âmago de nossas glebas”.²¹ O teor do posicionamento refletia a nova realidade vivida pela região através da bovinização, promotora de intensa destruição florestal além de afetar tradicionais moradores. Mas o episódio do escoamento do minério de Carajás, que a divindade presenteou aos paraenses, representava o ápice da tragédia, parecendo contrariar determinações divinas.

No clímax de união cívica, a repercussão não podia ser mais positiva, pois “em todas as rodas e em todos os setores”, entre economistas, políticos, estudiosos da matéria, “e até donas de casa, não falam em outra coisa”. Todos os segmentos louvavam a “bravura cívica de nosso Pastor, ao alertar a opinião pública para o problema, consciente das responsabilidades que lhe pesam sobre os ombros, pela sua condição de Chefe da Igreja no Pará”. A Mensagem, que também foi publicada no jornal dos Maiorana, teria atingido seu objetivo, “ao servir de brado de alerta para que todos unam os seus esforços no sentido de deter à marcha inversa de nossa economia”. A grandiosa atitude do Arcebispo era tão relevante, que “repetia” gestos históricos dos bispos D. Romualdo Coelho e D. Macedo Costa, “ao nível dos quais se coloca, ao defender o Pará, defendendo o seu rebanho”.²² A insinuosa *repetição* histórica de ações empreendidas por dois influentes bispos do Pará do século dezanove, conferida pela tentativa de Romualdo Coelho de pacificação dos revoltosos cabanos e a proposta de romanização de Macedo Costa, engrandecia a atitude *em defesa* do Pará de D. Alberto Ramos.

Envolvido diretamente na questão, o poder legislativo estadual também exaltou a Mensagem do Arcebispo, porque, segundo o deputado Osvaldo Melo (Arena), os tribunos defendiam as mesmas teses levantadas pelo líder religioso, “fiel à Igreja de Jesus e de Pedro, lembrou reafirmando os problemas da Amazônia, e sobretudo, de Belém, chão e percurso do Círio”. Partindo desse lugar social e sacralizado pelo clímax de sentimento religioso, reconheceu aquela exortação do Pastor, “para o alto e para Deus, O Filho da Virgem de Nazaré”, como quem pedisse “inspiração aos homens, fossem governantes e governados”.²³ A aliança, mais do que oportuna, estimularia a mobilização de outros segmentos sociais em prol da causa parauara.

Enunciado num momento de angústia e baixa auto-estima, especialmente entre os belemenses, a atitude protetora do religioso tonificava as forças dos defensores do Pará para continuarem no campo de batalha. Agora, em conjunto com a classe política, a causa da luta

²¹ Idem.

²² O Liberal, R-70, “Esvaziamento”, 17.10.1973, p. 03.

²³ Idem, “Mensagem de D. Alberto Ramos ganha aplauso na Assembléia”, 16.10.1973, p. 04.

estava sob as bênçãos protetoras da Rainha dos paraenses! Mais um motivo para reaquecer as esperanças de um futuro promissor.

A união política e espiritual nunca foi tão consensual como naqueles idos vividos na capital paraense. A gravidade da situação econômica contribuiu para o alarde público, conseguindo mobilizar a hierarquia eclesiástica no engajamento defensor do projeto estadual. Revestido do poder de convencimento, a ação religiosa legitimou a luta dos grupos políticos e empresariais, porque, igualmente seria a causa defendida do Pará e do seu rebanho católico, que percorreram o solo sagrado de Belém, sob as bênçãos da padroeira, numa espécie de sacralização da política.²⁴

Dois meses antes o discurso de D. Alberto Ramos era outro. Durante a comemoração do Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência do Brasil, festejada no dia 15 de agosto de 1973, o arcebispo entrava no clima de “conciliação” dos interesses regional com o nacional, numa verdadeira legitimação dos poderes instituídos. O tabuleiro montado para jogo de interesses, contudo, escondia outras versões.

O clímax de tensão entre as lideranças paraenses, que já mostrava sinais de insatisfações há alguns anos, contudo, não foi percebido pelo historiador Cleodir Moraes, em sua dissertação de mestrado. Vale salientar, que o corte cronológico do autor foi de 1964 a 1974, portanto, passou ao largo dessas rugas e fissuras. Se os dirigentes paraenses não foram “meros atores coadjuvantes”²⁵, como na crítica desferida à análise de Pere Petit, muito menos receberam “positivamente” os projetos do poder federal, conforme sua reflexão.²⁶ As questões estavam longe de parecer harmônicas e conciliadoras.

Cleodir Moraes baseou sua assertiva nos pronunciamentos de intelectuais, em especial De Campos Ribeiro, em 1971, e Silvio Meira, em 1975, membros do Conselho Estadual de Cultura do Pará, que defendiam o fortalecimento do governo federal em detrimento da autonomia estadual. No seu entendimento, a “possível diminuição do poder dos Estados era algo desejável por uma boa parte das elites política, econômica e cultural paraense”, além dos “‘benefícios’ que poderiam trazer eram também esperados”, o que contribuiria para a “boa receptividade aos projetos de desenvolvimento econômico para a região”. Do mesmo modo, acenava-se com a abertura de

24 A interlocução interessante é com LENHARO, Alcir. “O corpo teológico do poder”. **Sacralização da política**, op.cit, p. 139-168.

25 O autor utiliza uma passagem da obra de Petit, *Chão de Promessa*, onde afirma que sucedeu o “enfraquecimento do poder político e da capacidade econômico-administrativa dos governos estaduais e prefeituras da região”, consequentemente, tiveram “escassa influência” na execução dos projetos do governo federal na região, portanto, foram “meros atores coadjuvantes”. Ver: PETIT, Pere, op. cit, 2004, p. 24.

26 MORAES, Cleodir. O Pará em Festa, op. cit, pp. 11-12.

novos espaços de luta dos poderes local, assim, afastariam os sujeitos “indesejáveis” que viessem ameaçar os benefícios de desenvolvimento.²⁷

Mas essa mesma intervenção federal já era alvejada por severas críticas de inúmeras lideranças, sobretudo, quando perceberam que os *benefícios* dos projetos de modernização desenvolvimentista estavam aquém do desejável, prejudicando os interesses específicos do Pará. A contínua defesa e o alarde mobilizador desmentiam o desejo de *boa parte* dos líderes paraenses, que mesmo usufruindo de algumas benesses facilitadas pela burocracia estatal, utilizavam o canal regionalista para externarem o descontentamento.

No clima de mobilização, a coluna O Plano de *A Província do Pará* informava que o senador José Sarney estava em contato com o futuro presidente Ernesto Geisel. O anúncio representava um “alerta” aos integrantes da “campanha intensa” para que o minério de Carajás seja exportado por um porto paraense, devido a “qualidade de artífice” do político maranhense na motivação oficial da decisão. O alento da Coluna era a disposição de entidades de classe no Pará, de levar ao próximo presidente a reivindicação paraense, haja vista depender dele a decisão final do empreendimento.²⁸

Defensor da proposta de industrialização e exportação do minério por um porto paraense, aproveitando o vale do Tocantins, que beneficiaria também o estado de Goiás, o professor Felisberto Camargo, proferiria uma palestra na Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, alertou que caso se efetivasse o anúncio do governo, “colocaria o Pará na condição de colônia do Maranhão”.²⁹ O anúncio trágico do professor revivia antigos complexos entre seus pares. Ser considerada colônia brasileira, tantas vezes denunciada pelos intelectuais paraenses, uma versão historicamente construída, já tinha seus nocivos inconvenientes, agora, a humilhação seria maior: o empobrecido estado maranhense poderia colonizar o Pará.

O desconforto era latente. O fato apresentava-se como se voltasse o antigo domínio do Maranhão sobre o Grão-Pará, no início da colonização portuguesa na Amazônia, com a Capitania do Maranhão e Grão-Pará, sediada em São Luís. Se a previsão era exagerada nos prognósticos, o anúncio apontava para o temor de ser ultrapassado pelos maranhenses, não na pobreza, já que seria herdado pelos paraenses.

A Mensagem do arcebispo D. Alberto Ramos e o prognóstico do engenheiro Felisberto Camargo foram temas da reflexão de Lúcio Flávio Pinto, recuperado em junho de 2006. A

²⁷ Idem, pp. 13; 152; 194-197.

²⁸ A Província do Pará, “Empresários levarão a Geisel problema de Carajás”, 09.10.1973, p. 02.

²⁹ Idem, “Camargo vê Pará colônia do Maranhão”, 08. 10. 1973, p. 02.

matéria, segundo Lúcio, foi escrita em outubro de 1973 e seria publicada no semanário *Opinião*, editado no Rio de Janeiro, porém, foi censurada. O jornalista decidiu publicar mais de 30 anos depois, “por achar que ela apresenta alguns componentes importantes da história recente da Amazônia, decisivos até hoje”. Em sua narrativa, enumerou os problemas inalterados, ainda prejudiciais aos amazônidas:

O poder decisório autoritário de Brasília sobre a Amazônia; a lógica dos grandes projetos de enclave; a tentativa de reação e resistência interna; o despreparo das elites para enfrentar os desafios que lhe são impostos; o caráter de vanguarda das questões-chave na região; a falta de um projeto endógeno de desenvolvimento, que interprete as aspirações locais e maximize o rendimento de suas riquezas.

Na estreita ligação presente e passado, o jornalista considera que algumas dessas reivindicações “continuam hoje inatendidas”, do mesmo modo os problemas, por não serem evitados, acabaram consumados. “Parece até que estamos condenados à quadradura do círculo”.³⁰ Atento aos efeitos do projeto de modernização implantado na Amazônia, Lúcio Flávio Pinto acompanhou o processo desde os idos de 1966, portanto, é um sujeito histórico que, 40 anos depois, reconheceu a parca alteração dos graves problemas regionais que ainda persistiam no presente. Os acontecimentos de 1973, nesse sentido, marcaram indelevelmente a história regional.

Combalidos após o duro golpe através do anúncio não-oficial em junho de 1973, representantes políticos e empresariais passaram a cogitar a possibilidade de vitória paraense no confronto com os maranhenses.³¹ Externar a tal permanente *defesa* do Pará seria a estratégia encontrada pelos atores políticos visando demonstrar atitude frente à acusação de inoperância, incompetência e omissão, pois continuariam em vigilante alerta e prontos para terçar armas. A mobilização, contudo, esbarrava na parca influência das lideranças paraenses, já reconhecidas e lamentadas.

Em 1974, em meio ao processo sucessório do governo estadual, o futuro governador Aloysio Chaves, revelou em seu *diário íntimo* uma palestra ocorrida com o cel. José Oliveira Lopes, quando afirmou que o Estado “está desprestigiado politicamente”, com a enumeração de uma série de fatores. O governador Fernando Guilhon era “omisso” e não escondia sua ojeriza por assuntos políticos. O Jarbas Passarinho é “mal visto pelo atual Governo [Geisel] e está marginalizado”. Os senadores e deputados federais não possuem “prestígio ou forte expressão

³⁰ Jornal Pessoal, “Amazônia parada”, op. cit.

³¹ O Liberal, “Pará ainda poderá ficar com o Porto dos Carajás” (22.09.1973, p. 02); “Deputados entusiasmados com a declaração de Dias Júnior” (19.10.1973, p. 13); “Minério dos Carajás pode e deve ser escoado pela foz do Rio-Mar” (28.10.1973, p. 2); “Urgente necessidade de revisão do Projeto Carajás” (18.06.1975, p. 09).

política no Congresso”. O ex-governador Alacid Nunes, que aguardava ter grande influência na gestão de Geisel, “está apagado” e sem a possibilidade de alteração do quadro político.³²

A opinião era comungada por outras lideranças integrantes do jogo político da época, como o senador Catete Pinheiro (Arena), que examinou o panorama estadual e reconheceu que a “representação no Congresso desce de nível intelectual e cultural a cada legislatura”. Na formação estadual, contida na Assembléia Legislativa e na Câmara Municipal de Belém, “o quadro parece mais grave”. A culpa recaía na pessoa de Jarbas Passarinho por não efetuar o sincero propósito de “renovar os quadros políticos”, haja vista se preocupar apenas na consolidação de sua liderança através de “elementos subservientes e sem gabarito”. Em decorrência da inoperância e “esvaziamento político” do Pará, frustravam-se as esperanças de alteração no governo Ernesto Geisel, sobretudo pela “nociva” dissensão entre os dois maiores líderes na política paraense: Jarbas Passarinho e Alacid Nunes.³³

Originários da corporação militar, Passarinho e Nunes emergiram no cenário político através do golpe de 1964. Depois de uma aparente harmonia nos primeiros anos da administração pública, agora, o Pará parecia pequeno para a convivência dos coronéis. Para aumentar a sensação negativa, as disputas intestinas revelavam que o interesse particular sobrepujava a defesa do projeto coletivo do Pará, tão propagada pelos líderes paraenses quando de suas manifestações públicas.

Em torno dessa tessitura política estadual daqueles idos, a situação não era alentadora para uma decisão de Carajás favorável aos paraenses. O Ministério das Minas e Energia postergava o veredicto final, embora houvesse o indício que a decisão já estava tomada. “A definição pela ferrovia existia há muito tempo e que só não fora revelada publicamente porque o governo esperava uma oportunidade mais adequada”, sobretudo após o avanço das negociações com o capital estrangeiro, que seria parceiro no empreendimento.³⁴

A ocasião surgiu no momento de desmobilização dos pretensos defensores, refletida na parca resistência ocorrida no período mais crucial do imbróglio. Em maio de 1976 a “decisão está tomada”, segundo Lúcio Flávio Pinto. Possivelmente por terem “brigado muito antes e durante”, os paraenses reagiram de forma plácida, sendo “mais contida do que se esperava”. O golpe foi “seco e decisivo”. Os poucos líderes que se manifestaram foram “cautelosos”, por ser uma

32 CHAVES, Aloysio. **Diário Íntimo** (os bastidores da eleição de 1974). Apresentação e edição: Lúcio Flávio Pinto. Belém: Jornal Pessoal, 1998, p. 33.

33 *Ibidem*, pp. 49-50.

34 PINTO, Lúcio Flávio. “Carajás: a decisão que vem dos EUA”. *Amazônia, o anteato da destruição*. Belém: Grafisa, 1977, p. 123.

“decisão direta do Presidente”. Por fim, Lúcio indagava: “Ela é questionável?”.³⁵ Pelo teor das críticas que antecederam a decisão, qualquer analista ficaria surpreso com a insignificante repercussão entre os guardiões paraenses. O fato representava a força que o regime detinha, na pessoa do próprio presidente em situações dessa natureza, sinalizada pela matéria.

Numa cobertura atenta do desenrolar dos emaranhados fios que teciam o episódio, sutilmente o jornalista estimulava o questionamento do poder presidencial, como conviria durante o regime autoritário, no contexto da abertura lenta e gradual. Não a decisão técnica em si, mas a essência do poder discricionário do general-presidente, que emudeceu qualquer levantamento regionalista, externado *antes e durante* a batalha pelo porto. A enunciação do regionalismo esbarrava na força política advinda de Brasília.

De acordo com os estudos técnicos realizados, a “opção Ferrovia-Porto de Itaquí representou a única possibilidade capaz de atender às premissas básicas estabelecidas para o projeto”. Mas tal critério não foi considerado pelos líderes parauaras. A definição pelo porto maranhense “causou uma profunda contrariedade junto à sociedade paraense, incluindo-se aí autoridades, políticos e a população em geral, que passaram a questionar e contestar os critérios adotados e estudos realizados”. Para Beisiegel, “não é aceitável computá-los como participantes de uma grande farsa, um jogo de cartas marcadas, como sugeriram ou mesmo declararam muitos dos críticos”.³⁶ Considerado um dos primeiros técnicos que atuaram na mina de ferro a partir de 1970, Beisiegel acompanhou os principais lances do jogo travado entre a posição da Vale e as autoridades paraenses, na qual criticou a estratégia adotada pelos governantes do Pará, ligeiramente danosa ao interesse estadual.

A decisão tornou-se “o ponto de partida para a criação de um clima de rejeição” à Vale, segundo Beisiegel, sustentada num “sentimento generalizado de frustração e ressentimento”, que contribuiu para dificultar o relacionamento da empresa no Pará, como nos vários empreendimentos realizados posteriormente.³⁷ Compreendia-se, desta forma, segundo o geógrafo Orlando Valverde, “a atitude de revolta dos atuais administradores paraenses” quando assumiram o governo estadual e ficaram “livres da tutela das autoridades de Brasília”. Embora compreendesse a atitude, contudo, era “negativa”, por afastar os pesquisadores e planejadores paraenses dos projetos que “poderiam beneficiar o próprio Estado”, como os órgãos federais

35 Ibidem. “Definição de Carajás”, op, cit, 121.

36 BEISEIGEL, Vanderlei de Rui. “A polêmica Hidrovia versus Ferrovia” In: BEISIGEL, Vanderlei de Rui. “O Advento da Mineração em Carajás: Contribuição à história da Companhia Vale do Rio Doce na Amazônia”. TEIXEIRA, João Batista Guimarães e BEISIGEL, Vanderlei de Rui (org). **Carajás: geologia e ocupação humana**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006, pp. 240-245.

37 Ibidem, p. 245.

sediados em Belém, a exemplo do Museu Goeldi e o CPATU. Diferente foi a postura dos maranhenses, ainda que inferiores na possibilidade científica, procurando colaborar a fim de receberem novos benefícios.³⁸

O que restava era o *jus experneand*, a lamentação e o ressentimento contra a decisão dos governantes de Brasília, incluindo-se os investidores estrangeiros. Não obstante a decisão oficial, as autoridades paraenses continuaram em campanha para alterar o projeto em defesa da hidrovia Araguaia-Tocantins, “mesmo com a aprovação do início da construção da estrada de ferro em maio de 1976 e com a implantação dos primeiros 82 km a partir de 1978”. O início da obra ocorreu em junho de 1978, sob a responsabilidade da construtora Mendes Júnior.³⁹ Contra todos os prognósticos desfavoráveis, os representantes do Pará pareciam querer mostrar serviço, embora a situação demonstrasse irreversível. O público necessitava saber que a batalha continuava, liderada por seus vigilantes defensores.

Além da ligação de lideranças políticas e empresariais com os projetos em andamento limitadores de seus questionamentos, o Estado autoritário freava qualquer atitude mais incisiva e autônoma. Afinal, somente os mecanismos do regime teriam ampla autoridade na execução desse modelo de desenvolvimento: interventor e centralista. O exemplo mais contundente foi proporcionado pelo governador Aloysio Chaves (1975-1978), ex-reitor da Universidade Federal do Pará, quando tentou exercer uma administração mais autônoma, porém a pressão de Brasília quase o destituiu do governo. Resultado: “enquadrou-se”.⁴⁰

De acordo com Lúcio Flávio Pinto, o governador tentou “executar um projeto orgânico para o Estado”, com a preservação de sua integridade e identidade. A pretensão revelou-se um “devaneio” devido a União atropelar “todas as veleidades federalistas” no intuito de honrar os “compromissos assumidos com os grandes grupos econômicos, dentro e fora do país, na era dos ‘grandes projetos’”.⁴¹ Em suma, nem a capacidade intelectual e a intenção do governador conseguiram reverter o modo de implantação do projeto federal, lamentada, inclusive, pelo jornalista, que o tinha em grande estima. Atitude rara ou única, em se tratando de Lúcio Flávio Pinto, crítico contumaz das elites políticas paraenses.

Transtornados com a situação, urgia brevar a rota descendente vivida pelos paraenses. Agente do processo político, o empresário Romulo Maiorana, através do jornal *O Liberal*, começou uma campanha sistemática contra o “esvaziamento” do Pará. A palavra tornou-se de

38 VALVERDE, Orlando. Grande Carajás, op, cit, pp. 25-26.

39 BEISEIGEL, Vanderlei de Rui, op, cit, pp. 310-311.

40 PINTO, Lúcio Flávio (Apresentação). CHAVES, Aloysio. Diário Íntimo, op, cit, p. 19.

41 Idem.

efeito e de significativa representatividade em meio às ações do periódico. O matutino franqueou seu espaço para políticos, empresários e intelectuais que defendiam tal inserção. Empresário bem sucedido, Maiorana tinha consciência que o definhamento econômico estadual também afetaria seus interesses. A defesa do Pará, como demonstrada em inúmeras situações, passava antes pelo seu projeto empresarial.

A posição assumida foi reconhecida com a marca de “trincheira inexpugnável em defesa da economia de nosso Estado” pelo deputado estadual Álvaro de Oliveira Freitas. O órgão de imprensa constituía-se com a força de ser o “porta-voz dos nossos protestos e do nosso clamor em favor do minério da Serra dos Carajás”.⁴² E a coluna Repórter 70 fazia questão de externar esse posicionamento e reconhecimento oficial, mas redimensionado como representativo da opinião pública: “A Coluna registra, sensibilizada, a solidariedade que tem recebido, em todas as camadas, pela posição adotada por este jornal, em defesa da solução paraense para Carajás”. O auto-reconhecimento da importância de sua luta era externado:

Fiel à sua linha de defesa dos interesses do Pará, O LIBERAL continua (e continuará) na mesma posição, mesmo quando tudo pareça perdido. Se todos – políticos, empresários e povo –, agirem como estamos fazendo, sem desfalecimento e com firmeza, tudo ainda poderá ser salvo. Nós estamos cumprindo o nosso dever. Resta que os outros o cumpram.⁴³

Externar o posicionamento de baluarte do projeto paraense, além do intrínseco interesse empresarial, também se revestia em sua estratégia de identificação. O momento era o ideal, haja vista que as lideranças constituídas teriam falhado em suas missões. A divulgação do feito ocorreu em meio ao trágico desfecho do escoamento mineral, que a “Coluna noticiou há muito tempo” e alertou durante anos para a “solução prejudicial ao Pará”. Do mesmo modo reconheceu ser o “nosso alerta que acordou nossos políticos, para desfecharem campanhas em defesa do Pará”. Não obstante o engajamento, a Campanha redundou-se em um “fracasso”. Lamentou a decisão oficial que poderia ter sido evitada se os omissos políticos tivessem “acordado a tempo”. O consolo é que “cumprimos o nosso dever”.⁴⁴ A identidade do matutino ganhava representatividade.

O malogro parecia ganhar dividendos em outras circunstâncias. A derrota foi sentida e com difícil assimilação, mas estrategicamente revertida como marca positiva do jornal e sabiamente utilizada na formação de sua visibilidade. Nascia nesse imbróglio a marca de *O Liberal* na versão guardião do Pará!

42 O Liberal, “Freitas: O Liberal é uma trincheira em defesa dos paraenses”, 27.08.1974, p. 02.

43 Idem, R-70, “Carajás”, 10.12.1975, p. 03.

44 Ibidem, R-70, “Carajás”, 15.05.1976, p. 03.

Fundado como jornal partidário em 1946, ligado ao líder político Magalhães Barata, *O Liberal* tinha a função de se contrapor à *Folha do Norte*, dirigida pelo jornalista Paulo Maranhão, grande opositor de Barata. Após o falecimento do governador, em 1959, o jornal continuou ligado ao baratismo, contudo, enfrentava grandes dificuldades financeiras. Em 1966, foi adquirido pelo emergente empresário Romulo Maiorana, que modernizou o seu parque gráfico. Por ironia da história, em 1973, Maiorana também adquiriu o jornal *Folha do Norte*. Anos depois decidiu sepultá-lo a fim de não fazer sombra ao hegemônico *O Liberal*. Neste momento, o empresário cimentava seu império de comunicação, com destaque para a TV Liberal, inaugurada no ano de 1976, afiliada à Rede Globo.⁴⁵

Constituindo-se como uma “força social que atua no presente”, o jornal “seleciona e fatia aspectos da realidade que constituirão a pauta do debate público”, para isso, disputa “com outras forças sociais a direção a ser dada aos acontecimentos enquanto eles se desenrolam”.⁴⁶ Nessa seleção, os periódicos analisados publicaram alguns discursos *em defesa* do Pará, os quais demonstram as relações da grande (i)empre(n)sa com os grupos políticos.⁴⁷

Os pronunciamentos e os projetos de parlamentares publicados, também foram de grande importância no desenrolar das tensões. As lideranças recorreram ao expediente de que sempre lutam pelo Pará, com isso, mobilizariam o público em torno de si e forjariam suas imagens paraensistas. O compromisso político e empresarial ganhava a chancela da imprensa, ela mesma inteiramente entretida aos arranjos de bastidores.

A imprensa paraense tinha um histórico de serviços prestados ao regionalismo. O momento desesperador atravessado pelo Pará lembrava a digressão do advogado Ricardo Borges, nos idos de 1946, contexto de frustração pelo não cumprimento constitucional dos 3% da renda da União na Amazônia, ao refletir sobre um artigo de Santana Marques, no qual afirmou que o

⁴⁵ Sobre alguns episódios obscuros da trajetória de *O Liberal*, conferir: PINTO, Lúcio Flávio. **O Jornalismo na linha de tiro** (de grileiros, madeireiros, políticos, empresários, intelectuais & poderosos em geral). Belém: Edição Jornal Pessoal, 2006; PINTO, Lúcio Flávio. **Contra o Poder**. 20 anos de Jornal Pessoal: uma paixão amazônica. Belém: Edição do Autor, novembro 2007.

⁴⁶ MACIEL, Laura. “Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa - 1880-1920”. In: Déa Fenelon, Laura Maciel, Paulo Almeida e Yara Khoury (org). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, maio/2004, p. 40. No que tange à seleção de notícias na imprensa, ver também: MOTTA, Luiz Gonzaga. “Ideologia e processo de seleção de notícias” In: _____ **Imprensa e Poder**, Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial. 2002, pp. 125-148.

⁴⁷ O alinhamento da imprensa com o poder político é ponto pacífico nas produções que problematizam o caráter dessa prática na história republicana. Sobre essa temática, ver: BARBOSA, Marialva. **História cultural da Imprensa**. Brasil 1990-2000. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007. Conferir também uma coletânea de artigos organizada por MOTTA, Luiz Gonzaga (org). **Imprensa e Poder**, op.cit; MIGUEL, Luis Felipe. **Mito e discurso político**. Uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994. Campinas/SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Imprensa Oficial. 2000.

Pará tinha a característica de um “Estado de segunda ordem”.⁴⁸ A definição deu margem para significativa digressão.

Na ampliação desse diálogo e buscando uma comparação com outros tempos, demonstrou a diferença com a opinião de Rui Barbosa, em 1907: “Ainda quando a nossa pátria não contasse mais de uma região como o do Pará, este só nos bastaria, para nos desvanecermos da nossa riqueza e apontá-la com orgulho aos que nô-la desconhecem”. Naquele saudoso tempo, na visão de Borges, o “Pará formava na ‘primeira linha’, e com ele a Amazônia, por feitos e atitudes memoráveis”. Para a infelicidade de Borges, a situação foi alterada, o “Pará desceu, sim, a Estado de segunda ordem, no menosprezo dos poderosos e a cobiça dos aventureiros”.⁴⁹ Pelo formato das enunciações do tempo presente, o quadro encontrava-se inalterado, frustrando as expectativas de retorno aos tempos de fartura, que se encontrava cada vez mais distante.

A digressão de Borges tinha lastro em outras análises. Ao analisar a força do poder central e o desenvolvimento desigual das unidades federativas, Barbosa Lima Sobrinho, ressaltou na década de 30 do século XX, que existiam estados “líderes” e estados “satélites”; do mesmo modo, “estados de primeira, de segunda e de terceira classe”.⁵⁰ O Pará, nessa hierarquização, era um estado *satélite* e de *segunda*. Por integrar os estados de *segunda ordem*, o Pará, segundo Borges, estava condenado a ser menosprezado e cobiçado.

De 1946 a 1976, o processo histórico do Pará parecia seguir uma linha sequencial de tristezas e lamentações, numa sofrida síndrome de derrotas. A idade de ouro estava distante: nos idos de 1907, na memória da saudosa *belle époque* de fartura e esplendor proporcionada pela economia gomífera, como analisada por Fábio Castro sobre as memórias da *cidade Sebastiana*, no caso, Belém, que ficou marcada de forma melancólica, saudosista e ansiosa pelo retorno daquele tempo.⁵¹ Mas o esplendor do passado não regressou e o futuro continuava incerto nas hostes combalidas do Pará.

Ainda com a esperança de reversão na definição do escoamento mineral, o pronunciamento do deputado federal Júlio Viveiros (Arena), em junho de 1977, denominou de “absurdo” a pretensão de conduzir por ferrovia o minério até o porto de Itaqui, em São Luís. Indagava: “Porque não escoar o minério de Carajás através do Pará, que é o verdadeiro dono do minério?”. A dúvida era contínua, mas com algumas certezas: “se não conseguirmos o escoamento

48 BORGES, Ricardo. “O Pará, Estado de segunda ordem”, publicado n’O Estado do Pará, 19.12.1946, Vivência Amazônica, op. cit, p. 94.

49 Idem.

⁵⁰ Apud IANNI, Octávio. **A Idéia de Brasil Moderno**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 164.

51 HORÁCIO-CASTRO, Fábio Fonseca. **A Cidade Sebastiana**. Era da Borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade. Dissertação de Mestrado em Semiótica e Sociologia da Cultura. Universidade de Brasília, 1995.

pelo Estado, ficarão apenas, para o Estado do Pará, os buracos da Serra dos Carajás”.⁵² No decorrer dos anos, a metáfora dos *buracos* acompanhou as tensões das autoridades paraenses com as empresas exploradoras de minérios, sobretudo a Vale.

Nesse embate com o nacional, a insistente defesa do interesse paraense, também vinha acompanhada da reprimenda por parte dos dirigentes do poder central, a exemplo do ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, durante a reunião do Conselho Deliberativo da Sudam, que contrariado com o posicionamento de um conselheiro paraense, condenou o *regionalismo do Pará*. Em sua avaliação, os “paraenses precisam compreender que a Sudam se preocupa com a Amazônia como um todo”. A autarquia procura “compatibilizar os interesses de cada Estado mas, sobretudo, olhando com atenção para os interesses do desenvolvimento regional e nacional”. A polêmica ocorreu depois do “pedido de vista” pelo conselheiro Coutinho Jorge do projeto da Cibrasa em Manaus, que implantaria uma fábrica de cimento na capital amazonense, integrante da Amazônia ocidental, atitude que adiou a decisão para a próxima reunião.⁵³

Na polêmica acusação de regionalismo, uma preocupação que seria salutar, segundo Lúcio Flávio Pinto, o interessante é “adotar uma perspectiva mais ampla, de defesa dos interesses da Amazônia”. Numa análise lúcida, o jornalista reconheceu que Coutinho Jorge agiu com correção, porque o projeto “não interessa à Amazônia” por representar uma “manipulação de vantagens em proveito exclusivo do grupo empresarial”. Os amazonenses poderiam considerem-se beneficiados, mas é “relativo”, pois além de causar hostilidade com os paraenses, ainda “causará ônus” ao próprio Amazonas, representados pelos fatores ecológicos e energéticos. No caso de energia, Manaus tinha problemático abastecimento de origem térmica, o que seria agravado com a instalação da fábrica.⁵⁴

Independente da abordagem da versão desenvolvida na coluna *Informe Amazônico*, a questão revelava também o outro lado do regionalismo paraense. Enquanto lutavam contra as decisões prejudiciais do governo federal, as lideranças do Pará também disputavam a hegemonia dos recursos da Sudam com o Amazonas. O Estado vizinho, sobretudo, a capital manauara, depois da implantação da Superintendência da Zona Franca de Manaus, em 1966, passou a desenvolver sua economia. Enquanto Belém *esvaziava*, conforme a lamentação dos paraenses, Manaus recebia novos investimentos a partir da política de incentivos fiscais. Sediada em Belém, a Sudam recebia

⁵² Apud PETIT, Pere, op. cit, p. 259.

⁵³ O Liberal. “Rangel Reis condena regionalismo do Pará”, 27 de setembro de 1977, p. 14.

⁵⁴ PINTO, Lúcio Flávio. “Os contextos e a polêmica”. Informe Amazônico. O Liberal, 02 de outubro de 1977, p. 09.

forte pressão das autoridades do Pará, prática advinda desde a época da SPVEA, o que certamente incomodava os demais componentes da Amazônia, em particular os amazonenses.

Se anteriormente o Maranhão “ganhou” a batalha de Carajás, agora o Amazonas ameaçava a histórica hegemonia do Pará na região amazônica. A situação parecia encurralar o Pará por estar ladeado de adversários. Sem outra estratégia de combate, o regionalismo tornava-se sua alternativa armada. Daí a recriminação do ministro sobre o *regionalismo* paraense ao alegar que a Sudam, além do interesse nacional, era um órgão de desenvolvimento do todo regional e não somente da parte paraense da Amazônia.

A temida ameaça, antes envolta em especulações, agora, tornava-se real. No artigo com título bem representativo *O Pará está parando?*, Cavaleiro de Macedo anunciou o estudo realizado pelo Anuário Estatístico do Brasil, edição de 1977, que revelou uma dura realidade: o Pará, “outrora o indiscutível ‘carro chefe’ da Amazônia em todos os setores, vem perdendo com sobras a competição travada com o seu vizinho Amazonas”. A “lógica” dessa consequência para o Estado era sujeitar-se a um “nítido e perturbador esvaziamento econômico”. Os números do Anuário abalavam a crença na “antiga superioridade econômica do Pará”, dando margem para uma série de indagações, que o articulista preferia deixar aos especialistas.⁵⁵ Na verdade, nem precisava ser economista para conferir e constatar o sucessivo índice de estagnação de sua economia, refletindo em graves questões sociais, sobretudo, pelas sucessivas demandas proporcionadas pela onda migratória rumo à nova fronteira aberta ao capital, representada pela Amazônia paraense.

Conforme o alarmismo das principais lideranças, o tempo atual era de nova decadência ou numa visão processual, a continuidade de outras crises, contudo, as últimas, apresentavam-se com mais notoriedades e efeitos mais desoladores. Consumada a trágica sentença sobre o escoamento do minério, a luta teria que continuar em nova modalidade de enfrentamento, na tentativa de reverter o escore de malogros através de medidas compensatórias prometidas pelo governo federal. A expectativa de mudança só aumentava.

Derrotados, mas a defesa continua...

⁵⁵ MACEDO, Cavaleiro de. “O Pará está parando?”, *O Liberal*, 13.09.1978, p. 06.

São nos momentos de crise de identidade e baixa estima vivenciada por determinadas sociedades, frustradas com o desempenho de suas autoridades, que possibilitam a emergência de novas lideranças políticas encarnando a esperança de um futuro promissor e redentor. A história é farta em casos quando as instituições estão em crise. As ocorrências de revoltas e revoluções registram os anseios de mudanças, gerando, muitas vezes, regimes nem sempre democráticos, mas repletos de expectativas em torno de líderes carismáticos, alçados com a áurea salvacionista. O caso do Pará coroava-se como típico, pois parecia “órfão” de um verdadeiro líder. Alguns já se insinuavam no cenário político, com a ambição do posto de alto comando e ostentando patentes cívicas, representativas das novas batalhas que se avizinhavam no *front* paraense.

Jovem liderança estudantil em meados da década de 1960, ligado aos remanescentes do grupo político baratista⁵⁶ e opositor ao recém instalado regime militar, Jader Barbalho foi eleito em 1966 para vereador de Belém pelo Movimento Democrático Brasileiro. No mesmo ano, conseguiu ser aprovado no curso de Direito pela Universidade Federal do Pará. Iniciava uma vitoriosa e polêmica trajetória política. A partir do decênio seguinte, como legislador estadual e federal angariou o prestígio de ser o principal adversário dos militares no Pará. As oposições reunidas passaram a depositar nele a alternativa de conduzir o processo democrático estadual e lutar pelos interesses dos paraenses em Brasília.

Na tessitura e formulação desses anseios entre os parauaras, o deputado federal Jader Barbalho (MDB), demonstrou habilidade na tessitura política ao arregimentar em torno de si a insatisfação regional. Numa de suas investidas, teceu críticas aos efeitos da política adotada pelos governos militares no Estado quando discursou na Câmara Federal, em 1977: “Devo dizer, desta tribuna do Brasil, que o Pará e seu povo estão cansados do processo de marginalização”.⁵⁷ Lugar estratégico para anúncios dessa natureza, o deputado opositor conferia sua atuação parlamentar como uma *guerra* a ser *vencida* em favor do Pará.

Um dos maiores conhecedores da carreira de Jader Barbalho, desde a época em que estudaram no mesmo colégio em Belém, o tradicional Paes de Carvalho, em meados dos anos de 1960, o jornalista Lúcio Flávio Pinto analisou “As lições” tiradas da eleição de 1978, em especial, a vitória do líder do MDB para a Câmara Federal com uma expressiva votação. Em todos os municípios, inclusive os considerados redutos da Arena, foi bem votado. “Por que?” O jornalista

56 Entre as décadas de 1930 e 1950, Magalhães Barata construiu uma imagem de estadista, converteu esse processo político em nativismo paraense aos moldes do nacionalismo varguista, quando se erigiu na principal autoridade que “defenderia” o Pará. A construção de sua memória registra a lembrança de ter sido o maior líder paraense, especialmente nos momentos de crise social.

57 BARBALHO, Jader. “Protesto paraense”. **Guerras a vencer**. Anseios da Amazônia e esperanças do Brasil. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1978, p. 86.

formulou sua explicação: “Em parte, pela imagem de agressividade que conseguiu criar na opinião pública, embora ela tenha sido construída, principalmente na ocasião eleitoral”, acrescida de um “desgaste interno, sobre ressentimentos dos que se sentiram abandonados devido o monopólio que se cria em torno da figura de Jader”. Independente dos meios utilizados para alcançar esse resultado, “o eleitorado procurou em Jader um sentido de oposição”.⁵⁸ Aparecer ao público ser oposição ao governo, especialmente em determinadas ocasiões de ampla visualização, tinha suas vantagens eleitorais.

Parecendo duvidar da esperança depositada, Lúcio deixava para o futuro responder o resultado da expectativa: “Se vai ser atendido e se essa expectativa é real, ou simplesmente manipulada, é outra questão”.⁵⁹ A história se ocupou em desvelar essa e outras questões da vida pública do emergente líder paraense, já sinalizada por essa atenta observação do jornalista sobre os meandros políticos do Pará.

Na semana seguinte, o jornalista continuou sua análise quando criticou a postura unitarista do Poder Central na Amazônia, fato que obrigou as lideranças políticas, inclusive, os da Arena, a reagir contra a federalização imposta à região, “simplesmente porque não atende aos mais elementares anseios da população local”. Na ocasião, reconheceu a atuação daquela liderança egressa das fileiras emedebistas:

O deputado Jader Barbalho fez-se líder popular graças a uma atuação permanentemente sintonizada com as aspirações de sua região. Mesmo que se possa discordar dos encaminhamentos dado às questões, não se pode deixar de reconhecer que ele teve sensibilidade para descobrir o verdadeiro caminho da conquista da popularidade política.⁶⁰

A agressiva tática oposicionista, especialmente nos momentos em que mais poderia render visibilidade, catapultou Jader Barbalho como a alternativa de mudança, para muitos, seria a mais credenciada. No início de seu novo mandato, Barbalho retomou sua linha de ação em outro pronunciamento, desta vez, para uma turma de universitários do Centro de Ensino Superior do Pará – CESEP, em Belém: “É preciso questionar se essa ocupação é em favor dos amazônidas ou dos alienígenas”. Salientou, contudo, um esclarecimento: “Não sou contra a vinda de grupos de São Paulo ou de outros Estados, mas é preciso que os efeitos dessa ocupação não seja () como a das multinacionais”.⁶¹ No clima de sinalizações democráticas através da abertura política, como a

⁵⁸ PINTO, Lúcio Flávio. As lições. Informe Amazônico. **O Liberal**, 21.11.1978, p. 06.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem, “Uma questão fundamental”, 26.11.1978, p. 06.

⁶¹ O Liberal. “Jader questiona os projetos da Amazônia”, 02.06.1979, p. 04.

anistia e a redefinição partidária, o parlamentar mediava as insatisfações dos opositores, ambicionando a visibilidade na liderança do combate.

Envergando a velha armadura regionalista, a narrativa do deputado reencenava uma aparente novidade, só validada por ser conduzida por uma emergente liderança, com a suposta credencial para sustentar os anseios de mudança aguardada pelos paraenses. Comparar as empresas paulistas ou de *outros estados* com as multinacionais indicava o grau de preocupação em resguardar o mercado regional.

Situação paralela, mas em campos opostos, ocorreu um ano antes. Faltando poucos dias para o término de seu mandato, o governador Aloysio Chaves realizou uma conferência para os estagiários da Escola Superior de Guerra, no plenário da Sudam, em Belém. O que parecia mais uma solenidade, o teor da fala causou impacto na platéia. Aloysio denunciou a situação em que “ficará” o Pará, a partir da implantação dos projetos de mineração desenvolvidos pelo Governo Federal. Embora confessasse persuadido, mas sem o “ufanismo exagerado” de que o Pará terá sua importância reconhecida no país, por não lhe assegurar maior participação nas riquezas extraídas. A exploração será “boa para a União”, apesar de colocar o Pará dentro de um cenário nacional, porém ao “mesmo tempo é ruim para a sua economia interna”.⁶² A revelação parecia apontar que nem sempre o que é *bom* para o Brasil é *bom* para o Pará!

As advertências do governador paraense “agitaram o plenário”, tomado por estagiários civis e militares. Estupefatos com a declaração, a reportagem registrou um comentário na antecâmara: “mas que coisa. Vão tirar tudo daqui sem que o Estado obtenha vantagens. É quase que inacreditável”. O exemplo mais concreto da afirmação do governador é o Projeto Trombetas, que exploraria bauxita a partir de 1979. O comentarista ainda decretou: “Nada vai ficar para o Pará”.⁶³

Nada ficar dos impostos no Estado e só beneficiar a União, traduzia em poucas palavras a tragédia que se anunciava. O momento para realizar a declaração do governador era o mais auspicioso. Numa autarquia federal e perante uma platéia de jovens ligados a um órgão estratégico do regime militar, o pronunciamento tinha mais visibilidade. No crepúsculo de seu mandato, também impedia qualquer ameaça de destituição por parte das autoridades de Brasília, como ocorreu logo no alvorecer da gestão. Era a brecha encontrada no contexto de cerceamento e centralização federal, estrategicamente utilizada. Nessa fissura no aparentemente consolidado⁶⁴ regime, Aloysio Chaves, misto de intelectual e político, encarregava-se de transmitir o sentimento

⁶² O Liberal. “Aloysio denuncia evasão de riqueza do Estado”, 04.08.78, p. 03.

⁶³ Idem.

⁶⁴ SARLO, Beatriz. “Um olhar político” in: **Paisagens Imaginárias**. Intelectuais, arte e meios de comunicação. Tradução: Rubla Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: Edusp, 1997.

de autoridades políticas, empresariais, inclusive letrados, sobre os grandes projetos estabelecidos em solo paraense.

Momento ainda mais propício ocorreu dias depois com a visita em Belém do futuro presidente da República, general João Figueiredo, quando estava em campanha presidencial. Antecipadamente preparadas entidades de classes redigiram documentos separados a serem entregues ao candidato. O documento da Federação do Comércio do Estado do Pará mostraria a “séria crise financeira” estadual, com o destaque que “nossa participação dentro do contexto nacional é nula. Não temos nenhuma expressão dentro da economia porque estamos em decadência”. No documento da Associação Comercial do Pará, com o endosso do Clube de Diretores Lojistas, é exigida “maior retenção” no Estado dos recursos gerados pela extração mineral.

Na ocasião, representantes da ACP e CDL desmentiram que o documento encampava as acusações do ex-governador Aloysio Chaves. A denúncia do ex-governador “era coisa velha”. Afirmou que há dois anos a Federação e Centro das Indústrias adotam posições baseadas em trabalho científico do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da UFPA, intitulado “Internalização dos Efeitos dos Grandes Projetos na Área”. A atitude pública revelou a argúcia do “dr. Aloysio”, que “aproveitou, com propriedade, as idéias, e, quando achou conveniente, politicamente, levou-as em forma de denúncia a uma organização como a Escola Superior de Guerra”.⁶⁵ Respaldados em pesquisas acadêmicas, a fim de diferenciar do velho discurso regionalista, os documentos formulados balizavam o formato das reivindicações a serem expostas ao futuro mandatário da República.

Em dois momentos, a coluna *Informe Amazônico* de Lúcio Flávio Pinto ocupou-se em refletir sobre o teor das reivindicações das *elites* paraenses, preocupadas com o déficit nas relações comerciais da Amazônia com outras regiões brasileiras e o mundo. A ocupação econômica da região era assentada em paradoxos, pois só beneficiava ao “‘pioneiro’ consagrado como modelar. Aos demais, aumenta a pobreza”. As elites regionais, segundo Lúcio, pretendem participar desses “ganhos”, porém são impedidas de “modificar o arranjo porque ele já vem pronto, despejado das alturas tecnoburocráticas como um produto refratário às argumentações em contrário”.⁶⁶ O jornalista não fazia uma prévia defesa dos regionalistas, mas buscava condenar a essência dos problemas da Amazônia paraense.

⁶⁵ O Liberal, “Figueiredo na reunião da Sudam”, 30.08.1978, p. 09.

⁶⁶ PINTO, Lúcio Flávio. Das reivindicações às perspectivas (2). Informe Amazônico. **O Liberal**, 06 de setembro de 1978, p. 11.

O documento fala em “crescente marginalização das lideranças locais” em relação aos grandes investimentos destinados à região, que não podem resignar-se ao que lhe é “exogenamente destinado”, sob pena de permanecer dependente. Na intenção de assumir um papel vital para o país, a Amazônia contribuirá com o “progresso brasileiro, através de seu desenvolvimento”. Nesse ponto, que é o “cerne da questão”, segundo o jornalista, passa a registrar seus questionamentos:

de que serve a Amazônia vir a ter crescente participação na economia nacional se vai se transformando numa colônia interna, que por definição deve manter-se sempre na condição de dependência e subordinação, a fim de permitir sua utilização como fonte de suprimento de matérias-primas e insumos básicos, obtidos a preço que não permite a aquisição dos produtos necessários à sobrevivência e ao progresso?

A dúvida posta sobre a validade de servir ao Brasil, mas com o preço oneroso de permanecer dependente e colonizada, trazia a inquietação contida em relação ao modelo econômico. As reivindicações seriam atendidas? Nova indagação de Lúcio, reconhecendo que a resposta só seria dada em função de outro problema, entrelaçado entre os outros: o parco “peso político”, contido na “incapacidade de decidir sobre seus próprios destinos”. A inépcia não decorria de não querer, “mas porque não lhe é permitido”.⁶⁷ Sem força política e incapaz de tomar decisões, representava uma típica situação de dependência, já amplamente denunciada pelo jornalista, fator incontestado da situação colonial.

Os reflexos desse modelo não tardaram a emergir. Apesar de toda a publicidade processada com a situação econômica estadual nos últimos anos, o quadro herdado pelo governador-coronel Alacid Nunes, em 1979, não podia ser mais deprimente. O anúncio oficial que o Pará não tinha condições nem de pagar seus funcionários, demonstrou que o Estado pagava um alto preço pela política adotada à revelia de seu interesse, desnudando a retórica desenvolvimentista baseada nos enclaves dos grandes projetos, alardeados como princípios da modernização.

Na condução das *esperanças* da juventude em torno das mudanças que o contexto revelava, Jader Barbalho tornou-se referência para a *luta* dos estudantes. Em 1980, desta vez como paraninfo, novamente discursou para universitários, afirmando ser “verdadeiro paradoxo, nós, do Pará”, detentor de “imensas riquezas naturais”, mas são utilizadas para “industrialização e desenvolvimento de outras regiões”.⁶⁸ A oportuna ocasião alicerçava-se nos recentes dissabores

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ O pronunciamento foi como paraninfo geral dos formandos de Economia, Ciências Contábeis e Administração, das Faculdades Integradas Colégio Moderno, em Belém, no dia 19 de março de 1980. O deputado solicitou que o discurso

que envolviam o projeto Carajás. Depois do fracasso na questão do escoamento, havia a ameaça de perder a oportunidade de beneficiar o minério para outros estados, no caso, de novo para o Maranhão, do senador José Sarney. A decisão inflamou o drama estadual e não ficou circunscrita ao seu território devido sofrer interferências da nova conjuntura nacional e internacional: os financiadores da exploração mineral.

Em meio às incertezas políticas que acompanharam o ocaso do regime autoritário, a década de 1980 começava com a crescente crise fiscal do Estado, apontando para repensar da ação interventora e desenvolvimentista do demiurgo estatal. Questionado na essência modernizadora de sua economia, o Estado nacional brasileiro já enfrentava a difícil missão de equilibrar as contas externas, efeito da enorme dívida com os credores internacionais, advinda, sobretudo, da euforia proporcionada pelo “milagre econômico”. Vivenciando uma corrosiva inflação, a “década perdida” para a retomada do desenvolvimento econômico, também integrou o contexto ideológico da emergência neoliberal no plano internacional, alavancado pelos governos do presidente norte-americano, Ronald Reagan e da primeira ministra inglesa, Margareth Thatcher, que ampliaram a pressão ao modelo interventor, valorizando o livre jogo do mercado.⁶⁹

Sem conseguir equilibrar as receitas, o Estado federal foi pausadamente interrompendo seu planejamento interventor e postergando suas reformas estruturais, além de pressionado pela ampliação de graves questões sociais. Se na bonança financeira a situação não foi tão favorável, a crise do modelo desenvolvimentista só poderia trazer amargos dissabores. Frustrado pelos últimos acontecimentos e dependente desses investimentos, a repercussão no Pará não poderia ser mais dramática, como atestada pela permanente mobilização das lideranças políticas e empresariais, tendo a grande imprensa o canal de veiculação de suas narrativas. Imprensa já habituada ao seu total alinhamento e engajamento com a causa econômica estadual, encabeçada pelos veículos do Grupo Liberal.

A influente coluna Repórter 70 de *O Liberal*, conforme o sentido reivindicado, ao utilizar a opinião de “um” suposto “observador”, destacou ser “válida e interessante a mobilização de forças que se faz aqui no Pará usando a defesa dos interesses da terra” em relação ao Projeto Carajás. O anônimo *observador*, todavia, fazia uma ressalva, que a “mobilização ou campanha não se deve restringir apenas ao Pará”, pois deveria alcançar e repercutir no âmbito nacional,

fosse inserido nos Anais da Câmara Federal, ver: BARBALHO, Jader. **Em Tempo de Luta e de Esperança**. Brasília: Gráfica da Câmara Federal, 1980, p. 38.

⁶⁹ Cf: SADER, Emir e GENTILLI, Pablo (org). **Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

principalmente a sede do Congresso Nacional, em Brasília. O lembrete era uma forma de registrar que “alguns que se apresentam nos jornais de julho em Belém tão zelosos e indignados com o esbulho ao nosso Estado”, tiveram acesso à tribuna do Parlamento “todo o ano passado e a metade deste ano e nunca se mostraram tão indignados e revoltados com as agressões e ameaças aos interesses do Pará no episódio do Carajás”.⁷⁰ A percepção das práticas de lideranças políticas e a cobrança de um posicionamento realmente comprometido com os interesses estadual conduziriam a uma maior eficiência das lutas.

O *Liberal* fazia questão de frisar a necessidade de aguardar a reabertura da Câmara Federal para “verificar quem realmente vai ter coragem de se levantar contra os projetos anti-Pará, imaginados ou pretendidos” por determinados ministros ou técnicos dos ministérios. Vigilante, o jornal parecia cobrar uma atitude diferente. “Essa história de gritar e berrar somente dentro das fronteiras do Pará, é muito fácil. É muito cômodo, mas de pouco efeito”. A campanha urgia alcançar a “dimensão nacional” para obter maior êxito.⁷¹

Ao encampar a suposta opinião do *observador*, que bem poderia ser a do próprio editorial, a coluna desnudou a tradicional estratégia de espetáculo político no Pará. A grita defensora como instrumento de coesão interna, não poderia ser somente uma artimanha caseira de efeito eleitoreiro e maquiagem pública, pois dificilmente surtiria a força necessária nos embates políticos decididos em Brasília. A concentração das pressões no centro do poder federal é que implicaria na redefinição dos projetos perdidos pelo Estado, principalmente porque eram acusados de omissos e ineptos quando das decisões em benefício dos paraenses. O momento era de repensar as ações e definir novas estratégias de combate.

Amparados em argumentos e justificativas, a consciência da história constituiu-se num instrumento demonstrativo da espoliação dos paraenses no decurso do tempo, reatualizados e reavivados pela memória no tempo presente, conforme a análise no capítulo anterior. Num artigo de ampla repercussão, o jurista Octávio Meira retomou diversas situações em que o “Pará tem sido, através dos séculos, uma colônia”, com destaque para alguns produtos explorados, a exemplo do café, do cacau, da borracha, do ouro de Serra Pelada e, atualmente, com o minério de ferro de Carajás.

Fundamentado nesses fatos, afirmou que o “Pará parece terra de ninguém”. As experiências no passado corroboravam com sua análise. Após a Independência, “continuamos dominados” pela monarquia unitária; tal centralismo não foi alterado com o federalismo

70 O *Liberal*, R-70, “Mobilização”, 26.07.1980, p. 03.

71 Idem.

republicano. O exemplo mais recente do colonialismo são as terras devolutas apropriadas pela União. “Colonizados por Portugal, continuamos colonizados pelo tempo afora, cada vez mais colonos, sendo que agora os nossos colonizadores estão no próprio país, se aproveitando das nossas riquezas”. Adepto da tese do colonialismo interno, Meira reiterou que a exploração das riquezas possibilitou uma “terra de ninguém”. Após sua digressão, finalizou instigando a luta: “Não há providências a tomar?”.⁷²

O Pará tinha a característica de uma *terra* sem autoridade, autonomia, inclusive na utilização de seu próprio território, especialmente das áreas que ficaram sob o domínio federal, conforme o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 32/71, que abocanhou em torno de 70% da Amazônia Legal, com a incidência maior no Pará. Por considerá-la de *ninguém*, a União tomou para si: uma caracterizada atitude colonizadora, conferida, também, pela ausência de indenização, resíduo do período mais fechado do regime militar. Silenciada na ocasião, a situação usurpadora emergia no ocaso autoritário, favorecida pela própria fragilidade que o regime apresentava, quando a censura já não podia cercear tal manifestação, denunciadora do modelo desenvolvimentista.

Filho do ex-senador e prestigiado jurista Augusto Meira, integrante de uma das famílias mais tradicionais e influentes na administração pública no Pará, Octávio Meira exerceu vários cargos no governo estadual e federal, nem sempre de acordo com o modelo desenvolvimentista, a exemplo da desconfiança durante o anúncio da *Operação Amazônia*. Ao exortar uma imediata providência, o artigo teve imediata repercussão. A mais surpreendente reação partiu do líder do governo no Senado, Jarbas Passarinho que, numa *mis-en scène*, se encaminhou para o lado da oposição e discursou como “oposicionista, ainda que, sinceramente, não o quisesse ser”, porém teve que “falar por um Estado teoricamente autônomo da Federação Brasileira, mas, na realidade, uma colônia do Brasil”.⁷³ O editorial do matutino dos Maiorana, bem ao seu estilo, já se posicionava na questão.

Na tribuna e empunhando *O Liberal*, Passarinho registrou que o artigo de Meira “volta a tocar precisamente nesta tecla do ressentimento paraense em relação ao tratamento que a União dá à nossa região”.⁷⁴ Parecendo opositor, o *ressentimento*⁷⁵ conferido na fala do senador se amparava nas memórias construídas sobre outros episódios em que o Pará encontrava-se

72 MEIRA, Octávio. Terra de ninguém, **O Liberal**, 14.09.1980, p. 07.

73 O Liberal. Bom dia, leitor, 17.09.1980, capa.

74 Idem. “Jarbas reclama mais atenção para Amazônia”, 17.09.1980, p. 14.

75 BRESCIANI, Stela e NAXARA, Márcia (org), op, cit.

vitimizado na relação com o Estado nacional, alguns inclusive, de história recente, assentadas em feridas não cicatrizadas.

A atitude de Passarinho, como poderia esperar de um inusitado fato, foi saudada por empresários, políticos e leitores da grande imprensa. O presidente do Basa, Oziel Carneiro, felicitou o senador “pelo excelente discurso em defesa de nós, amazônidas, usufruirmos nossas riquezas minerais”. A leitora Carmen Figueiredo, reiterando a escrita de Meira, considerou que “tudo que contém o referido artigo, é a mais pura verdade, infelizmente”. Aproveitou para criticar o posicionamento de deputados e senadores, pois “ninguém faz nada! Ou melhor, cada qual faz, mas tratando de seus próprios interesses”. Do mesmo modo que o posicionamento de Meira, a leitora exige a defesa dos interesses do Pará por parte das autoridades, que estariam desacreditadas, porém isentou Jarbas Passarinho, o “único que faz e diz alguma coisa pelo Pará e pelo Brasil”.⁷⁶ A seleção decorreria da repercussão positiva da encenação do senador? Ou era sua eleitora incondicional? Franqueados pelos espaços do jornal, Passarinho, a leitora como eleitora, convergiam em projetos e atitudes.

Teatralizada, a ação de Passarinho *na oposição* sinalizava ao público que o Pará estava acima de sua função como líder do governo no Senado. Oportunidade para refutar os adversários de que *não defenderia o Pará* com determinação, pois se comprometia mais com os projetos dos governos militares, do qual era originário. Numa perspectiva regionalista, a política governista de Passarinho não era aceitável. Mas a última prática denotava que nem o líder militar, agora civil, desprezaria tal estratégia de coesão.

Coronel do exército, Passarinho foi o primeiro governador dos paraenses após o golpe de 1964, determinado pelo regime ditatorial. Em 1966, foi eleito para o Senado. Posteriormente, exerceu vários cargos em Brasília, a exemplo do ministério da Educação e Cultura, Trabalho e Previdência Social. Em 1974, foi reeleito senador, tornando-se a principal liderança política no Pará, ainda que contestada pelo coronel e governador Alacid Nunes, permaneceu hegemônico até o início da década de 1980.⁷⁷

A inusitada atitude de Passarinho granjeou até os aplausos de adversários no interior do partido. Este foi o caso do deputado federal Osvaldo Melo, integrante do grupo alacidista, que propôs “unir todos em uma frente única em defesa do Pará”.⁷⁸ A unidade política paraense era uma pregação reiterada pelo parlamentar do PDS, uma estratégia a unir governistas e

⁷⁶ O Liberal. Cartas, “Pará”, 19.09.1980, p. 06.

⁷⁷ PASSARINHO, Jarbas. **Um Híbrido Fértil**. Expressão e Cultura. Belém: Editora Cejup, 1996.

⁷⁸ O Liberal, R-70, “Proposta”, 21.09.1980, p. 03.

oposicionistas. Pertencente ao grupo situacionista, mas não alinhado ao grupo de Passarinho, o deputado teve uma posição destacada e prontamente divulgada pela imprensa ao levantar a bandeira protetora estadual.

Ao conclamar a unidade da classe política e empresarial na “frente de luta” pelos interesses do Estado, Melo ressaltou a necessidade dos paraenses reagirem “ainda mais, e até em termos violentos com greve geral de protesto de todos os setores da atividade social e econômica” na tentativa de “fazer valer” seus interesses em relação ao governo federal, devido implantar projetos técnicos que discriminam os paraenses.

Definiu de modo contundente sua sentença: “E isso não pode continuar sob pena de advogarmos a nossa separação do Brasil como medida extrema”.⁷⁹ O posicionamento regionalista das hostes parauaras parecia indicar uma atitude radicalizada que contagiava e inflamava a movimentação dos mais indignados. Mas como balão de ensaio, a ação logo declinava, frustrando as expectativas criadas em torno de uma possível alteração na relação federativa.

O extremismo separatista convertia-se num jogo de palavras, estrategicamente utilizado como instrumento de pressão, embora sinalizasse a indignação de um parlamentar do PDS, ex-Arena, sustentáculo do regime no Congresso Nacional, com a condução do processo prejudicial ao Pará. A retórica, contudo, não questionava a essência do paradigma desenvolvimentista, imbricada em negociações externas, por conseguinte, as relações de poder, sejam no âmbito estadual, sejam nas articulações com Brasília, as quais poderiam reverter os rumos do processo, amenizando os efeitos da modernização retardada.

Na vivência desse mesmo clímax e diretamente interessado, o empresariado paraense, como não seria diferente, também organizou sua mobilização, inclusive através de uma ameaça de “greve”.⁸⁰ A nova encenação objetivava publicizar os prejuízos que a situação geraria à sociedade, não somente para a classe empresarial, a fim de obter o apoio incondicional da população, numa autêntica proposta de coesão social. Sustentados em seus interesses, a situação dificilmente seria modificada. Na abordagem de Pere Petit, tanto Osvaldo Melo, quanto os empresários, estariam incluídos no grupo de regionalistas “conservadores”⁸¹, por conseguinte, suas práticas não caracterizaram alterações relevantes no quadro social paraense.

No bojo da campanha de valorizar e acreditar no Pará, o interesse empresarial foi defendido pelo presidente do Clube de Diretores Lojistas, Egipto Soares, quando manifestou sua

79 Idem, R-70, “Carajazão”, 05.01.81, p. 03.

80 O Liberal, “Empresários adotam greve como protesto”, 22.1.81, p. 12.

81 PETIT, Pere. 2003, op. cit. pp. 249-266.

preocupação com o futuro da economia estadual: “o homem-empresa do Pará”, por integrar expressivo segmento social “não pode continuar marginalizado no processo decisório referente ao porvir do Pará”. Influenciado pelo espírito de classe empresarial, lamentou que, “apenas” toma conhecimento “tardamente” de deliberações adotadas, “à sua revelia, em centros estranhos, localizados fora do Estado e distanciados da realidade e das necessidades paraenses”. Ao falar em nome de seus interesses, o lojista rejeitava as interferências externas com sérias ameaças de comprometer a hegemonia estadual.

O empresário defendia a tese da grandiosidade do Estado e não convinha continuar desprestigiado: “Já é tempo de se acreditar no Pará”. No uso da estratégia de valorizar a autoestima paraense, havia chegado o tempo que “aquela estrela solitária na bandeira do Brasil”, representativa do estado nortista, “integre” às demais, pois representa uma “estrela de primeira grandeza na Federação”, devido suas riquezas e potencialidades, não uma “estrela secundária, uma enjeitada”.⁸² Na questão da estrela, redimensionava-se a digressão de Ricardo Borges, agora, urgia, lutar pela sua grandeza, no enterramento da clássica forma do enfeitamento.

Nesse fortalecimento da identidade paraense na forma de estrela grandiosa, as ações do empresariado ocorreram com mais intensidade, como demonstração das angústias desse segmento com os rumos da economia estadual. No ano anterior, essa tendência fora externada através de forte dose comparativa, fluía o regionalismo: “Nem sempre o que é bom para o Brasil beneficia o Pará”, afirmou o empresário Irapuam Sales Filho, no ano anterior, refletindo sua apreensão em relação ao projeto Carajás, apesar da promessa de algumas medidas compensadoras por parte do governo federal.⁸³

No entendimento de Irapuam Sales Filho, o “Estado do Pará é um rico enteado da federação”. A indignação prosseguiu ao constatar a “contrapartida que recebe da madrasta, como Estado, como gente, os paraenses, como povo brasileiro, é absolutamente insignificante”. Sem inovar nos argumentos e consciente das divergências com a *madrasta*, caracterizada como *malvada*, só havia uma alternativa: o Pará tinha que traçar um caminho próprio, devido a indiferença da Federação com o *enteado*, apesar de aquinhoado, mas vivia explorado. O exemplo maior desta desdita consistia na ameaça de fragmentar o Pará com a criação do território federal do Carajás: “o fim da picada”, segundo Wilton Brito.⁸⁴

82 O Liberal. “Mais poder de decisão para o Pará”, 17.03.81, p. 10.

83 O Liberal. “Carajás: nem sempre o que é bom para o Brasil beneficia o Pará”, 19.10.1980, p. 10.

84 Idem.

Devido comportar valiosíssima riqueza mineral, Carajás, apesar das frustrações anteriores, representava a grande esperança de desenvolvimento sócio-econômico. A simples suposição de desmembramento, tornar-se território federal, consistia no golpe fatal desferido por Brasília. A especulação, guardando sua especificidade, fazia lembrar outro desmembramento no Pará, quando da criação do território federal do Amapá, em 1943, logo após a descoberta de manganês na Serra do Navio. Atualmente, o movimento separatista está em pleno processo de articulação no sul e sudeste do Pará, com a proposta de criação do Estado do Carajás, inclusive com a aprovação no Senado de um plebiscito.

Num instigante diálogo com a memória histórica, os paraenses, no presente, viviam um momento “muito mais revoltante do que motivou a Cabanagem”, na avaliação de Irapuam Sales Filho. A situação era tão delicada que “num caso desses, só uma guerra de cessão, se tivéssemos força para isso”. Com argumento bastante passional, destacou: “quando você passa a não acreditar no seu parceiro, só há um jeito, seja no casamento ou no comércio: entrar com um distrato social”.⁸⁵ Ponderou, contudo, a inviabilidade de “condições de repetição do fato histórico, mas o espírito daquela luta deveria ser revivido no que ele tem de reivindicatório”. Na essência da exigência, também, contava com a tradicional ameaça de ruptura e autonomia cabana imposta ao poder central.

A estratégia da memória histórica como campo de disputa contribuía no confronto, porque não faria “nenhum mal ao Pará ou ao Brasil”, se ao invés de utilizar armas, usasse “a linguagem, a reivindicação, nosso parco prestígio no meio nacional”, utilizando o “espírito da Cabanagem no que tem de reivindicatório ou no que ele teve de modificador”.⁸⁶ Buscar no passado de luta empreendida pelos revoltosos paraenses nos anos trinta do século XIX convertia-se em bandeira a ser erguida na contemporânea batalha, uma arma política indispensável e engenhosamente utilizada pelos descontentes grupos empresariais, indiferentes com o sentido popular que o movimento se constituiu.⁸⁷

Nos momentos de exacerbação da crise e indignação, reavivava-se o espírito de luta e revolta dos cabanos a fim de afirmar a identidade paraense em favor de seus direitos, que pareciam usurpados pela madrastra Federação. Constituída como emblema, símbolo e tradição dos paraenses, alguns meses depois, a memória da revolta era revigorada pelo economista Armando Mendes, em 1981, quando lançou o *Manifesto Cabano* com a proposição de um “movimento

85 Idem.

86 Idem.

87 Nesse construía-se a memória popular e revolucionária da Cabanagem, ver: RICCI, Magda. 1996, op.cit.

cabano pelo espírito, de caráter preventivo” contra o processo de espoliação atravessado pelo Pará. Carente de uma plataforma política, o Manifesto transformou-se em convocatória cívica para a luta a ser travada em defesa dos paraenses.

A exortação da cobrança estendia-se para amplos segmentos sociais parauaras, como o executivo estadual, os senadores e deputados, com algumas ressalvas feitas, que “não explodem que não devolvem confeitos e perfumarias em protestos contra o esbulho?”. E “os nossos intelectuais?”. Do mesmo modo, as Associações, Ordens, Sindicatos, sacerdotes, imprensa. Esta última, não bastava veicular as notícias, sim, assumir uma posição corajosa na orientação da opinião pública. Por fim, os professores, os pesquisadores, os teóricos, que mesmo sabendo “de cor todos os versículos das Bíblias das Ciências Sociais de nossa predileção”, não sabem “tomar partido” no momento vivido.⁸⁸

O contexto exigia cerrar fileira em prol do Pará e nada mais congregador do que reivindicar o espírito de combate dos rebeldes do século anterior, na perspectiva de simbolizar a união dos múltiplos grupos sociais, apesar de antagônicos. “O movimento Cabano deve dar corpo e guarida, imprimir unidade e coesão, promover alianças e reconciliações, unir corações e espíritos, cimentar vontades e atitudes, assumir a vez e destravar a voz de todos”. A consciência da história como campo de luta, fundamentada numa memória popular, reivindicava a unidade, a fidelidade à causa paraense. Intelectual preocupado com as condições do Pará, como ocorrido na década seguinte em relação à Amazônia, Armando Mendes forjava uma espécie de espírito cívico em nome do Pará.

Numa provável recorrência ao polêmico artigo de Octávio Meira, subscreveu que o “Pará virou terra de ninguém”. Daí formular uma nova indagação na tentativa de arregimentar seus pares para a inadiável mobilização: “Até quando vamos admitir que assim seja?”. A exortação estimulava o leitor para uma fervorosa indignação: “Chega. O espírito Cabano precisa ser ressuscitado antes que aconteça o pior”.⁸⁹ Estava lançado o movimento neocabano em defesa do Pará!

Com o espírito cabano revivido, suceder o *pior*, no bojo do clímax de revolta, consistia numa sutil ameaça que poderia dar margens às múltiplas interpretações. A ampliação do agravamento social paraense no tempo presente, além de alimentar o descontentamento contra a Federação, poderia sinalizar, inclusive, para a dissensão, que numa perspectiva mais autônoma,

88 Publicado n° O Liberal no dia 25.01.1981, o artigo de Armando Mendes, denominado “Manifesto Cabano” teve grande repercussão entre lideranças políticas e empresariais nos dias que se seguiram. Posteriormente, o autor reuniu e publicou na obra **O Mato e o Mito**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1987, pp. 118-123.

89 Idem.

fincou-se nos acontecimentos da primeira metade do século XIX, fermentado por íntimo desejo constituído na memória histórica e que teimava em se perpetuar em meio à brasilidade. O paraensismo, no sentido indicado, possuía uma conotação dissidente, não escamoteando a crítica à nacionalidade, por lhe apresentar tão prejudicial. A reivindicação do ser cabano, símbolo do ser paraense, representava o exacerbar da repulsa contra o poder central.

Com o impacto do artigo, o *Em Poucas Linhas*, do R-70, que registra a opinião e a voz do “dono”, segundo Lúcio Flávio Pinto, informou dois dias depois “a profunda repercussão a aula de Armando Mendes”. Inserido na movência da sociedade, o colunista afirmou que por onde andou, ouviu comentários e críticas, “estas numa espécie de coro contra o cruzar de braços dos que podem fazer alguma coisa pelo Pará”, mas vão adiando. A cobrança e o instigamento para a luta, integram a sinalização da coluna.

No dia seguinte, percebeu-se uma ligeira mudança. A coluna apresentou algumas ressalvas: “o que os ‘cabanos’ de hoje fazem questão de esclarecer é que a proposta (Cabanagem) pelo Armando Mendes é um estado de espírito, não uma insurreição armada”. Na intenção de serenar os ânimos mais exaltados a fim de não extrapolarem a ordem, adicionou a análise de “um banqueiro importante do Pará” ao informar que o governo federal possuía “uma maneira prática de acabar com a nova ‘Cabanagem’”, bastava cortar os créditos do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia. “No primeiro borderô rejeitado, adeus resistência ‘cabana’”.⁹⁰ Nessa versão de apaziguamento, o *estado de espírito* cabano já não se coadunava com luta e resistência.

Se no primeiro momento o jornal incorporou o ideal da revolta e instigou à luta, depois, numa sutil alteração, sinalizou uma posição mais comedida para os revoltosos. Afinal, a empresa possuía laços amarrados aos poderes estabelecidos, portanto, o modo de confronto tinha limites. O alerta final também consistia em uma forma de insinuar a submissão econômica à Federação e a ineficácia da movimentação insurrecional contra o Estado federal, do qual era dependente. Se não era tão eficaz a contribuição de Brasília, pior seria um confronto mais exacerbado que podia inflamar animosidades e, possivelmente, futuras retaliações financeiras.

As informações da coluna guardam outras possibilidades de interpretação. Além da *nova Cabanagem* não sair do controle dos grupos hegemônicos de Belém, a radicalização popular, a exemplo da original do século XIX, estaria momentaneamente descartada. O armamento somente seria desembainhado como parte do jogo de pressão. Os neocabanos, em suma, não negariam e contrariariam seus interesses e projetos na reatualização da luta. Descartado o radicalismo,

90 O Liberal, 27 e 28.01.81, p. 03.

renegociariam com os adversários uma situação de conveniência, mesmo que momentânea. Depois da reconciliação, poderiam retomar, novamente, o brado das armas. Assim, permaneciam como autênticos guardiões perante a opinião pública, desta vez com o acréscimo significativo da marca *cabana*.

O clímax social desenhado refletia o momento insurrecional vivido. Mobilizados e prontificados para o confronto, os dirigentes do Clube de Diretores Lojistas, intitulados como “empresários-cabanos”, reuniram-se com o senador Jarbas Passarinho em sua sede. Durante a palestra, o ilustre convidado prometeu se incorporar no posto de “soldado raso” na nova Cabanagem. O líder governista no Senado, como hábil político, sentia o momento de tensão, portanto, tinha que discursar visando contemplar o público, ou seja, falar o que os anfitriões queriam ouvir. Na esperada promessa, os empresários retribuíram com palmas e elogios, mas solicitaram que o ilustre convidado fosse o “general”.⁹¹

Na explanação do empresário Irapuam Sales Filho, salientou que o contexto vivido reclamava o “espírito da cabanagem” e acreditava num movimento nativista, “sem armas”, com a finalidade de a população perceber o Pará como berço de um fato que teve sentido no passado, “e de repente se torna atual porque as condições econômicas, estão quase se repetindo”. A atualização histórica, além de proporcionar a consciência da história e por tabela, da memória, a luta ganhava nova força. Ao ser convocado a lutar, na réplica de Passarinho, o novo *general cabano* assegurou: “nunca me negarei a combater”.⁹² A fala, além de marcar a clássica posição de *defesa* paraense, tentava serenar os ânimos dos mais exaltados, porque receberam a promessa de uma autoridade representativa de comandar a guerra em Brasília, mas desta vez *em defesa* do Pará.

Investido novamente das armas de combate, o coronel Passarinho, agora, general cabano, revivendo seus tempos de caserna, tinha a missão de assumir-se como *senador cabano* e liderar a luta em Brasília, embora encontrasse limites em avançar ao campo *adversário*, devido os compromissos de líder do governo federal, caracterizado na figura de grande vilão do Pará. Nessa prática camaleônica ou salomônica, tentava conciliar interesses divergentes, haja vista estar entre Deus e Cezar, na perspectiva de contemplar eleitores, aliados e superiores, tanto no planalto quanto na planície. Com a ressalva que em Brasília prestaria contas aos superiores, mas no Pará era considerado um líder graduado. Só faltava identificar nessa tessitura quem era Deus e quem era Cezar na trama armada de difícil desatamento. A sabedoria salomônica em apreciar a demanda de

⁹¹ Idem, 29.01.1981, pp. 04-05.

⁹² Idem.

projetos opostos conseguiu sobrepor as divergências, contemporizando as atitudes mais radicalizadas que colocassem em xeque sua liderança na esfera federal.

Em clima de convocação e mobilização da população, Emir Bermeguy foi sensibilizado pelo ideal de luta, embora, humildemente, reconhecesse que sua atitude não reforçaria as pressões organizadas: “eu me incorporo à cruzada, pondo minha insignificância a serviço da nobre causa”. Considerava-se, portanto, “um aprendiz de cabano”. Convencido do ideal cívico, logo se prontificou: “Contem comigo”. Era chegada a hora de acender na “alma das ruas a chama de uma inconformação pacífica”, mas com a devida “potência para fazer com que nos respeitem”. Finalizou com um brado de alarde na intenção que todos saibam: “Esta amada terra tem dono!”.⁹³ Articulado ao brado de alerta, o civismo representava a repercussão promovida pelos grupos sociais, empresários, políticos e intelectuais, denotando o modo regionalista de agir das lideranças paraenses, que não titubeavam em utilizar, inclusive, o significado popular dos revoltosos da primeira metade do século XIX.

Do mesmo modo em relação ao fracasso do projeto de escoamento do minério, os cabanos, embora derrotados pelas forças do Império do Brasil, reverteram o processo da memória e conseguem aglutinar o exemplo de luta e resistência contra o poder de Brasília, constituindo-se como emblema regionalista. Diferente dos inconfidentes e da mineiridade⁹⁴, os revoltosos paraenses do dezenove encarnariam um regionalismo dissidente da força constituída pelo sentimento nacional, conformando a singularidade do paraensismo, despregado da brasilidade. De derrota em derrota para o projeto nacional, o paraensismo aglutinava a unidade dos paraenses, calcado em chão histórico e social como argumento e fundamento para continuarem lutando pelo Pará.

Ainda sobre a memória cabana, a essência desse espírito proposto pelo economista Armando Mendes contou com a subscrição e mobilização de amplos setores políticos, intelectuais e empresariais, inflamando o regionalismo, todavia, não encontrou respaldo e unanimidade devido à denúncia que suas práticas anteriores não condiziam com sua exortação cívica. Para o colunista Gonçalves da Silva, depois de escrever a “‘A Invenção da Amazônia’, inventou, agora, o Grito Cabano”, com análises que acabavam parecendo contraditórias. “Muito do que ele escreveu para explicar sua revolta, coincide com que eu penso, mas não assino em cruz o que daí sair”.⁹⁵

93 Idem. “Aprendiz de cabano”, 08.02.1981, p. 07.

94 ARRUDA, Arminda, op, cit.

95 O Liberal, “Noções de geografia aplicada – Grito de Rebeldia”, 01.02.1981, p. 07.

Publicada no mesmo jornal da proposta do economista, a crítica abria uma fissura nas hostes cabanas que já se prontificam a terçar armas.

Para fundamentar sua crítica, recorreu à trajetória de Armando Mendes, que “desde abril de 1964, ou pouco mais tarde, exerce o professor funções no Olympo, muito próximo, portanto, dos deuses”, quando teve a oportunidade de acompanhar a “gestão de tudo o que está agora acontecendo, e não piou”. Para sua surpresa, de repente, “salta um berro de página e meia! Por que?”. O crítico alegava não compreender como Mendes escrevia “pondo de lado, temporariamente, uma ideologia, filosofia, cientificismo ou o que outro apelido tenha”.⁹⁶ Ao confrontar as idéias e as práticas, Gonçalves da Silva desmentia os principais argumentos regionalistas de Mendes, invalidando o teor de suas elucubrações em defesa da Amazônia.

O economista Armando Mendes, professor da UFPA, exerceu vários cargos em autarquias do governo federal, tendo a premissa o desenvolvimento regional, a exemplo de membro da Comissão de Planejamento da SPVEA (1960-1961), a presidência do Banco da Amazônia – BASA (1964-67) e coordenação de um grupo de Assessoria Especial da SUDAM, em 1968. Nessas funções e naquele período, portanto, teve a oportunidade de dar um *grito cabano* contra os projetos prejudiciais ao Pará, ainda no seu nascedouro, evitando, assim, o esvaziamento estadual.

É bem verdade que formulou uma proposta de desenvolvimento regional no livro *A Invenção da Amazônia*, contudo, não surtiu o efeito desejado ou ficou somente na escrita. Anos depois, o eco do grito cabano recrudescer a sonoridade por não condizer com suas práticas. O intelectual parecia ter “acordado” tarde demais para defender o Pará. Fora ludibriado com o canto da sereia da modernização ou com os cargos que exerceu com a aquiescência do poder autoritário. Integrante da intelectualidade amazônica que refletia a realidade regional, propondo um desenvolvimento endógeno, sem conseguir avançar, portanto, não seria a *voz da Amazônia*, conforme a especulação de Lúcio Flávio Pinto, nos idos de 1975.

No que tange ao discurso *opositor* de Passarinho no Senado, quando lembrava um “clima irredentista” no Pará, uma retórica que voltou a utilizar em fevereiro de 1981, com a pretensão de levar ao conhecimento das autoridades em Brasília sobre o crescente descontentamento dos paraenses, foi tema também polemizado por Gonçalves da Silva ao publicar dois artigos com o título de “Pará irridento!”. O autor chegou até a pesquisar no dicionário visando descobrir o significado, que expressava “a política de libertar, de poder estranho, povos da mesma raça”. Do mesmo com relação ao economista, o senador passou a ser confrontado.

96 Idem.

O crítico ironizou que seria um movimento no Pará a fim de libertar os territórios que já foram tomados ou que estão na iminência de serem, como Amapá, Jarí, Carajás e Trombetas; os três últimos, com a ameaça de se transformarem em território federal, como ocorreu com o Amapá, em 1943. “Ou movimento paraense para se libertar de poder estranho?”. Esse estranho seria o Maranhão? Deixando a ironia de lado, asseverou que a questão está na “onda de protestos retardados” em relação à decisão do escoamento do minério de Carajás pelo estado vizinho. Sem citar nomes, mas sinalizava o alvo, “alguém está querendo desviar a atenção pública de alguma cousa, ou está querendo penitenciar-se de falhas antigas”.⁹⁷

Embora despontasse como expressiva influência em Brasília, Passarinho não estava isento de críticas, inclusive, proporcionadas pelo jornal *O Liberal*, reconhecido aliado político, que não censurou a publicação. Ao externar o sentido das principais objeções dos opositores, o artigo contribuía no enfraquecimento dos argumentos do coronel-senador no papel de guardião do projeto Pará.

No artigo seguinte, recomendou aos paraenses o “encargo de pôr em prática um irredentismo que não possua a faceta de luta entre irmãos, de rivalidade malsã, de tirar de uns para dar aos outros”. A riqueza do Projeto Carajás era tão grande que tanto o Pará quanto o Maranhão seriam aquinhoados com seus benefícios sociais. O significado da palavra teria que ser distinto, porque o irredentismo defendido deve ser de “libertação de idéias de ser povo inferior, povo maltratado, povo desprezado”. Era necessário sair da “inércia secular, manifesta, para deixar de ser espectador para ser autor”. Ao finalizar, sinalizava o grande desejo da intelectualidade paraense: “em linguagem excessivamente cristã, deixar de ser objeto, para ser sujeito”.⁹⁸ Tornar-se autor de sua própria história, traduzia a aspiração de liberdade, autonomia, inclusive, de possuir desejos, projetos, que estariam tolhidos por forças hegemônicas, representadas pelo poder central e pelos interesses do capital nacional e internacional.

O sentimento de coitadinho e enjeitado, típica de um ser frustrado e recalcado, já denunciado por Aldebaro Klautau e Armando Mendes, incomodava o escritor. A análise traduzia a enorme insatisfação regionalista na Amazônia paraense. O Pará teria que ter altivez e elevação moral a fim de enfrentar os desafios, despido do traje de esfarrapado pedinte, o que acabava somando em dividendos para determinados grupos, contumazes nos usos do enjeitamento como estratégia de ação política.

97 SILVA, Gonçalves da. “Pará irridento”, *O Liberal*, 15.02.1981, p. 07.

98 Idem. “Pará irridento (2)”, 22.02.1981, p. 07.

Depois do afago recebido, contentavam-se e recolhiam-se aos seus QG's. Era o tempo de rearmarem a artilharia gasta, mas lubrificada com enunciações e narrativas aparentemente inovadoras. Envergando bandeiras de luta e o surrado fardamento de guerra, estavam preparados para travar o bom combate, sem esquecer, evidentemente, de mobilizar o público, representado como objetos a serem conduzidos. A grande imprensa, nesse sentido, encarregava-se do papel cívico na formação do indispensável proselitismo, convocar os soldados e eletrificar as almas dos combatentes. Reiniciavam a luta jurando fidelidade à causa paraensista. Começava tudo de novo.

A estratégia do afago, na versão de migalha, não demorou a ser utilizada pelo governo federal, contribuindo para calar o *grito cabano* no nascedouro. No interior desse imbricado jogo de força, o jornalista Lúcio Flávio Pinto constatou uma ligeira mudança de posicionamento de soldados no front: “agora não se fala mais nas manifestações de dois meses antes, mesmo porque o presidente do Banco da Amazônia, Oziel Carneiro, foi nomeado secretário-executivo do ‘Grande Carajás’”.⁹⁹

O encerramento da matéria, no melhor estilo Machado de Assis, teria pegado o leitor de modo a causar surpresa, caso não tivesse familiarizado com as práticas das lideranças políticas e empresariais paraenses. O agrado federal surtiu o efeito harmonizador entre as hostes insatisfeitas, pois foram contempladas com alguma reivindicação, como um lázaro com as migalhas na mesa não tão farta do poder central, em tempo de crise fiscal. A determinação de Brasília conseguiu aplacar, desta vez, o eco cabano, também demonstrou a prática mendicante dos líderes do Pará.

Nesses momentos, as esperanças reacendiam-se, demonstrada pela escolha do paraense Oziel Carneiro, atual presidente do Basa, para a Secretaria Executiva do Projeto Carajás. Decisão que possibilitou amenizar momentaneamente o tom das críticas ao governo federal, a exemplo do jornalista João Malato, conhecido conservador, defensor do regime militar, informante do Conselho de Segurança Nacional, que dias antes na sua coluna diária, n' *O Liberal*, com o título de “O Pará e suas derrotas”, destacou o pedido desatendido pelo governo em relação à execução do Carajás.¹⁰⁰

Após a notícia oficial, em novo artigo, intitulado: “Nem tudo são derrotas”, relatou que o destino nos prodigalizou com um “consolo”. Malato tinha consciência que a escolha seria a forma encontrada pelo governo federal na intenção de “harmonizar o justo irridentismo de que a população paraense se acha possuída, diante das preterições repetidas que vimos sofrendo, e que

99 Informe Amazônico. “Federação A guerra foi declarada no Pará”, ano I, no 8, 31.03.1981 a 14.04.1981, p. 05.

100 *O Liberal*, 07.03.1981, p. 06. Sobre João Malato, ver: BARBOSA, Mário Médice. **O Povo Cabano no Poder**, op. cit.

já nos situavam na condição de terra conquistada”.¹⁰¹ As narrativas complementares, mesmo com a demonstração do conflito latente, situavam-se bem aos moldes da estratégia “irridenta” do amigo Passarinho, no intuito de consolar o sentimento de *derrotas* acumuladas na história do Pará.

As fissuras em torno das práticas dos principais sujeitos que se intitulavam “líderes” defensores do Pará não se esgotavam com facilidade. Em meio aos confrontos e denúncias que pipocavam na imprensa, o advogado e jornalista Cléo Bernardo Braga, ex-deputado do Partido Socialista Brasileiro, que teve seus direitos políticos cassados em 1964, formulou uma abalizada análise sobre o desenrolar dos acontecimentos. Apesar de recomendar os aplausos e ficar satisfeito com a “posição unitária em defesa de nossas coisas” por parte de políticos, empresários e intelectuais, que considerou “antes que tardio que aquele nunca”, receava que a atitude tenha sido “despertada por interesses pessoais ou grupais contrariados”.¹⁰²

Defendia, sim, que o Pará dependesse de “nós e de mais ninguém”, de forma lúcida e objetiva, porém, unidos e reunidos, “como a grande floresta e em movimento constante como o rio-mar”. Nesse uso de valores, Cléo Bernardo recorria ao regionalismo da natureza amazônica a fim de representar o “símbolo vivo” de combate contra o governo federal, que direta ou indiretamente, “por portas e travessas, não teria condições de fazer gato e sapato dos paraenses”. Sem eximir as culpas internas, as críticas também foram direcionadas aos “nossos próprios administradores”. Na sua avaliação, urgia esclarecer e mobilizar “o Povo Paraense”, especialmente a sua “cabeça”, a população de Belém:

Porém, uma população que sobrevive desumanamente nas baixadas, como sensibilizá-los a que se levante para lutar por um Carajás diferente, como?! Tenham ao menos consciência as classes dominantes, pois estão comendo o que plantaram. Quantos não cuidaram somente de si durante décadas, com mandato ou sem mandato eletivo?! De ano para ano, a caminho de vinte anos!¹⁰³

Quase duas décadas contabilizava a caminhada da ditadura militar, momento que lhe trazia amargas recordações pessoais, devido a cassação de seus direitos políticos. As lideranças de sustentação desse regime no Pará, o qual combatia, é que seriam os responsáveis pela malfadada situação vivida pelos paraenses, os que *plantaram* a situação vexatória e desesperadora da população. Sem citar nomes, lideranças da influência de Jarbas Passarinho, Alacid Nunes e demais parlamentares pedessistas que, agora, movimentavam-se pelo Pará, não teriam credibilidade moral para mobilizar o povo sofrido das baixadas.

101 O Liberal, 23.03.1981, p. 06.

102 O artigo de Cléo Bernardo foi publicado no jornal O Liberal dia 01 de fevereiro de 1981, onde tinha uma coluna dominical. Falecido em 1984, seus artigos foram reunidos em publicado em três volumes. BRAGA, Cléo Bernardo. “Antes este Tardio que Aquele Nunca”. **A pé com a liberdade**. Belém: editora Grafisa, 3º volume, 1991, pp. 292-295.

103 Idem.

Um novo paradigma de luta tinha que ser construído e reivindicado, calcado na criação de uma “consciência paraense e amazônica, de raízes profundas e de vôos largos”, jamais “ocasional ou oportunista, a serviço dos ideais supremos e das questões básicas, sem slogans nem clichês”. A atitude de desancar as conveniências e os discursos tradicionalmente formulados fundamentava-se na tentativa de formar as identidades, na consciência de congregar “todas as correntes de princípios e de opiniões”, mas salientava que ninguém viesse se aproveitar do esclarecimento e da mobilização gerais a fim de “faturar em proveito próprio”.¹⁰⁴ A questão estava posta pelo angustiado socialista: lutar em defesa da coletividade do Pará ou da causa particular? Este dilema acompanhou o regionalismo paraense em várias outras ocasiões, colocando em xeque a enunciação de seus pretensos guardiões.

Na contramão das enunciações tradicionais, a interpretação do velho socialista desmontava as armas carcomidas dos coronéis defensores do Pará, alguns literalmente, como Passarinho e Alacid. Desnudava a armadura das lideranças que se beneficiaram e, no final da festa, desdenharam o cardápio de benefícios particulares que obtiveram do Estado autoritário e em outros momentos. Convencido da importância da identidade paraense e amazônica como estratégia de luta, Cléo Bernardo, todavia, construía uma versão diferenciada dos atuais mandatários. A dependência do Pará de *nós*, no caso, do *povo*, do qual se inclui, representava a autêntica necessidade social dos mais carentes na contraposição ao interesse dos grupos hegemônicos.

Além de empresários, políticos e intelectuais, as cartas dos leitores, selecionadas e publicadas pelo matutino dos Maiorana, também se posicionavam no embate, reveladoras da inserção social proporcionada pelo regionalismo, que ultrapassava a fronteira dos grupos dirigentes. O questionamento de Enéas Ribeiro Valadadares sobre a situação do Pará não deixava dúvida de sua aversão: “Fico aqui a matutar sobre o que será de nosso Estado que, no parte-e-reparte, fica sempre com a pior parte. Ou melhor, não fica com nada”. Ao citar um símbolo dessa riqueza, inquiriu: “Que lucramos com a desenfreada extração de ouro do nosso território, em Serra Pelada?”. A resposta de sua indagação não era animadora: “Para o povo desta região, ficarão os buracos, é certo. Para que se enterre nele, depois de bancar a locomotiva, ajudando todo o resto do país para o progresso e o desenvolvimento”.¹⁰⁵ O inconformado leitor incorporava e subscrevia as tradicionais narrativas formuladas anteriormente, na qual o Pará continuava pobre e

104 Idem.

105 O Liberal, cartas: “Riqueza”, 05.01.1981, p. 06.

espoliado. Paradoxo da pobreza em meio à riqueza proporcionada pelo projeto de modernização implantado no Pará, vindo à tona no degradingolar do Estado interventor.

O leitor Paulo Sérgio Camargo, atento ao noticiário dos jornais sobre o “processo de espoliação” em que a vítima é o Pará, por isso considera “o enteado do Governo Federal, sempre relegado ao segundo plano até mesmo na distribuição ou aproveitamento de suas riquezas”, construiu uma definição retratando a tensa relação *paternal* entre o governo do Brasil e o Pará. Na sua avaliação, o estado nortista “é sempre o esquecido, parecendo a ovelha negra da família, produzindo para nada receber em troca”. A situação não era animadora. “Muito pelo contrário, sem nenhum bairrismo, posso assegurar que somos até olhados de esquelha pelos paulistas, pelos cariocas, pelos mineiros e até pelos maranhenses”. Acrescentou um paralelo com um “preto na festa de brancos”.¹⁰⁶ A representação alinhavada trazia um Pará discriminado na perspectiva das relações étnico-raciais, como se estivesse fundamentado nos estigmas historicamente construídos sobre a região, assentado na origem indígena e selvagem.

Para reverter a delicada situação, era necessário ter parlamentares “de fibra” no Pará que tivessem amor à sua terra e sem interesses pessoais, só assim acabaria com a situação de “filho enjeitado que é a característica dessa terra”. Por fim, o tradicional enjeitamento e o complexo de inferioridade são reforçados e atualizados: “Não temos líderes, esta é que é a verdade”. O que nos resta era “curvar a cabeça” e nos resignar com a “triste situação a que chegamos”, como “filho enjeitado que acabou de levar uma surra do super-pai”. Depois, com “o rabo metido entre as pernas procuremos a alcova e vamos chorar na cama, que é lugar quente. É o destino”.¹⁰⁷ O questionamento das lideranças desacreditadas, apontadas como causadoras da situação subalterna, sinalizava a esperança para o surgimento de novos líderes comprometidos com a causa regional. Enquanto os aguardados salvadores não chegavam, restava a obediência ao *pai* Brasil, apesar de continuarem as lamúrias na intenção de marcar o posicionamento regionalista.

A narrativa traçava uma sequência de adjetivos que retratavam e lembravam uma relação patriarcal e paternalista, fundamento da formação da sociedade brasileira, na perspectiva de Gilberto Freyre, na clássica obra *Casa Grande & Senzala*, mas que também refletiam um outro clássico, desta vez, de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, além do *Os Donos do Poder*, de

106 Idem, 11.02.1981, p. 06.

107 Idem.

Raymundo Faoro, no qual o poder patriarcal adentra o Estado como extensão do privado e que resvala para o patrimonialismo.¹⁰⁸

Partindo desse sentido, as benesses e privilégios do Estado nacional, no caso o *super-pai*, seriam concedidos para os membros da família mais protegidos e preferidos. Esse não seria o caso do Pará, o enteado, o enjeitado, o relegado, a ovelha negra, por fim, o *preto na festa de branco*. Na essência, a construção formulada atualizava a elaboração de Orlando Moraes, na obra *Amazônia Espoliada*, na qual o *preferido* do Brasil era São Paulo, enquanto a *filha enjeitada* era a Amazônia. Reatualizou-se com novas cores, sentimentos e valores o conflito paternalista originário de longa data, durante a formação da nacionalidade, que não conseguiu abafar a regionalidade, especificada pelo paraensismo, inclusive, como questão étnico-racial, a exemplo das diferenças lamentadas no final do século XIX.

Da Amazônia ao Pará, tais representações desvalorizadas criaram raízes nas lamentações dos paraenses. Frustrações que, conforme as acusações eram geradas pelos omissos e fracos “líderes” locais que não tinham poder de barganha e pressão junto à esfera federal. Daí a estratégia do Estado federal, hegemônico, dono da chave do cofre e da caneta que nomeava se aproveitar dessa fraqueza visando melhor espoliar e desprezar o *filho* nortista. Choraminger apresentava-se como destino do Pará, já a alternativa diferente, esvaía-se. O leitor estava tão desmotivado, parecendo não vislumbrar outro caminho.

Chorar era uma prática usual, mas acompanhada da teatral reivindicação e permanente estratégia encenada de *defesa*. “Riquezas do Pará para paraenses” foi a chamativa manchete de capa de *O Liberal*, a qual traduzia o discurso do presidente da Associação Comercial do Pará – ACP, Roberto Massoud, quando reivindicou “para o Estado do direito de participar, em benefício de seu povo, da extração e renda das riquezas minerais”. Na análise do conteúdo da reportagem, em nenhum momento, o empresário externou a sua proposta com aquele tom afirmativo. A tonalidade ficou por conta da interpretação do jornal de Romulo Maiorana, parecendo interessado na contundente reelaboração.¹⁰⁹

A atitude era pragmática. Se com a pretensa unidade das lideranças a situação era desfavorável, a dissidência entre Jarbas Passarinho e Alacid Nunes, abriu outra fissura na trincheira paraense. A disputa fratricida, segundo os apaziguadores, levaria ao enfraquecimento do

108 FREIRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família patriarcal brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1996; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**, São Paulo: Companhia das Letras, 1995; FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 9 edição. São Paulo: Globo, 1993 (2 volumes)

109 *O Liberal*, “Riquezas do Pará para paraenses” e “ACP reivindica participação do Pará”, 17.07.81, capa e p. 07.

Pará, representado por suas lideranças políticas, sendo prontamente aproveitada pelos “inimigos”, como o senador maranhense José Sarney, que já teria influenciado a decisão do escoamento do minério de Carajás pelo porto de Itaqui e agora, lutava pelo beneficiamento no Maranhão. Dias antes, com o título de *Tadinho!...(do Pará)*, o confronto foi retratado de modo jocoso através de um soneto distribuído na porta da Casa do Comércio quando de uma manifestação organizada por empresários:

Os dois líderes brigaram
 Não são mais afins
 Trombetas e Carajás nos levaram
 Vai agora o Tocantins
 O Pará é comparado
 A uma terra de ninguém,
 Está o povo cansado
 À espera de alguém.
 Alacid está brigando
 Passarinho está voando
 Tudo retrata ambição
 E, de tudo que relatei
 Só resta o Sarney
 Nos levar pro Maranhão.¹¹⁰

Calcado nas histórias de projetos frustrados ou na iminência de serem naufragados, constatava-se que o confronto intestino só poderia resultar em novos temores que assombravam o Pará, ainda mais acerbo com a atual dissensão. Os maranhenses do anatematizado senador José Sarney, o inimigo número um dos paraenses, encontrava-se sempre a espreita para desferir um certo golpe nos incautos líderes brigões, tornados presas fáceis para o guerreiro conquistador do Maranhão. A situação posta sinalizava as angústias e desesperos dos empresários na iminência de novos malogros, sobretudo, porque ficavam na dependência dos líderes políticos. Estes só tinham a *ambição* e travavam uma luta em causa própria.

O posicionamento de *O Liberal* não era esporádico ou momentâneo. Consistia num projeto declaradamente defendido pelo empresário Romulo Maiorana. Nesse momento, a situação era agravada devido a dissidência entre o governador Alacid Nunes e o senador Jarbas Passarinho. Receoso dos “prejuízos” que a dissensão traria ao Pará, a empresa de comunicação articulou uma reconciliação. Atitude que demonstrava o pragmatismo da empresa e a inserção política do matutino. Um artigo de capa em formato de editorial, denominado “Chega!”, posicionou-se nessa empreitada. A crise que separava os “dois líderes políticos surgidos após a Revolução de 1964” já durava 10 anos. “Chega, portanto, de dissensão”.¹¹¹

110 *O Liberal*, 22.01.1981, p. 12.

111 *Ibidem*, 01.02.81, capa.

Articulou-se a reconciliação, porém, não chegaram a um acordo. O personalismo prevaleceu. Pouco tempo depois, o governador Alacid Nunes abria um novo foco de tensão ao denunciar que o Pará era “penalizado pela União”.¹¹² A denúncia contradizia a exposição do então deputado federal e presidente da Comissão da Amazônia na Câmara, em agosto de 1975: “Nós, amazônidas, fomos longamente habituados ao abandono, ao esquecimento; às demoras ou às interrupções de programas mal iniciados”. No contexto da implantação do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia, a empolgação do ex-governador remetia à comparação do tradicional drama regional.

Mas a partir da “Revolução de 1964”, a história mudou, quando marcou uma transformação indiscutível, inclusive, reconhecida pelos adversários. O balanço revela “de que jamais se fez tanto pelo seu destino e nunca estivemos tão próximos dos caminhos certos e rápidos para garantir o seu bem-estar”. Elogiou o governo federal na pessoa do “vanguardeiro e lúcido” presidente Ernesto Geisel, que pretende integrar a Amazônia ao Brasil antes que conclua o século XX. A região “disso necessita para ser definitivamente libertada do subdesenvolvimento que tem sido a marca do seu passado, mas que tudo indica não mais será a tragédia do seu futuro”.¹¹³ Motivado pela esperança desenvolvimentista, a opinião do deputado sofreria ligeira modificação poucos anos depois.

O líder do governo no Senado, Jarbas Passarinho, sentindo-se atingido, saiu em defesa do poder central e retrucou a prática de Alacid Nunes: “O que é estranho é que quando ele era governador e posteriormente deputado federal não levantou a voz, em nenhum momento, ou tomou qualquer providência para evitar os fatos que ele agora reluta como danosos ao Estado”.¹¹⁴ Acrescentou outra contradição quando o Pará teve seu território reduzido para “apenas 10 a 30%”, Nunes jamais protestou, mesmo na presidência da Comissão de Valorização da Amazônia na Câmara Federal. A dissidência entre os maiores *defensores* do Pará possibilitava perceber o desnudamento e o descompasso entre o discurso e a prática política paraense.

O posicionamento de Passarinho também estava no fio da espada. Na função de liderança governista no Senado tinha o dever de defender o governo federal das acusações, por sua vez, abria a retaguarda da trincheira paraense, o que certamente aproveitavam-se seus adversários. No caso do governador Alacid Nunes, o pragmatismo integrava seu jogo, pois indicava o rompimento com o governo federal, articulando, inclusive, com a oposição. Diferente dos idos de 1971,

112 *Ibidem*, 02.03.1981, capa.

113 Apud PETIT, Pere. 2003, op. cit. pp. 249-250.

114 O Liberal, “Jarbas: governo precisa mostrar verdade ao Pará”, 06.03.1981, p. 05.

quando não lutou pelo Pará contra a federalização de suas terras, a estratégia modificava-se. Do auge do centralismo e força do poder autoritário ao ocaso do regime que ajudou a consolidar, a retórica caminhava da omissão ao mais pragmático e interesseiro regionalismo.

Instrumento de hegemonia das forças políticas no Pará, o regionalismo legitimava projetos e se projetava como signo de coesão social, em torno dos interesses de determinados grupos em disputa pelo exercício político. Num contexto de redefinição de projetos e ocaso do regime autoritário, o momento propiciava a emergência de líderes que projetariam as esperanças e anseios de coletividades sociais. Ressentidos com o recambiamento de projetos para outros estados, quem seria esse *alguém* para que o Pará deixasse de ser uma *terra de ninguém*?

Numa situação inédita, Jader Barbalho soube tirar proveito da cisão entre Alacid e Passarinho, elegendo-se governador ao derrotar o empresário Oziel Carneiro, candidato do PDS, na eleição de 1982. O mais inusitado: recebeu o apoio do governador Alacid Nunes. O líder da oposição aos militares apoiado pelo último governo militar, este, advindo do golpe militar de 1964. Para coroar a reviravolta no jogo político estadual, Jarbas Passarinho também foi derrotado para o Senado pelo jornalista Hélio Gueiros (PMDB). Sem a força da máquina estadual, o prestígio federal não foi o suficiente para sua consagração eleitoral.¹¹⁵

Desde a trajetória de opositor ao regime militar, especialmente a partir de 1983, como governador do Pará, Jader Barbalho tentava construir para si uma imagem de estadista defensor da causa estadual. Numa reunião com empresários e lideranças políticas, inclusive da oposição pedessista, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), Jader pregou a “necessidade de nos unirmos, independentes de preferências partidárias”, porque o “Pará não pode ser só um almoxarifado”¹¹⁶ de matéria-prima, para serem exploradas por outras regiões do Brasil ou de empresas estrangeiras, uma vez que tem sido “uma colônia sujeita às regras que Brasília estabelece para a exploração das reservas minerais”, sem que a sua população participe efetivamente de um “processo de desenvolvimento com justiça social”.¹¹⁷

O clima de disputa presidencial também propiciou a discussão regional. O primeiro Simpósio de Políticas para a Amazônia do PMDB, realizado em Belém, em novembro de 1984, com a participação de lideranças amazônicas e intelectuais, registrou em seu relatório final, inúmeras críticas ao projeto de desenvolvimento do poder central, que estava assentado na “exploração e negociação dos nossos recursos naturais”. A concepção desse projeto “estruturou-

¹¹⁵ Sobre a eleição estadual de 1982, ver: PETIT, Pere. **A Esperança Equilibrista**: a trajetória do PT no Pará. Belém, NAEA/Boitempo, 1996.

¹¹⁶ O Liberal. “Jader: Pará não pode ser só um almoxarifado”, 12.11.1983, p. 04. 1º caderno.

¹¹⁷ Diário do Pará, 15.08.1984, p. 03.

se com base num equívoco fundamental: pretendeu o desenvolvimento da REGIÃO e não do HOMEM amazônico”. As recomendações contidas no relatório destacavam o “resgate da dívida social” com a população amazônica.¹¹⁸

Mas faltava algo para coroar a retórica regionalista. Se a realidade econômica do estado presente não era das mais favoráveis¹¹⁹, como instrumento de coesão social, o passado tornava-se campo de legitimação política, tendo a comemoração do Sesquicentenário da Cabanagem, em 1985, uma indispensável estratégia de unidade. Patrocinada pelo governo Jader Barbalho, os festejos cívicos constituíram-se numa grande oportunidade de explorar sua imagem de estadista, relacionando suas práticas com os acontecimentos ocorridos no período cabano.

Os preparativos mobilizaram inúmeras entidades, intelectuais, imprensa e poder público, especialmente para a construção do Memorial da Cabanagem, projeto de Oscar Niemeyer, com a intenção de representar a continuidade da memória popular entre os paraenses, apesar de derrotado no passado, a memória cabana seguiria rumo ao “infinito”. No clímax de pertencimento e coroamento da formação da memória, o jornalista e memorialista José Valente reconheceu que o monumento “perpetuará os nossos anseios de paraensismo”.¹²⁰ Assentado nessa memória histórica, o ser paraense valorizava-se num momento de preparação do festejo cívico como representação máxima de sua identidade. O regionalismo convergia com efusivas e eletrizantes enunciações dirigidas à essência da alma parauara.

Numa relação presente e passado, durante a programação cívica no dia 07 de janeiro, o pronunciamento de Jader Barbalho reiterou sua missão defensora, no momento de grandes anseios em torno das mudanças políticas previstas com a posse de Tancredo Neves na presidência da República, contudo jamais poderiam ser comparadas com o resultado da Cabanagem, quando a situação social no Pará permaneceu da “mesma forma” em comparação com a colonização portuguesa. “E não vamos permitir que mude e continue da mesma forma como ficou durante a Revolução dos Cabanos”. Imbuído desse ideal, declarou: “Vamos rejeitar o colonialismo interno, como os Cabanos rejeitaram o colonialismo português”. Ao recorrer ao tema da continuidade do colonialismo com os estados do sul e sudeste do Brasil, patrocinado por Brasília, o governador

¹¹⁸ Apud PETIT, Pere. 2003, op. cit, pp. 291-292.

¹¹⁹ Sobre a grave situação econômica estadual, ver a revista do Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará – **IDESP**. Indicadores da Sócio-Economia Paraense. “Panorama geral da sócio-economia paraense”, v. 01, nº 02, maio/agost, 1984.

¹²⁰ VALENTE, José. “Erros irresgatáveis do João Malato”. **Diário do Pará**, 23/05/84, p. 4. Ver: BARBOSA, Mário Médice. 2004, op, cit, p. 85.

reivindicava “os nossos direitos sobre nossas riquezas, pois não somos depósito de riquezas para pagar a dívida externa do Brasil”. A exigência é que “também seja paga a dívida social do Pará”.¹²¹

Reelaborar o passado com valores e sentidos do presente, essa era a mensagem insinuada de Jader Barbalho como líder do Pará. Liderança que muitos paraenses aguardavam para reverter o modelo econômico há décadas denunciado. Na época, devido à crise fiscal dos cofres da União, noticiava-se que os recursos da Amazônia pagariam a dívida brasileira com os credores estrangeiros. Sutilmente o *governador cabano* rejeitou essa prioridade para falar o que os regionalistas queriam ouvir: o direito de explorar as *nossas riquezas*. A *dívida* a ser paga não era a externa, mas a quitação do débito *social* com a população marginalizada em relação aos dividendos econômicos extraídos do estado nortista.

Apesar da força dessas enunciações, as expectativas foram frustradas, não somente com a morte de Tancredo, mas também com a posse de José Sarney na presidência, considerado o grande algoz do Pará. Agora, os guardiões paraenses teriam que ser mais cautelosos e comedidos em suas críticas, a exemplo do próprio governador, que não titubeou em alinhar-se com o novo mandatário de Brasília. Nem a estratégia neocabana impediria o anúncio de novo malogro.

Indispensável no jogo político, a estratégia de unidade regional continuou durante a gestão do governador Hélio Gueiros (1987-1991), PMDB, depois PFL, em alguns episódios marcantes da visualização paraensista. A começar pela polêmica da destinação do lixo atômico do caso Césio de Goiânia, em 1987, quando o presidente da Comissão Nacional de Energia (CNEN), Rex Nazaré, propôs que o lixo fosse enterrado em solo paraense, na Serra do Cachimbo, sul do Pará. Por ser “defensor” do Pará, o chefe do Estado, impediu tal concretização, com o argumento que “o Pará não é lixeira” do Brasil.¹²²

Em sua entrevista, demonstrou indignação com a contrapartida do governo federal para com o estado: “Estão acostumados a tirar do Pará” milhões em minério de ferro, bauxita, manganês, ouro, árvores, “e o que o Brasil quer nos dar em troca, levando ainda 3 milhões de kilowatts da usina Hidrelétrica de Tucuruí? O lixo atômico. Claro que isso é uma pilhéria de mau gosto”.¹²³ O governador considerou que ao invés de lixo, o governo federal mandasse investimentos a fim de compensar as riquezas extraídas de seu subsolo.

Alavancada pela ação de Gueiros, nos dias posteriores, uma ampla mobilização ocorreu em vários municípios, inclusive, durante a procissão do Círio de Nazaré, em Belém. Em conjunto

121 Diário do Pará, 08.01.1985, p. 08. Ver: BARBOSA, Mário Médice. **O Povo Cabano no Poder** (2004), op, cit, pp. 112-113.

122 O Liberal. “Gueiros protesta: ‘Pará não é lixeira’”, 09.10.1987, pp. 08-09.

123 Idem.

com hinos da padroeira, vozes de religiosos e políticos, os romeiros entoavam os versos da canção “Rosa de Hiroxima”. No trajeto eram visualizadas faixas, além de cartazes de protestos ou frases mais ácidas, como “Lixo no Pará não, joga no Maranhão”¹²⁴, numa alusão ao estado do presidente Sarney e os resíduos das rivalidades. No clímax de mobilização, o fiscal da Receita Federal, Álvaro de Bittencourt Amarante, publicou uma Nota n’ *O Liberal*, devidamente identificado a fim de atender o pedido dos organizadores das manifestações:

Por que em nosso Estado? Porque até o dia da arbitrária decisão federal éramos pacíficos demais, daí o desrespeitoso leilão do território paraense a outros povos, inclusive a outras áreas do país Brasil, que ultimamente trata o Pará como colônia e quintal estrangeiro.

A arbitrariedade, como sempre acontece, une os violentados despertando-os do imobilismo: nós, os paraenses, estamos unidos juntos com o Governador do Pará, o Arcebispo de Belém, os estudantes, os sindicatos e todas as instituições representativas do povo paraense.¹²⁵

Convertida em questão cívica pela ampla mobilização social, o episódio só fez referendar as enunciações paraensistas, sobretudo, do governador Hélio Gueiros. A atitude frustrou o depósito atômico no Pará e foi usada em seus discursos e propagandas políticas, inclusive, durante sua candidatura à prefeitura de Belém, em 2004, mas sem converter em consagração eleitoral. O exemplo deveria ser seguido, denotando os usos dos regionalismos como larga estratégia de unidade política, principalmente em uma sociedade dependente de tais lideranças salvacionistas, temerosa de novos sabores, caso tais sujeitos declinassem da indispensável vigilância.

Fruto do modelo exportado de minério, a situação econômica do Pará não era das mais confortáveis. Apesar do crescimento nas exportações, a “filtragem social dos benefícios revela um descompasso inquietante”, segundo o jornalista Lúcio Flávio Pinto. Inserido no plano de desenvolvimento regional, “o Pará é o que o governo federal impõe que seja”. A União determinou sua especialização em exportação de minérios destinados aos mercados “previamente acertados no exterior”, a fim de gerar saldos favoráveis em dólar.

A “‘vocalização’ é a de permitir efeitos multiplicadores nos centros de produção mais adiantados”, resultando no alargamento do “fosso que separa a Amazônia do Centro-Sul”. O governo federal era o “principal agente da penetração econômica” na região e não admitia outro caminho. Restava ao governo local questionar tal modelo. “Ou quebrando a linha de subserviência que tem marcado o relacionamento entre Brasília e as capitais amazônicas, tratadas como se fossem um distante e incompreensível núcleo colonial”. O dilema era antigo e várias vezes sugerido pelo polemista paraense.

124 Idem. “Lixo nuclear gera protesto no Círio”, 12.10.1987, capa.

125 Ibidem. “Lixo Atômico no Pará, 14.10.1987, p. 08. Ver também: “Passeata repudia o lixo em Cachimbo”, 16.10.1987.

O jornalista instigava uma maneira de impedir a continuidade do “modelo” que enriquece o agente do processo e empobrece o paciente, no caso, os amazônicos e seu mundo. Mas reconhecia que o governo Hélio Gueiros “não está à altura dessa missão”, ou também não estava “disposto” a enfrentar o “desafio”.¹²⁶ Partindo dessa premissa, somente a movimentação contra o lixo atômico inviabilizava a alteração das determinações externas. A essência da questão estava além do imbróglio provinciano.

As assombrações com os projetos frustrados acompanharam os paraenses nos embates mais significativos em torno do desenvolvimento regional, sem que a retórica defensiva fosse extirpada das experiências políticas, haja vista que a estratégia do paraensismo tinha sua função agregadora como permanência política, embora isentas de conquistas concretas para reverter as questões sociais que pululavam no Pará.

Resíduos das *derrotas* e as novas lutas

Independente dos resultados alcançados, conforme novas demandas e conveniências, a luta deveria continuar, mas sem alterar a estratégia de batalha. O momento não era dos mais favoráveis. Ao finalizar o decênio de 1980, considerada a “década perdida” referente à economia recessiva do país, os efeitos não seriam menos danosos ao desenvolvimento do Pará.¹²⁷ O recuo dos investimentos do Estado interventor, acrescido dos enclaves representados pelos grandes projetos indicavam sua situação dependente. O que era mais dramático: não havia a perspectiva de alterar o quadro econômico e social paraense, embora permanecessem os discursos animadores das lideranças políticas, incluindo a necessidade contínua de guarnecer as combalidas trincheiras estaduais.

Sem a aura dos primeiros anos e bastante arranhado por graves denúncias de corrupção, durante o seu segundo mandato de governador, Jader Barbalho (1991-1994) voltou a recorrer e amparar-se na representação de estadista protetor do Pará. No dia de sua posse, o jornal o *Diário do Pará*, fundado na campanha para o governo estadual, em 1982, produziu um histórico de sua trajetória política em defesa da Amazônia paraense. Na Câmara Federal “fez ecoar pelo Brasil inteiro o protesto da Amazônia, particularmente do Pará”, numa atitude contrária aos “programas

¹²⁶ Jornal Pessoal. “Menor que o desafio”, ano I, nº 13, 1ª quinzena de março de 1988, p. 05.

¹²⁷ Ver a pesquisa fornecida pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará – IDESP. Indicadores da Sócio-Economia Paraense. “Crise nacional se reflete no quadro local”, v. 05, nº 01, jan/jun, 1988, pp. 02; 20-25; Idem. “Pará sentiu efeitos da crise”, v. 06, nº 02, jun/dez, 1989, p. 02.

ditados para nossa região que só traziam benefícios para restritos grupos econômicos e prejuízos para as populações nativas”.¹²⁸ Trabalhadora pela memória, a imagem do líder peemedebista ainda tentava atrelar-se ao sentido regionalista, como na origem de sua carreira política.

Em suas ações lutou para que o Estado retomasse seu território, federalizado desde 1971, além de alterar a legislação que afetava a participação estadual nos lucros fiscais da mineração no Programa Grande Carajás, inclusive, nas decisões para o aproveitamento de seus recursos, para isso criou mecanismo visando “evitar o colonialismo interno”.¹²⁹ Recorrendo à memória histórica, o jornal barbalhista, originário de sua estratégia política, trabalhava o fortalecimento de sua imagem pública como grande defensor da economia estadual frente aos poderosos interesses externos, inclusive, a exploração *interna*. Papel notoriamente ampliado a partir de seu novo mandato *em defesa* do Pará.

Logo nos primeiros meses dessa nova gestão, Jader Barbalho se envolveu em dois embates, que ultrapassavam o plano nacional. O primeiro deu-se com a desistência de integrar a comitiva que receberia o príncipe Charles no Pará durante o seminário sobre Ecologia e Meio Ambiente, denominado *Primeira Cúpula da Terra*, realizado a bordo do iate Britânia. O ato intencionava demonstrar uma manifestação de desagravo devido a exclusão de ecologistas parauaras da programação realizada em águas do Pará, quando a Amazônia era o alvo das discussões. “Se a figura dos amazônidas é dispensável nesse seminário, onde comparecem executivos multinacionais, executivos de empresas nacionais e as pessoas da região são dispensáveis. É dispensável a minha presença para receber o príncipe”. Em tom de ironia, finalizou: “eu não tenho porque participar da mordomia real se eu não posso participar do debate real”.¹³⁰ Jader Barbalho, na oportunidade, soube incorporar a enorme insatisfação que tomou conta da população, inflamada pela imprensa, sobre o desprezo da comitiva oficial em relação aos estudiosos paraenses.

Numa possível estratégia, Jader Barbalho organizou a II Reunião de Presidentes de Federações de Indústria da Amazônia Legal, realizada no mesmo período em que acontecia o seminário com o príncipe britânico. Na intervenção do governador, ressaltou a importância da unidade da bancada de senadores da Amazônia Legal no Congresso como “caminho para evitar a posição da Amazônia seja de mera expectativa do pior tipo de colonialismo, que é o interno”.¹³¹

128 Diário do Pará. “Na Câmara Federal – Jader sai em defesa da Amazônia”, 15.03.1991, p. C-7.

129 Idem. “Riquezas naturais são beneficiadas”, 15.03.1991, p. D-3.

130 Idem. “Governador defende a comunidade amazônica”, 24.04.1991, p. A-12.

131 Idem. “Jader propõe ação dos Estados em favor da Região”, 27.04.1991, p. A-12.

Além da tentativa de demonstrar autoridade frente ao ocorrido, ainda tentou exercer um papel de líder regional no combate ao projeto nacional.

Como de praxe numa situação dessa natureza, a solidariedade ganhou respaldo na forma de fortalecimento da identidade regional, sobretudo, nas manifestações de deputados estaduais e vereadores de Belém em relação à atitude do governador. Na Assembléia Legislativa os tribunos repudiaram a decisão do Itamaraty em conjunto com a realeza britânica, um fato de “grave desrespeito para o povo do Pará”, destacou Bira Barbosa, líder da bancada do PMDB. O ato do governador “deixa expresso o desagravo dos amazônidas por se verem impedidos de debater em sua própria casa”, pronunciou o vereador Eduardo Meneses (PMDB).¹³²

Na mesma perspectiva ecológica, desta vez com o planejamento da Conferência Mundial sobre Ecologia e Meio Ambiente, a ECO-92, que seria realizada no Rio de Janeiro, contudo, não incluía Belém entre uma das sedes das reuniões preparatórias, muito menos, a população local era ouvida como conhecedora da realidade a ser debatida. Depois do tema levantado pelo deputado estadual Bira Barbosa, o senador Coutinho Jorge (PMDB) discursou na tribuna, começando com a tradicional enunciação da “questão amazônica”, que apesar de decantada por estudiosos e ambientalistas, “mas colocada à margem do poder decisório nacional há décadas”. Diferente da reflexão de Lúcio Flávio Pinto e, provavelmente, amparado na tese de Armando Mendes, o senador não considerou a Amazônia um problema nacional, mas uma “solução” para o Brasil, portanto, tornava-se necessário “reparar mais uma injustiça cometida contra o meu Estado”.¹³³

Na definição dos temas do interesse do Pará, a programação não contava com representantes públicos da região, comunidade científica dos institutos de pesquisa e universidades. Embora sabedor da existência de alguns grupos “clandestinos” do governo federal propondo estratégias, “mas nós, amazônidas, que conhecemos a realidade da Amazônia, desconhecemos totalmente essas propostas”.¹³⁴ Da histórica marginalização ao esquecimento, esta última, por desprezar o saber local, a amazonidade e o paraensismo conquistavam adeptos, não importando o tema a ser defendido: tudo o que ameaçasse o interesse paraense tinha a obrigação de ser denunciado, afinal, para isso foram eleitos: defender o Pará!

Durante uma reunião com os governadores da Amazônia Legal, realizada em Belém, Jader Barbalho criticou “em tudo o que pode” o governo Collor, a começar pelo Programa de Reconstrução Nacional, que “somente seis linhas são dedicadas à Amazônia, valorizando, apenas

132 Idem. “Deputados apóiam Jader e repudiam a comitiva real”, 24.04.1991, p. A-3; “Atitude de Jader recebe aplausos na Câmara”, 25.04. 1991, p. A-2.

133 Idem. “Coutinho quer que se dê novo tratamento à Amazônia”, 15.04.1991, p. A-3.

134 Idem.

o meio ambiente, a ecologia e o ecossistema, como se a Amazônia não fosse nada mais do que uma floresta”. A reprimenda do governador já revelava o embate entre o desenvolvimentismo e o ambientalismo. No momento, o movimento ecológico era acusado pelos setores empresariais de emperrar o desenvolvimento regional com a proposta de preservação ambiental. Para Jader, portanto, o investimento econômico era imprescindível.

Outra questão levantada foi a ECO-92, representada pela injustiça promovida pelo que o governo federal e governos internacionais estabelecerem “o que é bom ou não para a Amazônia”. No seu entendimento, “o homem amazônida, especialmente, representado pelos governadores, deve gritar para o mundo que também tem o direito de dar opinião na ECO/92”, haja vista conhecer os “problemas do seu povo mais do que ninguém”.¹³⁵ Ao valorizar sua participação política como representante do *povo* amazônida, o governador enunciava o descontentamento regionalista, haja vista caracterizar uma nova afronta aos sujeitos da Amazônia, por ser a região o tema principal das discussões ecológicas. Numa perspectiva do paraensismo, era inconcebível o tratamento desrespeitoso, sabiamente explorado pelas lideranças políticas no uso da retórica defensora.

Espaços de enunciações regionalistas para as formações identitárias, tais programações oficiais, sejam do executivo ou legislativo, ganhavam dimensões públicas através da imprensa, articulada e comprometida com os projetos defendidos pelos *defensores* paraenses, especialmente nos momentos de respingos da crise econômica nacional, acompanhada por prolongada recessão.¹³⁶ Atitudes que só tendiam a receber o reconhecimento coletivo, visto o poder das narrativas, repletas de simbologias reivindicadoras da unidade paraense. Sementes que encontraram solo fértil de antecedentes históricos, legitimando as experiências empreendidas em nome do Pará, embora nem sempre bem sucedidas.

A continuidade da luta era ansiosamente aguardada, mas teria que ser mais eficaz e na esperança de surgir uma nova liderança, haja vista que Jader Barbalho frustrou os anseios da população. Quem seria o novo messias paraense? Muitos almejavam preencher esse vácuo de lideranças. Assentado numa imagem pública de austeridade, oposta do governante antecessor, Almir Gabriel (PSDB), nos seus dois mandatos (1995-2002), utilizou valores forjados do *paraensismo* constituídos como emblema legitimador de seus projetos. Reforçada pela propaganda

135 Idem. “Uma grande articulação política” e “Não faltaram críticas ao governo federal”, 29.05. 1991, p. A-12.

136 IDESP. Indicadores da Sócio-Economia Paraense. “Pará acompanha a recessão do país”, “Recessão provoca tempos difíceis”, v. 7, nº 01, jan/jun, 1992, pp. 02; 14-17.

oficial, no decorrer dessa administração, a veiculação do paraensismo tornou-se uma marca bastante representativa da administração tucana.

No plano internacional e nacional, vivenciavam-se o momento mais efetivo e agressivo do neoliberalismo, defendido e conduzido no Brasil nos governos de Fernando Collor, Itamar Franco, sobretudo, Fernando Henrique Cardoso. Na tentativa de superar a crise fiscal e a estagnação econômica, o governo FHC (1995-2002) implantou uma avassaladora reforma no Estado, baseada no receituário neoliberal, assentado na econômica de mercado, com a privatização de significativas empresas estatais e a desobrigação de investimentos nas áreas sociais, como saúde e educação, tornando-se alvos da cobiça da iniciativa privada.

Sustentada na ideologia de um novo projeto de civilização e retomada da modernidade, o neoliberalismo tornou-se hegemônico na sociedade globalizada, reforçado por intenso apelo midiático na tentativa de dissolver tradições e costumes, formando novos valores.¹³⁷ Na incorporação da cultura do livre-mercado, o governo FHC conduziu o desmonte do Estado varguista, acompanhado pela reforma fiscal, política e trabalhista, resultando na ampliação do desemprego, demandas sociais reprimidas, guerra fiscal entre os estados e a continuidade da questão regional.

Em novo paradigma, o local e o regional ultrapassaram o âmbito e os parâmetros do Estado nacional, ganhando a articulação com o global. Nessa nova dinâmica, as identidades locais e regionais, aparentemente fragmentadas e dissolvidas pela força da globalização, conseguem emergir como projeto contra-hegemônico, pulverizando o modo de pertencer, não mais circunscrito ao paradigma do Estado-Nação.

Acompanhando o processo de reforma do Estado, a “União pelo Pará”, *slogan* do governo tucano, embora defensora das reformas, sinalizava para uma coesão social em defesa de seus projetos. Num autêntico dilema, o repúdio e a denúncia contra a política desvantajosa de Brasília para com o Estado paraense não deixaram de ser veiculados. Se os fantasmas das últimas derrotas pareciam assombrar as elites belemenses, tais resíduos, por sua vez, se convertiam em novas demandas e lutas. O teatro, desta vez, ganharia uma performance mais identitária, emotiva e apelativa do ser parauara.

Apesar dessa aparência, as críticas tinham limites, uma vez que o governador, também tucano, era aliado incondicional ao presidente Fernando Henrique Cardoso, além de também implementar no Pará um projeto neoliberal, com privatizações, arrocho salarial, repressão aos

movimentos sociais etc. Mas isso não impediu, quando os interesses estaduais estavam ameaçados, de reencenarem o tradicional discurso regionalista, uma estratégia para abafar os opositores e dar uma satisfação aos paraenses. Atitude que recebeu significativa sustentação de uma massiva propaganda oficial, calcado no paraensismo, veiculada especialmente pelas empresas da família Maiorana.

As manifestações começaram logo no alvorecer do governo Almir Gabriel. O deputado federal Gerson Peres, do Partido Progressista Reformador (PPR)¹³⁸, momentaneamente, opositor no Congresso, solicitou que “respeitem o Pará”, devido a decisão da Caixa Econômica Federal, sem levar em questão o princípio federativo, com a decisão de subordinar a administração ao Ceará. Considerava o ato sem propósito, anti-econômico e anti-regional, discriminador e inconciliável com o princípio republicano federativo. O deputado ressaltou que “não há regionalismo neste pedido de respeito ao Pará”. Justificava a atitude “porque todo o Pará não concorda com a humilhação”.¹³⁹ A convicção do sentido negativo contido no uso do regionalismo intencionava diferenciá-lo de sua prática, numa tentativa de desvencilhar-se desse estigma para legitimar sua posição. O argumento paria inovador, embora alicerçado na tradicional prática política paraense, a qual era um dos signatários.

Além de veículos dessa enunciação, a grande imprensa envolvia-se na trama. Indignado com o corte de verbas destinadas ao Pará, inflamado com o anúncio que o governo federal emprestaria ao México 300 a 500 milhões de dólares, o editorial de *O Liberal* lamentou que “não mais do que de repente, nos descobrimos órfãos da Nação”. Apesar de ser uma grande ponta geográfica no mapa brasileiro, todavia, era “politicamente, um peso morto para a União”, porque sempre se mostrou mais interessada “a socorrer o Sul e até o México e a afagar o Nordeste”. Talvez seria porque os representantes políticos paraenses não tinham força política exigida para enfrentar o “poderoso lobby do Sul” ou estavam mais interessados nos cargos federais para seus correligionários. “De onde virá a nossa ajuda?”, indagava. Não obstante possuir as maiores reservas minerais do planeta, “somos, na verdade, um almoxarifado nacional”, que utiliza seus recursos para alimentar as chaminés do Maranhão, de Minas Gerais e do exterior, enquanto no estado sobram os problemas sociais. Encerrou com uma metáfora, a qual o Pará parecia a “birosca

¹³⁸ Gerson Peres foi deputado estadual pelo PSD, apoiou o golpe militar, filiou-se à Arena. Neste período, foi presidente da Assembléia Legislativa, vice-governador no mandato de Alacid Nunes (1979-1983). A partir de 1982 foi eleito sucessivamente deputado federal pelo PDS, posteriormente, PPR, atualmente, Partido Progressista (PP). Depois de fracassada tentativa de tornar-se senador em 2002, retornou à Câmara Federal em 2006.

¹³⁹ PERES, Gerson. “Respeitem o Pará”, *O Liberal*, 23 de abril de 1995, p. 03.

do Zé”, uma bodega suburbana, onde todos metem a mão, tomam porre, conversa mole e a conta fica pendente para pagar quando Deus melhorar o tempo.¹⁴⁰

O editorial não continha novidade, parecia mover-se pela continuidade. A narrativa apresentava-se com a característica de *O Liberal*, construída nas décadas anteriores, servindo como modelo de atuação política. Exemplo a ser seguido pelas autoridades paraenses. O influente matutino franqueou espaço para ideias semelhantes, como fez lembrar o artigo de Octávio Meira, *Terra de Ninguém*, similar na essência ao termo *birosca do Zé*: uma terra desrespeitada, sem autoridade.

O jornal fazia escola. Parecendo continuar, requestrar ou retomar algum artigo dos idos da década de 1970 ou início de 1980, o deputado federal Osvaldo Melo (PPR), registrou em abril de 1995 sua preocupação com o “esvaziamento econômico e social” do Pará, que estava a exigir uma tomada de posição de “todos nós”. Para alertar as autoridades, os órgãos de classes, os parlamentares, “sem distinção e sem coloração partidária”, deveriam despertar para o problema. Desse modo, mostraria ao governo federal a necessidade de providências drásticas e urgentes a serem implementadas.

O Poder Legislativo estadual, em consonância com as lideranças em Brasília, deveria ser o “fórum adequado para a defesa da economia paraense”. Reconhecia, por sua vez, que “nunca foi tão necessária essa afirmação e esse entrosamento”. Os representantes da sociedade “devem ficar atentos para ouvir o clamor, o brado de alerta”, que não são somente dos parlamentares, mas de todos os setores responsáveis e respeitáveis entre os paraenses. Ao citar os grandes investimentos realizados na região, “todos”, de um modo geral, tiveram escassos resultados de progresso, porque eram destinados à exportação, que geravam divisas em outras regiões. O momento era o mais propício para mobilizar Governo e opinião pública. Existe, portanto, algo mais sério a “desafiar a nossa inteligência e a nossa capacidade” no que tange à mudança dos rumos em favor do Pará e dos paraenses.¹⁴¹

Advindo da Arena dos idos do regime militar, o tradicional político reencenava o tal discurso, que de “novo” só tinha o título. Esvaziamento, união política independente de partido, alertar, clamar, bradar, mobilizar a população, integrava a narrativa requestrada e reavivada no calor da hora presente, entretanto, enraizada nas práticas adquiridas no passado de luta regionalista. O parlamentar, apesar de criticar aos primeiros efeitos da intervenção modernizadora, sustentou politicamente o regime autoritário, o qual financiou o modelo de ocupação gerador dos

140 *O Liberal*. Editorial, “Os pobres mais pobres”, 29.01.1995, p. 02.

141 MELO, Osvaldo. “Novos rumos para o Estado do Pará”, *O Liberal*, 23.04.1995, p. 02.

problemas que agora denunciava. A partir da enunciação do deputado, o cenário político no Pará encontrava-se somente repaginado, mantendo-se a performance. A única alteração ficou por conta da experiência dos personagens, devido sua longevidade nas atuações *em defesa* do Pará.

A dramaticidade não impediu o desnudamento da realidade. Quando do massacre dos trabalhadores Sem-Terra em Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, o editorial de *O Liberal* assinado por Romulo Maiorana Júnior, ao defender e justificar a ação do governo estadual, alegou que dos 19 sem-terra que morreram, somente “um” era nascido no Pará, o restante tinha naturalidade maranhense, cearense e piauiense. Portanto, o problema da questão fundiária “não era dos paraenses”. Uma prática identitária seletiva e excludente com o propósito de mascarar o verdadeiro projeto defendido, tendo o regionalismo como salvaguarda. A defesa do Pará revelava tão nociva quanto às mazelas denunciadas.

Aliado ao governador, o prefeito de Belém, Hélio Gueiros (PFL) também se manifestou ao criticar o poder central por pretender jogar “toda” a responsabilidade para o governo paraense. “Para mim, o conflito foi no Pará, mas não do Pará”. O “único” responsável pela reforma agrária é o governo federal, além de permitir que venham para o Pará os flagelados fugidos da seca e dos problemas sociais de todo o Brasil, “sem dar nenhuma infra-estrutura e sem dar condições ao governo estadual de suportar essa migração”.¹⁴² Nesse momento, ser aliado do gestor federal não havia tanta relevância. A intenção era justificar para a opinião pública a isenção de culpa na execução do massacre, se possível, repassando os dolos aos governantes em Brasília.

Nessa transferência de responsabilidade entre órgãos públicos da esfera estadual e federal, a questão social ficava deslocada, desviando a atenção do cerne do problema, como se fosse um episódio irrelevante, encoberta pela necessidade primeira de defender o interesse do Pará. Na essência da retórica regionalista, em nenhum momento demonstraram solidariedade com o drama dos massacrados. O projeto excludente defendido era incompatível com a causa social que gerou a tragédia. Mais uma nódoa desabonadora desse tipo de regionalismo praticado pelos guardiões paraenses.

A maré nada favorável nas águas turvas do rio Pará foi completada com o anúncio em junho de 1996 do relatório do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que teve a colaboração do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), demonstrando a dimensão da pobreza no

142 *O Liberal*. “Hélio Gueiros culpa a União por conflito”, 23 de abril de 1996, p. 07.

estado. O Índice de Desenvolvimento Humano registrava que o Pará estava entre os piores no Brasil, incluindo o Acre e de nove estados nordestinos.¹⁴³

Os dados oficiais constatavam o que já era diagnosticado desde meados da década de 1970. Agravada nos anos vindouros, a questão social batia às portas do Pará cobrando sua alta fatura, sem direito a postergar a quitação do débito social representado pela incidência de tensões nas cidades e nos espaços rurais. Este último, refletia a prioridade dada às grandes empresas exportadoras, inclusive com incentivo governamental, com atração crescente de imigrantes. Através de ocupação desordenada realizada pela agropecuária, queimadas, grilagens e trabalho escravo, a luta pela terra esteve inerente na ocupação da fronteira.

Passando por uma enorme crise de identidade após a série de dissabores, a começar pela repercussão negativa do massacre dos sem-terra em Eldorado dos Carajás, era necessário reagir. Numa era de propaganda e publicidade, a estratégia foi utilizada a fim de reverter a imagem do Pará com a construção de uma nova roupagem. A fim de atender esse desejo, foi planejada uma massiva campanha publicitária que promoveria o Pará. Diretamente envolvidas com as possíveis perdas, o Sistema Romulo Maiorana de Comunicação (atualmente Organizações Romulo Maiorana), lançou a campanha *Dispara Pará!*, idealizada e coordenada pelo empresário Romulo Maiorana Júnior.

No intuito de promover o desenvolvimento econômico estadual, destacava o emblema de um foguete disparando entre as palavras *Dispara* e *Pará*. Nas edições dominicais de agosto e setembro de 1996, publicou entrevistas com autoridades políticas e empresariais, que diagnosticaram e propuseram projetos para deslanchar o desenvolvimento. O periódico ainda destacou inúmeras propagandas com forte apelo à produção, iniciativa e inovação dos paraenses.¹⁴⁴

Numa autêntica representação da força exercida pelo jornal dos Maiorana, a campanha *Dispara Pará!* demonstrava sua inserção nos projetos a serem defendidos pelo Estado. Longe de ser espontânea, a campanha de *O Liberal* coincidia com o alinhamento da empresa de comunicação com a “União Pelo Pará”. Afinal, a imprensa tem uma função de “formular e

143 O Liberal. “Paraense tem pior qualidade de vida”, 23 de junho de 1996, painel, p. 01.

144 A campanha, inclusive, conquistou o “Grand Prix” do XXII Prêmio Colunistas Norte/Nordeste, considerado o mais tradicional e abrangente premiação de propaganda brasileira, reunido em Fortaleza. Ver: O Liberal, “‘Dispara Pará’ ganha o Grand Prix do Colunistas”, 15 de abril de 1997, p. 03.

difundir projetos”¹⁴⁵, sobretudo, na perspectiva de constituir e lutar pela hegemonia política¹⁴⁶, uma característica marcante das práticas regionalistas do matutino.

As disputas políticas eram momentos propícios para demonstrar tal articulação. Reforçada com a charge de J. Bosco, retratando um carrasco (sudeste), com uma mão segurava o saco do Fundo de Participação do Estado (FPE) e outra na intenção de decapitar o condenado e sofrido Pará - que desesperado, aguardava a hora capital -, a reportagem de *O Liberal*, “Cota per capita do FPE pune o Pará”, destaca, com base na opinião de especialistas e parlamentares, que o repasse da União é pequeno para o total da contribuição paraense na balança comercial brasileira, o que aumenta o “coro de vozes” que pede a alteração dos critérios de distribuição.

De acordo com o estudo realizado pelo deputado federal amapaense, Antônio Feijão, o repasse do Pará é um dos mais baixos da região. “O Pará é o primo pobre, o filho enjeitado da Federação”, afirmou o deputado, segundo a reportagem, “chocado com a descoberta”¹⁴⁷. O fato singular é que foi uma observação de um deputado amapaense em relação à situação do Pará, parecendo sensibilizado com o drama do estado vizinho, que tinha forte ligação histórica e cultural com o Amapá, desmembrado do Pará em 1953, quando da criação do Território Federal.

A distribuição das verbas do orçamento da União destinadas ao Pará, além dos cortes, foram constantemente denunciadas pelas lideranças parlamentares e reforçadas pelas reportagens de *O Liberal*, nos anos iniciais do primeiro mandato de Almir Gabriel, como na matéria: “Orçamento destina mixaria ao Pará”, comprovando que o governo federal está “fechando as torneiras para o Pará”. Nos sete primeiros meses de 1997, o Estado só conseguiu 3% do total aprovado para este ano. A repórter Sônia Vinas, da Sucursal de Brasília, acompanhando a desenvoltura dessas lideranças, ressaltou que a “choradeira é anual” no Congresso. “Todo o ano a cena se repete. Mal chega ao Congresso a lei do Orçamento Geral da União e se inicia uma longa batalha, com direito a muito choro e lamentação”. Os parlamentares da Amazônia reclamam da pequena fatia destinada à região e aos seus Estados, em particular.¹⁴⁸

Nesse momento, as tribunas da Câmara e do Senado tornam-se “palco de pronunciamentos ácidos em que é relacionado em detalhes o mau tratamento dispensado pelo governo federal a uma região mais carente do País”. Depois tentam convencer o relator do Orçamento a incluir emendas a fim de aumentar os “minguados recursos” para a região.

145 CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**. Periodismo e vida urbana - 1890-1915. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000, p. 147.

146 Conforme o diálogo com a obra de MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia, op.cit.

147 *O Liberal*, 01 de setembro de 1996, p. 10.

148 *O Liberal*, 14 de setembro de 1997, p. 07.

Retornam às tribunas com “nova rodada de discursos, manifestações, entrevistas amargas”, com questionamento sobre os critérios da União para a liberação dos recursos previstos. Após o prazo para a liberação dos recursos, fazem as contas para terem certeza do montante da liberação. Nada mais a fazer, “a não ser esperar pelo ano seguinte, quando começa tudo de novo”.¹⁴⁹ Começar novamente, repetidamente, era uma prática bastante usual das lideranças paraenses, calcada num exercício mendicante.

O modo de atuação dessas lideranças tornou-se repetitivo. Entre lamúrias e ressentimentos denotavam o complexo de inferioridade da representação paraense. Essas experiências tinham sua lógica na tessitura do enredo, pois precisavam ser teatralizadas para visualizarem e sonorizarem como satisfação de suas ações em defesa da causa que se comprometeram a lutar. Afinal, dessa forma perpetuavam-se no cenário político paraense no papel de personagens imprescindíveis ao projeto de desenvolvimento do Pará, guarnecendo seus interesses e fronteiras das ameaças adventícias.

No contexto de reformas do Estado promovidas pelo governo FHC, a situação financeira estadual foi agravada com a aprovação da reforma tributária sobre a desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das exportações. A decisão incidiu fortemente no Pará devido sua economia sustentar-se em produtos primários e semi-elaborados, como minério e energia. Duramente atingido, o governo tucano estadual não reagiu prontamente, provavelmente, pelas suas ligações de subserviência com a gestão federal, porém, por não adquirir a compensação prometida, foi pausadamente externando seu descontentamento no intuito de dar visibilidade aos projetos defendidos perante o público paraense. Nesse momento, as conveniências regionalistas tinham mais ressonância que qualquer compromisso com os aliados do planalto.

As ações políticas tornavam-se imprescindíveis. Residindo em Brasília e sem mandato após perder a disputa para o governo estadual em 1994, mas ainda inserido no cenário político, Jarbas Passarinho continuou com a tradicional narrativa de marginalização do Pará. Ao participar de um *workshop* promovido pela Eletronorte sobre o planejamento energético como subsídio para o desenvolvimento, constatou através dos técnicos do Ministério do Planejamento, “a sensação de que o Pará se transformou numa ilha de isolamento no planejamento dos programas do Brasil em Ação, absolutamente marginalizado”. Na continuidade dos argumentos de um passado recente, atualizavam-se as demandas.

149 Idem.

Todos os eixos de desenvolvimento ferroviário e rodoviário “desbordam” o Pará, o qual ficou no “vazio”, prosseguiu. A vantagem geográfica do estado não foi considerada, a exemplo da construção do porto de Santarém, complementado pelo asfaltamento da Cuiabá-Santarém. Os impostos, geração de emprego e desenvolvimento foram para Rondônia e Amazonas, que colheram os frutos “às custas do desinteresse de quem deveria lutar pelo Pará”.¹⁵⁰ A retórica tinha lastro histórico.

A conclusão de seu artigo sinaliza para o *desinteresse* das atuais lideranças políticas que deveriam *lutar* pelos paraenses. A omissão resultou na marginalização estadual. Maior liderança paraense durante o regime militar ao exercer influentes cargos no alto escalão do governo federal, Passarinho teve ampla possibilidade de *lutar pelo Pará*, mas deixou-se conduzir pela defesa dos projetos do poder central, que nem sempre coincidiam com os interesses do *marginalizado* Pará, a exemplo da construção da hidrelétrica de Tucuruí, realizada pela Eletronorte que, atualmente, era uma das promotoras do *isolamento* do estado. A enunciação apontava para um líder regionalista, mas com a conveniência incoerente de defender projetos opostos. A comparação entre o presente e o passado desmentia determinadas dizibilidades fundadoras do regionalismo da longeva liderança civil-militar.

Situação semelhante deu-se com o artigo do deputado federal Osvaldo Melo (PPR), antigo opositor de Passarinho desde os quadros da antiga Arena, quando propôs “reagir à humilhação” perpetrada pelo governo federal contra o Pará. A divulgação do Plano Plurianual (PPA-2000) motivou sua insatisfação, por não apresentar propostas consistentes para o desenvolvimento da Amazônia, em particular do Pará. “O que se pretende é a perpetuação de atraso, da pobreza, do subdesenvolvimento”. Caso a Amazônia e o Pará em particular, venham depender do governo federal, “devem continuar como simples colônias”. Por fim, determinava que o Pará e os paraenses não poderiam “conviver com mais tempo com tamanha humilhação”.¹⁵¹ Enunciações desse tipo, favoreciam o estilo de visibilidade defensora dos tradicionais regionalistas, como requeria o marginalizado, colonizado e humilhado Pará em relação à vigilância de seus parlamentares. A narrativa atualizada acompanhava as novas demandas políticas, sem prescrever medicação para as causas dessa dependência.

Ao repercutir a matéria de *O Liberal*, “Desníveis marcam o pobre e rico Pará”, na qual afirma que “o Pará é um pobre Estado rico” por conviver simultaneamente com indicadores econômicos e sociais de prosperidade e de miséria, o educador Meirevaldo Paiva analisou que

150 PASSARINHO, Jarbas. “O Pará marginalizado”. *O Liberal*, 19 de abril de 1998, p. 02.

151 MELO, Osvaldo. “O Pará deve reagir à humilhação”. *O Liberal*, 16 de maio de 1999, p. 11.

aquele rótulo da matéria, não é uma questão de frase feita, chavão ou slogan sem sentido. Do mesmo modo, não pode significar pessimismo, derrotismo ou catastrofismo, como os que tentaram divulgar na opinião pública “os cínicos otimistas por dever de ofício”, que certamente discordaram do teor da reportagem.¹⁵²

Meirevaldo reiterou a constatação da matéria sobre a pobreza do Pará, porque ela é muito mais cruel, devido “à miséria social e a pobreza da mediocridade de suas classes dirigentes” são realizadas “à custa de uma riqueza de quem faz do Pará apenas um bom motivo de enriquecimento”. Para analisar a questão do Pará, torna-se necessário discutir a injustiça sócio-econômica, o ensino desqualificado, o qual impede o povo de “ter e ser”, a subserviência política, a ausência de saúde e a humilhante situação dos miseráveis. Isso só acentua a pobreza política do rico estado paraense. Condição que a riqueza econômica só será alcançada quando o povo se autodeterminar politicamente a fim de deixar sua conformação. O mais deplorável, além da pobreza material, é a pobreza intelectual, social e política, porque impede a consciência das novas gerações. Por isso só restava dizer: “adeus, Pará”.¹⁵³

A catástrofe levantada pelo educador sobre o futuro do Pará, tantas vezes já denunciada por outros intelectuais, políticos e empresários, tinha o seu lado singular, não somente pelas críticas às elites paraenses, mas a enunciação no espaço de *O Liberal*, um órgão organicamente comprometido com tais classes dirigentes, que enriqueceram ao longo desses anos com a pobreza da população. Passando ao público seu papel defensor do Pará, o informativo não pode ser entendido de modo homogêneo e monolítico, o que permite a publicação de idéias divergentes da opinião da empresa, porém acabam convergindo para os projetos visibilizados pela linha editorial.¹⁵⁴

Muito mais do que uma fonte para este trabalho, *O Liberal* tem que ser entendido como agente político, promotor da pauta de discussão e do tom das narrativas, tudo bem articulado aos projetos que defende. Não houve tanta diferença desde a década de 1970. No editorial de maio de 1999, “O Pará discriminado”, já no início, demonstrou o seu papel: “O governo federal embrulhou as prioridades administrativas do governo estadual: deu um nó tão cego que está

152 A reportagem de *O Liberal* foi publicada na edição de domingo 30 de maio de 1999. PAIVA, Meirevaldo. “Adeus, Pará”. *O Liberal*, 07 de julho de 1999, p. 02. Os artigos do educador foram publicados, inclusive o referido artigo. **Sementes do Conformismo**. Belém-PA, 2004, pp. 245-247.

153 Idem.

154 Durante a pesquisa realizada no Mestrado, constatamos a existência no interior do jornal de tendências divergentes, como os colunistas João Malato, informante do CNI, inclusive, Jarbas Passarinho, que escrevia uma coluna aos domingos, porém, também se encontrava o socialista Cleo Bernardo e o já consagrado polemista Lúcio Flávio Pinto, muitas vezes em discordância da linha editorial. Porém, esta tendência foi perdendo espaço após o falecimento de Romulo Maiorana, em 1986, sobretudo, com as articulações realizadas por Romulo Maiorana Júnior, inviabilizando, por conseguinte, a permanência de Lúcio Flávio Pinto nos quadros da empresa.

desafiando a paciência do governador e da bancada paraense no Congresso para desamarrá-lo”. A perplexidade maior devia-se ao fato que o governador e o presidente serem do mesmo partido. A aproximação, contudo, não resultava em tratamento especial, pelo contrário, é “desigual”, comparado aos outros Estados, chega a ser “perverso”. O estado paraense estava longe dos orçamentos previstos, das políticas públicas dos ministérios, das prioridades prometidas, “condenado por uma segregação absurda”, que fere importantes regras do bom senso e da coerência política.

As desigualdades políticas, sociais e econômicas no Brasil, não somente expressam as disparidades regionais, como também refletem o “tratamento desigual e discriminatório”, continua o editorial, demonstrando a atitude desrespeitosa do governo federal para com o governo estadual e a sociedade paraense. “O desprestígio do Pará no cenário nacional, é um fato singular”. Referendado nessa afirmação, considera que “pouco adianta voltar-se para o passado em busca de causas inaceitáveis”. Interessava, sim, realizar um esforço para alterar a “mentalidade dos brasileiros que vivem nesta região”, para que não continuem a “confundir destino com punições marcadas por caprichos políticos que desviam o curso de histórias mal-contadas”.¹⁵⁵ História e Política, eis a relação que nem sempre possibilitou narrativas esclarecedoras dos meandros essenciais para interpretar a sociedade paraense, conforme a lamentação e exigência do Editorial.

O encerramento da escrita sinaliza para uma alteração das interpretações construídas pela maioria dos argumentos regionalistas: a busca das origens no passado para as causas da discriminação e desigualdade paraense. Atando-se ao presente com suas amargas desditas identificadas como *caprichos políticos*, ou seja, disputas mal sucedidas em torno de projetos almejados, o Editorial visava um futuro diferente e promissor. Urgia, nesse sentido, modificar a cultura dos moradores para que percebessem a realidade sofrida do Pará, sem desvios do desenvolvimento e com consciência histórica para os desafios a serem enfrentados. O regionalismo, desse modo, precisava ser redimensionado.

Dependente e submisso, qualquer anúncio de crise abalava os alicerces paraenses. Sob os efeitos da crise energética de 2001, conhecida como “Apagão”, as tensões com o governo federal tiveram novo capítulo a partir da obrigatoriedade do Estado em aderir ao racionamento de energia. Com o argumento de ser um estado exportador através de Tucuruí, o Pará não poderia ser “penalizado” com o corte de 20% de consumo, o qual prejudicaria sua indústria e os consumidores. Autoridades políticas e segmentos do empresariado criticaram a determinação de

155 O Liberal, “O Pará discriminado”, 02 de maio de 1999, p. 02.

Brasília, inclusive, o governador tucano devido aceitar tal sacrifício por outras regiões, além de acatar incondicionalmente a ordem federal, embora, no início, não concordasse, externando a defesa dos interesses do Pará.¹⁵⁶

A utilização dessa estratégia defensiva deu-se em diversas oportunidades, inclusive, nas mais inusitadas, a exemplo do suplente de senador Fernando Flexa Ribeiro (PSDB), que após o relaxamento de sua prisão pela polícia federal, na chamada “Operação Pororoca”, em novembro de 2004, afirmou que assumiria a vaga deixada pelo senador Duciomar Costa (PTB), eleito prefeito de Belém, em 2004. Desse modo, continuaria a “defesa do Pará”.¹⁵⁷

Na função de presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), em 1990, o engenheiro Flexa Ribeiro criticou a política do governo federal no Pará, considerada “uma espécie de apartheid econômico com o qual não podemos nos conformar”. A tal segregação dificultava e impedia a “participação do homem paraense nas riquezas existentes no nosso próprio território”. Tornava-se necessário, portanto, industrializar as “matérias-primas aqui mesmo”. Na versão de guardião, era imprescindível que “a nossa classe política seja fortalecida, para que possa defender os nossos interesses com maior probabilidade de êxito”.¹⁵⁸ Defender o Pará, eis a saída, seja à frente de uma entidade empresarial ou como futuro senador, após sua prisão por desvios de verbas públicas.

O próprio Duciomar Costa, no seu primeiro ano no Senado, não fugiu à tradicional regra: “Infelizmente, é necessário que se diga, o Pará sempre foi posto à margem das grandes decisões nacionais, consequência de nefastas políticas que, ao longo dos anos, vem aumentando o fosso das desigualdades regionais no Brasil”.¹⁵⁹ Durante a discussão pela Reforma Tributária e as repercussões econômicas que trariam para o Estado, o parlamentar reforçou toda uma histórica enunciação: “Quando cheguei a esta Casa como senador da República, o que mais me deixou triste e constrangido foi perceber que a região Norte deste País - em especial o Estado do Pará - é tratada com discriminação pelo restante da Federação”. Em fim, não poderia “aceitar” que leis como essa, “perversa” com a região, prospere no Senado.¹⁶⁰

156 O Liberal, “Pará terá de economizar 20% de energia”, 11 de julho de 2001, Painel, p. 01, ver também: “Empresários consideram redução de 20% inviável no Pará”, 12 de julho de 2001, Painel, p. 01.

157 Diário do Pará, 09.11.2004.

158 Apud PETIT, Pere, op. cit, pp. 293-294.

159 Discurso proferido em 08 de maio de 2003, no plenário do Senado Federal. “Manifestação a favor de uma reforma política transparente para a modernidade”. Duciomar Costa. **Atividade Parlamentar**. Primeiro semestre de 2003. Brasília: Gráfica do Senado, p. 18.

160 Idem. Discurso proferido em 07 de maio de 2003. “A Reforma Tributária e suas consequências para o Estado do Pará”, p. 34.

Analisar projetos em disputas, os interesses e as diferenças que tais práticas tiveram no decorrer do processo histórico no Pará passam a ser relevante, para não caírem em reducionismos e homogeneizações como experiências políticas. O regionalismo embutido nos casos de Flexa Ribeiro e Duciomar Costa¹⁶¹, inclusive, Jader Barbalho, tornam-se sintomáticos, tendo em vista serem autoridades acusadas de desvios de conduta ética ao longo de suas trajetórias públicas. A defesa de seus projetos particulares, o que era mais conveniente, antecipava-se à enunciação efusiva de guardiões do Pará.

Na tentativa de desviar a atenção ou repassar a responsabilidade do agravamento das questões sociais, a recorrência ao regionalismo por essas lideranças, não impediu a explosão de outro insólito episódio: o assassinato da missionária Dorothy Stang. Uma nova tragédia que, novamente, maculou a imagem do Pará perante a “opinião pública” nacional e estrangeira. Fato de repercussão proporcional ao massacre dos membros do MST, ocorrido em Eldorados dos Carajás, em 1996. O governo Simão Jatene (PSDB) não titubeou em jogar a culpa no governo federal, capitaneado pelos adversários petistas.

A grande imprensa nacional passou a veicular que o estado era uma “terra sem lei”, causando uma imediata repulsa e indignação por parte de setores da imprensa local e de leitores. Numa reversão do episódio ao seu favor, retrucaram com a denúncia de que São Paulo e o Rio de Janeiro possuíam casos mais graves de criminalidade, mas não recebiam este tipo de tratamento depreciativo. Portanto, mais uma discriminação contra os paraenses! A essência da tragédia em si, não integrou a pauta do debate público, buscando o anteparo regionalista para refutar os estigmas lançados.

Os significados dos regionalismos como projetos dessas e de outras lideranças, necessitam de uma abordagem esmiuçada, a fim de não serem confundidos com análises de discursos desvinculados das experiências dos sujeitos, especialmente quando envolvem disputas entre grupos políticos e empresariais que vão além dos projetos que anunciam defender. O clima ficava mais tenso quando havia casos pendentes advindos de um passado nenhum pouco auspicioso aos paraenses. Anunciar as próximas disputas, recuar, negociar e travar novas batalhas, integraram o jogo político, especialmente no Pará.

161 Entre as acusações, está a falsificação de um diploma de médico, além de ter desviado recursos públicos para uma estrada a ser pavimentada no sudeste do Pará. No primeiro, o processo expirou. No segundo, as denúncias foram encaminhadas ao Ministério Público ainda no processo de disputa eleitoral de 2004, sobretudo, após a denúncia da revista *Isto é*, de agosto do mesmo ano.

Pará e O Liberal *versus* Vale: a batalha continua...

Sem generalizar a crítica ao Estado brasileiro, uma forma de contribuir para despersonalizá-lo, entre os confrontos de grande visibilidade travados pelas autoridades e empresários paraenses nas últimas décadas deu-se com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), sobretudo em relação à questão do escoamento e beneficiamento do minério. Episódio de amargas lembranças e ainda motivos de lamentações na seara parauara.

O estranhamento das relações com a empresa mineradora ganhou novo capítulo de intensa polêmica a partir do processo de privatização, em 1997. Por ser um projeto da esfera federal, teve a omissão do governador Almir Gabriel, traduzida na sinalização de apoio. Em meio às tramas tecidas nos bastidores dos poderes, contribuiu a promessa de verticalização da produção de minérios em território paraense, representado pelo projeto Salobo. Depois de privatizada, todavia, as autoridades estaduais entraram em conflito com a grande empresa, devido o não cumprimento do acordo estabelecido.

A imagem de um Pará explorado e desrespeitado pela Vale, que levava as riquezas minerais e deixava somente os “buracos” no solo paraense, tornou-se recorrente nas manifestações das autoridades políticas e de grupos empresariais. Na tentativa de justificar os erros e transferir a responsabilidade, a Vale simbolizava a principal causa dos problemas paraenses, o autêntico *Dragão da Maldade*, segundo a metáfora cunhada pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto. Mesmo reconhecendo a força do adversário, o Pará tinha defensores à altura: Almir Gabriel, Simão Jatene e *O Liberal*.

As artes iconográficas produzidas por Luiz Pinto¹⁶², orientadas pelos pedidos do irmão Lúcio Flávio Pinto, representaram os cenários de tensões, articulações e artimanhas dos grupos envolvidos nas disputas pela siderurgia de aço, quando os interesses dos poderes instituídos foram desnudados.

¹⁶² Para um comentário de Lúcio sobre a importância artística de Luiz em seu modo de fazer imprensa, ver: PINTO, Lúcio Flávio. “A parte do Luiz”. **Contra o Poder**. 20 anos de Jornal Pessoal: uma paixão amazônica. Belém: Edição do Autor, novembro 2007, pp. 278-279. Sobre um trabalho direcionado aos usos das iconografias no Jornal Pessoal, ver: AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. **Oralidade e riso na primeira página do Jornal Pessoal**: um recorte cultural da Amazônia. Mestrado em Comunicação e Semiótica. PUC-SP, 2002.



Imagem: 01

Fonte: Jornal Pessoal, ano XVI, nº 298, março de 2003. A tradicional imagem de São Jorge guerreiro (Pará) montado em seu raivoso cavalo enfrentando o dragão (CVRD) serviu para caracterizar a disputa pela siderúrgica com o Maranhão. No momento, o terrível dragão parece acuado pela valentia do guerreiro paraense, que contava com a subscrição dos que tinham ojeriza pela empresa.

As ações do governador Simão Jatene (PSDB), apoiadas pelo jornal *O Liberal*, tentavam mobilizar a opinião pública contra a grande empresa mineradora, calcados na enorme rejeição entre os paraenses construída ao longo dos anos de exploração mineral. A decisão, novamente, não foi favorável. Na contramão das práticas das autoridades políticas e empresarias do Pará e da grande imprensa, o jornalista Lúcio Flávio Pinto retratou através de algumas imagens a disputa, tanto para criticar a postura das lideranças paraenses, quanto a própria grande empresa e os resultados negativos ao Pará.



Imagem: 02

Fonte: Jornal Pessoal, ano XVI, nº 299, 1ª quinzena de abril de 2003. Se na imagem anterior a valentia do guerreiro paraense acuava o dragão (CVRD),

desta vez, a força era desproporcional: o forte dragão desdenhava o esforço do guerreiro, demonstrando o seu poder superior, sobretudo, em tomar as decisões sobre a siderurgia. A indagação de quem ficaria no *front* de batalha era uma forma de convocar a opinião pública, sem ficar restrita aos governantes e aos órgãos da grande imprensa, que tinham outros interesses.

A decisão da Companhia Vale do Rio Doce em instalar a siderúrgica no Maranhão não foi surpresa para o jornalista Lúcio Flávio Pinto. A inoperância das lideranças paraenses, apoiada pela grande imprensa, estava entre os principais motivos. As imagens abaixo de Luiz Pinto buscaram representar a nova tragédia do Pará que parecia ser contínua em relação à CVRD e ao Maranhão. O Pará revivia o fatídico acontecimento de 1973, atualizado com novas cores o drama regionalista, mas diferenciada na crítica ao conjunto da tessitura envolvida:



Imagem: 03

Fonte: Jornal Pessoal, ano XVI, nº 301, 1ª quinzena de maio de 2003. No novo e iminente resultado desfavorável ao Pará na disputa com o Maranhão, devido o despreparo de suas autoridades, a situação caracterizou a tragédia dos paraenses. Depois da “opção maranhense”, o mapa do Pará representava o seu próprio túmulo.

A grande imprensa, do mesmo modo, tinha o seu quinhão de culpa. Quando não cobrava uma atitude por parte das classes empresariais e políticas, encabeçava o discurso regionalista. Articulada à *União pelo Pará*, o matutino das ORM constituiu-se em agente político, mediando e envolvendo-se nos casos em que os interesses do Estado pareciam estar ameaçados, a exemplo do confronto com a CVRD, que exploraria as riquezas minerais e deixava somente os “buracos”, enquanto decidia construir uma fábrica de beneficiamento de minério no Maranhão, prejudicando a economia estadual.

No reforço de seu projeto editorial, todos os meios foram utilizados, a exemplo das mensagens transmitidas pelas charges. Engajado no projeto da empresa, o cartunista J.Bosco representou com traços e humor os embates no Pará. Fontes para a história, as charges tentam representar com fino humor o cotidiano, as tensões, os projetos políticos de seu tempo, não sendo diferente na imprensa paraense. Publicado logo abaixo do editorial de *O Liberal*, entre as colunas de opinião, como porta-vozes da opinião pública, a arte de J.Bosco revela o comprometimento do jornal com determinados temas, uma prática corriqueira na grande imprensa nacional.¹⁶³

Vale e Sarney, os principais adversários do Pará, como não poderia ser diferente, ganharam notoriedade nos traços de J.Bosco, denunciando todo o ressentimento entranhado nas fímbrias da grande imprensa e dos líderes políticos e empresariais.

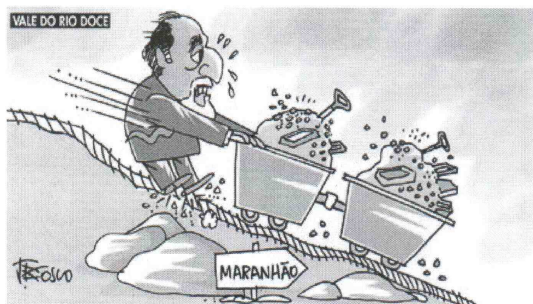


Imagem: 04
Fonte: O Liberal, 20.02.2003

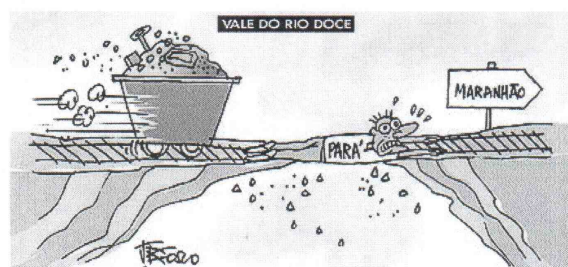


Imagem: 05
Fonte: O Liberal, 23.02.2003.

163 Para um estudo sobre os usos das charges como opinião do jornal nos periódicos, Folha de São Paulo e O Globo, com destaque para o episódio da violação do painel do Senado Federal, ver: MIGUEZ, Íris Carolina Lopes de Souza. **Arranjos Combinatórios**. A Charge nos Estratagemas de Construção da Identidade do Jornal. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Simiótica. PUC-SP, 2003. Ver também sobre a importância crítica do humor transmitido pelas charges: SALIBA, Elías Thomé. **Raízes do Riso**: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Conferir também uma discussão mais ampla sobre os usos da imagem: BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**. História e Imagem; tradução: Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Edusc, 2004.



Imagem: 06
Fonte: O Liberal, 16.03.2003

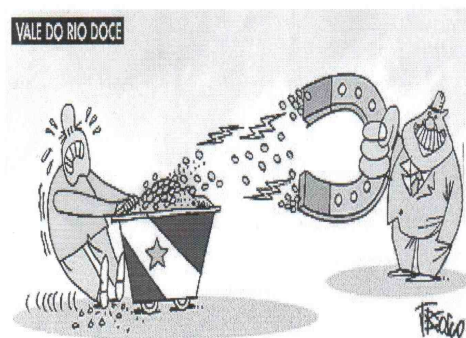


Imagem: 07
Fonte: O Liberal, 14.07.2003

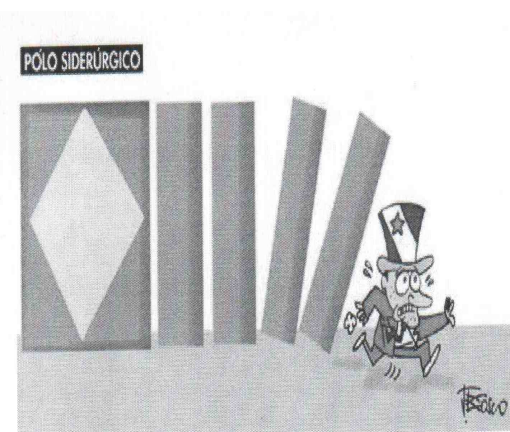


Imagem: 08
Fonte: O Liberal, 15.07.2003

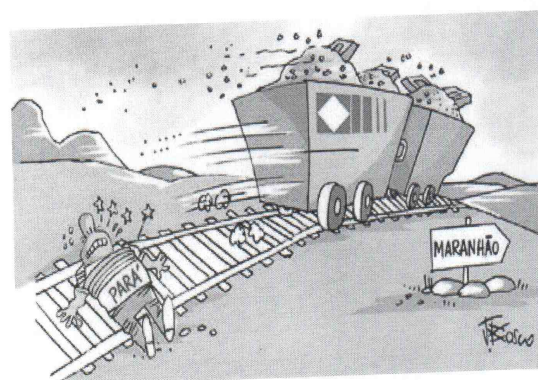


Imagem: 09
Fonte: O Liberal, 30.07.2003

As charges são reveladoras das tensões com a grande empresa, mas também atingiram o tradicional inimigo do Pará: José Sarney, que teria influenciado, novamente, a derrota dos paraenses para os maranhenses nos projetos de beneficiamento do minério de Carajás. O governador é destaque na imagem do dia 20 de fevereiro de 2003, fazendo um enorme esforço a fim de deter a passagem do carregamento dos minérios pela ferrovia que rumava para o Maranhão. Identificava, desse modo, a luta de Simão Jatene. Três dias depois, num duplo sentido, o Pará, na iminência de despencar, é uma passagem entre um precipício para o transporte ferroviário do minério. A história parecia repetir-se: as riquezas do estado desviavam-se para o Maranhão e com sérias ameaças ao futuro do Pará.

No mês seguinte, com a sinalização da luta do governador, José Sarney encontra-se incomodado com a sonorização de Simão Jatene, que foi músico, na disputa pelo pólo siderúrgico, demonstrando sua mobilização. Meses depois, véspera do anúncio oficial e parecendo certo da vitória, Sarney, sorridente e impávido, sugando com um imenso imã as riquezas do Pará, sem que um esforçado paraense consiga detê-lo. No dia seguinte, num embate de forças desproporcionais, parte da logomarca da poderosa empresa está despencando em cima de uma autoridade paraense, a qual aparece diminuta em relação à Vale. A autoridade corria ante a ameaça de atingir a cabeça do paraense. No dia 30 de julho de 2003, a tragédia é literalmente consumada, com os vagões da Vale abarrotados de minérios passando por cima do Pará em direção ao Maranhão. Sinalizava o desfecho da disputa com o Maranhão.

Alinhado ao governo Simão Jatene (PSDB), em julho de 2003, devido sua incessante acusação de prática lesiva da CVRD para com o Pará, *O Liberal* foi processado pela grande empresa. Mas, o que parecia ser um desgaste para sua imagem, o matutino soube tirar proveito do episódio, arregimentando para si um sentimento identitário dos parauaras. A manchete indiciava essa intenção: “Vale abre processo contra O Liberal por defender o Pará”. Na chamada da reportagem, acrescentava: “Posição do jornal em favor da verdade e dos interesses dos paraenses é tida como difamação”.¹⁶⁴ Na capa e no corpo da reportagem, enfatizava as fotografias com os depoimentos de lideranças políticas e empresariais, com o objetivo de evidenciar a adesão recebida das autoridades.

Poderosa, mas desgastada entre os paraenses depois da enxurrada de ataques, a Vale tornava-se a grande vilã, enquanto o jornal dos Maiorana, favorecido pela circunstância de *defesa* dos paraenses, elevava sua cotação como bravo herói da causa dos menos afortunados. No dia seguinte da veiculação da denúncia, o matutino ressaltava a ampliação do reconhecimento: “Processo contra O Liberal deixa paraenses indignados”.¹⁶⁵ No entanto, os reais motivos dessa atitude dos Maiorana foram revelados por Lúcio Flávio Pinto: a Vale se recusou a patrocinar alguns projetos das ORM, como o Arte Pará 2003 e o Caminhando pelo Pará. Este último, uma tentativa de promover a almejada candidatura de Romulo Maiorana Júnior, possivelmente ao Senado. Em suma, as conveniências empresariais e políticas pareciam anteceder o estilo de “defesa” de *O Liberal*.¹⁶⁶

164 *O Liberal*, 29.07.2003, capa.

165 *Idem*, 30.07.2003, capa.

166 Para um estudo das práticas de *O Liberal* nas tramas políticas no Pará, especialmente nas articulações com o governo estadual tucano e no combate ao governo de Belém, administrado pelos petistas, no contexto das eleições de 2000, ver:



Imagem: 10
Fonte: O Liberal, 29.07.2003



Imagem: 11
Fonte: O Liberal, 30.07.2003

As capas de *O Liberal* durante o conflito com a grande empresa demonstravam o clímax de tensão. A imagem registrou a manchete da abertura do processo judicial da Vale contra o matutino, logo abaixo, destacou a manifestação de contrariedade de algumas autoridades do Pará com a posição da Vale, numa demonstração de solidariedade recebida. No dia seguinte, a decisão do pólo siderúrgico favorável ao Maranhão, mas com a promessa de retaliação do governador Jatene (foto). Na parte de cima, uma estratégia inovadora, a charge de J. Bosco representa o presidente da Vale, Roger Agnelli, puxando o trem abarrotado de minério, perseguido pelos revoltados parauaras. Abaixo, a manchete da indignação dos paraenses com o processo movido contra *O Liberal*, destacado com a foto do arcebispo Metropolitano de Belém, Dom Vicente Zico, que fazia lembrar a atuação do arcebispo Dom Alberto Ramos, em 1973, quando do episódio do escoamento do minério.

Em meio ao confronto com a empresa mineradora, outra polêmica ocorreu em janeiro de 2004. Desta vez a partir da denúncia que o senador José Sarney (PMDB-AP) pretendia criar uma “superzona franca” na Amazônia, mas com a exclusão do Pará de seus benefícios fiscais. Depois de acompanharem o desenvolvimento econômico de Manaus através da Zona Franca, as lideranças paraenses, sobretudo da capital, não poderiam permitir que uma nova oportunidade de

favorecimento comercial e industrial passasse ao largo do Pará. Reagir, antes da concretização da supressão paraense, era vital.

Sarney, o terrível inimigo, voltava a atemorizar as combalidas hostes paraenses, surpreendidas com mais novo ataque. A onda de indignação alastrou-se pela imprensa, promotora do clímax de defesa: um prato cheio para as charges de J.Bosco:

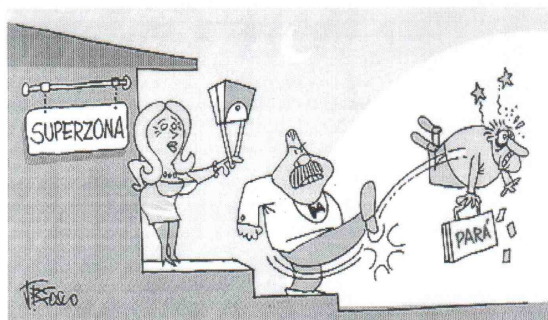


Imagem: 12
Fonte: 22.01.2004



Imagem: 13
Fonte: O Liberal, 25.01.2004



Imagem: 14
Fonte: O Liberal, 28.01.2004

O episódio representava mais uma trama urdida por Sarney ao surpreender as incautas autoridades paraenses em Brasília com a criação da “Superzona”. Na demonstração de toda sua versatilidade artística, J.Bosco utilizou uma estratégia de duplo sentido: a superzona franca transformava-se em zona do meretrício, como revelada na Imagem 09, onde o garçom Sarney serviu rupinol (sonífero, uma prática corriqueira na zona de prostituição) para a bancada paraense que se divertia na “zona”. O episódio sinalizava a inoperância política na vigilância da causa estadual daqueles que se arvoravam no papel de guardiões do Pará. Numa situação humilhante, a

imagem 10 registrou o raivoso cafetão Sarney, representativo de seu poder, expulsar o alquebrado Pará a pontapé da “superzona”, consolidando a situação de fraqueza das lideranças paraenses, desmoralizadas com a forma da expulsão.

No momento em que a mobilização surtiu o efeito aguardado, como deveria ocorrer numa perspectiva regionalista, na Imagem 11, a bancada paraense se revolta e joga a mesa para cima de Sarney, quando empunhava o projeto de lei. A partir da tensão criada, o projeto não foi aprovado no Senado. Os paraenses pareciam reviver antigas disputas e derrotas, mas agora, podiam comemorar uma batalha favorável contra o velho, porém ainda influente e perigoso adversário.

Depois de encerrado o seu mandato, num pronunciamento direcionado à CVRD, se inspirou na imagem inferiorizada de terra de índio como arma de combate: “Algumas pessoas, lá fora, podem pensar que aqui só existem índios. É verdade que aqui temos os nossos índios, mas essas pessoas devem saber que nós não temos o nariz atravessado”.¹⁶⁷ Amparar-se no estigma de terra de índio, possibilitava mobilizar e falar em nome da população que, certamente, refutaria a discriminação, apoiando o seu defensor contra a exploração da grande empresa.

A prática do tucano, porém, era paradoxal em relação à grande empresa. Nos oito anos de governo do “cacique branco” Almir Gabriel, os lucros da Vale foram crescentes no Pará. O discurso anticolonialista do ex-governador era “carregado de razão”, mas integrava a retórica do seu caciquismo, “uma das maiores pragas que assolava o Pará republicano”, a exemplo de sua infeliz inspiração, devido, entre outros, o desprezo pelos povos indígenas do Pará. É por isso que o Pará não poderia depender dessas “figuras sebastianistas (como os Baratas, Barbalhos e Gueiros)”, porque ficaria “parado” e o povo “bestificado”, sem ser redimido pela “retórica” de seus caciques “com ou sem nariz atravessado”.¹⁶⁸ Crítico contumaz das práticas das elites políticas paraenses, Lúcio Flávio Pinto, numa situação como essa, defendia a necessidade de uma liderança, uma “voz” no Pará, porém, diferenciada das práticas dos líderes *sebastianistas*. Líder que Almir Gabriel não conseguiu ser.¹⁶⁹

Na tentativa de se credenciar a ser novamente candidato ao governo estadual, Almir Gabriel desferiu inúmeras críticas aos anteriores governos do Pará que estabeleceram relação com a Vale, com repercussão na soberania e territorialidade do poder no Pará, desse modo, o “santo guerreiro” apresentava-se contra o “dragão da maldade”. Segundo Lúcio, o ex-governador não

167 Jornal Pessoal, “O Pará e sua doença: o caciquismo retórico”, ano XVII, no 318, 2a quinzena de fevereiro de 2004, p. 03.

168 Idem, p. 04.

169 Jornal Pessoal. “Almir Gabriel. Um nome, não uma época”, ano XXI, nº 407, 2ª quinzena de dezembro de 2007, pp. 01-03.

tinha autoridade moral, ética, política ou administrativa para se “apresentar como cavaleiro imaculado, capaz de reconquistar a autonomia e a dignidade do Pará”, sendo incoerente, a exemplo da concessão ampliada de benefícios fiscais à empresa no ano 2000.



Imagem: 15

Fonte: Jornal Pessoal, ano XXIII, nº 456, 1ª quinzena de janeiro de 2010. Numa caricatura da obra de Glauber Rocha “O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro” (1969), a charge de Luiz Pinto retrata o “santo guerreiro” Almir Gabriel inflando o falso dragão (Vale) a fim de respaldar sua ambição de retomada da liderança política estadual.

A atuação do médico Almir Gabriel não era “exceção” entre as lideranças omissas e coniventes com a condição colonial. “Pelo contrário: é um dos que mais contribuiu para que essa situação se consolidasse”. Depois do desnudamento desse pretense líder, o jornalista finalizou apontando uma das causas da histórica submissão paraense: “O Pará continua órfão de líder de verdade, dotado de autonomia e competência para lidar com os principais personagens da história do Estado”.¹⁷⁰ A narrativa de Lúcio Flávio Pinto sobre a inoperância dos dirigentes do Pará integrou a pauta de sua interpretação acerca da realidade estadual. A orfandade contribuiu decisivamente na consolidação do modelo vigente.

Mas as derrotas do Pará não poderiam ser traduzidas de forma cômica, apesar de retratar a realidade vivida, as interpretações não poderiam ser desviadas para o regionalismo tosco ou sentimentais sem as fundamentações necessárias. No final de 2003, o jornalista Lúcio Flávio Pinto ao analisar os últimos projetos perdidos pelos paraenses, novamente para o Maranhão, construiu interessante reflexão, indagando: “Por que o Pará tem perdido sempre?”. A resposta foi ao âmago dos últimos embates:

¹⁷⁰ Jornal Pessoal. “A carta falsa”, ano XXIII, nº 456, 1ª quinzena de janeiro de 2010, pp. 01-03.

Uns dizem logo que é por causa da predominância dos políticos maranhenses na eterna disputa com os políticos paraenses. Outros, que se deve às brigas políticas internas. Mais alguns, pelas inesgotáveis bicadas entre Brasília e Belém. Ou então porque há uma conspiração empresarial contra os interesses do nosso Estado, tramóias essas que só se evidenciam quando o interesse de um grupo de comunicação é atingido especificamente, como agora com o grupo Liberal.¹⁷¹

A enumeração de algumas das explicações mais divulgadas foi descartada. Os fatores descritos, segundo Lúcio, podem até influenciar, porém “não são determinantes”. A causa é uma série combinada de “alto poder explosivo, conjugação de função colonial com falta de visão”. Por ser um estado exportador de bens com baixo valor agregado em decorrência dos enclaves dos grandes projetos, o Pará não consegue “decifrar o enigma da esfinge e fazê-la seguir outro enredo”. O amadorismo e o empirismo caminham lado a lado em busca da mudança, que acaba sendo descalibrada.

Desmontava-se, nessa versão, a tradicional estratégia de unidade: “Não está em causa apenas (nem principalmente) um problema de regionalismos, do inimigo imediato, da conspiração soturna. Enquanto se guiar por essas pistas, o Pará continuará à deriva”. A interpretação de Lúcio foi ao cerne dos principais embates em *defesa do Pará* promovidos pelas autoridades paraenses nas últimas décadas. Disputas com o Amazonas e o Maranhão, conspiração do oponente Sarney, personalismo de suas lideranças, complexo de inferioridade, todos esses fatores representaram a ausência de direcionamento político, por conseguinte, a continuidade da síndrome de derrotas do Pará.

A grandeza, no Pará, continuou o jornalista, não pode ficar circunscrita às riquezas sugadas pelos grandes projetos. Na intenção de contrapor ao desafio posto, urge utilizar a grandeza da “inteligência”.¹⁷² Baseada no saber científico, uma reivindicação recorrente nos seus escritos, a inteligência poderia contribuir na reversão do quadro colonial da Amazônia, conforme a abordagem nos próximos capítulos.

Prática comum de seu jornalismo, a opinião do leitor tinha espaço garantido no *Jornal Pessoal*. Após uma matéria que apontou a situação “afônica” de lideranças no Pará, o leitor Antonio Ponte Souza concordou e acrescentou: “Porque a tal ‘luta pelo Pará’ não passa de farsa ideológica para manter privilégios e condições sociais inalterados”.¹⁷³ A denúncia atingia a usual estratégia de *defesa* das lideranças paraenses.

¹⁷¹ Jornal Pessoal. “O Pará e o grande buraco: um desafio”. Ano XVII, nº 314, segunda quinzena de dezembro de 2003, p. 03.

¹⁷² Idem.

¹⁷³ Jornal Pessoal. “Pará: sem voz”, ano XVI, nº 305, 2a quinzena de julho de 2003, pp. 01-02; Jornal Pessoal, “A voz”, ano XVI, nº 306, 1ª quinzena de agosto de 2003, p. 10.

Não obstante as controvérsias, os envolvimento *defensivos* do matutino dos Maiorana granjearam a simpatia de diversos leitores e colunistas, com a incorporação ou reelaboração daquelas práticas. Tais indícios apontam que o regionalismo não está restrito às experiências de parlamentares, intelectuais ou posicionamentos da própria grande imprensa, embora sejam seletivos, conforme seus interesses e conveniências. Durante o desenrolar das tensões, o conflito não ficou reservado às forças públicas que se enfrentavam. Leitores do matutino, devidamente selecionados, passaram a defender alguns valores enunciados, respaldando as ações regionalistas.¹⁷⁴

Mediando as tensões sociais, a coluna Voz do Leitor tornou-se um lugar de indignação dos leitores, além de reconhecimento do papel exercido pelo jornal, a exemplo de João Roberto de Amorim Pinto ao propôr o periódico como “símbolo do Pará”, no momento de promoção de uma enquete que escolheria um símbolo para Belém, exortava: “Vamos às ruas vestir nossa camisa, com a bandeira do Pará, mostrar o nosso amor pelo Estado”. Convencido desse sentido cívico: “Lutemos, pois, se nos unirmos ao espírito do jornal **O LIBERAL**, conseguiremos mudar essa história. Luta, Belém! Luta Pará!”.¹⁷⁵ Ser exaltado pelos políticos ou empresários, muitos como alinhados ou buscando visibilidades, não equivalia à exaltação pelo leitor, que representava o *povo* legitimando a luta de *O Liberal* em prol do Pará!

Nesse fortalecimento dos argumentos das lideranças políticas, intelectuais ou empresarias, os usos de narrativas do leitor reforçaria tais posicionamentos. Numa cívica enunciação, o leitor Clóvis Emídio de Oliveira, em 2004, apesar de residir em São José dos Campos-SP, não deixou de repudiar a situação de “esbulho” que assolava o Pará através da exortação dos valores da Cabanagem: “O que falta para esbulharem mais o Pará? Onde está o espírito cabano? Levantai-vos, pois se não cuidardes do que é vosso, outros cuidarão”.¹⁷⁶ Novamente reavivada como instrumento de combate no campo político paraensista, a memória cabana estreitou a relação entre presente e passado, mesmo na escrita de um paraense distante do torrão natal.

O prolongamento da trama, por sua vez, abria outras fissuras. Durante a fase de tensão na relação entre governo estadual e CVRD, o realinhamento e a renegociação integravam a pauta desses interesses. A sinalização veio com a promessa da Vale em construir 30 mil casas populares no Pará, a que foi prontamente aceita pelo governador Simão Jatene. Aproximações e recuos, contudo, desagradaram os leitores. “Fiquei menos indignada e mais frustrada. A Vale não está

174 Sobre a seleção das cartas do leitor de acordo como projeto editorial dos jornais, ver: SILVA, Eduardo. **As Queixas do Povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

175 PINTO, João Roberto Amorim. Voz do Leitor, **O Liberal**, 27.01.2004, p. 06. Grifo do jornal.

176 OLIVEIRA, Clóvis. “O esbulho não pára”. Voz do Leitor, **O Liberal**, 11.04.04.

oferecendo nada ao Pará”, oferecia somente um reforço ao governo Simão Jatene, numa jogada de mestre da Companhia. “O que o Pará vai ganhar? Casas? Isso beneficia famílias, pessoas, governo, mas nunca o Pará”.¹⁷⁷

Na sua avaliação, é um “Doce” que a Vale oferece ao governador. “O Povo do Pará está ofendido, magoado, humilhado e desprezado pela Vale que tira todo o nosso tesouro e vai levando...para o Maranhão e para onde bem entende”. Numa denominação irônica da empresa, a “Vale do Rio Maranhão está ofendendo um povo. Estou magoada e triste com isso”. A leitora possuía a esperança que “a nossa honra paroara fosse lavada com dignidade pelo nosso governo estadual”. Ao contrário do que esperava, a Vale recebeu “o nosso ‘perdão’ por toda a ‘traição’”. Movida por esse sentido, podia fazer impunemente o que bem entendesse. Por fim, indagava: “Será que somos um povo menor?”.¹⁷⁸ Facultada por um periódico que travou acirrada disputa contra a empresa mineradora no ano anterior, a missiva tinha endereço certo no momento de retomada das negociações publicitárias. Ambas renegociaram uma trégua na batalha, com desgaste para os dois oponentes.

Na articulação da imprensa, assim como na política, não há adversário eterno ou aliado incondicional, existem interesses moventes. E cada oponente sabe manejar sua arma e reconhecer seus limites, com habilidades para avançar ou recuar, conforme a próxima jogada. Nesse campo, *O Liberal* demonstrava ser exímio jogador.

O fazer-se da imprensa regionalista

Trabalhar com fontes provenientes da grande imprensa requer uma atenta observação. *O Liberal*, *Diário do Pará* e *A Província do Pará*, conforme suas articulações políticas na movência dos acontecimentos, representaram não somente os meios de visibilidade dos sujeitos envolvidos diretamente nos emaranhados conflitos *em defesa* do Pará. Articulado aos projetos em disputas, a grande imprensa destinou seu espaço às denúncias de ações que poderiam prejudicar o Pará, através de chamativas manchetes, colunas, notas e reportagens, com a devida notoriedade de seus autores, alguns, catapultados como verdadeiros guardiões. Percebe-se a prioridade dada, nesse ínterim, às práticas de lideranças políticas, intelectuais, entidades empresariais e colonistas devidamente integrados à causa defensiva dos paraenses, além das cartas dos leitores,

177 RODRIGUES, Auxiliadora Vieira. Voz do leitor, *O Liberal*. “Mais frustrada”, 15.05.04, p. 06.

178 Idem.

sensibilizados com a questão regionalista; devidamente selecionadas em consonância com o projeto do Pará.

As ações da grande (i)empre(n)sa e de leitores estão apoiadas em múltiplos valores e interesses, haja vista que o regionalismo vai além de uma ideologia das classes dominantes de uma dada região. De acordo com a realidade do Nordeste, Durval Albuquerque registrou que “Ele se apóia em práticas regionalistas, na produção de uma sensibilidade regionalista, numa cultura que são levadas a efeito e incorporadas por várias camadas da população e surge como elemento dos discursos destes vários segmentos”.¹⁷⁹ Não seria tão diferente do que ocorre no Pará.

Forjando e alimentando essa marca na comunicação como elemento cultural da construção de sua hegemonia, não somente na esfera midiática, mas também nas disputas políticas, a comemoração de 58 anos d’ *O Liberal* em novembro de 2004, conferiu uma nova oportunidade de veicular tal imagem. No editorial assinado por Romulo Maiorana Júnior, com o título de “Credibilidade!”, ressaltou o sentido de sua luta: “Temos a consciência de que é defendendo os interesses deste Estado e do seu povo que conseguiremos manter ainda mais firmes os laços que nos unem ao Pará e à Amazônia”.¹⁸⁰ Durante a semana, parlamentares também parabenizavam e manifestavam sua importância, assim como, diversos *outdoors* foram espalhados pela cidade traziam uma significativa mensagem: “58 anos defendendo o Pará”. Logo abaixo, acrescentava: “O Liberal. Você lê. Você acredita”.

A pretensão anunciada é inteiramente discutível. O empresário Romulo Maiorana adquiriu o informativo baratista em 1966. Portanto, só a partir daí é que poderia reivindicar e o leitor *acreditar* naquele anúncio. No contexto em voga, a linha editorial tinha outro compromisso político, no caso, também partidário, devido a pública articulação com o poder tucano paraense. Alinhamento sustentado em farta publicidade retribuído com vultosa verba pública. Nesse, o leitor também podia acreditar.

A grande imprensa em várias ocasiões, conforme a sua conveniência tornou-se um agente *em defesa* do Pará, inclusive, na elaboração da pauta dos episódios que foram transformados em autênticas batalhas nas páginas dos matutinos. Acompanhar esses embates exigiu uma análise mais apurada das narrativas dos grupos que conformaram as vertentes dos regionalismos no Pará, a fim de que não fossem generalizados como experiências identitárias com isenção de interesses, amparados nos projetos defendidos. Foram momentos que emergiam práticas personalistas, conferidas nas várias exposições do drama parauara.

179 ALBUQUERQUE, Durval Muniz. 2001, op. cit, p. 28.

180 MAIORANA Júnior, Romulo. “Credibilidade!”. *O Liberal*, 14.11.2004, capa.

Fundada em 1876, *A Província do Pará*, integrou por vários anos um jornal partidário do líder Antônio Lemos, hegemônico na passagem do século XIX para o século seguinte. No contexto da pesquisa, integrava os Diários Associados de Assis Chateaubriand. No Pará, mantinha articulação com os novos donos do poder, no caso os militares.¹⁸¹ A partir de 1973, em plena decadência, perdeu a hegemonia para o emergente *O Liberal*, quando este acabava de adquirir o antigo concorrente, a *Folha do Norte*. O jornal *Diário do Pará* foi fundado em 1982, como “jornal de campanha” para a eleição de Jader Barbalho.¹⁸² Após uma longa fase mais partidária, atualmente, conseguiu desbancar o influente matutino dos Maiorana. A disputa integra interesses políticos e empresariais das famílias Maiorana e Barbalho.

Se *O Liberal* promoveu várias campanhas publicitárias ancoradas no regionalismo, agora, o *Diário do Pará*, promove a campanha *Orgulho do Pará*, visando elevar a auto-estima paraense. *O Liberal* ironizou com ácida escrita no R-70, quando quer se referir ao líder do PMDB: “aquele que tem orgulho de roubar o Pará!”. De modo aproximado e por outros meandros, seria dizer: o sujeito falando do mal lavado!

Depois de se debruçar sobre a prática da grande imprensa, interessa agora analisar a experiência e a produção do jornalista e sociólogo Lúcio Flávio Pinto, que produzirá representativa análise a partir da tensa fronteira amazônica. O polemista construiu um saber fundamentado e, em vários momentos, diferenciado da tradicional retórica política e empresarial acerca da relação nem sempre harmônica entre o regional e o nacional, notando as diferenças nos projetos defendidos através do jornalismo. Antes, analisaremos a produção cultural através do paraensismo, que também utilizou a força da grande imprensa.

¹⁸¹ ROCQUE, Carlos. **História de A Província do Pará**. Belém: Mitograph, 1976.

¹⁸² LEAL, Expedito. **Um jornal de campanha**. Belém: Editora Komed, 2007.

V – Capítulo

TRINCHEIRAS PARAUARAS:
Defender e valorizar o Paraensismo

*Eu sou de um país que se
 chama Pará*

Paulo e André Barata

Orgulho de ser paraense

Estado que passava por flagrante processo de enfraquecimento político e econômico nas últimas décadas, o Pará via-se alvo de várias ameaças, reais ou imaginárias. Defender o Pará, portanto, passou a integrar as estratégias de visibilidades das lideranças políticas e empresariais. Se essas articulações não demonstraram eficácia, só esse modelo de *defesa* inviabilizava qualquer perspectiva promissora. A trincheira, para ser mais resistente, tinha que contar com a soldagem das práticas culturais.

A amazonidade buscava cumprir o seu papel entre a intelectualidade regional, sobretudo, dos grupos belemenses, temerosos com os prenúncios de mudanças culturais a partir da década de 1960. Agora, a luta tinha que empunhar uma bandeira mais específica. O Pará precisava ganhar mais visibilidade. Num cenário de crises e com poucas possibilidades de alterações do quadro social e econômico, o campo cultural seguiu o seu caminho, buscando interpretar a realidade vigente no início da década de 1990.

A rica produção musical do período, sobretudo o rock regional, acompanhou boa parte das angústias e frustrações regionalistas dos grupos sociais belemenses, tentando traduzir um sentimento que ampliava para novos segmentos da sociedade. A letra *Belém, Pará, Brasil*, da banda Mosaico de Ravena, é um ícone dessa geração de descontentes com o rumo do processo de ameaça cultural:

Vão destruir o Ver-o-Peso
 Pra construir um Shopping Center
 Vão derrubar o Palacete Pinho
 Pra fazer um condomínio
 Coitada da Cidade Velha,
 Que foi vendida para Hollywood,
 pra ser usada como albergue
 no novo filme do Spielberg
Quem quiser, venha ver

Mas só um de cada vez BIS
Não queremos nossos jacarés tropeçando em vocês
A culpa é da mentalidade
Criada sobre a região
Por que tanta gente teme?
Norte não é com M
Nossos índios não comem ninguém
Agora é só hambúrguer
Por que ninguém nos leva a sério?
Só o nosso minério
Aqui a gente toma guaraná
Quando não tem Coca-Cola
Chega das coisas da terra
Que o que é bom, vem lá de fora.
Deformados até a alma
Sem cultura e opinião
O nortista só queria
Fazer parte da nação
Ah! chega de malfeituras
Ah! chega de tristes rimas
Devolvam a nossa cultura!
Queremos o norte lá em cima!
Por quê, onde já viu?
Isso é Belém!
Isso é Pará!
Isso é Brasil!

Sintonizada com as principais questões políticas e econômicas que a Amazônia paraense passava, a produção musical refletia tal situação. Numa visão de síntese, representava boa parte dos ressentimentos acumulados contra a série de questões levantadas pelo regionalismo ao longo do processo histórico. Embalando o sentimento de pertencimento paraense no início da década de 1990, a música *Belém, Pará, Brasil* possui um significado de repúdio contra os preconceitos dirigidos aos moradores.

Logo na abertura da canção, sem compor a letra oficial, externou uma denúncia: “Região Norte, ferida aberta pelo progresso, sugada pelos sulistas e amputada pela consciência nacional”. Numa só levada, criticou a recorrente exploração dos capitalistas do centro-sul e a homogeneizadora identidade brasileira. No embate entre tradição e modernização, a destruição do patrimônio histórico e cultural de Belém em nome do *progresso*, sinalizou o tom da crítica sonorizada pelo rock regional.

O refrão, numa versão invertida, ironizou a crença de que os jacarés tropeçariam nos visitantes sulistas, numa crítica semelhante às imagens que cobras e macacos seriam encontrados pelas ruas das cidades amazônicas. São estigmas de uma *mentalidade* atribuída sobre a Amazônia,

1 BELÉM, PARÁ, BRASIL, letra de Edmar Rocha e interpretada pela banda de rock paraense, Mosaico de Ravena, grupo musical que obteve grande notoriedade no Pará no final da década de 1980 e início de 1990. **CD Olá Belém**. Cantos do Portal da Amazônia. Faixa 06.

representativa de sua inferioridade frente à modernidade do Sul e Sudeste.² A ironia vai além, quando tentou preservar a trajetória dos *ossos jacarés*, sem que venha a tropeçar em *vocês*, numa clara indicação dos promotores da obstrução.

A percepção dessa imagem pejorativa vinha de longa data. Movido e condicionado pelas descrições depreciativas de anteriores viajantes europeus, Alfredo Wallace ao descrever Belém nos idos de maio de 1848, ficou impressionado com a realidade encontrada. Surpreso, chegou a afirmar que “embora eu estivesse constantemente excursionando pelas florestas existentes nas cercanias da cidade, não consegui enxergar sequer um único beija-flor, papagaio ou macaco”, mesmo que depois soubesse de sua abundância. “Há que dizer, contudo, que o Pará possui pontos positivos suficientes para redimir esta cidade das acusações que acaso lhe tenhamos feito”.³ As considerações do viajante não foram suficientes para alterar o conjunto das imagens negativas que já se manifestava entre os estrangeiros, causando a indignação dos moradores, externada pelos letrados.

Refutar esses valores depreciativos, denunciar a sangria e a exploração de seus minérios e afirmar uma identidade cultural, mesmo com a pretensão de integrar a *nação*, mas com altivez e personalidade, conferem as possibilidades que a música desperta. O regionalismo é latente. Do mesmo modo, ressaltou as particularidades culturais dos nortistas, através do consumo de guaraná, somente na ausência da imperialista coca-cola. Condicionamento sinalizador da valorização dos produtos *de fora*.

Embora com o teor de denúncias e o regionalismo despertado, Belém, o Pará e o Norte seriam (é) Brasil. Reiterar o sentido de que *é Brasil*, faz lembrar o tradicional discurso de Aldebaro Klautau nos idos da década de 1960, parecendo reavivado pela nova geração. Afirmava-se, desse modo, a identidade regional integrada ao todo nacional. A canção é encerrada no ritmo de carimbó do grupo folclórico Tambatajá, típica estilização musical paraense hibridizado com o rock do Mosaico de Ravena, dentro da lógica do pluralismo de ritmos absorvidos da indústria cultural.⁴

Inter-relacionado aos múltiplos valores em jogo, a música passou a ser constitutiva da consciência, resistência e indignação nortista para com o descaso da nação. A importância da letra

2 Em uma situação invertida, um episódio do desenho animado norte-americano Os Simpsons retratou de modo preconceituoso o Brasil, que seria habitado por macacos, fato que gerou a repulsa dos principais órgãos de imprensa do eixo Rio-São Paulo, inclusive do presidente Fernando Henrique Cardoso.

³ WALLACE, Alfredo Russel. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**; Tradução: Eugênio Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 19.

⁴ Sobre o hibrismo cultural na música paraense, ver: MARTINS, Helaine. “Tem Batuque, Sampler e Pop na MPB: a Música Popular na Lógica da Indústria Cultural”. Belém: VI Congresso Brasileiro de Ciências da Computação da Região Norte, p. 05. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2007/resumos/R0093-2.pdf>. Acesso em: 10 set.2009

é tão referenciada, que desde 2003 passou a compor a decoração das paredes das escadarias do Centro Cultural Tancredo Neves (CENTUR), o maior espaço de pesquisa de Belém, onde diariamente circulam diversos estudantes e pesquisadores das mais variadas instituições e localidades e de estados circunvizinhos. Tornou-se um “hino” entoado pelos estudantes paraenses durante seus encontros pelo Brasil.

Entrelaçado com a formação regional, alguns costumes e valores foram incorporados na identificação paraense. As produções artísticas partem da realidade social reproduzida e visibilizada em determinados contextos, tendo ressonância em todo o social, na produção de sentido e de significados.⁵ Este também é o caso da produção do jornalista Raimundo Mário Sobral, que ao utilizar uma linguagem cômica para retratar o cotidiano local, produziu o *Dicionário Papachibé*, “o Livro da Língua Paraense”, como autodefine.⁶

Na sua tradicional coluna, com mais de trinta anos, denominada de “Jornaleco”, autodenominada anárquico-construtiva do cotidiano parauara, que já integrou *A Província do Pará*, *Amazônia*, atualmente, encontra-se no jornal *Diário do Pará*, Mário Sobral vem se projetando em ardoroso defensor da cultura parauara, palavra utilizada em detrimento de paraoara, a qual ele próprio esclarece: “Parauara é gentílico do nascido em nosso Estado. Vem do tupi para’wara, que significa o que nasceu do mar (o rio-mar). A grafia correta é parauara, em vez da espúria ‘paraoara’”.⁷ Definir a forma apropriada para denominar o modo paraense de falar, já sinalizava o teor de sua exigente tarefa cultural.

A ardorosa defesa da identidade paraense ocorreu em várias frentes, demonstrada pelo grau de preocupação e enfrentamento de questões do cotidiano e costumes parauaras, aparentemente sem tantos motivos de alarde, contudo, ganharam ingredientes polêmicos e cômicos através de sua narrativa. Um dos casos polemizados aconteceu com a questão do açaí, fruto originário de uma palmeira, com o nome científico de *Enterpe oleracea*, bastante consumido entre os segmentos populares, atualmente, também com grande aceitação nos grupos mais aquinhoados.

No argumento de Sobral, como “todo papachibé” ficou “muito apreensivo” com a descoberta do produto pelos “caras da banda de lá, do chamado ‘sul maravilha’, e deu no que deu”. A consequência mais danosa foi que “as remessas para fora do Estado dispararam”. O

5 ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. 2001, op. cit, p. 30.

6 A produção de Sobral já está no seu terceiro volume, ver: SOBRAL, Mário. **Dicionário Papachibé**. Volume II. Belém: Secult, 1998.

7 SOBRAL, Mário. Jornaleco. “Escolinha do prof. Raimundo”. **Amazônia**, 09.06.2005. Sobral retomou a explicação posteriormente: “gente, pelamor de Deus, anotem. Quem nasce neste sofrido pedaço do País é pauuara. Falar ou escrever ‘paraoara’ é passar atestado de burriedade”. Jornaleco, “Lições”. **Amazônia**, 01.11.2006.

resultado não poderia ser outro: “o preço - cuíca - também disparou”. Em sua crítica humorada, em decorrência de sua alta aceitação, ridicularizou o uso do açaí para combater todos os males, como colesterol, placa bacteriana, inclusive, na substituição do viagra. Desse modo, o produto “vai ser vendido a peso de ouro”.⁸ Nessa ironia, também estava sinalizada que privilegiará o mercado, a exemplo dos consumidores do *sul maravilha*, em detrimento do tradicional público papa-chibé.

Elevado ao pedestal de símbolo identitário do Pará, o posicionamento seria uma forma de defender o alimento típico dos paraenses contra qualquer apropriação por parte de outros estados e de estrangeiros. O exemplo sucedido com a borracha e mais recentemente com o cupuaçu, quando a marca foi patenteada por uma empresa japonesa, ainda era residual na memória dos guardiões parauaras.

Salienta-se que Cândido Marinho da Rocha, anos antes, elegeu a palmeira do açaizeiro em símbolo do paraensismo. Atualmente, encontra-se muito mais valorizado, visto o alto consumo com os mais diversos ingredientes: “põe tapioca, põe farinha d’água, põe açúcar, não põe nada, tu me bebes feito fruto...”, de acordo com a canção de Nilson Chaves. O açaí, anteriormente, alimento popular dos paraenses, também ganhou a mesa das famílias de maior poder aquisitivo, o que impulsionou ainda mais a sua valorização, não só cultural, mas monetária.

Do mesmo modo que em relação aos produtos típicos da terra, polemizar e lutar em defesa da *língua papachibé*, ameaçada de extinção, conforme seu alerta, se tornou sua bandeira de luta. Episódio que rendeu várias edições diz respeito à preservação do nome “papagaio” para o brinquedo voador de papel de seda em detrimento de “pipa”, comumente utilizada no “sul maravilha”. Elogiou, inclusive, o governador do Estado, por ter usado o termo “papagaio” em seu pronunciamento, pois não se deixou levar pelos “modismos”, não se acanhou de “ser assumidamente papachibé. Valeu, governador”.⁹ Nessa inserção de Simão Jatene, além de ser um dos principais promotores do paraensismo, portanto, seria inconveniente utilizar outra denominação, integrou uma geração que usualmente denominava *papagaio* ao polemizado brinquedo.

Nos dias que se seguiram, a questão foi bastante explorada, inclusive com um sentido condicionante: “Amigão, se você é um papachibé de verdade, jamais empine uma pipa no lugar de um papagaio. Cada vez que faz isso você está fazendo chinarrar a língua paraense”.¹⁰ O autêntico

8 SOBRAL, Mário. Jornaleco, **Amazônia**: “O salto ornamental no preço do açaí”, 26.05.2004.

9 Idem, “O governador e o papagaio”, 15.06.2004.

10 Ibidem, “O papagaio e a pipa”, 18.06.04.

papachibé, conforme sua orientação, não podia incorrer nessa atitude condenável, caso contrário, a cultura estadual entraria em perigo.

Com o título *língua paraense está rabiando*, tratou o episódio com a dimensão de “utilidade pública” e alertou a todos que, inadvertidamente, venham a “soltar pipa” junto à rede elétrica correm dois graves riscos. “Um: levar choque. Dois: fazer chinar a língua paraense que pipa é lá pra tuas negas, moleque. O nome do troço aqui é pa-pa-ga-io”.¹¹ Depois dessa insistência, redigiu uma pequena narrativa, convocando o leitor a apontar os “erros”. Em seguida, divulgou a resposta:

O erro, meus e minhas, é que os coleguinhas insistem em escrever “pipa”. “Pipa” é o cacete. Aqui, o nome do brinquedo é papagaio. Mas vai ver escrever papagaio pega mal. Os caras acham que escrever papagaio é caboquice e escrever “pipa” é muito mais “muderno”, coisa de carioca. E, pra eles, sabe como é, o carioquês é o máximo. Axi porcaria...¹²

Nesse desancar da linguagem *muderna*, identificada no modo carioca de falar, tão nocivo aos padrões parauaras, devido à provável influência da mídia televisiva como homogeneização cultural, buscou uma alternativa. A construção dessa linguagem não fugia ao padrão regional. *Chinar* e *rabiar* são palavras utilizadas no ato de empinar o papagaio. A primeira tem o significado de cair, descer, perder altitude; a segunda, o papagaio fica sem direção com a perda do “rabo”, ou seja, fica *rabiando*, com a tendência a perder altitude, por fim, declinar. Pelo fluir das *mudernas* palavras, a língua paraense estava *chinando* e *rabiando*. Ademais, o papagaio é uma ave de grande abundância na fauna amazônica, portanto, nada mais condizente com a realidade vivida pelos jovens brincantes.

A temporada de férias era o momento ideal de diversão da “molecoreba”, mas representava também o tempo de novos fantasmas no céu e na terra dos paraenses. No ano seguinte voltou a carga contra as ameaçadoras *pipas*. O título da nota já sinaliza a intenção: *É cruel: toda vez que sobe uma pipa morre um papagaio*. Desse modo estaria decretada a “sentença de morte” da língua paraense. Não dispensava a mídia da crítica por não denominar os pássaros de seda de papagaio, só para demonstrar que é “muderno”, “avançado”, “carioca”, o interesse é chamar *pipa*. Ao abrir uma cruzada contra os setores da imprensa adeptos dessa prática, demarcava o seu campo de atuação através da trincheira do *Jornaleco*. Nesse pequeno espaço, a língua parauara estaria guarnecida.

A preferência pelo *muderno* modo de falar seria emblemática, porque revelava que a mídia, os paraenses de forma geral e o belemense em particular, “já arquivaram a língua mãe papachibé

¹¹ Ibidem, 30.06.04.

¹² Ibidem, “Leia e depois descubra onde está o erro”, 09.07.04.

há muito, por vergonha de sua própria identidade cultural. Axi porcaria”. Se quando sobe uma pipa morre um papagaio, a queda desse brinquedo comprovava outra faceta *cruel*: “o que se perde também irremediavelmente são as nossas raízes. O que morre é a língua paraense”.¹³ Tal denominação não significava uma questão de somenos importância.

O temor de ver *chinar* as *raízes* culturais representadas pela língua, absorveu boa parte de suas inquietações, consciente da alta relevância que possui na formação da identidade, representativa das relações humanas entendidas nas práticas culturais, mas não conseguia compreender a forte influência multicultural na era da globalização. A linguagem é uma atividade prática, constitutiva do desenvolvimento humano como cultura. Nesse processo ativo das relações humanas, “a linguagem deve ser vista então como um tipo persistente de criação e recriação: uma presença dinâmica e um processo regenerativo constante”.¹⁴ A língua *papachibé* não estava imune e isolada do multiculturalismo.

Dias depois, publicava a campanha da Infraero contra o uso da pipa nas imediações do aeroporto de Val-de-Cães. Sobral não perdeu a oportunidade e recomendou que estendesse a campanha para toda Belém: “não conta conversa e recolhe tudo quanto é ‘pipa’ que puderes”. Incentivou que fosse a “fundo” na campanha e não esquecesse, inclusive e principalmente a mídia. Nesse intuito, redigiu uma recomendação à fala da Infraero: “- Ei, mídia, que é que há? Tua cara não treme, mana?”. Após a chamada de atenção, recomendou: “Pára com essa tua mania besta de querer parecer ‘muderna’; pára com essa história de macaquear os outros; acaba, mídia, com esse troço colonizado de querer imitar o tal de ‘sul maravilha’ e passa logo pra cá essa tua ‘pipa’, mana”. Na cruzada contra a mídia *colonizada*, representando todos os valores consumidos do Centro-Sul, tal atitude não poderia persistir. A identidade cultural do Pará agradecia.

Mas solicitava para relevar caso alguém empinasse um papagaio no lugar de *pipa*. Nesse caso, não devia se incomodar. Argumentava que papagaio só derrubava avião quando é daqueles “empinados pelo Marco Valério ou pelo talzinho de Delúbio Soares”. Totalmente diferente, “os nossos papagaios só fazem empinar bem alto a velha e boa língua paraense”.¹⁵ Antenado com os fatos cotidianos de Belém e da política nacional, Mário Sobral elaborou de modo jocoso a defesa cultural paraense representada pela *língua papachibé*, convicto da enorme relevância de sua ação guardiã parauara.

¹³ Ibidem, 02.07.2005.

¹⁴ WILLIAMS, Raymond, op. cit, p. 37.

¹⁵ SOBRAL, Mário “‘Pipas’ ameaçam o aeroporto e a língua paraense”, 26.07.2005.

Do mesmo modo em relação à crítica ao *carioquês*, outra polêmica que se envolveu foi o combate ao *nordestinês* que as rádios estavam implantando em Belém. “O cabuloso da parada é a perda de nossa identidade cultural”. Apesar da luta e no interstício da defesa, também sobressaíam valores depreciativos e preconceituosos. Na ocasião, argumentava que não tinha inventado “nadica de nada”. Para comprovar, Sobral recomendou ao leitor ligar o rádio e ficar aguardando, que “logo começará o festival de nordestinês arretado”. Porém advertia que não ficasse “por muito tempo nessa situação”. O efeito não era aconselhável: o “troço primeiro enjoa, dá náuseas”, resultando numa “incontrolável vontade de vomitar”.¹⁶ Não bastava defender a cultura *paraúara*, necessitava divulgar o estereótipo, o preconceito contra os valores nordestinos, tão disseminados nos estados do Centro-Sul, especialmente em São Paulo¹⁷, a fim de inferiorizar uma cultura que ousava ser praticada em Belém.

Não obstante atitudes dessa natureza, sua prática recebia apoio de leitores, como o de Danilo Virgílio de Mendonça, fato que o deixou “reconfortado”. Ressaltou, desse modo, “que se orgulha e se ufana e mais do que isso, tem a maior pavulagem de ser papachibé, há muito peleja pela preservação do falar paraense”.¹⁸ Tradição defendida, apesar de inventar uma denominação nada papachibé: *Manga City*, termo inglês para a “cidade das mangueiras”. Independente dessa terminologia, promover a língua paraense era a sua marca registrada. Dias depois destacou a permanência do ataque à linguagem paraúara: “E o nordestinês arretado continua a grassar no rádio paraense. Pobreza de espírito, isso não tem cura”.¹⁹ Continuidade a ser combatida com a retomada do ataque preconceituoso.

Nessa reação ao processo ativo de *hibridismo* cultural que se constituía no Pará, do qual colocou em xeque suas tradições, a prática de Sobral sinalizou para questões significativas da cultura como campo de tensão social. Defender aspectos seletivos daquela linguagem tornava-se estratégico, a fim de afirmar a identidade paraúara, que parecia estar cada vez mais ameaçada por forças fragmentárias atuantes entre os paraenses.

As identidades, vistas antes pela ótica da homogeneidade, estão sendo repensadas com o processo multicultural, de hibridismos socioculturais, sobretudo, na América Latina, a partir dos projetos nacionais de modernidade e pós-modernidade, embora com a ressalva de sua parca influência entre alguns segmentos. A convivência entre modernidade e tradição gerou conflitos em decorrência dessa prática intercultural, sobressaindo a existência de culturas heterogêneas. Canclini

¹⁶ Ibidem, “O nosso rádio e o nordestinês arretado”, 16.07.2004.

¹⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. 2007, 2001, op.cit.

¹⁸ SOBRAL, Mário. “Chocante: pipa deixa papachibé rabiando”, 17.07.04.

¹⁹ Ibidem, 25.08.04.

definiu o hibridismo como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”.²⁰ Situação nada recomendável para o jornalista Mário Sobral.

Combater a combinação, a nova estruturação e as práticas da língua paraense era o seu esforço, apesar de reconhecer a *continuidade* da ameaça cultural ao afirmar que *isso não tem cura!* Se não pode remediar, considerava tal atitude uma *doença* gerada pela *pobreza de espírito* dos praticantes, no caso, também dos conterrâneos. A defesa, desse modo, teria que ser redobrada a fim de impedir a disseminação do “malefício” cultural.

Aspectos desse regionalismo proposto por Sobral nos remetem ao *Manifesto Regionalista* de Gilberto Freyre. Diferentemente do jornalista paraense, Freyre propôs preservar os valores e a tradição nordestina; região que sofria progressiva decadência econômica em relação ao sudeste e ao sul do Brasil. Além de denunciar a influência estrangeira na cultura nacional, objetivava romper com o paradigma dos modernistas paulistas. A nação, segundo Freyre, teria que ser reconhecida e formada a partir da região.²¹

A temática da linguagem, além de forte conotação política²², tem uma representativa significação cultural. Foi o que constatou a pesquisa de Amarílis Tupiassu, professora aposentada de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pará (UFPA), que seria “principalmente nas brincadeiras infantis que se percebe como a linguagem regional sofre alterações no seu uso, influenciadas pela globalização e indústria cultural”, a exemplo do programa infantil da Xuxa.

As pequenas transformações ocorreram com maior velocidade nos últimos 50 anos através do nascimento e expansão da televisão, que invadiu a maioria dos lares brasileiros. Na televisão, os maiores vilões da fala seriam os diálogos das telenovelas, “que na maioria das vezes adotam o modo de falar de paulistas e cariocas como linguagem padrão”. Assim, tal padrão tem gerado um “grande prejuízo, porque em geral, essas novelas seguem a tendência do processo de globalização, que é a homogeneização daquilo que é visto e falado”. Por conseguinte,

Alterou nomes de objetos da forma como eram conhecidos no Pará e ainda popularizou erros de fala que antes o paraense não cometia, como a troca do verbo que deveria ser utilizado na segunda pessoa pelo verbo da terceira pessoa. “Antes, quando quase todo o Brasil usava o você para associar ao verbo na terceira pessoa, o paraense utilizava bem as expressões: ‘tu falaste’; ‘tu foste’; ‘tu comeste’. Hoje, isso

20 CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade; Tradução: Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4a edição. São Paulo: Edusp, 2003.

21 FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista**, op.cit.

22 Segundo a reflexão de STEINBERG, Jonathan acerca da importância da linguagem como instrumento de legitimidade do Estado italiano, em seu trabalho “O historiador e a questione della lingua na Itália” In: BURKE, Peter e POTER, Roy (orgs). **História social da linguagem**. São Paulo: UNESP, 1997, a língua é um complexo problema relacionado ao poder político, pp. 135-248.

foi substituído por ‘tu falou’; ‘tu foi’; ‘tu comeu’, que é a forma como se fala no Rio de Janeiro, São Paulo e na maioria das telenovelas brasileiras, cujas produções são centralizadas na região sudeste”.

Apesar de reconhecer que a linguagem “não é um processo estático e que sofre mudanças”, reiterou que essas transformações estão num processo bastante acelerado, afetando “muito mais as nossas manifestações e peculiaridades regionais”.²³ Em suma, determinadas tradições paraenses viram-se questionadas por forças que fragmentavam seus valores hegemônicos ou supostamente homogêneos.

Uma delas é o “caboclês”, popularizado pela atriz Natal Silva, que interpreta a personagem Maria Cametá, defende a necessidade de utilizar a linguagem do caboclo nas instituições de ensino. “Agente não aprende o português e o inglês? Então por que não preservar o regionalismo, para que ele não corra o risco de desaparecer? Eu vou ainda mais longe. Acho que o caboclês deveria ser ensinado inclusive nas universidades do Pará”.²⁴ De uma especialista em linguagem a uma atriz praticante de um falar característico do caboclo amazônico, reside a preocupação com a preservação da linguagem como prática cultural em meio ao processo multicultural.

A opinião é também subscrita pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) ao avaliar o projeto da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) que defende um maior espaço para a produção regional na televisão aberta brasileira. “O sotaque do paraense é diferente do sotaque do carioca, do sulista. A cultura e a produção cultural é diferente em cada lugar e é necessário valorizar isso”. Após a afirmação da senadora, acrescentou alguns fatos preocupantes: “Paraense fala ‘tu vais’, ‘tu foste’. Só paraense fala assim, mas já vemos crianças no nosso estado falando ‘tu vai’, ‘tu foi’, ‘tu viu’. Isso por que ele aprendeu na TV, por que ele não vê a sua própria cultura”.²⁵ Em meio à dissolução das identidades locais no contexto de crise do Estado-Nação, preservar traços da cultura regional conformou um dos paradoxos da globalização. O global, o nacional e o regional entrelaçam-se, num jogo de forças, onde projetos globais são efetivados no local, mas este último, tentando garantir e fortalecer suas identificações. As ações da professora e da parlamentar convergem na defesa desse projeto cultural.

O tom alarmante de Amarilis Tupiassu e Ana Júlia, reforçado pela defesa do *caboclês* da atriz Natal Silva, no entanto, é amenizado pela professora Rosa Assis, pesquisadora da obra do romancista Dalcídio Jurandir. A influência da televisão numa possível “uniformização” da língua e da cultura brasileira aconteceu, “mas apenas num primeiro momento”. Acrescentou que “hoje

²³ O Liberal. “Cadê meu caboclês? Caderno Cartaz, 21.08.2004, p. 02.

²⁴ Idem.

²⁵ TV Aberta. Ato defende projeto de cotas para produção local e independente, 20.04.2006.

todos querem voltar ao regional, ao único, ao exclusivo. Com isso, há uma natural revalorização do ser exclusivamente paraense”.²⁶ Se a ameaça ocorreu no início da emergência televisiva, Rosa Assis reconhecia, por sua vez, a série de práticas de preservação dos valores locais durante a maior veiculação do paraensismo, no período de produção de sua análise, que parecia barrar a aquela dissolução cultural.

Valorizar e preservar as especificidades do *ser* paraense, portanto, eram caminhos a serem adotados. Mais uma vez Mário Sobral tinha a solução. Para impedir que a interjeição “égua”, palavra “genuinamente paraense” fosse apropriada por “nossos irmãos de outros estados”, propôs “que se crie sem mais perda de tempo o Dia da Égua, um dia inteirinho para se festejar a nossa palavrinha mais querida e mais utilizada”. E para os que discordam de sua idéia, retrucou ao seu modo: “nem parece que és paraense, égua de tiii!”.²⁷ Atento e antecipando-se às possíveis ameaças adventícias, fruto de antecedentes perigosos, legislava em defesa do patrimônio cultural parauara, consciente da importância em afirmar uma palavra *genuinamente* falada no Pará. Numa escala de importância a palavra *égua* tem a mesma dimensão do *meu e nossa* paulista e *uai* mineiro, portanto, merecia um data comemorativa.

Em sua quixotesca campanha pela língua parauara, contudo, lamentou que ela “está na UTI”. A constatação ocorreu ao informar que alunos de uma escola do Tapanã, bairro periférico de Belém, receberão aulas de inglês e francês, além da promoção de intercâmbio com alunos da guiana francesa. Sobral elogiava a iniciativa pela importância dessas línguas para a formação educacional da juventude, especialmente numa sociedade globalizada. A experiência vivenciada com estudantes durante a realização de uma palestra sobre a Língua Paraense, contudo, lhe causou grande apreensão.

Ao finalizar a atividade com uma sabatina, munido de exemplares de seu Dicionário Papachibé, ficou perplexo com o resultado: “Gente, foi de dar dó. Dava impressão que eu estava apresentando pra eles um idioma estrangeiro ou um dialeto de algum lugar remoto que eles jamais tivessem ouvido falar”. As palavras utilizadas eram do que de “mais puro e autêntico” da fala paraense. “Saí do encontro na maior deprê constatando aquilo que eu mais temia: a Língua Paraense está na UTI, mais pra lá do que pra cá”. Nesse estágio da UTI, portanto, a morte da língua estava *mais* próxima. Ressaltava que falar francês, inglês, espanhol é “pai-d’égua”, mas seria

26 O Liberal. Caderno Magazine, “Dalcídio, um gapuiador da linguagem”, 24.07.05.

27 SOBRAL, Mário. “É hora de criar o Dia da Égua”. *Amazônia*, 30.03.05.

“mais pai-d’égua se os nossos jovens estudantes também tivessem pelo menos algumas noções da língua de sua terra”, antes que ocorra sua extinção.²⁸

O *ser* paraense, nesse modo proposto, estimularia e exigiria o sentimento de lealdade de seus pares. Apontaria para um projeto unitário e seletivo, com a desqualificação de qualquer atitude diferenciadora no entretecer do processo cultural. Se o multiculturalismo e a hibridização da linguagem não eram recomendáveis, muito menos aceitável seria o princípio da uniformização, de acordo com aquelas produções denunciadas. A alternativa consistia em estimular a singularidade do falar papachibé, uma forma de mantê-la viva como prática cultural.

Mas o jornalista não estava só. A iniciativa era subscrita pelo colunista social Jair Bernardino ao reconhecer que foi “muito boa” a palestra de Sobral, quando “defendeu o modo de falar da nossa gente ameaçado pelo processo de alienação cultural”. Bernardino concordava com o confrade e se incluía entre os que “defendem a preservação do nosso linguajar”. Pregava o fim da “invasão cultural” e a necessidade de “ter a nossa identidade” no intuito de “manter sempre vivo o sentimento paraensista”.²⁹ A linguagem como prática cultural não podia ser menosprezada enquanto meio de manutenção da identidade paraense. Tanto Sobral quanto Bernardino viviam o contexto do afloramento do paraensismo, sendo mais um motivador dessas narrativas eivadas de pertencimento.

Embora sua bandeira de luta em prol das tradições paraenses esteja alicerçada em aspectos culturais, a denúncia econômica e política também fora reiterada, conforme a ocorrida com a “pá de cal” no desejo de ressurgimento da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, pelo ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Dessa feita, registrou-se “mais uma que a ‘madrasta’ União arrocha pra cima de nosso Estado. Valha-nos, quem?”.³⁰ Ainda residual na memória estadual, a escrita remontava ao velho ressentimento regionalista, já que atuou em nome de *nosso Estado*, mais uma vez prejudicado pelo *malvado* poder central. E o pior, não havia a quem recorrer.

Se o escritor Orlando Moraes afirmou na década de 1960 que a Amazônia era *uma filha enjeitada* do Brasil, para Sobral a União era uma *madrasta* em relação aos interesses do Pará. Nos dois casos, a rejeição e a maldade (símbolo da madrasta perversa, má), parecem representar essa relação paternal do Brasil para com os amazônidas ou maternal da União para com os submissos paraenses. O enjeitamento, nesse caso, tinha princípios de continuidade e permanência, numa

²⁸ Idem, “A língua paraense está na UTP”, 20.04.2005.

²⁹ BERNARDINO, Jair. “O nosso linguajar”. **O Liberal**, 13.04.2005.

³⁰ SOBRAL, Mário. “Baixo astral”. **Amazônia**, 14.05.04.

configuração da narrativa regionalista, indissociável da identidade amazônica, paraense, em particular.

Estas últimas reflexões remetem-nos para o polêmico pronunciamento da narrativa do jornalista Orlando de Moraes e do deputado federal Nicias Ribeiro. Anteriormente a Amazônia fora representada como uma *filha enjeitada*, depois o Pará passou a ser membro do Brasil por sua *opção*. Por último, o Pará tornou-se filho da *madrasta* União. Relações divergentes, mas com significados convergentes de uma tensa relação paternal, a qual convertia a Pátria em “padrasta”. No último caso, a decisão da adoção do Pará não teria partido do Brasil, haja vista que a intenção de integrar a família brasileira partiu dos paraenses. Mais um destaque para afirmar a singularidade, o *paraensismo* das elites belemenses.

A identidade a ser defendida, no caso, a proposta de Sobral, guarda determinadas especificidades, pois não se restringiu a combater cariocas, paulistas ou a *União*, mas também, contestar a influência da cultura nordestina entre os parauaras. As ameaças vinham de várias direções. Nesse processo desestabilizador, a estrutura do que se reconhecia como cultura paraense era alvejada por forças heterogêneas e fragmentárias. Acrescente-se que ao defender o retorno da SUDAM não registrou as atitudes indevidas na utilização do patrimônio público promovido por segmentos empresariais e políticos da região. Fator preponderante e estopim para que a União decretasse a sua extinção, em 2001.³¹

Mário Sobral, fiel ao seu papel de guardião, informado pelo cotidiano de Belém, começou uma nova campanha em defesa do tacacá³², a partir do momento em que percebeu a presença de baianas em alguns pontos turísticos da cidade, em especial, no arraial de Nazaré, vendendo acarajé. Mas não existiam tacacazeiras. Numa esquina, perto de “nossa padroeira” e por onde passavam os turistas, “uma baiana com sua farta e bem sortida banca de petiscos”, devidamente “caracterizada de baiana” vendia suas guloseimas.³³

A terrinha boa não era a Bahia, segundo a ironia de Sobral, “é a nossa”, porque uma baiana “bota a banca numa boa” num dos “points mais nobres” da cidade sem preocupação com as autoridades. As vendedoras podiam até negociar em “paz”, mas ocorreria a mesma tranquilidade

31 Esta não foi a primeira denúncia que levou a extinção do órgão federal, como vimos acerca do aniquilamento da SPVEA e a transformação na SUDAM, em 1966.

32 O tacacá é produzido com a goma de tapioca, tucupi (um subproduto da mandioca), acrescentado de jambu, camarão seco e pimenta de cheiro. A iguaria é servida em cuias, u utensílio típico do artesanato paraense. O tacacá, tradicionalmente, é tomado na rua, geralmente no final de tarde, nas barracas espalhadas pelas principais ruas da cidade, sobretudo, no centro.

33 SOBRAL, Mário. “O acarajé já substitui o tacacá, meu rei”. *Jornaleco. Amazônia*, 21.09.2004.

se uma tacacazeira botasse banca de tacacá no Pelourinho?³⁴ No ano seguinte, ainda no clima dos festejos do Círio, informou sua observação: “No arraial de Nazaré baiana paramentada de baiana, pode né? Tacacazeira que é bom, nem pensar...”.³⁵

Parecendo sensibilizar a sociedade, o Conselho da Mulher Empresária elaborou o projeto “Mulheres Empresárias da Região Metropolitana de Belém”, em parceria com o Sebrae, que pretendia incrementar os negócios das tacacazeiras, com cursos de qualificação, seminários de associativismo e corporativismo, além da intenção de padronizar os pontos de venda e criar uniformes. Para coroar, havia o projeto do tacacá ser tombado como patrimônio nacional. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, realiza desde 2003 um inventário sobre os principais aspectos da iguaria, como a origens, modos e importância cultural, que são exigidos no processo de tombamento de bens imateriais. O objetivo visava proteger o significado cultural da iguaria “típica da culinária paraense”, ressaltou Maria Dorotéia de Lima, a superintendente do Iphan no Pará.³⁶

A dinâmica do regionalismo, sem restrições aparentes, alastrava-se em múltiplos campos sociais, demonstrando a emergência desse modo de pertencimento, inclusive, durante o processo de globalização. No alargamento cultural, entre outros valores, se o futebol é um elemento indissociável na formação da identidade nacional, no caso do Pará, também sinaliza a dimensão de outras experiências incorporadas como identificações, balizadoras das tensões que teimavam em aflorar, seja no presente, seja na ligação com outras temporalidades ainda residuais na memória.

Ao recorrer à tradição que “desde a Independência do Brasil”, o povo paraense tem sido relegado à segunda categoria, sempre preterido em relação aos interesses e vontades das *elites* do Sul e Sudeste, a carta do leitor de *O Liberal*, Joel Carlos de Lima destacou a discriminação sofrida pelo futebol paraense. Os “titãs” Paysandu e Remo são considerados “‘Times de Várzea’ para os membros do ‘Clube dos Treze’ e para a própria imprensa nacional, que, ao narrar um jogo, torce sistematicamente por times sulistas”. Do grupo de clubes hegemônicos do futebol brasileiro às transmissões televisivas realizadas pelas grandes redes de comunicação centradas no Rio de Janeiro e São Paulo, esse *jogo* não poderia continuar. Em vista dessa situação, reagir era a solução mais conveniente:

Os interesses do Pará estão em jogo, literalmente. Os interesses do futebol paraense estão em jogo. Que o guerreiro sangue cabano possa correr no corpo dos 'soldados

³⁴ Idem.

³⁵ SOBRAL, Mário. “Arraial”. *Jornaleco. Amazônia*, 21.10.05.

³⁶ *O Liberal*. “Marketing se une à tradição do tacacá”, 09.03.2006; ver também sobre o projeto de patrimônio imaterial: *Amazônia*. “Tacacá ganha status de patrimônio”, 19.03.2006.

alvi-celestes e azulinos' dentro de campo, para que no próximo ano o Pará tenha os seus dois titãs na elite do futebol brasileiro, merecidamente.

A carta foi motivada em decorrência de uma punição sofrida pelo Paysandu Sport Club imposta pelo STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva) com a perda de 08 (oito pontos) no Campeonato Brasileiro da 1ª Divisão de 2003 por suposta utilização de jogadores irregulares. A partir dessa pena, além de beneficiar alguns clubes tradicionais e influentes no cenário nacional, como Corinthians e Fluminense, membros do *Clube dos Treze*, o Papão passou a correr sério risco de rebaixamento para a segunda divisão. No caso do Remo, estava disputando as semifinais da segunda divisão, por isso também teria “que se cuidar” para não ser “garfado” na tentativa de ascender para a divisão de elite.³⁷

O *jogo* mais importante, agora, era lutar em defesa do Pará, que estava ameaçado pelos *interesses* do futebol nacional, definitivamente distanciado dos projetos defendidos pelos clubes paraenses. Nessa modalidade de confronto, valia até se inspirar no espírito guerreiro cabano, tanto *dentro* como *fora* de campo.

Em clima do maior festejo religioso regional, o leitor-torcedor do Paysandu, Raimundo Nazareno, afirmou que o Papão tornou-se o “pato” do Círio, quando o STJD “cozinhou” antecipadamente o julgamento.³⁸ Incomodado e em busca de culpados, apontou a imprensa paraense que “não consegue ser bairrista em tema de futebol”, além dos dirigentes da Federação Paraense de Futebol. Depois dos culpados internos, fulminou as motivações do distante Centro-Sul: “Talvez seja por causa da imprensa do Sul que, com suas idéias de colonialismo interno, julga-se no direito de tratar o Paysandu como time estrangeiro”. Nessa cruzada contra a mídia *colonizadora*, ainda desferiu sua artilharia contra o STJD por indicar dois auditores de São Paulo, quando o maior interessado com o resultado negativo para o clube paraense era o Corinthians.³⁹ A decisão, nesse sentido, perdia a credibilidade.

A denúncia, contudo, também perde a credibilidade quando se invertem as posições hegemônicas. Ao refletir acerca das disputas internas do futebol paraense, o jornalista Carlos Ferreira destacou uma prática inversa da sucedida no cenário nacional. Nessa relação de forças, “quem tem mais pode mais”, no Campeonato Paraense, Remo e Paysandu “usam a submissão da FPF para pintar e bordar com os demais clubes”. Numa escala diferente, no caso, no Campeonato Brasileiro, os clubes “se dizem vítimas da CBF, pela inferioridade na relação de forças”. A

³⁷ O Liberal, Voz do Leitor, “Futebol discriminado”, 01.09.2003, p. 06.

³⁸ A utilização do pato, assim como a maniçoba, é uma das tradições do festejo religioso durante o ritual de almoço do Círio, especialmente acompanhado com tucupi, daí o termo “cozinhar o pato no tucupi”.

³⁹ SILVA, Raimundo Nazareno Falcão de Almeida. “Papão, o ‘pato’ do Círio”. **O Liberal**, Voz do Leitor, 28.09.2003, 06.

estratégia tem uma finalidade: “Quando usam e abusam da força política no campeonato estadual, Leão e Papão compensam seus erros. No nacional, fazem discurso de vítimas para transferir responsabilidade”.⁴⁰ No desnudamento dessas práticas, o regionalismo, afinal, possuía múltiplas facetas, dependendo do tabuleiro armado contido nos interesses em jogo, que ultrapassava as quatro linhas de campo.

Se os discursos políticos e econômicos foram tradicionalmente utilizados como estratégias no jogo de forças contra os “adversários” do Pará, a grande novidade consistia no espriar de sua essência para outras esferas do social. Amparado no vasto campo cultural do futebol, o regionalismo dilatava seus tentáculos e abocanhava uma fatia significativa do sentimento parauara, representado pelas “duas maiores paixões” dos paraenses: Paysandu e Clube do Remo. Qualquer ameaça aos seus interesses poderia abrir um foco de tensão contra os poderosos adversários localizados no centro hegemônico brasileiro.

Nesse embate com os clubes do Centro-Sul, o cronista esportivo Gerson Nogueira, não economizou em sua análise: “Não há mais dúvida: a Série A é território naturalmente hostil para clubes situados na parte de cima do mapa”. Definida a cartografia do futebol nacional, a peremptória declaração vinha acompanhada de alguns argumentos, pois a “camarilha que controla a elite do futebol brasileiro (incluindo CBF e Globo) nunca foi muito simpática a times nortistas e nordestinos”. A questão estava longe de ser meramente esportiva: era financeira, devido a localização dos grandes anunciantes ser no Sul-Sudeste. “Então, antes de abrir o berreiro reclamando de puro preconceito”, lembrava-se da ação do poder político e dos amigos influentes, o que não era o caso dos principais clubes paraenses.⁴¹ Portanto, o poderio econômico e a influência política determinavam o posicionamento dos clubes de futebol.

A situação do futebol equiparava-se às tradicionais denúncias das lideranças regionalistas contra as desigualdades políticas e econômicas existentes na Federação. Nesse alargamento cultural do regionalismo, todas as armas poderiam ser desembainhadas. Não importava o adversário, o importante era arrebanhar novos seguidores, a fim de terçarem armas pelas causas parauaras. O futebol, mais do que um esporte e lazer, possuía o ingrediente da paixão e fanatismo dos torcedores. Interagido com o sentimento de identificação, redimensionava o caldeirão das disputas.

Nessa formação cultural em relação ao futebol, destaque para uma expressiva declaração regionalista redigida pelo professor e advogado Antônio José Mattos, decorrente da apresentação

40 FERREIRA, Carlos. “Uma relação de forças”. *O Liberal*, 10.02.07.

41 NOGUEIRA, Gerson. “Questão de prioridade”. *Diário do Pará*, 01.07.2007. Caderno Bola, p. 23.

da Seleção brasileira em Belém, em outubro de 2005. Com o título de “Torcida galática”, o artigo enalteceu a participação da torcida paraense, a verdadeira “galática” em detrimento dos famosos jogadores que estavam no gramado. Com a sua delirante manifestação, criou um “verdadeiro manual internacional de torcida”. A festa foi “mérito exclusivo do torcedor paraense”. Mas a ocasião também era oportuna a fim de cavoucar residuais ressentimentos:

A nossa torcida é, antes de mais nada, paraoara. Quer dizer, antes de brasileira é paraense. Por que? Porque de nós só quem se lembra somos nós mesmos. Por nós só quem faz alguma coisa somos nós próprios. Ou será que algum paraense tem notícia de algum sacrossanto ser humano que tenha sentado na cadeira presidencial do Palácio do Planalto tenha lembrado das plagas paraenses perdidos neste verde-vago mundo amazônico?

Exaltar a paixão pelo futebol da torcida local em comparação aos famosos astros da seleção canarinho, tornou-se mais um mote para externar sua contrariedade desferida contra a União, materializada como aquele poder que sempre não *lembra* do Pará. *Antes de brasileira é paraense*, mais do que uma retórica, representava uma afirmação conformativa da identificação estadual, numa perspectiva de ombrear ou ultrapassar a nacional. O *antes*, nessa sinalização, tinha o sentido de antecipar-se, ser a primeira e a mais altaneira. Tal definição identitária representaria uma marca incontestada da regionalidade nas *plagas* do Pará, inflamada pelo sentimento futebolístico.

Na afirmação da especificidade do paraensismo frente à brasilidade, Mattos aproveitou para enaltecer a luta de um parlamentar, pois “se não fosse o esforço do amigo Luiz Otávio”, senador da República, ter defendido “herculamente” a vinda da seleção, não ocorreria a festa dos torcedores vivenciada na “brasileiramente esquecida Belém do Pará”.⁴² Para um fato político, o fragmento foi devidamente incorporado ao *site* do senador Luiz Otávio (PMDB).⁴³ Era mais um feito *em defesa do Pará*, devidamente reconhecido por um *amigo*, publicado em um grande órgão de imprensa a fim de dar visibilidade ao esforço do parlamentar. Afinal, o futebol também é um campo de uso político.

Ausência de *lembrança*? Renovava-se e aprimorava-se o enjeitamento e o preconceito historicamente denunciados. A produção cultural, como campo político, reiterou a denúncia de desconhecimento da Amazônia paraense pelo Brasil. E esse sentido é o que tenta apontar a música *Olhando Belém*, letra de Celso Viáfora e interpretada pelo cantor paraense Nilson Chaves: “Eu olho o futuro/ E pergunto pra insônia/ Será que o Brasil/ Nunca viu a Amazônia/ Eu vou dormir com isso/ Será que é tão difícil...”.⁴⁴ O *olhar* panorâmico da capital paraense, num

42 O Liberal, Artigo do Dia, 21.10.05.

43 Cf: www.luizotavio.senado.gov.br

44 CD Nilson Chaves em Dez Anos. **Outros Brasis** Discos, faixa 06.

entrelaçamento de futuro, passado e presente, sinalizava a denúncia da alteridade e as motivações das lutas a serem empreendidas.

A canção, um dos ícones do regionalismo musical, traduz um novo ressentimento, que não foge às tradições conformativas e afirmativas do pertencimento regional. Se *nunca viu*, o Brasil continuará com uma visão deturpada, gerada pelo desconhecimento de sua realidade, numa relação de alteridade, onde o *outro* permanecerá estigmatizado e inferiorizado. A situação gerava o *difícil* entendimento da peculiaridade amazônica pelo *todo* brasileiro. A lamentação, por sua vez, apontava a não resignação com o modo desse saber sobre a Amazônia.

Embora comportasse esse múltiplo campo cultural, o esquecimento denunciado integrou mais um componente residual para subsidiar a continuidade inventiva da Amazônia. E essa invenção redimensionou a imagem inferiorizada de *filha enjeitada* do Brasil e a vitimização do *esquecido* Pará. Nessas persistentes práticas regionalistas, ancoradas em ressentimentos e vitimizações, alimentaram as identificações, do mesmo modo, contribuíram para construir outros parâmetros na relação da Amazônia paraense com o modelo de Federação forjado pelo Estado-Nação.

Se havia o desconhecimento, a visualização cinematográfica poderia trazer suas contribuições. O cinema paraense através do curta-metragem *Açaí com Jabá*, de Alan Rodrigues, Marcos Daibes e Walério Duarte, também emprestou sua arte para o regionalismo “sem ser regionalista” ao utilizar a paródia e o deboche. Baseado em “fatos reais”, o curta retratou a relação entre um torcedor do Paysandu, inveterado bebedor de açaí, como personagem principal, e um turista do Sul, que tenta descaracterizar o modo tradicional de tomar o fruto degustado com jabá, reforçado pela indispensável farinha d’água. Nesse confronto entre o modo de vida do caboclo amazônico e a modernidade, o turista acabou ridicularizado por desrespeitar o “ritual sagrado” dos paraenses.

A ironia foi o recurso para desancar o desempenho do *estrangeiro*. Numa visão etnocêntrica, o turista solicitou à cozinheira açaí com granola, mas não foi bem sucedido no pedido. Ao lado, estava o torcedor tomando açaí com bastante farinha e jabá. O turista, sem opção e buscando imitá-lo, requereu a mesma refeição, porém, foi recomendado a ser comedido, como se tivesse que se comportar com respeito perante um “ritual sagrado”. A atendente, conforme o sentido indicado, “encarna o papel do olhar regionalista”. Já o turista, retrucou, anunciando ter viajado o “Brasil todo” e por onde passou, degustou acarajé, sarapatel, caruru, vatapá, buchada, churrasco

dos pampas. “Por que eu não ia aguentar esse açaí?”. A arrogância contida na resposta, conferida a partir de outras experiências culinárias, lhe credenciava a também imitar o torcedor.⁴⁵

O recurso da ironia é direcionada aos dois personagens: o turista deslumbrado e arrogante e o torcedor desconfiado e ressentido. Quando o turista tentou conversar sobre o clima amazônico⁴⁶, o *papa-chibé* respondeu de forma grosseira, paralisando o diálogo. A cena representou que o nativo “está cansado de perguntas como aquela”, realizadas por turistas, geralmente com um “sarcasmo embutido”.⁴⁷ O confronto contido nesse estranhamento de culturas, consegue desnudar os oponentes, revelando as entranhas de seus problemas mais recorrentes.

A performance do torcedor alvi-azul registrou um “ressentimento histórico de vários setores da sociedade paraense com relação aos habitantes do sudeste brasileiro”, a qual traduz um “sentimento de frustração pela forma com que o centro do poder político-econômico brasileiro trata a região, ignorando o valor de sua gente, sempre retratada de forma estereotipada”. Do mesmo modo, a atitude ácida do torcedor também é uma “forma de assumir sua fraqueza”.⁴⁸ Nesse regionalismo “sem ser regionalista”, tanto criticava o preconceito sulista quanto desnudava as identificações construídas entre os parauaras.

O resultado do duelo gastronômico é a imagem caricata e exagerada do turista indo parar no hospital. Em meio a outros pacientes com o mesmo sintoma estomacal, o curta encerrou sob o fundo musical de carimbó: “Quem vai ao Pará, parou, tomou açaí, ficou”, contida na música *Vai ao Pará parou*, de Aurino Gonçalves, o Pinduca. O curta sugeriu não “levar o regionalismo a movimentos extremos, na busca da identidade autêntica”, que possa desencadear tarefa perigosa e absurda. Embora os autores não sejam regionalistas, mas a “ironia tem alvo maior o turista, representante da cultura hegemônica”. A opção do enredo não é aleatória, haja vista que através desses símbolos relativizou a ordem social, os poderes vigentes e as posições hierárquicas, no intuito de renovar os valores da sociedade.⁴⁹

⁴⁵ LINS, Alexandre Sócrates Araújo de Almeida. “Enunciação cinematográfica e universo cultural amazônico”. III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, Faculdade de Comunicação/UFBA, 23 a 25 de maio de 2007, pp. 10-11. Disponível em: < www.cult.ufba.br/enecult2007/AlexandreSocratesAraujodeAlmeidaLins.pdf >. Acesso em 09 set.2008.

⁴⁶ Na dissertação de mestrado em Comunicação e Cultura, Paulo Oliveira retrata a formação de alguns mitos sobre a Amazônia que prejudicam sua imagem, como pulmão do mundo, calor insuportável e terra de índios. No caso do “calor insuportável”, o mito causa distorções na imagem da Amazônia fora da região, sobretudo, entre os turistas do centro-sul. Ver: OLIVEIRA, Paulo Augusto Santos. **Amazônia: “Mitos e Realidades”**. Mestrado em Comunicação e Cultura. Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

⁴⁷ LINS, Alexandre, op.cit, p. 12.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

Na resposta às afrontas do *colonizador*, conforme o diálogo com Homi Bhabha, encontrava-se um histórico de preconceitos que vinham à tona. O conjunto de ressentimentos, a síndrome de inferioridade e a luta para refutar os preconceitos, historicamente integraram as práticas dos intelectuais amazônicos. A encenação de um personagem popular, investido de padrões culturais representativos do modo de ser paraense, conferia a oportunidade para veicular sua versão. A história, dessa feita, poderia ser escrita pelo subalterno, único modo de manter-se sujeito.

A narrativa dessa nova história, por sua vez, também poderia seguir uma versão híbrida. A descrição de um gaúcho, filho de pais paraenses, que passou a residir em Belém, em 1983, com seis anos de idade, com base em sua vivência nos dois extremos do território nacional, sinalizou com a possibilidade de traçar alguns pontos do ser paraense. Numa comparação entre gaúchos e paraouaras, o Conde Loppeux de La Villanueva, como é identificado seu fotolog, destacou algumas diferenças e semelhanças, tentando dar conta de suas principais características.

O sulista tem a presunção “de se achar o mais especial dos brasileiros, uma figura *sui generis* da terra *brasilis*”, já o nortista possui um “temperamento mais diferenciado, mais ameno, mais diplomático”. Nessa comparação diferenciadora, o que “não conseguia entender em grande parte dos paraenses é a vergonha de sua terra”. Em sua observação, a maioria dos paraenses tem uma “tendência muito auto-destrutiva, quase que masoquista, pois acreditam que alguém de fora sempre seja melhor do que eles”. A depreciação mais divulgada contra os nascidos no Pará, “é que são mal-educados”, porém, “deviam conhecer os gaúchos primeiro, para perceberem que povo ranheta é esse do sul”. Por conhecer os extremos da questão, o paraúcho, como se auto-intitulava, construiu suas adjetivações dos modos de ser dos dois povos.

O conde, particularmente, não concordava com “tantos complexos” dos paraenses, pois “vivem numa terra maravilhosa, possuem uma cultura riquíssima e uma originalidade que outras terras do Brasil não têm”. Em tal aspecto, os gaúchos compreendem “melhor o seu valor do que os paraenses”. Os gaúchos reconhecem a “própria auto-estima”. Faltam aos nortistas “apenas explorar suas potencialidades e se aceitarem como são”. A percepção foi adquirida quando criança, inclusive, nas viagens e encontros estudantis do curso de Direito, “os meus colegas paraenses sempre tinham um estigma de complexo de inferioridade, em relação aos de fora”. Encerrou a descrição, afirmando que, tanto paraenses, quanto gaúchos, “possuem uma forte identidade cultural”.⁵⁰ Nesse caso, a música *Belém, Pará, Brasil* de Mosaico de Ravena, traduzido em

⁵⁰ Fotolog do Conde. “As primeiras impressões de Belém as duas almas extrema”, 20.05.2005. Disponível em <salvadorconde.flogbrasil.terra.com.br/foto17912279.html>. Acesso em: 03 abr.2007.

hino regionalista dos estudantes paraenses nos encontros em outros estados, parecia casar com essa observação do narrador paraúcho.

Municiado por sua identidade híbrida de gaúcho e paraense, o conde tentou construir uma síntese desses povos. Da valorosa auto-estima gaúcha ao complexo de inferioridade paraense, conferem a extremidade, não apenas física, mas cultural. Entre valores positivos e negativos, sobressaíam, no caso, nortista, a baixa auto-estima, na contramão do tradicional orgulho de sua singularidade histórica. Vivenciando a cidade de Belém nas duas últimas décadas do século XX, quando a crise social intensificou sua derrocada, era natural a observação do paraúcho. No momento em que redigiu sua análise, diferentemente, a valorização do orgulho de ser paraense ganhava destaque, inclusive como estratégia política de coesão social. Investidos de originalidade, forte e rica identidade cultural, como também reconheceu, os paraenses, em especial os belemenses, encenavam sua identidade, conforme a reflexão de Fábio Castro.

A década de 1980, contexto de adaptação do conde na capital do Pará, conferida por dramática situação na esfera econômica e social, porém com fértil produção cultural, a arte poética construiu ao seu modo o ressentimento dirigido ao centro hegemônico brasileiro. No I Concurso Literário organizado pela Funtelpa/Rádio Cultura, em 1986, a poetisa Irecê Tavares Pereira investiu em tradicional repulsa existente entre os paraenses contra os preconceitos sulistas:

Se você nos vem do Sul
Contar vantagens de lá,
Falando mal do açáí
E também do tacacá,
É melhor ficar calado.
Amo muito minha terra,
Amo Belém do Pará!

Em defesa bairrista dos costumes paraenses, assentado em seus produtos típicos, que “Você nem sequer entende,/ Nem jamais compreenderá”, retomou a linha do não entendimento e compreensão dos sulistas sobre a Amazônia, originárias das imagens preconceituosas. Numa resposta aos detratores, Irecê reiterou a originalidade do torrão natal e sua preferência identitária diante do permanente desprezo dos demais brasileiros pelas coisas de Belém:

Vocês desdenham da terra
E dos filhos do lugar;
Mas para ser brasileiro,
Prefiro ser do Pará.
E para as bandas do Sul,
Só quero ir, ver e contar...⁵¹

⁵¹ PEREIRA, Irecê Tavares. “Belém do Pará”. **Belém**. A resposta da comunidade a um concurso literário. I Concurso Literário Funtelpa/Rádio Cultura. Belém: Cejup, 1987, p. 519.

A estrofe de encerramento guardou uma tradição enraizada na memória parauara. Se havia o desprezo pela terra e pelos seus moradores, a contrapartida da autora, sem tanta cerimônia, retrucou de modo altaneiro com a preferência em *ser do Pará* do que *ser brasileiro*. A escolha apontava resíduos da histórica tensão com o Estado nacional, a qual emergia nas mais inusitadas situações, tanto na política e na economia, quanto no cultural. A postura renovou o gesto de Ruy Barata, no final dos anos 30 do século XX. Num sentido inverso, quando fosse ao Sul, *contaria*, provavelmente, as vantagens de Belém do Pará, no intuito de afirmar a identidade paraense.

A valorização da cultura paraense estava acompanhada de sua inerente defesa. A luta abria-se em várias frentes de batalha. Sensibilizada com essa demanda, a coluna Repórter Diário, do *Diário do Pará*, desferiu severa crítica ao comercial da Credcard veiculado apenas no eixo Rio-São Paulo, o qual “magoou” os paraenses por considerarem o episódio “preconceituoso”. A imagem mostrou um “aventureiro caindo na selva, onde aparece o letreiro ‘Em algum lugar em Belém’”. A cena seguinte destacou um caboclo saindo de dentro de uma “cabana” com a maquininha do cartão, “mostrando que qualquer lugar distante aceita o cartão anunciado”.⁵² Envolvidas em valores culturais, a publicidade e a propaganda acompanhavam as representações sobre a Amazônia, interessadas em instituir sua verdade no intuito de conquistar a aceitação do público consumidor.

A interpretação sinalizava que até na longínqua capital dos paraenses era possível ter acesso àquela facilidade tecnológica à disposição do mercado de consumo. A referência *distante* ou *perto* do centro hegemônico brasileiro condicionava o saber instituído como verdade nessa veiculação voltada para determinados consumidores. Esses, certamente, não eram da *distanciada* cidade no meio da selva amazônica, apesar de também estar contemplada pela modernidade capitalista.

Incomodados com esses estigmas, advindos de um tempo mais recuado, que também inquietaram inúmeros intelectuais amazônicos ao longo das gerações, chegava o momento de reacender a chama identitária. Valorizar o ser paraense guardava um sentido estratégico, com a certeza que os valores legados tinham uma importância vital no fortalecimento dos laços sociais no Pará.

52 *Diário do Pará*, 19.05.07, p. 03.

O Paraensismo dos belemenses

A tentativa de homogeneização nacional a partir da centralização proposta durante a formação do Estado nacional, no século XIX, tão necessário no momento de construção da identidade brasileira, contudo, não foi suficiente para cercear ou arrefecer o sentimento regionalista. Alicerçado em parâmetros dissidentes ou agregadores, o regionalismo conseguiu disseminar suas ações entre vários membros do *todo* brasileiro.

Influenciados por questões econômicas e políticas ao longo do processo histórico, que foram formatadas durante a colonização portuguesa no extenso território americano, alguns problemas foram herdados pelo Brasil Império, por vezes, ampliados durante a República. Administrar um Estado de dimensão continental, diferenciado não só pela distância física, disputas políticas e diferenças sócioeconômicas, mas culturalmente, requereu um esforço concentrado do centro político no Rio de Janeiro, depois Brasília, a fim de contemporizar interesses não questionadores da unidade nacional.

De Norte a Sul, tornava-se imprescindível alimentar a brasilidade, especialmente nos territórios mais recalcitrantes ao projeto centralizador. Este era o caso do Rio Grande do Sul, um ente federado de recorrentes tradições separatistas. O regionalismo gaúcho, isto é, a *gauchidade*, tem na história e na memória da Farroupilha um forte poder de pertencimento frente à centralização nacional do *todo* brasileiro.⁵³ Alimentado por um constitutivo movimento de preservação da tradição gaúcha, o gaúcho cultivava uma identidade diferenciada, inclusive fora de seu estado, através dos Centros de Tradições Gaúchas.

Diferentemente da gauchidade é a *mineiridade*, haja vista existir uma identificação com o nacional, afirmando-se na integração. “A mineiridade diferencia-se ao integrar-se, particularizar-se quando se funde no todo”. A mitologia da *mineiridade* tem nos inconfidentes, especialmente no mártir Tiradentes, “um marco da verdadeira nacionalidade”. Apesar da derrota dos inconfidentes, o fato não impediu o compromisso com o Brasil, devido a construção do mito da primazia em defesa da liberdade. A conciliação política, nesse sentido, tornou-se a marca dos mineiros nos embates pelo poder na esfera federal.⁵⁴

Na mesma perspectiva, mas na disputa pela hegemonia nacional, os paulistas enaltecem o mito dos bandeirantes como fundadores da integridade territorial brasileira, no contexto em que

53 OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo**, op, cit.

54 ARRUDA, Maria Arminda. **Mitologia da Mineiridade**. O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1999, pp. 108 e 67.

se constituem hegemônicos no Brasil. Todavia, nem sempre com o sentido de brasilidade, no caso, a *paulistanidade* foi alimentada a partir de marcos comemorativos, representativos da “pátria paulista”, alguns, inclusive, em confronto com o projeto nacional.⁵⁵ A força do poder econômico e político paulista ao longo da República, sobretudo no avanço da fronteira amazônica, foi interpretado com a figura do novo bandeirante, engendrando, por sua vez, ressentimentos por outros membros da Federação, especialmente as lideranças paraenses, amedrontados com seu poderio econômico.

Numa pluralidade de significados, a *invenção do carioca* representou o símbolo cultural singular do Brasil: a cultura mestiça. Sem desmerecer sua origem colonial e reforçada pelo tempo em que permaneceu capital administrativa do Império e meados da República, forjou um clima cultural favorável à representação do mulato sambista, malandro, esperto e cheio de ginga, junto à mulata cabrocha, faceira e sensual. Esses atributos sintetizaram a cultura alegre e descontraída, revestida de sexualidade e musicalidade, tornando-se sinônimo de carioquice e brasilidade.⁵⁶ O ser carioca, a despeito de todos os estigmas contidos nesses aspectos, amalgamava o sentido de ser brasileiro como povo alegre.

Seja no momento de crise econômica, a exemplo de Pernambuco a partir do século XIX, que precisou recorrer à exaltação do *ser pernambucano*, amparado em sua história colonial, especialmente no episódio da invasão holandesa⁵⁷, no qual contribuiu para a manutenção do território nacional, seja de desenvolvimento econômico, como o Paraná, as identidades foram fortalecidas. O *paranismo*, nesse sentido, emerge o fortalecimento da identidade paranaense, que seria integrante de um “Brasil diferente”, devido a forte presença do imigrante europeu. Em meio ao desenvolvimento e progresso econômico, que incentivou a crescente imigração de outras regiões do país, o discurso paranista das elites tradicionais, por sua vez, foi uma estratégia de manutenção do poder a partir da segunda metade do século XX.⁵⁸

55 FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Ed. UNESP, 2002; MATTOS, Maria Izilda. “A Invenção da Paulistanidade: ‘Da cidade que mais cresce no mundo’ a ‘Um só coração’ (São Paulo - 1954 e 2004)”. **A Cidade, a noite e o cronista**: São Paulo e Adoniran Barbosa. Bauru-SP: EDUSC, 2007, pp. 71-89; CERRI, Luis Fernando. “Non Ducor, Duco. A ideologia da paulistanidade e a Escola”. **Revista Brasileira de História**, vol. 18, n. 36, São Paulo, 1998.

56 ABREU, Regina. “A capital contaminada: a construção da identidade nacional pela negação do ‘espírito carioca’”. In: LOPES, Antônio Herculano (org). **Entre Europa e África**. A invenção do carioca. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Topbooks, 2000, pp. 167-185.

57 SCHWARCZ, Lília Moritz. Os Institutos Históricos e Geográficos: ‘Guardiões da História Oficial’. **O Espetáculo das Raças**, op.cit.

58 BURMESTER, Ana Maria de Oliveira, et al, “O paranismo em questão: O Pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na Década de 1950”. SILVA, Marcos (org) **República em Migalhas**, op, cit, pp. 145-160; WOZNIAC-GIMÉNEZ, Andréa Beatriz. “A identidade paranista e as estratégias de manutenção de poder das elites

Em relação à Bahia, as peculiaridades ganharam relevo através de identidade singular no todo nacional. A *baianidade* destaca-se em múltiplas práticas culturais, capitaneadas pelo carnaval, religiosidade, música e culinária, bastante explorada pela mídia e indústria do turismo, além de utilizada como coesão política. Fortemente influenciada pela diversidade cultural contida nas manifestações afrodescendentes, a baianidade tenta homogeneizar as identificações para toda a Bahia, apesar de ser forjado na região metropolitana de Salvador.⁵⁹

Mas nem sempre o regionalismo recebeu a chancela pública. Expoente do modernismo, Mário de Andrade foi um crítico ácido do regionalismo, interpretado como caipirismo e saudosismo, “comadrismo que não sai do beco e, o que é pior, se contenta com o beco”. O regionalismo não servia para a consciência da nacionalidade, considerado uma “praga antinacional”.⁶⁰ Numa ressalva contra possíveis interpretações dissidentes, Gilberto Freyre, crítico dos modernistas paulistas, enfatiza que o seu regionalismo não pode ser confundido com separatismo ou bairrismo, sim, visa superar o estadualismo desenvolvido pela primeira República, que teve caráter separatista.

Na pretensão de inspirar uma nova organização do Brasil, defende o princípio de o “conjunto de regiões é que forma verdadeiramente o Brasil”. Em vista desse formato, acredita: “Somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de ‘Estados’”, em guerras econômicas entre si, tornando-se um perigo para a unidade nacional.⁶¹ Intelectual cioso de um projeto de modernização nacional, assentado em princípio conservador, preocupava-se com a integridade brasileira, desde que respeitasse as tradições regionais.

Atualizada a partir de novas realidades, a reflexão de Freyre, tecida na década de 1920, no contexto de confronto com os modernistas de São Paulo, nos reporta para um novo campo de tensão. Amparadas em histórias e memórias, as identidades regionais foram tecidas em meio à tentativa de centralização do sentimento de brasilidade. Embora compondo o pertencimento nacional, existem questionamentos no interior desse regionalismo sobre a homogeneização da nação, em parte, decorrentes das representações simbólicas do Estado-Nação terem entrado em crise a partir do processo de globalização e pós-modernidade, a fragmentar e a descentrar essa

tradicionais paranaenses”. **Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História** – ANPUH/PR, “Patrimônio Histórico no Século XXI”. Jacarezinho, 21 a 24 de maio de 2008.

59 MARIANO, Agnes. **A Invenção da Baianidade**. São Paulo: Annablume, 2009; conferir também: PINHO, Osmundo S. de Araújo. “A Bahia no Fundamental”: Notas para uma interpretação Ideológica da Baianidade. **Rev. Brás. Ci. Soc.** Vol. 13 nº 36. São Paulo Feb. 1998.

⁶⁰ Apud LEITE, Lígia Chiapini Moraes. “Velha praga? Regionalismo literário brasileiro”. In: PIZARRO, Ana (org). **América Latina, palavra, literatura e cultura**. A emancipação do discurso. São Paulo: Memorial da América Latina/Ed. da Unicamp, 1994, v. 2, p. 669.

⁶¹ FREYRE, Gilberto, op, cit, pp. 30-33.

identificação, e, por conseguinte, colocar em xeque o sentido estabelecido de nacionalidade e fortalece o regional e a localidade.⁶²

A fragmentação e o deslocamento são realidades no tempo presente. Num diálogo com Gilberto Freyre, Jorge Amado, Guimarães Rosa e Carlos Drummond de Andrade, intelectuais ligados às suas regiões de origens, o jornalista Gilberto Kujawski, preocupado com a arquitetura imperfeita da identidade brasileira, afirmou que a maior identificação com o regional em detrimento da nacional é uma forma cultural de pertencimento no Brasil:

O homem comum do nosso povo é apaixonado por sua região, pelo seu estado natal, não poupando carinho e elogios a eles. Fenômeno estranho e paradoxal. Posso ter pudor de ser brasileiro, ao mesmo tempo que me orgulho de ser paulista, ou mineiro, ou baiano, ou pernambucano, ou gaúcho. A vergonha de ser brasileiro coexiste com o maior orgulho de ser regional. Posso não me assumir enquanto brasileiro, mas me assumo, ostensivamente, como natural do meu estado; com ele me identifico e estou legitimado.⁶³

Identificar-se com a Amazônia ou com o Pará em detrimento da brasilidade não representa nenhuma novidade na prática de determinados grupos sociais na Amazônia paraense. De acordo com a conjuntura ou projetos sucumbidos, o pertencimento e a alteridade são aflorados através de múltiplas narrativas. As experiências sociais são ricas nesse sentido fragmentado, as quais conformaram diversos significados no interstício dos valores regionais defendidos. O *todo* nacional sucumbia-se à emergência da *parte* regional.

Torna-se necessário, em suma, articular essas experiências na utilização de linguagens, tradições e costumes em relação a uma defesa mais política e econômica na formação regional. Problematizar essas questões ajudará nas reflexões que perpassam o processo de construção de uma suposta identidade paraense, uma vez que no capítulo anterior, percebe-se que a referência Amazônia pouco foi afirmada; portanto, não podemos homogeneizar amazonidade e paraensismo, diante dos modos diferenciados que os diversos sujeitos históricos constroem sobre a região amazônica e o Estado paraense.

Questionamento levantado pelas elites paraenses, especialmente as belemenses, em meio ao processo de sofreguidão econômica, comparado com a emergência do Amazonas, alavancado pela Zona Franca de Manaus, além das ameaças advindas do Maranhão, quando passou a disputar com o Pará os benefícios do projeto Grande Carajás. Erigia-se, portanto, a necessidade de

62 HALL, Stuart, op. cit. Ver também: CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**; tradução: Klauss Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999; IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
63 KUJAWSKI, Gilberto de Melo. **Idéia do Brasil**. A arquitetura imperfeita. São Paulo: ed. Senac, 2001, p. 62.

construir novas trincheiras, argumentos e armar seus guardiões, desta vez, reforçados pela efetivação valorativa do sentido de unidade paraúara.

Desde os primeiros viajantes, as imagens construídas acerca da Amazônia, além dos imaginários e invenções, passavam a idéia de uma região coesa e homogênea. A Amazônia, contudo, apresenta-se plural e com múltiplas especificidades, conferida por sua formação histórica, geográfica e cultural, as quais influenciaram, inclusive, na composição populacional, destoando da tradicional característica indígena. Na contramão daquela tradição, a intervenção modernizadora do poder público federal se fez presente através de novas alterações, com destaque para as reconfigurações territoriais, no caso, Amazônia Legal, Amazônia Oriental e Ocidental, são resultados dessas divisões políticas. A divisão tinha entre outras preocupações a integração nacional.

O projeto de integração, por sua vez, não dissipou suas particularidades. Se a Nação encontra-se fragmentada, a região, também, não poder ser considerada homogênea. No interior dos estados da Amazônia existem disputas pela hegemonia em representá-la, conferida pela histórica rivalidade entre paraenses e amazonenses, sobretudo, Belém e Manaus, advinda, principalmente, durante a economia gomífera.⁶⁴

Na tentativa de arrefecer as disputas, a mensagem do governador do Pará, Lauro Sodré, à Assembléia Estadual, em abril de 1891, vislumbrava o “estreitamento dos laços de confraternização” entre os dois Estados. Era tamanha a “identidade de interesses”, que a “palavra Amazônia” foi criada espontaneamente como símbolo da união de ambos, “fundindo em um só corpo os dous grandes, ricos e futuros Estados do norte”.⁶⁵ Irmanados em interesses, segundo a autoridade paraense, a Amazônia foi inventada na tentativa de representar uma região em processo de afirmação, unindo Pará e Amazonas. Apesar da atitude, as rivalidades e as diferenças prevaleceram nos anos vindouros, arrefecidas quando ambas entraram em crise com a derrocada com a economia gomífera.

Com a provável percepção da rivalidade com Manaus, nas viagens realizadas à região amazônica entre 1954 e 1955, Edson Carneiro considerou que “Belém, sobranceira e olímpica, não pode ser desbancada como capital da Amazônia”. Enquanto Manaus, apesar da grande oportunidade gerada pela borracha, “nem mesmo se fez uma cidade. Não passa de uma clareira na floresta”. A cidade do Pará tinha ao seu favor a sede da SPVEA e do Banco de Crédito da

64 Questão desenvolvida pela pesquisadora Bárbara Weistein, op. cit, especialmente no capítulo sete: “Pará x Amazonas”, quando demonstrou que esse conflito foi mais de interesse econômico, refletido na disputa política e tributária.

65 Mensagem do Governo do Estado, 1891. Disponível em: < www.crl.chicago/documentobrazil/htm>. Acesso em: 20 fev.2006.

Amazônia, isso demonstrava que “ganhou confirmação oficial como capital de toda a região norte”.⁶⁶ Investidas dessas prerrogativas, as elites paraenses souberam tirar proveito da situação a fim de alicerçar a hegemonia regional.

A partir da década de 1960, o quadro sofreu progressiva alteração. O confronto teve novos ingredientes, quando o Pará, em especial Belém foi perdendo gradativamente sua hegemonia na região. A capital dos paraenses, conjugada pelos impactos da integração nacional, materializada pela abertura rodoviária (Belém-Brasília), sofreu ligeiro impacto. O aspecto mais decisivo dessa alteração deu-se com a implantação da Zona Franca de Manaus, que passou a alavancar o desenvolvimento econômico amazonense; percebida através do incômodo nas elites paraenses na década de 1970. Em matéria de renda e população, Belém perdeu parte do entreposto econômico, conseqüentemente, o título de “metrópole da Amazônia” para sua rival manauara. As divisões entre as *duas Amazônia*s foram externadas pela grande imprensa paraense em setembro de 1980, temerosa com a evidente crise:

E aí vale levantar uma dúvida: é válida a defesa da Amazônia, como um todo, como nós, os paraenses, sempre a fizemos? Ou estamos molhando em ferro frio, considerando que, há muito, os amazonenses dividiram a região em ocidente e oriente, sempre e só defendendo os interesses da Amazônia Ocidental, a deles? (...). Portanto, continuamos a defender as duas Amazônia, quando não temos parceiros e, por via dessa separação, o lado de lá tem logrado alguns bons quinhões de vantagens a mais.⁶⁷

Preocupar-se com a Amazônia “como um todo” representava um tempo saudosista quando o Pará era hegemônico regionalmente. Convicta que as diferenças e antagonismos eram irreversíveis, no ano seguinte, a Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil/seção do Pará lançou uma campanha de valorização dos produtos paraenses, independente da marca Amazônia, com a seguinte chamada: “Tem Gente que não acredita no Pará. Você acredita?”. Na construção de seus argumentos, registrou-se: “Vamos declarar uma coisa óbvia, mas muito esquecida: o Pará é paraense. Porque a Amazônia é uma ficção”. A Amazônia, nesse sentido, deixou de existir, quando começou a crescer, assentada em leis contraditórias. A criação da Amazônia Legal, “maior que a metade do Brasil”, é um exemplo. Da mesma forma é a divisão Ocidental e Oriental.

A separação e as diferenças eram fatos consumados, daí a necessidade da valorização específica dos interesses parauaras em detrimento da amazonidade: “A Amazônia já era. Por isso, o Pará tem de assumir nova postura. Nossas empresas têm de assumir sua origem paraense, não a

⁶⁶ CARNEIRO, Edson. “Amazônia – Capital, Belém”. In: **A conquista da Amazônia**. Rio de Janeiro: Ministério da Aviação e Obras Públicas. Serviço de Documentação, 1956, pp. 39-51. (coleção Mauá).

⁶⁷ O Liberal, R-70: “Amazônia”, 20 de setembro de 1980, p. 03.

origem regional”. O exemplo era o mamão, a ser “rebatizado Mamão-do-Pará”. Do mesmo modo, o “Melão-do-Pará”. Indicando o exemplo a ser seguido:

Temos que consumir o produto paraense, em primeiro lugar.
Temos de vender o produto paraense, antes de mais nada.
Temos de lutar pelas nossas coisas. Acreditar no que é nosso.
Enfim, temos de ter fé no Pará.
O Pará do “já teve” tem de ser o Pará do “já tem”.
Porque temos mesmo.
E também porque o Pará não pode parar.
E isso é menos um jogo de palavras que uma dura verdade que nós temos de assumir. Sob pena de legar, aos nossos filhos e netos, uma terra selvagem, triste, feia, empobrecida, a despeito de sua riqueza, e paradoxalmente sem futuro.
Ou fazemos isso agora, ou o último que sair faça o favor de apagar as luzes.⁶⁸

Conscientizar-se, agora, da inevitável separação, pressupunha a tomada de posição independente. O momento não era favorável, além da ameaça amazonense, viviam-se mais uma disputa com o Maranhão pelo beneficiamento do minério e na iminência de outra “derrota”, a propaganda tentava levantar a moral dos paraenses. O Pará teria que ser acreditado e valorizado. A marca Pará tinha de ser maior que a da Amazônia, a qual não passaria de uma fantasia, uma invenção. A atitude surgiu, provavelmente, por perceber que a hegemonia regional esvaía-se, daí a proposta de desatrelamento. Com o fortalecimento de seus produtos, o paraense tinha que se orgulhar de ser paraense, caso contrário, o porvir jamais seria venturoso, inclusive para os empresários.

Urgia modificar os rumos da economia estadual. Consumir a produção das *nossas empresas* soava estratégico a fim de fortalecer as *nossas coisas*. A iniciativa ajudava a salvaguardar o mercado consumidor para as empresas paraenses, pois nas últimas décadas perdia a hegemonia para os produtos sulistas, no momento, para a Zona Franca de Manaus. A declaração depositava fé no Pará, devido não poder *parar*, em especial suas empresas, com a necessidade de *vender* o produto paraense antes que a luz da esperança se apagasse.

A campanha teve imediata repercussão e logo apoiada por amplos segmentos sociais. “Essa campanha vai dar o que falar”, assim destacou um dirigente da entidade. Porém, não era esse o principal objetivo. A principal motivação é que “ela dê resultado e o nosso Estado crie uma saudável consciência bairrista”, a exemplo do Amazonas, do Rio Grande do Sul e em “tantas outras unidades da Federação”.⁶⁹ O revigoramento do sentimento bairrista seria necessário no momento em que ampliava o perigo de fragmentação territorial. Vivenciava-se um contexto

⁶⁸ O Liberal, 13.03.81, p. 17.

⁶⁹ O Liberal, Repórter 70, “Pará”, 20.3.81.

delicado, no qual a Amazônia encontrava-se cindida, obrigando o Pará a bradar suas armas em duas frentes de batalha. A primeira consistia em um confronto pela manutenção da hegemonia regional. A segunda conferia uma ameaça mais assustadora: lutar contra a dissidência interna, com grave ameaça ao paraensismo.

A cultura é um campo significativo dessa disputa, especialmente na tentativa de afirmar a unidade, o ser paraense. O escritor Salomão Laredo ao refletir sobre a escassa valorização dos escritores parauaras, identificada na ausência da disciplina Literatura Paraense na graduação e pós-graduação do curso de Letras da Universidade Federal do Pará, trocada por Literatura Brasileira de Expressão Amazônica, além da alteração da denominação da Feira do Livro do Pará pela Feira Pan-Amazônica do Livro, criticou os que “têm vergonha de ser paraense, de falar no Pará, de valorizar o que é nosso”. Somente apreciam o que “vem de fora” devido acreditarem o que “temos e produzimos aqui não presta, não serve, não é bom”. A narrativa alinhavada pelo escritor passou a registrar uma série de situações denunciadoras do preconceito latente no campo literário.

Ao levantar-se contra a circunstância, Laredo prontificou-se a terçar armas: “continuarei defendendo o que é nosso”, no caso, a literatura local. A Literatura Brasileira de Expressão Amazônica é até uma denominação bonita, contudo, “nada nomeia se não identificar o estado, a localidade”. A atitude gera a abolição, a omissão e não divulgação do que “é nosso, do Pará”. Desse modo, sem sua literatura, o Pará perde a possibilidade de divulgar o açaí, a castanha, o cupuaçu, o tacacá e outros produtos. O prejuízo extrapolava o campo literário sem a defesa cultural. Com a ardente obrigação de afirmar valores, o autor fazia questão de identificar-se paraense, nascido em Vila do Carmo, município de Cametá, interior do Pará, defensor ardoroso da cultura regional e do Pará.

Amparado nesse pertencimento, externou sua identidade: “Então sou adepto do paraensismo, sem nenhum tipo de xenofobismo. Amo o Pará e procuro defender o que é nosso”. Acrescentou ser contra o separatismo, sem citar os movimentos de Carajás e Tapajós, no sul e sudeste e oeste estadual, respectivamente, articulados nos últimos tempos. Embora imbuído desse ideal, o autor declarava-se defensor do pluralismo cultural, da diversidade, mas não retroagia em relação ao campo literário:

Logo, sou consciente das defesas que faço a respeito do Pará. Para mim, existe e vai continuar existindo a Literatura Paraense. Adoto o nome porque é uma forma de chamar a atenção do público aos escritores de nossa terra, pois estamos distantes do eixo sul/sudeste que destaca, através de um cânone preconceituoso, de um lóbi de editoras, apenas quem quer.

Salomão Laredo, diferente de uma tradicional corrente regionalista, não culpabiliza somente o “sul/sudeste” pela persistência do preconceito “lá”, haja vista que “começa aqui por quem tem vergonha de falar do que é seu e até de dizer que é do Pará”. Todavia, logo em seguida, recorreu ao velho estilo do enfeitamento quando destaca que a discriminação e o preconceito ocorrem “porque somos caboclos do Norte”. O autor encerra a digressão reiterando a necessidade de valorizar o escritor, o talento, o artista do Pará. Num autêntico libelo, registrou: “Viva a Literatura do Pará!”.⁷⁰

Laredo, apesar dos argumentos utilizados no artigo, sinalizou uma prática que legisla em causa própria quando defendeu a valorização da literatura paraense. Na leitura de sua dissertação de mestrado sobre o escritor Raymundo Moraes, com o título na *Planície do Esquecimento*, é notória a insistente crítica ao “esquecimento” de Moraes pelos próprios paraenses, utilizada como mote para criticar de modo abrangente a desvalorização do escritor local, a exemplo do próprio, autor de vários romances da realidade amazônica-paraense, especialmente a cultura ribeirinha. A atitude desviou, em vários momentos, a proposta da dissertação, quando evidenciou que o “esquecido” era mais o Laredo do que o autor da *Planície Amazônica*.⁷¹

A polêmica travada no campo literário vem de outros embates. O professor de literatura Paulo Nunes lançou a polêmica com a crônica *Literatura paraense existe?*, em 2002, quando afirmou que “a expressão literatura paraense, além de ser acanhada demais, fere a universalidade, princípio básico a qualquer manifestação que se deseja artística”.⁷² Edilson Pantoja contrapõe-se com o texto *Não existe literatura paraense?! Na relação universal e particular, segundo Pantoja, é impossível, “em nome do desejo de universalização, suprimir o regional”. O processo é de mão dupla: “O universal não existe sem o particular, o nacional não existe sem o regional”. Em vista disso, asseverou que inexistente e “nunca existiu” esse modelo. “O que existe de fato é o particular, o regional, o local”. Ao sustentar-se na convicção da relevância da realidade micro frente a macro, a global, passou a defender a *existência* de uma produção literária paraense original, singular, particular.*

Ao criticar os meios de comunicação de massa na imposição de seus modelos universais, Pantoja destacou o exemplo da mídia do centro hegemônico brasileiro, que “nos enfia goela abaixo, ela, sim, ‘fórmulas facilitadoras’ homogeneizantes e totalitárias de comportamento, pensamento e, porque não dizer, de produção artística”. Com seu efeito nocivo, a força midiática

⁷⁰ LAREDO, Salomão. “Estrebuchismo na Literatura do Pará”. Disponível em: < www.alb.com.br/revistas/revista_07/art1_07.asp>. Acesso em: 03 mar.2008

⁷¹ LAREDO, Salomão, op. cit.

⁷² Disponível em: < <http://www.portaldamazonia.org.br>> acesso em 09 set.2009

atacou “nossas peculiaridades, onde nosso *topos* é subsumido em nome do modelo pseudamente universal elaborado no Centro-Sul”. É devido a isso, especulou, que “desejamos tanto achar nosso ‘entre-lugar’ no campo da cultura ‘nacional’, não querendo mais parecermos ‘exótico’ a tal modelo”.⁷³ Afirmar sua identidade, sem caricatura e exotismo, era o caminho a ser traçado para promovê-la com galhardia. Tudo isso, em meio à universalidade, apesar de sua presença incontestável, jamais poderia arrefecer a produção local, em especial a literatura paraense, que, na polêmica em questão, *existe*, e com toda a sua originalidade.⁷⁴

A reflexão literária, especialmente a de Laredo, não foi uma narrativa fortuita, haja vista estar assentada num contexto de ampla valorização do ser paraense, destacado nas práticas do paraensismo. No decurso da formação humana, em especial nos momentos de afirmação e crise social, as identidades nacionais, regionais e locais ganharam relevância nas estratégias de poder. Não seria diferente no Pará. O culto ao paraensismo não representa uma prática cultural recente, apesar de ganhar notoriedade e visibilidade nos últimos anos, impulsionado a partir de um projeto político no intuito de legitimação social.

A palavra paraensismo, longe de ser mais uma denominação regionalista, converteu-se numa forte insígnia conformativa de identificação no tempo presente, mas remonta a uma historicidade, de meados do século XIX, proferida pelo escritor Joaquim Rodrigues de Souza Filho, nascido em Santarém, quando “reclamava a existência de uma literatura paraense, genuinamente paraense, que denominou PARAENSISMO”.⁷⁵ Acrescido dos problemas sócio-econômicos advindos das revoltas populares, o contexto era de afirmação da identidade nacional, por conseguinte, perda do sentimento paraense, o que, certamente, inquietava o intelectual paraensista.

Cândido Marinho da Rocha parecendo não se atentar para o fato, reconheceu que o Pará compunha a “Ilha Cultural da Amazônia” no contexto do século XIX, o que “significou portanto para a terra paraense o verdadeiro marco das conquistas de auto-determinação política, econômica e intelectual”. A interpretação dirigia-se na contramão dos mais influentes intelectuais do XIX e XX, quando recriminavam a centralização do Estado nacional. Os nativos e os que chegaram,

⁷³ PANTOJA, Edilson. “Paraense ou Expressão Amazônica?”. Disponível em: <<http://alberguenoturno.blogspot.com/>> acesso em: 19 jan.2006

⁷⁴ Sobre essa polêmica, conferir: FERNANDES, José Guilherme dos Santos. “Literatura brasileira de expressão amazônica, literatura amazônica ou literatura da Amazônia?”. **MOARA**. Revista da Pós-Graduação em Letras da UFPA. Belém: CLA/UFPA, 2005, pp. 178-189.

⁷⁵ ROCHA, Cândido Marinho da. Discurso de Posse à Academia Paraense de Letras, proferido no dia 14 de junho de 1961. **Revista da Academia Paraense de Letras**, 1961, p. 132.

continua Cândido, “cantaram seus amores à terra, em verso e prosa”. Na Ilha Literária “plantaram palmeira lírica”, simbolizada no açazeiro.

No discurso de posse de Cândido Marinho da Rocha na Academia Paraense de Letras, no dia 14 de junho de 1961, após ressaltar a reivindicação de Joaquim Rodrigues de Souza Filho para o cultivo de uma literatura genuinamente paraense, ainda no século XIX, denominada de paraensismo, vem “125 anos depois do seu nascimento, lançar novo brado, novo clamor, pedindo voltemos os nossos olhares àquela palmeira lírica, esbelta e faceira – como o açazeiro, que é o PARAENSISMO”. Ao longo de seu pronunciamento, destacou alguns nomes que cantaram o amor à terra paraense, a começar pelo próprio Souza Filho:

Minha pátria é a virgem das florestas
 [...]
 S’espelhando nas águas do Amazonas
 Ela é mais do que outras brasileira.
 Minha pátria é a virgem das flores
 Perfumada de essência de baunilha,
 É morena, donairosa filha
 Do largo Tocantins e do Amazonas,
 É a meiga tapuia dessas zonas
 Singela e feiticeira
 Mas ornada das flores e dos bosques
 Ela é a mais do que as outras brasileira.

No enaltecer da pátria paraense Cândido Marinho da Rocha destacou que “este é o seu canto paraense, telúrico, molhado, enxarcado, pingando paraensismo”.⁷⁶ O regionalismo exposto possuía um significado integrador ao nacional, revelador de uma prática diferenciada no tempo presente, haja vista ser um paraensismo que tem a essência brasileira, *mais do que as outras*. Ser *mais* brasileira do que os demais membros da Federação modificava toda a construção regionalista assentada na singularidade com o restante do Brasil. Mas existia um detalhe que não podia ser ignorado: o literato já vivenciava o contexto de grandes alterações promovidas pela integração modernizadora. Enaltecer os grandes nomes da identidade paraense soava de forma afirmativa.

No afã de exaltar os representantes do rincão parauara, o destaque foi o teórico da aviação aérea, Júlio César Ribeiro de Souza, onde no Largo da Sé, a 13 de julho de 1884, apresentou seu “balão paraensemente denominado ‘Santa Maria de Belém’”. Intitulado “Pará”, o aviador reelaborou os versos famosos de Gonçalves Dias:

Quem me dera das florestas
 da minha terra de amores
 respirar as lindas flores
 e escutar o Sabiá!

⁷⁶ ROCHA, Cândido Marinho da, op. cit, p. 133.

Quem me dera ouvir das brisas
 as suspirosas endeixas
 e as brandas, chorosas queixas
 das aves do meu Pará.

Do mesmo modo que o século XIX, que tantos espíritos rutilantes ofereceu ao Brasil, também foi generoso para com o “nosso Pará”. Tornava-se necessário, portanto, assumir um compromisso de cultivar a memória dos paraenses, “dignos de figurar em Antologias”, no intuito de serem conhecidos pelos “estudiosos dos Estados irmãos”. A partir dessa iniciativa, aguardava o reconhecimento: “Que vejam e conheçam e reverenciem e consagrem a glória literária do Pará!”. Reconhecia que os “altaneiros talentos” paraenses não podem perecer no tempo, sendo um “dever recomendá-los à geração atual, e aos seus descendentes”. A consequência mais aguardada era perpetuar o “sagrado e justo regionalismo, na consagração imortal do paraensismo literário de Souza Filho”.⁷⁷ O crédito fornecido ao fundador do movimento identitário sinalizava também a ligação e a continuidade com o passado, sem descuidar da sagração vindoura que perenizaria os valores parauaras.

No seu encerramento, o literato externou as inúmeras “razões que fazem do paraensismo o ápice da pirâmide intelectual do Pará”. Na convicção da nobreza do gesto, deixava um legado: “Deixo aqui apenas a semente, lançada nesta planície sem ócios verdes nem requintes frígidos”. Dessa semente, esperava uma atitude afirmativa nos anos vindouros: “Que os homens de cultura, de ação e de ideal a apanhem e dela façam a plantação miraculosa da hora presente”, na esperança que a Academia se torne em breve “o panorama mais belo da geração, na certeza de que no futuro receberá o salário cultural da gratidão desta terra querida”.⁷⁸ Integrado ao gesto, o paraensismo projetado por Marinho da Rocha não deixava de ser uma tarefa indicada aos intelectuais, representantes ideais para receberem a consagração.

Décadas depois, igualmente em discurso de posse em uma das cadeiras na Academia Paraense de Letras, desta vez, do acadêmico José Wilson Malheiros, em 2004, a valorização da identidade cultural paraense foi novamente proclamada, mas com a ressalva de não descambar para a xenofobia. A tarefa era árdua e não seria facilitada. O maior obstáculo a ser transposto é que o paraense possui “certa inclinação para depreciar, para envergonhar-se e não valorizar o que é nosso, fugindo, assim, da realidade que nos cerca”. Para ampliar a dificuldade, os programas televisivos, o culto da língua inglesa, a assimilação de modismos ou condutas, conforme os

⁷⁷ Idem, p. 138.

⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 142.

interesses do mercado, concorrem para “nos castrar, nos despersonalizar”. Impedir e cercear a formação da identidade representava uma das maiores conseqüências dessa desvalorização dos valores parauaras.

A partir dessa constatação, reiterou que o “nosso linguajar, a nossa maneira de ser, folclore lendas etc, também são revelações candentes de amazonismo, de paraensismo”, por isso, são meios para exaltar a dignidade, as tradições e a “pujança do povo destas plagas”. A globalização, vista como o “canto da sereia”, não poderia “passar o rolo compressor nas realidades locais”. A preservação das “coisas e valores” são fundamentais, tanto como a preservação da floresta, fauna, rios, que são considerados “fatores vitais para o resgate do homo amazonicus, do homo paraensis e de toda esta região portentosa”. Amazonidade e paraensismo irmanavam-se no projeto de valorização. Se havia todo um interesse na preservação da natureza amazônica, tão publicizada nos últimos anos, do mesmo modo, teria que ocorrer a preservação cultural do Pará. Não havia diferenças, tal o significado e a relevância da proposta de instigar o pertencimento do *homo paraensis*.

A mentalidade tradicionalmente ensinada ou imposta que “nos diminui até hoje”, resume-se na frase: “o que é bom vem de fora”, enquanto tacacá, açaí, sotaque típico, farinha d’água, carimbó, çairé, são interpretados como “coisas exóticas, esquisitices ‘de caboco’ para turista ver ou para uso das castas subalternas”. Mas o que é valorizado é a música baiana, sotaque carioca, músicas em inglês. A situação impunha, sobretudo, “valorizar a nossa auto-estima”, sabendo “dar valor aos filhos e filhas desta terra, à cultura local, ao linguajar e ao nosso modo de ser”, que foram decantados por escritores, como Dalcídio Jurandir e Benedito Monteiro.⁷⁹

Tanto Cândido Marinho da Rocha, quanto José Wilson Malheiros, em épocas diferentes, instigaram, a partir de um ambiente letrado, a ação dos paraenses em relação à importância de sua identificação cultural. Embora não partisse da centenária agremiação literária, como supôs o primeiro, a *semente* plantada vicejou com outra configuração e interesse. Num *futuro* próximo, mais precisamente, em 1995, o governador Almir Gabriel conseguiu colher os frutos do paraensismo, além de multiplicá-los com a disseminação em outros campos sociais, redimensionando a proposta original.

Numa visível estratégia publicitária, tal projeto foi deverasmente tecido nas instâncias de poder da *União pelo Pará*. Almir Gabriel soube personalizar boa parte dessa valorização. *Os homens de cultura, de ação e de ideal da hora presente* que compuseram o governo, continuaram plantando,

⁷⁹ MALHEIROS, José Wilson. “Trecho do meu discurso de posse na Academia Paraense de Letras”. Disponível em: <www.wilsonmalheiros.mus.br>. Acesso em: 03 mar.2010.

alimentando e enaltecendo a *pátria* paraense na perspectiva de valorizar a cultura estadual. O Pará, especialmente a região metropolitana de Belém, passou a vivenciar uma intensa campanha de exaltação do ser paraense.

O contexto coincidia com a reflexão formulada por Fábio Castro sobre a encenação da *moderna tradição amazônica*, a partir das últimas décadas do século XX, porém foi redimensionada durante os governos tucanos. O estudo de Ana Freitas e Fabrício Mattos, que dialogou com Castro, sobre a política de comunicação no governo tucano ressaltou que o resgate dessa identidade essencialista não foi “forjada por um único governo e tampouco foi elaborada apenas pelos aparatos midiáticos”. As identificações construídas integraram a elaboração social “específica” do projeto cultural e de comunicação do governo, sendo resultado de um “processo histórico anterior e dinâmico na qual a propaganda e a publicidade governamental atuaram como um dos vários protagonistas”, alimentados nos contextos sociais através de valores, imagens e percepções, além de retroalimentados nesses “mesmos contextos”.⁸⁰ Presente e passado estavam ligados por laços tênues ao ganhar uma conotação mais apurada, revelando sua dinâmica na fabricação identitária. O momento era de intensiva encenação das identificações da Amazônia paraense, tendo Belém o epicentro da construção cultural.

Inegável foi a contribuição dos tucanos nessa supervalorização da essência parauara, conferida em marca de governo. Na avaliação do primeiro mandato de Almir Gabriel (1995-1998), confirmou-se o compromisso de “revitalizar a cultura do Estado” que teria sido sacrificada pelo “alheamento da sociedade paraense em relação à memória de sua própria história e ao respeito nos valores que fazem sua identidade”. A tarefa objetivava “reatar essa sintonia”, construindo um “suporte capaz de fazer manifestar, em toda sua verdadeira amplitude, o singular potencial da cultura do Pará, motivando a sociedade a se reconhecer, com orgulho, na sua identidade cultural”.⁸¹ A incumbência era árdua, mas plenamente consciente da importância depositada nessa empreitada cultural como coesão social. Afinal, o próprio governo necessitava da estratégia de alimentar a auto-estima paraense, arranhada com a série de acontecimentos desabonadores de sua imagem, a exemplo do massacre dos trabalhadores rurais sem-terras, em Eldorado dos Carajás, em abril de 1996.

⁸⁰ FREITAS, Ana Paula Nazaré de e MATTOS, Fabrício Santos de. “Integração e Desenvolvimento?: Políticas de comunicação na Amazônia contemporânea”. II Colóquio Binacional Brasil-México de Ciências da Comunicação. São Paulo, abril de 2009. Disponível em: <www.espm.br/ConhecaAESPM/.../S3/anapaulaefabricio.pdf>. Acesso em 09 set. 2009. Conferir também: MATTOS, Fabrício Santos de. “Do ‘paraensismo’ à diversidade: nota sobre a diversidade cultural na Amazônia contemporânea”. XIV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste. Recife, 2009. Disponível em: <http://xivciso.kinghost.net/artigos/Artigo_323.pdf> acesso em 09 out. 2009.

⁸¹ Apud FREITAS, Ana Paula e MATTOS, Fabrício, op, cit.

Nessa estratégia de poder estadual, o paraensismo foi o mote para uma intensa propaganda governamental. Para instrumentalizar a inserção pública contou com a colaboração da TV Liberal, afiliada à Rede Globo, através de um polêmico “convênio” assinado com a Funtelpa, a fim de veicular o projeto político-cultural de fomento ao orgulho parauara. Até 2007, o “convênio” rendeu mais de R\$ 30 milhões aos cofres do Grupo Liberal.

Num estratégico convencimento publicitário, o termo paraensismo ficou tão marcado pela incessante veiculação, que “parece ter sido cunhado” pelo ex-governador Almir Gabriel, como acreditou o médico e escritor Sérgio Pandolfo, “com o intuito, muito positivo, de elevar o orgulho, a autoestima dos nascidos neste torrão do Norte”. Agregado à pessoa de Almir Gabriel, ligado à crença de fundador desse sentimento, o paraensismo estendia sua força, a partir de Belém, na intenção de cimentar a unidade paraense.

No entendimento de Pandolfo, a atitude era “louvável e altamente salutar, a fim de neutralizar o negativismo, o amofinamento que já há algum tempo vinha mirando o alter-ego de nosso povo”. A ação valorativa tinha a missão de combater o adjetivo de terra do “já teve” para “nossa bela capital e nosso Estado”, que incutia na população a imagem de “retrocesso, definhamento”, denotando “profundo despreço ou desamor pelo que temos e pelo que somos”.⁸² Interromper a auto-depreciação e valorizar a auto-estima eram pontos positivados na consecução dos objetivos traçados pela inserção identitária.

Qualquer oportunidade era utilizada pelas autoridades públicas no intuito de divulgar as belezas naturais selecionadas pelo novo projeto de governo, insinuando o orgulho e a valorização do ser paraense. Imbuídos desses valores, o presidente da Companhia Paraense de Turismo – PARATUR, Adenauer Góes, divulgava na grande imprensa de Belém a importância de resguardar a especificidade histórico-cultural do Pará. O turismo, nessa nova projeção, ganhava bastante espaço como divulgação das tradições paraenses.

Após apresentar uma síntese dessa história, indagava qual “lição” o passado trazia? Diferenciada do recorrente ressentimento de enjeitamento, sua resposta anunciava o paradigma que se assentava o governo. “Esta dialética está no cerne de nossa identidade cultural: o paraensismo nato”. Resultado de uma “mistura criadora”, formada entre conquistadores lusos, tupis e mamelucos e conquistados tapuias, africanos e cafuzos, “nasce uma singularidade cultural: isto que chamamos o paraensismo”. O complexo do Ver-o-Peso, nessa dimensão, era o “Locus

⁸² PANDOLFO, Sérgio. “As razões do Paraensismo. Ou parauarismo”. Disponível em: <recantodasletras.uol.com.br/artigos/1751773> Acesso em: 13 ago.2009.

mais notável” que formava o “nosso multiculturalismo regional”.⁸³ Cartão postal de Belém, o complexo do Ver-o-Peso, composto pelo mercado de ferro e sua adjacência, onde se comercializa múltiplos produtos típicos da cultura amazônica, passou a congregar esse caldeirão cultural.

Sem fechar com uma pretensa homogeneidade na formação dos paraenses, Góes aparentemente estava antenado com as discussões que envolviam a importância da diversidade e multiculturalismo na sociedade pós-moderna. Se o secretário pensava desse modo, a experiência de governo demonstrava uma prática afinada com projetos que tentavam homogeneizar sentimentos, no objetivo de forjar a unidade política, fundamental na continuidade do poder. A *intelligentsia* governamental se encarregava de planejar sua recorrente inserção pública.

Insistentemente veiculado na propaganda oficial, faltava definir o sentido desse pertencimento. A interpretação do modo de ser paraense veio à lume no artigo seguinte. O paraensismo não era “apenas para turismo”, mas objetivava difundir a “cultura do Pará” e promover “oportunidades de negócios e investimentos produtivos”. Revelava, dessa forma, que “estamos significando uma identidade e uma marca de qualidade, que precisamos manter e divulgar como patrimônio amazônico e brasileiro valioso”. Acrescia ainda:

O paraensismo não é apenas um simples rótulo sem conteúdo, ou o amor e ufanismo ingênuos pelas coisas paraenses. É sentimento de orgulho sadio, concreto, em ser filho nato ou adotivo desta *terra tapuia*, sem complexo de inferioridade, mas muito consciente do que de fato é e deseja ser.⁸⁴

Muito além do interesse turístico, o governo traçava seus ambiciosos projetos de desenvolvimento econômico, sem desacreditar dos planos de coesão social na perspectiva de fundamento político. Romper com o histórico complexo de derrotas e inferioridades, tão marcante nas últimas décadas significava alterar o caminho trilhado. O enfeitamento ficaria no passado de tristes recordações. No presente, os tucanos desenhavam um *Novo Pará*, assentado na valorização dos paraenses, modificando o princípio da terra do *já teve* para a terra que *tem* a oferecer não apenas aos próprios habitantes, mas aos turistas, que eram cada vez mais incentivados pela propaganda oficial.

Fundamental nesse propósito, a identidade cultural desenhava os contornos da afirmação da singularidade regional frente ao todo brasileiro. Na ligação com o passado, Góes destacou que o paraensismo possui uma “ancestralidade” de 20 mil anos dos índios das pinturas rupestre neotropicais, com passagem pela civilização marajoara, tapajônica, posteriormente, negros e

⁸³ Reportagem originalmente publicada no jornal A Província do Pará, em 17 de janeiro de 1999. GÓES, Adenauer. “Paraensismo x Turismo: passado, presente e futuro”. **Turismo**: opinião militante. Belém: Meridional, 2003, pp. 166-167.

⁸⁴ Reportagem originalmente publicada no jornal A Província do Pará, em 14 de março de 1999. GÓES, Adenauer. “O Paraensismo e o Turismo”. **Turismo**: opinião militante, op, cit, p. 175. Grifo do autor.

européus, resultando na diversidade cultural conferida pelo “brilho especial” à biodiversidade amazônica, com a marca do “multifacetado Homem regional”. O caboclo é o exemplo da descendência indígena e mestiço de negros, açorianos e lusos continentais, com sua cordialidade e simpatia. “Estas são algumas das marcas de um modo de ser que se diferencia de outras regiões. E que neste Estado caracterizam o paraensismo através de sua cultura”.⁸⁵ O objetivo estava traçado. Embora *multifacetado*, insistir na existência de diferenças do *Homem* da Amazônia paraense foi uma estratégia largamente utilizada pela intelectualidade regional, agora, na busca de redimensionar sua intenção, sem perder a essência identitária.

Na presença de autoridades do turismo nacional, em outubro de 1999, o presidente da Paratur revelou a consistência do projeto em alterar o pessimismo dos paraenses em relação ao seu torrão natal. Anunciou, nesse intuito, a ampliação das estratégias publicitárias do governo. Integrando a propaganda governamental *É Pará Isso*, foram divulgados vários clipes, que passavam desde o início de 1999 no Estado, “com a finalidade do resgate do ‘paraensismo’”. O objetivo estava bem explícito: “é uma estratégia que passa pelo sentido de resgatarmos a auto-estima, o amor pelo Pará”.⁸⁶ Contida no conjunto da incessante veiculação, *valorizar, resgatar e amar* representaram palavras de forte impacto direcionadas ao estímulo da auto-estima dos paraenses.

Mas havia o reconhecimento de que o sucesso da empreitada não dependia somente da ação governamental. O projeto de turismo contava com a divulgação da própria população, na intenção de divulgar as “coisas bonitas que nós temos”, acrescido de “incentivar o paraense a conhecer a própria terra”. A ação levaria à valorização das qualidades encontradas no estado, por conseguinte, resgataria o “amor pelo Pará, o ‘paraensismo’, como nós chamamos”.⁸⁷ Amar o Pará, acima de qualquer outro sentimento, era o mote apelativo da propaganda, com grande possibilidade de atingir a *alma* dos paraenses.

Aqui, abriu-se uma diferenciação no regionalismo. Se no passado, a filha enjeitada, a inferioridade, síndrome de derrotados, compuseram a construção identitária, inclusive, no confronto com o nacional, agora, a experiência apresentava-se diferente. O paraensismo buscava a unidade, valorizava as qualidades da terra, a consciência do orgulho de ser paraense. Na maioria das vezes em harmonia com o todo nacional, sobretudo, pela vigência da gestão tucana, também no governo federal. Mas isso não significava plena concordância de interesses, a exemplo dos episódios de confrontos com o projeto federal, a ser analisado no capítulo posterior. Nesse

⁸⁵ Idem, pp. 175-177.

⁸⁶ GÓES, Adenauer. “O Pará e seu Potencial Turístico”. In: **Turismo pelo Brasil**. Confederação Nacional de Comércio, Conselho de Turismo. Rio de Janeiro: CNC, 2001, p. 109.

⁸⁷ Idem.

momento, o paraensismo ganhava faceta dissidente, com a reintrodução e reelaboração de experiências vividas em passado recente.

Traduzido na forma de *amor pelo Pará*, o paraensismo marcou a veiculação publicitária dos governos tucanos em modelo estratégico de união social. Os meios de divulgação foram os mais diversos, pautados pela lógica de agregar o sentimento em várias práticas culturais levado ao paroxismo da exaltação e valorização do modo de ser paraense, numa singela intenção de desviar o foco de graves questões sociais que pululavam no Pará. Afinal, divulgar os aspectos positivos objetivava alterar as imagens desfavoráveis, arranhada com o massacre de Eldorado de Carajás, em abril de 1996. Não como mera coincidência, inúmeras campanhas foram desencadeadas por órgãos públicos e também privados, a exemplo do *Dispara Pará!*, dirigida pelo Grupo Liberal.

No conjunto de ações com notória visibilidade política, porém, é inviável entender o paraensismo uma determinante e exclusiva estratégia a fim de escamotear as mazelas sociais vividas no Pará. Entretecida à legenda de propaganda, havia a consciência entre a intelectualidade ligada ao poder estadual acerca da necessidade de valorizar a identidade local em meio ao processo de fragmentação cultural no contexto de globalização. Embora elitista, essencialista e na perspectiva de homogeneização, o orgulho de ser paraense continha valores que o sentimento de pertença podia avaliar sua dimensão social, sinalizada em nome da coletividade.

Num evento do programa Fábrica de Ídolos, que destinava uma bolsa aos atletas olímpicos, desenvolvido pela Secretaria de Esporte e Lazer, o governador Almir Gabriel, acompanhado de seu futuro candidato ao governo estadual, o secretário Especial de Produção, Simão Jatene, reiterou a importância de investir em cultura, educação e lazer, porque “resgatam a auto-estima e o paraensismo, que é condição fundamental para o nosso desenvolvimento”. Ver o resultado dos atletas bem sucedidos no Brasil e no mundo, significava “ver o nome do Pará sempre crescendo”. Desenvolver o Pará, conforme a enunciação, passava antes pelos valores consagrados do sentimento parauara.

Sem descartar um discurso político para a ocasião, o governador, de certo modo, tentava refutar uma das principais críticas ao seu governo, contidas na predominância de obras grandiosas e de interesses elitistas e mercadológicos: “Eu considero que nós devemos afastar da cabeça de que bom governo é apenas aquele que faz obras de asfalto, de concreto, de tijolo”. Um modelo diferente também era executado: “Um governo que não tem a ver com a alma do povo, que não

tem a ver com a própria auto-estima da população, evidentemente não é bom governo”.⁸⁸ Formar a *alma*, valorizar o orgulho da população, consolidaram-se em valiosos instrumentos da engenharia social, indispensáveis na construção da identidade ao longo da história, a fim de legitimar regimes e governos.⁸⁹ Não seria diferente em relação ao paraensismo dos tucanos.

A essência paraensista não foi alterada na gestão tucana posterior, no caso, no governo de Simão Jatene (2003-2006), conforme a Mensagem referente ao exercício de 2003, quando destacou no tópico “O Paraensismo”, a importância da diversidade cultural paraense, representadas pelas influências indígenas, européias e africanas que “formam a pluralidade do paraensismo”. O documento revela a “característica humana sócio-cultural que o Governo Almir Gabriel procurou resgatar desde 1995”. Pagando tributo ao antecessor, Jatene ressaltou o momento em que deslançou “em todo o Estado um processo contínuo da afirmação da auto-estima paraense e das potencialidades regionais, que havia se perdido ao longo da história”.⁹⁰ Perdido na história, cabisbaixo e sofrido, chegava a hora do Pará encontrar um novo caminho a ser trilhado. A caminhada tinha que conduzir os paraenses ao encontro de sua história valorosa. Os tucanos sabiam as pegadas do mapa: o paraensismo.

A Mensagem do governador Simão Jatene à Assembléia Legislativa, no dia 15 de fevereiro de 2005, imbuía-se do propósito de congregar os parauaras: “Estou convicto de que o espírito público, o senso de paraensismo e a união em torno de interesses paraenses terão, inevitavelmente, lugares assegurados na história política deste Estado”.() A convicção externada, o forjar, o alimentar da unidade social norteava o projeto governamental assentado na hegemonia política. A projeção dessas ações visava a continuidade desse exercício no decorrer da história paraense. Sinalizava a confiança na eficácia no poder da identidade frente aos desafios a serem enfrentados pela população.

A potência do projeto dependia de sua amplitude. Na reportagem que destacou os investimentos do governo estadual até o final do mandato de Simão Jatene, salienta que o *Arraial da Cultura* estenderá suas ações por Belém e pelo interior para “difundir a música paraense, danças e festas populares, com a finalidade de manter aceso o paraensismo e auto-estima da população”.⁹¹ Forjada entre os intelectuais de Belém, a estratégia de coesão necessitava estender além da região metropolitana o sentimento unitário parauara, especialmente nos municípios que tinham parca

⁸⁸ Conferir: “Governo do Pará apóia atletas da FEPASURF”, disponível em: < <http://i.domaindlx.com/pointnorte/>> Acesso em: 05 mar.2002.

⁸⁹ Ver, nesse sentido, a clássica obra de CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras. 1990.

⁹⁰ Apud FREITAS, Ana Paula e MATTOS, Fabrício, op, cit.

⁹¹ Site www.psd.org.br/psdb - fonte: Governo do Estado do Pará.

ligação com as tradições paraenses, sobretudo, no sul, sudeste, além do oeste estadual. No momento fortaleciam os movimentos separatistas que grassavam pelo interior do Pará. Afinal, Tapajós e Carajás não podiam vencer a força agregadora do ser paraense.

Na busca incessante de difundir os valores que cimentavam o sentimento identitário, diversas secretarias do governo Simão Jatene não perderam a preciosa oportunidade para utilizar o Círio de Nazaré a fim de fortalecer o apego ao “sentimento de paraensismo”. O argumento oficial não pairava dúvidas. O programa *Nazaré em Todo o Canto* foi criado para estimular esse sentido junto aos turistas e à sociedade paraense. “A idéia do evento é colocar em evidência a cultura paraense junto com a expressão máxima do paraensismo, que é o Círio”. O momento é aproveitado quando “as atenções de todo Brasil estão voltadas para Belém” a fim de mostrar que a “cidade tem muitas coisas boas”, explicou o coordenador Nando Lima.⁹²

A força da religiosidade popular, constitutiva da formação cultural, integrava o campo de possibilidade para fortalecer os laços sociais reconhecidos, inclusive, pelo secretário Executivo de Cultura, Paulo Chaves Fernandes: “o Círio é a maior manifestação do paraensismo, do amor à terra”.⁹³ Novamente registrava-se o *amor* ao Pará indissociável do projeto de identificação, cimentado pelo apelo sagrado do Círio. Indispensável nessa formatação, o ser paraense sacralizava-se em meio ao processo de pertencimento.

Elevado à *expressão máxima* do paraensismo, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré registrava inúmeras representações da identidade estadual atribuídas pelos moradores: “a padroeira dos paraenses”, “o maior dia dos paraenses”, “a mais forte manifestação da identidade paraense”.⁹⁴ A consciência da larga referência de identificação conferia a presença desse marco religioso entre o sentimento dos parauaras, indispensável no momento de agregar e forjar a unidade social.

A representatividade religiosa era tão significativa, que quando elementos constitutivos do ritual religioso, por algum motivo, deixam de integrá-lo na perspectiva regional, a exemplo do pato, da corda e das flores que ornamentam a berlinda, os ressentimentos são aflorados, revivendo antigas rusgas. Cioso dessa preservação, o jornalista Raimundo Mário Sobral inquietava-se. O episódio decorria-se do paradoxo do Pará ter a capacidade de exportar flores para o exterior, mas os produtores locais eram preteridos na ornamentação da Berlinda de Nossa Senhora de Nazaré.

92 Cf. “Programação ‘Nazaré em Todo Canto’ será aberta neste final de semana” – Coordenadoria de Comunicação do Governo do Estado. Disponível em: <www.secult.pa.gov.br/Noticias.asp?> Acesso em: 29.set.2005.

93 Coordenadoria de Comunicação do Governo do Estado. “Autoridades e convidados se emocionam com a passagem da Virgem de Nazaré”, Disponível em: www.secult.pa.gov.br/. Acesso em 10 out.2004.

94 ALVES, Isidoro. **O Carnaval Devoto**: um estudo sobre a festa de Nazaré. Petrópolis: Vozes, 1980, pp. 41-42.

“Quem se habilita a deslindar o mistério?”⁹⁵ Revestida de elementos regionalistas, a situação posta não poderia ser admissível e assimilável por quem se imbuía em salvaguardar suas tradições de qualquer ameaça externa. As flores, para Sobral, não era uma questão de menos importância.

Sem conseguir uma resposta plausível para o questionamento, no ano seguinte, o tema da importação das flores foi retomado com novas tiradas cômicas, a começar pelo destaque atribuído as “nossas, tadinhas”, que pareciam ser “apenas salpicadas. Desculpa: não têm qualidade”. Depois do registro irônico, apelava então para um “milagre da Santinha”, que, talvez, poderia alterar a “mentalidade tosca que menospreza as nossas coisas”.⁹⁶ O motivo da indignação poderia parecer sem tanta relevância para o leitor desatento, contudo para o editor do *Jornaleco*, o fato representava mais uma demonstração da parca valorização do produto local, sobretudo, porque estava acrescido de um fator simbólico embutido no maior apego religioso dos paraenses.

Mas o problema suscitado não teve a solução desejada. No Círio do ano seguinte, a corda e as flores foram motivos de sua reiterada repulsa: “Uma coisa me deixa besta: será que esta cidade ainda não tem capacidade de produzir um tipo de corda capaz de ser usada no Círio?”. Questionamento embasado em profunda dose identitária. Na mesma edição, retomou o caso das flores: “Aliás, entra ano, sai ano, a mesma desculpa esfarrapada é dada também às flores que ornaram a berlinda precisa vir de fora. De profundis, Belém”.⁹⁷ O sentimento de perda movia a manifestação. A preservação do que a cidade possui e do que podia oferecer de melhor, especialmente durante a grande manifestação religiosa dos paraenses, era algo inegociável. A situação apresentava-se desonrosa, haja vista comprovar o descrédito e a incapacidade da produção local, no momento em que mais precisava ser valorizada.

A corda, símbolo de fé dos romeiros durante a procissão, segundo o engenheiro Nagib Charone, representa o “orgulho supremo do paraensismo”⁹⁸, um destaque dos mais valorosos do ritual católico. A corda, nessa proporção, foi novamente referida por Sobral, em 2007, desta vez, utilizada com a estratégia para mexer com os brios dos paraenses: “Gente, este Estado jamais poderá se orgulhar de coisa alguma enquanto não tiver capacidade sequer para fazer a corda do Círio”, agora, advinda do interior da Bahia.⁹⁹

Resguardado e consciente do forte sentimento de identidade de seus conterrâneos, com ressentimento ou não, Sobral externava seu projeto de guardião da cultura parauara, celebrada no

⁹⁵ SOBRAL, Mário. *Jornaleco*. **Amazônia**, “Pra não dizer que não falei de flores”, 18.12.04.

⁹⁶ Idem, “Nossas flores e a Virgem de Nazaré”, **Amazônia**, 10.09.05.

⁹⁷ Idem, *ibidem*, 29.09.06.

⁹⁸ CHARONE, Nagib. “Círio técnico não remove fé dos paraenses”. **O Liberal**, 09.10.2005, p. 02.

⁹⁹ SOBRAL, Mário. *Jornaleco*. **Amazônia**, 20.08.2007.

contexto de intensiva veiculação, proporcionada pela manifestação religiosa. Ferir os bríos poderia estimular a indignação de seus pares contra a intolerável afronta ao maior sentimento paraense.

Influenciados pela massiva propaganda oficial, os belenenses incorporaram esses valores numa proporção significativa. Lila de Araújo Rayol, na missiva redigida à seção Voz do Leitor de *O Liberal*, denominada “linguajar paraense”, parecendo atender o apelo de Marinho da Rocha, propõe que os cursos regulares do ensino fundamental e médio franqueassem um maior espaço para o “cultivo do paraensismo”. A sugestão contemplava aulas de literatura, atividades extra-classe, com destaque para o teatro e a música na intenção de “reavivar a nossa memória” de autores paraenses consagrados; do mesmo modo abria espaço para os “novos talentos nesta linha de criação regional”.¹⁰⁰ A proposta cultural se enquadraria perfeitamente no projeto do governo tucano, quando estimulava o reforço de membros da sociedade, traduzida em inserção social e reconhecimento público, comprovando sua eficácia.

Componente do projeto de hegemonia política no intuito de cimentar a unidade social, qualquer sinalização de subscrição dessas práticas representava a sustentação da continuidade no poder. É o que podemos apreender do registro do eleitor de Belém, Ítalo Rocha, quando justificou o seu apoio à candidatura de Almir Gabriel ao governo estadual, em 2006. “O resgate do paraensismo e da auto estima do nosso povo foi de longe a maior obra da administração dos três governos da União Pelo Pará, por isso eu apoio!!!”.¹⁰¹ Divulgado no site do PSDB estadual, a declaração em meio à campanha de Almir Gabriel ao governo soava como incentivo e combustível eleitoral.

A inserção e a defesa do público e eleitor elevavam a visibilidade do projeto paraensista, demonstrada pela eficácia da plataforma de unidade. A incorporação e o engajamento por outros segmentos da sociedade indicavam que o projeto ultrapassou os limites da esfera oficial. Não obstante o *espírito público* dessa *maior obra*, ocorreu ainda registros da necessidade de alimentar e valorizar os sentimentos. Após criticar que o paraense “não tem orgulho do que é seu”, o arquiteto e proprietário de restaurante Paulo Martins sugeriu “uma conscientização muito grande do paraensismo, o paraense tem que se orgulhar de ser paraense”.¹⁰²

Defensor do projeto tucano, Paulo Martins tinha consciência da importância atribuída à formação da identidade, além de reconhecer a enorme necessidade de continuar alimentando tais valores entre a população. Ser paraense era motivo de satisfação, não importava em que

¹⁰⁰ *O Liberal*, Voz do Leitor, 15.11.2002.

¹⁰¹ Site do PSDB durante a campanha para governador em 2006, no dia 10 de agosto de 2006. Disponível em: <www.psd.org.br/psdb> Acesso em 23 set.2006

¹⁰² Disponível em: <www.oparaense.com/entrevista/paulomartins>. Acesso em 03 abr.2006.

circunstância, o importante era orgulhar-se do torrão natal. Valores que estavam enfraquecidos entre a população, daí a relevância do paraensismo.

A repercussão dessa *maior obra*, também chegou ao artesanato, perceptível nos últimos anos através da “valorização do ‘paraensismo’”, que contribuiu para o aprimoramento do produto local, “desde o tradicional até o surgimento de novas oportunidades de negócio”. Os destaques foram o ramo alimentício, o setor de confecções, o artesanato mineral, unindo no mesmo produto fibras e sementes, e pedra semipreciosas, pois o valor de uma peça artesanal é composta por inúmeros elementos, “principalmente, pela identidade cultural expressa no trabalho”.¹⁰³ Sem desprezar-se da singularidade da marca parauara, o artesanato conseguiu ampliar e diversificar o negócio ao agregar valor à mercadoria, atando laços culturais no trabalho, produção, divulgação e negociação do produto.

Em 2006, no artigo *Por uma arquitetura paraense*, não obstante o dedicado apoio dos governos tucanos, Paulo Martins teceu críticas aos projetos arquitetônicos implantado pelo governo Simão Jatene, porque descaracterizava a identidade local. Em seu argumento, recorreu ao suposto pensamento de “Dr. Almir”, que teria “vontade de dizer: ‘usem um pouco de paraensismo’”. Amparado no provável desejo do ex-governador, uma espécie de referência no assunto, reforçou: “vamos criar um conceito de Arquitetura Paraense, com todo o paraensismo, como quer o Dr. Almir”. As novas obras deveriam ser aproveitadas para “tentar buscar algo novo, se inspirar nas ocas e malocas, e fazermos uma arquitetura de base, com fundamentos nossos, sem as macaquices feitas de vidro, aço e alumínio”.¹⁰⁴ A reivindicação e o desejo de valorizar o regional condizente com o conceito arquitetônico parauara em contraposição às obras de um governo que se escorava no regionalismo, abria uma fissura nesse projeto aparentemente consolidado. Era uma cobrança naquilo que o governo se arvoravam realizar: o paraensismo.

O pós-moderno da arquitetura glamourosa tucana tensionava e contradizia com as tradições, os costumes, elementos fomentadores do sentimento parauara, tão exaltado, inclusive pelo secretário de cultura Paulo Chaves. O hibridismo cultural parecia não ter vez nos projetos paraenses. As obras apontadas pelo arquiteto, apesar de não citar, eram do estilo Estação das Docas, Hangar Centro de Convenções, por ironia, todas iniciadas na gestão do paraensista Almir Gabriel. Esses projetos, além do elevado valor investido, tinha uma essência elitista, por valorizarem o mercado, o turismo, característica do intocável secretário de Cultura durante os três mandatos tucanos, do também arquiteto Paulo Chaves.

103 Disponível em: <Investpara.com.br/p_negocio_artesanato>. Acesso em: 23 jan.2007

104 MARTINS, Paulo. “O arquiteto e o fogão”, *O Liberal*, caderno Magazine, 21.07.06.

Nessa incessante promoção, o secretário de Cultura, Paulo Chaves, realizou o inusitado. Até um espetáculo de cultura japonesa no Festival de Ópera do Teatro da Paz serviu de mote identitário. A ópera madame Butterfly, composição do italiano Giacomo Puccini, mas ambientada no Japão, no início do século XX, também seria uma forma de homenagear a colônia japonesa no estado. Baseado nessa programação, afirmou: “Queremos semear o paraensismo para que o Pará volte a ocupar o seu lugar no cenário nacional da cultura”.¹⁰⁵ Sem tanta preocupação em mascarar o seu elitismo, Paulo Chaves recorreu ao modelo cultural abraçado pelo governo na pretensão de engrandecer o Pará, não importando se a marca da semente estava condizente com a essência parauara.

Qualquer solenidade era uma oportunidade para ressaltar a marca do governo. No discurso de posse da nova secretária da fazenda estadual, Rute Totes, ocorreu o registro da importância do projeto *Novo Pará*, iniciado no primeiro mandato de Almir Gabriel, que teria facilitado o desenvolvimento do agronegócio, a extração mineral, o incentivo fiscal “para atrair novos investimentos e resgatar o paraensismo da população”.¹⁰⁶ A base desse desenvolvimento estava na agroindústria, incentivos às empresas ligadas ao capital nacional e internacional, porém os pequenos comerciantes e agricultores não integravam a pauta do projeto *Novo Pará*, além do agravamento da questão social, demonstrada por índices sociais sofríveis.

O registro e a convicção também nortearam a declaração do presidente da Funtelpa, o jornalista Ney Messias, no momento em que se despedia de suas funções públicas, após a derrota de seu candidato ao governo estadual, em 2006: “O paraensismo está garantido”.¹⁰⁷ No crepúsculo do exercício do poder tucano, a arrogada certeza o reconfortava profundamente, amparado na força do projeto que ajudou a tecer e a defender entre os paraenses.

A afirmação de Ney Messias amparava na consciência dos projetos empreendidos em sua gestão. Nessa constância em defender, mas também valorizar a cultura paraense, ganhava força entre os grupos sociais, projetos mais ousados. Era inviável ficar restrito ao território estadual, em alguns casos, circunscrito à região metropolitana de Belém. Havia uma justificativa: “No eixo sudeste do Brasil, o Pará ainda é considerado um lugar longínquo, de onde vem o açaí, o cupuaçu e outras frutas exóticas. Poucos sabem a vasta e original produção de música pop que o estado começa a exportar”. Das guitarradas ao brega pop e tecnobrega, “começam a dar o que falar no

¹⁰⁵ Agência Pará. “Secult apresenta Festival de Ópera 2005 para jornalista”, 02.08.2005.

¹⁰⁶ SEFA com.você – Informativo, Ano VII, nº84. Disponível em: <www.sefa.pa.gov.br/site/institucional/informativos/sefa_84.pdf> acesso em: 01 dez.2005

¹⁰⁷ Conferir o blog Metanoia: <neymessiasjr.blogspot.com>

resto do país”. Para isso, ocorreu a idealização de um festival de músicas paraenses em São Paulo, denominado “Terruá Pará”.

A denominação Terruá origina-se do Terroir, palavra francesa utilizada pela indústria de bebidas a fim de designar um “produto único”, que só uma determinada região específica pode produzir, a exemplo do champagne. “A música paraense seria o primeiro terroir musical do Brasil”.¹⁰⁸

Bernardino encampou a proposta cultural, inclusive, na utilização de uma visão idílica, contido no período de inverno paraense, temporada reconhecida pela “beleza”, sendo a “cara de Belém”. É o momento que “o paraensismo aflora com mangas, bacuri, cupuaçu e taperebá”. Sustentado nos frutos típicos da temporada, reforça através de outra visualização: a maré alta e a maré baixa com a “chuva caindo do céu. É lindo”.¹⁰⁹ Dois meses depois, o autor declarou que a chuva é um dos espetáculos mais bonitos da natureza, por fim externou: “Eu adoro o inverno paraense”. Explica ao leitor que não está filosofando porque não teria assunto para escrever. “Não é não! É o paraensismo que me aflora”.¹¹⁰ O romantismo da narrativa mudava o tom da tensão em defesa da linguagem, a chuva proporcionava exaltar a harmonia de um momento só paraense.

Envolvido em um projeto homogeneizador, a multiplicidade de paraensismos dava a impressão que atendia e englobava os vários interesses e valores dos paraenses. No entanto, as fissuras no campo aparentemente consolidado traziam à público novos projetos em disputa no campo cultural.

Fissuras e dissidências no Paraensismo

A experiência da era do globalismo em que a humanidade vivenciou transformações quase cotidianas, tal a velocidade da sociedade em rede, da informação, quando as fronteiras, não só físicas, foram dissolvidas em nome da nova fase da modernidade. O local, sob a emergência dos projetos globais, tende a sofrer os impactos inerentes ao movimento do mercado, não apenas financeiro, mas de informação e cultural, porém, nesse paradoxo inerente ao processo, também buscou arraigar seus valores identitários.

Embalado na força e coesão inerente ao regionalismo e localismo, o paraensismo conformava e modelava as identificações. Embora aparentasse ser homogêneo e hegemônico, não

¹⁰⁸ Festival apresenta São Paulo à nova música paraense, 14.03.2006. Conferir também: o blog Metanoia quando realizou uma avaliação do evento. Disponível em: <[http:// neymessiasjr.blogspot.com/terruapara/](http://neymessiasjr.blogspot.com/terruapara/)> Acesso em: 30 nov. 2009

¹⁰⁹ BERNARDINO, Jair. “Chuva”. **O Liberal**, 27.11.2006.

¹¹⁰ Idem, “A chuva é bela”, **O Liberal**, 20.01.2007.

estava isento de dissidências sociais, inclusive em relação à amazonidade. Problemas dessas práticas foram apontados em várias direções. Seja no campo político partidário, seja no campo artístico e cultural, as objeções foram externadas, representando as fissuras na pretensa unidade da identidade parauara.

A música regional, tradicionalmente instrumento de exaltação da identidade paraense, recebeu algumas objeções. Em julho de 2003, o poeta paraense Age de Carvalho classificou de “tucupi music” o regionalismo nas músicas e “paraensismo bobo” essa busca incessante da identidade:

Essa fixação em falar de cunha e iara. Isso é provincianismo. Claro que sou paraense, mas não é por isso que preciso falar dessas coisas. Falo o tempo todo da minha aldeia, mas ela não é o tucupi. Não acho que para sermos paraenses precisamos estar condenados a ser paraenses. Tenho horror a esse folclore barato que faz parte de uma hipocrisia intelectual, porque o pessoal que faz isso não anda de canoa, ninguém toma tucupi toda hora, nem está sempre no Ver-o-Peso com a mulher do *cheiro*.¹¹¹

Residindo na França e com a experiência de outras culturas, o poeta resistia à condenação de *ser* paraense conforme esse formato provinciano do paraensismo. Numa sinalização do alvo de sua crítica, desancava a *hipocrisia* de seus promotores. Historicamente ativa, a *intelligentsia* regional construiu e defendeu os valores do regionalismo, que agora se via alvejada por uma proposta cultural mais de acordo com a dinâmica globalizada e pós-moderna assentada em práticas dissolventes da pretensa homogeneidade identitária.

O crítico musical Reginaldo Vieira, nesse sentido, polemizou com esse estilo, no qual refletia sobre seus rumos. A afirmação inicial logo sinalizava o tom: “Ser ‘bairrista’ parece ser algo natural do homem, mesmo que involuntariamente”. Escorado nessa análise, afirmou ainda, que as “certezas” culturais e artísticas formuladas “sempre se fecham dentro daquilo que acredita ou daquilo que possui conhecimento”. A restrição inerente dessa prática é incongruente com o mundo globalizado, representado por “uma grande aldeia cheia de línguas e credos cada vez mais próximos de interferências mútuas”. A partir dessa reflexão, teceu comentários em relação à área musical, pois existe a “imensa necessidade de buscar raízes do que temos e do que podemos ter”. Exemplo disso é a cantora paraense Lia Sophia, que está “atenada com o mundo”, com isso “marca novos tempos para a música paraense, pois não apela para regionalismo inconsistente (desses que só falam da famosa lista de iguarias paraenses)”. Contrariando a tradição, a cantora

¹¹¹ Apud MARTINS, Helaine. “Tem Batuque, Sampler e Pop na MPB: a Música Popular na Lógica da Indústria Cultural”. Belém: VI Congresso Brasileiro de Ciências da Computação da Região Norte, p. 05. Disponível: < www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2007/resumos/R0093-2.pdf > Acesso em 10 set.2009

“usa desses elementos sutilmente em ritmos, timbres e formas que a caracterizam como artista nortista, mas com o pé no mundo”.¹¹² A restrição cultural tinha limites.

O mundo pós-moderno e globalizado parecia tencionar e polemizar com os referenciais regionais. Nada estaria isolado, mas em permanente inter-relação, entrelaçando práticas e ideais, modernidades e tradições. As identidades *inconsistentes* não poderiam restringir o intercâmbio cultural, visto a impossibilidade de conter a força do descentramento e da fragmentação provocada pela globalização. Eram forças em confronto, mas que já indicava o projeto vencedor. O regionalismo não seria parâmetro e modelo cultural para os grupos que almejassem desatar o nó dos laços regionais.

Ao destacar a apresentação de Rob Flemming no espetáculo *Vida é Cheia de Som e Fúria*, da Sutil Companhia de Teatro, ocorrido no Teatro da Paz, integrante do Circuito Cultural Banco do Brasil, a colunista Marcinha Carvalho externou a importância do fato em Belém. “Numa cidade com opções culturais tão restritas ao regionalismo, receber um espetáculo rico em citações da cultura pop foi mesmo um grande presente”.¹¹³ O apontamento confirmava a recorrência daquelas práticas culturais em Belém, porém com a insatisfação de determinados críticos de arte, incomodados com as limitações intrínsecas às experiências registradas na capital paraense.

Este sentido é também ressaltado pelo músico da *Amazon Java*, Renato Rosas, que tem um estilo de reggae “misturado aos nossos tambores regionais, mas com letras universais, nada de muito regionalismo, de ficar falando do açaí e aquela coisa toda”. A explicação justifica que “dá pra fazer junções sem apelar para aquele regionalismo impregnado”. Desse modo, mostra que a “música paraense também tem valor assim”.¹¹⁴ Se as práticas híbridas constituem a produção de Renato Rosas, por sua vez, moderava o regional, visto outras possibilidades que podiam construir, sem as amarras do tradicional.

No confronto do pós-moderno com o tradicional, o global e o regional, constituíam-se nas fímbrias do processo a cultura híbrida paraense, a exemplo da mistura musical, costurada a partir de novas necessidades e realidades. O regionalismo, desse modo, buscava alternativas de sobrevivência em meio ao universalismo promovido pela globalização. Estava decretado o limite ao avanço do paraensismo.

A música também foi motivo de críticas do jornalista Elias Pinto. Desta vez, partiu da objeção ao Projeto de Lei aprovado na Câmara Municipal de Belém, que reconhecia as

112 Cf. “Fusões e aparentes ‘contradições’ que se harmonizam no encontro de gêneros e estilos”. Disponível em: <www.amazonia.com.br/equalize/detalhe_equalize/> Acesso em: 13 ago.2007.

113 CARVALHO, Marcinha. “O lixo e a fúria”, **O Liberal**, caderno Magazine, 01.05.06.

114 O Liberal, caderno Magazine, “Amazon Java lança hoje CD single com show e convidados”, 09.11.06.

aparelhagens de som como patrimônio cultural da capital paraense. “Alguém pode alegar, valendo-se de pressupostos ‘culturais’, ‘sociológicos’ ou ‘antropológicos’”, que as aparelhagens são “manifestações da nossa cultura musical e que protegê-la seria defender nossa identidade cultural”. O cronista contrapõe-se de forma ácida, afirmando que é “Balela. Besteira. Empulhação”, pois a música “que se despeja dessas aparelhagens é porcaria, lixo”.¹¹⁵

Elias Pinto reconhecia que sua crítica não seria bem absorvida pelos defensores desse tipo musical: “Aí alguém vai se indignar e, escudado em brios de roto paraensismo, vai desfraldar a bandeira papa-chibé, rotulando de elitista a voz que se ergue contra a música do povão”, sempre tocada nas aparelhagens. Para o crítico, confundia-se cultura autêntica com cultura alienada, cultura popular com cultura de massa. Reconhecia, por sua vez, o carimbó como “nascida de nossas raízes”, uma manifestação popular, já as aparelhagens é uma cultura de massa, imposta pelo mercado.

Não conseguia apoiar os “treme-terras” pelo simples fato de “ser ‘paraense’”, apesar de “ser também uma cultura furreca, igualmente descartável, rala como um chibé sem substância – mas com capacidade para detonar nossos nervos e ouvidos, mentes e corações”. A “indigência mental”, além de “alienante” deveria ser combativa, embora apresente “credenciais indiscutíveis de brasilidade, ou de ‘paraensismo’, papachibeísmo”. Encerrou de forma irônica, sugerindo, fiel à Lei aprovada, que a Câmara, nas suas sessões solenes, ao tocar o hino, utilizasse um treme-terra.¹¹⁶

Nem tudo que era representativo da cultura paraense podia ser motivo de orgulho, traduzia a mensagem de Elias Pinto. A qualidade cultural prevalecia sobre a *cultura de massa* promovida pelas aparelhagens. Não importava se o paraensismo fosse afetado, na realidade, um essencialismo duramente criticado. Objeção que já vinha de outras polêmicas. No final do ano de 2005, retomou uma matéria publicada em março desse ano, logo após a apresentação da Banda Calypso no Faustão, com o título “Quando não é bala é brega”. Para o melhor entendimento, o contexto era tenso, ainda no clima do assassinato da missionária Doroth Steng, na região do Xingu, Faustão aproveitou o momento para ressaltar que “a maioria dos paraenses é gente boa”, provavelmente, após a saraivada de críticas que o Pará era uma “terra sem lei”, causando bastante desconforto e revolta entre os paraenses.

Mas vamos às críticas de Elias Pinto. “Triste Pará – ter como advogado o Faustão”. Dessa forma iniciou a narrativa. Depois de receber o cantor paraense Wanderley Andrade, no último Domingão, o Pará virou a terra da Banda Calypso. “Quando não é bala é brega”. Já prevendo uma

¹¹⁵ PINTO, Elias. “É do barulho que eles gostam mais”. **Diário do Pará**, 03.10.2007, Caderno A, p. 4.

¹¹⁶ Idem.

reação, antecipou-se: “antes que venham de lá balas de cupuaçu, dos regionalistas de sempre, do paraensismo de plantão, acusando-me de elitista, devo dizer que a Calypso é musicalmente tão indigente quanto aquelas baianidades” divulgadas pela cultura de massa, especialmente nos carnavais fora de hora. Depois de narrar uma série de experiências vividas que se contrapõem à crítica que é elitista e preconceituoso, Elias Pinto retrucou que “a mídia televisiva idiotizada venha dizer que isso é o melhor do Pará”, a exemplo da banda de Joelma e Chimbinha.

O maior “problema” é o apresentador global afirmar que “a maioria dos paraenses é gente boa”, fazendo lembrar a propaganda de uma empresa paraense. “É o preconceito camuflado de elogio. Pobre do Pará carecer de um abono desses”. O aplauso soou de forma condenatória. Assim sendo, partiu para a “apelação” a fim de “lembrar ao abonado apresentador que os grileiros vêm das bandas de lá, assim como os pistoleiros e seus respectivos mandantes”. Era uma contraposição, sem intencionar transferir responsabilidades dos problemas sociais existentes no estado, quando tentou apontar as origens das tensões, muitas advindas dos lugares que originavam as maiores depreciações aos paraenses. Na contestação ao *elogio* global também foi acompanhada de acerba análise da realidade paraense que não podia mais ser escamoteada:

Querendo exaltar e mostrar-se íntimo das excentricidades da colônia, Faustão (e aqui lhe devemos agradecer a oportunidade de nos fazer ver como somos vistos) alarga o firmamento caricato no qual aparecemos exoticamente chapados e deformados sob o calor brutal, condescendente descortinados pelo olhar supostamente civilizador.

De qualquer modo, continuou o cronista, seja sob balas ou ao som da Calypso, “é um Pará à margem, da lei e da cultura”. Para isso, é concedido o direito a uma aparição no “circo global”. Reafirmou, no entanto, que não tem “nada contra” a banda, até torce que prossigam o sucesso. Mas se a forma para “compensar a pistolagem forasteira” é o pagamento do “tributo” de elevar esses artistas como representantes do Estado, “então, bye-bye, Pará”. Não havia, desse modo, qualquer inspiração regionalista que o demovesse de seu posicionamento. O Pará dispensava tal representação, mesmo com toda a fama conquistada, amenizando, momentaneamente a imagem negativa estadual.¹¹⁷

No dia seguinte à reedição da matéria, Elias Pinto retomou a afirmação do desejo de pleno sucesso desses cantores em 2006, percorrendo todos os lugares do país e as grandes emissoras. “Só não me levem juntos. E se der, não digam que é do Pará. O Estado já carrega peso demais para assumir mais essa carga pesada”. Ampliou a discussão das diferenças entre popular e cultura de massa, esta última, alienante e reprocessada pelo mercado. “A questão não é o brega ser

¹¹⁷ PINTO, Elias. “Quando não é bala, é brega”. *Diário do Pará*, 08.03.2005, p. 08.

‘música da terra’, anticolonialista. Muito pelo contrário. Ele, o brega, nos retorna aculturado pelos colonizadores da indústria”. Considerou legítimo o desenvolvimento de uma cultura local, “nem diria autônoma”, devido a força que a globalização dissolveu essa possibilidade com o multiculturalismo.

Mas não descartou um projeto de autonomia, utilizando a própria globalização. Na crença de uma “cultura autêntica”, considerou que ela tende a se beneficiar do resultado de uma “cultura global de qualidade”, sem solicitar atestado de naturalização, pois a “verdadeira cultura é universal”, a exemplo de Tolstói, Mozart e Dostoiévski, que são importantes para construir o “nosso projeto de autonomia”, pois é como se falassem “muito mais de perto” da realidade amazônica em comparação com os “irmãos forasteiros que sentaram praça no sudeste/sul paraense”. Esta última afirmação, sem regionalismo, é uma indireta aos verdadeiros causadores dos conflitos no campo paraense, que maculou toda a sociedade.¹¹⁸

A objeção mais contundente e pormenorizada partiu do professor de Comunicação Social da UFPA, Dr. Fábio Fonseca Horácio-Castro, que elaborou a lista dos *10 pecados da política cultural do PSDB* nos doze anos de governo, o qual pensava a cultura de forma anti-anropológica, quando propõe que “cultura é um bom negócio”, com ênfase para o turismo. Na política cultural tucana predominou um *elitismo*, com as ações voltadas para determinados grupos e atuação de forma autoritária e intransigente com os agentes culturais distanciados dos padrões “eruditos”.

No segundo “pecado”, registrou-se a *ausência de interiorização* da política cultural, por privilegiar a cidade de Belém. As regiões do interior “foram tratadas como colônias da capital”, resultando em “variedade, e não em igualdade”. Nos demais, ocorreram uma *confusão entre cultura e turismo*; *Ruptura do diálogo com setores importantes da intelectualidade urbana*; *Ausência de política de leitura*; *Ideologia do descompromisso com a cultura popular*; *Falta de articulação com as políticas de comunicação*; *Confusão de funções entre secretaria de cultura e secretaria de obras*. Foram sínteses pontuais dirigidas ao âmago das principais críticas aos doze anos do tucanato no Pará.

O nono pecado, denominado de *Vaidade*, referia-se à agressiva arrogância. “Talvez isso fosse, apenas, a necessidade de firmar uma aparência social de pertencimento ou de proximidade a grandes idéias e a grandes intelectuais”. A *vaidade* tinha um “tom ideológico” da política tucana e necessitava ser compreendido, contextualizado a fim de que não continuar “influenciando na próxima gestão”. A marca desse *pecado* constituiu projetos importantes na cidade, “mas não passou

¹¹⁸ PINTO, Elias. “Chimbinhas, Joelmas & outros Anormais do Brega”. *Diário do Pará*, 28.12.2005, p. 8.

desapercebido o tom de auto-elogio e a arrogância do ‘nós’”. A partir desse posicionamento, o paraensismo seria desancado:

Esse tom, muitas vezes áspero, esteve presente em termos absolutamente bizarros e essencialistas, como ‘paraensismo’, ‘resgate do amor próprio’ e outros. O discurso surgiu claramente do campo das políticas culturais, mas dominou a Funtelpa, outras secretarias, o governo e até mesmo a campanha do candidato derrotado ao governo do Estado.

Numa ácida crítica à política paraensista do governo, a reflexão de Fábio de Castro diagnosticou graves problemas desse uso *bizarro* do regionalismo. A produção foi divulgada em seu *blog* e ganhou a publicação no jornal *Diário do Pará*, opositor da gestão tucana, dividida em duas edições.¹¹⁹ Era uma posição abalizada em meio à transição de governo e a definição do novo secretariado estadual. Posteriormente, Fábio Castro assumiu a chefia da Secretaria de Comunicação.

O cerne dessa crítica reporta-se à política de comunicação do governo assentada no convênio da Funtelpa com a TV Liberal, o qual rendeu uma vultosa verba pública à empresa de comunicação. A polêmica foi retomada quando um “anônimo” comentou a matéria do Blog do Barata: “Ação popular contra convênio é julgada improcedente”. Em seu comentário, o autor registra a mudança na programação advinda da gestão passada, “todos voltados para o regionalismo paraense”, a qual considerou uma decisão correta, “porque esse exagerado paraensismo não passava de um merchand preparado pelos tucanos Afonso e Orli pros governos tucanos”. Nessa estratégia, a “palavra Pará foi o mote pra enganar o povo, a começar pelo nome União pelo Pará e o Novo Pará e o papo de levantar a auto-estima dos paraenses”.¹²⁰

Anteriormente glorificado, agora, via-se desancado como *merchand*, o paraensismo recebia repulsiva crítica dos oponentes da gestão tucana. Oposição política partidária que já se movimentava antes mesmo da derrocada daquele projeto. Em outubro de 2003, a *1ª Conferência Cultural do PT-PA* debateu o caráter multicultural no Brasil, a necessidade de se “considerar as diferenças regionais”, criando resistências às “ações uniformizadoras da indústria cultural” no intuito de fortalecer as identidades culturais.

Na oportunidade, o coordenador do Setorial de Cultura do PT, Carlos Henrique polemizou com a prática do governo estadual: “O que faz o governo do Estado? Prega o paraensismo, o orgulho de ser paraense, e isso pode gerar um problema muito grave, que é o

119 No décimo pecado, *Centralização e autoritarismo* criticou a centralização autoritária pela “intelectualidade belemense” na SECULT. Ver: CASTRO, Fábio Fonseca de. “Por uma gestão cultural democrática e popular no estado do Pará”. Disponível em: < hupomnemata.blogspot.com/.../os-10-pecados-da-politica-cultural-do_01.html >. Acesso em 10.01.2009

¹²⁰ Disponível em: <blogdobarata.jor.br/07/02/2007/acao-popular-convenio-julgada.html > Acesso em 09 out.2007

bairrismo”. No uso de argumentos políticos e ideológicos, o petista reitera: “Eles trabalham sobre a lógica do modelo neoliberal, uma lógica rápida, de mercado, simples, direta, de fácil assimilação”.¹²¹ A objeção ao apelo mercadológico da sociedade global, a qual facilitou a publicidade através da marca identitária parauara, parecia contraditar outras análises que contestavam...

Enquanto o petista Carlos Henrique criticava a política cultural do PSDB, que poderia gerar um sentimento bairrista com preconceito e discriminação aos diferentes, Fábio Castro, além de apontar os *pecados*, aconselhava a não repetição na gestão do PT que se avizinhava. Eram contextos e projetos diferentes, porém convergiam na essência das críticas, especialmente, quando o professor teria a oportunidade de não reproduzir aquelas práticas no atual governo.

O artista e professor da Faculdade de Artes Visuais/UFPA, Orlando Maneschky ao comentar uma mostra fotográfica em Belém entendida como experiência válida de preservação do patrimônio, aproveita para criticar outra prática cultural: “Há uma total incongruência no ‘tal’ paraensismo, tão cantado e esbravejado, numa onda de revalorização da cultura que nada mais é do que plastificação e esvaziamento”.¹²² Se antes a denúncia era contra o *esvaziamento* econômico de Belém, agora, também era cultural.

A paixão dos torcedores brasileiros, em particular dos paraenses, em relação ao futebol é um ingrediente inerente nas disputas, ultrapassado as quatro linhas de campo. Depois do anúncio que o Brasil sediaria a Copa do Mundo, organizada pela FIFA, em 2014, a movimentação pela escolha das sedes que receberiam as seleções, aqueceu as disputas entre os estados pretendentes. No caso do Pará, criou-se enorme expectativa a ser uma das sedes contempladas, amparado no fanatismo da torcida, imprensa atuante e estádio estruturado (Mangueirão).

Nos meses que antecederiam o anúncio, Belém posicionava-se na disputa com Manaus pela sede na Amazônia. A comissão formada para atender as exigências técnicas da FIFA seguia todos os passos recomendados. Foram momentos em que reacenderam a antiga rivalidade entre belemenses e manauaras. Entre a visita dos inspetores da FIFA e a tensão nos bastidores, a imprensa de modo geral, entre os quais os *blogs*, alimentavam esse confronto, contendo informações de dirigentes, empresários e políticos, diretamente interessados no sucesso do projeto 2014. Os torcedores não ficaram alheios, alguns, com posicionamentos passionais e agressivos. A capital escolhida, evidentemente, receberia altos investimentos infra-estruturais, portanto, não era

121 PT Notícias - Informativo do Partido dos Trabalhadores – Diretório Estadual “Setorial de Cultura realiza 1a Conferência Estadual”, 04 de dezembro de 2003.

122 MANESCHY, Orlando. “Mostra ‘Impermanência’ Galeria Arte-Sol (Mezanino do Café da Sol)”, Disponível em: <<http://blog.retratandoaluz.blogspot.com/>> Acesso em 10 set.2008

somente uma questão de futebol, o campo cultural esportivo espalhava-se pelos campos sócio-econômico e políticos. E Belém contava com essa oportunidade para solucionar graves questões sociais. A expectativa era promissora.

Depois de várias sinalizações que Manaus seria a escolhida, devido o peso da Zona Franca, inclusive, com a influência de algumas multinacionais patrocinadoras da Copa do Mundo, como Coca-Cola e Sony, sediadas na capital amazonense, no dia 31 de maio de 2009, Belém perdeu. Um misto de comoção e indignação tomou conta da capital paraense, reavivando antigas decepções. O Pará, Belém em especial, sofria outra derrota.

As justificativas para o resultado desfavorável foram as mais díspares. As críticas à inoperância das lideranças políticas que, novamente, sucumbiram nas disputas com outros grupos mais influentes nos bastidores da Confederação Brasileira de Futebol, ganharam notoriedade. A governadora Ana Júlia, apesar de contar com o apoio do presidente Lula, ambos do mesmo partido, foi bastante criticada. O prefeito municipal, Duciomar Costa (PTB), mais interessado em barrar a instalação de uma CPI para investigar desvio de verbas da saúde pública, também foi alvo de severa admoestação. As lideranças políticas e empresariais como um todo caíram em desgraça.

Perder para Manaus, onde o futebol não possuía a mesma dimensão e paixão presenciada entre os paraenses, não podia ser admitida, era uma das maiores lamentações dos belemenses. Acrescida da inabilidade política, só poderia ter ocorrido uma “conspiração” da madrastra CBF, subscrita pela FIFA e dos demais brasileiros contra Belém... “Por que o Brasil nos odeia?”, foi uma indagação formulada por uma internauta no portal do Yahoo.

Análises mais lúcidas também vieram a lume. No blog *Quinta Emenda*, a partir da postagem “Foi-se”, seguida de uma imagem da Taça de cabeça para baixo, o comentário do intitulado Thomerius Severus Hintolerantius Maximus não buscou culpados fora da sociedade belemense. O resultado já era previsível e factível, porque capital paraense não tinha condições técnicas, planejamento, “a verdade é que infelizmente Belém é uma cidade em que insiste em se isolar em não globalizar, insiste em permanecer um feudo”, tornando-se uma cidade “sem identidade, sem cidadania que insiste em matar a sua história, seu passado, sua cultura”. O que antes era motivo de orgulho, manter-se isolada do restante do Brasil, condição *sine qua non* para preservar sua identidade e história singular, agora, representava um obstáculo ao crescimento. Na era global, manter-se como um *feudo* traduzia o atraso de Belém.

A versão mais plausível é que a vencedora “não foi Manaus, Belém perdeu para si mesma”. Fundamentado nessa certeza, enumerou uma série de acontecimentos desabonadores de sua

imagem. A culpa não é exclusiva do governo atual, apesar de ter contribuído, “a culpa é de anos de incompetência, arrogância (Belém a capital da Amazônia), inércia política, ineficiência e desrespeito com o Cidadão”. Essas “mazelas” acompanham a sociedade paraense “há mais de 50 anos”. Acrescentou, ainda, que Belém e o Pará como um todo, integram o noticiário nacional e internacional com “notícias degradantes e vergonhosas”, destacadas pela devastação florestal, assassinatos no campo, exploração de mão-de-obra infantil, impunidade e péssimo sistema de saúde.

Belém precisava reagir, a começar pela reconstrução das instituições democráticas e respeitar o cidadão. No final, indicou a solução: “civilize-se e globalize-se”, para depois receber o reconhecimento do mundo civilizado. O autor parecia lançar um dilema determinante: sem inserir-se na globalização, não haveria civilização para a capital paraense. No recado final, sinalizou os maiores causadores da derrota: “Vá além da parca e pobre visão de seus líderes e da sua medíocre elite”.¹²³ No calor da hora, refletindo a dura realidade, esse incisivo diagnóstico colocou em xeque a tradicional soberba das elites belemenses em representarem a região, assentada na antiga versão de “metrópole da Amazônia”. Se a zona franca impulsionou Manaus, agora, ao integrar uma das sedes Copa do Mundo de 2014, ampliaria sua hegemonia regional.

Nesse clímax de decepção, o engenheiro Flávio Nassar Sidrin postou no blog do jornalista Augusto Barata, o *blog do Barata*, a reflexão “Copa – Belém na Terceira Divisão”, no caso, das capitais brasileiras. A análise é bem próxima da externada pelo Hintolerantius. Apontar os verdadeiros culpados compunha o diagnóstico: “A culpa é deste governo, desta prefeitura e de todos os outros que nos administraram a cidade e estado nos últimos 50 anos”. Após a determinada afirmação contra os dirigentes públicos, mirou seu argumento na direção do modo de ser paraense: “A culpa é da nossa geração de paraenses que achamos que ‘comendo de arremesso’, ‘dormindo de balanço’ vamos ter vida ‘de descanso’, porque só aqui tem açaí, tacacá e de quebra a Virgem de Nazaré pra abençoar”. O autor, provavelmente, quer se referir...Do comodismo, passando pelo orgulho regionalista até a convicção de proteção espiritual, alargaram a crítica social, apontada no tempo histórico..

Na tentativa de buscar uma explicação mais racional, diferenciada da recorrente versão que ganhava corpo entre os paraenses, o engenheiro destacou que a causa do insucesso de Belém não representou um “ato político”, muito menos uma “conspiração”, haja vista ser “previsível para uma cidade que há décadas se recusa a pensar-se estrategicamente”. Embora consciente dessa

¹²³ Disponível em: <[http:// quintaemenda.blogspot.com/](http://quintaemenda.blogspot.com/)> Acesso: 31 mai.2009

repercussão negativa, reconheceu a possibilidade de colher bons frutos da situação: “Que isso nos sirva de alerta, sempre é tempo de recomeçar”. O *recomeçar* podia ser o primeiro passo. Engenheiro, professor da UFPA, Flávio Nassar Sidrin integrava o Fórum Landi, contratada pela Fundação Cultural de Belém, com recursos do Ministério das Cidades, elaborar o Plano de Requalificação do Centro Histórico de Belém. E a população estava convidada a participar, discutir, debater. Após o Plano do Centro, viabilizaria um plano para o conjunto da cidade, incluindo a região metropolitana.

O comentário abalizado de um “Anônimo”, subscreveu a postagem de Nassar, porque “vai na ferida e mostra que o ufanismo papa-chibé pode ser muito bom num certo tipo de música, que rima tucupi com Icuí, tacacá com vatapá, de literatura, de arte, mas é nefasto para quem quer viver numa cidade melhor, por ocultar a realidade e favorecer o imobilismo da ilusão”. A análise consistia um tiro certeiro contra o tradicional regionalismo paraense, que segundo o autor, apresentava-se nocivo ao desenvolvimento de uma cidade mais saudável para um cidadão viver.

Ainda no clima de pesar, o publicitário Edgar Cardoso postou em vários blogs de Belém uma contundente análise, denominada “Belém perdeu. Nós podemos ganhar”, o qual chegou até ser recomendado no *Blog de Lara* por Rogério Saavedra: “É bom para refletir sobre nossas atitudes e o nosso ‘paraensismo’”. A recomendação tinha coerência com o conteúdo, devido o corrosivo ataque desferido ao regionalismo dos belemenses. O ser parauara, com epicentro em Belém, foi duramente atingido.

Na postagem do publicitário, inúmeros problemas da capital paraense são externados. “Belém perdeu. Mas tem perdido há muito tempo a vergonha e ganho apenas a naturalidade cínica da indiferença. Venceu o conformismo”. Ganhou também a crença que Belém é uma “cidade ótima para se morar, com povo acolhedor e amigo, o ‘Portal da Amazônia’. Não é”. Depois de citar alguns desrespeitos ao cidadão, os quais minam aquela versão positiva, ressaltou que a cidade “vive muito mais de passado que de história”. Belém ainda estava “ébria” pelos “áureos tempos da borracha que deram às elites daqui uma patética certeza de nobreza, quando, na verdade, não passa de uma oligarquia ostentadora e interiorana”.¹²⁴ Se o passado também era motivo de orgulho para as *elites* belemenses, por representar uma fase próspera ou autônoma e diferenciada em relação ao Brasil, nesse momento, desnuda seu sentido prejudicial, especialmente pela ação de suas lideranças.

¹²⁴ CARDOSO, Edgar. “Belém perdeu. Nós podemos ganhar”. Blog de Lara. Disponível em: <Lara.sampaio.zip.net/> Acesso em: 15 jun.2009.

O resultado desfavorável às pretensões de Belém, com certeza, segundo o publicitário, “é ficarmos mais uma vez cheios do orgulho que tiramos não sei de onde e dizer aos 4 ventos que foi por causa de uma politicagem de ‘não sei quem’”. Considerava o argumento uma “típica atitude de perdedor”. A maneira mais “fácil” que os paraenses encontram para “enfrentar os problemas”. A situação, no entanto, poderia ser revertida, não com a esperança que a FIFA mudasse de opinião, como alguns setores da imprensa ainda chegaram a alimentar. A reversão passava pela mudança de atitude.

“Belém perdeu”, contudo, nem tudo estava perdido, “podemos ganhar muito com essa experiência, olhando, pela primeira vez, além do pato no tucupi, do açá e do tacacá”. *Olhar além* do típico regionalismo parauara, possibilitava romper o isolamento e globalizar-se, muitas vezes já sugerido pelos críticos dessa prática paraense. É necessário conscientizar-se agora, “não depois, a rota descendente” em que se encontra a capital e o Estado em seu conjunto. A sugestão passava em votar melhor, pensar prioritariamente no coletivo, jamais no individual. “Ler mais, educar mais, trabalhar mais, reclamar mais”. Chegava o momento de interromper a “postura de rechaçar críticas por pura vaidade em nome de uma história longínqua. E cada vez mais distante, pois a história é escrita pelos vencedores”. A história a ser valorizada, nessa interpretação, não era a do passado, motivo de ufanismo por parte das *elites*, mas a do tempo presente. Se a história foi perdedora no passado, não poderia repetir a tragédia no presente, porque sua escrita é alinhavada pelos *vencedores*, jargão antigo, mas de fácil adaptação à realidade paraense.

A atitude precisava ser alterada o quanto antes, a começar pela valorização da educação e do saber. “Chega de ser uma ilha, quando cada cidade hoje é global”. O estímulo à globalização, contrariando toda sua altivez calcada na pretensa particularidade histórica, combinava com outras propostas para sair da letargia. A “raiz” de todos os problemas, “somos nós”. Não escamoteava o quinhão de culpa da população: “Nós é que precisamos mudar como povo”. Se não haverá Copa na cidade de Belém em 2014, “mas com certeza, como principal cidade de uma região mais importante do Planeta, poderemos começar a ganhar o mundo”. Era a esperança do publicitário.

As críticas formuladas por Thomerius Severus Hintolerantius Maximus, conforme sua intitulação, Flávio Nassar Sidrin e o seu respectivo “anônimo”, além de Edgar Cardoso comungam da mesma opinião: Belém não foi injustiçada, haja vista que *perdeu* para os seus próprios problemas. Deixou-se isolar, não acompanhou o processo de globalização, inclusive, de *civilização*, conforme postou o primeiro crítico. Graves questões sociais foram apontadas como principais causas, em especial o desrespeito ao cidadão. O enaltecimento do passado e do

regionalismo, antes, motivo de orgulho, representativo de sua identidade singular, também foram desancados de maneira impiedosa e incisiva. A altivez de Belém foi à lona, desnudada e desmoralizada, contudo, foram críticas que estimulavam a reflexão a fim de breca a trajetória de insucessos.

Em meio à crise social atravessada pelo Pará, inclusive de identidade, a necessidade de fortalecer os laços de pertencimento ganha cada vez mais relevância. A pluralidade de ações afirmativas do *ser* paraense abocanha espaços nas mais diversas áreas. Ser paraense, parauara, paraoara ou cultivar o paraensismo, não é um modismo, nos últimos anos, é um projeto muito bem urdido por seus articuladores. Determinadas práticas culturais apontam para essa reflexão, possibilitando, assim, ampliar o dialogo de uma clássica documentação política e econômica. Essas experiências desnudam e redimensionavam as relações de forças, sejam de políticos, de empresários, de intelectuais ou de artistas.

Para coroar os efeitos negativos da modernização acelerada, os índices de desenvolvimento humano demonstraram-se desanimadores. A situação ampliou os argumentos regionalistas, especialmente no Pará, integrando mais um item da síndrome de derrotas acumuladas.

VI Capítulo

LÚCIO FLÁVIO PINTO:
O *front* jornalístico em defesa da Amazônia

*Esta terra tem uma história densa. (...).
 Numa sucessão muito rica de uma história
 muito complicada, é assim a história da
 Amazônia, eventualmente tocando na história
 do Brasil. Nós, para todos os efeitos políticos,
 devíamos produzir a nossa história como uma
 história paralela de um país vizinho ao Brasil.*
 Lúcio Flávio Pinto.

O jornalista, as teias e os fios da história amazônica.

História diferente, interesses divergentes, assim é a tradução da relação da Amazônia com o Brasil. Empenho das elucubrações da intelectualidade amazônica, assentada na consciência de sua especificidade, a interpretação do processo histórico ganhou relevância como formação da identidade regional. A afirmação, contudo, nem sempre foi percebida ou subscrita quando se esteve imbuído de um pensamento homogeneizado convergente com o projeto nacional, no intuito de impedir a desagregação territorial.

De paraíso ao inferno verde, passando por celeiro e pulmão do mundo, são algumas das visões de viajantes e pesquisadores estrangeiros e nacionais, que passaram a integrar sua história. Do mesmo modo, o novo eldorado para autoridades governistas e do capital modernizador que foram elevados ao patamar de saberes entendidos como verdades. Embora agissem no sentido de desmontar o modo de vida amazônico, as novas inserções não conseguiram quebrar a continuidade dos imaginários que ainda pululam na região, estimuladores da incessante busca de riquezas na fronteira amazônica.

Intimamente relacionada com essas lendas, as interpretações sobre a Amazônia ganharam destaque ao longo do processo histórico. Nos últimas décadas, a Amazônia tornou-se um modismo, seja para os interesses do *desenvolvimento* econômico para capital ou *preservacionista* para os ambientalistas. Esses saberes, inúmeras vezes externos, a exemplo dos tecnocratas do governo federal a partir da década de 1960, com a implantação dos grandes projetos de modernização e integração nacional, receberam a repulsa da intelectualidade amazônica.

Imbuídos de uma missão defensora e salvacionista, os letrados da Amazônia construíram um modo de pensar subalterno fundamentado num regionalismo com formato de denúncia em relação à política federal na região e à ação do grande capital. Acrescenta-se ainda a rejeição das imagens depreciativas construídas pelos “irmãos do sul”, contidas entre os ingredientes da cultura colonizadora. Nesse campo de batalha, algumas práticas recaíam em vitimizações e inferioridades, conformando a relação paternal com o Brasil, muitas vezes revertidas em instrumentos de barganha pelos grupos hegemônicos amazônicos.

Nem todos, contudo, recorreram a esse expediente, apesar da força de sua narrativa e memória histórica. Numa não diminuta relação de sujeitos que se inquietaram com a nova realidade vivenciada, destaque para o sociólogo de formação e jornalista de profissão, Lúcio Flávio Pinto. Continuidor de uma relação de letrados amazônidas que se debruçaram sobre as questões regionais, porém, com mais propriedade argumentativa, as reflexões do jornalista lhe credenciaram como intelectual instrumentalizado por um saber diferenciado. Reconhecido por ser um dos grandes intérpretes da Amazônia contemporânea, Lúcio tornou-se uma leitura obrigatória na contramão das experiências elitistas e governamentais.

Desde 1966, analisa, polemiza e denuncia através do seu *metier* na imprensa a ação do governo federal na região e o modo como os grandes projetos implantados destroem a floresta e saqueiam suas riquezas, sem haver uma política racional amparada em pesquisas científicas e análises fundamentadas na realidade regional para subsidiar o pretendido desenvolvimento. Ao denunciar o desprezo em relação aos interesses amazônicos, a qual contribuiu no sensível aumento da pobreza da população, concentração fundiária, conflitos sociais e substrato para a continuidade *colonial*, o crítico tornou-se interpretação indispensável dessa nova fase da história da Amazônia, além de formulador de um projeto endógeno.

Nascido em Santarém, oeste do Pará, em 23 de setembro de 1949, aos 16 anos iniciou sua carreira no jornal *A Província do Pará*, integrante dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, na capital paraense, em 1966. No ano seguinte seguiu para o Rio de Janeiro, onde trabalhou no periódico opositor ao regime militar, *Correio da Manhã*. Retornou ao jornalismo de Belém, em 1968, novamente para uma curta fase n' *A Província*. Nesse tenso ano de 1968 tinha ingressado no curso de Sociologia da Universidade Federal do Pará. Decidiu sair de Belém logo após acompanhar o anúncio do AI-5, na tentativa de seguir carreira profissional e acadêmica em São Paulo, onde conseguiu transferir o curso para a Escola de Sociologia e Política, em 1969. Pesou na decisão a consciência que a vigência do AI-5 impossibilitava exercer o seu estilo de jornalismo em

Belém. Na capital paulista trabalhou no *Diário de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Veja*, *Isto é*, *Realidade*, além da imprensa alternativa.

Dividia seu tempo na formação universitária e o trabalho na imprensa paulistana, mas atento e inquieto com o que se desenhava para o seu território natal através da ocupação, integração e modernização promovida pelo grande capital, subscrito pelo poder central. O que parecia improvável, abandonou uma promissora vida acadêmica e profissional em São Paulo, alterando bruscamente sua trajetória de vida. O marco dessa mudança ocorreu em 1971 ao realizar uma reportagem para a revista *Realidade*, que destinou uma edição especial à Amazônia. Na entrevista com o empresário paulista Celestino Ribeiro, integrante da Associação dos Empresários da Amazônia, na sede da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), constatou a discrepância desses interesses com o seu projeto amazônico, daí decidiu retornar ao Pará.

Numa emotiva narrativa, Lúcio relatou o anúncio da tempestade que se aproximava da Amazônia e a sinalização de sua prática jornalística na defesa do que acreditava ser o melhor projeto para a região: “O homem à minha frente (...) era um representante desse novo (ou velho?) colonizador”, que demonstrava desconhecer a Amazônia. A definição do projeto de desenvolvimento proposto pelo novo-velho bandeirante gerou imediata inquietação, relacionada com a lembrança de sua experiência vivida: “Eu havia nascido numa região central da Amazônia 22 anos antes”, o mundo amazônico conhecido “nada tinha a ver com o mundo que aquele homem queria moldar”. Na tentativa de construir um “novo mundo à sua imagem e semelhança”, o projeto do empresário paulista “destruiria o mundo da minha infância e da minha juventude. Ele era o *bwana*; eu, o nativo impotente”.¹ Frente a frente *colonizador* e *colonizado* iniciavam, a partir daquele encontro, uma batalha, embora longe do campo amazônico. Um, representante do capital e desafiador. O outro, jovem intelectual e inquieto com o tamanho da missão a cumprir.

Utilizando termos que sinalizavam para a permanência da prática colonizadora na região, o polemista não economizava em frases impactantes para representar sua enorme preocupação com a ameaçadora tempestade aproximando-se da região. Convicção ou emoção à parte, o jornalista inseria-se na condição de sujeito histórico consciente do processo em que vivenciava, propondo-se a terçar armas por um projeto de caráter amazônico.

No entrelaçar de sentimentos, memórias e projetos, a narrativa dramatizava o cenário amazônico daqueles idos: “Eu sempre amei a região na qual nasci. Naquela manhã de 1971 entrei em pânico”. O motivo era preocupante: esses “homens eram conquistadores insensatos, uns

¹ PINTO, Lúcio Flávio. Consciência tratada a choque. **Amazônia a fronteira do caos**. Belém: Falangola, 1992, p. 09.

bárbaros”, típicos bandeirantes que colocariam seu poderio econômico e político no propósito de conseguir “impor sua vontade”, inadequado perante a “vontade regional”. A projeção das consequências aumentava o seu drama: “A Amazônia seria para eles, não para os nativos. A estes, os restos do banquete, se restos viesse a haver”.² O anúncio da tragédia modernizadora parecia lhe aterrorizar, do mesmo modo, cobrar-lhe um posicionamento frente aos poderosos conquistadores.

Os habitantes estavam muito mal informados sobre essa nova, decisiva e irremediável história. Eu tinha que tentar alertá-los sobre a situação que se constituía, numa surdina inaudível nas capitais, ainda cantadas pelo canto da sereia de além-mar, da cultura metropolitana. Não podia atuar do lado de fora. O melhor combate precisava ser travado diretamente nos fronts criados no interior pelas rodovias de penetração, que estavam pondo abaixo a razão de ser da Amazônia, o traço que a distingue das demais regiões da Terra: a sua floresta.³

Aliado à sua personalidade combativa e a certeza das ameaças tramadas pelo colonizador, Lúcio armou-se durante os embates travados a partir de sua trincheira jornalística, convencido do indispensável papel da imprensa para tentar alterar os rumos do modelo de modernização na Amazônia: uma tragédia anunciada e tantas vezes denunciada.

A entrevista no escritório do empresário conseguiu mudar “os rumos da minha vida”. A decisão tomada aliou emoção e razão como característica de sua consciência histórica: “À paixão, eu iria agregar minha inteligência a serviço de um projeto realmente amazônico”, visando alcançar os moradores e “não apenas de seus novos conquistadores”. O resultado imediato alterou seus planos ao desistir da carreira acadêmica, motivo que, anos antes, fez mudar-se para São Paulo, além de interromper um “futuro mais brilhante no jornalismo”. Lúcio retornou ao convívio belemense como correspondente do *Estadão*, onde constatou que os conterrâneos não percebiam “o ingresso de uma modernidade compulsória” transformando tudo o que fosse obstáculo regional, “africanizando-os”. Imbuído dessa missão, o jovem paraense passou a investigar, revelar e denunciar “essa ‘Operação Amazônica’ arquitetada e executada à revelia dos habitantes da região”.⁴ Iniciava assim, a longa jornada em defesa da Amazônia.

Atitude e determinação estavam confundidas com sua trajetória profissional a partir do *front* dos acontecimentos, no momento crucial para o futuro da região. História que Lúcio acompanhou como sujeito consciente de seu papel na contramão dos grandes projetos modificadores do cenário amazoniano.

² Idem, p. 10.

³ Jornal Pessoal. “Quando a reportagem cruza com a história”, ano XXII, nº 446, 1ª quinzena de agosto de 2009, p. 09.

⁴ PINTO, Lúcio Flávio. “Consciência tratada a choque”, op, cit, p. 11.

Tempos depois, o jornalista lembrou tal experiência, sinalizando para sua autêntica missão, típica de um intelectual engajado em defesa de um projeto: “tenho tentado isso até hoje”. O trabalho realizado sustenta-se na “esperança” de que a Amazônia possa “escrever uma história diferente do enredo traçado na Ásia e na África, nas áreas coloniais”.⁵ O pesadelo *colonial* tornava-se uma ameaça real, sobretudo, com as repercussões negativas nos índices sociais, tradutores do fracasso do modelo de desenvolvimento implantado. Lúcio ainda retornou à capital paulista no final de 1972, quando concluiu o curso de graduação em Sociologia e iniciou o mestrado em Ciência Política. A permanência não durou tanto, pois se transferiu definitivamente para Belém em 1974, sem concluir a dissertação.

Lúcio Flávio Pinto tinha um projeto diferenciado no papel de correspondente e na montagem de uma sucursal do *Estadão*⁶ no Pará: “a nossa idéia era depurar a visão exótica da Amazônia” a fim de possibilitar que a Amazônia “verdadeira” pudesse emergir na grande imprensa.⁷ Tinha autonomia nas matérias e a cobertura logística proporcionado pelo jornal da família Mesquita. Permaneceu na empresa paulista até 1989. Paralelo ao trabalho na grande imprensa em São Paulo, contribuiu na imprensa alternativa, com destaque para o *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Versus*. Em Belém lançou o alternativo *Bandeira 3*, em 1975 e o *Informe Amazônico*, em 1980, ambos de vida curta, também paralela ao trabalho na grande imprensa paraense, no caso, *O Liberal*. A experiência adquirida nos alternativos, inclusive, a dificuldade de continuar sem publicidade, conseguiu levar para o seu projeto mais longevo: o *Jornal Pessoal*.⁸

Depois de idas e vindas, rompeu definitivamente com a grande imprensa, em especial *O Liberal*, em 1988. No ano seguinte pediu demissão do *Estadão*. Antes, tinha fundado o *Jornal Pessoal*, em 1987, informativo quinzenal independente, “símbolo de resistência e uma tribuna, que ressoa a voz da Amazônia, sufocada ou ignorada”.⁹ Inspirado no *I. F. Stone's Weekly*, quinzenário alternativo do jornalista norte-americano Izzy Feldenstein Stone, que circulou 19 anos (1952-

5 *Jornal Pessoal*. “Ele melhor cobre a Amazônia”, ano XVIII, nº 336, 2ª quinzena de dezembro de 2004, pp. 06-08.

6 Lúcio reconhecia que, na época, *O Estado de São Paulo* representava um espaço de resistência à ditadura militar na grande imprensa. O projeto editorial do *Estadão* fazia lembrar uma experiência anterior, no caso, o combate ao regime varguista. Sobre esta última atuação, conferir: CAPELATO, Maria Helena Rolim e PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino**. Imprensa e Ideologia: O Jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

7 PINTO, Lúcio Flávio. **O Jornalismo na linha de tiro** (de grileiros, madeireiros, políticos, empresários, intelectuais & poderosos em geral). Belém: Edição *Jornal Pessoal*, 2006, p. 393.

8 Sobre a trajetória da imprensa alternativa, especialmente no período da ditadura militar, ver: KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 1991. Ver também a ligação de Lúcio Flávio Pinto com a imprensa dissidente: VELOSO, Maria do Socorro Furtado. “Uma carreira forjada entre o poder midiático e os canais dissidentes”. In: **Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia**: 20 anos do *Jornal Pessoal* (1987-2007). Tese (Doutorado) em Ciências da Comunicação, ECA–Escola de Comunicação e Artes, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, pp. 92-124.

9 *Jornal Pessoal*. “Ele melhor cobre a Amazônia”, op, cit, p. 08. A reportagem foi reproduzida na obra **O Jornalismo na linha de tiro**, op, cit, pp. 503-510.

1971), o pequeno, mas combativo jornal completou vinte anos em 2007. A data foi comemorada com a publicação do livro *Contra o Poder*, onde relata as histórias das primeiras reportagens do *Jornal Pessoal*, considerado ao longo dos anos uma espécie de “auditação do poder” na Amazônia paraense. A partir dessa audaciosa decisão, passou a enfrentar grandes dificuldades para mantê-lo, devido optar pela não utilização de propaganda, na finalidade de continuar a linha editorial independente.

Inveterado estudioso da Amazônia, a formação em Sociologia e Ciência Política (terminou os créditos do mestrado), além de leituras antropológicas (foi monitor na Escola de Sociologia e Política) contribuiu, certamente, para referendar suas reflexões amazonianas. Por ser “mais útil” que o curso de comunicação social, a opção em cursar sociologia tinha sua motivação, sobretudo por já exercer a profissão antes da faculdade. Revelou não se arrepender, “muito pelo contrário”, daí reiterar que “uma das aventuras da minha vida foi a visão dos contextos sociais dos fatos, sem a qual meu jornalismo não sairia dos limites dos *faits divers*”.¹⁰ Detentor de uma escrita apurada e diversificada, a qual passeia por inúmeros clássicos da literatura, história, sociologia, antropologia, a produção de Lúcio Flávio Pinto ultrapassa o campo profissional de jornalista.

Mais do que um discurso competente, Lúcio é um letrado das margens do pensamento nacional, intelectual diferenciado, elaborador de um pensamento subalterno contra o saber hegemônico, que legitima o projeto de modernização da Amazônia. Na construção da imagem de um jornalista questionador em pleno contexto ditatorial e na redemocratização, tornou-se uma autêntica referência, um profissional credenciado para discorrer sobre os problemas enfrentados pela região amazônica a partir do último quartel do século XX.

As leituras de suas reportagens e livros, intercalada com suas palestras, tornavam-se obrigatórias para pesquisadores, professores e estudantes, mesmo com certa indiferença da academia¹¹, reflete o reconhecimento de seu trabalho. Intelectuais consagrados, inclusive da própria academia, também se renderam à sua produção. Segundo o sociólogo José de Souza Martins, o jornalista: “É tido, com justa razão, como um dos melhores conhecedores dos problemas sociais, políticos e econômicos” da região. O conhecimento produzido do “mundo amazônico é íntimo, pessoal, direto”. Acrescentou ainda que Lúcio acompanhou “todos os acontecimentos relacionados com a Amazônia desde que começou o saque a que se refere”. Na

¹⁰ A digressão ocorreu depois que o STF extinguiu a necessidade do diploma de jornalismo para os profissionais da imprensa, ver: *Jornal Pessoal*. “Jornalismo e vocação”, ano XXII, nº 445, 2ª quinzena de julho de 2009, p. 05.

¹¹ Em suas palestras, especialmente na academia, percebia certo preconceito quando era apresentado como “jornalista”, mas algumas suspeitas eram desfeitas no momento em que externava sua formação em sociologia. A decisão de não concluir o mestrado em Ciência Política, acrescida da opção pelo afastamento acadêmico, após uma breve passagem pelo curso de Jornalismo na UFPA, contribuiu no mútuo distanciamento.

análise da essência dessa prática na imprensa, José de Souza Martins interpretou como “**jornalismo social**”, ou seja, “o jornalismo que envolve um certo dimensionamento sociológico da notícia, do fato, do acontecimento”. Nessa intensa cobertura...

Com frequência ele tem documentado acontecimentos que ficariam fora do registro historiográfico elitista que provém de nossa herança colonial e que ainda nos sufoca. Muitas vezes ele tem levado para o texto escrito e a página impressa a voz e a situação dos subalternos (...). Por trás do seu trabalho existe uma viva concepção de História. Por isso, os conflitos que expressam o acontecer histórico permeiam todas as suas análises.¹²

A consideração de um reconhecido pesquisador amazoniano foi atualizada com a consagração do jornalista carioca Carlos Tautz ao afirmar que “Ele melhor cobre a Amazônia”, uma matéria devidamente reproduzida em seu *Jornal Pessoal*.¹³ Em sua trajetória profissional, conquistou inúmeras premiações, identificado nos três prêmios *Esso de Jornalismo*, agraciado com o prêmio internacional italiano *Colombe d’Oro per la Pace*, em 1997 e o prêmio Internacional pela Liberdade de Imprensa, concedido pelo *Comitê to Protect Journalist*, em novembro de 2005, em Nova York, entre outros reconhecimentos.

Referência jornalística e nas questões amazônicas despertaram o interesse da reflexão acadêmica. A polêmica com a Eletronorte sobre a construção da hidrelétrica de Tucuruí travada pelas páginas de *O Liberal* foi tema da dissertação de mestrado em lingüística de Maria das Graças Ferreira Leal, *Lúcio Flávio Pinto X Eletronorte: a vitória do papel*.¹⁴ A linguagem visual da capa do *Jornal Pessoal* através das manchetes e charges foi objeto da dissertação em Comunicação e Semiótica, produzida pela jornalista Célia Amorim. Ainda sobre o JP, destacado como “jornal alternativo” que completava 20 anos, Amorim desenvolveu sua tese de doutorado, ressaltando que o quinzenário utiliza uma “metalinguagem jornalística”, voltada para uma análise reflexiva do jornalismo e da sociedade, sustentada no princípio da verdade, da ética, da liberdade e do jornalismo de rua.¹⁵

A tese de doutorado de Socorro Veloso, que também elegeu o JP nos 20 anos de circulação, possui uma análise mais aguçada e reflexiva acerca da trajetória jornalística do “intelectual público” Lúcio Flávio Pinto. Entendido na perspectiva da “imprensa contra-

12 MARTINS, José de Souza. “Apresentação”. PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia: no rastro do saque**. São Paulo: Hucitec, 1977. (grifo do autor).

13 *Jornal Pessoal*. “Ele melhor cobre a Amazônia”, op, cit.

14 LEAL, Maria das Graças Ferreira. **Lúcio Flávio Pinto x Eletronorte: a vitória do papel – uma leitura argumentativo-polifônica**. Dissertação de Mestrado em Lingüística: Universidade Federal do Pará, 1993.

15 AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. **Oralidade e riso na primeira página do Jornal Pessoal: um recorte cultural da Amazônia**. Mestrado em Comunicação e Semiótica. PUC-SP, 2002; AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. **Jornal Pessoal: uma metalinguagem jornalística na Amazônia**. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica. PUC-SP, 2008.

hegemônica”, o JP analisa a história contemporânea da região, denunciando os mais graves problemas, o que gerou inúmeros processos judiciais contra o combativo jornalista. O informativo ainda possui uma função *pedagógica* quando se torna o arsenal do leitor para municiá-lo de informações imprescindíveis sobre a realidade regional. Desse modo, o editor do JP é considerado uma *voz especializada* da Amazônia.¹⁶

Na lembrança do primeiro ano de circulação do *Jornal Pessoal*, o que parecia inacreditável para uma produção quase artesanal o qual “contrariava a física financeira”, justificou a finalidade e a importância do impresso: “É inaceitável que a Amazônia continue a ser tratada apenas pelas pautas **panacolor** ou exóticas da imprensa nacional”, do mesmo modo, seria “inconcebível que uma região tão vital no mundo dos nossos dias aceite pensar mimeticamente, endossando como coro a voz do dono, o **bwana** instalado em Nova York ou São Paulo”. Diferenciar-se desse padrão, desafiava o jornalista:

Não podemos nos contentar a aparecer episodicamente nas páginas dos grandes jornais ou nas telas das televisões nacionais, submetidos ao comando externo. Temos o direito de tratar nossas questões pela ótica de nossa própria identidade, ao invés de nos tornarmos meras caixas de ressonância. A Amazônia tem características próprias tão marcantes que sua ocupação, estabelecida em bases tão impositivas a partir de fora, sugere tratar-se não de expansão de fronteira, mas de anexação de um país por outro, ambos tendo em comum apenas o formalismo legal da língua.

Reagir diante desses ditames externos, alheios à identidade amazônica, era uma obrigação. Por não ser amazônico o modelo que comanda a ocupação, questionava-se a vantagem de aceitar as regras impostas, “se nem ao menos dispõe-se de um conhecimento satisfatório da região?”.¹⁷ O projeto do *Jornal Pessoal*, com toda sua dificuldade e fragilidade, encarregava dessa árdua missão, desnudar e fustigar os poderosos que teimavam em submeter a Amazônia aos caprichos colonizadores. A identificação com o colonizador interno, no sentido atribuído, dava-se *apenas* pela língua, portanto, instigava a população a fim de valorizar a particularidade na intenção de trilhar um caminho próprio.

Do mesmo modo que se tornou objeto de pesquisa, a vasta produção do sociólogo-jornalista passou a ser relevante fonte acerca das várias temáticas surgidas com as transformações sofridas pela região nas últimas décadas através dos projetos de desenvolvimento e modernização. O período coincide com sua trajetória na imprensa, tornando-se, assim, um sujeito que vivenciou intensivamente o seu tempo na fronteira amazônica, na tentativa de contribuir com um novo projeto, desta vez, centrado no uso racional e auto-sustentável da rica biodiversidade regional.

¹⁶ VELOSO, Maria do Socorro Furtado, op, cit. (grifo da autora)

¹⁷ *Jornal Pessoal*. “Um ano depois, quem diria?”, ano II, nº 25, 1ª quinzena de setembro de 1988, p. 08.

Desatar a Amazônia das amarras da colonização passava pela alteração do paradigma predador e colonizador.

Incluindo-se na modalidade da história do tempo presente, o jornalismo de Lúcio Flávio Pinto realiza a cobertura cotidiana dos fatos no momento em que se processam em história. “Sei o que vi é a própria história em processo, uma história como poucas houve e, espero, poucas voltarão a se repetir, com suas cores dramáticas e infamantes”.¹⁸ Embora consciente das “deficiências” dessa abordagem, “o jornalismo é essencial para a vida dos cidadãos e fonte necessária para sua história”, especialmente numa área de fronteira como a Amazônia. O jornalismo possibilita que a agenda dos cidadãos tenha informações básicas¹⁹, na tentativa de “conciliar a Amazônia com a história”, considerada um grande desafio: “a inscrição da região na história”.²⁰

Apesar de inserido no processo histórico amazônico com o compromisso de “expressar a voz da população da Amazônia”, enunciado durante uma palestra sobre a repercussão das hidrelétricas na vida regional, em 1988, o jornalista reitera que não deixou se enveredar por um “regionalismo xenofobista, exclusivista”. A ressalva sobre o seu regionalismo, de certo modo, sinalizava para não ser confundido com a prática tradicional das lideranças amazônicas, sobretudo, pela busca de inserir a região no mundo como estratégia de desatrear o domínio do Estado-Nação brasileiro. Reconheceu a importância da população local nesses encontros, inclusive, os realizados fora da região. Sugeriu a necessidade de haver mais generosidade com a população que vive e aqui permanece, pois esses setores não “passam somente” alguns dias nas peregrinações pela Amazônia.²¹ Era uma incisiva crítica aos que desvalorizavam o saber local, sustentáculo da cultura colonizadora, a qual tanto combatia.

Paralelo ao JP, Lúcio ainda experimentou outro projeto, a *Agenda Amazônica* (1999-2001) informativo mensal, duração de 25 edições, depois incorporado pelo *Jornal Pessoal*, inclusive, com o acréscimo da legenda “Agenda Amazônica de Lúcio Flávio Pinto” logo abaixo. O jornalista reconhece que “se o JP não existisse”, informações relevantes e elucidativas não seriam publicadas. Tinha consciência que sua lacuna certamente “empobreceria a opinião pública”, além

¹⁸ Jornal Pessoal. “Quando a reportagem cruza com a história”, op. cit, p. 04.

¹⁹ PINTO, Lúcio Flávio. “Um alô”. **Hidrelétricas na Amazônia**: predestinação, fatalidade ou engodo? Belém: Edição Jornal Pessoal, 2002, p. 07.

²⁰ PINTO, Lúcio Flávio. “Estratégias de ação até o ano 2000”. **Amazônia a fronteira do caos**, op.cit, p. 86.

²¹ Jornal Pessoal. “Como conquistar nosso lugar”, ano III, nº 64, 1ª quinzena de julho de 1990, p. 03.

de fortalecer os que “gostariam de manipulá-la – mais e melhor”.²² Assentada nessa possível ausência crítica, reuniu todos os esforços para mantê-lo em circulação.

Também confessou que o *Jornal Pessoal* é um jornal de “elite”, mas que “tem como primeiro alvo a elite à qual se destina, sem preconceitos e adesismo”. O grande objetivo é criticá-la, “fustigando-a, cobrando-lhe os compromissos devidos, denunciando-a, desnudando-a”. A justificativa para essa atitude norteia a identidade de sua produção por ser a região amazônica de “condição colonial”, resultado de sua “impossibilidade (ou incapacidade) de tomar as rédeas da sua história”. Nesse sentido, o diagnóstico das elites possui função elucidativa, devido terem “mais condições materiais de percepção e antecipação dos fatos, no momento mesmo em que eles ocorrem (ao menos em tese)”. Caso convocadas “para descer à rinha, talvez se consigam ajustar o tempo da consciência ao da história”, que é disfarçada de cotidiano.²³

Acompanhar a trajetória acadêmica de Lúcio Flávio Pinto nos ajuda a entender sua opção intelectual através do interesse pela sociologia da cultura, sociologia política, instrumento utilizado para estudar as “elites”. Quando desenvolvia o mestrado em Ciência Política na Escola de Sociologia e Política, orientado por Oliveiros Ferreira, sua “tese era mostrar que às vezes o pensamento conservador pode ser mais modernizador do que o pensamento de esquerda”, quando analisava os intelectuais das décadas de 20 e 30 no Brasil.²⁴ O período estudado registrava um grande debate sobre o papel do Estado, que a partir de 1930, representou o principal agente de modernização da sociedade.²⁵

Ao comparar com as ações dos empresários paulistas na Amazônia na década de 1970, destacou que não era a contradição da tese, era “a aplicação histórica”. No seu entendimento as “tendências modernizadoras dos anos 20/30 se tornaram retrógradas”, numa sinalização de diferenciações entre o modelo do Estado autoritário varguista e o militar. Para Lúcio existe “diferença entre conservadorismo e reacionarismo”. Na época, seu marco teórico era Karl Mannheim, estudioso do papel das elites. “Ele me fizera perceber que às vezes a reação contra a mudança exerce um papel muito importante na oxigenação das idéias”, citando o exemplo do fim

22 O primeiro número dedicou à elucidação do assassinato do ex-deputado estadual do PMDB, mas de orgânica ligação com o PC do B, Paulo Fonteles, em 1987. O caso envolvia pessoas influentes no Pará, por isso não poderia ser publicado no jornal O Liberal, devido interesses comerciais. O jornal foi financiado por uma das herdeiras da empresa proprietária do jornal O Liberal, desde que não citasse a gráfica. A partir do segundo número, que denunciava um escândalo financeiro no Basa, no qual os implicados tinham relação com a empresa de comunicação, Lúcio teve que arcar com a circulação. PINTO, Lúcio Flávio. **Contra o Poder**. 20 anos de Jornal Pessoal: uma paixão amazônica. Belém: Edição do Autor, novembro 2007, pp. 08-09.

23 Idem, p. 10.

24 PINTO, Lúcio Flávio. **O Jornalismo na linha de tiro**, op, cit, pp. 390-391.

25 Sobre uma interessante síntese desse projeto e a relação com a Amazônia, especialmente voltado para o Território Federal do Amapá, ver: LOBATO, Sidney. 2009, op.cit.

do feudalismo na Europa, onde o pensamento da nobreza gerou controvérsia, um ambiente mais democrático.

Do mesmo modo sucedeu com os intelectuais do período estudado, “chamados de direita”, do porte de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Lourival Fontes. “Todos” conheciam a produção de Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, incluindo Gilberto Freyre e Paulo Prado, os dois últimos pensadores conservadores, que “conheciam o Brasil melhor do que os de esquerda”.²⁶ Afirmação polêmica que será alvo de controvérsia e críticas, mas justificada pela inserção desse pensamento conservador em vários momentos do processo de desenvolvimento brasileiro, inclusive, com a inserção no modelo adotado na Amazônia.

A preferência pelo estudo das elites tinha seu fundamento não só teórico, mas prático, sendo elucidado em outra reflexão: “Ao contrário dos marxistas ortodoxos, partilho o entendimento de intelectuais mais receptivos à complexidade humana”, com destaque para Karl Mannheim, Max Weber, Lucien Goldman, Wright Mills e Sigmund Freud, “de que o papel das elites é muito mais decisivo do que estão dispostos a admitir os sacerdotes da determinação econômica (ainda que atenuada pelo aposto da ‘última instância’)”.²⁷ É a partir do entendimento desse sentido que as práticas das lideranças amazônicas absorveram boa parte de suas preocupações. A decepção e a insatisfação com os representantes da Amazônia quando poderiam ditar outros rumos para a região, marcaram o traço de sua narrativa.

Contra o poder das elites, que estão desajustadas da consciência histórica, o jornalista analisa e polemiza sobre as questões amazônicas, alvejando seus projetos e práticas, uma vez que defende um desenvolvimento sustentável e racional em benefício do amazônida. O caráter de sua luta contra o poder, que também é local e regional, torna-se muito próxima da reflexão de Michel Foucault, uma “luta para fazê-lo aparecer e abalá-lo ali onde ele é mais invisível e mais insidioso”.²⁸ Para esse combate, segundo Lúcio, falta um verdadeiro *líder* que defenda os interesses regionais, papel que as elites ainda não desempenharam. Logicamente que ainda não desceram à *rinha* para o devido combate. Fundamentado nessas práticas, cobranças, denúncias e proposições tecem as teias de seu jornalismo, desnudando o poder e os interesses privados que estão em jogo, quando utilizam, inclusive, o argumento regionalista.

26 PINTO, Lúcio Flávio. **O Jornalismo na linha de tiro**, op, cit, pp. 390-391.

27 PINTO, Lúcio Flávio. **Contra o Poder**, op, cit, pp. 08-09.

28 FOUCAULT, Michel. “Os intelectuais e o poder”. **Estratégia, Poder-Saber**; Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta; Tradução, Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2a edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006, p. 39.

O combate travado a partir do *front* da imprensa, como costuma destacar, contra o poder de empresários, grileiros, políticos, órgãos públicos e privados, a exemplo da Eletronorte, da CVRD e, nos últimos anos, das Organizações Romulo Maiorana, este último, influente grupo de comunicação no Pará, proprietária de *O Liberal*, já lhe renderam vários processos amparados na Lei de Imprensa, originária do período militar. No livro *O Jornalismo na linha de tiro* relatou os maiores embates que se envolveu contra os “poderosos em geral”. A capa destaca a reportagem do *Jornal Pessoal* que provocou a agressão física desferida pelo empresário Ronaldo Maiorana, em janeiro de 2005.²⁹ No decorrer da obra, Lúcio retomou algumas matérias polêmicas motivadoras, inclusive, com ameaças de morte.

Na entrevista concedida ao jornalista Antônio Biondi, em 2004, reiterou a prática de seu jornalismo e questionou se caso fosse amordaçado, o teor de suas reportagens seriam veiculadas: “o que publico no *Jornal Pessoal* costuma aparecer em outras publicações?”. Orientado pelo interesse público, reconheceu estar sozinho, mas fez a sua parte, consciente de seu papel: “Sou um jornalista verdadeiramente independente. Não sou como a *Folha de S. Paulo*, que só tem o rabo preso com seu leitor para efeitos de marketing”.³⁰ Característica reversa do folhã paulista é o que aponta Célia Amorim: “O *Jornal Pessoal* é um jornal de leitor”. A totalidade de sua metalinguagem direciona-se para um grupo de leitores identificados como “universitários, pesquisadores, empresários, profissionais liberais, estudantes secundaristas, religiosos, políticos, sindicalistas certamente um público diferenciado dos que consomem produtos de comunicação de massa”.³¹ Devido sua independência e compromisso com a verdade, os processos judiciais os quais responde, segundo Lúcio, objetivam amordaçá-lo, silenciá-lo e desviá-lo de sua trajetória investigativa.

Em busca da *verdade* dos fatos, um dos pressupostos de seu jornalismo, o intelectual Lúcio Flávio Pinto alia o seu saber fundamentado na verdade, aqui entendida como efeito de poder, na perspectiva de Michel Foucault, constituindo daí sua estratégia contra o poder dominante, seja o Estado Nacional, o capital estrangeiro ou os múltiplos grupos elitistas. Contudo, a verdade para Lúcio é mais gramsciana, porque “só a verdade é revolucionária”, segundo o intelectual da

29 A matéria relatou a trajetória do empresário Romulo Maiorana. O filho ficou ofendido com a afirmação que o pai foi “contrabandista” antes de tornar-se um empresário bem sucedido no ramo da comunicação, com a aquisição do jornal *O Liberal*, em 1966. No dia 21 de janeiro de 2005, Ronaldo espancou Lúcio em um restaurante de Belém, sob os olhares dos demais frequentadores. O fato ganhou repercussão internacional. O processo judicial arrasta-se, mas o que parecia certa condenação do agressor, Ronaldo move ação contra Lúcio por calúnia e difamação. Por ironia, Ronaldo integra a comissão de Liberdade de Imprensa da OAB-PA, com o presidente recusando-se a requerer o afastamento do advogado-empresário ao alegar que o caso era uma “rixa pessoal”. Ver: PINTO, Lúcio Flávio. **O Jornalismo na linha de tiro**, op, cit, pp. 13-96.

30 Idem, p. 500.

31 AMORIM, Célia. 2008, op, cit, p. 112.

Sardenha, a verdade tem um significado político de “desmascarar os enganos da classe dominante”, sobretudo, na política de massas, “dizer a verdade é a necessidade política”.³² A ação intelectual de Lúcio faz interpretá-lo como “um exilado e marginal, como amador e autor de uma linguagem que tenta falar a verdade ao poder”.³³ No caso da realidade regional, externar a verdade é um meio de fustigar e alvejar os projetos hegemônicos que ameaçam a sobrevivência da Amazônia, embora com enormes custos para o jornalista.

Impossível não identificá-lo como intelectual amazônida. No diálogo com a produção de Michel Foucault, que afirma a existência de dois tipos de intelectual: o universal e o específico, definição que se torna possível uma aproximação com o jornalista paraense. O primeiro era uma espécie de “consciência de todos”, através de sua escolha moral, teórica e política, seria o portador da universalidade, de forma consciente e elaborada, representado pelo *escritor*. O específico trabalha com setores determinados, em pontos precisos das condições de trabalho e de vida, favorecendo uma consciência mais concreta das lutas cotidianas. Neste, o escritor deixa de ter tanta representatividade, visto as ligações transversais de saber para saber entre os demais profissionais, descritos como o “cientista-perito”, o “cientista absoluto”.³⁴

A prática intelectual de Lúcio Flávio Pinto nos faz acreditar na articulação entre o universal e o específico. O *universal* é entendido na ampla luta travada contra o poder a partir de seu *front* jornalístico, fundamentado na ética profissional, que pensa o lugar social da Amazônia na relação com o global: Estado Nacional, grande capital, grande imprensa, grupos empresariais e políticos, tornando-se, como escritor, a consciência crítica regional, com a ambição de “dar voz aos colonizados amazônicos”.³⁵ Jornalista de profissão, mas sociólogo de formação, com diversificada leitura, também se constitui num intelectual *específico* da questão amazônica, referência obrigatória para o conhecimento regional a partir do último quartel do século XX. Assuntos diversos e complexos são alvos de sua escrita: hidrelétricas, minérios, grilagens, disputa política, meio ambiente, em muitos casos, inclusive, superando os especialistas, tornando-se, desse modo, um perito-amazônico.

Ao assumir responsabilidade política, enfrentou sérios problemas, a exemplo dos vários processos judiciais que lhe amordaçam a mobilidade na cobertura dos fatos. Acrescentam-se os

32 Apud MACCIOCCHI, Maria-Antonieta. **A Favor de Gramsci**; tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp. 36-37.

33 SAID, Edward. Representações do intelectual..., op. cit, p. 15.

34 FOUCAULT, Michel. “Verdade e Poder”. **Microfísica do Poder**; Organização e tradução de Roberto Machado. 25ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, pp. 01-14.

35 A pretensão ocorreu durante os 17 anos em que trabalhou no Estadão, ver: VELOSO apud Instituto Gutemberg, 2000, p. 132.

“riscos” de ser impedido de “desenvolver estas lutas pela falta de uma estratégia global e de apoios externos”, além de “não ser seguido ou de o ser somente por grupos muito limitados”.³⁶ Estes, sem dúvida, tornaram-se as maiores frustrações do jornalista, tantas vezes lamentadas, maiores inclusive, que as dificuldades enfrentadas para continuar com seu *Jornal Pessoal*, sem publicidade e precária estrutura (2000 mil exemplares, vendidos somente em bancas de revistas). Em várias edições, lamentou a parca ou nenhuma manifestação de leitores sobre determinados acontecimentos veiculados pelas matérias, refletindo, por sua vez, na venda dos jornais, que julgava de grande relevância para a tomada de consciência histórica dos amazônicos. O papel do intelectual moderno, segundo Said, é “questionar as normas vigentes”.³⁷

Leitor de Karl Marx, além de consagrados marxistas, como Leon Trotsky, sobretudo, Antonio Gramsci, foram autores que fundamentaram sua análise social. O marxista sardo, por sua vez, teve uma influência especial, sendo várias vezes citado em suas produções, inclusive, nos embates em que se envolveu. Durante a participação na Mesa “Comunicação e Democracia”, do I Fórum Municipal de Cultura, realizado em Belém, no dia 28 de novembro de 1998, o jornalista e publicitário Francisco Cavalcante, rebateu as críticas lucioflavianas ao governo petista em Belém, reivindicando a memória e o trabalho teórico do intelectual italiano, “mas o Gramsci que eu conheço a importância nada tem a ver com o Gramsci domesticado que foi exposto pelo Lúcio”.³⁸ A resposta do polemista, além de desancar Cavalcante, possibilitou acompanhar uma parte da história de suas leituras: “Eu publiquei meu primeiro artigo sobre Gramsci antes que sua primeira obra tivesse sido traduzida no Brasil, lendo-o em edições da revista *Rinacità* (que tenho até hoje, para quem quiser conferir) adquiridas no Rio de Janeiro”. Ressaltou a publicação em 1973 ou 1974, n° *O Jornalista*, um jornal do sindicato, de “um longo artigo sobre o princípio do jornalismo orgânico de Gramsci, talvez o primeiro a explorar suas idéias por esse prisma”. A partir dessas leituras, Lúcio organizou o alternativo *Bandeira 3*, em 1975.

Numa leve ironia, acrescentou sua influência em torno daquele pensador: “Posso ser um néscio em Gramsci, um pensador que mais li na minha vida, autor de um documento (*Cartas do Cárcere*) que toda a pessoa devia ler quando estivesse ameaçada pelo ceticismo e a desesperança nos homens”. Ainda destacou que sua produção sobre o marxista italiano encontra-se “disponível” para possível contestação. Encerrou alfinetando o oponente: “Se alguma vez o publicitário Cavalcante colocou em letra de forma o que aprendeu com o fundador do Partido

36 FOUCAULT, Michel. “Verdade e Poder”, op. cit, p. 12.

37 SAID, Edward, op.cit, pp. 46-47.

38 CAVALCANTE, Francisco e VIEIRA, Ruth. **Comunicação Militante: o Papel da propaganda no Governo do Povo de Belém (1997-2000)**. Belém: Labor Editorial, 2001, p. 93.

Comunista Italiano, essa sabedoria ainda não foi servida à opinião pública”. Enquanto esse momento não chega, afirmou que “continuaremos ignorando o ‘verdadeiro Gramsci’ que ele descobriu”.³⁹ Divergentes interpretações da obra gramsciana, que não impedem de indicar as influências do pensador italiano no combativo jornalismo lucioflaviano.

O cientista político Marco Aurélio Nogueira corroborou com o histórico daquela leitura, inserindo em seu blog *Possibilidade de Política*, no dia 27 de maio de 2007, com o título “Lúcio Flávio Pinto, Gramsci e o Jornal Pessoal”, um relato sobre a sua experiência com o jornalista paraense nas leituras de Gramsci, no período em que estudou com o paraense na Escola de Sociologia e Política de São Paulo no alvorecer da década de 1970, quando se conheceram e se tornaram amigos. “Para que se dimensione bem o fato, foi com ele que li pela primeira vez os Cadernos de Gramsci”, discutindo as notas sobre Jornalismo e Revistas Culturais componentes do livro *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. “As Notas de Gramsci funcionavam, para nós, como fermento teórico e político para editar a revista Di...fusão, que fazíamos no centro acadêmico”.⁴⁰ Da universidade às redações da imprensa, Gramsci certamente contribuiu na essência da escrita de Lúcio Flávio Pinto.

Numa perspectiva gramsciana, Lúcio facilmente se identifica como *intelectual orgânico*, não de nenhum partido revolucionário, mas da causa amazônica, tão necessitada de uma contra-hegemonia eficaz a fim de fazer frente à força do poder colonizador. É possível a identificação com as preocupações regionais de Gramsci na *questão meridional* italiana, região conhecida como *mezzogiorno*, de caráter rural, subdesenvolvida e dependente, a qual historicamente foi separada do Norte, modernizado e industrializado durante *il Risorgimento*, a unificação da península itálica no decorrer do século XIX.

Nascido na Sardenha, Gramsci questionava a permanência da relação “colonial” do Sul pelo Norte, consciente que o relacionamento de classe perpassava as diferenças regionais, culturais e nacionais, além das diferenças no desenvolvimento histórico regional ou nacional. Na busca da hegemonia, a solução seria a aliança dos operários do Norte com os camponeses do Sul (cidade e campo), organizados e cimentados pelos intelectuais orgânicos do proletariado, imbuídos de sua função ideológica.⁴¹

39 PINTO, Lúcio Flávio. **O Jornalismo na linha de tiro**, op, cit, p. 290.

40 Ver: marconogueira.blogspot.com. O artigo foi devidamente publicado no Jornal Pessoal, “O jornalismo e Gramsci”, nº 418, 1ª quinzena de junho de 2008. Sobre a obra citada, ver: GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**; Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

41 GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**; seleção e introdução: Franco de Felice e Valentino Parlato; tradução: Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Para uma análise da Questão

Realidade italiana que o jornalista paraense facilmente teria reelaborado na situação “colonial” do Norte em relação ao Sul brasileiro. Em algumas matérias, Lúcio faz referências sobre a situação italiana na relação com a Amazônia. Em abril de 1981, quando de uma nova tensão com o Estado nacional promovido pelas elites paraenses, o jornalista analisou a situação regional que não era um “caso singular”. Lembrou, na ocasião, a “‘questão meridional’, envolvendo o norte industrializado e o sul pobre da Itália, como um antecedente já suficientemente estudado”.⁴² Da questão meridional à questão amazônica, o sentido *colonial*

A própria linguagem do jornalista possui elementos que se identificam com o intelectual sardo, especialmente na questão da hegemonia sustentada nas relações da sociedade civil, que se tornam “para a arte da política... as ‘trincheiras’ e fortificações permanentes do front em uma guerra de posições: elas tornam meramente ‘parciais’ os elementos que eram ‘o todo’ da guerra”.⁴³ Não por mera coincidência, Lúcio, em inúmeras passagens utilizou metáforas de guerra, como *trincheira, front, travar o bom combate*, quando externou o seu projeto em defesa da Amazônia. O livro *jornalismo na linha de tiro* tinha um título anterior de *A guerra amazônica, jornalismo na linha de tiro*. Título moldado ao seu projeto combativo.

Tanto o *Jornal Pessoal* quanto o *Agenda Amazônica*, o uso de charges representa mais um instrumento de interpretação social. Sem se restringir ao *riso*, conforme a análise de Amorim, a arte de Luiz Pinto, irmão de Lúcio, amplia o poder de reflexão dos fatos publicados, estreitando os laços entre cultura e política. O detalhe é a influência direta de Lúcio no formato da arte produzida por Luiz, que solicita previamente o conteúdo a ser utilizado na imagem. O resto fica por conta da habilidade do artista, de acordo com seu depoimento fornecido à Socorro Veloso. Geralmente inseridas nas reportagens de capa, as charges de Luiz Pinto conseguem impactar e transmitir ao leitor a mensagem que Lúcio deseja veicular.

A atenta sintonia dos fatos que ocorriam na região deu-se logo em sua estréia no jornalismo, em 1966, quando acompanhou o Simpósio Internacional sobre a Biota Amazônia. Em meio aos inúmeros cientistas internacionais que se deslocaram para Belém, conscientizou-se que a região fazia parte da preocupação mundial. Posteriormente, cobriu a 1ª Reunião de Investidores para o Desenvolvimento da Amazônia - RIDA, que resultou na criação dos incentivos fiscais a serem executados pela SUDAM e BASA, no contexto da Operação Amazônia.

Medidional, ver MACCIOCCHI, Maria-Antonieta, “O Mezzogiorno na formação do Estado italiano e no Risorgimento”. op, cit, pp. 100-122.

42 Informe Amazônico. “Federação. A guerra foi declarada no Pará”, ano I, nº 08, 31.03 a 14.04.1981, p. 02.

43 Apud HALL, Stuart. “A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade” In: **Da Diáspora**, op, cit, p. 317.

Quatro décadas depois, Lúcio realizou uma avaliação do que teria mudado na região. Contemporâneo dos fatos históricos registra que “não por acaso, assim, as teias da minha vida se entrelaçaram aos fios – freqüentemente invisíveis a olho nu – da história da Amazônia, no seu mais recente e talvez derradeiro capítulo”. O capítulo o qual sinaliza tem menos de um século e foi batizado de “integração da Amazônia”, bastante paralelo à “corrida” ao Oeste norte-americano, no século XIX. A tessitura que liga as *teias* de sua *vida* aos *fios da história* da Amazônia encontra-se a essência da narrativa lucioflaviana.

Na interpretação dessa integração, contudo, prefere denominá-la de “conquista e submissão”, comparando-o à experiência ocorrida na África e na Ásia pelos europeus: “A Amazônia, nessa transformação sem volta, é, antes de tudo, colônia. Não há mais exata conceituação para um lugar que é ocupado de fora para dentro, impositivamente”. Ao entrar, o conquistador chega com a “régua e o compasso na mão”, com significado de trazer embutido “o seu mundo, para superpor ao mundo no qual se instala”. De acordo com a reflexão do jornalista, a “aculturação do colonizado não é uma faculdade: é uma imposição”. A partir dessa ação, a região é alvo da conquista e transformação para “servir aos propósitos do colonizador”.⁴⁴ A definição colonizadora, longe de ser um jargão jornalístico, possui um sentido marcante em sua obra, fundamentada em parâmetros históricos.

Integrantes do processo histórico da Amazônia, colonização, colônia, colonizador, colonizado, são denominações reiteradas vezes utilizadas em relação às práticas econômicas com suas incidências políticas, sociais e culturais entre os sujeitos amazônicos. Aspectos e reflexões que ganharão consistência ao longo de sua vasta produção intelectual.

História: o Estado nacional colonizador.

Intelectual *orgânico* da Amazônia e consciente do processo histórico em que experienciou no papel de sujeito social no tempo amazônico repleto de tensões, além da imprensa, sua extensa produção se estendeu por livros, artigos e palestras, algumas posteriormente publicadas. Nessa inserção social, elaborou a freqüente denúncia da persistência de uma relação colonizadora

44 Jornal Pessoal. “Amazônia que mudou quatro décadas depois”, ano XX, nº 382, 2ª quinzena de dezembro de 2006, p. 04. Vale ressaltar, sem cair em ligeira analogia, que Gramsci também destaca em *Il Risorgimento* o termo conquista, na realidade, “conquista real” do sul empreendida pelos reis do piemonte e pela burguesia industrial do norte. Ver: MACCIOCCHI, Maria-Antonieta, op. cit, p. 109.

imposta pelo Estado brasileiro, aliado ao grande capital, à Amazônia. Para romper com o colonizador, reiterou a necessidade de implantar um projeto de caráter regional no interior da questionada nação, a qual tem como princípio sufocar sua autonomia e identidade.

Referendado e entrelaçado aos *fiões da história* regional como constitutiva de sua experiência vivida, Lúcio, em inúmeras oportunidades, utilizou-se de fatos históricos para fundamentar sua análise jornalística. Nesse pressuposto, recorrer à História da Amazônia possibilitava ampliar seus argumentos sobre a permanente colonização, exacerbada nos últimos tempos com o avanço do capital, subscrito pelo Estado autoritário. Gramsci, igualmente, analisou historicamente *il Risorgimento* italiano a fim de discutir o processo de “conquista” e diferenças entre o Norte desenvolvido e industrializado e o Sul agrário e colonizado. Atento leitor de Marx e Gramsci em sua formação acadêmica, certamente, o referencial histórico contribuiu na interlocução e na interpretação social da história amazônica, *eventualmente tocando na história do Brasil*, conforme já ressaltou.

Se Celso Furtado amparou-se no estudo da história do Brasil para fundamentar-se do atraso econômico nacional, herança de uma economia periférica, colonizada e subdesenvolvida, constatação importante a fim de formular um projeto de desenvolvimento nacional⁴⁵, Lúcio Flávio Pinto pesquisou a especificidade da Amazônia para certificar-se de sua histórica colonização: da dominação portuguesa à conquista pelo Estado brasileiro. Contudo, existiam diferenças interpretativas. Enquanto Celso Furtado abandonou a denominação “economia colonial” logo nos seus primeiros escritos, trocando-a para economia dependente exportadora e subdesenvolvida, mas que preservava seu sentido original⁴⁶, o jornalista continuou com o argumento da história regional colonizada, sobretudo, no processo histórico mais contemporâneo, período considerado de “conquista e submissão” da Amazônia.

O jornalista paraense tinha sua justificativa pela opção da análise histórica, por reconhecer que a grande imprensa não se preocupava em assumir sua “função na tarefa de aproximar a agenda do cidadão da agenda da história”, sobretudo a elite local, com sua “mente colonizada”. Tal elite considera que “estar na Amazônia é uma coisa sacrificante, provinciana”, devido não conseguir sair para São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Nova York ou Paris. Todavia, considera a região um “lugar maravilhoso, privilegiado para o intelectual” produzir sua reflexão, em decorrência de “aqui se faz[er] história e agente vê a história surgir, se desenvolver, às vezes consumir o seu ciclo e terminar”. O jornalista externou o exemplo de sua experiência, desde a

45 VIEIRA, Rosa Maria. **Celso Furtado**, op, cit, pp. 33-116.

46 Idem, p. 56.

infância, a qual coincidiu com o começo do “ciclo do manganês no Amapá”, em 1957 e, posteriormente, acompanhou a exaustão, “meio século depois”. Nessa construção crítica, ressaltou que a “minha geração formou a sua consciência revoltada” contra a exploração norte-americana através do embarque de minérios pelo porto de Santana.⁴⁷

Sujeito histórico de seu tempo, vivenciou os principais acontecimentos amazônicos desde 1966, ano do desencadeamento da Operação Amazônia, a começar pela criação da Sudam, Basa e outros órgãos que marcaram o intensivo processo de intervenção estatal, denominado de *conquista e colonização*. Ao longo de mais de 40 anos de imprensa, o jornalista paraense aprimorou sua análise regional a partir do *front*, como costumou a destacar. A década de 1970 representou uma experiência rica, sobretudo de 1971 a 1979, não função de correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*. A fase é tão rica de acontecimentos e de atenta cobertura dos fatos, que o autor considerou este período um marco para o pesquisador saber a história regional. Para isso, terá que pesquisar o arquivo do *Estadão*.

Alvo de sua artilharia, o Estado Nacional caracterizava-se em autêntico *padrasto* para a Amazônia, uma denominação já em construção na memória histórica regionalista, mas que ganhou uma versão mais aprimorada. Num instigante artigo, *O Estado Nacional: padrasto da Amazônia*, publicado em 1986, Lúcio reiterou sua interpretação, baseado num olhar da história regional na perspectiva da história universal e das teorias referendadas, “muitos intelectuais se têm mantido numa trincheira: a Amazônia é um mero produto – ou sub – da articulação mais ampla; resolve-se a questão regional enfrentando a nacional”.⁴⁸ Aqui, encontra-se uma das principais diferenças do regionalismo de Lúcio Flávio Pinto em relação aos muitos letrados evidenciados no primeiro capítulo, quando elaborou uma reflexão fundamentada na história. Acrescido a isso, a influência externa, global também integrou sua análise sobre a *colonização* amazônica.

O jornalista externou sua opinião sem rodeios: combater o opressor federal parecia a solução dos males amazônicos. Embalado nessa convicção, a atitude será uma das principais tarefas empreendidas por seu jornalismo. Na tensa relação, sempre prejudicial à parte amazônica, por ser considerada um “resíduo” nas contas da União, a submissa região tornou-se também “residual” no enquadramento da crise nacional.⁴⁹

47 PINTO, Lúcio Flávio. “Amazônia: perdida no rumo da história”. In: COY, Martin e KOHLHEPP, Gerd (cords.). **Amazônia Sustentável**: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro: Garamond; Tübingen, Alemanha: Geographischen Institutis der Universität Tübingen, 2005, p. 15.

48 PINTO, Lúcio Flávio. O Estado Nacional: padrasto da Amazônia. In: **Pará Desenvolvimento**, nº 20, julho/dezembro de 1986; e nº 21, janeiro/junho de 1987, p. 03.

49 Idem.

O artigo, publicado em nova edição no ano de 1992, marcou as análises do autor em torno da crítica ao Estado federal, em pleno contexto da crise apresentada pelo projeto de intervenção e modernização, advinda da década de 1930. Sem desmerecer as escritas anteriores nos jornais *A Província do Pará* (a partir de 1966 - com várias interrupções - até 1973), com artigos e matérias assinadas em *O Liberal* (1973-1988, com alguns momentos de ruptura com a empresa) além de outros meios, especialmente os alternativos *Bandeira 3* (1975) e *Informe Amazônico* (1980-1981), porém eram dispersas e não sistemáticas quanto à elaboração das idéias e argumentos. A síntese histórica estava calcada no conflituoso processo histórico na relação da Amazônia com o poder central brasileiro.

As reflexões não estancaram aí, passaram a ser aprimoradas e reiteradas nas páginas do *Jornal Pessoal*, a exemplo da substancial síntese *Amazônia que mudou quatro décadas depois*, matéria publicada em dezembro de 2006, na qual marcava também os quarenta anos em que estreou no jornalismo, em 1966. Ano que “cobri”, testemunhei e relatei dois acontecimentos que mudariam o rumo da Amazônia”.⁵⁰ A *Agenda Amazônica* (1999-2001), com a publicação de inúmeras matérias assentadas na história regional, além de livros e palestras, por vezes, de forma incisiva e repetitiva, apresentaram contribuições para a consciência histórica do leitor, tantas vezes enunciada na formatação de seu projeto amazônico.

Na análise dessa digressão, optamos por acompanhar a interpretação lucioflaviana do processo histórico amazônico, que foi devidamente aprimorada no decorrer de sua escrita, tentando observar suas continuidades e modificações no tempo. Uma questão era ponto pacífico: a permanência *colonial* tornou-se intrínseca da história regional, representada pelos sofríveis índices sociais e cultura colonizada.

Na busca do princípio do descompasso e infortúnio da Amazônia, tentou demonstrar a competência do homem amazônico desde as origens da colonização. A experiência colonial integrou o âmago da série de preconceitos que acompanhou o sujeito regional na busca de afirmar sua identidade, esta, indissociável da luta pela autonomia. Conforme esse sentido, o jornalista recorreu às recomendações do padre Antônio Vieira ao rei de Portugal, nos idos de 1645: “Aqui há homens de boa qualidade que podem governar com mais notícia, e também com mais temor”. Embora busquem seu interesse, “será sempre com muito mais moderação, e tudo o que granjearem ficará na terra, com que ela se irá aumentando”. Ao desfrutarem da liberdade, serão

50 *Jornal Pessoal*. “Amazônia que mudou quatro décadas depois”, op, cit, 04.

como “donos” e “não como rendeiros, que é o que fazem os que vêm de Portugal”.⁵¹ Referenciar-se na observação de uma ilustre autoridade eclesiástica do século XVII, com elogios aos nativos em detrimento dos adventícios, parecia creditar seus argumentos, por não serem também considerados, exemplificam as origens dos males da Amazônia.

O conselho de Vieira nunca foi seguido pelo poder colonial, “tanto de fora como de dentro do país”. Em decorrência dessas práticas, a Amazônia não foi aquinhoada nem com o “despotismo esclarecido”. Amparado nesses fatos, asseverou o modo implacável dessa história: “de lá até hoje mudaram modos de produção, sistemas, regimes, pessoas; a condição básica da região é a colonial”.⁵² A peremptória afirmativa tinha lastro histórico. Não ser contemplada nem com o *despotismo esclarecido* representava as práticas autoritárias dos governos na imposição de projetos alienígenas, sem estar amparado em saber científico, isto é, o desrespeito à especificidade e interesse da Amazônia ao longo dos tempos, dos portugueses aos brasileiros, como fundamento da permanente colonização.

Paradoxalmente legitimada pelo Estado-Nação, a internacionalização da Amazônia agravou a devastação e a especulação do mercado, sem que os tecnocratas do poder central acionassem a Doutrina de Segurança Nacional, a qual tanto alardeava. Isso decorria do desconhecimento das relações da Amazônia com o “outro Brasil”, uma expressão utilizada no decorrer de todo o período colonial: “Belém era capital de um Brasil que começava no Piauí”, com o significado que a expressão de Estado Nacional é “meramente formal”. Portanto, não tinha sentido identitário com o restante do Brasil. O resultado disso é que o Estado brasileiro “nunca” compreendeu a Amazônia. “Nem antes, nem agora. Talvez nunca mais”.⁵³ Nesse distanciamento físico, acrescido de ausência de compreensão da especificidade da formação cultural, cimentaram o descompasso de interesses, relacionados com a ingerência da geopolítica da internacionalização, uma temática de grande incidência em sua produção.

A distância física e a ignorância de sua particularidade, na interpretação de Lúcio, pareciam caminhar lado a lado e contribuíam para aumentar o fosso da separação. Seja no passado, seja no presente, especulava a impossibilidade do Brasil conhecer a região, tal o histórico de incompreensão. Reconhecer suas diferenças seria um dos primeiros passos para conseguir o arrefecimento das tensões.

51 PINTO, Lúcio Flávio. “O Estado Nacional: padrao...”, op, cit, p. 03.

52 Idem.

53 Idem, p. 04.

Passado o período colonial, por conseguinte, integrada ao Brasil, a série de fatos comprovava a denúncia contra o poder centralizador, primeiramente, “não havia razões” históricas que justificassem o “feroz tratamento dispensado aos cabanos” pelo regente Diogo Feijó.⁵⁴ O fato tornou-se emblemático em seus escritos, considerado uma referência quase obrigatória. Quatro anos depois, retomou o trágico acontecimento. Em uma análise comparativa, a forma com que foi debelada a Cabanagem demonstrou as diferenças no modo de tratamento em relação às outras revoltas do período regencial.

Enquanto a Farroupilha, liderada pelos estancieiros de São Pedro da Aldeia, atual Rio Grande do Sul, os governantes negociaram a fim de manter a unidade territorial, porém “o distante Grão Pará”, com a característica de não ter “nenhuma relação com a capital nacional, que não éramos exatamente um igual, nós tínhamos que ser reprimidos porque éramos selvagens”. A repressão aos “selvagens” justificava-se porque “não tinham história, que não podiam ser respeitados, nem naquela época e nem hoje”.⁵⁵ Não ser *igual*, ser *selvagem* e não possuir *história*, legitimariam a forma repressora voltada aos rebelados do Norte do nascente império brasileiro. Nessa análise da história, representava a importância atribuída à consciência da especificidade regional ao integrar o nacional, registrando, por conseguinte, os sérios problemas que a decisão acarretou aos amazônicos.

A interpretação de Lúcio Flávio é muito próxima a de Gramsci, quando o sardo refutou a ideologia difundida no Norte da Itália sobre o “atrasado” Sul, que seria uma “bola de chumbo” a qual impede o maior progresso setentrional: “os meridionais são seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural”. O Sul era atrasado não por culpa do capitalismo, mas da “natureza, que fez os meridionais poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros”.⁵⁶ Sem cair em generalizações e analogias deslocadas da realidade, tanto o intelectual da Sardenha, quanto o intelectual paraense conferiram boa parte de suas produções a combater preconceitos contidos nesses valores estigmatizantes. As reflexões fundamentavam a permanência da dependência e colonização no interior dos Estados, italiano e brasileiro.

A análise do processo histórico amazônico era fundamental. Quase 180 anos depois, o pesquisador inglês David Cleary revelou uma documentação inédita, a qual divulgava a notícia da conversa reservada entre o paulista Diogo Feijó - *sempre um paulista*, como destacou - com as autoridades estrangeiras, mas não causou tanta celeuma entre os pesquisadores paraenses,

54 Jornal Pessoal, “O decálogo da Amazônia”, ano III, nº 64, 1ª quinzena de julho de 1990, p. 16.

55 Idem.

56 GRAMSCI, Antonio. **A Questão Meridional**, op. cit, pp. 139-140.

parecendo indiferentes ou conformados com as informações do novo documento. O jornalista Lúcio Flávio Pinto, contudo, demonstrou grande indignação com o fato e cobrava insistentemente das autoridades a imediata publicação dos documentos ingleses, além da manifestação acadêmica, no caso, dos historiadores.

Numa instigante matéria, destacada pela reelaboração de uma charge do típico cabano da tela *Cabano Paraense*, autoria do pintor Alfredo Norfini⁵⁷, o regente Feijó apunhalava pelas costas o sofrido cabano. A manchete era significativa: “Quando o Brasil entregou a Amazônia”, registrando que o “chefe do governo estava disposto a abrir mão da soberania nacional”.⁵⁸ A prática condenável desmentia todo o arsenal ideológico construído pelo temor da internacionalização, já que a mais alta autoridade brasileira sinalizou com a abertura da porteira para a entrada dos estrangeiros.



Imagem: 16

Fonte: Jornal PESSOAL, ano XI, nº 182, 1ª quinzena de março de 1998. Após a revelação dos documentos ingleses sobre a solicitação do regente Feijó às tropas estrangeiras para reprimir os revoltosos paraenses, a charge retrata o regente imperial apunhalando o típico cabano pelas costas. A atitude regencial possibilitou questionar a relação entre as autoridades brasileiras e a Amazônia do Império à República, numa representação de continuidade da forma de tratamento.

57 Produzida em 1940, a tela de Norfini retratava um sujeito às margens de um rio, com chapéu de palha, descalço, sem camisa, apenas com meia calça esfarrapada, mas com altivez empunha uma arma. Sobre a tela, ver: RICCI, Magda. "Do Patriotismo à Revolução: História da Cabanagem na Amazônia". In: FONTES, Edilza (org). **Contando a História do Pará**. Belém: E. Motion, 2002, pp. 225-266. A gravura foi constantemente reelaborada nos governos Jader Barbalho e Edmilson Rodrigues, ver: BARBOSA, Mário, op, cit,

58 Jornal PESSOAL. "Quando o Brasil entregou a Amazônia", ano XI, nº 182, 1ª quinzena de março de 1998, pp. 01-03.

A insistência do jornalista quanto à gravidade dos fatos sucedidos na terceira década do século XIX e o alheamento dos estudiosos paraenses, alimentava ainda mais seu interesse pelo episódio, retomado na matéria *Quando a Inglaterra não quis tentar ser a dona da Amazônia*.⁵⁹ Embora recusada pelos ingleses, tal oferta apontava o descaso da autoridade regencial para com os inferiorizados habitantes do recém incorporado Grão-Pará:

Não interessava se ingleses, franceses e portugueses matassem os bugres da Amazônia, talvez ainda dominados pelos colonizadores portugueses. Eles não eram iguais. Eram, na verdade, desconhecidos, integrantes de um Brasil tardio, atrasado, inferior. O Estado nacional lavava as mãos, queria manter a integridade como um lastro para o projeto de hegemonia de um poder, de um colonialismo endógeno.⁶⁰

Ignorada, rejeitada e dominada pelo poder do Rio de Janeiro, nos idos do período regencial, a ação repressiva desvelava o preconceito e a projeção contínua da colonização brasileira à parte atrasada do território nacional, sangrentamente incorporada. Para sua contrariedade, o quadro de opressão não foi alterado após o desfecho sangrento contra os cabanos e a consequente imposição da ordem Imperial. A partir dessa revelação, o episódio tornou-se, posteriormente, argumento imprescindível nos seus escritos e palestras para desnudar o autêntico caráter do projeto brasileiro na Amazônia.

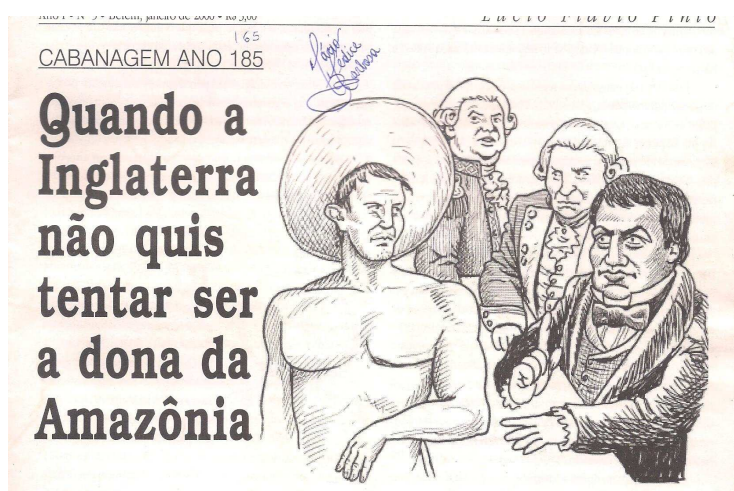


Imagem: 17

Fonte: Agenda Amazônica, ano I, nº 05, janeiro de 2000. Na presença de duas autoridades, provavelmente, os ministros inglês e francês, o regente Feijó pretende dar um ultimato ao cabano. Foi o momento em que a Inglaterra recusou a “ser dona da Amazônia”, comprovando a farsa da preocupação geopolítica pelo temor da internacionalização.

59 Agenda Amazônica. “Quando a Inglaterra não quis tentar ser a dona da Amazônia”, ano I, nº 5, janeiro de 2000, pp. 01-02.

60 Jornal Pessoal. “Amazônia que mudou quatro décadas depois”, op, cit. p. 05.

Conforme a escrita de 1986, no prosseguimento da narrativa que se seguiu à revolta popular, Lúcio enfatizou que as autoridades do Rio de Janeiro não poderiam ter agido com “tanta incúria em relação ao cultivo da borracha”, no limiar do século XIX e início do XX, o que levou a ser apanhada “desprevenida” pela organização dos ingleses com a produção asiática. A Amazônia “acabou ficando só em sua incoseqüência, caindo numa ‘idade média’ que duraria duas décadas”.⁶¹ Na matéria *Amazônia que mudou quatro décadas depois*, encontra-se um acréscimo na análise, quando destacou ser um “mito” o fato dos ingleses terem contrabandeado mudas da hévea para plantarem nas colônias asiáticas, pois houve o consentimento das autoridades brasileiras.⁶²

Depois da temporada de ausência, a II Guerra Mundial “trouxe de volta à Amazônia o Estado, agora como capataz de um novo parceiro, os Estados Unidos da América”. O fim da “batalha da borracha” e a ineficaz política de incentivo da economia gomífera quase geram o retorno à situação vivenciada em 1912. Na disputa pelos preços da goma elástica com as indústrias de São Paulo, o “Sul havia se preparado para vencer”, devido a região depender da “intermediação de um Estado que não se interessava por ela senão em certas ocasiões, de ‘aperto’”.⁶³ *Voltar e interessar* traduziam o distanciamento e o interesse fortuito. A identificação com a figura de *capataz* à serviço de um país hegemônico mundial indicava o papel intermediário brasileiro na exploração regional.

A interpretação do jornalista acompanhava a base de seu raciocínio: da *batalha da borracha* à dificuldade de negociação com as indústrias paulistas, sinalizava o interesse do Brasil, o qual continha segundas intenções, no caso, somente no momento de dificuldades *voltava* a atuar na região. Abandonada novamente, ao cessar o conflito mundial, era a prova incontestada do descompasso entre os projetos do poder federal e o amazônico, além do alheamento na disputa travada com os industriais sulistas.

Ao assumir o compromisso de “valorização”, depois “integração”, o Estado brasileiro não cumpriu o prometido, a começar pela verba de 3% destinada pela Constituição de 1946. Na verdade, “esse dinheiro nunca chegou à Amazônia”. Em 1947, quando começou a chegar, a verba foi reduzida de 367 milhões de cruzeiros para 50 milhões. Somente em 1953 foi criado o órgão que executaria o Plano, a SPVEA, sinalizando para o “ritmo de interesse brasileiro pela Amazônia”. Acrescenta-se, que a lei da criação da autarquia nunca foi aprovada no Congresso

61 PINTO, Lúcio Flávio. “Estado nacional: padrao...”, op, cit, pp. 04.

62 Jornal Pessoal. “Amazônia que mudou quatro décadas depois”, op, cit, p. 06.

63 PINTO, Lúcio Flávio. “Estado Nacional: padrao...”, op, cit, p. 05.

Nacional, até a sua extinção em 1966, ou seja, vigorou sem respaldo legal e sem significado prático.⁶⁴

A digressão sobre um período de grande expectativa para a *valorização e integração* no bojo do desenvolvimentismo, uma alavanca para a modernização, com a criação de uma autarquia para planejar e valorizar a região, apontou um conjunto de falhas do poder central. Não cumprir uma determinação constitucional e quando começou a impender, atuou de forma restringida e no momento em que se encontrava no ocaso.

A análise a partir da década de 1960, também por coincidir com sua experiência profissional, é bastante enfatizada. O jornalismo na linha de frente dos acontecimentos contribuiu no fazer histórico e a consequente reflexão dos fatos. É nesse momento que o Estado interventor ganha consistência com seu caráter desenvolvimentista e autoritário, alterando o traçado identitário original da Amazônia, com a destruição de seus rios e florestas. Ameaçava-se, desse modo, torná-la definitivamente brasileira. Fruto de um longo processo de construção de conhecimento, na relação local, nacional e global, a consistência dessa visão acompanhou sua narrativa.

O autor vivenciou o tenso e rico contexto do final dos anos 1960. Os artigos na imprensa da época já sinalizam sua contestação ao regime que tentava calar a liberdade.⁶⁵ A respeito do sentido colonial, conceito que está muito presente em sua produção, a vivência acadêmica e a experiência profissional em São Paulo no clima de AI-5, possivelmente contribuíram em sua formação intelectual. O momento político e cultural refletiu na própria experiência vivida. Vale salientar que tanto as reflexões do ISEB quanto as produções culturais registradas pelo CPC da UNE, estavam impregnadas da teoria do colonialismo, sobretudo, de Frantz Fanon.⁶⁶

O modelo de ocupação adotado o incomodava bastante. Quando “voltou a investir”, prossegue o jornalista, o governo “optou pelas estradas” e não pelo meio hidroviário, o mais adequado para a realidade regional. “O ‘rodoviarismo’ chegava à Amazônia como o apanágio da integração nacional”. Para favorecer o seu intento, o poder central acionou sua “usina ideológica para sustentar e legitimar a nova era”.⁶⁷ Subscrita pelo arsenal ideológico da geopolítica federal, a era rodoviária abriu um rastro de destruição na paisagem amazônica, a qual estabeleceu o símbolo

64 Idem, p. 05.

65 Numa pesquisa mais abrangente que desenvolvemos na grande imprensa sobre a produção de Lúcio Flávio Pinto desde 1966, encontram-se inúmeros registros sobre as tensões políticas e produções culturais da época, como a guerra do Vietnã. Temáticas que envolvem juventude, música popular brasileira, como tropicalismo, além de reflexões sobre grandes intelectuais que alimentavam os jovens revolucionários do período, como Sartre, Mayakovisk, Brecht, foram assuntos corriqueiros em suas colunas.

66 ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & identidade nacional**, op.cit.

67 PINTO, Lúcio Flávio. “Estado Nacional: padrao...”, p. 07.

da penetração do grande capital, incentivos fiscais, que estimulou o desmatamento através da *bovinização*, a qual considerada a civilização pela pata do boi, além de queimadas, grilagens, conflitos sociais. Tudo com a conivência do poder federal. Para exacerbar a sua angústia, passou a ter a certeza que *nunca mais* a Amazônia seria a mesma. A decisão afetava seriamente sua singularidade identitária, assentada nos rios e florestas.

Os efeitos do processo de integração, com a incidência sobre a perda dessa identidade, foram destacados quando da palestra que comemorava os 30 anos da Sudam, em 1996: “Nunca houve, em toda a história das colonizações sobre a terra, tanta destruição de recursos naturais quanto na ‘integração’ da Amazônia”.⁶⁸ A vivência profissional ao longo desse período, constitutiva de sua formação intelectual, sustentava a afirmação sobre os efeitos da tragédia.

A realidade descrita revelava o atendimento, primeiramente, do projeto nacional através de rodovias, como Belém-Brasília ou Transamazônica, na intenção de ocupar e integrar o imenso território. Elevadas à símbolos da *nova era* na Amazônia, o modelo de ligação física não se importou com a peculiaridade que os rios ofereciam, não só viário, mas cultural, acarretando sérias transformações à sociedade regional.

A experiência adquirida nas décadas de 1960 e 1970 foi burilada no decorrer da cobertura dos fatos. No centro hegemônico brasileiro, o jornalista acompanhou no Rio de Janeiro, posteriormente em São Paulo, os projetos formulados para a região, calcados numa visão geopolítica de ocupação, integração e modernização. A percepção das diferenças de interesses entre o projeto nacional e o regional, indicava a necessidade de formular um caminho mais autônomo para a Amazônia.

A tese da permanência *colonial* foi alicerçada na consciência da desigualdade nas relações políticas e econômicas, acrescidas de cotidianas práticas culturais, desveladoras de preconceitos e estigmas impingidos aos nortistas. Lúcio Flávio Pinto, no sentido exposto, parecia vivenciar experiência bem próxima da ocorrida com o sulista Antonio Gramsci quando passou a residir no desenvolvido Norte da Itália.

Referendado em pesquisa científica, as primeiras décadas de ocupação desenvolvimentista foram atentamente acompanhadas no *front* dos acontecimentos. É o que José de Souza Martins denomina de “pesquisador responsável” devido “mover-se no interior do conflito e da conflitividade, realizar sua pesquisa como se estivesse num campo de batalha, também por dentro

⁶⁸ PINTO, Lúcio Flávio. “Sudam: na boca do lobo”. **Amazônia o século perdido** (A batalha do alumínio e outras derrotas da globalização). Belém: Edição Jornal Pessoal, 1997, p. 147.

e não só por fora”.⁶⁹ Adepto desse princípio científico em seus deslocamentos jornalísticos, o próprio sociólogo reconheceu em Lúcio Flávio Pinto um dos maiores conhecedores da Amazônia através da produção de um jornalismo social. Movimentar-se como se estivesse num *campo de batalha*, traduzia de modo preciso, sem exagero, as ações do jornalista na fronteira amazônica, inclusive, em contato permanente com a violência inerente da fronteira.

Se a sua análise está alicerçada na história, a consciência do processo histórico torna-se imprescindível, contudo não sucedia como deveria ocorrer na Amazônia. A angústia de Lúcio Flávio Pinto acerca da ausência de consciência histórica dos amazônicos vem de seus primeiros escritos. A narrativa no princípio da década de 1970 já apontava nessa perspectiva analítica. Na suposição de aparecer um recenseur ou pesquisador de opinião e perguntasse o problema ou o tema mais importante da Amazônia, além de insistir em saber quais as perspectivas o leitor veria para a região. Reconheceu a temática de forma embaraçosa, porque o assunto proposto representava o tema de maior evidência no “país futebolizado”, contudo, também era o menos conhecido.

Lembrou, na ocasião, de uma pesquisa realizada em São Paulo para a edição especial da revista *Realidade*, em 1971, na qual se constatou “besteiras e incorreções dignas de figurarem no mais exigente bestialógico mundial”. A ignorância das populações de outras regiões é proporcional ao interesse e esforço de compreensão, todavia o que mais espanta não é a ignorância sulista, sim, “a semi-ignorância dos próprios habitantes da região amazônica por ela”. A pesquisa de opinião, aqui, provavelmente seria tão lamentável quanto à realizada entre os paulistas. A enquete revelaria alheamento, impedimento e insensibilidade das diferentes camadas da sociedade em relação à realidade regional.⁷⁰

O modo de questionamento prosseguiu em outro artigo. Desde a dominação lusitana “a sociedade paraense continua sendo, hoje, uma eterna desconhecadora do seu meio”, abriu a análise com essa definição. Para o jovem jornalista dos idos de 1972, não era surpresa o “total alheamento dos moradores desta tropicalíssima cidade sobre seu destino”. Em relação às questões gerais e às tendências da região, existem desconhecimentos e desinteresses. Lúcio redigiu uma suposição que se um “cretino” programa de perguntas e respostas escolhesse alguém para responder as indagações, o papel seria “mais cretino ainda”. Os entrevistados não saberiam para onde estão seguindo. Entendia que “só o voltar-se para dentro de si permite uma abertura

⁶⁹ MARTINS, José de Souza. *Fronteira*, op. cit., p. 13.

⁷⁰ A Província do Pará. Quark, “História e Farsa”, 08 e 09 de agosto de 1971, p. 03, 2 caderno.

consciente, eficaz e produtiva, para fora”.⁷¹ A preocupação do polemista tinha sua razão de ser. No contexto da escrita, a região sofria uma forte pressão de interesses externos, seja do regime autoritário, seja do grande capital, portanto, a consciência da nova realidade, possibilitaria uma ação mais combativa e propositiva por parte dos amazônicos.

A consciência desse novo processo, inerente aos seus escritos, destacava a importância “da história e do passado como instrumento”. Porém, não a história dos manuais sem afinidade com a região, uma vez que “é uma história do colonizador, do que veio para cá, subjugou os que aqui estavam e levou o que era nosso”. Investido de um modo diferente de visão histórica, bem ao estilo benjaminiano, Lúcio, nesse momento, passou a enumerar e a questionar vários acontecimentos históricos no presente e no passado, passando da Cabanagem aos projetos dos minérios, este último, já em desenvolvimento na Amazônia.

Instigando o leitor à reflexão, especialmente nas questões do tempo presente, indagou o que representava “o avanço, pelo sul do Estado, das fazendas paulistas?”. Nessa mesma intenção e sem denominar a Transamazônica (em pleno andamento), questionou o traçado de “uma cruz rodoviária ao centro da Amazônia: qual o seu sentido?”. A cruz indicada, possivelmente, porque já existia a Belém-Brasília, rodovias que se cruzavam nas proximidades da fronteira Pará-Maranhão. O *sentido* sinalizava, entre outros problemas sociais, os impactos na vida do caboclo, que sairá da linha do rio para a das estradas, enquanto isso, os poetas paraenses faziam rimas brancas e cobertas de belas imagens “colonizantes”.⁷²

Na formulação de indagações no calor da hora, direcionadas ao âmago do problema amazônico, tentavam estimular o leitor a buscar respostas. Em outro sentido, condenava a postura passiva e alienante dos grupos letrados, que poderiam abrir um canal crítico do projeto em curso. O jornalista, baseado em sua concepção de mundo, acreditava que as *elites* intelectuais tinham condições de se antecipar aos fatos, pelo menos em tese, conforme as ressalvas cabíveis. Instigá-las *descerem à rinha* a fim de travar o bom combate era essencial.

Após uma nova breve temporada em São Paulo, retornou ao *front* a partir de 1974, o jornalista aprimorou o conhecimento regional no momento em que os fatos cotidianos se processavam em história. Lúcio vivenciou o contexto de efetivação dos projetos financiados pelo capital nacional e internacional, como Grande Carajás, tendo à frente a poderosa CVRD, além da hidrelétrica de Tucuruí, gerenciada pela Eletronorte, fornecedora de energia subsidiada para a implantação desse modelo de modernização. Consideradas autênticas empresas colonizadoras, que

⁷¹ A Província do Pará. Quark, “Sem mudança”, 26.06.1972, p. 03, 2 caderno.

⁷² Idem.

promoveram os principais enclaves através dos grandes projetos alienígenas, as empresas estatais Vale e Eletronorte receberam sua repulsa, materializada na quantidade e combativa narrativa na imprensa.

A cobertura atenta tinha sua relevância. Em abril de 1974, realizou uma avaliação da “situação difícil” vivida pela região, apesar do governo federal considerá-la prioridade para os grandes investimentos realizados. A contabilidade da intervenção somava uma década de aplicação da política de incentivos fiscais, cinco anos da implantação de uma rede rodoviária, uma onerosa colonização social dirigida, além de programas especiais de transferências de recursos, porém, “a Amazônia ainda não conseguiu atingir um desenvolvimento em ritmo ao menos semelhante ao das regiões mais dinâmicas do país?”. O questionamento dos principais projetos de ocupação, em plena vigência da censura do regime autoritário, representava bem o estilo combativo de seu jornalismo, porém, um risco justificado contida na causa defendida: a Amazônia.

Na teoria, o governo respondia “sim”, porque a região deixou de ser considerada uma “área-problema”, a exemplo do Nordeste, para ser “área pioneira em fase de mudança”. Os argumentos do jornalista contrapunham a versão oficial. Apesar de o modelo atrair grandes projetos privados e estatais, “produziu na verdade poucos resultados sociais”, sem alteração da dependência externa em relação aos mercados internacional e nacional, além de significar um “decrécimo” nos índices econômicos, que solidificou uma estrutura “tipicamente subdesenvolvida”.⁷³ O diagnóstico formulado continha afirmações indispensáveis para tentar rever o modelo vigente. O papel do jornalismo, segundo sua interpretação, visava municiar o cidadão com informações precisas a fim de atualizar sua agenda com a história. Desse modo, ajudaria na formulação de um novo projeto, desta vez, com a marca da Amazônia.

Fundamentado em números oficiais, registrou que em 1964, a renda ‘per-capta’ regional representava 57,1% da renda nacional, mas em 1970 despencou para 46,95%. A balança comercial encontrava-se deficitária. Em 1960 apresentava um ‘superávit’ de 30 milhões de cruzeiros, mas a partir de 1967 já tinha um ‘déficit’ de 10 milhões e em 1970 atingiu 453 milhões. A relação significava que 90% do lucro obtido nas exportações para o exterior são destinados para quitar as importações realizadas com outras regiões do Brasil. O privilégio do modelo de especialização em exportação contribuía para onerar a subsistência, num verdadeiro paradoxo.

O resultado da modernização é que a Amazônia importa do Centro-Sul “quase tudo o que precisa para sua subsistência, enquanto suas terras são utilizadas para produzir culturas de

73 PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia: o anteato da destruição**. Belém: Grafisa, 1977, pp. 167-170.

exportação”.⁷⁴ A sangria de recurso, reflexo do modelo econômico implantado, gerava um crônico desequilíbrio no comércio Norte-Sul, uma situação já denunciada desde o início do século XX, mas nessa etapa desenvolvimentista só ajudava a ampliar o fosso regional. Ao privilegiar os setores agropecuários, madeireiros, minerais e latifundiários em detrimento de uma cultura produtiva, sobretudo, alimento de primeira necessidade, só ampliava o desajuste na balança comercial.

A continuidade do desequilíbrio sócioeconômico proporcionado pelo projeto governamental levou o jornalista a formular um novo questionamento, em 1975: “os objetivos nacionais atendem, correspondem ou se compatibilizam com os objetivos regionais?”.⁷⁵ Na certeza da resposta negativa, acompanhava uma certeza: a incompatibilidade entre o projeto nacional e o amazônico traduzia-se nesses diagnósticos, desfavoráveis visivelmente à Amazônia. Em suma, suas análises não ocorreram após a consumação dos fatos, mas no calor da hora, no *front* dos acontecimentos, cotidianamente publicados, no momento que se processavam em história, como faz questão de ressaltar. E seriam cada vez mais aprimorados no processo que se seguiu à intervenção federal.

A reflexão acima se encontrava na vigência do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia - II PDA (1975-1979), considerada a “fonte mais realista sobre a região no período militar”. O documento registra que “o papel da Amazônia é fornecer insumos para o Brasil moderno e matérias primas para o mundo”. Sustentado nessa determinação, a região “vai aumentar o ritmo de desenvolvimento brasileiro”, pois o país não possui poupança suficiente, além de contribuir no processo produtivo mundial. O papel amazônico nessa engrenagem ficou explícito. “É um futuro colonial”.⁷⁶ O jornalista acompanhou o lançamento II PDA e ficou perplexo quando sua definição. A ação interventora autoritária foi tão intensa que nem tentou mascarar o objetivo principal com o projeto desenvolvimentista.

O II PDA prosseguiu sem grande atropelo, contribuindo decisivamente no modelo de ocupação e os conflitos que se seguiram no *rastro do saque*, conforme um dos títulos cunhados pelo jornalista para uma de suas obras nesse contexto. O assunto era palpitante. “Poucos temas são tão apaixonantes quanto a Amazônia”, reconhecia Lúcio em outubro de 1978, quando lembrou, inclusive, a versão de Euclides da Cunha sobre a última página do Gênesis ainda não escrita, apesar de nos últimos tempos essa página “esteja sendo tingida por borrões e garranchos”. Leitor euclidiano, o jornalista reiteradamente articula em sua narrativa aquela clássica interpretação do

74 Idem.

75 O Liberal. Informe Amazônico. “Como encontrar a saída?”, 15.08.1975, p. 04.

76 PINTO, Lúcio Flávio. Uma entrevista marginal (e a marginalia seguinte). **O jornalismo na linha de tiro**, op, cit, p. 415.

início do XX. Atualizada por *borrões e garranchos*, a escrita da página amazônica estava ameaçada de não ser concretizada, devido sua acelerada destruição promovida pelo modelo de modernização.

A reflexão teve prosseguimento quando acrescentou que a Amazônia é uma “questão apaixonante”, por isso é utilizada para fins promocionais, com apelo internacional; cientistas ficam famosos, pesquisadores elaboram teses, políticos se projetam, por fim, algumas pessoas ainda enriquecem. Enquanto isso, a “Amazônia, saqueada, apenas vê a banda passar”. A ligação entre exploração e comodidade da população, lamentavelmente, comportava elementos da história regional. Mas nem sempre é dessa forma: “Sempre quando pode, no entanto, protesta”.⁷⁷ Questionava-se, contudo, o modo de externar o protesto. Partindo da paixão temática, história, interpretações, passividade e rara contestação, o jornalista apresentava o cenário amazônico, movido por novas inquietações concernentes aos perigos que se avizinhavam.

A digressão acima resultou da indignação contra a Associação dos Empresários da Amazônia, entidade formada pelos “donos” dos projetos agropecuários com aprovação pela Sudam, nenhum originário da região, mas a “maioria é de origem paulista”. A situação apresentava-se mais delicada quando o próprio general João Baptista Figueiredo, futuro presidente da República, reconhecia a entidade empresarial como “interlocutor credenciado” para discutir os assuntos amazônicos.⁷⁸

Sentindo-se estimulada, incorporou o título outorgado pela autoridade do governo federal de “porta-voz dos interesses da Amazônia”. Sem disfarçar sua repulsa, o jornalista reconhecia a razão dos protestos dos empresários da região contra as “maquinações” daquela associação, além do uso do Pacto Amazônico para os “objetivos nacionais”. Desse modo, rechaçou peremptoriamente a pretensão dos empresários sulistas, pois se não “somos consultados”, não utilizam a “nossa experiência” e pretendem somente a recepção passiva dos amazônicos das “benesses do olimpo planaltino”, o jornalista solicitava que “ao menos nos permitam não encontrar nenhuma representatividade nessa associação de homens de negócios sulistas”. Existia uma certeza:

Ninguém lhes deu procuração, nem a eles a pediram. Portanto, que falem em nome próprio ou dos interesses paulistas. Mas não queiram preencher a página branca do Gênese com ideogramas que escondem apenas cifrões e cifrões. A região, penhorada, agradeceria se respeitassem um pouco mais sua dignidade. Talvez de dama violentada, mas ainda muito digna.⁷⁹

⁷⁷ O Liberal. Informe Amazônico. “Em nome de quem?”, 25.10.1978, p. 06.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Idem.

Manter a *dignidade* dessa *dama violentada* conferia uma árdua tarefa. Não ser consultado ou reconhecido nessa interlocução podia até representar uma prática corriqueira na formação regional, todavia, reconhecia inadmissível ser identificado, representado por uma entidade alienígena, com interesses alheios ao projeto endógeno amazônico. *Em nome de quem?*, destacada pelo título da matéria, sinalizava a dispensa na identificação. A *dignidade*, apesar da incômoda subalternidade, tinha que prevalecer. A perspectiva euclidiana demonstrava-se incompatível com os valores da escrita do mercado.

Mas o combate principal dirigia-se ao modelo de Federação. Submetida a uma “crescente subordinação” econômica gerada pelo problema federativo, isso explica porque o presidente da Associação dos Empresários da Amazônia “desça de pára-quedas à frente de todos nós e se auto-proclame nosso porta-voz”. Após apontar a fragilidade interna como causa, Lúcio sugeriu que os empresários locais “devem dar menos importância, nesse episódio, à competição entre empresários e verificar que o sr. José Carlos Meirelles realmente representa os donos do poder econômico na região”. Inócuo, contudo, seria combater um nome, sem discutir o “mecanismo” que possibilitou a efetivação desse tipo de “representante da ‘nova’ Amazônia”.⁸⁰ Antes de discutir a questão da AEA, segundo a sugestão do jornalista, os empresários regionais tinham que questionar o formato da Federação, o maior responsável pela ingerência daquela entidade na Amazônia.

Sustentado num olhar além da fronteira amazônica, o jornalista, na pretensão de alertar, municiar o cidadão com as armas da informação, via no incentivo aos empresários amazônicos o meio de modificar os malefícios que a permanência desse modelo acarretava para a região, diminuída frente à força da Federação brasileira. Questionar o poder federativo era um passo no caminho para uma maior autonomia, um desejo inconfessável como pressuposto na formulação do projeto Amazônia.

A aversão de Lúcio Flávio Pinto contra o *porta-voz* da região vinha de um tempo mais recuado e crucial para os destinos amazônicos. A entrevista que mudou o rumo de sua vida, na sede da FIESP, com Celestino Ribeiro, em 1971, presidente da AEA, revelou toda a intenção desses *novos bandeirantes*, logo no princípio de suas investidas. Denunciá-los tornou-se questão crucial. A *página* que faltava na perspectiva euclidiana, certamente, não seria escrita por esses *representantes* sem *procuração* da Amazônia. A *dignidade* amazônica, mesmo violada, ainda era maior que qualquer poderio econômico exógeno.

⁸⁰ Idem. “Uma questão fundamental”, op. cit, 26.11.1978, p. 06.

Desancar esses intérpretes tinha o seu lado estratégico. Igualada à candente temática da anistia, democratização e torturas, assuntos da ordem do dia no final da década de 1970, a Amazônia foi objeto de três atos públicos em defesa da região ocorridos no Rio de Janeiro e São Paulo, em março de 1979. O polemista incluía nessa preocupação, articulações políticas em Brasília, na tentativa de formar um Grupo Interparlamentar da Amazônia; no Rio de Janeiro, além de um seminário promovido pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford, que reuniu renomados pesquisadores.

Toda essa movimentação representava uma sincera e profunda preocupação com a região, mas não impediu o jornalista de aprofundar a análise em relação ao Centro-Sul identificado como “núcleo da dominação interna” e sede das empresas que são insensíveis com seus problemas. “Não deve ser por mera coincidência que dessa região hegemônica emanam interpretações sobre a Amazônia de nossos dias”. Nesse tom gramsciano, completou: “Trata-se de algo parecido a remorso, pois as consciências estão bem próximas aos agentes da destruição”. Essas observações, contudo, não significaram encarar com suspeição todas as ações feitas fora do limite regional, pois inexiste uma mútua dependência entre a ciência e o interesse empresarial. “Se no sul surgem tantas interpretações é porque lá concentram-se as centrais produtoras de ideologia e saber”, sendo também a base representativa da economia nacional.⁸¹

As interpretações do Centro-Sul, amparadas em um saber dominante, muitas vezes erigido com a presunção de verdade incontestável, foi uma das principais lutas travadas pelo jornalista em sua ofensiva em defesa da Amazônia. Formular um conhecimento científico na própria região, dialogando com pesquisadores brasileiros e estrangeiros, mas com o domínio das informações, possibilitaria ampliar a consciência dos amazônidas, a fim de romper com o sentido colonial. A ciência na Amazônia, mais do que em outro lugar, tinha uma função libertadora.

Os argumentos regionalistas não poderiam recusar tal análise, tão negativos quanto a delimitação da “região hegemônica ao território nacional”. Fundamentado nessa reflexão gramsciana, insistiu na defesa que a força maior da dominação é exterior, já o “dominador sulista é apenas um capataz, se bem que um gerente eficiente no cumprimento de ordens espúrias”. A mesma lógica da dominação já tinha ocorrido na África, Ásia e América Latina. O erro do regionalismo é ter a visão estreita que vê as interpretações externas “sempre” na perspectiva

⁸¹ Neste ano a coluna passou a ter o nome do jornalista. PINTO, Lúcio Flávio. “Pontes de acesso ao entendimento”. *O Liberal*, 06.04.1979, p. 06.

ideológica do colonizador, a qual reduz o “agente da dominação” identificado com as empresas do Centro-Sul.⁸²

Romper a estreita visão dos regionalistas clássicos, além de instigar outra estratégia de combate, também definia as diferenças de atuação com essas lideranças, inclusive, alguns intelectuais. A dominação está centrada no capital global. O alvo imediato, no caso, os *colonizadores* do centro hegemônico, subscritos pelo Estado nacional, integravam a eficiente *capatazia*, que utilizavam o mesmo modelo colonial na história de outros povos colonizados. A história, nesse sentido, não podia ser desprezada como análise.

Parte das elites da Amazônia já conseguiu perceber que a integração econômica nacional não resolverá seus grandes problemas, compreendendo a realidade, o que falta aos ardorosos defensores além fronteira. “A boa compreensão está radicada aqui, mas os centros decisórios encontram-se lá”. O intercâmbio ajudaria nessa aproximação, contudo, existia um tradicional obstáculo. “Espanta verificar que norte e sul continuam sendo quase que como países, distantes e estranhos mutuamente”. Longe de ser inédita, a afirmação colocava em xeque o sentido da integração, já em estado avançado no final da década de 1970.

No fechamento da matéria, registrou que o “sul maravilha” foi pego de surpresa com o anúncio que a Amazônia poderia ser controlada por empresas estrangeiras, por isso a realização da manifestação pública. Se fosse melhor informado não reproduzia alguns absurdos. As ações de intelectuais e políticos representam boas tentativas, mas acima deles “está a mobilização popular”, quando forem motivados aos grandes debates, a fim de decidirem o próprio destino com lucidez.⁸³

A *motivação* popular, nesse sentido, passava pelo processo de conscientização sobre os principais temas relativos ao interesse regional. E por quem seriam motivados? Numa perspectiva de Gramsci, os *intelectuais orgânicos* dos vários setores da sociedade amazônica teriam esse papel. No diálogo com Manheim, seriam as *elites*. Na provável síntese desses pensadores, as elites políticas e empresariais, sobretudo, as *intelectuais* eram convidadas a *descer à rinha* a fim de mobilizar a população. A luta em defesa da Amazônia passava pelos setores populares. Ao municiar o cidadão com as informações, Lúcio cumpria a sua tarefa.

Bastante acentuado no Pará nos “últimos meses”, o jornalista informou acerca do crescimento da “consciência regionalista” a qual estava calcada na crença de que “a verdade é uma

⁸² Idem. Na semana seguinte, Lúcio retomou a questão sobre a suposta internacionalização que se preocupava com o avanço de nações cobiçadoras da região, que serviam de “escudeiros”, mas esquecia a entrada das corporações. “A ameaça deixou de nos rondar: está aqui dentro”. PINTO, Lúcio Flávio. “Perigos concretos”. **O Liberal**, 11.04.1979, p. 06.

⁸³ Idem.

construção exclusiva dos que moram na região”. Provavelmente quis destacar os acontecimentos mais recentes, pois as tensões registradas nos últimos anos, sobretudo, a partir de 1973, portanto, não só nos *últimos meses*, o regionalismo conseguia, momentaneamente, mobilizar os descontentes.

Lúcio prosseguiu com a afirmação de que o sentimento estava ligado ou não ao surgimento paralelo de campanhas em defesa da Amazônia que ocorriam no Centro-Sul, visto pelos moradores da região, como a “filiação da dominação externa, uma espécie de capatazia, feroz, evidentemente”.⁸⁴ Inconcebível, portanto, as ações de outras regiões, no caso, as que pareciam mais prejudiciais ao interesse amazônico agirem em sua defesa. Na interpretação regionalista, a atitude soava paradoxal e até com certa leviandade.

A partir desses informes, dividiu a consciência regionalista em duas formas distintas. A primeira integrava o *stablishment* sintonizado com a política oficial, que discorda dos opositores do processo de ocupação regional, defensores da manutenção da Amazônia na forma de “museu”, cerceando o desenvolvimento a fim de superar a distância que a separa de outras regiões mais desenvolvidas. Eram levianos devido conhecerem a região por livros, viagens rápidas e somente nas capitais, divulgando versões genéricas na pretensão de “verdades definitivas” e no desprezo pelo conhecimento regional. “Esses críticos seriam tão ou mais nocivos do que o processo econômico que abjuram”. Equiparava-se, desse modo, nos efeitos nocivos.⁸⁵

A outra vertente regionalista, também contrária ao modelo adotado, defende que “ninguém” pode entender mais os problemas amazônicos do que seus “próprios moradores”, ou seja, o “porta-voz mais autorizado”. Esse posicionamento foi alimentado pela percepção que a “defesa” da Amazônia partia do Rio de Janeiro e São Paulo, enquanto os grupos mais bem informados sobre a realidade regional de Belém e Manaus “permaneciam na atitude contemplativa”. O argumento deste grupo parecia sinalizar uma maneira de refutar o estigma de incapacidade dos nortistas, inclusive, de saber pensar os seus próprios problemas e encontrar suas soluções, sem recorrer aos irmãos paulistas e cariocas.

Lúcio reiterou que o efeito das mobilizações no Sul beneficiou o Norte por mostrar que “uma região jamais pode ser salva se não se dispuser a salvar-se também”. Se for concreto o colonialismo interno, existem dois níveis de luta para resultar na “completa libertação”, mas a atitude dos grupos regionais de defesa da Amazônia não pode modelar suas ações e raciocínios pelos do Sul, por sofrerem distorções devido a distância e informação indireta, que resultam num “certo folclorismo”, um mal que os amazônidas não padecem.

⁸⁴ PINTO, Lúcio Flávio. “Bandeiras ao vento”. **O Liberal**, 27.06.1979, p. 06.

⁸⁵ Idem.

O jornalista sugeriu a inclusão na intensa mobilização política dos grupos regionais, agregando informações que possibilitem “delinear os contornos concretos da realidade”, por ser a “única” forma de intercâmbio produtivo entre os “de dentro ou de fora” da Amazônia, dedicados à tarefa de vigilância, integridades ecológica, social e humana, integrada à sua exploração econômica. A tarefa não pode se restringir a uma extensão “técnica ou formal”, nem legislativa e administrativa, pois sua importância possui a dimensão dos problemas políticos, que são determinantes. Nessas bandeiras a serem empunhadas, existe a consciência que os “limites do ringue” não são restritos à Amazônia, nem reduzidas às questões técnicas, haja vista que na essência são políticas.⁸⁶

Fundamentado numa concepção política, considerada questão determinante para entender o drama regional, tal opção requer direcioná-la para o entendimento de sua formação acadêmica, especialmente no estudo sobre os intelectuais conservadores da década de 1920 e 1930. Compreender a defesa dessa *tese* sobre a modernização proposta pelo Estado autoritário, contribui ao entendimento de sua reflexão da realidade amazônica.

A política, portanto, possui grande relevância em sua escrita. A análise sistemática do poder, seja político, seja econômico, ganhou destaque, especialmente a atuação dos dirigentes públicos. No livro *Contra o Poder*, lançado em 2007, que refletiu sobre os 20 anos do *Jornal Pessoal*, enumerou vários embates contra as lideranças políticas do Pará, a exemplo de Jarbas Passarinho, Jader Barbalho, Hélio Gueiros e Almir Gabriel, que falharam em suas missões. Reforçada por outras produções, Lúcio reiterou que o Pará é órfão de um *líder* político. Se não conseguiu o título acadêmico de cientista político, seus críticos não podem ignorar o seu notório saber a partir das entranhas e meandros do poder.

Lúcio avaliou no início da década de 1980, a relação entre a Federação e o Estado do Pará na intenção de tirar *a prova dos nove*. “Afinal, a União está mesmo favorecendo o Pará, ou, após um balanço profundo, pode-se acusá-la de utilizar o Estado apenas para atender seus interesses?”. A questão levantada reporta-se à histórica desarmonia entre a Amazônia e o Estado nacional. No formato dessa fissura política, afirmou que o Poder Central auto-proclamava-se intérprete da Nação, além de arvorar-se também “em falar em nome do Estado”, receitando-lhe remédios para seus males, sem aceitar a opinião do paciente. Embora vivenciasse a abertura democrática, a situação autoritária não foi atenuada pela administração federal.⁸⁷

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ PINTO, Lúcio Flávio. “A prova dos nove”. *O Liberal*, 30.12.1982, p. 06.

O malvado *padrasto* da Amazônia continuava alvo de seu ataque, inclusive, na utilização de novos adjetivos nada elogiosos. O período de integração e ocupação, fértil em dissabores, propiciou sua formulação. À frente do saque desferido contra a Amazônia, segundo sua versão, como autêntico “capitão do mato”, o Estado brasileiro utilizou determinadas estratégias, fundamentadas em “conceitos estranhos ou agressivos à região”, a exemplo da ideologia de “espaço vazio”, que justificou o modelo de penetração do território desprovido de defesa.⁸⁸

Nessa reiterada objeção, a referência ao termo *capitão do mato*, no sentido clássico de perseguidor de escravos fugitivos, foi novamente utilizado em 2001, quando afirmou que o poder central abriu “picadas” na floresta para facilitar a operação do grande capital. Após obsequiosa acolhida, se instalou em pontos estratégicos através de seus “grandes projetos”, verdadeiros “cavalos de Tróia” com função mais ampliada do que um “estático presente grego”.⁸⁹ De temido perseguidor à insuspeito facilitador da entrada sorrateira dos inimigos disfarçados de presente, representava a faceta do Estado brasileiro na Amazônia.



Imagem: 18

Fonte: Jornal Pessoal, ano XI, nº 181, 2ª quinzena de fevereiro de 1998. A imagem do cavalo de troia é o da CVRD em cima da serra de Carajás, local da valiosa mina de ferro.

Metaforicamente, o ardil dilacerador dos gregos contra os troianos foi utilizado de modo similar ao caso da região *presenteada*, mas fugia do mito para se transformar em história. Afoitos e ansiosos pela modernização, os amazônicos receberam os *presentes* sem questionar o que armazenavam internamente, inconscientes de seus efeitos. Após serem *abertos* dentro das muralhas

88 PINTO, Lúcio Flávio. “Estado Nacional: padrasto...”, op, cit, p. 07.

89 Agenda Amazônica. “É possível fazer história na Amazônia?”, ano 02, nº 17, janeiro de 2001, p. 06.

florestais, até então inabaláveis ao avanço do homem, ainda considerado um “intruso impertinente”, conforme diagnosticou Euclides da Cunha, no início do século XX, o presente grego revelou-se nocivo, corroendo nas entranhas sua resistência e identidade, representadas por florestas, rios e biodiversidades. Desenhava-se o começo do fim. A saqueada região estava ameaçada de continuar sendo Amazônia.

Correspondente do *Estadão* em parceria com a logística fornecida pelo *O Liberal* cobriu na linha de frente dos principais acontecimentos a emergência traumática dos *cavalos de tróia* na Amazônia. Sujeito histórico, consciente e sensível aos fatos, não ficou indiferente aos traumáticos resultados. A começar pelo modo da conquista, no caso, facilitada pelas mãos do Estado nacional quando da abertura do portão para a entrada do insuspeito *presente*. Nessa digressão, a consciência histórica do jornalista denunciava o momento em que o *presente grego* fora revelado e já saqueava em suas entranhas as riquezas cobiçadas, destruindo a resistência amazônica, inteiramente dominada pela cultura do colonizador. O diagnóstico traçado concluía pela enorme dificuldade em elaborar um projeto de emancipação.

Embora sofresse os efeitos da crise econômica brasileira na década de 1980, os investimentos em grandes projetos não cessaram na Amazônia. Lúcio externou esse detalhe numa reflexão produzida para o Painel sobre os Grandes Projetos, ocorrida durante o XI Encontro Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia, realizado na UFPA, em dezembro de 1983. Na oportunidade, revelou que o capital nacional recuou com a diminuição do Estado, antes pioneiro, no avanço sobre a fronteira, possibilitando, desse modo, a crescente internacionalização da região amazônica. “Num país levado à obsessão do dólar a qualquer custo, a Amazônia será fatalmente imolada no altar das negociações”.⁹⁰ O diagnóstico traçava um panorama sombrio. Em nome da necessidade de equilibrar as contas externas, a ocasião indicava o modelo adotado pelo Brasil em sacrificar a região.

Na época, o Pará já proporcionava ao país um valioso saldo nas divisas externas, mas o retorno social era desvantajoso, representado pelo declínio da renda individual, evasão de tributos, mortalidade infantil, desnutrição, êxodo rural, desemprego e subemprego, desmatamento, conflitos rurais, além da “perda do poder de decisão local, que torna os amazônidas meros espectadores do que acontece em sua terra”. Amparados nesses dados, o jornalista traçou um

⁹⁰ Lúcio não participou do Painel devido sua viagem para a Universidade da Flórida, nos Estados Unidos, onde desenvolvia pesquisas sobre a Amazônia, mas sua contribuição foi publicada na coletânea. PINTO, Lúcio Flávio. “Os Grandes Projetos e a crise”. In: COSTA, José Marcelino da (coord). **Os Grandes Projetos na Amazônia: impactos e perspectivas**. Belém: UFPA, NAEA, 1987, pp. 165-168.

triste prognóstico: “a Amazônia sairá empobrecida desse esforço de produção”.⁹¹ O fantasma do empobrecimento rondava a seara regional. Um espectro cada vez mais real, materializado pela crescente exaustão social de boa parte da população.

Baseado nas experiências do Jari e do Trombetas que estavam em execuções e ainda na vivência da embrionária fase de implantação dos mais recentes projetos, como Tucuruí, Carajás e Albrás, que só iniciariam nos próximos anos, a riqueza proporcionada pelo capital contrastava com a crescente miséria da população amazônica: marca indelével desse avanço rumo à nova fronteira. A dura afirmação não se fundamentava em especulação, mas em pesquisas e experiências vividas no *front* da implantação desses *caballos de tróia*. Se antes da execução, sua observação era sombria, quando passaram a vigorar, sua tese foi confirmada de forma mais incisiva.

Ao considerar tais empreendimentos como *caballos de tróia*, com destaque para o Projeto Grande Carajás, Albrás, Alunorte e Tucuruí, Lúcio Flávio Pinto afirmou categoricamente que o “umbigo desses empreendimentos está fora da região”. Em vista disso, é para o exterior que o “condão alimentar” drena as riquezas e o efeito dos investimentos, tornando-se “enclaves” nos lugares instalados. No balanço dessa ação, questionou-se: “ficamos mais ricos ou ficamos mais pobres?”.⁹² A questão dirige-se à essência, ao cerne dos empreendimentos efetivados, sobretudo, decorria-se da enorme expectativa criada antes da execução, no bojo do desenvolvimento como propulsor da modernização. No momento em que o *presente grego* foi revelado em sua face destrutiva, a pobreza da população tornou-se inerente à riqueza proporcionada pela exploração.

⁹¹ Idem.

⁹² Agenda Amazônica. “Grandes Projetos. Cavallos de Tróia na Amazônia”, ano I, nº 02, 1999, pp. 01-03.

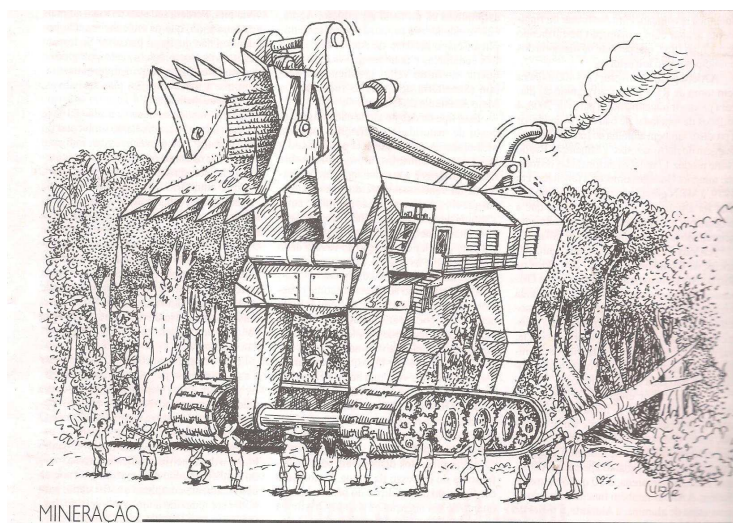


Imagem: 19

Fonte: Jornal Pessoal, ano XVIII, nº 344, 2ª quinzena de abril de 2005. Na contínua exploração mineral, desta vez nos projetos de Juruti e Canaã, o cavalo de tróia apresentava-se mais ameaçador. Diferente da imagem anterior, este cavalo de tróia é mais possante, destruindo a floresta e com dimensão desproporcionaal aos diminutos e indefesos moradores.

Subsidiado em suas análises com dados científicos, a indagação do polemista continha argumentos irrefutáveis. Os resultados desfavoráveis apresentados pelos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) desmentiriam a sensação de progresso, desenvolvimento e modernização criada nas últimas décadas. A Amazônia, especialmente o Pará, continuariam pobres e dominados por interesses adventícios.

Indissociáveis de sua narrativa, a história e a memória referendavam suas elucubrações sociais e econômicas. A lembrança em agosto de 2009, que trinta anos antes o primeiro navio carregado de bauxita saiu de Porto Trombetas em direção ao Canadá, sede da empresa Alcan, dando início aos grandes projetos na Amazônia, contribuiu em sua análise acerca dessa nova fase regional. Mas notava-se alguma mudança: “Três décadas depois, parece que os grandes projetos perderam sua aura mítica”. Os grandes empreendimentos não se apresentavam mais com a face de “naves espaciais que pousam em lugares ermos, isolados e atrasados da Amazônia, implantando ali sucursais das suas bases metropolitanas”.⁹³ A realidade social refutava e desmentia as expectativas de solução do parco desenvolvimento e a consequente melhoria da qualidade de vida dos moradores, especialmente os que foram incentivados a migrarem para as cercanias dessas empresas. Riqueza e pobreza passaram a compor a nova paisagem amazônica.

⁹³ Jornal Pessoal. “Grandes Projetos. Três décadas depois”, ano XXIII, nº 448, 1ª quinzena de setembro de 2009, p. 01-03.

Em poucos meses, prosseguiu Lúcio, o cenário amazônico foi transformado em produção econômica de primeiro mundo. O choque cultural foi inevitável. Nesse quase isolamento, “mesmo depois de tanto impacto, dava ao pioneiro um ar de *bwana*, de dono da vida, ou de imperador, como Ludwig”. A transformação ocorrida com a entrada em operação dos grandes projetos, sem modificação social, era mais uma oportunidade para aprofundar o tema, mas lamentou que a sociedade não lembrou a data.⁹⁴ Pelo histórico de lamentações em torno desses acontecimentos, o *esquecimento* do fato, significava desinteresse, alheamento do cidadão, inconsciência de um marco que alterou os rumos da história regional e pressuposto para a permanência do modelo colonial.

A digressão histórica tornou-se uma aliada permanente e instrumento para respaldar sua análise, num constante ir e vir no tempo, a fim de demonstrar que o processo de colonização empreendido na Amazônia não foi forjado somente a partir da segunda metade do século XX, embora fosse o período que sofresse o maior impacto. A consciência da história seria estratégica para o combate que travava. Munido de dados criteriosamente apurados, conseguiu elaborar um modo de pensamento diferenciado, cimentado na investigação do tempo presente regional, onde os fatos precisaram de um acompanhamento cotidiano, daí a importância de seu jornalismo social, fundamentado na ligação presente e passado.

Produzida num contexto de redemocratização, a escrita da década de 1980 e 1990 apresenta ligeira fundamentação na abordagem crítica ao Estado-Nação, quando a análise tornou-se mais incisiva, amparada em denúncias mais abalizadas, embora nos últimos anos não contasse mais com a infraestrutura fornecida pelos jornais *O Liberal* e *Estadão*. Possibilidade impensável ou inviável durante o período mais duro do regime ditatorial, embora em vários momentos furasse o bloqueio, driblando a censura ou até com a permissão dos sensores, no caso, das reportagens para *O Estado de São Paulo*, um dos poucos canais de informação da fronteira, utilizada até pelos órgãos diretamente envolvidos na ocupação.

Além da redemocratização em marcha, o Estado interventor nacional encontrava-se em crise na década de 1980, situação contextual ligeiramente aproveitada pelo jornalista. Sem os empecilhos da censura do regime autoritário e a decadência do Estado-Nação, coincidido com o *mediocre* governo Sarney, as formulações de Lúcio só tendiam a ser aprofundadas. O emergente processo globalizador e neoliberal na passagem para o século XXI, com registro de grande

⁹⁴ Idem.

impacto na soberania nacional, convergiram numa escrita mais apurada e amadurecida em determinados acontecimentos, ultrapassando algumas generalizações formuladas anteriormente.

Em relação à forte presença do Estado nacional na Amazônia, “independente das mutações camaleônicas do regime, é intrinsecamente autoritário”, devido o modelo exigir a “racionalidade” desse “espírito” estatal. O agravante é que na Amazônia “ele é mais autoritário do que em qualquer região do país”, com uma “presença mais forte do que em qualquer outra parte do Brasil”.⁹⁵ O exemplo maior da afirmação do jornalista, analisada anteriormente, foi o retorno da democracia no Brasil em 1985, porém a Amazônia continuou sob a vigilância da Doutrina de Segurança Nacional, materializada no Calha Norte e no Sivam.

Na imposição com mãos de ferro seus interesses, o Estado, além de cumprir essa “estratégia”, também “desistiu de entender a região”, quando poderia ser uma “instância” para adequar as necessidades de “cima” com a realidade estabelecida “em baixo”. Nesse sentido, “a presença do Estado na Amazônia é uma presença voltada contra a região, e eu, particularmente, não tenho nenhuma ilusão de que isso possa ser modificado”. Após desnudar o projeto federal e desiludir-se com o futuro regional, Lúcio, amargamente, externou a sensação de que a Amazônia é uma “região derrotada”. Por que tamanha certeza dessa derrota? “Porque qualquer que seja o resultado, a Amazônia nem vai exercer o domínio sobre a ação, nem vai usar o que está acontecendo dentro de si a favor de si mesma”.⁹⁶ Fundamentada em anos de experiência acompanhando os impactos sociais na região, o jornalista sinalizava para o devir amazônico, decretando a sua derrota. Realidade nua e crua da ação federal.

Conforme a narrativa lucioflaviana, não havia motivos para uma relação harmônica. Se o Brasil é indiferente para com a Amazônia, esta, por sua vez, também não tem motivos de aproximação e identificação. Numa palestra proferida em abril de 2000, no *Simpósio Internacional Amazônia 500 anos: lições do passado e reflexões para o futuro*, realizado no Museu Goeldi, em Belém, realizou uma digressão acerca da tragédia da Cabanagem, quando desancou o Estado Nacional, seja o de Feijó, no Rio de Janeiro, seja o de Fernando Henrique, em Brasília. Ambos não teriam “nada a nos dizer”, nem “a nos proteger, nos endossar, nos representar”. Ao continuar, reiterou sua tradicional enunciação de que o Estado brasileiro é um Estado de “colonialismo endógeno”.⁹⁷

95 Jornal Pessoal. “Uma década em vôo cego”, ano III, n 63, 1ª quinzena de junho de 1990, pp. 11.

96 Idem, pp. 11-12.

97 PINTO, Lúcio Flávio. Amazônia: tem futuro o futuro?. In: FORLINE, Louis Carlos, MURRIETA, Rui Sérgio Serini e VIEIRA, Ima Célia Guimarães (org). **Amazônia além dos 500 anos**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005, p. 459. (grifo do autor)

Não obstante sua crítica, não pretende que ao sair, o público tenha a intenção de “*proclamar a independência*, da qual serei o vice-rei [risos...]”. A intenção é “pelo menos para efeito político”, haja vista ser necessário “negar isso”. A Federação brasileira “não nos interessa como um sistema jurídico, porque ela mantém um sistema de dominação dentro do qual não tem história para nós”.⁹⁸ Sem comportar sua formação histórica, pressuposto da singularidade regional, o todo da Nação cerceia a Amazônia, portanto, *negar* o Brasil é uma estratégia de viver com dignidade e fazer a sua própria história.

Parte desse mesmo trecho acima foi reelaborado na matéria *Amazônia que mudou quatro décadas depois*, onde afirmou que o distanciamento dos demais integrantes da Nação não consistia somente no aspecto físico, mas a indiferença seria recíproca, porque “o Estado nacional nada nos diz”. A Amazônia integra uma federação que é “unida por uma abstração, a língua nacional”. Contudo, “esse Estado nacional, não tem nada para nos dizer, nem nós a ele”. Nessa recíproca indiferença, o resultado da distância, é que “Ele não é permeável a nós, não nos expressa, não nos representa. Ele se impõe a nós coercitivamente, de cima para baixo”.⁹⁹

A incisiva e fulminante crítica ao poder federal ultrapassou e redimensionou as digressões formuladas anteriormente pelos intelectuais e regionalistas amazônicos. Lúcio Flávio Pinto não só continuou, mas conseguiu aliar seu acompanhamento cotidiano dos fatos como jornalista na relação com o passado, fundamentado em pesquisa empírica, ávida leitura e a incessante tentativa reescrever a história da Amazônia, inclusive, com a ambição de escrever os seus próximos enredos.

De Feijó, que determinou o massacre dos revoltosos cabanos, passando pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o sentido do poder brasileiro permaneceu, não só porque mantém uma relação de colonização, mas devido não representar a história amazônica. A continuidade desse projeto deu-se durante o governo FHC, através do *Amazônia 21* e o *Avança Brasil*, que não representam nenhuma inovação, pois “não há um capítulo amazônico nesse prospecto nacional. A Amazônia continua (ou voltou) a ser definida como resíduo, como aquela peça do quebra-cabeça que falta quando o restante do conjunto já foi formado”. Em vista dessa constatação, “temos que partir para uma agenda endogenamente amazônica”, com a definição da parte regional e convocar o mundo para essa inserção, a fim de impedir o “cenário de pilhagem”.¹⁰⁰

98 Idem.

99 Jornal Pessoal. “Amazônia que mudou quatro décadas depois”, op, cit, p. 05.

100 Idem. “A mudança: contra nós?”, ano XIII, no 227, 2ª quinzena de janeiro 2000, pp. 01-02.

Em um dos projetos de FHC estava a fusão da Sudam e o Basa, no propósito de criar uma nova agência de desenvolvimento. Mesmo quando o projeto tendia a ser benéfico, o processo histórico depunha contra: “as coisas boas para o poder central não costumam coincidir com o interesse da maior (e menos autônoma) região do país”. Ainda que passasse por um processo de desenvolvimento, a Amazônia continua a ser “a prima pobre do Brasil, abaixo das médias nacionais” na aferição desse projeto econômico.¹⁰¹

Embora não partilhasse do mesmo posicionamento de determinados intelectuais e lideranças regionalistas no uso da estratégia do enjeitamento, Lúcio, vez por outra, também incorria nessa utilização paternalista, a começar pelo título do clássico artigo de 1986, *Estado Nacional, padrasto da Amazônia*. Na presente narrativa, a afirmação de “prima pobre”, corrobora com tal inserção, sobretudo quando analisava os índices sociais que resultaram do projeto de intervenção estatal. As diferenciações nas abordagens anteriores, entre outras evidências, estavam na interpretação social dos acontecimentos históricos, fundamentados em pesquisas científicas e ampla documentação adquirida na intensa trajetória no *front* amazônico.

Nessa contínua cobertura, calcada na história, registrou que através do PAS (Plano Amazônia Sustentável), lançado pelo governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, em abril de 2003, foi divulgado o investimento na Amazônia nas últimas quatro décadas, que seria em torno de US\$ 6 bilhões por ano. Lúcio informou que em qualquer região do planeta, haveria desenvolvimento, destacou o exemplo de uma obra pública no valor de US\$ 10 bilhões, “sem que a região onde essa obra se encontra se desenvolva”. Por não ter acontecido, a conclusão mais plausível, consistia na inexistência de “vida inteligente nesse lugar, não há vontade nesse lugar, esse lugar é destituído de gente e de história”. A divulgação desses números e a possível avaliação negativa foram acompanhadas com uma diferente interpretação.

A digressão retomou fatos reveladores do caráter do projeto implantado. Durante 20 anos de empreendimento, não houve a devolução do subsídio de energia, traduzida no desenvolvimento regional. A obra citada, no caso, a hidrelétrica de Tucuruí estava orçada em US\$ 2 bilhões, mas foi concluída por aquele montante. A indignação fez o jornalista confirmar que “isso é um atestado de impotência da Amazônia”. Parte também dessa impotência é dos que participaram do processo, os quais poderiam perceber e transformar a realidade. A impotência também é do Estado nacional e da unidade do poder público que tinha poder de decisão.

101 Idem.

Baseado nesses fatores teve “a convicção de que não existe Estado Nacional no Brasil”, onde a forma federativa é a “moldura da falência da Amazônia”. Nesta organização jurídica, “jamais vai permitir” desfazer a realidade dos efeitos do processo de desenvolvimento da Amazônia, geradora, “por perversidade inevitável, o subdesenvolvimento da região”. Tais resultados contradizem o “enunciado do modelo, de todos os modelos, formulados desde 1953”, provavelmente o autor quis se reportar ao ano de criação da SPVEA, considerado um “marco” do originário planejamento regional brasileiro, com influência até na atualidade.¹⁰² A atualidade sugerida traduzia-se no PAS do governo Lula, por não trazer muitas novidades comparadas com a essência dos planos anteriores. A Amazônia permanecia, assim, uma região subdesenvolvida e colonizada.

As ações do governo Lula voltaram a ser alvo de sua análise. Logo no início de seu primeiro mandato, o presidente Lula era representado de modo angelical, mas a essência predatória já estava sinalizada. Vestido de anjo, Lula indicava com uma espada em forma de tocha a direção para cinco pessoas que empunhavam motosserras. Na reportagem “A marca de Lula”, o jornalista anunciou que o novo presidente “reacendeu as esperanças” para corrigir os erros no modelo de ocupação da Amazônia. Diferente dos governos anteriores através da destruição florestal, Lula teria prometido aos governadores nortistas priorizar a floresta como meio de desenvolvimento. Lúcio, contudo, questionava se a mudança era pra valer. A própria charge já indicava a descrença da alteração predatória.¹⁰³ Quase no crepúsculo do segundo mandato de Lula, a certeza que seus prognósticos não estavam infundados, seja na representação de soldado romano, seja na túnica angelical. O Estado federal não mudava quando o assunto era a Amazônia.

102 PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia: perda no rumo da história*, op. cit, p. 17.

103 *Jornal Pessoal*, ano XVI, nº 302, 2ª quinzena de maio de 2003, pp. 01-03.



Imagem: 20

Fonte: Jornal Pessoal, ano XVI, nº 302, 2ª quinzena de maio de 2003. Apesar da promessa do novo presidente de alterar o modelo de desenvolvimento da Amazônia, não havia expectativa real de mudança. O anjo Lula, numa provável alusão a sua enorme popularidade quando assumiu a presidência da República, indicava com fogo a queima e a destruição da floresta.

Seis anos depois, a motivação surgiu quando o governo federal decidiu regularizar a situação fundiária na região. Com o destaque para uma charge, na qual representa o presidente Lula vestido com a indumentária de um soldado romano empunhando uma motosserra, corroborava com a essência da matéria. O cenário demonstra uma parte da floresta já devastada, mas com olhar impiedoso, o soldado já mira o restante a ser derrubada. Atrás do Lula-romano encontram-se supostos coletores de impostos com os cofres repletos de moedas.

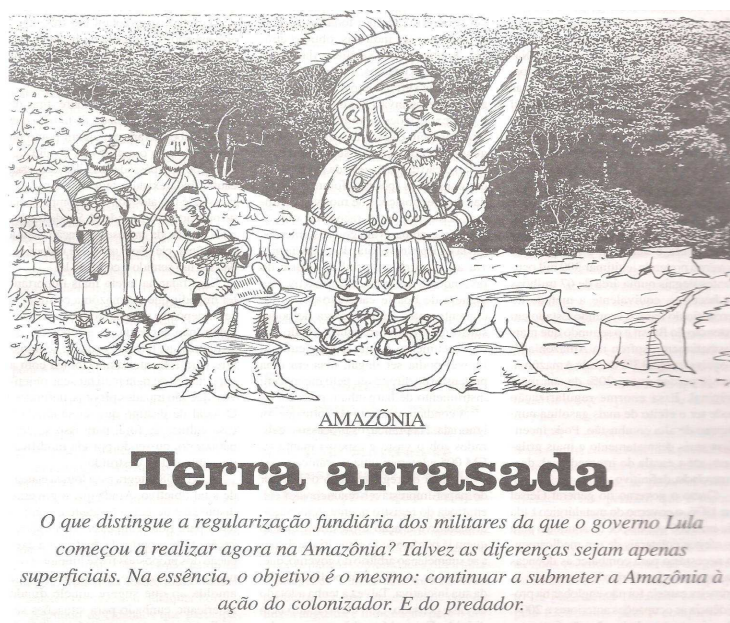


Imagem: 21

Fonte: Jornal Pessoal, ano XXII, nº 447, 2ª quinzena de agosto de 2009. Armado com motosserra, depois de arrasar uma parte da floresta, o colonizador e destruidor romano Lula mira impiedosamente a floresta a ser derrubada, sob a supervisão de gananciosos coletores de impostos. Não havia *pax romana* para a Amazônia.

A chamada da reportagem de capa indica o teor de sua interpretação ao questionar a distinção da regularização fundiária promovida pelos militares da que o governo Lula começou a implementar. “Talvez as diferenças sejam apenas superficiais. Na essência, o objetivo é o mesmo: continuar a submeter a Amazônia à ação do colonizador. E do predador”. No decorrer da narrativa o jornalista salientou a proximidade das medidas “mais de três décadas depois”, numa tentativa de legalizar a grilagem, as queimadas, a ocupação desordenada. A ação revelava a pretensão: “Novamente por um ato de império, agindo de cima para baixo e de fora para dentro, presumindo-se iluminado pelo saber e a boa intenção, o governo federal se move como há trinta anos”. A ligação dos governantes, que parecia impensável, é sugerida: “Se à frente dessa investida está o general Geisel ou o metalúrgico Lula, pouco importa”, eles são muito parecidos.¹⁰⁴

A comparação parecia esdrúxula. Mas o histórico na relação do *todo* federativo com a *parte* regional respaldava sua análise: a descrença nos governantes de Brasília chegava ao ápice de não diferenciar um ditador de um dirigente político de origem popular em plena democracia. Seja quem fosse o presidente do Brasil, a Amazônia seria imolada!

Nessa relação presente e passado, aproveita para emendar outra comparação histórica: “À Amazônia está destinado um destino semelhante, na essência, mesmo que as aparências se

¹⁰⁴ Jornal Pessoal. “Terra arrasada”, ano XXII, nº 447, 2ª quinzena de agosto de 2009, pp. 01-02.

diferenciem, ao de Cartago. Só que, neste caso, os romanos estão em casa e falam a mesma língua”.¹⁰⁵ Reiterada em outra ocasião, a metáfora com Cartago busca representar a nova destruição histórica, porém com a diferença que era desencadeada pelo próprio Brasil: delenda Amazônia!. Falar a *mesma língua* do Brasil, equivalia a ter proximidade com o inimigo, uma metáfora também já utilizada em outros escritos. Explicava-se dessa maneira para o leitor o motivo da caricatura de Lula, o romano destruidor florestal, que deixava um rastro de *terra arrasada* na Amazônia. Do Lula angelical ao romano destruidor, a Amazônia estava em perigo!

Da condenação da geopolítica do Estado-Nação, identificada em Feijó, Geisel, Sarney, FHC ou Lula, à missiva do professor carioca, a reprovação do desconhecimento brasileiro sobre a região integrava o projeto de manutenção dos interesses amazônicos, que não coincidia com o sentimento nacional. Do mesmo modo, seria do início da colonização ao último governante brasileiro, a situação era inalterada.

O estilo de fazer imprensa de Lúcio Flávio Pinto, sem contemporizar com ações prejudiciais ao projeto Amazônia, pessoalmente, resultou num pagamento oneroso. Após romper com a grande imprensa, além de perder a logística que lhe possibilitava estar no *front* das notícias, foi alvejado por inúmeros processos judiciais, todos amparados na Lei de Imprensa, originária do regime militar. Era a forma encontrada por seus adversários para silenciá-lo. Afinal, o polemista, a partir de sua trincheira recuada para o minúsculo *Jornal Pessoal*, conseguia, dentro dos limites impostos pela circunstância, desestabilizar os poderes mais próximos de sua linha de combate. A missão, contudo, não demonstrava o êxito almejado, sobretudo na materialização de alternativa diferente para a Amazônia.

Geopolítica nacional *versus* Ciência regional: a vitória da tragédia colonial

A lamentável situação não podia ser creditada somente à frustração pessoal, mas direcionada à impossibilidade de vingar o projeto defendido. Embora fragilizado, o jornalista não podia recuar do *front*. Contestar uma das principais armas do colonizador Estado nacional integrava sua estratégia de combate. Nada mais condizente com a opção de luta do que refutar

¹⁰⁵ Idem.

uma das principais armas do adversário: a ideológica *cobiça* internacional, um “espectro” que “ronda a Amazônia”, diretamente envolvido em seu controle externo.¹⁰⁶

O jornalista paraense reconheceu que a força dessa interpretação deveu-se muito ao momento em que foi forjada pelo historiador amazonense Arthur Cezar Ferreira Reis, catapultada à “matriz do pensamento geopolítico na região”¹⁰⁷, em especial durante o regime autoritário militar, o qual serviu. O livro, porém, “já nasceu na esquina da história, num viés”. A clássica produção “visava o escudeiro, esquecendo o cavaleiro, que passou incólome”.¹⁰⁸ A metáfora conclamava à inadiável reflexão.

De acordo com a interpretação de Lúcio, a incessante apreensão do espectro estrangeiro era “mera retórica”, apontando um paradoxo: “o governo que escancarou as fronteiras amazônicas à penetração do capital, para ‘integrar e não entregar’, foi justamente quem colocou a região em seu maior grau de internacionalização”.¹⁰⁹ Nesse desarmônico processo de integração ao Brasil, a realidade regional não foi considerada em suas particularidades. Para legitimar sua ação, o Estado autoritário forjou a tese do “vazio demográfico”, porque as árvores e índios não garantiriam a “soberania (primeiro) e a segurança (em seguida) nacionais”. Do mesmo modo em relação à geopolítica, uma “madrasta ideológica”, que imaginou a “sempiterna” cobiça internacional, a fim de preparar o aparelho de Estado contra a ameaça imperialista, mas deixou a porta escancarada aos grupos privados. No lugar de selva, rios, animais, índios, caboclos, tais realidades foram transformadas pelo capital, que desconsiderava a moldura do “mundo amazônico”.¹¹⁰

A questão geopolítica militar é de longa data. A presença e o interesse estrangeiro na Amazônia conferida através dos Acordos de Washington, em 1942, impulsionou a Batalha da Borracha, já despertavam a preocupação militar. Posteriormente, foi reforçada através do temor proporcionado pelo Instituto Internacional da Hiléia, que pretendia orientar as pesquisas, mobilizar os recursos necessários, além de centralizar as informações, difundindo entre os nove países com territórios na Amazônia latino-americana. Movido por essa preocupação, o governo brasileiro desistiu de integrar o Instituto, em 1952.

A ameaça continuou com a pretensão do Instituto Hudson, de Nova York, em 1964, através do projeto dos Grandes Lagos, de realizar a ligação entre as bacias do norte e do sul do continente sul-americano, construindo várias hidrelétricas ao longo do curso do rio Amazonas. A

¹⁰⁶ Jornal Pessoal. “Um tema de exorcistas”, ano III, nº 63, 1ª quinzena de junho de 1990, p. 02.

¹⁰⁷ Agenda Amazônica. “A ciência estrangeira apenas serve como arma do capital?”, op. cit, p. 02.

¹⁰⁸ PINTO, Lúcio Flávio. “Perigos concretos”. **O Liberal**, 11.04.1979, p. 06.

¹⁰⁹ Jornal Pessoal. “Um tema de exorcistas”, op. cit.

¹¹⁰ Jornal Pessoal. “O decálogo da Amazônia”, op, cit, p. 18.

estratégia utilizada para se contrapor às supostas ameaças foi desencadeada através do Programa de Integração Nacional, fundamentado no lema “integrar para não entregar”. Se a ameaça vinha dos rios, a solução viria com as rodovias. Para concretizá-la, intensificou-se a ligação rodoviária, destacada pela Transamazônica, no início dos anos de 1970, que reforçou a ocupação humana e integração territorial, principiada pela Belém-Brasília, na década de 1960.

A refutação de Lúcio Flávio Pinto não poderia ser mais incisiva, decorrente sua total repulsa ao modelo de modernização empreendido nesse período. A “ocupação da Amazônia”, denominação sempre utilizada com forte sentido negativo, abria um leque de contradições na política dos militares. Se realmente efetivou a integração nacional e manteve afastada da invasão imperialista, “não imunizou-a contra a apropriação de alguns dos seus principais recursos naturais por multinacionais, tudo dentro da lei”. Na lei não havia barreiras para a internacionalização através do capital.¹¹¹

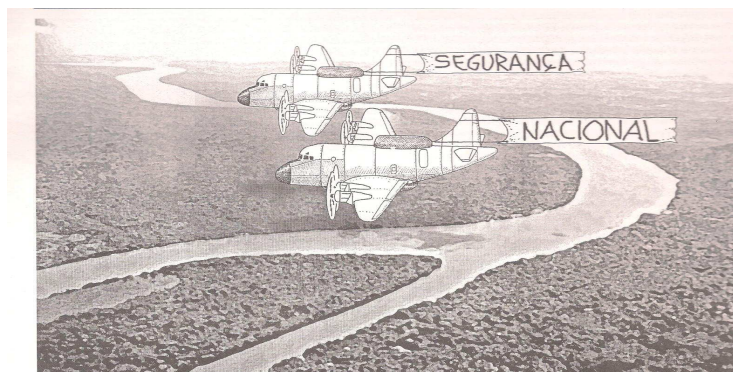
O problema ampliava sua gravidade, devido não ficar restrito ao passado. Ainda sob os efeitos da Doutrina de Segurança Nacional, os males do projeto autoritário implantado pelos governos militares são residuais. Com o retorno da democracia em 1985, paradoxalmente, a Amazônia permaneceu sob a vigilância federal, primeiro, com a criação do Projeto Calha Norte, em 1985, posteriormente, com o projeto SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), em 2002, ampliou esse controle, atrelados ao SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia). Em decorrência dessa circunstância geopolítica, na região, “a democracia ficaria para outra oportunidade”.¹¹² No descompasso dos tempos, a questão mereceu inserir outros elementos intrínsecos aos fatos para o melhor fundamentar o entendimento.

Ao refletir acerca do SIVAM, Lúcio destacou os disparates: “O Brasil voltou à democracia em 1985. A Amazônia, não”, no qual reconheceu a atuação do governo na região ainda influenciada por questões geopolíticas, típicas dos “anos de chumbo”. O que era mais esdrúxula, a ótica militar se arvorava como iniciativa científica. “É a melhor maneira de adotar a complexa questão amazônica?”¹¹³ O questionamento dessa estratégia consumiu boa parte de sua digressão histórica contra a política federal na região. Para sua indignação, a ciência, tão necessária para modificar o modelo de ocupação regional, foi preterida em relação à ideológica posição geopolítica, fundamento do interesse nacional.

¹¹¹ Agenda Amazônica. “A ciência estrangeira apenas serve como arma do capital?”, ano I, nº 01, setembro de 1999, pp. 01-03.

¹¹² PINTO, Lúcio Flávio. **Internacionalização da Amazônia** (sete reflexões e alguns apontamentos inconvenientes). Edição Jornal Pessoal, Belém, 2002, p. 35.

¹¹³ Agenda Amazônica. “Sivam. A ciência e a geopolítica”, ano II, nº 20, abril de 2001, capa.



SIVAM

A ciência e a geopolítica

O Brasil voltou à democracia em 1985. A Amazônia, não. A ação do governo na região ainda se orienta pela doutrina de segurança nacional, um produto típico dos "anos de chumbo". Tudo é visto pela ótica militar, inclusive um projeto como o Sivam, apresentado como se fosse iniciativa científica. É a melhor maneira de abordar a complexa questão amazônica?

Imagem: 22

Fonte: Agenda Amazônica, ano II, nº 20, abril de 2001. Em torno da efetivação do Sivam, a questão entre a ciência e a geopolítica, representada pela segurança nacional no espaço aéreo amazônico, emerge, sobretudo porque o sistema de vigilância da Amazônia se apresentava com o caráter científico. A ciência, novamente, foi preterida pela predominância geopolítica.

Incompatível com a emergência de novos tempos, a protegida região continuaria tutelada, como carente da assistência paterna. A *filha*, antes *enfeitada*, agora recebia toda a atenção do *pai* Brasil. Mas isso tinha um alto preço a quitar: o retardamento da democracia. E a própria proteção desvelava os seus limites, por interessar diretamente a geopolítica brasileira. A ciência, a mais apropriada aliada, desvirtuava-se no formato da utilização militarizada, um mal que não só retardou a democracia, mas a efetivação científica e tecnológica.

A preservação ecológica, tão premente no final da década de 1980, esteve ligada com o temor da internacionalização. A preocupação geopolítica substituiu a árvore pelo colono e o seu mundo. O Estado federal preocupou-se com o estrangeiro, mas seus projetos de ocupação foram danosos à região. Para Lúcio, a “Amazônia tem tudo para dispensar a ajuda desse governo central que a devasta. Sem ele, não teria tantas transformações. Mas não estaria tão saqueada”. Dispensável, a geopolítica sustentava-se numa “relação paradoxal” estabelecida através da aliança entre o poder central e as multinacionais.¹¹⁴

Durante esse intercâmbio, “não houve nenhum xenofobismo, nenhum preconceito, nenhuma suscetibilidade de soberania nacional”. As baterias geopolíticas não estavam voltadas

¹¹⁴ Jornal Pessoal. “Ponto de equilíbrio”, ano II, nº 34, 2ª quinzena de janeiro de 1989, pp. 06-07.

contra o capital. “O capital é bem-vindo. A ciência, quando não lhe é acompanhante, não. Quando independente, ela vira arma do colonialismo, instrumento de soturnos interesses, imperialista”. Nesse cabo de força entre a geopolítica e a ciência na Amazônia, parecia que o saber científico estava em desvantagem. O remédio ministrado para curar os males era a amarga vigilância militar. O jornalista protestava ao retrucar que a “questão amazônica é, antes de tudo, um problema dos que moram na Amazônia”. Era um recado dirigido aos interesses do poder central que “incensa os charmosos enviados do capital e anatematiza os emissários da ciência que não rezam na mesma cartilha”, repetindo, de forma invertida, essa “atitude colonial”.¹¹⁵

A questão é retomada na edição seguinte. Numa *defesa de faz-de-conta* contra a ameaça estrangeira, após desistir do Instituto Hiléia Internacional, o governo criou o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA, sediado em Manaus, numa satisfação aos interesses nacionalistas fundamentada na soberania brasileira na região. Contudo, na prática o projeto Radam (Radar da Amazônia), na década de 1970, atendeu aos interesses internacionais, sem que a geopolítica militar desencadeasse qualquer reação à penetração do capital, pelo contrário, foram receptivos. Investido com a insígnia de “sede da capatazia”, o governo de Brasília, “serviu de gerdame, capitão do mato, banqueiro, avalista e parceiro de tudo o que se fez nesse período na Amazônia”, resultando na contaminação dos rios pelo mercúrio, elevação da destruição florestal, marginalidade, delinqüência e degradação humana, nunca vista em outras épocas na região.¹¹⁶

Para o jornalista, o governo montou algumas “bombas sociais e ecológicas”, pois estava mais preocupado com os dividendos em “dólar”. Acrescentou, baseado nesse sentido, que em nenhum outro lugar “o autoritarismo e a centralização de poder foram mais acentuados” do que na Amazônia. O processo histórico é revelador:

Os amazônidas viram seu território, mantido como nacional durante os séculos em que a dominação foi metropolitana e as décadas em que o Império esqueceu-se de que havia também aqui concidadãos, ser ocupado por novos senhores, que com gente nativa mantinham apenas a ligação da mesma língua. Raras regiões de um mesmo país (se existe outras) foram submetidas a um processo tão tirânico quanto o que têm sofrido os amazônidas enquanto agentes passivos da ‘integração’ comandada de Sul para Norte.¹¹⁷

Assentada numa histórica submissão autoritária pelo Estado brasileiro, a região encontrava-se no final do século XX integrada, mas à custa de sua identidade. A pretensão do presidente Sarney em defender a Amazônia da cobiça dos estrangeiros era inócua. A história depunha contra, porque não recorda “a vez em que Brasília ouviu a voz dos amazônidas”. Ao se

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Jornal Pessoal. “Defesa de faz-de-conta”, ano II, n 35, 1ª quinzena de fevereiro de 1989, pp. 01-03.

¹¹⁷ Idem, p. 03.

deparar com opinião divergente, não se convenceu que os moradores do lugar têm o “direito de decidir sobre seu destino”, de acordo com a autonomia oferecida pelo “princípio federativo”. Utilizar o mecanismo de poder existente para melhor combatê-lo, convergia nas estratégias.

Convicto dessa necessidade autônoma, um meio de sobrevivência, sugeriu que antes de falar em nome da região, o presidente deveria “renovar a delegação, que, aliás, nunca lhe foi conferida”. Parecendo uma ação contraditória, o governo pretende “defender uma Amazônia que ele próprio faz destruir”. Numa atitude de intelectual atribuído de uma missão defensora, encerrou: “Se alguém tem que falar nesta discussão somos nós – e já não é sem tempo”.¹¹⁸ Instigar a mobilização contestadora da população num contexto de fraqueza do governo Sarney, principiada pelo próprio enfraquecimento dos alicerces da soberania nacional, reforçava a conveniência da luta a ser travada, mas sem postergar sua imprescindível detonação.

Longe de homogeneizar as críticas ao Estado Nacional, Lúcio personalizava o representante do poder federal, para melhor situá-lo e alvejá-lo no campo de combate. Assim, desmontaria seus projetos e argumentos, no contexto do ocaso e desprestígio do governo José Sarney, considerado um dos mais *mediocres* da história republicana. Passada a extrema centralização autoritária do regime militar, embora com resíduos geopolíticos, o momento era o mais conveniente para reivindicar um tratamento mais equânime.

A valorização e a integração, seguindo o modelo de desenvolvimento adotado, significaram que a Amazônia foi “africanizada”, o que representava a emergência de sua pobreza. A condição colonial é imposta pelo poder central, como exercício discricionário de seu planejamento, traçando o destino de ser “um almoxarifado, uma fonte de saque e um destinatário do lixo, um ‘locus’ onde o grande capital e o governo acertam suas contas”.¹¹⁹ Afirmativa sinalizadora da íntima relação entre os interesses do poder de Brasília e os grupos econômicos na exploração regional. A grave acusação desnudava as intenções do Estado federal na região. Embora divulgasse a estratégica preocupação de defesa territorial.

Conforme um acontecimento mais recuado no tempo, várias vezes explorado em seus escritos, o polemista colocou em xeque a ideologia do temor da internacionalização, quando a Inglaterra recusou a oferta do regente Feijó para massacrar os cabanos, porque preferia explorar a região “através do governo brasileiro”. O episódio tinha grande importância, haja vista estar em “todos os componentes da história amazônica posterior”. Ao longo do tempo, o Estado Nacional sempre afirmou que “defende” e é o “intérprete” da Amazônia, diferentemente dos estrangeiros,

118 Idem.

119 PINTO, Lúcio Flávio. “Estado Nacional...”, op, cit, p. 07.

que são apontados como os “cobiçadores” dos recursos regionais. No entanto, é “uma convivência, tácita, implícita ou ostensiva entre ambos para realizar um objetivo comum: tirar proveito da região”.¹²⁰ Os episódios mais recentes corroboravam com a assertiva.

De modo explícito, a grave acusação desvelava a trama urdida contra a desprotegida região, devido não poder contar nem com o amparo do Estado federal, suspeito de facilitar e intermediar a exploração pelo capital internacional, a exemplo do projeto Jarí, do norte-americano Daniel Ludwig. O magnata angariou todo o apoio durante a instalação do mega projeto na floresta, referendado pelos altos escalões do regime militar, ironicamente, quando deslanchava a ideologia da Doutrina de Segurança Nacional.¹²¹

Até aqui, em vários momentos de sua escrita, o polemista registrou a articulação entre o Estado brasileiro e os grupos econômicos internacionais em se banquetear com as riquezas servidas na região. Mais um argumento para desnudar o papel do Brasil como representante, além de intérprete e protetor da Amazônia. A relação era mais de ocupação e, conseqüente, colonização, do que integração compartilhada. Subscrita pelo poder central, o tema da internacionalização revelava mais uma farsa que necessitava ser denunciada o quanto antes para impedir o contínuo prejuízo aos interesses amazônicos. Por não se enquadrar com o projeto hegemônico nacional, demonstrava a indiferença com a sorte amazônica.

Havia a preocupação, no sentido indicado, com os supostos inimigos estrangeiros, contudo, facilitou a entrada dos *cavalos de tróia* disfarçados de grandes projetos, os grandes vilões e os maiores responsáveis pela manutenção colonial. Baseado nessas intervenções, formulou o questionamento se a alternativa nacional, como resposta anti-internacionalização, seria a mais apropriada do que a alegada ameaça estrangeira. “Havia mesmo uma efetiva intenção de usurpação territorial?”, duvidou dessa verdade instituída pelas autoridades brasileiras. Em relação aos benefícios para a população regional, garantiu-se “uma relação equilibrada com a comunidade nacional?”.¹²² Questões paralelas que elevavam o grau de discordância com o poder central ao apontar os prejuízos causados à Amazônia, caso permanesse submetida à ideologia nacionalista.

Ao colocar em xeque a validade da opção brasileira para a Amazônia, Lúcio partia dos problemas sociais enfrentados pelos moradores em decorrência desse atrelamento. Pouco importava a validade do sentimento de identidade nacional. Narrativa e questionamento similares

120 PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia: perda no rumo da história*, op. cit, p. 18.

121 Sobre o projeto Jari, ver produção originada de uma intensa pesquisa, inclusive, realizada nos Estados Unidos, em 1983, ver: PINTO, Lúcio Flávio. **Jari. Toda a verdade sobre o projeto de Ludwig**. As relações entre Estado e multinacionais na Amazônia. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1986.

122 Agenda Amazônica. “A ciência estrangeira apenas serve como arma do capital?”, op. cit. 02.

ocorreram no ano seguinte, quando destacou que os amazônicos ainda integram plenamente o território nacional e a cidadania brasileira. “Mas estamos mais ricos? Conseguimos diminuir a distância que cada vez mais nos separa dos brasileiros mais ricos? Temos o domínio de nossa vontade (ou, por outra, temos vontade)?”.¹²³ Indagações que iam ao cerne das questões sociais e regionais que tanto lhe inquietaram ao longo de sua produção. Sinalizava, ainda, para a permanência da dominação colonial, especialmente por inexistir uma vontade própria: situação típica de sociedade culturalmente colonizada.

Convencido da discrepância de projetos entre a Amazônia e o Brasil, o jornalista propunha a necessidade de “descobrir” uma maneira de a região fazer “parte do mundo”, mas que a inserção fosse “mais favorável”, portanto, que “não seja colonialista, na relação com o mundo e no relacionamento com as regiões líderes do próprio país”.¹²⁴ Nem internacionalização, muito menos nacionalização, a região precisava globalizar-se, desprender-se da prisão geopolítica, contudo, sem os prejuízos da forma colonizada como sempre foi tratada pelo capital estrangeiro, em especial, pela parte hegemônica do Brasil.

Devido ao fluxo de capital ser predador e prejudicial à região, a alternativa encontrada para desfazer a armadilha estava em outro tipo de fluxo: de “conhecimento e informação”. A Amazônia precisava ampliar o diálogo com o “mundo”, assim garantiria melhores condições visando impedir que se tornasse “mais uma região colonial do planeta”.¹²⁵ O jornalista partia do pressuposto que a experiência na relação interna não podia espelhar o novo intercâmbio com o estrangeiro. A paridade tinha que prevalecer. E essa equidade só seria possível com a utilização do saber científico, único meio de dialogar com o *mundo* de maneira não subserviente.

123 Idem, “Ainda há esperança para a Amazônia?”, ano II, no 16, dezembro de 2000, p. 04.

124 Idem, “A ciência estrangeira apenas serve como arma do capital?”, op, cit, pp. 03-04.

125 Idem.

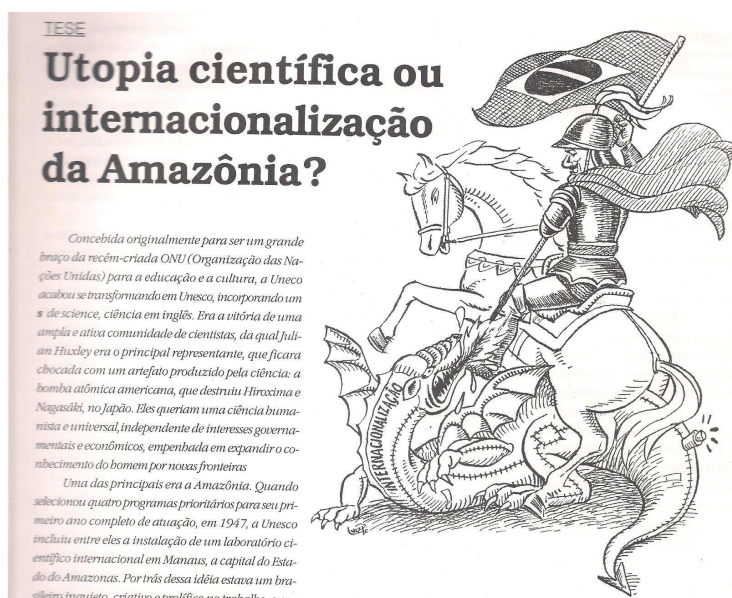


Imagem: 23

Fonte: Agenda Amazônica, ano II, nº 19, março de 2001. O são Jorge guerreiro nacionalista brasileiro, montado em seu imponente cavalo, ataca o forjado dragão da internacionalização. A imagem tenta descaracterizar a geopolítica nacional e valorizar a importância da utopia científica como instrumento de desenvolvimento e luta anticolonial da Amazônia.

Envolto no *dilema: internacionalizar ou nacionalizar?*, conforme a matéria de março de 2005, a Amazônia foi alvo de nova polêmica após a proposta do francês Pascal Lamy, ex-comissário de comércio da União Européia e aspirante ao posto de diretor da Organização Mundial do Comércio (OMC), que defendeu a inclusão da Amazônia como bem público, portanto, sujeito às “regras de gestão coletiva”. A sugestão abria uma nova fissura na geopolítica. Lúcio argumentou que para isso se concretizasse seria anulada a soberania do Brasil sobre a Amazônia, proposta “completamente fora de cogitação” pelos brasileiros, especialmente os militares, pois não renunciariam ao direito histórico sobre sua maior fronteira de recursos naturais.

Caso a sugestão fosse adiante, seria através de ocupação militar, apesar de ser uma perspectiva “tosca e irreal”. A afirmação de Lúcio, evidentemente, divergia da principal ameaça forjada pela ideologia das forças armadas. A humanidade do século XXI já possui outros “bens públicos” como a atmosfera e a Antártida. O objetivo era gerar conhecimento científico, a exemplo da Amazônia, que reunia todas as condições favoráveis para tornar-se uma fronteira da

ciência.¹²⁶ De fronteira da ilusória modernização à fronteira científica, esta última, ganhava sua subscrição, moldada pela perspectiva promissora de encontrar a saída do labirinto colonial.

A preocupação com a preservação da biodiversidade amazônica movia a proposta do francês. A destruição era responsabilidade do governo brasileiro, que avalizou o processo de ocupação, além dos governos estaduais e municipais, empresários nacionais e estrangeiros. A ação destrutiva também integrou a demanda do mercado internacional, sem que houvesse o processo de conhecimento de sua biodiversidade. “A internacionalização da Amazônia que já existe é a do capital”, destacou, que além de ser predatória, ainda lucra com a comercialização dos bens naturais.

Em meio à internacionalização, contudo, nem todas são nocivas, pois existe uma proposta estrangeira adequada: a que predomine a ciência. A ciência contribuiria para “ver a realidade”, compreender seu “enredo”, dominando seus “processos”, a fim de serem aplicados em “nosso favor”. A *internacionalização*, nesse caso, tinha sua face salutar. Nessa proposição, acrescentou que a Amazônia devia abrigar os melhores cientistas do mundo, todos subordinados a um “programa nacional e regional”, controlados por brasileiros.¹²⁷

Existia, contudo, uma incoerência na retórica nacionalista. O Brasil, além de não conhecer a região, aplicava menos de 1% do investimento nacional de ciência e tecnologia. Se no passado os militares utilizaram o slogan “integrar para não entregar”, no presente, a frase significa “destruir para não entregar”. O resultado disso, é que a região “continua plenamente nacional. Mas cada vez menos Amazônia”. A condição de ser brasileira “até pode lhe servir de epitáfio glorioso, mas nunca de salvação”.¹²⁸ *Salvar* a Amazônia da iminente destruição, eis um dos maiores desejos do jornalista ao longo de sua batalha no *front*, nem que para isso, desfizesse os laços umbilicais com o Brasil. A possibilidade, entretanto, estava cada vez mais difícil. A razão apontava que não havia como escapar da tragédia anunciada.

Mas *sonhar* era *preciso*, conforme a sugestão de sua matéria. O diálogo mais equânime viria com o conhecimento científico, uma estratégia de se “antecipar ao colonizador” a fim de escolher o que é “melhor” para a Amazônia. O desenvolvimento do saber científico era a opção mais viável para alterar os rumos do desenvolvimento proporcionado pelo capital, que falhara no propósito de melhoria social. Se em 1946 foi criado um aditivo constitucional que possibilitou mecanismos para a “grande saga de conquista”, gerador de desmatamentos, hidrelétricas, estradas,

¹²⁶ PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia Sangrada (De FHC e Lula)**. Belém: Edição do Autor, dezembro de 2008, pp. 65-66.

¹²⁷ Idem, pp. 66-67.

¹²⁸ Idem.

idades, minas, garimpos, serrarias, conflitos fundiários, trabalho escravo, agora era a vez de gerar uma agência com “a missão de colocar a ciência na frente – e dentro – de todas essas realidades”, que fizesse da Amazônia “um projeto de ciência”, com integração do melhor conhecimento com a realidade regional.¹²⁹ A reflexão tinha razão de ser para o contexto vivido pelo jornalista, sendo formulada no período da 59ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Belém, julho de 2007, na qual Lúcio Flávio Pinto foi agraciado com uma homenagem especial.

Defensor do conhecimento científico como instrumento a ser utilizado na Amazônia, Lúcio reconheceu que o saber está implicado com relações de poder, fundamento para a formulação de um projeto regional que possibilitasse continuar sendo Amazônia. Saber que seria o armamento mais eficaz na luta para a libertação do jugo colonial, em especial numa sociedade marcada pelos efeitos do poder dominante que são externos à região, sustentados em sua verdade.¹³⁰ A verdade, nesse sentido, era a do colonizador, como tantas vezes denunciou, propondo a verdade amazônica calcada no seu modo de vida, bastante ameaçada nos últimos anos da política desenvolvimentista. A convocação dos intelectuais para a luta anticolonial era imprescindível:

Se há uma especificidade amazônica, se a Amazônia não é uma indistinta parte dos trópicos úmidos, como de fato não é, então é possível que aqueles que Antônio Gramsci chamou de intelectuais orgânicos, aquela parcela da humanidade encarregada da transmissão do saber independentemente de suas motivações ou serventias, aceitem nossa *expertise* e sirvam de apoio para nossa anticolonial. É claro que o sucesso não se restringe a esse combate intelectual, cultural ou acadêmico. Há o *front* social, político e econômico. Mas o saber é a condição inicial fundamental para a Amazônia.¹³¹

Ainda que em alguns momentos façamos uma interpretação foucaultina de Lúcio Flávio Pinto, o autor possui uma forte influência gramsciana, nitidamente percebida na convocação dos *intelectuais orgânicos*, munidos do *fundamental* saber, para o combate de libertação. A ciência, nessa vertente, envergava-se de outra missão. Em decorrência de o caráter colonial ligar-se à redemocratização incompleta da Amazônia, vivenciada sob o jugo da Doutrina de Segurança Nacional e forjada num clima favorável de teorias conspirativas, o processo de conhecimento e a sabedoria foram atropelados.

A estratégia geopolítica, desse modo, “não é a chave da decifração da Amazônia, nem a sua mais valiosa ferramenta de saber”. O espírito de guerra e o discurso nacionalista não podem servir

129 Jornal Pessoal. “Sonhar é preciso: a nossa Amazônia”, ano XX, nº 395, 1ª quinzena de julho de 2007, p. 05.

130 FOUCAULT, Michel. “Verdade e Poder”, op.cit, pp. 01-14.

131 Agenda Amazônica. “Nosso colonialismo”. Ano I, nº 05, janeiro de 2000, p. 11.

de arma no *front* amazônico, sim, o conhecimento e a razão: “É preciso despojar a Amazônia da vestimenta de guerra que lhe impuseram”. Tal modelo precisava ser combatido para finalizar a “ofensiva de ocupação, na qual o comando é exercido por um dono da verdade, alguém que chega à *jungle* com a tábua dos 10 mandamentos pronta e acabada”, sem admitir recalitrância ou controvérsia, haja vista estabelecer uma “cronologia apressada” pelas afirmações geopolíticas do “senhor da guerra”.¹³²

Na defesa de sua tese, reconhecia a situação perniciosa da militarização imposta à região. Mais uma confirmação de que somente o poder da verdade científica combateria e venceria a guerra ideológica do Estado federal, munido de sua verdade. Não havia escapatória para a Amazônia ao permanecer sob a vigilância geopolítica: significava a continuidade da submissão nacionalista brasileira.

As mais recentes produções não fugiram à crítica ao modelo de soberania nacional na região. A resenha escrita do livro do jornalista norte-americano Larry Rohter, *Deu no New York Times*, reiterou sua tese: **“A sujeição decorre da convicção, no topo da sociedade brasileira e na cúpula do governo nacional, da existência de uma sempiterna cobiça internacional sobre a região”**. Lúcio reconheceu o desejo e a legitimidade do poder nacional, porém, “o problema é que a soberania brasileira tem sido firmada à base da destruição da Amazônia”. Agindo desse modo, o país evita a internacionalização da região, porém “acaba com a Amazônia”. A causa principal do desmatamento na Amazônia não é realização de multinacionais ou ONGs, “mas de brasileiros inescrupulosos”, entre os quais grileiros, madeireiros e pecuaristas. A identificação dos causadores não era novidade: “A principal sede dessa destruição não é Nova York, mas São Paulo”.¹³³ Denunciar os paulistas já integrava o repertório de suas críticas, desde meados da década de 1970, subsidiada, particularmente, durante sua trajetória na academia e na imprensa de São Paulo.

A polêmica não finalizou aí. Com a reprodução na revista eletrônica *Observatório da Imprensa*, sediada em São Paulo, a resenha foi comentada pelo professor Ademário Íris da Silva Júnior, de Niterói (RJ), que recomendou ao jornalista “fazer pesquisa”, porque “o temor da ocupação tem fundamentos históricos e sólidos. Santa ingenuidade achar que um território como esse não desperta cobiça”, referendado no exemplo da proposta de internacionalizar os rios amazônicos no século XIX.

132 Agenda Amazônica. “Internacionalização. No fogo cruzado”, ano II, nº 15, novembro de 2000, pp. 01-03.

133 Jornal Pessoal. “Um repórter estrangeiro e outros estrangeiros na Amazônia: um bem?”, ano XXII, nº 434, 1ª quinzena de fevereiro de 2009, pp. 06-07. (grifo do jornal).

Como marca de seu jornalismo, após o espaço concedido em seu JP, o professor carioca não ficou sem resposta. A abertura é logo fulminante: “Um dos grandes preconceitos brasileiros é considerar inexistir vida inteligente na Amazônia”, por conseguinte, arvorar-se com a pretensão de “nos dar lições a respeito da nossa própria história. Ou, o que é ainda pior, a querer deduzir a Amazônia à distância”. Da repulsa ao suposto preconceito à *distante* interpretação, a análise do leitor configurava-se “Fiel a essa tradição de colonialismo interno”. Refutar qualquer insinuação de inferioridade, desmontar o argumento do oponente e denunciar o permanente *colonialismo* brasileiro, conduziam a resposta do paraense.

Lúcio até reconhecia o interesse em internacionalizá-la naquele momento, todavia, “não com o apetite voraz que a geopolítica (madrasta da compreensão intelectual amazônica) sugere”. Confortado nesses argumentos, concluiu que “um cidadão brasileiro nos remete a um passado que conhecemos bem, esquecendo a realidade”.¹³⁴ O imperativo da consciência do processo histórico regional, tão cobrado da população, integrava sua arma de combate, sendo inadmissível o argumento do distante e neófito leitor carioca. Pretender ensinar à *distância* a história da região, soava de forma descabida para quem passou boa parte de sua experiência profissional num diálogo permanente com a história da Amazônia.

Embora de suma importância, nem todo o conhecimento sobre a região revelava-se válido. Atento à produção que retrata a Amazônia, sobretudo na grande imprensa nacional, o jornalista desferiu severa crítica ao acadêmico Hélio Jaguaribe pela publicação de dois artigos no jornal *Folha de São Paulo*, quando alertou sobre a repetitiva ameaça de internacionalização. Segundo Lúcio, o Brasil é o país com menos investimento em ciência e tecnologia dos países emergentes e desse recurso, o destinado à região “é menos de 1%”, porém, para São Paulo, “que fica com 39%, quer se achar no direito de definir o que é certo e errado na Amazônia, fazendo sempre o errado”. A disparidade denunciada tendia a refletir uma política errônea para os amazônicos, por não estar baseada em pesquisa científica, mas na perspectiva da geopolítica nacional.

Na refutação às interpretações desses intelectuais, tipo a *jaguaribiana* (ou *jaguaribista*), ironicamente grifado, o jornalista apontou a utilização de dados sem a exatidão de grandeza e parco “compromisso com a realidade” como se fossem “aprendizes de feiticeiros”. No resultado da inserção, a Amazônia tornava-se uma “fantasia nessa tábua da lei, descida sobre nós, a partir do Sul-Maravilha”. Nessa metafórica objeção, inseria-se a crítica à verdade imposta pelos setores hegemônicos sulistas, contida no desprezo pelo saber regional. A geopolítica nacional reprovava a

¹³⁴ Idem. “Nossos gurus”, ano XXII, nº 435, 2ª quinzena de fevereiro de 2009, p. 06.

interferência científica estrangeira, porém não substituía tal empenho com a mesma precisão. Caso a região não se torne uma prioridade real para os interesses científicos, “continuará sob a proteção da soberania nacional, mas terrivelmente empobrecida. Brasileirinha da silva e pobre”.¹³⁵ A condição de permanecer sob a bandeira verde e amarela tinha o amargo sabor da derrota e destruição, identificada na pobreza.

A afirmação atualizava a repercussão sobre a validade de permanecer sob a soberania nacional. Para continuar brasileira, mas *pobre*, submissa e dependente, situações que pareciam se complementar na interpretação do paraense, tal análise apontava para o íntimo desejo de autonomia amazônica. A opção soberana representava uma forma de escapar da pobreza, definida com a trágica condição e a seqüela por ter que permanecer integrante do Estado-Nação, apesar de enfraquecido, mas com força suficiente para breçar qualquer proposta autonomista.

No combate pela verdade amazônica, referendada na legitimidade do saber regional, que é silenciado e ignorado, o intelectual paraense travou a luta contra o saber enunciado pelo intelectual paulista. Não somente pelos equívocos sobre a realidade da região, mas por reconhecê-lo integrante da verdade legitimadora e hegemônica do Centro-Sul, representante da manutenção do poder colonizador nacional. O saber e a verdade tinham que ser estrategicamente articulados como fundamento do poder regional no objetivo de romper a dominação, que utilizava resíduos da geopolítica, revestidos de discurso científico, na intenção de se apoderar da Amazônia.

A pobreza, intimamente ligada ao modelo de ocupação e formato da Federação, como uma tragédia anunciada, começou a emergir na paisagem amazônica. Dizem que algumas imagens falam por si. Verdade ou não, a reportagem do JP de capa “A sangria no Pará”, em maio de 1989, que traz dois cenários da economia paraense, tenta traduzir a ação dos grandes projetos no Pará. As imagens estão interligadas. A primeira cena retrata o empresário dando um saco de dinheiro para o simples caboclo. Este, num gesto de contentamento recebe e retribui a oferta com um baú cheio de minérios.

135 Jornal Pessoal. “Amazônia já não é nossa (e é de quem, cara-pálida?)”, ano XX, 387, 1ª quinzena de março 2007, p. 07.



Imagem: 24

Fonte: Jornal Pessoal, ano II, nº 41, 2ª quinzena de maio de 1989. Ludibriado pelo ganancioso capitalista, que estabelece uma relação de troca desvantajosa, o pobre caboclo ainda encontrava-se satisfeito. A pobreza do amazônico, inerente pelo conjunto da relação, contrasta com a riqueza proporcionada pela sangria da extração mineral.

No quadro ao lado, o caboclo guarda no cofre o dinheiro recebido, porém não percebe que atrás há uma mangueira ligada diretamente a um aspirador, manejada pelo esperto empresário. A chamada da matéria materializa a interpretação: “O dinheiro que entra no Estado do Pará pelas vias oficiais representa só pequena parcela do que sai por rotas invisíveis. Não enriquece: empobrece”. No decorrer da narrativa, Lúcio refletiu sobre os efeitos dos grandes projetos em solo paraense, como Jari, Ferro Carajás, Albrás-Alunorte e Mineração Rio do Norte, que deixaram um saldo social negativo: “realidades terrivelmente onerosas para a Amazônia”.¹³⁶ Era o *sangramento* sócioeconômico dos paraenses, causa primeira da pobreza.

Enquanto prosseguia exploração mineral e a troca desigual, o caboclo paraense continuava guardando os recursos no cofre drenado pelo grande capital. O contentamento do nativo ao receber o dinheiro, parecia traduzir a satisfação inicial dos amazônicos com a chegada da modernização, mas frustrada com os resultados negativos, representados pelos desvios dos ganhos, sem que fossem investidos na região. Uma cena caricata sobre a realidade social que o jornalista propunha denunciar, seja através do manejo da escrita, seja com a contribuição da representação imagética.

¹³⁶ Jornal Pessoal, ano II, nº 41, 2ª quinzena de maio de 1989, pp. 01-05.



Imagem: 25

Fonte: Jornal Pessoal, ano XVI, nº 304, 1ª quinzena de julho de 2003. Numa versão atualizada no contexto da disputa com o Maranhão pelo pólo siderúrgico, o bem trajado capitalista entrega um saquinho de dinheiro ao esfarrapado caboclo, enquanto esconde um enorme saco de recursos proveniente do minério que acabará desviado pela estrada de ferro Carajás-São Luís.

A repercussão social da modernização não poderia ser outra, agravava-se, parecendo comprovar suas especulações, com a constatação da convivência entre a riqueza dos grandes projetos e a miséria dos moradores. No final de 1989, a questão veio à tona. O paradoxo ocorreu com um surto de gastroenterite que matou 12 pessoas na cidade de Oriximiná, próximo da Mineração Rio do Norte, no vale do rio Trombetas. Oriximiná não disponibilizava de água tratada e esgoto, serviços só encontrados em Porto Trombetas, o pólo industrial da MRN. Havia a previsão de investimento de mais de US\$ 1 bilhão de dólares na região, mas o “dinheiro não é para gente do lugar. É para levar as riquezas locais para muito longe dali”.¹³⁷ A aplicação e o destino dos recursos identificavam a verdadeira finalidade da existência da grande empresa mineradora na Amazônia paraense, nada condizente com a necessidade da população.

O trágico acontecimento parecia regredir a Amazônia ao período medieval, segundo sua interpretação. A Amazônia encontrava-se “dilacerada por essa triste convivência entre a civilização transplantada para o núcleo dessas plataformas de lançamento das riquezas da região e a miséria circulante”. Casos dessa natureza já tinham ocorrido em Tucuruí com a Eletronorte e a Camargo Correa, mas as empresas não tinham “nada a ver” com o problema. Tem a ver com a população, que aceitou passivamente o que a “civilização interdito em seu próprio território, remetendo esse acervo espúrio para as distantes paragens do sertão colonial”. Eliminada dos países civilizados,

¹³⁷ Jornal Pessoal. “A Amazônia medieval”, ano III, nº 53, 1ª e 2ª quinzenas de dezembro de 1989, pp. 01-03.

doenças desse tipo são facilmente encontradas na região, acostumada a conviver com os “resíduos da barbárie”, que agridem a própria inteligência.¹³⁸

Pólos de atração migratória, os grandes projetos instalavam-se numa redoma, a qual circundava a degradação social. Os núcleos urbanos que se proliferaram nas cercanias desses enclaves, com a exceção das instalações oficiais, foram erguidos sem infra-estrutura básica. A todo o momento chegavam imigrantes em busca do eldorado. A incidência de focos de doenças tropicais, miséria, prostituição e violência passaram a integrar o cotidiano desses espaços em contraste com a organização e infra-estrutura fornecidas pelas empresas que prestavam serviços em Parauapebas, Tucuruí e demais localizações dos grandes projetos.

A tendência só poderia ser agravada nos anos vindouros. Lúcio Flávio Pinto passou a acompanhar minuciosamente a incidência desses projetos exógenos na vida social da Amazônia. Os números apresentados não foram nada animadores. Entre os mais evidenciados, o Norte tornou-se a “região mais pobre do país”, superando o Nordeste, segundo dados do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2002. O questionamento foi imediato: “É este o resultado do desenvolvimento da Amazônia?”.¹³⁹ Amparados em vários dados, inclusive os oficiais, uma característica de seu jornalismo, o polemista não perdia a ocasião para tecer suas dúvidas acerca da insatisfatória repercussão do paradigma desenvolvimentista, a legenda motivadora para atrair o desejo dos amazônicos em receber satisfatoriamente os projetos interventores. O canto da sereia, aliada à boiúna, num diálogo com Paes Loureiro, conseguiu arrefecer, momentaneamente, as críticas dos opositores. Lúcio, desde o nascedouro dessa modernização, já alertava, anunciava a tragédia.

Diretamente implicados com esses resultados, a atuação dos órgãos do Estado brasileiro na região também foram analisados, no intuito de conferir os impactos nas diferenças regionais. O modelo econômico implantado só podia gerar o desequilíbrio regional, revelado, inclusive, entre as regiões mais carentes. A constatação deu-se ao avaliar a atuação da SUDAM, no momento de sua extinção, em 2002. Fundada em 1966, em substituição à SPVEA, a autarquia pouco contribuiu para arrefecer as desigualdades.

Entre 1966 a 2000, a Amazônia foi aos poucos se distanciando do “perfil de fronteira desenvolvida”, representada pelo Centro-Oeste, contudo, se aproximava da região de “subdesenvolvimento estruturado, o Nordeste”. A realidade desvelada pelos índices sociais contrariava antigas representações: “Os amazônidas, para se distinguirem dos nordestinos,

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Idem. “Norte é o campeão nacional da pobreza”, ano XV, nº 275, 2ª quinzena de janeiro de 2002, p. 07.

costumavam dizer que na sua área havia pobreza, mas não a miséria dos vizinhos”. Atualmente, os principais Estados amazônicos, entre os quais o Pará, “fazem companhia aos Estados nordestinos mais pobres do país no ‘terceiro Brasil’”.¹⁴⁰

A aproximação de forma célere dos níveis de miséria, anteriormente atribuídos ao Nordeste, sinalizava o naufrágio da modernização amazônica, que partia de interesses exógenos, beneficiando o capital nacional e estrangeiro, além de favorecer o interesse do Estado federal. Registrava-se, desse modo, um diagnóstico refreador da auto-estima da Amazônia paraense. Agora, o nivelamento era por baixo. Para quem tinha as condições favoráveis e almejava a grandeza, a revelação da realidade social confirmava o fracasso do desenvolvimentismo implantado e a *derrota* das lideranças paraenses frente aos desafios postos nas últimas décadas, sem conseguirem reverter a série de dissabores.

O crescente empobrecimento do Pará foi novamente destacado em abril de 2004. O paradoxal tema do desenvolvimento veio à público com a matéria *O Pará parou: pobre*. Por não tirar proveito de sua riqueza, o estado desperdiçou seu potencial de enriquecimento, perdendo sua “vocaçãõ de grandeza”. A metáfora do trem que passa, mas o Pará não embarca, perdendo o trem da história, é revivida. “Do trem, os paraenses ficam apenas com o apito. E um retrato na parede”. Todavia no discurso oficial o Pará está em plena era de desenvolvimento, logo desmentida pelos índices sociais. A charge traz um cenário desolador, o Pará devastado, desmatado. No portão de entrada, a frase de Dante: “deixai a esperança, vós que entráis”.¹⁴¹ Citação inúmeras vezes utilizada pelo jornalista quando objetivava descrever a crescente devastação amazônica, num retrato dos rastros do saque, maquiado de modernização.

¹⁴⁰ Jornal Pessoal. “Quem chora pela Sudam?”, ano XV, nº 280, 2ª quinzena de março de 2002, pp. 02-03.

¹⁴¹ Idem, ano XVII, nº 321, 1ª quinzena de abril de 2004, pp. 01-02.



Imagem: 26

Fonte: Jornal Pessoal, ano XVII, nº 321, 1ª quinzena de abril de 2004. Com destaque para uma frase de Dante: “Deixai a esperança vós que entráis”, citação bastante recorrente na escrita do jornalista, o Pará era uma cenário de destruição, um contraste com o discurso de desenvolvimento. A herança não podia ser benéfica: restaria a pobreza.

No ano seguinte o tema vinha à lume. A matéria de capa *Pará. Cada vez mais pobre*, além de atualizar os números desse “paradoxo cruel”: o crescimento do Produto Interno Bruto estadual, mas com sofríveis índices de pobreza, incrementava com a charge de um nativo, possivelmente a figura típica do cabano paraense, armado, com chapéu e calça esfarrapada. Um detalhe chamava a atenção do leitor: o esquelético cabano tinha que apertar bastante o cinto. Ao lado, entre a palavra “papa” e “chibé”, acrescentava-se “só”, numa alusão ao papa-chibé, alcunha conhecida do paraense, comedor de açaí com farinha. A imagem apontava a gravidade social vivida no Pará: só se alimentar da famosa iguaria parauara denotava a situação miserável da população.¹⁴²

¹⁴² Jornal Pessoal. “Pará: Cada vez mais pobre”, ano XIX, nº 356, 1ª quinzena de novembro de 2005, pp. 01-02.



Imagem: 27

Fonte: Jornal Povoal, ano XIX, nº 356, 1ª quinzena de novembro de 2005. Anteriormente altaneiro defensor da Amazônia, o caboclo-cabano, mesmo armado, apertava o cinto, devido só se alimentar de *chibé*, colocando em xeque o discurso de progresso vivido pela população. Em decorrência do modelo de modernização, o Pará estava cada vez mais empobrecido.

Fundamentado em dados concretos, analisar a questão da crescente pobreza regional como reflexo dos projetos implantados a partir do endosso federal integrou sua narrativa. A constatação que o Pará tornou-se o segundo Estado mais pobre do Brasil, perdendo apenas para o Amazonas, segundo o IDF (Índice de Desenvolvimento Familiar), o mais novo medidor social criado no Brasil, resultou em criteriosa crítica. Para a Amazônia, a partir dessa verdade numérica, “significa que a região continua a ser a prima pobre do país”. O Pará não ficava atrás, porque “segue crescendo como rabo de cavalo (para baixo), a despeito da propaganda de tucanos e petistas”.¹⁴³ Para reforçar sua mensagem, utilizou a charge de várias crianças pedintes, suplicando alimentos com tigelas vazias estendidas. O empobrecimento do Estado nortista é fruto de um contraste: aumentou devido o seu peso no crescimento do comércio exterior brasileiro, resultado da especialização imposta como exportador de produtos não acabados, que geram divisas no mercado consumidor.

A seqüela política desse enfraquecimento é a tentativa de alguns grupos em ampliar a federalização no Estado, porém a retórica utilizada contradiz as evidências do modelo econômico implantado pelo governo central, que gerou desequilíbrios, distorções, desastres sociais e

¹⁴³ Jornal Povoal. “Pará. Para baixo”, ano XXII, nº 443, 2ª quinzena de junho de 2009, pp. 01-02.

ambientais na região. Na contramão do que tanto pregou, a proposta soava como descabida, por isso sua pertinaz denúncia: “A federalização acaba proporcionando à raposa cuidar do galinheiro, com as vestes do bom pastor”. Apesar da aparente boa intenção, “o povo fica cada vez mais pobre”. O contraste nos números era incontestante:

Justamente porque o Pará, tendo a 9ª maior população do Brasil, é o 2º Estado que mais dólares líquidos proporciona à federação nacional, o 4º maior exportador, o 3º maior transferidor de energia bruta, o 2º maior minerador e o 16º em desenvolvimento humano, o 21º em desenvolvimento da juventude e, agora, o 26º em desenvolvimento familiar.

Eram dados brutos, mas com a tradução da gravidade social que os acompanhavam. O último índice, inclusive, tinha uma agravante, superava todos os Estados nordestinos, que, historicamente, eram considerados os mais pobres do país. Sem fazer uma crítica unilateral, Lúcio compartilhava a culpa: “Brasília, com a ajuda dos péssimos habitantes amazônicos e dos terríveis líderes paraenses, em particular, está conseguindo o que parecia impossível: acabar com o sonho da Amazônia antes de acabar com a própria Amazônia”.¹⁴⁴ O fatalismo dos prognósticos resultava do histórico de perdas e sacrifícios em nome da Federação, corroborada com as subservientes lideranças estaduais, começaram a escrever o epitáfio da Amazônia, longe do prognóstico de Euclides da Cunha sobre a última página do Gênesis.



Imagem: 28

Fonte: Jornal Pessoal, ano XXII, nº 443, 2ª quinzena de junho de 2009. Crianças implorando alimentos traduziam o crescente índice de

¹⁴⁴ Idem.

pobreza da população, contrastando com as riquezas exploradas do subsolo paraense. Em matéria de desenvolvimento humano, o Pará só crescia para baixo. Estimular a opinião pública ao questionamento era uma forma de romper com a degradante situação.

Possuir grandes meios de desenvolvimento econômico não significava a proporcionalidade nos índices sociais de desenvolvimento humano, exemplo da incontestável injustiça na relação com o poder central, o abonador do modelo vigente. Privilegiar a geopolítica em detrimento da ciência, poderia até resultar na manutenção da soberania brasileira, mas o resultado revelava-se trágico para a Amazônia através da permanência colonial.

VII Capítulo

IDENTIDADE AMAZÔNIDA e CULTURA COLONIZADORA

*A Amazônia é o país amigo mais
próximo do Brasil.*

Lúcio Flávio Pinto

Amazônia autônoma: um país dentro do país

No diálogo intenso com a relação dependente frente aos centros hegemônicos, nacional e internacional, a formação da identidade amazônida, constituída em inúmeras oportunidades de forma defensiva, redimensionou seu alcance para múltiplas práticas culturais. No aspecto mais visível da cultura como campo de disputa e experiência política, as imagens preconceituosas sobre a Amazônia, especialmente o Pará, construídas pela visão do centro hegemônico nacional, ganharam espaço nas reflexões lucioflavianas. A alternativa era afirmar o sentido de ser amazônida, diferenciada de ser brasileiro, a qual integrou e alargou o horizonte de luta na tentativa de desatar o nó colonizador.

Ao partir de valores amazônicos, Lúcio Flávio Pinto reforçou modos de pertencimento como estratégia de reivindicação. Através de livros, artigos, matérias jornalísticas, entrevistas, palestras, a divulgação da particularidade histórica da Amazônia e o conseqüente projeto de autonomia, ganharam polêmicas versões. Travar o bom combate, tendo como arma o seu saber, em defesa de uma verdade regional, municiou sua desenvoltura no campo minado a qual se transformou a região a ser defendida.

Durante as atividades da conferência *Amazônia e a crise da modernização*, realizada no Museu Goeldi, em Belém, entre os dias 29 de setembro e 01 de outubro de 1993, afirmou: “Nós estamos numa região que tem identidade, ao menos alguma identidade física, que tem uma ânsia de entender essa identidade e que tem uma frustração por não utilizar os elementos de identificação como a chave do processo real”. Consciente da importância desse poder de coesão, o jornalista ainda reiterou a singularidade amazônica na composição da nação. Conhecer o fundamento identitário era um passo decisivo para a efetivação de um projeto autonomista.

A convicção assumida sobre os valores de identificação acompanhava-se de fundamentação, haja vista que “o conceito de região existe e que a Amazônia, infelizmente, sofre sobre os seus costados o chicote da política metropolitana”. Ignorar a consciência da *região*, significava, para o polemista, o fator primordial da continuidade da colonização. Em suas experiências em movimento pela Amazônia ou além fronteira, o autor narrou a polêmica em torno da questão regional quando participava de uma programação em Paris:

Estava numa sessão do tribunal Permanente dos Povos. A delegação brasileira, toda ela jogando na ponta esquerda, ficou chocada na hora da minha intervenção, quando disse que era um amazônida. Um de meus amigos, teóricos de esquerda, me chamou para o lado e disse: - “você está jogando mal”. Como se eu tivesse entrado na posição errada num campo de futebol. - “Só existe brasileiro, esse negócio de amazônida não existe. Que expressão é essa?”¹

Côncio das diferenças regionais no interior da Federação e da necessidade de externar a identidade amazônida (a platéia estrangeira conferia uma imperdível oportunidade), em meio à tentativa de homogeneização do *ser* brasileiro, Lúcio não se intimidou com a reprimenda de um advogado paranaense, temendo a sugestão que “éramos um país dentro do país”. Anos depois, lembrou o episódio e não titubeou numa resposta mais incisiva: “E não somos mesmo? Somos, sim”.² A certeza das diferenças no formato do território nacional, tendo a história como testemunha, reforçava seus argumentos na defesa de ser um *país dentro do país*. O tempo da primeira afirmação à posterior lembrança, não modificou a interpretação, só fez confirmar.

Para justificar a assertiva, utilizou argumentou que confirmavam as diferenças: “somos o Brasil tardio, a última região que se tornou brasileira no Império”, permanecendo “à parte” até a República, como se fosse um “anexo nacional”. Munido desses fundamentos históricos, asseverou os contrastes: “somos uma região de floresta num país de bandeirantes”, agentes sinônimos de predadores de gente e de mata.

A partir da somatória de todos esses elementos, foi possível concluir: “Somos a última possibilidade de civilização florestal”. Embalado nessa proposta de identidade cultural, contraponto do clássico modelo de civilização, sugeriu que os brasileiros precisam reconhecer “nossa condição de amazônida, queiram ser amazônidas como nós, ao invés de combater esse nosso *ethos*”.³ Campo cultural de enorme expressividade em seu escrito, a amazonidade revelou-se uma das principais armas para a manutenção da pretensa originalidade, ameaçada pela

1 PINTO, Lúcio Flávio. “A Amazônia entre estruturas desfavoráveis” In: D’ INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel da (org). **Amazônia e a crise da Modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 111.

2 Jornal Pessoal. “Eu sou amazônida. E você?”, ano XIX, nº 370, 2ª quinzena de junho de 2006, pp. 06-07.

3 Idem.

homogeneização do Estado-Nação, que demonstrava indiferente com o modo de pertencimento regional.

Na continuidade da conferência *Amazônia e a crise da modernização*, Lúcio externou sua desaprovação com a Nação: “eu não acredito numa política nacional voltada para a região, eu não acredito na nação, acho que a nação num país de ocupação é, como também é o nosso, um biombo para ocultar a face real do país”.⁴ Questão deveras preocupante para as elites brasileiras situadas no centro do poder ao longo da construção do Estado imperial, no momento que urgia formar a identidade nacional, que, também, adentrou a República, a nação fora desancada por um intelectual das margens, munido de um pensamento subalterno, linear. Não confiar na nação, especialmente, quando voltada para o interesse da Amazônia, considerava-se uma das principais marcas do pensamento de Lúcio Flávio Pinto.

Se o *todo* era desancado, a *parte* ganhava destaque analítico: “Eu acredito no conceito de região”, por ser um conceito mais próximo da “unidade operativa ao alcance de nossas mãos”. Descrente da abstração nacional, confiava na concretude da região, vivida no cotidiano de seus problemas. O jornalista pretendia a valorização do “poder regional”, apesar de reconhecer a prática da “elite que nós temos”, porque se depender dos que conduzem “os fios do poder e do governo local”, volta-se ao passado para consolidar as “relações desfavoráveis”.⁵ A descrença na nação e a importância atribuída à região são constitutivas de sua reflexão política, sinalizadores da essência de sua crítica, porém, tal proposição não significou incorrer no regionalismo das *elites* regionais, implicadas, também, nos atos prejudiciais à Amazônia.

A polêmica inserção integrava a linha de seu pensamento. No ano anterior, ao relatar sua experiência de 26 anos como repórter na Amazônia, no contexto em que também ficou à margem da conferência sobre ecologia e desenvolvimento patrocinada pela ONU no Rio de Janeiro, em junho de 1992, Lúcio Flávio Pinto reiterou a singularidade amazônica como estratégia de marcar posição no formato da nação brasileira. A digressão partiu da inauguração do rodoviarismo na década de 1960 e início de 1970, quando a “Amazônia vivia, até então, a ilusão de ser um país dentro do país, protegida por barreiras alfandegárias invisíveis porque continuava isolada fisicamente do restante do Brasil, a nação vizinha mais próxima e que falava a mesma língua”.⁶ Sem saudosismo, mas na consciência da memória histórica de um tempo que marcou profundamente a região, aproximada da nação somente pela língua portuguesa, elaborou sua

⁴ PINTO, Lúcio Flávio. “A Amazônia entre estruturas desfavoráveis”, op. cit, pp. 116.

⁵ Idem, p. 117.

⁶ Jornal Pessoal. “As décadas definitivas”, ano V, nº 91, 1ª quinzena de junho de 1992, p. 04.

elucubração ainda no clímax de desprezo dos organizadores do evento pelos amazônidas. Afronta, na provável perspectiva de Lúcio, indicativa do menosprezo pelo saber regional.

Ser um *país* dentro do Brasil, considerada a *nação mais próxima* da Amazônia falante do português, constitui uma afirmação constante na narrativa lucioflaviana. Não era uma declaração fortuita muitas vezes encontrada no regionalismo tradicional das lideranças regionais, fundamentava-se numa interpretação histórica e social da Amazônia, elaborada no decorrer de sua vivência profissional no *front* dos acontecimentos que alteraram o modo de vida amazônico em nome da modernização.

Experiência bem próxima da ocorrida em Paris, sucedeu durante a sessão de encerramento da 3ª Conferência Mundial e 7º Congresso Brasileiro de Jornalismo Científico, realizadas em São José dos Campos, São Paulo, em 2002. Oportunidade propícia para defender sua tese. O que era de se esperar, o paraense foi argüido pelo público no auditório por ter assegurado que a Amazônia só escaparia do “destino colonial” imposto pelo modelo de ocupação econômica, “se conseguir contrapor, ao fluxo de capital estrangeiro, a torrente da solidariedade do conhecimento mundial”. Na continuidade da questão, acrescentou seu “ceticismo quanto à capacidade de o Estado nacional ser a matriz ou o árbitro de uma relação equânime entre a Amazônia”, detentora de dois terços do território brasileiro, porém com os piores índices de desenvolvimento humano do país, e as demais partes da Federação, “particularmente as mais ricas”.⁷ Sem titubear nos argumentos, conseguiu articular e externar as principais motivações dessa corajosa proposta.

Lamentou, ainda, que o presidente José Sarney, híbrido amazônico e nordestino, tenha imposto aos parlamentares da Assembléia Nacional Constituinte “o princípio federativo”. Era a oportunidade para tentar organizar uma política diferente para um país territorialmente grande e desigual, assegurando o “reconhecimento da excepcionalidade de sua maior fronteira”.⁸ Excepcional é o caráter do diferente, único, característica própria da região a ser resguardada em seus princípios particulares. Lúcio, convicto desse sentido, considerava a única possibilidade da região permanecer Amazônia.

Do elogio ao apoio científico mundial ao questionamento da soberania brasileira na região, foi um misto de perplexidade na platéia. Nesta última, bastou para os presentes cobrarem do debatedor uma maior clareza se era contra ou a favor da internacionalização da Amazônia. Se fosse, tornava-se merecedor da “repulsa dos patriotas brasileiros”. Antes de expor com mais detalhes seu raciocínio em meio ao princípio de hostilidade, usou de habilidade ao destacar o

⁷ Jornal Pessoal. “Desafio. Internacionalizar ou o quê?”, ano XVI, nº 295, Especial/16 páginas, dezembro de 2002, p. 13.

⁸ Idem.

orgulho de ser brasileiro, além de querer a continuidade da região sob a bandeira brasileira. Serenado os ânimos mais exaltados, em seguida, ressaltou a verdadeira intenção: “Mas não via futuro para minha região no quadro existente das relações de poder nacional, que ecoam em uníssono a relação metropolitana (ou metropolitanas, para ser mais exato)”.⁹ Desprovido de esperança vindoura para *minha região*, na ocasião, um destaque com forte conotação identitária, caso persistisse as relações de subalternidades, onde o Brasil possuía sua parcela de responsabilidade.

Numa estratégia tangencial, visando resguardar seu argumento, sua fala, quando poderia ser até impedido, reiterou que a internacionalização estava longe de ser o principal problema da Amazônia, contrariando a clássica opinião subscrita pelo público. O alvo era outro. Sob o domínio nacional: “A voz da região não é ouvida”. O fato indicava uma incômoda condição: era como se houve impedimento de veicular sua opinião pelos canais oficiais. A situação é estendida para outras privações: “Sua identidade é ignorada, assim como sua história, suas aspirações e até sua realidade física, geográfica, esmagada que tem sido por um típico modelo colonial”. Determinado defensor da tese *colonial*, Lúcio elencou uma série de cerceamentos impostos à Amazônia que autenticavam seus argumentos contra a continuidade do poder nacional.

É impossível entender a integração à comunidade nacional, marcada com a destruição do seu principal elemento de vida, no caso, a floresta. Do mesmo modo, aceitar uma doutrina que subordina as conquistas civis da democracia à tutela da segurança nacional, utilizando um critério geopolítico sem significado prático efetivo para os interesses da Amazônia.¹⁰

Crítico da teoria conspirativa forjada pelos militares, o jornalista não defendeu que a Amazônia se torne uma “nova muralha da China”, muito menos continue em permanente “estado de beligerância não declarada (mas efetiva)”, utilizada como pretexto devido suas riquezas estarem sob o monitoramento de satélites estrangeiros. A teoria conspirativa fundamenta-se na “sombra das superstições, anatematiza o que não vê e vê o que não existe”. A alternativa a ser seguida “é plantar na cabeça dos amazônidas – e dos brasileiros – a semente do melhor conhecimento”, tornando-se, assim, a “salvaguarda eficaz” destinada à Amazônia, baseada num “saber sobre si mesma” mais do que outros povos em outros lugares do globo.¹¹ Nem isolamento do mundo, nem vigilância nacional, a saída é o investimento científico.

Para tornar esse desejo realidade, necessitava “atrair o mundo para dentro” da região a fim de dialogar, mesmo que em condições áspers e desiguais, “ao menos por enquanto”. Depois a

9 Ibidem.

10 Ibidem.

11 Ibidem, pp. 13-14.

interlocução seria aprimorada no intuito de evitar que o encontro permaneça reduzido “a uma relação de troianos cercados com cavalos gregos de madeira, que escondem em seu ventre o inimigo sagaz”, numa linguagem atualizada, uma “sucessão de caixas pretas”. A tentativa visava impedir que o destino da Amazônia seja parecido com todos os povos que foram colonizados no passado, porém não haverá modificação no diálogo com o mundo baseado num “nacionalismo retórico e formalista”.¹² Para o bem amazônico, o princípio nacional teria que ser estancado o quanto antes, a começar pela ideológica conspiração internacional, pressuposto da exigência geopolítica brasileira.

Num verdadeiro embate de seu projeto amazônico autônomo e soberano contra o projeto nacionalista brasileiro, que passava pela geopolítica militarizada, Lúcio Flávio Pinto enumerava os vários motivos para a Amazônia se desvencilhar da camisa de força nacional, causa do cerceamento de sua identidade. Para isso, a solidariedade científica internacional tornava-se imprescindível, por contrariar a hegemonia de Brasília, além de estratégica a fim de afirmar a especificidade regional no confronto com o poder central.

Se em Paris o jornalista teve a oportunidade de externar para um público estrangeiro os ônus de a Amazônia *ser* brasileira, em São José dos Campos, importante cidade paulista, o ensejo tinha um viés equânime, mas de proporção mais polemizadora, visto o lugar enunciador de um pensamento subalterno frente à hegemonia do centro-sul, defensor da ideologia nacionalista. Embora com a utilização de um argumento mais político na ocasião – ser brasileiro -, a enunciação revelou-se uma estratégia legitimadora de externar seu projeto como amazônida, devido possibilitar o anúncio das diferenças, que não poderiam ser restringidas pela geopolítica “vesga” nacional.

Consolidada a prática científica, o projeto democrático seria também viabilizado, desde que superasse as determinações da Constituição de 1988, a qual teceu uma “camisa-de-força jurídica” condenando a região “a não ter vontade própria, a ser colônia, satélite de um poder central e centralizador”. Postada essa angústia, Lúcio aproveitou para avaliar os confrontos de identidades entre ser brasileiro e ser amazônida, cerne das diferenças, devido a República não considerar, não respeitar e nem valorizar “a nossa diversidade cultural”. Independente de regime, como já ressaltou, o Estado nacional é autoritário em relação à região, a começar pela insistência em homogeneizar a cultura conforme um padrão nacional, desprezando a especificidade amazônida.

¹² Idem.

Em decorrência dessa *camisa de força*, não só jurídica, mas cultural, os moradores da Amazônia são “condenados a ser apenas brasileiros”, sem poderem ser, “antes e sempre, amazônidas”. Com o provável significado de punição, maldição, sofrimento, o termo *condenado*, no caso, *a ser brasileiro*, referia-se a um indisfarçável incômodo com a identificação nacional, por arrefecer, diminuir a *amazônida*, considerada a principal a ser cultuada. No sentido exposto, o “conceito de ‘amazônida’” só é possível se a Federação estiver “em condições de absorver as diversidades intra-nacionais”, além de motivar uma maior “auto-determinação regional”, adaptada num formato de “confederação”.¹³ Se a prática federativa mostrava-se prejudicial ao interesse regional, o ser amazônida, nessas condições, não poderia vingar. O caminho a seguir era lutar pela sua *auto-determinação*, com a proposta de romper com a vigência constitucional e construir uma nova relação entre os Estados brasileiros.

Partindo dessa proposta mais autônoma, um resguardo para sua identidade, era inviável aceitar, continua o jornalista, que a floresta não constitua espaço de soberania nacional, que os valores genéticos sejam transformados em mercadorias convencionais, além das populações primitivas tenham que se subordinar “à regra de submissão e aculturação”, legitimadas pelo “sinete imperial de Brasília”. Numa valorização da histórica relação com os estrangeiros, ressaltou:

A Amazônia sempre manteve uma relação internacional, na maioria da sua história com intensidade superior à do outro Brasil, aquele com o qual tínhamos ligações muito tênues até meio século atrás. Em boa medida a Amazônia já está internacionalizada. Boa parte do capital que circula na região foi e é internacional, mesmo que carimbado em São Paulo por nossos fatores bandeirantes.¹⁴

Historicamente internacionalizada, conferida como um dos pressupostos de sua formação diferenciada da brasileira, a qual fazia questão de externar, o modelo que condiciona e regula o processo produtivo regional, segundo Lúcio, grande parte recebeu a tradução pelos políglotas do Sul Maravilha, “freqüentemente, mal traduzido”. Tornava-se imprescindível, portanto, a regionalização da “internacionalização”, que depois passaria ao controle amazônico. “Temos que nos tornar cabeças desse sistema no qual, por enquanto, entramos ‘apenas’ com o sangue, alimentando inteligência alheia”. A Amazônia necessita conquistar a base do conhecimento sobre as riquezas e as potencialidades contidas na região, além dos meios de transformação, através de laboratórios, equipamentos, bases de dados, bibliotecas.

No formato desse projeto racional, professores e alunos do “primeiro mundo”, seriam colocados sob a direção de pessoas não inferiores, “interlocutores válidos, legitimados pelo que

¹³ Agenda Amazônica. “Internacionalização. No fogo cruzado”, op, cit, p. 03.

¹⁴ Idem.

sabem e não pelo que gritam, nós”. O jornalista reconheceu, contudo, que “ninguém” passará o conhecimento sem cobrança. “Temos que conquistar esses bens”.¹⁵ Cimentado, novamente, no princípio da ciência, justificou sua preferência por um modelo de *internacionalização*, a qual traria dividendos aos amazônicos.

Conquistar e saber manejar esses saberes eram a fórmula para obter a emancipação, diferente da estratégia adotada pelos que *gritam*, numa possível alusão às práticas dos dirigentes regionalistas, mas sem respaldo e resultado concretos na modificação do roteiro traçado pelos projetos em andamento. Do mesmo modo que o nacionalismo, o regionalismo não podia incorrer no erro do temor internacional. A internacionalização podia ser benéfica aos amazônidas por dois motivos. Primeiro, desataria os laços nacionais, segundo, possibilitaria conquistar o conhecimento científico, um caminho imprescindível para a libertação colonial. Em uma análise mais atualizada, reiterou essa relevância:

A Amazônia passou a fazer parte do mundo antes de se integrar ao próprio país, seguindo um curso mais inconstante e traumático na etapa da nacionalização do que na internacionalização, que a precedeu.

Tornamo-nos – e continuamos a ser – brasileiros, mas por dentro das nossas veias geográficas e culturais também fluem fluxos derivados de uma matriz (ou de várias delas) externa. Hoje, mais do que nunca, é impossível entender a Amazônia sem situá-la no contexto mundial. Tanto para manter a forma espoliativa da utilização dos recursos (naturais e humanos) como para mudá-la.¹⁶

Calcada na onerosa permanência de ser brasileira, mas internacionalizada, essa é uma forma imprescindível de compreender a Amazônia, inclusive para a formulação de um projeto alternativo de liberdade. A proposta não era recente. Quando experimentava o segundo ano do combativo *Jornal Pessoal*, no final da década de 1980, no contexto da efetivação democrática com os debates constitucionais, o jornalista não titubeou na declaração. “A ‘integração’ da região não é uma consequência de sua identificação e revelação como realidade própria, dotada de certa autonomia e especificidade”.¹⁷ Sufocada pela centralização republicana, considerava a continuidade da identidade amazônida inviável sob a bandeira brasileira. A solução do impasse poderia ocorrer pela investida legal, propondo certa autonomia através de um Estado confederado, visto as falhas do modelo federativo, que só tendia a ampliar a dependência regional.

Ao comentar os reflexos da Carta Constitucional de 1988, na Amazônia, Lúcio teceu suas preocupações sobre a permanência da prática adotada pelo governo brasileiro. Reconhecia, por sua vez, que a Constituição desafiava os amazônidas a “ultrapassar os limites e buscar seu próprio

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ *Jornal Pessoal*. “Razões do paradoxo: riqueza sem progresso”, ano XXIII, nº 458, 1ª quinzena de fevereiro de 2010, p. 05.

¹⁷ *Jornal Pessoal*. “A ‘nova’ colonização”, ano I, nº 11, 1ª quinzena de fevereiro de 1988, p. 05.

destino, sua própria história, dentro deste país”. A questão estava posta ao Brasil: “que ou os reconhece e abriga como irmãos, em paridade, ou os rejeita e não lhes deixa alternativa que não a de buscar o caminho autônomo”. Reconhecia que a “trilha” dessa decisão não tinha “roteiros pré-determinados”, era “temerária, mas necessária”.¹⁸ Estopim da proposta de cunho insurrecional, a continuidade do modelo federativo na Constituição frustrava o desejo de mais liberdade, rompendo a *camisa de força* da Nação.

Consciente da polêmica escolha, o jornalista tendia pela opção dissidente, a julgar pelo histórico de colonização e preconceitos que justificariam e legitimariam a defesa da via autonomista. A Carta Magna da nação seria o meio de lutar pela paridade de direitos ou a decisão de conduzir o seu próprio projeto, no caso, um instrumento legal para conquistar o projeto amazônico.

Em sua proposição, a Amazônia deve ser investida de um “*status* especial” que reconheça sua particularidade e especificidade. Isso consiste a “esperança de novidade - e de vitória”. Em determinada situação, a região “precisa ser considerada na dimensão autárquica”, a fim de estabelecer convênios, acordos e tratados internacionais e na definição das “relações de troca intranacionais”. Para essa investidura, os juristas deveriam apresentar sugestões a respeito de uma “Federação capaz de garantir essa diferenciação, num sistema que incorporasse região tão vasta sem desfigurá-la, sem submetê-la a uma condição de subordinação e dependência”.

Convencido do problema entre o fragmento regional e a totalidade nacional, a questão era apimentada com outra afirmação: “A Amazônia ainda é uma idéia estranha à identidade nacional. Nesse aspecto, a Amazônia não é exatamente Brasil”.¹⁹ Parte integrante de sua escrita e reiterada nos últimos tempos, não *ser* brasileira, traduzia seu desejo íntimo como projeto de Amazônia, contrário ao lema de Aldebaro Klautau, nos idos dos anos 60 do século passado. No tempo presente, depois de todas as evidências, não havia motivos de aproximação.

A reflexão teve continuidade no bojo do lançamento do Programa Nossa Natureza, do governo Sarney, que prometia desenvolver a Amazônia combinando com a preservação do meio ambiente, no entanto, desancou a pretensão, a começar pela charge de um sorridente presidente Sarney recebendo um saco de dólares de um magnata em troca de uma muda de árvore, como se estivesse preservando a natureza. A ilusão é desfeita na parte traseira onde há um cenário forjado

18 Jornal Pessoal. “Para uma só nação?”, ano II, nº 27, 1ª quinzena de outubro de 1988, p. 02.

19 Idem, p. 04.

através de um tapume, o qual esconde a floresta desmatada, queimadas e lixo atômico. Desnudava, desse modo, a verdadeira intenção do projeto sarneysista para a Amazônia.²⁰



Imagem: 29

Fonte: Jornal Pessoal, ano II, nº 38, 1ª quinzena de abril de 1989. Numa estratégia de mascarar o cenário de destruição floresta por queimada, corte de árvores e lixo atômico, o presidente Sarney monta um tapume com a imagem de natureza preservada. Sorriente, entrega um muda de árvore ao capitalista e recebe em troca um saco de dólares.

No mesmo número do JP, Lúcio desenvolveu reflexão mais incisiva contra o presidente José Sarney, que “não está em condições de comandar uma nova etapa na história da Amazônia”, porque não representa “nada de novo”. Na formulação de um *Projeto amazônico de fato*, o jornalista registrou o pensamento de que a Amazônia não podia “ser considerada o espelho reflexivo do Brasil”. Em volta desse sentido, a região tinha que “ser aceita como uma realidade substancialmente distinta, dotada de uma autonomia relativa – enquanto grandeza física e processo histórico – sem paralelo com outra região do país”.²¹ Na cruzada por uma condição mais autônoma, o jornalista paraense elencava uma série de argumentos definidores da distinção no interior da Nação.

Ao partir da consciência que o regional era diferenciado, tornava-se imprescindível “desconectar as artérias de ligação que se alimentam da irresolução dos problemas do Brasil antigo e os transplantam para a **fronteira**”. Crítico contumaz da ocupação desordenada da Amazônia nas últimas décadas, efeito da expulsão dos problemas no nascedouro para uma região que passou a

²⁰ Jornal Pessoal. “Para os parceiros”, ano II, n 38, 1ª quinzena de abril de 1989, pp. 01-03.

²¹ Idem. “Projeto amazônico de fato”, op.cit, pp. 04-05.

atrair levas de imigrantes, o jornalista via nesse processo a ampliação dos problemas sociais amazônicos.

As ações eram ampliadas “pelo **espírito** do pioneirismo, que permite à modernidade conviver com anacronismos por ela já expurgados da região-matriz”. Nesse descompasso de modernização entre o centro e a fronteira, referendado pela violência inerente ao processo de ocupação, defendeu uma proposta diferenciada: “a Amazônia não é a solução do Brasil, que precisa buscá-la no local mesmo dos problemas. A Amazônia é um projeto novo”.²² A tentativa de impedir que a vigência do projeto brasileiro continue sangrando a região, o qual é inviável e contraditório com o interesse amazônico, apresentava-se como uma das principais batalhas a serem travadas pelos amazônidas.

A concepção defendida somente “sairia do território dos sonhos” caso obstruísse uma série de ações danosas, como a pressão geopolítica representada pela ocupação e integração, os constantes fluxos migratórios, contida na falta de solução para os problemas nas áreas de origem dos migrantes. Por fim, o modelo econômico que especializou a região com a função de “usina de dólares, centro de exportação ‘por excelência’”. A crítica alvejou a essência do projeto nacional de modernização das últimas décadas do século XX. Diretamente relacionado aos fatos, o jornalista afiançou: “se o Brasil fosse mais Brasil, a Amazônia poderia ter condições de ser, afinal, a Amazônia”.²³ Contida num desejo latente, âmago do sentimento identitário, sua conclusão apontou que a condição de *ser* Amazônia dependeria do maior afastamento de *ser* Brasil! Uma questão de sobrevivência.

Numa continuidade da reflexão da edição anterior, inclusive no título de “Para os parceiros”, Lúcio recorreu ao famoso *Discurso do Amazonas* de Getúlio Vargas, em outubro de 1940, que afirmou a necessidade de “conquistar a terra, dominar as águas e **sujeitar** a floresta”. Na dinâmica do ir e vir entre presente e passado, registrou que depois de “quase meio século, os novos bandeirantes continuam presos aos mesmos princípios que os levaram primeiro a tentar **valorizar** a Amazônia, depois, a **integrá-la** e, agora, a **salvá-la** da cobiça internacional”.²⁴ Os momentos históricos não são desconexos, acompanham a dinâmica da ocupação regional.

Os três estágios amazônicos indicam que a região continuou “tutelada, incapaz de decidir seus próprios destinos, sem direito à identidade própria, sujeita a imposições ditadas de fora”. O colono trazia a sua verdade, forçando a região a “enquadrar-se no universo do imigrante”, nem que

²² Idem. (grifo do autor)

²³ Idem.

²⁴ Jornal Pessoal. “Para os parceiros”, ano II, nº 39, 2ª quinzena de abril de 1989, p. 05. (grifo do autor)

fosse forçado. A geopolítica era o exemplo aplicado pelos militares. A frase varguista exprime esses axiomas. Primeiramente, “o valor da natureza teria que ser traduzido pela ação do homem, ao invés de ter existência própria, autônoma”. O homem local teria que se adequar aos compromissos acertados longe de sua realidade. A história desse capítulo de ocupação deixa de ser da ocupação do colono à terra, para ser um “trânsito de rapinagem”, que não tem preocupação com o futuro, nem compromisso com a reposição das matérias-primas exploradas. A interpretação do axioma continua:

A terra precisa ser conquistada. Isto quer dizer que o **espaço** não trabalhado pelo homem é vazio, ocioso e, como tal, compromete a integridade do território e a segurança nacional, exposto como fica à cobiça internacional. A água precisa ser dominada sob a forma de quilowatts ou outras serventias **práticas**. Mas o que é principal: é preciso **sujeitar** a floresta, transformando-a numa paisagem ou em um bem utilizável pelo colono.²⁵

O projeto em andamento impede o predomínio do saber científico. Por fim, Lúcio lançou um desafio à região, que “ganharia bastante se averiguasse, com rigor e inteligência, o que realmente ganhou ao longo desse meio século em que os homens do **outro Brasil** lhe ditaram as regras, dispensando as lições da natureza”.²⁶ Questionar o modelo imposto pelo poder central contribuía na forma de avaliar as perdas e ganhos decorridos das últimas décadas de ocupação forçada. No sentido de alteridade, o *outro Brasil* sugeria a força hegemônica de um poder adventício que menosprezava, estigmatizava o saber da natureza amazônica.

Em seu árduo confronto com o Estado nacional, declarou incisivamente que a Amazônia “não é a solução” para os problemas do Brasil, muito menos um “resíduo do país”. Baseado nessa convicção, redigiu uma digressão histórica, demarcadora de sua posição como intelectual em torno da questão regional amazônica: “A Amazônia (ainda) não é o Brasil”. A certeza que *ainda não é* brasileira, representava um grande desejo pessoal, constitutiva de sua narrativa, mesmo que não fosse acompanhada pela coletividade.

O processo histórico confirmava sua assertiva: “Não foi durante os dois séculos de dominação colonial portuguesa. Continuou não sendo Brasil durante o Império”. Para Lúcio Flávio Pinto, não *ser* integrante do nacional era uma marca da identidade amazônica, referendada pelo distanciamento e pela indiferença processada durante a formação portuguesa e brasileira. Mas o momento da integração não foi tão auspicioso: “Quando chegou a integrar essa vasta fronteira ao seu território, o Brasil chegou à Amazônia com verdades prontas e acabadas, com ‘vocações’

²⁵ Idem. (grifo do autor)

²⁶ Idem.

adrements estabelecidas, a colônia moldada pela viseira do colonizador”.²⁷ O desrespeito pela especificidade regional na tentativa de cimentar a homogeneidade da nação, além de naturalizar a hegemonia do Centro-Sul, impôs o seu saber como verdade. Demarcar a singularidade era uma forma de resistir ao domínio externo e formatar seu projeto Amazônia.

A tese autonomista seria a solução para fugir dos efeitos perversos da desigualdade regional, opinião reiterada e comprovada historicamente. A “falência” da Federação e a colonização imposta por Brasília contribuíram para elevar na região o “sentimento de humilhação, alimentador de teses separatistas”, contida na proposta de “separar os corpos, procurar uma nova identidade jurídica”. A questão levantada por Lúcio faz lembrar a informação do Barão do Marajó sobre o desejo separatista das províncias do Pará e Amazonas, no final do século XIX.

O jornalista paraense ressaltou que esse sentimento não é exclusivo da Amazônia, visto existir no Rio Grande do Sul e no Nordeste, mas sem lideranças para canalizá-lo. O crescimento é explicado devido à concentração da riqueza no centro-sul, especialmente em São Paulo, o que agrava o “desequilíbrio econômico do país”. O Estado brasileiro deve rever a relação com a Amazônia, uma região “inteiramente distinta”, caso contrário, vai gerenciar uma crise que explodirá no futuro.²⁸ Um alerta com sentido de desejo autonomista, por reconhecer a difícil alteração do projeto centralizador brasileiro.

Três anos antes, num período de fragilidade do Estado nacional, a proposta de autonomia no interior da Federação já era alinhavada como solução aos efeitos do projeto em andamento, haja vista que “a Amazônia não existe enquanto tal nos prospectos do Estado”. A constatação desanimadora sinalizaria para um fim trágico caso persistisse o formato de submissão: “Não há salvação para a Amazônia dentro desse ‘modelo’”. Sem alternativa, a situação contribuía para os colonizadores considerarem a região como um “quintal e um apêndice – da exploração e do saque ou do atraso mental”.²⁹ A permanência do projeto de ocupação, revestido como modernização, implicava numa sentença: o prosseguimento da colonização que declinava qualquer alteração do quadro regional.

Lúcio não tinha ilusão quanto ao papel do Estado nacional na Amazônia. Durante uma palestra na sede da Fase em Belém, em novembro de 1990, proferiu uma descrição literalmente contrária à tradição nacionalista:

Esse conceito de Estado nacional é abstrato e fictício: não existe uma nação chamada Brasil; existe uma ficção chamada Brasil, amarrada a uma abstração, que é a língua,

²⁷ Jornal Pessoal. “O decálogo da Amazônia”, op, cit, p. 18.

²⁸ Idem. “Certidão de falência”, ano II, nº 42, 1ª quinzena de junho de 1989, p. 02.

²⁹ PINTO, Lúcio Flávio. “Estado Nacional: padrasto...”, op. cit, p. 08.

que nós todos falamos, que é a mesma. Para mim, não há mais dúvidas de que, ao longo da história, o Estado nacional agiu para manter a relação de dominação e dependência exercida pela nação sobre a região, e a aliança do país amigo da nação sobre a região dependente e subordinada nos dois níveis.³⁰

Abstração e ficção, eis o Brasil na interpretação lucioflaviana. Apesar de inexistir uma nação de fato, a subordinação da região era uma situação concreta, o que ampliava sua angústia com tal permanência. A questão da língua tinha uma proeminência em seus argumentos no sentido de desqualificar a identidade nacional, do mesmo modo, a ironia do *país amigo* mais próximo da Amazônia.

Sem conseguir visualizar mutações no processo de intervenção, mesmo com a crise de investimento estatal, anos depois reavivou sua inquietação, desta vez, direcionada ao órgão de pretensa aproximação entre a região e o poder central. A reflexão partiu da análise do papel exercido pela SUDAM, a principal autarquia fomentadora do desenvolvimento, durante sua palestra em comemoração pelas três décadas de atuação na Amazônia, em dezembro de 1996. Lúcio recomendou que a autarquia deveria ter uma “visão estratégica” da região, mas para isso, necessitava de maior autonomia:

É impossível fazer o bem para a Amazônia sem enfrentar o poder central. Brasília será, *ad aeternum*, madrastra da região. Não é que neguemos a União, a federação brasileira. Fazemos parte dela e vamos continuar assim, apesar de que algumas vezes temos vontade de sair. Mas isso é uma fantasia: fazemos parte da federação. Mas queremos uma relação mais equilibrada dentro dela.³¹

Reconhecer o confronto de projetos do regional frente ao nacional integrava o modo de externar o descontentamento amazônico. A situação afetava qualquer possibilidade de benefício da Amazônia enquanto persistisse a imposição do poder federal. Integrante da União, mas com desejo de cortar os laços, era uma atitude movente que ia da *fantasia* à realidade, sobretudo, nos momentos de frustração com projetos mal-sucedidos.

A autarquia federal era uma delas: “No curso de sua história a Sudam foi menos uma Superintendência do Desenvolvimento **da** Amazônia do que **para** a Amazônia, cumprindo aqui ordens dadas a partir de Brasília”.³² Seguir as ordens do poder central, que nem sempre coincidiam com os interesses da região supostamente beneficiada, contabilizava mais um ato questionável em sua conta. A crítica deixava de ser dirigida ao abstrato Estado nacional para alvejar dirigentes mais

³⁰ PINTO, Lúcio Flávio. “Estratégia de ação até o ano 2000”. Amazônia a fronteira do caos, op. cit, pp. 82-83.

³¹ PINTO, Lúcio Flávio. “Sudam: na boca do lobo”. Amazônia o século perdido, op. cit, p. 156.

³² Idem, p. 154. (grifo do autor)

próximos, apesar das determinações continuarem emanadas de lugares distantes da realidade regional.

Lúcio retomou a análise da autarquia quando avaliou a política de desenvolvimento regional, numa entrevista em 1998, referindo-se, na ocasião, à parca liberdade de gerir os projetos com livre-arbítrio. “A SUDAM, na verdade, é uma Superintendência de Desenvolvimento *para* a Amazônia, não *da* Amazônia”.³³ Não representar um órgão verdadeiramente *da* Amazônia, apesar de toda a retórica em torno de sua importância regional, configurava o real projeto defendido, haja vista que no sentido do termo *para*, entendia-se uma agência pensada em algum lugar distante (Brasília) *para* Amazônia. A distância implicava em desconhecimento ou desinteresse, repercutindo em sua ineficácia enquanto estratégia fomentadora de desenvolvimento social.

Baseado nessa definição de princípios oficiais, complementou o diagnóstico: “Ela executa a vontade do governo federal, não é um filtro da vontade regional. Ela nunca colide com o patrão, que é o governo federal”. Da mesma determinação nacional é o desempenho do BASA, que “virou um apêndice da política federal”.³⁴ No seu entendimento, o maior problema desses órgãos de desenvolvimento é o forte vínculo com Brasília. A submissão aos interesses do poder central emperrava o principal objetivo daqueles órgãos: o desenvolvimento regional. A denúncia seria fundamentada através da enorme incidência de incentivos fiscais para empresas do centro-sul, muitas, inclusive, não idôneas.

A contenda só tendia a ampliar. Em abril de 2000, num contexto de maior contestação à soberania do Estado-Nação, sob os efeitos da globalização e pós-modernidade, Lúcio retomou a sugestão de autonomia. A proposição só daria resultado se o Brasil aceitasse a especificidade da Amazônia, certa liberdade que poderia chegar ao “limite de risco da federação”. Imbuído desse *risco*, o jornalista propõe que o Brasil aceitasse “dentro de si a Amazônia como um organismo diferente, mantendo essa diferenciação, entendendo-a como a maior experiência em toda a história nacional”, do mesmo modo também seria o “seu maior desafio”. Todavia, fazia uma ressalva, não poderia ser efetivada “como a terra brava a ser amansada pelo bandido”, representada pelo “pioneiro”, o sujeito capaz de enfrentar a selvageria da fronteira³⁵, modelo adotado pelo projeto interventor a partir da década de 1960.³⁶

³³ PINTO, Lúcio Flávio (entrevista). In: GRANDI, Rodolfo, RENTE, Andréa e COSTA, Fernanda (org). **Fundamentos para o desenvolvimento da Amazônia**. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2002, pp. 438-439. (grifo da entrevista)

³⁴ Idem.

³⁵ Para José de Souza Martins, a “palavra amansar, nessas regiões, é uma palavra de uso quase cotidiano para designar o ato de derrubar a mata, fazer coivara, limpar o terreno e prepará-lo para a agricultura, para o trabalho humano. (...) A mesma palavra é usada para designar a cristianização do índio capturado” In: **Fronteira**, op, cit, p. 43.

³⁶ Agenda Amazônica. “A Amazônia é o futuro do Brasil?”, op, cit, p. 10.

Na avaliação da série de problemas deslocados pelo Brasil para a fronteira amazônica resolver, encontra-se o calcanhar de Aquiles da fragilização dos benefícios aguardados, acentuando umas das grandes frustrações dos dirigentes e letrados regionais: a modernidade. O projeto desenvolvimentista, reivindicado pelos agentes da fronteira, contudo, teve a implantação de modo consorciado com graves problemas sociais, originados e expulsos do centro da modernização nacional ou que não pretenderam solucionar nas suas origens.

Elevada ao patamar de fundamento de suas elucubrações, a permanência colonial imposta e subscrita pelo Estado nacional, apoiado no capital nacional e estrangeiro, afetou diretamente os amazônidas. A implicação da exploração é o “nosso colonialismo”, que é duplo: “interno e externo”. Nessa dupla sangria, a desigualdade regional refletia a imposição das diretrizes do Estado-Nação, “estabelecidas de cima para baixo, com base em esquemas mentais e intelectuais definidos nos centros de poder nacional, nenhum deles na Amazônia”.³⁷ A declaração dessas diretrizes oficiais tinha seus princípios, pois estiveram aliadas com nações e corporações estrangeiras, avalizadas pelo Estado brasileiro, o grande promotor da exploração capitalista.

A dupla colonização igualmente é uma especificidade do Pará, uma vez que “sofre a ação de dois colonizadores”. O nacional está baseado principalmente em São Paulo, porém tem sua representação em Brasília. O outro é estrangeiro. “É da condição colonial não ter consciência da própria história”. A repercussão direta sobre o sujeito colonizado é que “não participa da sua própria história e também não a escreve”, por isso sua vida é pensar “pela cabeça do colonizador”, repetindo o pensamento do colonizador que lhe foi propagado ao longo do tempo. Em decorrência dessa inserção cultural, a missão de romper a dominação torna-se mais difícil.³⁸ Angustiado com a certeza das dificuldades que envolvem o sujeito amazônico, historicamente dominado, o polemista ultrapassou a barreira dos aspectos políticos e econômicos para entender o processo *colonial* nas práticas culturais.

Na articulação do conhecimento sobre os impactos sociais na fronteira amazônica, a essência de sua tese foi enunciada, quando afirmou que a formação cultural teve um forte princípio colonizador, devido a Amazônia ter sido historicamente “uma área de ocupação, de colonialismo mais do que de colonização”. A diferenciação semântica, mais do que um jogo retórico, encontrava-se o caráter *colonial*. A consequência dessa ação é a existência de “dois tipos de senhores”. O primeiro “fala a nossa língua” e o “outro é estrangeiro”. A primeira fala “partilha

37 Agenda Amazônica. “Nosso colonialismo”, op. cit, pp. 10-11.

38 PINTO, Lúcio Flávio. **O jornalismo na linha de tiro**, op. cit, pp. 206-7. Este trecho foi reproduzido na entrevista concedida ao jornalista e pesquisador Antônio Biondi, que integrou a obra citada, p. 497.

conosco o território nacional. O outro vem de ultramar”. Nesses campos aparentemente opostos, um possui mais próxima “associação histórica conosco. O outro é de frequência sazonal”.³⁹ Definido os tipos de colonizadores, essencial para conhecer a força dos adversários, além armar as estratégias de enfrentamento.

Diferentes, mas complementares, os *dois senhores* pareciam possuir o mesmo papel na condução do processo de exploração, conforme a interpretação desse pensamento. Às vezes entravam em choque, fruto da retórica geopolítica, mas a tensão era momentânea, pois logo *acertavam as contas*, tendo a região como moeda de troca a ser sacrificada na *pira* da exploração em dólar.

A força desses *senhores*, por sua vez, não significou aceitação do fato consumado. Na intenção de afirmar um modo de pertencimento com a marca da fissura na consolidada homogeneidade brasileira, Lúcio externou que “nós não somos nenhum deles”. Pode até existir “maior ou menor identidade com eles, mas não nos reduzimos a eles”. Mais desejo como projeto do que realidade vivida entre os moradores, isto é, *não ser* ou *reduzir a eles*, indicava a pretensão dissidente do jornalista.

A demonstração de força exercida pelo poder nacional, continua, gerou o cerceamento da identidade regional, por conseguinte, “eles não nos permitem sermos o que somos”. Nessa imposição cultural, tornou-se necessário “ser o que eles esperam que sejamos”. Pela formação histórica de colonizados, “temos que ser e pensar pela cabeça do colonizador”.⁴⁰ Se a característica maior do *sujeito colonial* é não ter personalidade própria, é não pensar diferente do hegemônico *colonizador*, condenando-o ao permanente estado de submissão, são questões inseridas na perspectiva alinhavada pelo polemista paraense. Uma situação ligeiramente identificada com a realidade regional.

A convicção desse drama vivenciado configurou-se num sentimento de angústia que acompanhou sua produção intelectual ao longo do projeto de ser Amazônia, convencido da importância da cultura como consciência histórica, representada no saber (ciência) para fundamentar da verdade amazoniana. Campo privilegiado para romper a hegemônica colonização, seja nacional ou estrangeira.

Processada ao longo da formação histórica regional, a continuidade da colonização, mental e materialmente, condicionou a submissão, a inferioridade e a inconsciência histórica dos amazônicos. Situação análoga ao que Homi Bhabha analisou sobre os estereótipos do colonizado,

³⁹ Jornal Pessoal. “Internacionalização. No fogo cruzado”, op, cit, p. 02.

⁴⁰ Idem.

quando essa visibilidade negou a “capacidade de se autogovernar, a independência, os modos de civilidade ocidentais, confere autoridade à versão e missão oficiais do poder colonial”.⁴¹ Referendada na prática política e econômica da história regional, a cultura do colonizador, no entendimento de Lúcio, também integrou a formação social amazônica; desse modo, contribuiu para reforçar, ainda mais, a dominação, causando enormes estragos entre os moradores que lutam para manter seus modos de vida assentados numa civilização florestal, bastante ameaçada pelo modelo de modernização implantado.

Na estratégia de luta para afirmar a identidade regional, o autor buscou amparar-se numa marca indissociável, ou seja, a questão da singularidade vinculada à preservação da floresta. “A ‘identidade amazônica’ é o produto da natureza, enquanto informação em estado bruto”. A construção dessa consciência constitui o “ponto de equilíbrio que reconheça (preservando) o que é amazônico porque só aqui ocorre, ou aqui nas condições que se manifesta no meio ambiente”, ajustado e modificado pelo homem no seu lócus, na superação do cenário ou paisagem.⁴² A Amazônia é a floresta, não havia outra definição para destacar sua marca, que estava cada vez mais em perigo de devastação.

Amparado nessa defesa específica, Lúcio chegou a utilizar em várias oportunidades a denominação de *civilização da floresta* para o modelo de sociedade a ser implantado na Amazônia. Mas para sua contrariedade, essa pretensa civilização estava ameaçada pela constante destruição florestal, legitimada pelo projeto modernizador promovido pelo grande capital, irmanado com o governo federal.

A identidade regional é a preservação da floresta. A peremptória declaração sucedeu numa entrevista concedida em 1998, quando decretou que caso o governo federal não se conscientize que o investimento principal é o “conhecimento adequado” para ser implantado na região, “deixaremos de ser Amazônia para ser um cerrado”.⁴³ Transformar-se numa extensão de uma área inferior em biodiversidade, tinha uma grave consequência e ecológica.

Não será, contudo, um *deserto vermelho* como previu os estudos realizados por Robert Goodland⁴⁴ na década de 1970, devido a enorme destruição da densa vegetação. “Vamos ser um cerrado, uma área de vegetação secundária, sem maior importância, e vamos perder a nossa *griffe*,

41 BHABHA, Homi. “A outra questão. O estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo”, op, cit, p. 127.

42 Agenda Amazônica. (entrevista). “Para se salvar, a Amazônia precisa da solidariedade externa”, ano I, nº 07, março de 2000, p. 10.

43 PINTO, Lúcio Flávio (entrevista). GRANDI, Rodolfo, et al, op, cit, p. 454.

44 O autor quis se reportar à obra: GOODLAND, Robert e HOWARD, Irwin. **A selva amazônica: do inferno verde ao deserto vermelho?**; Tradução: Regina Regis Junqueira. São Paulo: Ed. Itatiaia, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

que é ser ‘da Amazônia’⁴⁵. Considerada um dos assuntos mais propagados na mídia mundial em decorrência da preservação do meio ambiente, a Amazônia tornou-se uma moda, uma marca, seja para os preservacionistas ligados ou não às organizações não-governamentais ou a exploração promovida pelo capital. Nessa proporção também cresce a vigilância da geopolítica nacional.

Numa trágica advertência apontada pelo jornalista, o temor de declinar de sua singular identidade, calcada na rica biodiversidade, equivalia deixar de ser uma região diferenciada do próprio Brasil. E isso a Amazônia não poderia se transformar, porque significaria sua sentença de morte: torna-se definitivamente brasileira.

“A Amazônia é o futuro do Brasil?”, o título da matéria já destacava o recorrente questionamento das identificações, dessa vez, na resposta a um aluno de Belém, em 2000. No uso da memória histórica em seus argumentos, a exemplo da lembrança da fala do ministro Delfim Neto que a Amazônia suplementaria a poupança brasileira visando assegurar a taxa de crescimento nos idos do “milagre” econômico, asseverou que “sob outra ótica, a Amazônia continua valendo como um aval para o futuro do país”, para gerar a destruição, o saque, a dilapidação e o crescimento “autofágico”. Do passado ao tempo presente, a situação encontrava-se inalterada, conforme o paradigma traçado pela ocupação econômica.

No desafio brasileiro na Amazônia, o primeiro é civilizatório. Para isso urgia “identificar e assegurar a diversidade” amazônica na Federação, que vai da diversidade geográfica, na combinação de água, sol, floresta e solo, ao processo histórico. Nesse caso, uma “região homogênea menos relacionada com o restante desse Brasil”.⁴⁶ O reconhecimento dessa identidade singular no interior do todo brasileiro era essencial, com respeito à diversidade relativa na convivência com o diverso, contida numa proposta viável para a região.

A Amazônia, numa versão calcada no livre-arbítrio, “precisa ter um tempo próprio, um modo específico, ajustado às suas peculiaridades físicas e humanas”. Para que essa proposta se efetive, a região necessita de tecnologia sofisticada, geradora de um saber indispensável na construção de um “tempo amazônico”, na perspectiva de um “tempo universal”, que lhe garantiria a contemporaneidade histórica, única alternativa de libertá-la do destino colonial. Só assim, conseguiria usufruir sua riqueza. Riqueza que tem sido considerada um “almoxarifado” para o desenvolvimento brasileiro.⁴⁷

⁴⁵ PINTO, Lúcio Flávio (entrevista). GRANDI, Rodolfo, et al, op, cit, p. 454.

⁴⁶ Agenda Amazônica. “A Amazônia é o futuro do Brasil?”, ano I, nº 8, abril de 2000, p. 10.

⁴⁷ Idem.

Impedida de utilizar seus valores (incluindo o *tempo* da natureza) e recursos como instrumento real de desenvolvimento social, fruto do cerceamento imposto pelo domínio colonizador, contudo, a região não podia isolar-se do global, conferida pela possibilidade de ajustar seu *tempo* com a história do presente. A natureza amazônica, utilizada de forma racional, celebraria a aproximação com a ciência, *saber indispensável* para a consecução do projeto libertário.

Inserindo a história regional como reflexo de projetos globais, Lúcio não deixou de reiterar o caráter colonial na relação com o nacional, o que equivale à permanência da colonialidade como constitutiva do modelo de modernidade imposta à Amazônia. No registro da diferença colonial e imbuído de um pensamento liminar, constrói o espaço de enunciação de um saber crítico subalterno, uma razão subalterna frente à razão hegemônica da modernidade⁴⁸, que é legitimada pelo poder central e pelos grupos econômicos. E para sua frustração, tais valores foram incorporados sem a criticidade necessária pelos amazônicos, resultando na indiferença com a dissolução de seu modo de vida. Todavia, adversidades como essas alimentavam ainda mais a validade de sua missão em defesa do projeto amazônica, embora reconhecesse o enorme cerceamento em torno dessa implementação.

Quem viver conscientemente na Amazônia é impulsionado a “brigar contra dois moinhos, que não são de vento”, afirmou em dezembro de 2003. A metáfora quixoteana, uma de suas estratégias narrativas, contribui no esclarecimento das reflexões. O primeiro desafio é o *fatalismo colonial*, devido a expansão das atividades econômicas sempre criarem dividendos fora da região: “Crescendo pela vontade do colonizador, é para servi-lo que ela cresce”. O segundo é o *fatalismo geográfico* representado pela expansão da fronteira conferida pela intensificação do desmatamento da floresta original, ameaçando o projeto do homem florestal.⁴⁹

Calcado em sua experiência no *front*, traçou um prognóstico: “Depois de quatro décadas de vida consciente na região não estou convencido de que esses dois moinhos estão fadados a vencer”. Depois desse sinal animador, porém não podia escamotear a realidade, por isso encontrava-se “plenamente convicto de que vencerão se o enredo da história continuar a ser escrito por eles”. A escrita deste capítulo da história regional teria que ser elaborada com base em novo paradigma, desta vez, de acordo com a visão e interesse amazônico.

No intuito de “escrever a outra história”, é indispensável conhecer e buscar o saber movido pela “indignação”. A ação envolvia uma “combinação” com “rara” existência: razão, emoção, racionalidade e instinto, regionalismo e cosmopolitismo, “de raiz e copa”. Alargava-se, desse

48 Cf o diálogo com MIGNOLO, Walter, op, cit, p. 139.

49 Jornal Pessoal. “A história acabou. Como o sonho?”, ano XVII, nº 314, 2ª quinzena de dezembro de 2003, p. 02.

modo, a ocasião excepcional para construir “de fato a história contra as probabilidades predominantes”.⁵⁰ Entre as convicções positivas e as probabilidades de insucesso, ressoava a necessidade de traçar um caminho próprio, com a esperança de um futuro mais promissor. A história tinha o mapa.

A construção narrativa de outra história, cimentada numa série de valores que se complementavam, refletiria a vitória contra os terríveis *moinhos* da dependência, os quais foram definidos como *fatalismos*. Ainda esperançoso, apesar dos vários anúncios da iminente tragédia, Lúcio acreditava na escrita de uma história vencedora para a Amazônia, não a dos tradicionais vencedores. Quem sabe até por começar pela escrita da última página do Gênesis, conforme seu recorrente uso euclidiano.

Escrever esse novo roteiro tornava-se questão primordial. O modo singular de conhecê-la é um caminho a ser trilhado. Devido representar um “capítulo extremamente complexo da história da humanidade”, a Amazônia “não é simples” de ser entendida, “embora se possa falar no velho colonialismo, na velha relação de troca desigual do pobre com o rico”. Definida a maneira de entendê-la, no caso, a permanência colonial, a consolidação desse mecanismo de exploração é “extremamente” sofisticada, com a utilização da forma mais avançada e inteligente, tanto de Estados nacionais quanto de grandes grupos econômicos.⁵¹

Tomar consciência desses elementos conformativos da história regional, tendia a facilitar a construção de novos caminhos a serem percorridos, a começar pela manutenção das particularidades amazônicas em meio à hegemonia e à homogeneidade da Nação e os interesses econômicos nas empresas do centro-sul e nos grupos estrangeiros.

“A Amazônia tem uma história – e é rica”, afirmou ao analisar as mudanças processadas ao logo do tempo. “A Amazônia tem inteligência”, mas que ainda não é suficiente para solucionar todos os seus problemas, na sua maior parte são de “origem exógena”, mas sem desprezar, qualquer o argumento desferido contra seu “primitivismo ou provincianismo”. Daí a importância da solidariedade externa calcada no conhecimento científico. Reconheceu o privilégio de viver na região, porém representa também uma “fonte de angústias, tal o desafio de fazer a história contemporânea refletir o rosto e os anseios amazônicos, expressar sua própria vocação” no momento que as florestas são destruídas, os rios são aterrados e a sua paisagem descaracterizada.⁵²

⁵⁰ Idem.

⁵¹ PINTO, Lúcio Flávio. Amazônia: perdida no rumo da história, op, cit, p. 16.

⁵² Agenda Amazônica. “O que mudou a Amazônia”, ano II, nº 21, maio de 2001, pp. 04-05.

Em torno da diferenciação de pertencimento, o jornalista reiterou a denúncia que a política implantada pelo governo federal partia de uma prática colonizadora e não reconhecia a realidade e a especificidade amazônica. Situação que só tendeu a se agravar com a consolidação da ação do grande capital na Amazônia, subsidiado e apoiado pelo Estado brasileiro, demonstrado por um de seus grandes empreendimentos.

Na reportagem sobre as obras da segunda etapa da hidrelétrica de Tucuruí, Lúcio respondeu a uma carta do engenheiro da Eletronorte, Trajano Oliveira e aproveitou para avaliar a relação do Pará com o poder central: “O Pará, como a Amazônia, faz parte do Brasil. Podemos especular sobre como seríamos se nos tivéssemos tornado um país independente e quando, efetivamente, houve essa possibilidade na nossa história”. O jornalista reconheceu, contudo, que “nenhuma dessas regressões ou digressões elidirá o fato de pertencermos à federação brasileira como unidade-membro”.⁵³ No uso recorrente da memória histórica para cimentar seus argumentos contra a política federal, buscou reivindicar uma relação mais respeitosa pelo poder central.

Reconhecer-se pertencente ao Brasil, embora sinalizasse e lamentasse o fracasso do possível projeto de independência, não desautorizava sua reflexão ao modelo federativo, tão prejudicial aos interesses amazônicos. Se o Pará é membro da Federação tinha direito a um tratamento com dignidade, principalmente a partir de uma obra que, além de causar grandes danos ambientais e sociais, destinava boa parte de sua produção para atender interesses de outras regiões, sem priorizar o desenvolvimento regional.

Cunhada por Aldebaro Klautau na década de 1960, a frase *Amazônia é Brasil*, na tentativa de sensibilizar as autoridades brasileiras, é a matriz desse pensamento aproximado. Lúcio Flávio Pinto, contudo, além da sensibilização, posiciona-se na crítica à forma desse pertencimento ao Brasil. O questionamento dava-se pelo modo dessa inserção, por reservar uma “posição secundária e dependente” em relação ao centro hegemônico brasileiro. O modelo implantado impede de “superar a distância que nos separa dos Estados mais desenvolvidos, aos quais somos obrigados a servir através de relações de troca desfavoráveis e desiguais”.⁵⁴ Conforme esse sentido, distância, desenvolvimento, desfavorecimento, desigualdade e dependência são denominações que buscam fundamentos na histórica tensão de *ser* brasileiro na Amazônia. Fato constatado pelo desequilíbrio na composição federativa.

53 Jornal Pessoal. “Segunda etapa de Tucuruí: um debate indispensável”, ano XI, nº 190, 1ª quinzena de julho de 1998, p. 06.

54 Idem.

A realidade da Amazônia paraense, mais do que as outras, não só pelo lugar social da pesquisa, mas pela redução de seus deslocamentos no extenso território regional, ganhou destaque em sua produção. Por não se reconhecer no “espelho do mundo”, no caso, o comércio exterior, o Pará desconhece a importância dessa relação mundial, resultado: “permanece acanhado e provinciano, como um pato feio condenado a nunca se ver no espelho como quem realmente é: um cisne maltratado”.⁵⁵ A metáfora também tentava traduzir a limitada política regionalista, desconectada de influências do mercado global, não circunscrita aos aspectos econômicos, mas aos múltiplos valores culturais. O Pará, nessa representação, regalava-se em riqueza, mas encontrava-se maltratado, numa equivalência a permanente exploração, daí a transformação do cisne-Pará em patinho feio da Federação.

Mas o processo global teria que vir acompanhado da consciência. O Pará encontrava-se “atrasado” em matéria de desenvolvimento, conforme a constatação contida na análise do PIB de 2007. Compreender os mecanismos decisórios além do local é um passo fundamental nesse entendimento. “O Pará é o efeito de vontades externas. Na origem das decisões se encontra também a sua destinação”. Lúcio utilizou a metáfora de um jogo de “bumerangues” com a finalidade de acompanhar sua mensagem. A partir do momento que são lançados “de fora, lá fora é que está o seu ponto de chegada”, com a circunstância de ser uma “típica caracterização colonial”.⁵⁶ Para o jornalista, não bastava romper com o nacional atrelando-se ao global, sem solucionar a questão da permanente dependência.

A dissolução proporcionada pelos efeitos da globalização e neoliberalismo aumentou a pressão contra o poder representativo do Estado-Nação, que viu sua soberania ser contestada externa e internamente. Na era globalizada do mercado e da tecnológica rede de informação, que rompem as fronteiras territoriais anteriormente delimitadas pelo Estado soberano, as identidades regionais e locais não só passam a contestar a força do pertencimento nacional, mas também a hegemonia do poder global. Ainda que articulem e absorvam os projetos globais, como ressalta Walter Mignolo, nas histórias locais⁵⁷, o lugar, entendido na ótica da cultura local, não desapareceu ou foi anulado pela hegemonia global, sim, “pode ser considerado o ‘outro’ da globalização”, uma

55 Jornal Pessoal. “O Pará que não se vê no espelho do mundo”, ano XX, nº 377, 1ª quinzena de outubro de 2006, p. 06.

56 Idem. “O Pará atrasado”, ano XXIII, nº 454, 1ª quinzena de dezembro de 2009, capa.

57 MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais/Projetos Globais**, op, cit. Ver também sobre as identidades locais frente à globalização: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**, op, cit; CASTELLS, Manuel, op, cit.

discussão fundamental para repensar a globalização, as alternativas ao capitalismo e à modernidade.⁵⁸

Antenado com a emergência do mundo global na Amazônia, destacado em várias oportunidades, o jornalista paraense redimensionou sua crítica ao poder do Estado brasileiro, desta vez, convencido de que o enfraquecimento de sua soberania podia influenciar num projeto alternativo de poder amazônico. Articulado aos interesses internacionais, a nova situação da região certamente não interessava à geopolítica nacional. O intelectual amazônida reconhecia nessa aproximação uma estratégia de obter a solidariedade externa na intenção de adquirir e desenvolver o conhecimento científico, único instrumento para romper as amarras jurídicas do Estado-Nação e o estigma da permanência colonial.

O apelo à solidariedade global tinha seu lado estratégico. Divergindo do amazonense Márcio Souza, que não concordava com a solidariedade estrangeira, Lúcio defendia uma maior aproximação externa, a qual possibilitasse adquirir conhecimentos científicos, fundamento primordial para que a região conseguisse romper as amarras da colonização, a começar por se desvencilhar do domínio nacional.

Nas últimas décadas, segundo a narrativa histórica de Lúcio, fundamentada na história, a transformação da paisagem regional transcorreu “aos saltos”, de modo irreversível, gerando a perda da identidade da população nativa, “incapaz até mesmo de *entender* o que acontece diante dos seus olhos. Ou até mesmo de *ver* o que acontece (nem dos fatos se sabe)”. Embora na vivência de outros tempos, a descolonização não teria sido consumada. A guerra contra a colonização não foi perdida, porém muito tempo já foi desperdiçado. “Se continuar assim, infelizmente, nos juntaremos aos povos coloniais que não conseguiram alcançar a autonomia”.⁵⁹ As experiências históricas dos africanos e asiáticos eram as mais aproximadas da realidade regional, um parâmetro atemorizador, dando a dimensão da luta a ser travada para impedir essa concretização em território amazônico.

Intelectual cioso de sua missão na *guerra amazônica*, denominação cunhada em meio às ameaças e perseguições ao seu estilo de fazer imprensa, Lúcio frustrava-se com a parca ou nenhuma manifestação da população amazônica em relação às modificações sofridas no tabuleiro regional. Essas ações já anunciavam graves consequências sócio culturais desde o alvorecer da década de 1970.

58 ESCOBAR, Arturo. “O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?”. LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**, op, cit, p. 151.

59 Agenda Amazônica. “Nosso colonialismo”, ano I, nº 5, janeiro de 2000, pp. 10-11. (grifo do autor)

Ao longo de sua produção, encontram-se registradas inúmeras lamentações decorrentes desse alheamento, levando-o a questionar o próprio sentido e a validade de seu jornalismo para tentar reverter a situação. Numa sociedade colonizada, premissa de seus escritos, a indiferença dos conterrâneos integrava o campo de incorporação dos valores dominantes. Os moradores passaram a aceitar passivamente a cultura da modernização exterior como etapa imprescindível de civilização aos moldes do hegemônico projeto em andamento na sua Amazônia. Mas esse detalhe não desvirtuou sua linha de combate, apesar de lamentado durante sua avaliação profissional.⁶⁰

A convocação por uma agenda endógena fundamentava-se na formação da identidade amazônica, historicamente diferenciada do todo brasileiro, uma estratégia utilizada para travar o bom combate pela Amazônia. Afinal, os amazônidas necessitavam também afirmar suas particularidades como estratégia de vivência em meio aos dissabores: só assim a Amazônia continuaria sendo Amazônia.

Identidade e alteridade

Jornalista atento à produção da grande imprensa nacional e internacional, sobretudo, a referente à Amazônia, Lúcio não perdia a ocasião para polemizar com situações que poderiam passar despercebida ao leitor. As questões, aparentemente simplórias ou despreziosas, ganhavam tonalidades polêmicas. Não havia contemporizações. Se nos temas políticos e econômicos não titubeou nas críticas direcionadas ao Estado federal e ao Centro-Sul, no campo cultural qualquer menção aos preconceitos e estigmas dirigidos aos amazônidas, eram prontamente rebatidos. Intelectual, consciente de sua missão, utilizou o saber para terçar armas contra as alteridades construídas que denegriam as imagens da Amazônia.

A ampla matéria da jornalista Marília Martins sobre o filósofo paraense Benedito Nunes, publicado no suplemento *Idéias do Jornal do Brasil*, indicou duas situações a serem refletidas. A matéria mostrou finalmente como “ocorre bissexualmente, a imprensa do **Sul** (hoje **Maravilha**)” descobriu que “há vida inteligente do lado de cá do Equador”. Questão incômoda e indigesta para

⁶⁰ Durante a entrevista concedida para a pesquisa de doutoramento de Socorro Veloso, ao analisar a trajetória do *Jornal Pessoal*, Lúcio afirmou que o JP “é um não jornal, ele não existe. Ele está materializado, mas não existe. Com 40 anos de profissão, com toda a experiência que tive nesse longo percurso, tenho absoluta certeza que ele só vai poder ser lido quando acabar. Infelizmente – para mim, é infelizmente mesmo – ele não é um elemento do contemporâneo. É um elemento do depois. [Digo] infelizmente porque não vai ser um instrumento de ação; vai ser um instrumento da reflexão pós-fato, e isso é triste porque confirma o destino colonial da região.

O compromisso de maior fôlego a que o Jornal Pessoal se propôs era de não deixar que isso acontecesse. Era perturbar esse destino colonial manifesto na Amazônia e eu constato que isso não consegui, e não conseguirei. Então é por que eu sou incapaz, por que meus méritos não permitem que eu alcance isso ou por que está acima da capacidade de qualquer pessoa, individualmente, ou mesmo nas organizações menores, evitar que na Amazônia aconteça isso?. VELOSO, Socorro, op. cit, pp. 280-281. (grifo nosso).

um letrado situado *distante* do centro do saber nacional, Lúcio não podia deixar de reconhecer o esforço de cognição que levou os “aquilinos narizes da intelectualidade da matriz nacional a ir além dos eixos da quadratura pela qual circula seu interesse”, que incluía Minas Gerais, Rio Grande do Sul, além de alguma vinculação orgânica com o Nordeste após o modernismo de 1922 e um acaso com o amazonense Márcio Souza.

Benedito Nunes conquistou pela sua formação intelectual o reconhecimento. A reportagem fez justiça mais pelo espaço concedido ao “filósofo da Amazônia” do que pela correção escrita. A autora tentou descrever o universo pessoal do filósofo a partir do Rio de Janeiro, sem se deslocar até Belém. “Interpretado à distância, como costumam fazer os intelectuais do Sul sobre a colônia amazônica, Marília comete vários erros”, inclusive na incompleta bibliografia. O jornalista reconheceu, que “pelos menos” o *JB* não pode ser acusado de omissão, como ocorre com os conterrâneos de Benedito Nunes.⁶¹ Se distante era a Amazônia do Sul, o centro por excelência, definição assentada numa referência instituída, interpretar a região à *distância* também não possuía lógica por incorrer em sérios problemas de abordagens.

Além da imprensa carioca, de abrangência nacional, mas com débil interesse em abranger outros espaços circunscritos ao seu *eixo*, a crítica também recaía aos paraenses por não valorizarem o famoso intelectual nortista, perdendo a possibilidade de elevá-lo a modelo e ser seguido entre seus conterrâneos. A polêmica levantada indicava a valorização atribuída ao saber, em especial quando se refere ao reconhecido intelectual paraense, exemplo de que existia *vida inteligente* na Amazônia.

Cerceada pela cultura colonizadora, a identidade amazônida tinha poucos canais dissidentes. Em várias situações, todavia, Lúcio procurou denunciar aquela dominação. O que parecia um fato desprezível, a cena veiculada por uma novela global ganhou repercussão negativa sob os olhares do sociólogo-jornalista. “O Pará ficou revoltado com o tratamento que recebeu na principal novela da Rede Globo em 2002, *O Clone*”. Na trama televisiva, um personagem afirmava que “o Estado é o fim do mundo”. Na descrição do cenário, “uma casa localizada em Belém sequer possui luz elétrica”. Não existia nem aparelho telefônico, um produto “que já existe em remotas aldeias indígenas”. A residência é “retratada como uma choça no meio do mato”. A musicalidade era “nordestina”, utilizando zabumba e triângulo, que “nada têm haver com a cultura paraense”.⁶² O conjunto das imagens representava parte dos estigmas construídos sobre o *atraso* amazônico em comparação com a modernidade sulista.

⁶¹ Jornal Pessoal. “Sul: ó nós aí”, ano II, nº 29, 1ª quinzena de novembro de 1988, p. 08. (grifo do jornal)
⁶² PINTO, Lúcio Flávio. Internacionalização da Amazônia, op, cit, p. 44.

Após enumerar a série de incoerências, buscou uma explicação cultural para a representação. Apesar da interpretação imediata do enredo da novela, as imagens possibilitavam a emergência de situações aparentemente inusitadas, mas de forte apelo público devido a convergência de temas eivados de ressentimentos contidos na trama global.

Parecia que o Brasil não conhecia a Amazônia, segundo o jornalista. “E não conhece mesmo. Parece que a ignora. E, de fato, dela não quer saber. Parece que a despreza. E realmente a despreza”. *Desconhecimento e desprezo*, ambos estariam articulados na formulação do preconceito. A indignação paraense tinha fundamento, todavia, teria que ser com a consciência de causa, pois precisaria reconhecer que “o enredo da novela revela, sem retoque, embora com distorção e caricaturismo, a imagem que do distante Norte tem o Sul Maravilha”. A novela era apenas a imagem refletida das causas da caricatura.⁶³ A indignação dos paraenses precisava ir além do que a retina observava, pressuposto indispensável para desatar o nó de atrelamento ao processo colonizador.

Depreciativa e caricata, a visão preconceituosa construída ao longo da formação histórica representaria, além do desconhecimento e desprezo, a inferioridade econômica e cultural dos nortistas, simbolizadas pela atribuição de atraso, inclusive, nos bens de consumo mais globalizados, contraposta à superioridade e modernidade consumista do *sul maravilha*. Um fator causal que se encontrava na tensa história da hegemonia do Centro-Sul no Estado brasileiro e que daria as cartas dos valores culturais a serem consumidos no restante do território nacional conforme a ótica *sudestista*. À margem desse território, referência constitutiva não só da distância do centro, tornou-se aspecto que determinaria o lugar da modernização que, certamente, estaria *longe* da fronteira amazônica.

O confronto cultural como campo político nortearam outros embates. Com o título de *Os bwanas do sul e os nativos silentes*, Lúcio registrou a exposição do economista paulista Luciano Coutinho, no auditório da Assembléia Legislativa, sobre o trabalho de consultoria prestado ao Estado, no caso, uma audição do estudo sobre a localização de uma fábrica de placas de aço a ser construída pela Vale. O jornalista ficou indignado com uma resposta do economista da Unicamp, em protesto, optou por retirar-se. Porém, mais indignado ficou com a passividade dos parlamentares, os nativos, que ainda ficaram agradecidos com as “miçangas e lantejoulas” do expositor. A abertura da matéria dá o tom de sua narrativa:

Mesmo quando tentam ser solidários com seus irmãos nortistas, certos intelectuais sulistas não conseguem livrar-se do sentimento de superioridade que viver na parte

63 Idem.

mais moderna e rica do país lhes incute. A arrogância, combinada com o preconceito, acaba ditando alguns de seus atos falhos.⁶⁴

Pretensão de superioridade, arrogância e preconceito compunham o acervo de denúncias contra os intelectuais sulistas tão presentes em sua narrativa. A denominação de *bwana*, no caso, colonizadores, é uma terminologia recorrente para retratar a relação da parte moderna brasileira contra os nortistas. A verdade proferida parecia inquestionável, tanto que não foi refutada pelos deputados paraenses ou não tiveram argumentos para contestá-la.

O uso da palavra com sentido *colonial* também se dirigiu a outro paulista, desta vez o alvo foi o zoólogo Paulo Vanzolini, membro da *sapiência bandeirante*, conforme o título da matéria, que tinha recebido o Prêmio Professor Emérito – Troféu Guerreiro da Educação, concedido pelo Centro de Integração Empresa Escola e pelo jornal *O Estado de São Paulo*. Embora reconhecesse o merecimento da homenagem e da ligação com a Amazônia, Vanzolini, “a partir do promontório paulista”, possui declarações fechadas e auto-suficientes, como se transportasse as “tábuas da lei”. Do mesmo modo, sua atuação representava “coisa de *bwana* colonial, ainda que revestido da sacralidade científica”. Se o hábito não faz o monge, na visão de Lúcio, o conhecimento do zoólogo não podia ser considerado como científico, não o modelo de ciência aguardado para a realidade amazônica.

As declarações do zoólogo não podem ser creditadas à sua idade, porque suas opiniões não são recentes. “O problema é de postura, de visão, de estrabismo colonial”.⁶⁵ Inserida como colonialidade do saber, a atitude denunciada certamente influenciava na permanência da colonialidade do poder, uma marca inseparável da ocupação da Amazônia e motivo de indignação do jornalista. Não era qualquer saber sobre a região, com o agravante de ser originário do *promontório paulista*, que teria o lastro científico.

Se as observações transformaram o drama televisivo, as atitudes do economista e do zoólogo paulistas em dissidência histórico-cultural na tensa relação Norte *versus* Centro-Sul, a fissura foi redimensionada quando Lúcio Flávio Pinto esteve envolvido pessoalmente no campo de tensão. Na ocasião, o “centralismo cultural” de São Paulo e o “destino colonial” da região vieram à público durante uma polêmica travada com o jornalista Kléster Cavalcanti, correspondente da revista *Veja* na Amazônia, depois da entrevista concedida a revista *Caros Amigos*. Na ocasião, Lúcio revelou suas suspeitas sobre a veracidade do sequestro do enviado, ocorrido em Belém, um fato

⁶⁴ Jornal Pessoal, ano XVI, nº 303, 1ª e 2ª quinzenas de junho de 2003, p. 08.

⁶⁵ Jornal Pessoal. “Sapiência bandeirante”, ano XVIII, nº 332, 2ª quinzena de outubro de 2004, p. 08.

amplamente escandalizado pela grande imprensa nacional. Kléster publicou um livro narrando sua experiência na “selva”, onde destacava o suposto sequestro.⁶⁶

Nas réplicas e trélicas, as tensões afloraram. Numa tentativa de desmerecer o oponente, Kléster comparou os lugares em que exerciam a profissão: “eu vivo e trabalho em São Paulo, uma das maiores cidades do mundo e mais importante centro da imprensa do Brasil”, enquanto Lúcio Flávio Pinto vivia num “ostracismo sem fim, sem emprego, esquecido pelas redações do país (...) confinado em seu jornalzinho de garagem”.⁶⁷ O que parecia ser uma simplória pendenga jornalística, a comparação deu margem para novas reflexões identitárias, elevando o nível do confronto, além do foro de profissionais da imprensa.

O paraense questionou a crença de somente poder realizar-se profissionalmente na “parte mais moderna” do Brasil. Caso a sentença fosse válida reforçava “um dos terríveis problemas do país: a concentração de sua inteligência”. Se o sucesso estivesse determinado pelas “Vejas da vida e nas capitais do centro-sul, não há escapatória: as melhores cabeças terão que deixar suas terras de origem, tão carentes de sua contribuição”. Na contramão dessa opção, sobretudo porque privava a região de profissionais capacitados e elevaria o nível de desequilíbrio com os centros hegemônicos do país, Lúcio reconhecia a importância de permanecer no *front* amazônico.

A situação posta e polemizada reporta-se ao drama e a expectativa de inúmeros intelectuais paraenses que tiveram que se deslocar para o eixo Rio-São Paulo a fim de obter o reconhecimento profissional, na ânsia de “vencerem no sul”. Casos do crítico literário José Veríssimo, do maestro Waldemar Henrique, dos escritores Dalcídio Jurandir, Eneida de Moraes, Leandro Tocantins e Haroldo Maranhão ilustram aquela opção de vida. Porém, nem todos tiveram tal reconhecimento, a título de exemplo foi o músico Gentil Puget, que faleceu pobre e esquecido, no Rio de Janeiro.

A trajetória de Lúcio Flávio Pinto depunha contra aquela determinação sinalizada pelo pernambucano Kléster, que se vangloriava de trabalhar no “grande centro” da imprensa nacional e mundial. O paraense abandonou uma promissora carreira acadêmica e na imprensa paulista quando decidiu retornar ao Pará na intenção de “viver e testemunhar” na Amazônia “a maior de todas as histórias de conquista (e destruição, infelizmente) de fronteira continental na terra”. Acompanhar os fatos no momento mesmo que se constituíam em história, revelava o motivo do retorno na ânsia de informar o cidadão. Ademais, decidiu romper com a grande imprensa e optou pelo trabalho independente. Por fim, recomendou aos jovens jornalistas que permaneçam nos

⁶⁶ CAVALCANTE, Kléster. **Direto da selva**. As aventuras de um repórter na Amazônia. São Paulo: Geração Editorial, 2002 (Coleção Vida de Repórter).

⁶⁷ PINTO, Lúcio Flávio. “Novamente Kléster”. O Jornalismo na linha de tiro, op, cit, p. 448.

“lugares para os quais são mais úteis” no objetivo de dedicar sua competência e manter o compromisso com suas raízes.⁶⁸

Nas fímbrias desse questionamento, tornava-se inadiável “acabar com essa concentração científica, tecnológica, cultural e intelectual que dá a São Paulo um peso no PIB de C & T maior até do que na atividade produtiva”. A importância dessa alteração é uma forma de não correr o risco de permanecer “regionalmente menos desiguais na riqueza” e “mais desiguais no saber”. Quando da pendenga com o acadêmico Hélio Jaguaribe, o paraense contabilizou 1% para a Amazônia, enquanto 39% eram destinados a São Paulo do investimento em ciência e tecnologia. A divisão só poderia gerar a desigualdade também no *saber*. No reconhecimento dessa assertiva, o saber é uma estratégia para a manutenção do poder⁶⁹, especialmente na Amazônia tão necessitada de investimento científico, como sempre defendeu o jornalista paraense.

A essência da dominação tinha sua lógica. Integrante da “região concentrada”, São Paulo conseguiu aliar poderio econômico e político com o saber científico, ampliando, assim, sua força frente aos outros estados, por conseguinte, a perpetuação da desigualdade regional.⁷⁰ Na íntima ligação entre saber e poder, a verdade está amparada no discurso científico e nas instituições produtoras⁷¹, no caso específico, estão estabelecidas no Estado paulista, o que reforça a reprodução de seu poder na Federação brasileira. Questionar a desigual distribuição das verbas entre os entes federativos também integrava seu posicionamento político.

Durante esse conflito com Kléster, resvalada na imprensa do centro-sul⁷², a revista eletrônica *Observatório da Imprensa* insinuou que o paraense foi autor de um e-mail enviado à redação, contendo graves denúncias sobre alguns jornalistas da imprensa nacional. Apesar de Lúcio ter negado a autoria, a *OI* ameaçou debater o assunto na próxima edição, mas declinou, devido a descoberta da fraude. Em meio ao desgastante ocorrido, Lúcio recebeu inúmeras manifestações de solidariedade. Ao comentar o pronunciamento da senadora Ana Júlia Carepa

68 Idem, “Minha nova resposta”, op. cit, p. 452.

69 Idem, p. 454. Sobre os privilégios do sul em relação às verbas de ciência e tecnologia, visto que “nós vamos continuar a receber as migalhas do orçamento nacional de ciência e tecnologia”, ver: *Jornal Pessoal*, “C & T: verba ficará no Sul”, ano XVII, nº 320, 2ª quinzena de março de 2004, p. 06.

70 SANTOS, Milton. op. cit.

71 FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder-Saber**; organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta; tradução, Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2a edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

72 A análise das práticas da grande imprensa não ficou circunscrita ao Pará, as matérias de Lúcio são eivadas de críticas à desenvoltura dos grandes órgãos da imprensa paulista e carioca, como as revistas *Veja*, *Isto é*, *Época*, os jornais *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, inclusive, o *Estadão*, onde trabalhou até 1988. Um dos exemplos foi a reportagem do enviado da *Veja* ao garimpo de Serra Pelada, que pautou a reportagem pelo “exotismo ideológico do ‘sul-maravilha’ e por um receituário de supermercado”, que cobre a complexa realidade com a “insensibilidade dos colonizadores, destes conterrâneos que, só por um acaso histórico, e uma contingência geográfica, falam a mesma língua”. *Jornal Pessoal*. “Samba do loiro doido”, ano I, nº 11, 1ª quinzena de 1988, pp. 07-08.

(PT) em sua defesa no Congresso, ressaltou que “ela saiu em defesa da Amazônia”. No jornalismo ou nos debates políticos, a região é muito citada, alguns sujeitos, inclusive, são alçados à notoriedade. “Mas nós, no fundo, nada contamos”, sendo ignorado pelo poder em Brasília ou na redação de uma revista eletrônica.

Quando foi chamado a considerar a fraude, o editor Alberto Dines perguntou pelas credenciais do interpelante, provavelmente teria retorquido com desdém: “Ah, um jornalista do Norte? Sim, do distante, desconhecido, primitivo e selvagem Norte. Ora, pois: não interessa”. Lutar contra a alteridade que ajudava a inferiorizar os nortistas, significava, a partir de sua trincheira jornalística, travar também o combate contra segmentos da grande imprensa nacional. Por fim, agradeceu a quebra do silêncio proporcionado pelo discurso de Ana Júlia. “Suas palavras renovam um compromisso que teimamos em cumprir: o de existirmos”.⁷³ Ignorados e desprezados pela *parte* hegemônica, com a credencial do *todo* nacional, *teimar* em *existir* comportava o modo de luta travado pelos amazônidas.

A narrativa da refrega entre os jornalistas é um episódio bem característico do teor de sua crítica. Baseado em memórias de suas vivências profissionais, o polemista recordou quando chegou a São Paulo, em 1969, os paulistas pensavam que fosse paranaense: “eu não parecia paraense”, porque eram raros os parauaras no circuito frequentado. Experiência vivida que possibilitou nova reflexão. O estereótipo físico juntou-se ao preconceito cultural: “acima da Bahia não há vida inteligente, da perspectiva do Sul Maravilha”. A constatação veio acompanhada de outras informações: “Somos subproduto do eixo hegemônico do país, sem direito a autonomia e identidade”. A recordação originou-se da reação de um leitor paulista da revista eletrônica *Observatório da Imprensa*, que reproduziu a nota Lúcio de agradecimento à assinatura de *New York Review of Books*, presenteada por um amigo.

O leitor paulista lhe considerou “recalcado” ao reclamar do preço do NYRB, além de “ingrato”, mas terminava a nota “deslumbrado” com a revista. No final o leitor alfinetou, que a NYRB era excelente, mas não era única e indagou se já tinha ouvido falar no *Times Literary Supplement* e da *London Review of Books*. Lúcio respondeu que não só conhecia, mas que comprava em “Londres mesmo”. Embora o leitor pudesse não acreditar, “já andei pelo mundo”. A análise formulada foi contundente ao reconhecer que a escrita do leitor integra a “presunção de onipotência e onisciência do epicentro brasileiro não cabe a noção de que nordestinos e nortistas também podem estar atualizados e pensar pela própria cabeça, ainda que grande, mesmo que

⁷³ Jornal Pessoal. “Senadora fala sobre a fraude”, “A Amazônia no país: um imenso vácuo”, ano XVI, nº 307, 2ª quinzena de agosto de 2003, pp. 06; 12.

chata”.⁷⁴ Irônica resposta bem ao seu estilo polemista, que não perdia a ocasião para contrapor a convencida superioridade e preconceito do centro hegemônico nacional, tão denunciada, substrato para sustentar a dominação.

A subalternização colonial do conhecimento é uma forma de diferenciação, daí emergir um novo *locus* de enunciação, uma razão subalterna na luta para externar a força e a criatividade de saberes que foram subalternizados durante o processo de colonização mundial, no momento da construção da modernização e razão moderna. Reflexos desses valores permaneceriam como aspecto da colonialidade do poder e do saber, em relação ao pensamento amazônico, que não teria validade e credibilidade por estar *distante* do centro. “O pensamento liminar, na perspectiva da subalternidade, é uma máquina para a descolonização intelectual, e, portanto, para a descolonização política e econômica”.⁷⁵ A atuação de Lúcio Flávio Pinto a partir do *front* amazônico constituía-se em caso singular na luta descolonizadora, amparado em seu saber liminar, prontificado a enfrentar os agentes da dominação.

A tradição de intelectuais na Amazônia em luta para desmontar mitos que denigrem a imagem regional não é recente, como ressaltamos no primeiro capítulo. Sem cair na narrativa do enfeitamento ou mendicância, Lúcio diferencia-se pelo embate intelectual, enunciado de um lugar subalterno, porém convencido que o seu saber é uma estratégia imprescindível no jogo do poder, sobretudo para libertar os amazônicos do jugo colonial.

A implacável escrita do jornalista direcionada ao Estado federal fundamentava-se na sua larga experiência profissional comprometido com o destino amazônico. Na constituição da memória histórica, os fatos narrados integram os argumentos da permanente colonização pelos principais alçozes da Amazônia, contribuindo para demarcar o distanciamento entre o sentido de ser Amazônia e ser Brasil. Luta que transpunha o campo abstrato do Estado Nacional para outros órgãos e sujeitos específicos como promotores da colonização.

Companhia Vale do Rio Doce & Eletronorte: os colonizadores

⁷⁴ Jornal Pessoal. “Nós, os ignaros do norte”, ano XX, nº 393, 1ª quinzena de junho de 2007, p. 12.

⁷⁵ MIGNOLO, Walter, op. cit, pp. 23-76.

Travar o *bom combate* pela Amazônia, papel várias vezes assumido por Lúcio Flávio Pinto, consumiu boa parte de sua narrativa. Do mesmo modo que nas questões culturais, a luta jamais circunscrevia ao demiurgo Estado brasileiro, haja vista não ser entendido de modo abstrato e monolítico, homogeneizado e superdimensionado. Nessa constituição, estatais e autarquias e seus respectivos sujeitos sociais integram as teias do poder federal, articulados aos múltiplos projetos desenvolvidos, especialmente os que incidiam na Amazônia. A história, novamente, foi o embasamento de suas reflexões amazonianas.

Entre os órgãos do Estado que mais ganharam destaque em sua escrita, a Vale e a Eletronorte, sem titubear, materializam a nova fase amazônica. Não é para menos, ambas, aportam-se na região em meio ao furor desenvolvimentista autoritário. Interpretadas como *enclaves* e *cavalos de tróia*, as empresas estatais (a CVRD foi privatizada em 1997) passam a representar com cores mais visíveis a face colonizadora do Estado Nacional na Amazônia.

Em meio ao projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas, a Companhia Vale do Rio Doce foi fundada em 1942, com objetivo de suprir a necessidade de matéria prima a ser destinada à industrialização. Sediada em Minas Gerais, a história da Vale na Amazônia começou a partir da descoberta da valiosa mina de ferro na serra dos Carajás, no sudeste do Pará, em 1967. Nesse momento, a CVRD passou a planejar a exploração do minério, que no início contou com a colaboração da empresa norte-americana *United States Steel*, representada no Brasil pela Companhia Meridional de Mineração.⁷⁶ Enquanto isso, crescia entre os paraenses a expectativa de desenvolvimento econômico.

Em torno de Carajás, foram efetivados outros projetos de infra-estrutura para possibilitar a exploração mineral. Construída pela estatal Eletronorte, criada em 1973, a hidrelétrica de Tucuruí impactou a Amazônia paraense, a começar pelo represamento do rio Tocantins, gerando sensível impacto ambiental e social, tudo em nome da modernização. Era o começo das tensões das elites paraenses com a estatal. Para escoar o minério, construiu-se uma polêmica ferrovia que ligava Carajás ao porto de Itaqui no Maranhão, em detrimento da opção hidroviária que seria através das eclusas de Tucuruí. No início da década de 1980 é lançado o Projeto Grande Carajás, que

⁷⁶ Sobre a história da Companhia Vale do Rio Doce na Amazônia, ver: BEISIGEL, Vanderlei de Rui. “O Advento da Mineração em Carajás: Contribuição à história da Companhia Vale do Rio Doce na Amazônia”. TEIXEIRA, João Batista Guimarães e BEISIGEL, Vanderlei de Rui (org). **Carajás: geologia e ocupação humana**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006, pp.127-402; ver também: VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás: Planejamento da destruição**. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Universidade de São Paulo e Fundação Universidade de Brasília, 1989.

ambicionava transformar o vale do Tocantins/Araguaia em novo “vale do Ruhr”, devido à perspectiva de desenvolvimento industrial.⁷⁷

Publicada nesse contexto, a obra do jornalista reuniu alguns artigos divulgados pela grande imprensa, traduzindo as expectativas dos paraenses com os benefícios advindos de Carajás. Para ampliar a contrariedade, nem eclusas, muito menos um vale industrializado efetivou-se no vale do Tocantins, o que alimentou os constantes atritos da classe política e empresarial paraense com a grande empresa.

A importância da Estatal na economia paraense foi crescendo ao longo dos anos, nem sempre assentada em relação amistosa com as lideranças estaduais, principiada pelo anúncio do escoamento do minério pelo Maranhão, em 1973. Depois de privatizada, em 1997, a Vale passou a acumular enormes lucros, tornando-se uma das maiores empresas do mundo no setor mineral. A despeito desses dividendos e da importância do estado para esse crescimento, o paradoxo é que o Pará está “cada vez mais pobre”.⁷⁸ O contraste entre o montante de recursos explorado pela empresa e o crescimento da pobreza no Pará, foi bastante destacado pelas análises do jornalista, como indicativo da relação colonial estabelecida no estado.

Na interpretação de Lúcio Flávio Pinto, a CVRD desenvolve uma economia típica de “enclave”, já o Pará estava condenado a ser uma “colônia”, um verdadeiro “Golias em terra de David”.⁷⁹ O grave problema tinha explicação. Sem contar com a necessária verticalização do minério extraído, o estado do Pará comportava-se como província mineral, devido também o despreparo de suas elites políticas que não conseguem estabelecer uma relação igualitária com a grande empresa, acarretando em sucessivas perdas de projetos que poderiam beneficiar os paraenses.

A exploração dos recursos minerais crescia vertiginosamente. Em 2003, o Pará já era responsável por metade do faturamento bruto da Vale, mas encontrava-se entre os “mais pobres do país”, representado pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano. “Uma parte da responsabilidade desse paradoxo cabe à própria empresa”, devido continuar a “tratar o Pará como se fosse um resíduo em suas contas e um detalhe em sua estratégia”. Assentado num prognóstico desfavorável, o futuro do Estado não será “brilhante” caso persista como mero exportador de minério.

77 PINTO, Lúcio Flávio. **Carajás, ataque ao coração da Amazônia**. 2a ed. ampliada. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero e Studio Alfa, 1982.

78 PINTO, Lúcio Flávio. **CVRD. A sigla do enclave na Amazônia**. As mutações da Estatal e o Estado imutável no Pará. Belém: Editora Cejup, 2003, p. 12.

79 Idem, “Um Golias em terra de David”, pp. 25-31.

Nesse trágico prenúncio, a grande empresa estava bastante implicada: “Mesmo não sendo a única culpada pela situação colonial do Pará, é a mais visível das culpadas, a mais evidente, a mais diretamente imputável”. A culpabilidade também recai nas elites paraenses. Como proposição, os paraenses deviam seguir o exemplo dos mineiros que reagiram e atenuaram os efeitos da exploração porque elaboraram um projeto para o seu Estado que, apesar de servir a interesses particulares, mas serviu a uma “causa coletiva”. Todavia, os paraenses abriram “mão desse poder”.⁸⁰ A crítica incisiva à poderosa empresa, a grande responsável pela situação social, não arrefeceu a condenação dos grupos dirigentes parauaras, contrariando os argumentos regionalistas, tão evidenciados nas últimas décadas como integrante das enunciações públicas.

O custo dessa ausência refletia na política adotada pela empresa no território paraense de forma “metropolitana”. Diferentemente, o “Pará não tem política nenhuma para a Vale”. Quando tem, é de “migalhas”. Ao perceber isso, a grande empresa “manda as cestas básicas para a população carente porque essa é a postura do Pará, varejista”. A postura do Pará nunca foi de “atacado”, representada por uma “postura do planejamento”. A empresa mineradora possui essa política, porém não tem interesse em modificar o modelo adotado, porque é desse modo que continuará crescendo no estado sem grande custo.⁸¹

A ausência de alteração na estratégia das autoridades do Pará em relação à Vale, insistentemente cobrada pelo jornalista, tinha direta relação com a força que a empresa possui em terras paraenses e as consequências sociais. Não havia dúvidas: a continuidade da colonização do Pará ou sua descolonização passaria pela Vale.

A grandeza da Vale não tem a contrapartida compatível com que se esperaria do desenvolvimento no Pará. O resultado é a persistência da política de exploração sem perspectiva de alteração. Com enorme peso na economia estadual, a CVRD lucrou em 2002, no estado, “quase o dobro” da arrecadação do governo paraense, ou seja, a empresa tem o poder de ser “maior do que o Pará”.⁸² E esse peso econômico não é proporcional ao investimento em melhorias sociais, devido ao tratamento de província mineral, desprovida de verticalização em solo paraense. A nova atitude possibilitaria romper com a colonização.

O poder da Vale no Pará é tamanho que está condizente com o destaque recebido em suas matérias jornalísticas, do jornal *O Liberal* ao *Jornal Pessoal*. São incontáveis os registros negativos dessa atuação em solo paraense. Não é diferente nos últimos anos. O anúncio pelo presidente da

80 Idem, “O dragão da maldade”, pp. 37-46.

81 Pronunciamento realizado perante a Comissão de Estudo sobre a Companhia Vale do Rio Doce da Assembléia Legislativa do Estado, em 24 de março de 2003. “Para domar o gigante”. Idem, p. 148.

82 Idem, “CVRD: maior do que o Pará”, pp. 47-50.

Vale, Roger Agnelli, dos próximos investimentos no Pará, em agosto de 2008, na presença da governadora, Ana Júlia Carepa e do presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu sua insuspeita análise. A manchete já apontava a dúvida: *Riquezas. Nossas ou deles?* Prosseguia com uma chamada logo abaixo: o Pará é o “lugar mais importante para a estratégia” da empresa, atualmente, “e será ainda mais no futuro”, admitida, inclusive, nos discursos da empresa. Mas o Estado era conhecedor da “parte que lhe cabe nesse bolo?”.⁸³ O questionamento calava fundo sobre a principal exigência de Lúcio Flávio Pinto em relação à influência da Vale exercida no Pará, mas sem a equivalência da contrapartida social. Não ter consciência desses fatores, possibilitava a continuidade da intensa exploração.

Na trincheira dos fatos e na incisiva cobrança de outro posicionamento das autoridades, reconheceu que tal desconhecimento e a política errônea implantada só podiam conduzir à permanente desvantagem paraense, traduzida em parques dividendos sociais. Um enorme paradoxo: rico em minérios, mas pobre socialmente. Como costuma reiterar, quando o Pará cresce, é como rabo de cavalo, para baixo.

O descompasso entre os crescentes números de exportação mineral e a diminuta taxa de desenvolvimento no Pará, demonstrava o quanto é prejudicial sua política mineradora no estado, visto não agregar valor, não beneficiar o produto, exportando de forma bruta a matéria prima. “Significa a consolidação da ‘vocação’ colonial da Amazônia, com ênfase no Pará”. A permanência dessa tendência econômica é o anúncio de uma tragédia. Lúcio é categórico no prognóstico em relação à continuidade mineradora: “Significa que o Pará não terá futuro”.⁸⁴ A charge utilizada na capa é bem representativa: um caboclo é saqueado por um esperto estrangeiro em fuga, carregava, inclusive, sua indumentária, deixando-o completamente despido, no caso em questão, também sem riqueza mineral.

Sem *futuro*, a começar pelo processo de exaustão das riquezas de seu subsolo, por não serem renováveis, o Pará estava fadado ao fracasso do desenvolvimento. Um alerta advindo de longa data, portanto, cimentado na história, sobretudo porque teve o privilégio de acompanhar, desde os primórdios os grandes projetos, a exemplo de um dos maiores *caballos de tróia* da Amazônia: a mineradora Vale.

A situação não era diferente em relação à Eletronorte. Fundada em 1973, sob os efeitos da crise mundial do petróleo, a Eletronorte mudou o cenário da economia regional. A entrada em cena da estatal foi estratégica a fim de coordenar o suprimento de energia para os grandes projetos

⁸³ Jornal Pessoal, ano XXI, nº 424, 1ª quinzena de setembro de 2008, p. 01-03.

⁸⁴ Jornal Pessoal. “Riqueza que acaba”, ano XXII, nº 436, 1ª quinzena de março de 2009, p. 02.

em andamento na região. Antes da aparição da estatal, segundo Lúcio, afirmava-se que energia significava desenvolvimento, numa época em que o Pará não tinha energia nem desenvolvimento. “Hoje, tem energia. Mas à medida que aumenta seu parque gerador, o que vem associado a ele é subdesenvolvimento e não desenvolvimento”. A afirmativa parecia paradoxal, contudo, “a energia está *subdesenvolvendo* o Pará”.⁸⁵ A comparação entre o antes e o depois da era dos mamutes hidrelétricos na Amazônia, contribuía nas análises, quebrando a justificativa dos defensores do projeto de intervenção modernizadora. A exploração energética só aprofundou os desníveis sociais, que passarão a ser flagrantes entre os paraenses.

No início, os impactos sociais gerados pela inundação promovida pelas barragens não podiam ser atribuídos à estatal, segundo dois de seus presidentes, devido sua precisa e inarredável afinidade: “Nós somos uma empresa de eletricidade, nós não somos empresa de desenvolvimento”.⁸⁶ O projeto modernizador, nesse caso, era econômico, mas com a energia desconectada do social, como estabelecia a vontade dos tecnocratas. A atitude revelava-se paradoxal, devido a propaganda oficial divulgar o fator desenvolvimentista embutido em projetos dessa envergadura, uma espécie de alicerce para muitos dos investimentos públicos e privados executados na esteira de Tucuruí.

O paradoxo da declaração desvendava o alheamento de seus dirigentes para os danos ambientais e sociais causados pelo grande projeto energético. O social era um detalhe nessa engrenagem, haja vista sinalizar o interesse do valor da energia para sustentar a desenvoltura e a musculatura dos grandes investimentos como modelo de modernização. A necessidade e o interesse regional não contavam nessa intervenção autoritária nacional. Na Amazônia, o desenvolvimento não casava com o social.

Ser considerado o 3º maior exportador de energia bruta do Brasil não era nada salutar e benéfica, tornava-se até um título aviltante para o Pará. Do total de 4,2 milhões de quilowatts gerados pela hidrelétrica de Tucuruí, “55% são transferidos para outros Estados, 28% são absorvidos pela Albrás, a 8ª maior fábrica de alumínio do mundo, e apenas 17% são fornecidos à Rede/Celpe, que assim atende o Pará”. Desse percentual, a empresa não fornece 25% dos paraenses. “São quase 1,8 milhões de cidadãos até hoje excluídos do benefício proporcionado pela quarta hidrelétrica do planeta e a maior inteiramente nacional”.⁸⁷ Munido desses números que traduzem o descompasso da Eletronorte no Pará, Lúcio municiou-se no desnudamento do projeto

85 Jornal Pessoal. “Eletronorte: Padim Sarney, de novo”, ano XVI, nº 297, fevereiro de 2003, p. 03. (grifo do jornal)

86 Jornal Pessoal. “Os mamutes hidrelétricos”, ano III, nº 64, 1ª quinzena de julho de 1990, p. 08.

87 Ibidem. “As mutações da energia no jornal e na realidade”, ano XXI, nº 424, 1ª quinzena de setembro de 2008, p. 07.

anti-social de evidente favorecimento ao grande capital, indiferente às necessidades básicas da população local.

Retrato cruel da situação, por mais de 15 anos após a geração de energia, o linhão de Tucuruí passava literalmente por cima de municípios e localidades diretamente afetados pelos impactos da hidrelétrica, sem atender suas necessidades básicas. Os municípios do Baixo-Tocantins, Cametá, Baião, Mocajuba e Limoeiro do Ajuru, ainda eram atendidos com geradores a diesel, enquanto sofriam sensível impacto social, em particular os ribeirinhos, que acompanharam redução da oferta de pescado. A luta social foi intensificada, sobretudo pelo Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

A construção da hidrelétrica de Tucuruí foi acompanhada *pari passu* pelo jornalista, que publicava diariamente nos jornais *O Liberal* e *Estadão*, polemizando com os técnicos da empresa sobre os impactos causados na área a abranger o lago e nos seus arredores. A não concretização do projeto de transposição do rio Tocantins foi mais um dos desatinos cometidos pela Eletronorte, reiteradamente denunciada. Até o momento as eclusas não foram concluídas, consideradas indispensáveis ao retorno da navegabilidade e o conseqüente adensamento de possibilidades econômicas no vale do Tocantins.

Um dos fatos mais emocionantes vividos nessa cobertura, declarado pelo jornalista, foi o momento em que presenciou o fechamento das comportas. Nesse instante não conteve as lágrimas, lamentando pela importância que os rios representam para a região. Inaugurada em 1984, a barragem ocasionou sérios danos ambientais e socioculturais, como a expulsão de várias etnias indígenas⁸⁸ e famílias ribeirinhas, além de privilegiar o grande capital, no caso, a Albrás, para a fabricação de alumínio e alumina. A grande empresa teve energia subsidiada pela Eletronorte, inclusive, mais barata do que os consumidores de Belém.

Mas existia uma forte justificativa para esse privilégio: “Tucuruí foi conferida à Eletronorte, numa época autoritária”. A subsidiária da Eletrobrás na Amazônia foi transformada numa das “mais autoritárias empresas estatais brasileiras”. O autoritarismo se manifestou ao longo de sua história na região, impedindo que se transformasse numa empresa da Amazônia. “Era uma agência de ocupação da Amazônia, uma delas, talvez a mais agressiva”. O autoritarismo deu-se em dois momentos, o primeiro por não absorver o conhecimento da população nativa e por ignorar que “a

⁸⁸ SANTOS, Silvio Coelho dos e NACKE, Aneliese. “A Eletronorte e os projetos hidrelétricos” e “Projetos hidrelétricos e povos indígenas na Amazônia” In: HÉBETTE, Jean (org). **O cerco está se fechando**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Fase; Belém: Naea/UFPA, 1991, pp. 46-51; 78-88.

vida da Amazônia é marcada pelo rio, depende desse rio intrinsecamente”. A empresa considerou que “o rio é um curso d’água que pode se transformar em energia e só!”.⁸⁹

Mais de uma década depois, como não houve alteração na intervenção, o pensamento permaneceu: “Tucuruí surgiu à sombra do mais rigoroso autoritarismo e vinculado à determinante inflexível de servir a um modelo de exportação *in natura* das riquezas do Pará”. Sem encontrar mobilização da opinião pública para contestar o empreendimento, a obra prosseguiu, com exceção das denúncias de Lúcio, porém ocorreram quando já estava em avançado processo de conclusão, coincidência com o ocaso do regime ditatorial. A situação tornava-se tão grave que transformou o Pará numa “colônia de energia” ou província energética.⁹⁰

Os fatos eram incontestáveis, marcando de maneira indelével a presença da Eletronorte em terras e águas paraenses. Um dos casos mais polêmicos e representativos desse aspecto *colonial* ocorreu com a necessidade de racionamento em 2001, imposto pelo governo federal e prontamente acatado pelo governo estadual, na época, também tucano. A atitude traçava o perfil da submissão à determinação do poder central. Tudo isso, apesar do Pará ser o terceiro maior exportador de energia.⁹¹

Numa relação nem sempre harmônica, o conflito das autoridades paraenses com a estatal deu-se logo com a definição de sua sede, estabelecida provisoriamente em Brasília, apesar da luta empreendida por lideranças políticas e empresariais para que se instalasse na região. Embora não bastasse sua instalação em Belém, porém a determinação já possibilitava impedir a continuação de “ser o que tem sido até agora: um cavalo de Tróia dentro das muralhas amazônicas”.⁹² Sem que a situação fosse alterada, em maio de 2008, Lúcio noticiou a decisão da construção da sede própria em Brasília, por “amarga ironia”, o projeto da nova sede foi realizado por dois paraenses, o presidente, Carlos Nascimento e o diretor, Manoel Santana Ribeiro, indicados pelo deputado federal Jader Barbalho, um ato de “traição aos legítimos interesses do Pará e da Amazônia”.⁹³

O jornalista cobrou da opinião pública e autoridades paraenses, que pareciam indiferentes, um posicionamento contra a decisão da estatal, por não instalar no Pará a sua sede, o estado onde extrai 80% da energia comercializada. O novo presidente da Eletronorte, Jorge Palmeira, “apesar

⁸⁹ Jornal Pessoal. “Os mamutes hidrelétricos”, op.cit, p. 06.

⁹⁰ PINTO, Lúcio Flávio. “Província energética”. Hidrelétricas na Amazônia: predestinação, fatalidade ou engodo? Belém: Edição: Jornal Pessoal, 2002, pp. 82-84. Esta definição já tinha ocorrido na obra Carajás, o ataque ao coração da Amazônia, op, cit, pp. 30-31.

⁹¹ PINTO, Lúcio Flávio. “Água: problema e solução”, op, cit, pp. 65-67; ver também: Jornal Pessoal, “Pará é isso”, ano XV, nº 271, 2ª quinzena de novembro 2001, p. 03.

⁹² Jornal Pessoal. “Eletronorte: um passivo de 30 anos”, ano XVI, nº 303, 1ª e 2ª quinzenas de junho de 2003, p. 12.

⁹³ Ibidem. “Eletronorte ficará em Brasília de vez?”, nº 416, 1ª quinzena de maio de 2008, p. 12.

de paraense”, também indicado por Jader Barbalho, referendou a decisão do presidente anterior, Carlos Nascimento.

A decisão diferencia-se de outras estatais do ramo. Porto Alegre é a sede da Eletrosul, Recife, da Chesf e o Rio de Janeiro, de Furnas. Enquanto isso, a Eletronorte só irá instalar representações nos estados de sua influência, numa “típica relação colonial metropolitana”, o traço marcante no “perfil autoritário” da estatal. O resultado é que o Pará “parou no tempo”, não tem “liderança à altura”, pois virou “butim de guerra”, de pirataria, “exposto à pilhagem pela omissão dos que o deveriam defender: seus filhos”.⁹⁴ Incontinentemente aos fatos, a indignação do jornalista ultrapassava o alvo da estatal, para mirar na representação política paraense, a qual deveria atuar de modo diferenciado a fim de modificar a situação posta pela grande empresa energética. Não admitia tamanha indiferença, omissão e incompetência dos representantes paraouaras.

Se Tucuruí já se constituía como sangradouro das riquezas energéticas do Pará, a provável construção da hidrelétrica de “Belo Monte consolida [o] Pará como colônia”.⁹⁵ Esta afirmação originou-se depois de uma matéria na edição anterior: “Se Belo Monte sair, o Pará se tornará o maior exportador de energia bruta do Brasil (é o 3º no momento). Talvez do mundo”. Mas isso não era um “título que nos honre, muito pelo contrário”. A posição só agravaria a dependência já denunciada. A verdade que o estado enviará “para outros lugares um dos principais insumos do desenvolvimento para se subdesenvolver cada vez mais”.⁹⁶ Exportar energia sem gerar lucro no nascedouro da extração era o sinal mais cruel da continuidade colonial, um pesadelo que o cavalo de tróia Eletronorte ajudava a consolidar no Pará.

Cercado de polêmicas, o projeto de Belo Monte a ser executado no rio Xingu foi considerado “amaldiçoado”, em decorrência dos inúmeros fatos que se sucederam, desde a cena da índia Tuíra esfregando um terçado no rosto do diretor da Eletronorte, Antônio José Muniz Lopes, em 1989, a qual demonstrava a rejeição pela execução do projeto, ao recente episódio das bordunas dos índios kayapó no funcionário da Eletrobrás, Paulo Fernando Vieira Souto, em Itaituba, num encontro em maio de 2008, a fim de discutir a viabilidade de Belo Monte.⁹⁷

Transformada em *província energética* e mineral, mas desprovida de desenvolvimento, o Pará ainda amargava o abandono de suas lideranças por se alinharem com os grupos hegemônicos do poder em Brasília. Tanto a Eletronorte quanto a CVRD, hoje Vale, na interpretação de Lúcio,

⁹⁴ Ibidem. “Eletronorte ficará mesmo em Brasília”, nº 418, 1ª quinzena de junho de 2008, p. 07.

⁹⁵ Entrevista concedida ao *sít* do Instituto Humanitas Unisinos (IHU), do Rio Grande do Sul. Ver: *Jornal Pessoal*, ano XXII, nº 435, segunda quinzena de fevereiro de 2009, p. 07.

⁹⁶ *Jornal Pessoal*. “Usina colonial: é Belo Monte”, ano XXII, nº 433, 2ª quinzena de janeiro de 2009, p. 03.

⁹⁷ Idem. “Hidrelétrica amaldiçoada”, ano XXI, nº 419, 2ª quinzena de junho de 2008, pp. 01-04.

praticam de modo recorrente uma política colonizadora, nociva aos interesses da Amazônia. A estatal e a empresa mineradora são consideradas verdadeiros *enclaves* ou *caballos de tróia*. Contribuíram para isso a postura da elite amazônica, tão ineficaz quanto prejudicial ao estabelecimento de uma nova relação, dessa vez, igualitária e de rompimento da prática exploradora.

O histórico da estatal no Pará não favorecia uma relação mais amistosa. A prova disso foi a discreta comemoração de 15 anos de funcionamento da hidrelétrica de Tucuruí entre alguns superiores da Eletronorte. Polêmica desde o início da construção, devido o elevado custo, acrescido com o escandaloso superfaturamento e prejuízo financeiro, Tucuruí contribui para a situação colonial paraense. Condenado a ser uma província energética, o Pará desconhece essas “histórias”. A comemoração não lhe passa de um “ato estranho”. Contudo, se conhecesse a “verdadeira história, os motivos que teria não seriam nada comemorativos. Seriam para chorar”. A reportagem é enriquecida com uma charge da hidrelétrica encravada no mapa do Pará, exportando energia para outros estados. Representados por cifrões, os linhões energéticos são também carregados para fora de seu território.⁹⁸



Imagem: 30

Fonte: Agenda Amazônica, ano I, nº 06, fevereiro de 2000. No uso de várias metáforas como cavalo de troia, mamute hidrelétrico, agora, pirâmide energética, a hidrelétrica de Tucuruí completava 15 anos, mas

⁹⁸ Agenda Amazônica. “A pirâmide energética completou 15 anos (quem comemora?)”, ano I, nº 06, fevereiro de 2000, pp. 01-05.

com desvios dos dividendos da energia para outros estados bancarem seu desenvolvimento, portanto, não havia motivos de comemoração.

Além da Vale e Eletronorte, o Banco do Brasil, que completava dois séculos em 2008, não passou incólume ao seu tirocínio. O novo combate resultou do porque o BB chegou ao Pará um século depois de sua fundação, em 1908, motivado pela economia gomífera, ou seja, “sem ter contribuído para sua ascensão, queria colher os frutos que não plantou”. Numa sinalização com o sentido de se aproveitar para auferir dividendo, a exposição comemorativa devia apresentar documentos que justificassem o atraso, diferente dos bancos ingleses, os autênticos financiadores da borracha. Por fim, finalizou de modo peremptório: “A Amazônia, sempre foi muito longe do Brasil, ontem como hoje”.⁹⁹ Nesse registro, nenhum pouco desprezioso, aproveitava para fustigar ainda mais a relação desfavorável com a federação, tendo o maior banco oficial do país como exemplo do descaso, atraso e esquecimento.

Se a crítica ao Estado brasileiro deixou de ser abstrata, na representação de suas autarquias e estatais, também não podia ser o único responsável pelo sofrimento amazônico. Os líderes regionalistas, além de desmentidos, foram devidamente implicados na desconfortável situação regional.

Ainda não desceram à rinha: as elites regionais

A incisiva análise histórica acerca do papel do Estado brasileiro na Amazônia não deixou margem para dúvidas da descrença do sociólogo e jornalista em relação à política federal adotada na região. Diferenciada das práticas dos regionalistas paraenses, sua artilharia também tinha outros alvos, especialmente daqueles que poderiam exercer um contraponto mais combativo, a partir das trincheiras supostamente erguidas em *defesa* do Pará.

A veemência de suas críticas não poupou as ações e falhas da *elite* paraense, especialmente a partir do regime militar, quando foi “marginalizada ou só ocupou cargos importantes sob o compromisso de submissão (e, às vezes, subserviência) a Brasília, sem autonomia ou com estreitíssima margem de manobra”. A sua principal missão consistia em “cumprir ordens de cima”. A situação era alterada, eventualmente, por capacidade pessoal ou em decorrência de indicação política. Nesse momento, as *elites* assumiram posições relevantes, mas o “resultado foi deficitário ou inteiramente danoso”. Através desse grupo dominante, conforme o sentido exposto, “é o canal

⁹⁹ Jornal Pessoal. “Centenário tardio”, ano XXI, nº 421, 2ª quinzena de julho de 2008, p. 05.

de expressão da voz do dono. Raramente assumiu a voz da região, sendo sua intérprete e defensora”.¹⁰⁰ O modo de contestar o resultado da atuação dos grupos dirigentes, diretamente implicados nos efeitos negativos dos projetos de modernização autoritária na Amazônia, abria outra frente de ataque aos responsáveis com a situação dependente e com índices pífios de desenvolvimento social e humano.

A utilização do termo *elite* não significava ficar circunscrito a essa generalidade, pois também denominava os sujeitos a serem alvejados por sua artilharia escrita. Atento ao menor deslize das lideranças paraenses, Lúcio Flávio Pinto ainda assim, depositou nesses sujeitos as esperanças para reverterem o quadro socioeconômico regional: “Há a necessidade de um porta-voz. A Amazônia está precisando de um porta-voz”.¹⁰¹ Apesar das possíveis críticas inseridas pela forma de expressar a crença nas lideranças aguardadas, essa escolha, possivelmente, tinha ligação com seus referências acadêmicos, como Karl Mannheim, Max Weber, Lucien Goldman, Wright Mills¹⁰², devido à importância atribuída às elites, entre elas, as intelectuais.

O estudo de intelectuais do porte de Oliveira Viana, Paulo Prado, Azevedo Amaral, influentes nas décadas de 1920 e 1930, defensores de um projeto de modernização de viés conservador para o Brasil, influenciou em sua análise da especificidade amazônica. Tal é a sinalização na esperança de uma representação política como porta voz, que teria a capacidade de falar em nome da Amazônia. Acreditar em personalidades salvacionistas seria um resquício da atuação de lideranças populistas advindas do contexto de fortalecimento da função do Estado, no caso, interventor e modernizador.

Walter Benjamin acreditava num messias com a missão de redimir os oprimidos, mas representado pelo proletariado. Numa visão diferenciada, Lúcio depositava a esperança entre os membros das *elites*, mesmo sem terem descidos à *rinha*. Fustigar as elites a descerem à rinha e lutarem pela Amazônia consumiu boa parte de sua preocupação. A crença não deixava de ser polêmica. O jornalista amazônida esperava um *líder*, uma *voz*, que lutaria e falaria pela Amazônia, pelo Pará, em particular. Quando os líderes, arvorados em assumir a *voz* da região, falharam em suas missões, como Jarbas Passarinho, Jader Barbalho ou Almir Gabriel, a decepção foi demonstrada no teor de sua escrita.

100 PINTO, Lúcio Flávio. **Contra o Poder**, op. cit, p. 194.

101 PINTO, Lúcio Flávio. “Duplamente colônia”. Amazônia a fronteira do caos, op, cit, p. 38.

102 Quando de sua denúncia contra o governo Jader Barbalho, Lúcio citou uma advertência do sociólogo norte-americano Wright Mills sobre a imoralidade do alto que gera a imoralidade até a última camada da sociedade. “Uma sociedade que em seus altos círculos e em seus níveis médios é considerada como uma rede de quadrilhas não produz homens de sentido moral acentuado. Uma sociedade que é apenas expediente não produz homens de consciência”. Ver: PINTO, Lúcio Flávio. O jornalismo na linha de tiro, op, cit, p. 123.

Embora na expectativa desse líder, reconhece o problema. Numa entrevista concedida em 1998 sobre o desenvolvimento da região, declarava sua decepção com a parca possibilidade de alteração política, devido à enorme incidência de eleitores analfabetos no Pará. “É você esperar que um déspota esclarecido resolva o problema, que tenha a iluminação para ver as necessidades sociais e atendê-las”. No seu entendimento, a alternativa não resolveria o problema. “Vemos que toda vez que se espera um déspota esclarecido, vem um déspota, ponto. O esclarecido raramente vem”.¹⁰³ A análise política fazia parte dessa reflexão, ensejando todo um aprofundamento, além do convencional.

Se os eleitores são analfabetos, não possuem consciência política. Se o déspota era só déspota, faltou o esclarecido, não foi acompanhado de conhecimento, educação. A possível sugestão para o caso não era novidade em seus escritos: a solução era investir em conhecimento, em ciência para realmente desenvolver a região. O desenvolvimento científico, além de romper a geopolítica nacional, possibilitaria estimular a consciência histórica do cidadão, por conseguinte, desmontaria as influências dos déspotas regionalistas, tão nocivas à Amazônia, quanto os interesses do poder central e capital internacional.

O chamamento das elites para descerem à rinha a fim de terçarem armas contra o modelo de Federação consumiu uma boa parte de sua escrita. Em novembro de 1978, quando escrevia a coluna Informe Amazônico, no jornal *O Liberal*, Lúcio acompanhou as atitudes das lideranças políticas contra a “exacerbação da federalização”, ainda que reconhecesse com ressalvas a importância, naquele momento, das ações de Jader Barbalho, o conjunto deixava a desejar:

Com lideranças passivas ou inteiramente submissas, sem lucidez e sem coragem para reagir, o Pará foi espezinhado e teve que aceitar atos que mancharam sua dignidade de Estado federativo. É certo que tudo isso foi possível por causa da própria estrutura (ou falta de estrutura) institucional e constitucional do país, sem o ordenamento capaz de impor o equilíbrio dos poderes ou da Federação, mas talvez a situação não estivesse tão desfavorável se houvesse lideranças mais conseqüentes, menos limitadas pela estreitez das querelas provincianas.¹⁰⁴

No momento de grande desenvoltura do projeto de intervenção federal na região, facilitada pela *própria estrutura* fornecida pela Federação, as lideranças paraense estavam aquém de medirem força contra as determinações do poder central. A limitação e a fraqueza traduziam a submissão dos grupos dirigentes, refletindo diretamente no fortalecimento dos agentes externos, que promoviam toda a sorte de desmando no Pará.

¹⁰³ PINTO, Lúcio Flávio (entrevista). GRANDI, Rodolfo et al, op, cit, p. 454.

¹⁰⁴ PINTO, Lúcio Flávio. “Uma questão fundamental”, op, cit, p. 06.

No ano de 1990, em uma palestra proferida na sede da Fase em Belém, indagou quem seria o Príncipe para travar a luta, realizar a utopia necessária na Amazônia? Para alguns seriam os camponeses, mas com o processo de assalariamento no campo, outros acreditam nos trabalhadores rurais.¹⁰⁵ Para Lúcio, nenhum dos dois. Apesar de reconhecer que essas duas categorias sofriam as maiores consequências sociais na região, “eles perderão importância como atores dessa história”. Na Amazônia “há uma categoria social que tem importância maior do que em outras regiões, que é o intelectual”. Leitor gramsciano, o jornalista tinha clareza da importância do saber envergado pelo intelectual numa região tão necessitada:

O intelectual pode ser considerado personagem secundário na trama, ou na visão clássica das contradições sociais, mas aqui teria um peso maior do que em São Paulo. Porque aqui a tarefa de inovar, de invenção e de informação é uma tarefa básica, e nós não temos o elemento fundamental, na maioria das situações, que é a informação.¹⁰⁶

Descartado o coletivo através dos movimentos sociais, os intelectuais, no melhor estilo gramsciano, sobressaíam em importância. Nesse momento as categorias elite e intelectual convergiam como solução para a Amazônia. Era como se Antonio Gramsci e Karl Mannheim articulassem os referenciais teóricos na perspectiva de uma elite intelectual. Em alguns momentos, Lúcio utilizou o termo *déspota esclarecido*, ou seja, um líder com a arma do saber, condição essencial na luta anticolonial.

Mas a realidade amazônica era desanimadora. Anos depois, a questão só foi retomada pelo agravamento da situação. A realidade paraense tinha singularidade que tendia a facilitar o trabalho das lideranças, caso acertassem em suas posições. Não obstante fosse o Estado potencialmente mais rico da Federação brasileira, o Pará não tomava as decisões acertadas devido à ausência de um “grande líder e outras lideranças para entestar os enredos montados além de seus limites”. Ao depositar uma grande responsabilidade nas elites políticas, o jornalista define o Pará como um “Estado em orfandade política”.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Nesse ponto Lúcio é criticado pelos movimentos sociais por não acreditar na relevância da luta de classe em relação à Amazônia, sim na questão regional em confronto com o Estado nacional. A luta de classe é um “conceito cada vez menos heurístico”, sendo “menos relevante, em termos sociais”. Ademais, não acredita na “velha retórica de que a modernização vai criar novos personagens”, eliminar os intermediários e confrontar os opostos: “os trabalhadores, que vendem sua força de trabalho, e os donos do capital”, destacado nos escritos de Marx. Do mesmo modo é em relação à questão agrária, pois o principal agente do capital não está interessado na terra, não tem relação com o capital latifundiário, pois está mais interessado nos grandes projetos de mineração, nos novos metais, celulose, madeira, que fazem “surgir, mas também na contramão da história, o operário”. Os trabalhadores continuarão sofrendo devido as contradições inerente ao capitalismo brasileiro na fronteira. Ver: PINTO, Lúcio Flávio. “Estratégias de ação até o ano 2000”. **Amazônia a fronteira do caos**, op.cit, pp. 80-86.

¹⁰⁶ PINTO, Lúcio Flávio. “Estratégia de ação até o ano 2000”, op, cit, p. 85.

¹⁰⁷ Jornal Pessoal, “Pará: sem voz”, ano XVI, nº 305, 2ª quinzena de julho de 2003, pp. 01-02.



Imagem: 31

Fonte: Jornal Pessoal, ano XVI, nº 305, 2ª quinzena de julho de 2003. Para empreender um novo modelo que usufrua suas potencialidades, o Pará precisava de um líder que planeje, comande as ações além de suas fronteiras. A imagem mostra uma estrada em direção ao progresso e um cidadão empunhando uma placa em busca de um “líder”.

A carência dessa voz que viesse comandar em uníssono as hostes parauaras contra os adversários que estavam muito além da visão tradicional dos regionalistas, estes, muito mais preocupados com a retórica de parco alcance, escolhendo adversários do mesmo nível ou inferiores (Maranhão e Amazonas) ou supervalorizando os clássicos, os estados do centro-sul, era ansiosamente aguardado. Se o Pará era também enjeitado, agora, encontrava-se *órfão*, desamparado, não tanto em relação ao Estado nacional, desse não podia esperar tanto, mas dos próprios pretensos líderes: débeis, omissos e corruptos.

Nesse lamentar e consciente da gravidade do problema a ser enfrentado, indagava: “Quem pode falar em nome do Pará fora dos limites territoriais do Estado? Quem, ao falar, tem credenciais para ser ouvido (ou, ao menos, é, de fato, conhecido)?”. Mas isso não bastava, “quem, mais do que falar, pode gritar em nome dos paraenses”, especialmente no momento em que era decidido o destino de um pólo siderúrgico em negociação com a Vale, sob a influência do capital externo. O reconhecimento era triste e lamentável: “Ninguém”.¹⁰⁸ Conforme o critério de sua exigência, tais líderes não estavam credenciados a assumir o posto de porta vozes da região, especialmente do Pará, onde suas práticas desabonavam uma mobilização mais uniforme em favor dos autênticos interesses paraenses, historicamente usurpados. Campo fértil, inclusive, para semear a retórica regionalista, habilmente utilizada pelos supostos defensores dos interesses dos paraenses.

108 Idem.

A grave deficiência afetava a solução do antigo problema paraense. A última liderança nacional, Jader Barbalho, tinha a capacidade de tentar mudar o jogo nos bastidores de Brasília, porém declinou do projeto que jurava defender, acrescido de não possuir uma biografia limpa, ou seja, não teria credencial, moral e ética, para tal tarefa.¹⁰⁹

O líder do PMDB poderia ter representado para a VI República mais do que Lauro Sodré e Jarbas Passarinho anteriormente, na primeira e quarta fase republicana. Mas declinou. O Pará, desse modo, continuava “afônico”, “abúlico” e na orfandade de verdadeiros líderes. “À procura de uma grande líder. Como sempre esteve, aliás”.¹¹⁰ Na edição seguinte, a matéria foi comentada pelo leitor Antonio Ponte de Souza, que indagou: “quando foi que o Estado teve voz? Do instituto de região colonizada o Pará nunca escapou”.¹¹¹

Na obra comemorativa dos 20 anos do *Jornal Pessoal*, Lúcio realizou uma avaliação da atuação das elites paraenses, tendo o líder do PMDB como exemplo: “Por que não usar essa capacidade em benefício da região? Por que os grupos que ocupam o poder no Pará são tão predadores e, em regra, primários?”. Questionou, ainda, a não utilização de sua liderança para “reagir ao centralismo federal e à condição subordinada do Pará”, no intuito de aspirar a uma condição mais favorável.¹¹²

Jader Fontenelle Barbalho integrou a pauta das matérias de Lúcio Flávio Pinto desde o momento em que a jovem liderança do MDB emergiu no cenário político na luta contra a ditadura militar no Pará. Estudaram no mesmo colégio público, o tradicional Paes de Carvalho. Dois anos mais velho, Jader optou pelo curso de Direito na UFPA, em 1967, no ano anterior era eleito vereador de Belém. De cabeça raspada, como noticiou a imprensa, assumiu o posto legislativo. Iniciava sua longínqua e polêmica carreira pública. Enquanto Lúcio, mesmo atuando como jornalista, optou pelo curso de Sociologia.

Nas primeiras legislaturas, devido a sua retórica agressiva contra o regime autoritário, o emedebista ganhou destaque nas matérias lucioflavianas, parecendo representar o tal líder esperado. Mas a esperança logo foi desanuviada quando Barbalho assumiu o poder estadual. Após a segunda vitória para o governador (1991-1994), Lúcio redigiu uma carta pública ao novo mandatário, onde constava que na primeira legislatura, “você era uma fonte legítima das esperanças

109 Sobre os escândalos de corrupção na trajetória pública de Jader Barbalho, ver: LOIOLA, Guálter. **Anatomia de um corrupto**. Biografia não-autorizada de Jader Barbalho. MPGraf Fotolito Gráfica e Editora Ltda, 2001. A obra não indicava o local da publicação. O livro foi, provavelmente, financiado pelo senador baiano Antônio Carlos Magalhães (PFL) durante a disputa pela hegemonia no senado com o líder paraense.

¹¹⁰ *Jornal Pessoal*, “Pará: sem voz”, op. cit, p. 02.

¹¹¹ Idem. “A voz”, ano XVI, nº 306, 1ª quinzena de agosto de 2003, p. 10.

¹¹² PINTO, Lúcio Flávio. *Contra o Poder*, op. cit, pp. 194-5.

para os que queriam romper um sistema de dominação política” organizado no Estado com base no clientelismo e mandonismo.¹¹³

Anos depois, certificou a decepção: “Lamentei sempre Jader não ter correspondido às esperanças que referendaram sua vitória em 1982”.¹¹⁴ Quatro anos antes de Jader assumir, entrava em funcionamento o primeiro projeto de mineração (Trombetas) que vinculou a Amazônia paraense aos “mercados internacionais e **vocacionou-a** como usina de dólares, dólares que não são para nós”. A partir dessa constatação, o jornalista reconhecia que “Só uma liderança identificada com a região e o Estado, sensível à gente da terra e aberta ao diálogo, poderia tentar encontrar um outro caminho”, para impedir que a Amazônia paraense renovasse o “destino colonial” ocorrido na África e Ásia.¹¹⁵ Até então, Jader Barbalho parecia corresponder às expectativas de ser a *voz*, o líder que o Pará necessitava a fim de comandar um projeto diferenciado do modelo imposto pelo Estado federal.

“Você começou com muita retórica, mas ficou apenas na retórica”, continuou a missiva pública, ressaltando um episódio que acompanhou durante uma visita realizada em uma área de invasão na Grande Belém, denominada Jaderlândia, “você quis que eu subisse ao palanque”, mas o jornalista, consciente de seu papel, retrucou que “meu lugar era ali no meio do povo, na perspectiva oposta à do poder, a única maneira de avaliar com isenção o que você iria fazer”. Na tentativa de tê-lo como aliado, Jader convidou o jornalista a presidir o ITERPA (Instituto de Terras do Pará), devido à sua larga experiência com a questão da terra na Amazônia, além de Lúcio não aceitar, ainda cobrou suas promessas e informou que continuaria com seu estilo de fazer imprensa em seu governo. Jader parecia não acreditar.

Antes de tomar a decisão, pensou em realizar uma coisa “concreta e imediata” em favor da causa pública, como já fazia, “usando minha capacidade de raciocínio na tentativa de saber o que está acontecendo com o Pará e a Amazônia, e o que se pode fazer para melhorar o perfil de seu futuro”. O jornalista reconheceu que era uma situação tentadora, tendo a oportunidade de “pular do campo da análise e da reflexão para a prática”. A decisão foi profissional pelo reconhecimento de seu papel na imprensa: “Mas eu recuei porque não vi ninguém na retaguarda, nenhuma pessoa que desempenhasse a função essencial de representar a opinião pública e fiscalizar seus atos”. A imprensa, que o combatera anteriormente, já estava “aos seus pés”, rendida ao apelo do poder.¹¹⁶

¹¹³ Jornal Pessoal. “A vez do milagre”, ano III, nº 66, 1ª quinzena de janeiro de 1991, p. 01.

¹¹⁴ PINTO, Lúcio Flávio. **O jornalismo na linha de tiro**, op. cit, pp. 309.

¹¹⁵ Jornal Pessoal. “A vez do milagre”, op. cit.

¹¹⁶ Idem

“Quando você foi empossado, pensei que começaria uma nova fase na nossa história”. O mesmo pensamento deve ter ocorrido com outras pessoas quando ocorreram alguns questionamentos sobre os projetos Albrás e Carajás. “Mas logo os inimigos perceberam que havia apenas ‘décor’ e retórica. Uma dura postura pública iria contrastar com uma prática negociadora de bastidores”. Começava a ser construída uma imagem inseparável de sua carreira política: “Você se tornou um homem cada vez mais rico”, que preferiu a riqueza material em detrimento do “verdadeiro poder”. Jader transformou um “projeto político, de estadista, num negócio pessoal”.¹¹⁷ A avaliação era dura e precisa, sustentada no acompanhamento da prática jarderista no trato com a máquina pública.

Os primeiros meses de mandato foram suficientes para estourar alguns escândalos financeiros, primeiramente denunciados pelo antigo colega de colégio. Os desvios de verbas públicas do Banpará e o superfaturamento na desapropriação de uma fazenda, no caso conhecido como “Aurá”, deram início ao distanciamento e conflito pelas páginas de *O Liberal* contra o *Diário do Pará*, de propriedade barbalhista. A tensão chegou ao ponto de o jornalista ser ameaçado de morte por correligionários do governador.¹¹⁸

A sequência de matérias destinadas ao líder peemedebista ajudou a propagar e a impingir sua imagem de corrupto. “A administração pública passou a ser um apêndice da sua vontade pessoal. Podia-se notar que você falava do governador Jader Barbalho na terceira pessoa, tal a auto-admiração ou o auto-encantamento”, pendendo a humildade e o distanciamento crítico. “O Estado reduziu-se à pessoa de Jader Fontenelle Barbalho e suas extensões familiares ou clientelistas”.¹¹⁹ Mesmo com todas essas denúncias, os inimigos do jornalista acusam-no de ser “intérprete” de Jader: “Por ironia, dizem que eu protejo o Jader”.¹²⁰ Na tentativa de macular sua credibilidade, alguns vão mais longe e insinuem que já recebeu propina. Lúcio, em inúmeras ocasiões já desmentiu as acusações, mas não nega que o respeito mútuo ainda permanece.

Quando da tentativa de enviar uma carta sobre a ameaça de assassinato, o jornalista destacou as diferenças nos percursos. “Não precisei escrever a carta-seguro. Esta, fiquei devendo

¹¹⁷ Idem, p. 02.

¹¹⁸ Lúcio relatou que em determinada ocasião ligaram para o redator-chefe de *O Liberal*, avisando que era para preparar a manchete do dia seguinte: “Lúcio Flávio Pinto assassinado”. Apreensivo, o proprietário Romulo Maiorana ofereceu um segurança, mas Lúcio recusou. Decidiu telefonar ao assessor do governador, relatando o episódio. Jader retornou a ligação e Lúcio anunciou que enviaria uma carta ao empresário Júlio Mesquita Neto, proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, para divulgar caso fosse assassinado, com a informação que os assassinos teriam ligação com o governador. Jader solicitou que abortasse a carta, a qual poderia ser utilizada pelos seus inimigos políticos, pedindo um tempo até averiguar o fato. No dia seguinte informou ao jornalista que já tinha resolvido o caso, confirmou a tentativa, mas avisou que “cortaria os sacos” do sujeito que atentasse contra sua vida. Ainda afirmou que eram amigos e que só estavam “desavindos”. Sobre esse relato, ver: PINTO, Lúcio Flávio. **O jornalismo na linha de tiro**, op. cit, pp. 359; 397-398.

¹¹⁹ Jornal Pessoal. “A vez do milagre”, op. cit, p. 02.

¹²⁰ PINTO, Lúcio Flávio. **O jornalismo na linha de tiro**, op. cit, p. 398.

ao velho amigo, que o exercício do jornalismo independente, por mim, e o poder a qualquer preço, por ele, colocaram em lados opostos da fronteira”.¹²¹ A consideração de amizade pouco importou para o teor das matérias, pois são repletas de denúncias, ainda assim Jader o trata cordialmente. A relação, contudo, não recebe a compreensão por determinados pesquisadores.¹²²

A preocupação com a situação da política interna, porém, não significava desconsiderar a conjuntura nacional. A questão da corrupção foi um tema que também resvalou no regionalismo. Lúcio refletiu sobre o assunto na matéria a *Fronteira da sujeira*, quando diagnosticou a situação dos “políticos do Norte” serem considerados pela opinião pública do centro-sul como os “piores do país”. Embora reconhecesse a gravidade do problema, argumentou logo abaixo da manchete: “eles são um produto da lógica que o Brasil estabeleceu na sua maior fronteira, onde a vez é sempre do bandido – e a esperança no mocinho fica para um futuro incerto e não sabido”. Sem justificar os atos desabonadores da elite regional, não poupou os efeitos do projeto de ocupação da fronteira amazônica.

Apesar de não defender o conceito de fronteira, sim, região de *ocupação*, Lúcio reconhece que na Amazônia os poderes instituídos são fundamentados em relações personalistas e mandonistas, onde a violência é inerente. A lei ainda é o do mas forte. A justiça e o poder político são estabelecidos em relações arcaicas em confronto com a modernidade tardia. O resultado é o uso do patrimônio público em proveito de interesses privados.

No restante da reportagem, analisou a essência do problema: as “raízes profundas” desses políticos estão “plantadas no preconceito, em estereótipos e no conflito de interesses econômicos”. Acrescentou que o episódio está inspirado na crítica ao “instrumento político que deveria servir de antídoto à condição de subordinação e dependência do Norte em relação ao Sul”, simbolizada e simplificada na “disparidade interregional mais grave do Brasil”. O autor se reporta à vantagem compensatória na representação política, criticada pela bancada do centro-sul, apesar disso, a Amazônia não tira proveito.¹²³

Ainda sobre a corrupção, a questão do desequilíbrio na representação política federativa foi mais um tema polemizado, ganhando o seu repúdio por refletir antigas disparidades. Os paulistas criticam a proporcionalidade parlamentar em relação aos estados com menor índice demográfico,

¹²¹ Idem, p. 359.

¹²² Ao manter um distanciamento de crítico da produção de Lúcio, Socorro Veloso reconheceu “outras essências de sua humanidade, suas fraquezas e limitações”, a exemplo do “discurso sobre a figura de Jader Barbalho, por exemplo, por muito pouco não resvala na complacência, mesmo quando Lúcio é crítico em suas posições”. VELOSO, Socorro, op. cit, p. 226.

¹²³ Jornal Pessoal, ano X, nº 164, 1ª quinzena de junho de 1997, p. 01-03.

utilizando como argumento a denúncia que os políticos do norte são considerados os mais corruptos da Federação.

Mas se não fosse esse favorecimento político, conforme o argumento do jornalista, que possibilita às regiões “mais pobres” um peso político superior ao da sua população, mesmo sem amenizar a distância norte e sul, “o fosso não estaria muito maior sem essa possibilidade de compensação política?”. Não seria uma forma de ponderar “um pouco a hegemonia do Sul?”.¹²⁴ Para reforçar sua crítica, na capa, traz uma caricatura de um sulista de cartola manipulando um “pêndulo político”. A intenção era evidenciada: a balança pesava mais para o Norte, no caso, a corrupção.

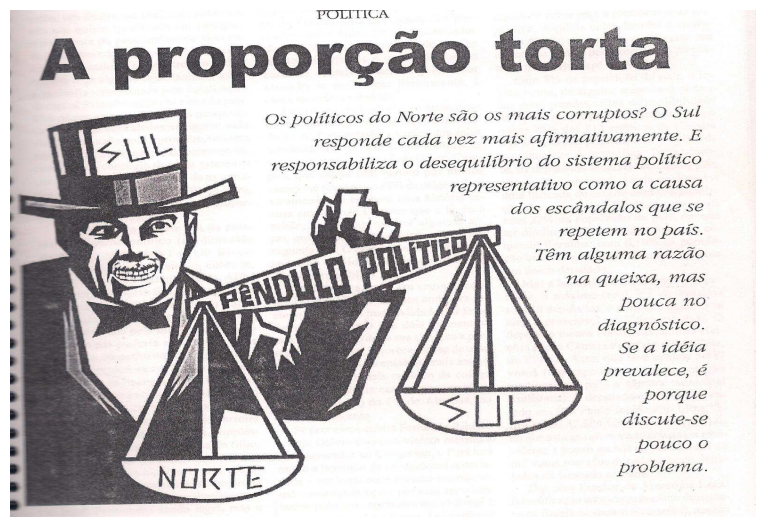


Imagem: 32

Fonte: Jornal Pessoal, ano XV, nº 270, 1ª quinzena de novembro de 2001. Críticos da desproporção política em favorecimento do Norte, as autoridades do Sul justificavam a alteração devido a incidência de mais corruptos nortistas, mas não era aceita pelo jornalista que via uma forma de equilibrar a hegemonia sulista na Federação.

A tese da desproporção da representação política no Congresso na tentativa de equilibrar a desigualdade econômica entre os estados foi recorrente ao longo das Constituições republicanas, principalmente a partir de 1934. A montagem do sistema representativo consistia na forma de compensar os estados menos populosos e mais carentes, garantindo, assim, um “equilíbrio” na composição parlamentar. Ademais, argumentava-se que a manutenção do desequilíbrio da representação política visava impedir o sentimento separatista estadual, especialmente os de forte presença regionalistas.¹²⁵

¹²⁴ Jornal Pessoal, “A proporção torta”, ano XV, nº 270, 1ª quinzena de novembro de 2001, pp. 01-03.

¹²⁵ DINIZ Filho e BESSA, Vagner, op. cit.

Vigilante ao menor movimento com a intenção de macular a imagem da já maculada Amazônia paraense, refutou a declaração de um leitor do *Estadão* quando afirmou que o “Pará é o Estado mais corrupto da Federação”. Lúcio reconhecia a “nossa parte”, embora como “vítimas”, porém entendia a observação como efeito do velho preconceito sulista contra os Estados mais pobres do país. Por fim, retrucou com certa ironia: “mas onde mesmo nasceram Adhemar de Barros e Paulo Maluf?”.¹²⁶

Era um *cisco*, como no título da nota, no olho do leitor paulista que não conseguia “ver” os seus pecados através de tradicionais lideranças corruptas. Adhemar de Barros, que fez escola, ficou famoso com o célebre lema “rouba mas faz”. A refutação, sem escamotear seus problemas, indicava a necessidade de desnudar uma visão estereotipada, que também se estendia aos paulistas, do mesmo modo à formação da sociedade brasileira. O Pará não era um caso à parte. Pelo menos, nesse quesito, não se diferenciava do Brasil.

Em relação às lideranças regionais, a relação estabelecida com a CVRD é um exemplo desabonador de sua elite “despreparada e desinteressada”, movida na “defesa exclusiva do seu ganho pessoal”. Acrescenta-se a isso, não promover uma interlocução que obrigaria a grande empresa a relativizar suas ações diante dos interesses e necessidades do Estado. Com o relacionamento marcado pelo “tom mercantil e o sussurro da chantagem” só poderia resultar em “promiscuidade e desrespeito mutuamente partilhados”. Sustentada nessa prática, a “parcela de culpa” das elites paraenses não é pequena.¹²⁷

No intuito de esconder sua culpa ou seus interesses, esses grupos desencadeiam “campanhas de opinião” para mobilizar a população. Ao chegar num “ponto crítico, retrocedem e se acomodam outra vez (nada gratuitamente, é claro)”. Não existe empenho em esclarecer o público e fazê-lo participar das decisões, haja vista terem a pretensão de “usar a sociedade como massa de manobra para alcançar seus objetivos”. A partir do momento em que atingem o que miravam, “voltam à convivência risonha e franca com a CVRD, até nova crise, real ou fabricada”.¹²⁸ Nessa permanente cobertura, constatou a promíscua relação. Performance pública e nos bastidores desabonadora de tais dirigentes, com sérias consequências para o interesse coletivo paraense.

Os exemplos são corriqueiros, sobretudo pela prática da grande imprensa, que sob suas “luzes”, surgem os “cavaleiros andantes da causa pública”. Depois de apagarem “os refletores, eles

126 Jornal Pessoal, “Cisco”, ano XIV, nº 255, 2ª quinzena de março de 2001, p. 08.

127 PINTO, Lúcio Flávio. **CVRD. A sigla do enclave na Amazônia**, op. cit, p. 14.

128 Idem, p. 41.

voltam a seus tetos de zinco quente. O debate, por isso, não se aprofunda. Nem avança”.¹²⁹ O mais recente caso decorreu-se da recusa da CVRD em patrocinar o projeto *Caminhando pelo Pará* encabeçado pelo empresário Romulo Maiorana Júnior, além do *Arte Pará 2003*, também organizado pelas ORM.

A reação da empresa de comunicação foi uma acirrada campanha difamatória contra a empresa mineradora, massificando a imagem que a Vale só deixava os “buracos” no solo do Pará. Lúcio denunciou as “campanhas de opinião” a fim de mobilizar a população contra a grande empresa, representada como a grande malvada. A charge do *Jornal Pessoal* é bem criativa em relação a essa imagem forjada pelas elites paraenses: o dragão da maldade. O São Jorge montado no cavalo, no caso, é o Pará tentando derrotar o poderoso dragão: a Vale.¹³⁰

A Vale reagiu e moveu um processo judicial contra a folha dos Maiorana por calúnia e difamação. O jornal não se fez de rogado em utilizar o episódio como estratégia regionalista, com a alegação que fora processado por “defender o Pará”. Posteriormente, conforme suas conveniências, as empresas retornaram a boa convivência e os anúncios voltaram às páginas do matutino, com o custo de “trinta dinheiros”.¹³¹ A situação denunciada sinalizava uma autêntica prática de Judas, quando *O Liberal* teria traído os ideais que tanto jurava defender: os interesses do Pará.

A ausência de credibilidade ética, iniciativa e proposição dos representantes paraenses no alto escalão do poder federal, também impediu atitudes contestadoras mais consistentes, principalmente no momento de evidente fraqueza das teias simbólicas conformadoras do Estado-Nação. A perda do poder de soberania e centralização poderia ser revestida no fortalecimento regional, estadual e local.

Embora reconheça que a Federação brasileira “está falida”, porém ainda persiste a concentração de poder no centro-sul, sem que as elites locais consigam canalizar a “insatisfação das regiões submetidas a esse domínio”. Tais dirigentes são incapazes de “acompanhar a história recente da Amazônia”. Quando formulam a crítica ou lamentam a realidade vivida na região, “não conseguem apresentar um caminho alternativo, diferente, melhor”. O próprio uso do regionalismo é ineficiente por estar “vencido pela história”, quando recorrem a “um passadismo morto ou a

129 Idem, p. 54.

130 Sobre o conflito travado entre *O Liberal* versus CVRD e os interesses comerciais que motivavam essa tensão, ver: *Jornal Pessoal*, “CVRD: O Dragão da Maldade”, ano XVI, nº 298, março de 2003, capa e pp. 02 e 03. Ver também: *Jornal Pessoal*, “Guerra: O público vai ganhar?”, ano XVI, nº 306, 1ª quinzena de agosto de 2003, capa, pp. 02 e 03.

131 Durante a entrega da medalha do mérito Simão Bitar, na sede da Federação das Indústrias do Pará, em maio de 2008, o presidente da CVRD, Roger Agnelli, foi exaustivamente louvado pelo jornal *O Liberal*. Lúcio não perdeu a oportunidade para indagar: “quanta diferença de tratamento” de cinco anos atrás, mas “todos sabem que os fartos elogios custaram 30 dinheiros”. *Jornal Pessoal*. “Louvação desbragada”, ano XXI, nº 419, 2ª quinzena de junho de 2008, p. 06.

uma retórica de ocasião, obtusamente regionalista”. Investem sobre as conseqüências e não contra as causas dos problemas.¹³²

No desafio posto pelo futuro, vislumbram a “regressão no tempo”, no intuito de chegarem ao contexto em que representavam o poder; diferentemente, da atualidade quando são intermediárias, “abridoras de portas, gerentes de massa falida”.¹³³ Ao despir as *elites* da tradicional armadura regionalista, Lúcio desmontava sua principal estratégia de ação, convencido dessa inviabilidade e na busca de alternativa diferente para superar a inércia regional frente aos desafios postos pelo mundo global.

Sem acompanhar os principais acontecimentos históricos do tempo presente, tais grupos preferiram apegar-se ao passado, especialmente o mais conveniente aos seus interesses. O longo período de autonomia em relação ao Brasil constituía um grande exemplo. Na interpretação do jornalista, as elites posicionaram-se a partir dos fatos consumados, perdendo, assim, a oportunidade de inquirir a gênese dos problemas causadores da situação vivenciada. A decepção com os dirigentes era proporcional ao descrédito com o poder nacional. As armas das lideranças são ineficazes ou erroneamente utilizadas em benefícios do verdadeiro projeto amazônico.

Na sua visão, “sempre” que as elites amazônicas tiveram oportunidade de participar, contribuíram de forma “negativa”, repetindo os mesmos males que antes condenavam. Divorciadas das aspirações regionais, evidenciou-se que “os amazônidas não são nada melhores do que os **estrangeiros** se não defendem uma política diferente da que estes são obrigados a cumprir por força de sua vinculação a Brasília”. O posicionamento de Lúcio era enfático: “Não basta ter nascido na região para identificar-se com ela, conhecê-la”.¹³⁴ O clássico regionalismo recebia um tiro certo.

A denúncia dessas experiências destituía a tradicional e recorrente enunciação dos líderes defensores do Pará, desnudando qualquer retórica a ser recorrida, como a falácia da defesa dos interesses estaduais, representado pelo paraensismo. Portanto, pouco bastava intitular-se amazônida para ser um autêntico defensor da Amazônia.

Existia, contudo, alguns cerceamentos a contribuir com aquelas práticas. Quando a Amazônia poderia contribuir de modo diferente, haja vista dispor de um “‘chorpus’ intelectual” experimentado ao longo da história, que no transcurso do tempo “teve pouco a ver com o ‘outro Brasil’”, contudo participou dos planos “apenas com o ‘décor’, a toponímia”. No uso de seu poder

132 Jornal Pessoal, “Certidão de falência”, op. cit, p. 01.

133 Idem.

134 Idem, p. 02 (grifo do autor)

coercivo, “o Estado impõe o acatamento de suas ordens, verdadeiros éditos da corte”, que são adventícios ao “ethos” amazônicos.¹³⁵

Parecendo a única alternativa para alterar o curso da dependência, a defesa do papel da inteligência regional baseava-se na convicção atribuída à importância da elite intelectual, pela possibilidade de liderar um projeto orgânico amazoniano. A proposta tinha a razão de ser como projeto emancipatório, embora desferisse severas críticas aos grupos hegemônicos da região, também responsabilizados pela situação de dependência.

A reflexão continuou anos depois ao afirmar que “Ninguém é mais amazônico no mundo que nós, que aqui nascemos ou moramos”. Porém acrescentava uma ressalva em relação à lucidez das lideranças: “Nem sempre quem olha ao redor consegue ver além do próprio nariz”. A assertiva direcionava-se às pessoas que vivem a “vida toda na Amazônia sem perceber em quê consiste a especificidade da região”, o seu importante patrimônio, a maneira de perenizá-la “sem deixar de enriquecer”. Ademais, libertar-se do “falso problema de precisar destruir primeiro para crescer e só depois pensar em recuperar os danos causados, quando for rica”.¹³⁶ A consciência pela preservação ambiental na vertente do desenvolvimento sustentável integrava-se ao sentimento de identificação.

Ser amazônico tinha sua importância, contudo, não solucionava a emblemática questão a ser enfrentada. Contribui para essa permanência, a omissão da grande imprensa por não informar a sociedade sobre os rumos dos acontecimentos. A consequência tinha o seu ingrediente nocivo, porque o maior drama do morador da Amazônia é “não ser contemporâneo da sua história, decidida além-mar”, motivando a crise de identidade, devido sua inconsciência dos problemas que o cercava. “Ele é **amazônico**, uma condição geográfica, sem conseguir se tornar **amazônida**, uma condição política, de resistência, de consciência”.¹³⁷ Novamente retomava a questão que não bastava ter nascido na região, porém a consciência política de ser afirmar como amazônida, contida na resistência de todas as ameaças adventícias.

Nessa diferenciação de termos aparentemente equivalentes, conforme a perspectiva lançada, somente o posicionamento político como sujeito amazônida consciente, poderia reverter a situação. Lamentavelmente, a realidade tinha outra configuração que fugia ao alcance da mira regional, porque as lideranças deixavam-se encastelar aos interesses locais, desconectados dos projetos globais.

135 Jornal Pessoal. “O decálogo da Amazônia”, op, cit, p. 18; ver também: “A geopolítica vesga”, ano II, nº 46, 2ª quinzena de agosto de 1989, p. 04.

136 Jornal Pessoal. “Internacionalização. No fogo cruzado”, op, cit, p. 03.

137 PINTO, Lúcio Flávio. **O Jornalismo na linha de tiro**, op. cit, p. 464. (grifo do autor)

De modo geral, em relação à participação no processo histórico e na proposição de alternativa, “os amazônidas, postos na quadratura do círculo, não conseguem encontrar um caminho para a discussão da questão regional num nível de esclarecimento e libertação”. Definitivamente, seus raios de ação não conseguem alcançar a essência do problema, que não circunscreve ao provincial, pois se deixam “enredar pelo jogo de interesses locais ou por um provincianismo que despreza ou minimiza o principal”. Na atualidade, a Amazônia integra estratégias internacionais. Em suma, é impossível entendê-la dentro de seus limites geográficos: “as raízes de seu drama estão distantes”.¹³⁸ Mais um elemento para tentar romper o regionalismo clássico dos líderes amazônicos direcionados ao centro-sul, apesar de diretamente implicado, não podia ser ofuscado pela hegemonia globalizada.

Se, historicamente, a região estabeleceu uma relação bem próxima com o estrangeiro, no tempo presente da globalização, a situação apresentava-se mais integrada ao circuito do capital internacional. Tal alerta acompanhou o jornalista desde a mais remota escrita, comprovando o processo de análise do drama regional, que nem podia socorrer-se da contribuição do Estado federal, o grande colonizador.

O moderno sistema mundial não pode ser alijado do entendimento do contemporâneo drama amazônico, haja vista as histórias locais assumirem e revelarem a emergência dos projetos globais, que estão diretamente implicados no colonialismo moderno e modernidade colonial. Esse ímpeto universal demonstra como o projeto hegemônico global ambiciona o gerenciamento do planeta e a permanente subalternização das fronteiras.¹³⁹ A Amazônia não estava isolada ou protegida pelo Estado-Nação, convinha saber tirar o melhor proveito dessa relação internacional, até mesmo para romper os laços residuais da centralização do poder brasileiro, estratégia imprescindível para o sucesso do projeto amazônida.

A perda do rumo da história em relação ao desenvolvimento econômico trouxe amargas repercussões para a região. O reflexo disso deu-se com o processo de “embrutecimento e empobrecimento” da população, alimentada por uma “elite política incapaz de ver o futuro, perdida em tricas e futricas provincianas”. Em decorrência desses fatores, tornou-se mais complicado “visualizar perspectivas melhores para a Amazônia”.¹⁴⁰ Enfrentando todos os tipos de pressões, seja nacional, seja internacional, às vezes simultâneos, baseado nos argumentos do

138 PINTO, Lúcio Flávio. “O Estado Nacional: padrao da Amazônia”, op, cit, p. 08.

139 MIGNOLO, Walter, op, cit, p. 46.

140 Jornal Pessoal. “Duas pobreza amazônicas”, ano III, nº 58, 1ª quinzena de março de 1990, p. 04.

jornalista, os amazônicos não podiam nem contar com seus representantes. Isso desestimulava nutrir perspectivas diferentes do modelo traçado.

Sem reconhecer as implicações globais e seus reflexos no plano regional, nem a indicação do paraense Alcyr Meira para dirigir a SUDAM, em 1990, o Pará deixaria de ser um “Estado derrotado”. O sentimento de aniquilação era tão presente que as repercussões eram desanimadoras. A derrota, provavelmente, consistiria, “na perda de sua identidade, na falta de um projeto capaz de reunir e organizar sua população para atingir um objetivo comum”. Caso persistisse no erro, não conseguiria acompanhar os projetos realizados em seu território, que “partem de fora e para esse mundo exterior retornam os seus efeitos”. A situação posta pelo jornalista, poucos paraenses tinham consciência dessas implicações, sobretudo os regionalistas retratados no quinto capítulo.

A definição de Lúcio é incisiva: “O Pará é um Estado derrotado”. O motivo da derrota é ter deixado estabelecer em seu território um “sistema colonial”, que estrategicamente “o utiliza sem considerá-lo, a não ser como matéria prima e massa de manobra”. A consequência mais melancólica para o futuro do Pará, é que perderá, “definitivamente, o bonde da sua história”.¹⁴¹ Numa tragédia anunciada, *perder o bonde* histórico significava perder a corrida, declinar sua chance de desenvolvimento ao persistir no caminho errôneo, agravando sua condição colonial.

Essa mesma autarquia, quando do anúncio de sua extinção em 2002, não recebeu “qualquer comoção pública” na região. Motivos não faltaram, haja vista sua trajetória desestimular a lamentação: “Morreu de podre, acumulando casos escabrosos de desvios de recursos públicos”. Os interesses escusos é que foram contrariados: “O fim da Sudam fulminou interesses cruciais de duas dúzias de escritórios de assessoria, várias dezenas de grupos empresariais e não mais do que três centenas de servidores públicos”. Já os 16 milhões de habitantes da Amazônia, não se abalaram.¹⁴²

Instrumento para fomentar o desenvolvimento e a modernização regional em meio ao clímax da Operação Amazônia, em 1966, o órgão fracassou em seus propósitos, especialmente após a série de denúncias de corrupção. Mesmo sem ser a única implicada na derrota regional, adicionou mais uma atitude desabonadora na conta das elites amazônicas, que utilizavam o órgão como extensão de seu poder.

Entre as inconsciências do drama regional, as vanguardas amazônicas não possuem conhecimento sobre hidrelétricas e de ser uma região mineradora. A causa disso, era sua extrema

¹⁴¹ Jornal Pessoal. “Pará Estado derrotado”, ano III, nº 63, 1ª quinzena de junho de 1990, capa.

¹⁴² Jornal Pessoal. “Quem chora pela Sudam?”, ano XV, nº 280, 2ª quinzena de março de 2002, pp. 02-03.

fragilidade. Existem vanguardas de alguns setores do conhecimento, desde que não necessitem de base factual para executá-lo, podendo ser desenvolvido em laboratório ou sala de aula. Em relação ao saber de valor social, as vanguardas possuem um papel secundário na região, por isso o autoconhecimento torna-se precário.¹⁴³

Além de agirem de acordo com suas conveniências, estão alheias às determinações externas, as lideranças perdem o foco do combate e travam uma luta improdutiva, mas de forte efeito discursivo interno. Podem até ser consciente daquela realidade, porém, declinam do enfrentamento, visto a fragilidade das armas utilizadas, preferindo eleger outros adversários, pretensamente mais enfraquecidos, no caso, mais próximos da verborragia de suas práticas. Era o peso de uma cultura submissa, portanto, colonizada, que ultrapassava as fronteiras políticas e econômicas.

Intelectual dissidente e maldito, mas imprescindível

O diálogo com a produção de Lúcio Flávio Pinto é estimulante em vários aspectos do conhecimento, no caso específico, conferido pela contraposição ao sentido de uma nação brasileira homogênea na Amazônia, contida na pretensão de estender a identidade cultural aos demais membros da Federação. Mas o que se acompanhou nesta vasta escrita esteve na contramão do projeto nacional. No *front* da trincheira amazônica, a narrativa do jornalista representava um campo de enfrentamento pela manutenção da identidade regional, tendo o saber como instrumento da verdade da Amazônia que precisava emergir contra o poder brasileiro.

Intelectual dissidente, Lúcio atravessou inúmeros “perigos”, conforme o diálogo foucaultiano, a começar pelo enfrentamento de inimigos poderosos, representados por empresários e líderes políticos. Na academia, também existem aqueles que desprezam sua ousadia fora daquele meio, muitos por acreditarem que é apenas um jornalista. Até os partidários intitulados de “esquerda”, membros dos movimentos sociais, que se formaram acompanhando o estilo de seu jornalismo durante o silenciamento dos canais democráticos, atualmente, contestam sua prática, por também terem sido alvos de sua análise. O exemplo mais contundente sucedeu durante o governo petista em Belém (1997-2004), além do atual governo estadual, também do Partido dos Trabalhadores (2007-2010). Para esses, Lúcio tornou-se um intelectual mal-dito e “conservador”, portanto, perdeu sua credibilidade crítica.

¹⁴³ Jornal Pessoal. “Uma década em vôo cego”, op, cit, 15.

De modo geral, é visto por seus críticos como refém de seu próprio ego, que jamais pode ser questionado, embora registre em seu jornal qualquer opinião contrária ao jornalista. Mesmo assim, tem a “última palavra”, conforme a afirmação de um dos opositores. Amparado no princípio da verdade jornalística, os que ousaram a enfrentá-lo ou que se declararam inimigos fidalgos ao longo de sua profissão, a exemplo dos empresários do Grupo Liberal, sucumbiram pela sua artilharia argumentativa, sustentada por sua postura ética profissional. Mas os inimigos usam de poderosa estratégia para silenciá-lo: uma avalanche de processos judiciais. Recentemente foi condenado por um juiz paraense a pagar uma significativa indenização aos Maiorana (R\$ 30 mil reais) para os padrões financeiros do *Jornal Pessoal*. Integrante do descrédito contido na decisão, Lúcio recebeu inúmeras manifestações de apoio.¹⁴⁴

Sem fugir do bom combate, o jornalista tornou-se uma lenda viva na Amazônia. Contudo, não está isento de críticas acadêmicas, a exemplo de depositar esperanças em um *líder*, uma *voz* que defendesse a região, parecendo, em determinados momentos, ganhar um caráter de líder salvacionista. Mas salientava, por sua vez, que nem sempre o *déspota* vem acompanhado do *esclarecido*. A ressalva representava, também, a preocupação com as práticas das lideranças regionais, pois ao assumirem posição de comando, não alteraram o modelo adotado.

A opção política descredenciava, desse modo, a força do coletivo, da sociedade civil, esta última, na perspectiva de Gramsci, como partícipe das transformações sociais que a região tanto anseia. Neste momento, distancia-se do intelectual sardo na organização da hegemonia e aproxima-se de Karl Mannheim, Max Weber, Lucien Goldman, Wright Mills. O interessante é que suas críticas às *elites* objetivavam chamá-las para *descer à rinha* e lutarem pela causa da Amazônia.

Entre as elites, estariam os letrados que também poderiam, de forma orgânica, travar o combate devido à possibilidade de se antecipar aos fatos, pelo menos em tese, como salientou. A população, de modo geral, encontrava-se alheia e inconsciente do processo histórico, do mesmo modo, a opinião pública, esta, sem o interesse da grande imprensa. A situação foi tantas vezes lamentada pelo jornalista, nesse caso, a esperança recaía nos líderes políticos e empresariais, organizados pelos intelectuais. A reivindicação da consciência histórica revelava sua influência marxista, bastante presente em suas primeiras leituras. Partia dessa reelaboração amazônica o pensamento marxista, especialmente gramsciano em permanente interlocução com outros pensadores, inclusive, divergentes do intelectual sardo.

¹⁴⁴ Lúcio lançou um livro narrando os fatos que desencadearam o processo, ver: PINTO, Lúcio Flávio. **A História Censurada: o Pará dos nossos dias**. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2009.

O papel do jornalismo e a conseqüente opinião pública tinham ligações com a ênfase atribuída às elites. Ao responder à crítica do leitor Rodolfo Lisboa Cerveira sobre sua opinião acerca do “despreparo da opinião pública”, o qual preferiu “transferir esse ônus diretamente à elite intelectualizada”, Lúcio defendeu sua tese, convicto que “Se a sociedade paraense fosse bem informada e se dispusesse a fazer valer seus direitos, o peso de suas elites não seria tão grande”. Já que a informação é um “bem escasso” e não há partilhamento no Pará, “o papel das elites é mais importante do que os teóricos (e militantes) dos movimentos de massa estão dispostos a conceder”.¹⁴⁵ Nesse sentido, afastava-se do intelectual orgânico

Defensor da preservação da identidade amazônida, sem cair no paraensismo ou amazonidade elitistas, reiterou sua relevância da preservação cultural no confronto com o nacional e o global, na tentativa de romper a cultura colonizadora, porém, em algumas situações, não reconheceu a multiplicidade e especificidade que conformam as identidades regionais, homogeneizando sentimentos, cores, vozes, interesses e projetos. A opção também poderia ser estratégica, a fim de preservar a unidade amazônica, na contraposição à hegemonia do projeto nacional. Unificada, a Amazônia poderia almejar uma melhor sorte. Fragmentada, a derrota era iminente.

Quem acompanhou suas matérias na imprensa sobre a Amazônia desde os idos da década de 1970, cobrindo boa parte da imensa região no *front* dos acontecimentos, percebeu, nos últimos anos, a perda da qualidade na abordagem de alguns fatos. Embora contasse com uma vasta fonte de informação e precioso arquivo adquirido ao longo de sua profissão, suas análises ficaram mais circunscritas à Amazônia paraense.

Certamente este recuo foi consequência direta de sua opção em romper com a grande imprensa, que lhe fornecia a logística necessária para os devidos deslocamentos. “Sabia que, a partir daí, enfrentaria a clava do Golias com estilingue de um David, sem a certeza da parceria divina para inverter a correlação de forças”. O cerco de poderosos inimigos foi acrescido pelos processos judiciais. “Cometi o pecado mortal de incomodar os manipuladores da verdade e os donos do poder. Não por mera coincidência, em plena democracia, me tornei um dos jornalistas mais processados e condenados”. A situação o obrigou a se afastar da trincheira de combate, inclusive, impedido de se deslocar de Belém, até para receber alguns prêmios pelo reconhecimento de seu trabalho na imprensa, sobretudo na cobertura da Amazônia, sua maior especialidade. A

¹⁴⁵ Sobre a matéria que o leitor se reportou, ver: Jornal Pessoal. “Minérios: ciclo das oportunidades”, ano XVI, nº 304, 1ª quinzena de julho de 2003, pp. 01-02, já a resposta encontra-se no Jornal Pessoal. “A voz”, ano XVI, nº 306, 1ª quinzena de agosto de 2003, p. 10.

condição “indica que os bárbaros estão vencendo”.¹⁴⁶ Apesar de todas as adversidades, não declinou de seu projeto amazônico.



Imagem: 33

Fonte: Jornal Pessoal, ano XVIII, nº 343, 1ª quinzena de abril de 2005. No uso da metáfora de um prometeu acorrentado pela justiça e recebendo bicadas do abutre *O Liberal*, ainda assim conseguia escrever com os dedos dos pés, Lúcio revelava a estratégia dos Maiorana de silenciá-lo depois de ser espancado por um dos membros da família que o perseguia.

Da crítica ao Estado federal ao desequilíbrio regional, o jornalista amparou-se em inúmeros argumentos, a fim de demonstrar a particularidade amazônica no interior da nação brasileira, assentada em fatos históricos, passando por aspectos culturais, disputas políticas e econômicas. Consciente da subalternização de seu pensamento protestou, denunciou, mas também externou propostas para alterar o modelo de desenvolvimento e modernidade da Amazônia, seja para equilibrar os índices sociais regionais, seja em caso extremo, lutar pela autonomia, tornando-se soberana através do antigo sonho de uma nação, de um país da Amazônia.

Cético quanto à implantação de seu projeto e frustrado por reconhecê-lo inviável e preterido pelos poderes estabelecidos nas esferas, federal e estadual, Lúcio teve plena consciência e convicção de sua missão como *voz* que falou pela Amazônia. Sem reivindicar a missão de *líder* ou *voz* nos altos poderes do Estado ou União, embora sugerido por amigos, leitores, inclusive por seu genitor, Elias Pinto, ex-prefeito de Santarém cassado pelos militares, fez a opção pelo jornalismo. Acreditava no papel da imprensa pela sua importância no momento crucial da história amazônica,

¹⁴⁶ Jornal Pessoal. “Quando a reportagem cruza com a história”, op. cit, p. 04.

realizando a cobertura dos fatos, a fim de municiar o cidadão com as armas da informação, ou seja, aproximar o cotidiano com a consciência da história.

Sem adeptos, isolado e cercado de inimigos com a pretensão de silenciá-lo, Lúcio também reconheceu que seu jornalismo não foi utilizado como arma de combate no tempo vivido, mas será apenas objeto de reflexão futura. Provavelmente, quando os fatos já estiverem consumados: a Amazônia atrelada ao modelo implantado pelo Brasil. Deixará de ser Amazônia para ser definitivamente brasileira, subsumindo sua identidade, com a perda de suas particularidades: sem floresta, sem rios (sem a importância devido ao rodoviarismo), desprovida do saber secular do homem amazônico e com a perda da biodiversidade. A consequência mais danosa é a ciência perder um grande laboratório de pesquisa. Tudo isso para contemplar a geopolítica nacional, alinhada ao grande capital.

Ao envergar a armadura dessa missão, foi para o *front* visando travar o bom combate pela Amazônia. No enfrentamento de adversários mais influentes e poderosos, persistiu, mesmo forçado a recuar, com sérias consequências profissionais e pessoais. Na *linha de tiro* e chamuscado pelos estilhaços lançados, a opção comprometeu sua ação na dianteira dos fatos. Nessa missão quixotesca, como já se comparou, contra os moinhos de ventos traduzidos nos dragões do Estado nacional e grandes projetos, estes, tão reais e perigosos, armou-se com sua singular artilharia: o saber, que tanto incomodou os adversários.

Opositor dos armamentos utilizados pelos líderes políticos e empresariais regionalistas, inclusive, do paraensismo tucano como estratégia identitária, constatou que a Amazônia está cada vez mais dividida entre os divergentes interesses estaduais, a exemplo da disputa entre paraenses e amazonenses pela hegemonia regional. Para Lúcio, não deveria haver tal confronto, uma vez que só enfraquece a região frente às ameaças do Estado federal e dos grandes grupos capitalistas. A Amazônia, enquanto identidade, precisava formular um projeto endógeno a fim de unificar seus interesses no âmbito nacional e internacional. “Essa fragmentação, tanto do ponto de vista espacial como da consciência das situações, favorece essa estratégia elaborada de fora para dentro, que busca impedir que a região se considere como personagem dessa história”.¹⁴⁷ Só dessa maneira a região continuaria Amazônia!

No Pará a situação encontrava-se mais ameaçadora. Culpa da elite de Belém, caolha para os crescentes problemas do oeste, sul e sudeste estadual. Em várias matérias, Lúcio criticou a incompetência e preconceito dos grupos hegemônicos da capital contra as demais regiões do Pará,

¹⁴⁷ PINTO, Lúcio Flávio. “Estratégia de ação até o ano 2000”. Amazônia a fronteira do caos, cit, p. 88.

por governarem com os umbigos fincados em Belém e na área metropolitana. O resultado é o fortalecimento da proposta emancipacionista de Carajás e Tapajós.

Como amazônida, paraense, num pertencimento mais específico, o jornalista angustia-se ante a possibilidade mais evidente de divisão regional, o qual impediria a efetivação do projeto Amazônia que tanto lutou em sua trajetória profissional. Para isso, os paraenses teriam que abdicar da secular pretensão de líderes da região. Na mesma perspectiva, as autoridades belemenses precisam alterar o tratamento dispensado às demais regiões integrantes do Pará, caso contrário, não conseguirão impedir o esfacelamento estadual.

Para ampliar o seu tormento, não constatava nenhuma sinalização de alteração do quadro amazônico e paraense. Não era um pessimismo exagerado, era o processo histórico e a atual realidade que obrigavam a tecer tal análise. Apesar dos resultados não satisfazê-lo, cumpriu sua missão amazônica. Se o porvir era incerto para a região, tinha a certeza que sua obra em vida servirá como reflexão futura, sobretudo, pela narrativa indispensável da história da Amazônia.

Considerações sobre regionalismos

Viajar integra múltiplas finalidades. Entre elas, proporcionam conhecimentos ao atento viajante. Relacionado a essa assertiva, o modo de alinhar este doutoramento guarda uma característica própria. As nossas viagens, geralmente profissionais, se transformaram em situações oportunas de escrita. Viajando pelos rios amazônicos, rodovias ou espaços aéreos no Pará ou com destinos a outros estados, não havia impedimentos para rascunhar alguns traços ou digitar, tornando-se, a partir de determinados momentos, até prazeroso construir a reflexão das narrativas regionalistas.

Mas o que os relatos de viagens pessoais estão relacionados a este trabalho, já que não versa sobre viagens ou viajantes? No início, foi a alternativa encontrada para suprir a carência de uma dedicação exclusiva ao curso, devido não disponibilizar de bolsa, portanto, o doutorado precisou compartilhar o exíguo tempo com o trabalho docente. Foram quatro anos de intensivo empenho, pesquisas, leituras, escritas, muitas vezes, carregadas de angústias em decorrência do temor de não conseguir cumprir o prazo de conclusão. Caso conseguíssemos, a qualidade poderia ser comprometida.

Sentado em poltronas de ônibus, van ou avião, num simples assento de barquinho, lancha ou deitado, numa nem sempre confortável, rede esticada nos navios, representaram momentos valiosos de produção. Sob os olhares curiosos de amigos, transeuntes ou passageiros, alguns até irônicos, não conseguiam compreender a prática não convencional de escrita. Despindo-se das primeiras preocupações, esse modo de escrever, no transcorrer do tempo, não só se revelou prazeroso, mas conseguiu contribuir para o crescimento das reflexões. Sem dispor desse meio, dificilmente, conseguiríamos avançar e chegar a este momento.

Tal modo de escrita, também, se estendeu para determinadas ocasiões não tão recomendáveis, registradas no decorrer de reuniões pedagógicas, intervalos de aulas ou de palestras, conferências. Nesses andamentos, os amigos de trabalho pareciam reconhecer o grau de preocupação que nos acompanhava. A tensão, momentaneamente, dava lugar às saudáveis gozações em relação à tamanha e inusitada dedicação.

Quando a “pátria em chuteiras”, de acordo com a célebre definição de Nelson Rodrigues, encontra-se contagiada pelo sentimento de brasilidade, típica do clima de Copa do Mundo, este doutoramento parece destoar desse exacerbado nacionalismo que envolve o país. Mas a situação está além do inusitado acontecimento. O desenvolvimento deste trabalho representou, além da

reflexão proporcionada por uma produção acadêmica, a certeza que o tema satisfazia-me como sujeito de um lugar social que historicamente fragmentou o pertencimento brasileiro.

A produção era consciente que a tensão estava além de despreziosa escrita e retórica dos protagonistas (autoridades, intelectuais e leitores da grande imprensa) da Amazônia, especialmente do Pará, que se debruçaram e se inquietaram com a realidade amazônica. O doutorado em si não representava um ardente desejo de obtenção de titulação acadêmica se não fosse acompanhado por uma interessante temática constitutiva do processo histórico regional.

Refletir sobre identidades, regionalismos, memórias eivadas de ressentimentos, confrontos e tensões que envolviam disputas de projetos diferenciados, tendo como justificativas resguardar as identificações ameaçadas, interesses e conveniências de grupos e lideranças personalistas, proporcionava um incontestável alargamento dos referenciais de análise.

O trabalho foi referendado em múltiplas produções escritas e fontes jornalísticas, imprescindíveis para a concretização da narrativa de identificação regional, que se diferenciavam do padrão nacionalista brasileiro. Os confrontos ultrapassavam a fronteira da mera retórica ou análise de discursos, devido partir de novos olhares, conforme as experiências de múltiplos sujeitos sociais que cimentavam a refrega entre os projetos da Amazônia e os do Brasil, que pareciam distantes e indiferentes. O distanciamento não era só físico, pois representaria que o que seria bom para o Brasil nem sempre era bom para a Amazônia.

O modo de questionar o sentimento de Nação nos tempos de globalização já não causa tanta apreensão ou ameaça de ser acusado de ausência de brasilidade. Num outro sentido, a inquietação também envolvia o saber acadêmico das universidades do Centro-Sul. A reflexão em uma das principais universidades do país, localizada em São Paulo, centro hegemônico brasileiro, tantas vezes criticado pelos regionalistas da Amazônia paraense, poderia parecer paradoxal. Mas não foi do acaso a escolha. Desde o princípio, havia a pretensão de refletir a temática no lugar intelectual do Brasil, seja no Rio de Janeiro ou em São Paulo.

Durante a preparação do projeto realizei um levantamento documental intensivo e sistemático nos arquivos e bibliotecas de Belém, reforçado pelas constantes incursões nos sebos, inclusive, em Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro. A pesquisa dirigiu-se à produção da grande imprensa. No uso da imprensa como fonte levou-se em consideração as articulações, os alinhamentos, os interesses de grupos afinados ou em confrontos com os poderes. Consciente desse movimento dedique-me aos jornais *A Província do Pará* (1966-1973), *O Liberal* (1973-2010) e o *Diário do Pará* (1982-2010).

Numa prática divergente dos alinhamentos da grande imprensa, a produção do jornalista Lúcio Flávio Pinto também recebeu destaque durante sua experiência, inclusive em sua atuação n' *A Província do Pará* e no matutino da família Maiorana. Através dos alternativos *Jornal Pessoal* e *Agenda Amazônica*, Lúcio contribuiu com interpretações diferenciadas do tradicional regionalismo amazônico.

Acompanhar *pari passu* o desenrolar de um contexto fértil de identificação regional decorreu-se da opção pela sistemática e cotidiana pesquisa nos jornais por quase quatro décadas. O marco foi o ano de 1966, contexto de grande alteração no cenário amazônico, devido o desencadeamento da Operação Amazônia. Nesse ano, começava a trajetória de Lúcio Flávio Pinto na imprensa, considerado um dos principais intelectuais que terçou armas contra o Estado nacional e os grandes projetos, definidos como principais adversários da Amazônia.

Na contramão do jornalista, também nesse emblemático ano de 1966, Jader Barbalho iniciava sua controversa vida pública, elegendo-se vereador de Belém pelo MDB. Posteriormente, tornou-se uma das principais lideranças regionalistas *em defesa do Pará*. O recorte parecia longo, mas era importante, porque representava um período de significativa modificação socioeconômica, refletindo em novas identificações. Tal realidade passou a inquietar as autoridades e a intelectualidade regional, temerosos com o rumo da modernização.

A utilização de diversas fontes fundamentou o trabalho, demonstrando o empirismo que marcou a trajetória da pesquisa, sem desmerecer, evidentemente, o diálogo com valiosos referências teóricos, especialmente sobre identidade, regionalismo, imprensa e práticas culturais. Na interlocução com as identificações e multiculturalismo de Stuart Hall, a narrativa colonial de Homi Bhabha, além do grupo de estudos coloniais latino-americanos, como Walter Mignolo, Enrique Dussel, Anibal Quijano, Alejandro Moreno, Fernando Coronil e Edgardo Lander, a colonidade do poder e do saber Amazônia foram refletidas.

Nesse compasso foram organizados os capítulos. O primeiro foi fruto de um longo e criterioso levantamento bibliográfico. A produção comprovou a necessidade do recuo histórico, não com o sentido de buscar as origens do ressentimento da Amazônia *enjeitada*, mas de ampliação do diálogo com outros tempos indicadores da continuidade de determinadas experiências regionalistas através de uma busca incessante por inúmeros letrados em defesa da modernização da Amazônia. A relação presente e passado deu o norte das reflexões.

A interpretação das identificações e regionalismos da Amazônia a partir da leitura de diversos intelectuais, diferenciados e, muitas vezes divergentes, possibilitou analisar as

expectativas criadas e almeçadas em nome da modernização. A ação desses letrados também intencionava analisar a contestação aos recorrentes preconceitos que alargavam a imagem de inferioridade e incivilização amazônica.

Valorizar a Amazônia, não era somente uma questão socioeconômica, mas de forte presença cultural. As reflexões dessa intelectualidade nortearam a escrita ao longo do tempo, devido serem fundamentais no acompanhamento das frustrações e questionamentos em relação às demandas requeridas pela região em comparação com o hegemônico centro-sul, este, sempre alvo das críticas.

A formação da memória de enfeitamento serviu de argumento aos regionalistas quando mostravam a historicidade das diferenças e distanciamentos em relação ao poder central. Se não existia a intenção de analisar como produção historiográfica, havia a preocupação com a dimensão escrita que passou a conter na divisão dos capítulos. Também apontou para uma rica produção às margens, não somente do centro hegemônico brasileiro, mas da suposta homogeneidade da Nação. O regionalismo amazônica em muitas situações fragmentou o sentimento de brasilidade, tão cara no construto da identidade nacional.

O seguinte, originalmente integrava o primeiro, mas teve que ser separado, mas sem perder a essência do anterior. Representou o período do sugestivo recorte histórico, o qual pretendia acompanhar a reflexão da intelectualidade regional no momento crucial de ocupação e integração nacional. Não foi tão amplo como o primeiro, porque outros assuntos mais específicos ocorridos no contexto seriam aprofundados nas narrativas posteriores. Ademais, intencionou situar as tragédias sociais que se avizinhavam na última fronteira do capital a partir da década de 1960. O contexto abordado construiu o cenário de angústias e frustrações dos letrados pelo modelo econômico implantado e sua enorme carga social implodida.

O terceiro, delimitado no mesmo período das reflexões anteriores, pretendeu enveredar-se pelas práticas culturais, quando o isolamento do restante do Brasil parecia uma marca e motivo de orgulho regional. A amazonidade, nesse sentido, tornava-se uma construção apegada à preservação cultural. Ainda nas pegadas dos intelectuais da Amazônia, a inquietação quanto à defesa da pretensa identidade amazônica mobilizou suas produções em vários momentos históricos, em especial, a partir das maiores ameaças advinda com a força do grande capital.

Nesse campo cultural, uma síntese foi construída, mas com a certeza que poderia ser bastante aprofundada em outras condições, sem a delimitação imposta por integrar um trabalho maior de doutoramento. A amazonidade representou boa parte do conjunto das identificações

construídas na Amazônia, entrelaçando aspectos econômicos, políticos e culturais. Numa perspectiva mais integradora, o capítulo possibilitou aproximar visões aparentemente diferentes, dando um sentido de regionalismo como identificação.

O quarto destacou a prática de um intenso regionalismo, especialmente no espaço social de Belém, sinalizando a enorme angústia de lideranças políticas e empresariais pelos sucessivos malogros do Pará em confronto com o governo federal, Maranhão, Amazonas, sobretudo São Paulo. Defender o Pará revelou-se uma retórica de significativa estratégia política dos representantes políticos e empresários a fim de possibilitar a visibilidade dos guardiões parauaras, tão importante na manutenção de seus poderes.

Conscientes dos percalços no tratamento das fontes, em decorrência dos alinhamentos e das articulações da grande imprensa com os poderes constituídos, os jornais foram os principais caminhos percorridos em busca do acompanhamento das tensões regionais. Os conflitos quase cotidianos com o poder federal integraram boa parte das narrativas e revelaram o modo de agir do regionalismo paraense, porém nem sempre condizente com a retórica enunciada. Interesses e conveniências dos projetos de grupos ou lideranças personalistas nortearam a *defesa* do Pará, com destaque para Jarbas Passarinho, Jader Barbalho e Almir Gabriel.

Pelo levantamento documental realizado, uma seleção foi necessária a fim de não ultrapassar o limite de um capítulo que intencionava aprofundar as questões específicas do regionalismo no Pará. Afinal, eram quatro décadas de pesquisas em jornais. A reflexão mais pormenorizada era necessária, também, pela possibilidade de revelar um contexto de grande visibilidade através das práticas regionalistas acompanhadas de suas contínuas derrotas. Nunca foi tão necessário *defender* o Pará, assim como, a indispensável vigilância empreendida pelos *defensores* da causa paraense. A retórica da defesa demonstrava-se contínua, pelo menos era o que divulgavam os guardiões. Os personagens podiam até ser diferentes, mas a essência da enunciação permanecia: *em defesa do Pará*.

O quinto capítulo percorreu os passos da produção cultural sobre a amazonidade, mas com a particularidade de analisar o orgulho de ser paraense representado pelo paraensismo. As múltiplas experiências de valorização e defesa da identidade essencialista parauara possibilitaram refletir a tentativa de homogeneizar a identificação dos moradores do Pará. Todavia, era imprescindível tomar o cuidado para não embarcar nessa pretensão hegemônica dos grupos de Belém para o todo estadual, porque também se encontravam temerosos com as ameaças de fragmentação territorial.

Partindo da região metropolitana de Belém, o paraensismo continha uma grande estratégia de alargar a coesão social para todo o Pará. Ademais, as fissuras no interior da intelectualidade emergiram a fim de desnudar a suposta homogeneidade paraoara em meio à crise das identidades a partir da incidência dos valores globais e às influências do multiculturalismo, que postulavam a diversidade. O paraensismo, desse modo, agia em duas frentes de batalha, tentando assegurar uma identidade cada vez mais fragmentada. A defesa do Pará, nesse sentido, também era cultural.

Se, no ofício de historiador, não seria conveniente escamotear os graves problemas contidos nesse essencialismo, como cidadão enraizado em um lugar social, era angustiante e inquietante analisar as nocivas práticas das lideranças paraenses através de suas conveniências políticas, os malogros e as condições sociais do Pará, em especial Belém. O exemplo mais recente emergiu no caso da frustração com o desfecho da pretensão da capital paraense em ser sede da Copa do Mundo de 2014, quando emergiram novos ressentimentos e diagnósticos sociais desabonadores para a sociedade paraense. A circunstância fez lembrar um episódio não vivido, mas atentamente pesquisado: a batalha pelo escoamento do minério de Carajás. A síndrome de derrotas continuava através de novos acontecimentos que ultrapassavam as barreiras políticas e econômicas.

Os últimos escritos foram dedicados à narrativa do polemista Lúcio Flávio Pinto. A interpretação lucioflaviana era imprescindível, a começar pelo contexto abordado. O jornalista centralizou sua artilharia contra o Estado nacional, considerado o “padrasto” da região que abriu as portas para a entrada dos “cavalos de tróia”, transvestidos de grandes projetos modernizadores.

A temática em si, tinha plenas condições de ser um trabalho específico, representada pela vasta produção do sociólogo-jornalista, como realmente ocorreu, no início, com a elaboração do projeto de pesquisa. Devido ao intensivo conjunto da obra e a inserção no debate, em vários momentos houve a necessidade de disciplinar a escrita para não comprometer o equilíbrio dos capítulos, sob o risco de pender desproporcionalmente em favor do intelectual amazônida, tal a sua relevância como intérprete da Amazônia contemporânea.

A causa de sua luta no *front* jornalístico amazônico estimulava a solidariedade. A história de vida de Lúcio Flávio Pinto comparava-se à de vários personagens da história da humanidade que se sacrificaram por um ideal, no caso em questão, a Amazônia. Intelectual das margens do pensamento nacional, o jornalista paraense enfrentou os maiores desafios em nome do projeto

defendido, porém com o pagamento de um oneroso preço. Mas esse reconhecimento não poderia afetar o cômputo das análises, pois não estava isento de questionamento, apesar de não integrar o objetivo dos capítulos. A solidariedade foi mais caracterizada, embora assumindo os riscos acadêmicos dessa escolha.

Se a produção lucioflaviana, poderia, certamente, viabilizar um trabalho específico, os demais capítulos também seriam plenamente desenvolvidos com outras finalidades. Todos tinham uma dimensão própria, porém interligavam-se com a essência do regionalismo. Impossível seria entendê-los compartimentados e sem a perspectiva do todo amazônida e parauara. O entrelaçamento político, econômico, social e cultural objetivava empreender uma ampla discussão, devido à própria dimensão temporal que o trabalho abarcou, contudo, estava consciente das limitações que a narrativa poderia incorrer em decorrência da perda de algumas especificidades. Era o preço a ser pago pela amplitude da análise.

Refletir sobre as formações de identidades e regionalismos em um lugar social historicamente marcado pela pretensa originalidade, mais ainda por se confrontar com a homogeneização do Estado nacional, comportava uma excessiva dose de tensão e polêmica. Empreender esse risco foi o primeiro passo em direção às narrativas abarrotadas de memórias em consonância com a relação presente e passado, por serem experiências intrínsecas das identidades regionais na Amazônia, em especial a paraense.

Marcadas por ressentimentos, as narrativas regionais apontavam para o histórico desentendimento entre a Amazônia, especificamente o Pará, com o Estado-Nação. Fundamentados na história, os argumentos dos regionalistas objetivavam a coesão social, mas nem sempre estavam balizados em práticas condizentes com o interesse da coletividade. O uso do sentimento regional tornou-se a estratégia mais recorrente das lideranças da Amazônia paraense, sobretudo, para a obtenção de benefícios junto ao poder central.

O modo de reivindicação contribuiu para a imagem de uma região pedinte, inferior, ressentida, suplicando pelas migalhas ofertadas pelo poder central. Se havia a crítica aos preconceitos impingidos, a atitude acabava por referendar a submissão da Amazônia, colaborando com a ação paternalista do Estado brasileiro. Quando as demandas não eram atendidas, reverberavam ressentimentos, daí a constituição da *filha enjeitada* que implorava uma melhor atenção do *padrasto* Estado nacional ou da *madrasta* Nação brasileira.

A partir da consciência dessa recorrente prática, a análise ganhou novas interpretações, na perspectiva de desnudar as conveniências dos grupos hegemônicos paraenses, experientes no

uso da retórica calcada no regionalismo. Qualquer sentimento de identificação amazônida jamais poderia ignorar essas atitudes, sob pena de incorrer em grave interpretação em relação ao modo de agir dos grupos regionalistas. A escrita de Lúcio Flávio Pinto, na contramão desses fatos, foi ao cerne do problema ao revelar as conveniências das *elites* regionais. Estas, no seu entendimento, ainda não desceram à *rinha* para lutar em defesa da Amazônia.

Se o projeto de integração nacional demonstrava, conforme as denúncias, prejudicial à Amazônia, não significava que o trabalho seria totalmente solidário com as atitudes de boa parte das lideranças regionalistas, sobretudo porque suas notórias atuações revelavam as artimanhas dos jogos de interesses conforme as causas de grupos ou conveniências particulares. Nesse momento, os regionalismos continham as mais repulsivas práticas, desmoralizando os principais argumentos utilizados contra o poder central ou dos estados hegemônicos da Federação.

Nem todos agiam com esse expediente, evidentemente, mas o grau de inserção dessas práticas ajudou a comprometer a validade da valorização das identidades, mesmo que questionáveis, especialmente na Amazônia paraense do tempo presente. As experiências de múltiplos valores, saberes e culturas vivenciadas no mundo globalizado, que contribuíram para furar o bloqueio do “isolamento” regional, motivo de orgulho para alguns intelectuais, acrescidas das ações de novos sujeitos que passaram a ocupar a região, dinamizaram e pluralizaram as identificações.

O pretenso paraensismo, assentado numa visão essencialista, acrescido pela amazonidade, embora com toda a retórica em defesa da valorização da cultura local e regional, estimulados pela própria e inerente resistência à globalização, também foram alvejados por vários questionamentos. Se as identidades são questionáveis, as identificações, num diálogo com Stuart Hall, ganharam notoriedade no cenário amazônico do tempo presente, destoando da suposta originalidade e homogeneização identitária, defendidas pelos argumentos da intelectualidade amazônida.

A Amazônia via definir sua longa tradição assentada nas culturas das florestas e dos rios. Agora, novos sujeitos, levados pela intensa imigração durante a ocupação territorial, passaram a contribuir com ribeirinhos, indígenas, negros, remanescentes de quilombos e cidadãos, estes, ainda com forte ligação com os saberes das florestas. Alarmados por esse cenário, apegar-se à suposta identidade regional foi uma estratégia de preservação cultural. Nessa Amazônia híbrida, a pluralidade de culturas ganhou destaque.

A reflexão estimulou o repensar das identidades regionais em decorrência das várias Amazônias construídas, do mesmo modo, também a própria condição do sentimento de Nação. Ingrediente indispensável a partir do século XIX, num momento de formação do Estado nacional, a forjada Nação brasileira viu-se preterida e desnudada a partir da Amazônia.

A situação deveria instigar, por sua vez, a retomada de discussões para uma nova construção federativa, a fim de que o próprio projeto nacional seja revisto. Não mais fundamentados em questões geopolíticas ou interesses determinantes do capital, mas que se assente na defesa da cidadania, pressuposto indispensável para a garantia de direitos sociais, sejam de brasileiros, amazônidas ou paraenses.

FONTES

Fontes Impressas:

Informe Amazônico

Informe Amazônico. “Federação A guerra foi declarada no Pará”, ano I, nº 8, 31.03.1981 a 14.04.1981, pp. 01- 05.

Agenda Amazônica:

Agenda Amazônica. **A ciência estrangeira apenas serve como arma do capital?**, ano I, nº 01, setembro de 1999, pp. 01-03.

Agenda Amazônica. **Grandes Projetos. Cavalos de Tróia na Amazônia**, ano I, nº 02, 1999, pp. 01-03.

Agenda Amazônica. **Quando a Inglaterra não quis tentar ser a dona da Amazônia**, ano I, nº 5, janeiro de 2000, pp. 01-02.

Agenda Amazônica. **Nosso colonialismo**. Ano I, nº 05, janeiro de 2000, p. 11.

Agenda Amazônica. **A pirâmide energética completou 15 anos (quem comemora?)**, ano I, nº 06, fevereiro de 2000, pp. 01-05.

Agenda Amazônica. (entrevista). **Para se salvar, a Amazônia precisa da solidariedade externa**, ano I, nº 07, março de 2000, p. 10.

Agenda Amazônica. **A Amazônia é o futuro do Brasil?**, ano I, nº 8, abril de 2000, p. 10.

Agenda Amazônica. **Internacionalização. No fogo cruzado**, ano II, nº 15, novembro de 2000, pp. 01-03.

Agenda Amazônica. **Ainda há esperança para a Amazônia?**, ano II, nº 16, dezembro de 2000, p. 04.

Agenda Amazônica. **“É possível fazer história na Amazônia?”**, ano II, nº 17, janeiro de 2001, p. 06.

Agenda Amazônica. **Sivam. A ciência e a geopolítica**, ano II, nº 20, abril de 2001, capa.

Agenda Amazônica. **O que mudou a Amazônia**, ano II, nº 21, maio de 2001, pp. 04-05

Jornal Pessoal:

Jornal Pessoal. **A ‘nova’ colonização**, ano I, nº 11, 1ª quinzena de fevereiro de 1988, p. 05.

Jornal Pessoal. **Samba do loiro doido**, ano I, nº 11, 1ª quinzena de 1988, pp. 07-08.

Jornal Pessoal. “Menor que o desafio”, ano I, nº 13, 1ª quinzena de março de 1988, p. 05

Jornal Pessoal. **Um ano depois, quem diria?**, ano II, nº 25, 1ª quinzena de setembro de 1988, p. 08.

Jornal Pessoal. **Para uma só nação?**, ano II, nº 27, 1ª quinzena de outubro de 1988, p. 02.

Jornal Pessoal. **Sul: ó nós aí**, ano II, nº 29, 1ª quinzena de novembro de 1988, p. 08.

Jornal Pessoal. **Ponto de equilíbrio**, ano II, nº 34, 2ª quinzena de janeiro de 1989, pp. 06-07.

Jornal Pessoal. **Defesa de faz-de-conta**, ano II, nº 35, 1ª quinzena de fevereiro de 1989, pp. 01-03.

Jornal Pessoal. **Para os parceiros**, ano II, nº 38, 1ª quinzena de abril de 1989, pp. 01-03

Jornal Pessoal. **Para os parceiros**, ano II, nº 39, 2ª quinzena de abril de 1989, p. 05

Jornal Pessoal, ano II, nº 41, 2ª quinzena de maio de 1989, pp. 01-05.

Jornal Pessoal. **Certidão de falência**, ano II, nº 42, 1ª quinzena de junho de 1989, p. 02

Jornal Pessoal. **A geopolítica vesga**, ano II, nº 46, 2ª quinzena de agosto de 1989, p. 04.

Jornal Pessoal. **A Amazônia medieval**, ano III, nº 53, 1ª e 2ª quinzenas de dezembro de 1989, pp. 01-03.

Jornal Pessoal. **Duas pobrezas amazônicas**, ano III, nº 58, 1ª quinzena de março de 1990, p. 04.

Jornal Pessoal. **Pará Estado derrotado**, ano III, nº 63, 1ª quinzena de junho de 1990, capa.

- Jornal Pessoal. **Um tema de exorcistas**, ano III, n° 63, 1ª quinzena de junho de 1990, p. 02.
- Jornal Pessoal. **Uma década em vôo cego**, ano III, n° 63, 1ª quinzena de junho de 1990, pp. 10-11.
- Jornal Pessoal. “O decálogo da Amazônia”, ano III, n° 64, 1ª quinzena de julho de 1990.
- Jornal Pessoal. **Os mamutes hidrelétricos**, ano III, n° 64, 1ª quinzena de julho de 1990.
- Jornal Pessoal. **Como conquistar nosso lugar**, ano III, n° 64, 1ª quinzena de julho de 1990, p. 03.
- Jornal Pessoal. **A vez do milagre**, ano III, n° 66, 1ª quinzena de janeiro de 1991, p. 01
- Jornal Pessoal. **As décadas definitivas**, ano V, n° 91, 1ª quinzena de junho de 1992, p. 04
- Jornal Pessoal, ano X, n° 164, 1ª quinzena de junho de 1997, p. 01-03.
- Jornal Pessoal. **Quando o Brasil entregou a Amazônia**, ano XI, n° 182, 1ª quinzena de março de 1998, pp. 01-03.
- Jornal Pessoal. **Segunda etapa de Tucuruí: um debate indispensável**, ano XI, n° 190, 1ª quinzena de julho de 1998, p. 06.
- Jornal Pessoal. **A mudança: contra nós?**, ano XIII, no 227, 2ª quinzena de janeiro 2000, pp. 01-02.
- Jornal Pessoal. **Cisco**, ano XIV, n° 255, 2ª quinzena de março de 2001, p. 08
- Jornal Pessoal. **A proporção torta**, ano XV, n° 270, 1ª quinzena de novembro de 2001, pp. 01-03
- Jornal Pessoal. **Pará é isso**, ano XV, n° 271, 2ª quinzena de novembro 2001, p. 03.
- Jornal Pessoal. **Norte é o campeão nacional da pobreza**, ano XV, n° 275, 2ª quinzena de janeiro de 2002, p. 07.
- Jornal Pessoal. **Quem chora pela Sudam?**, ano XV, n° 280, 2ª quinzena de março de 2002, pp. 02-03.
- Jornal Pessoal. **Desafio. Internacionalizar ou o quê?**, ano XVI, n° 295, Especial/16 páginas, dezembro de 2002, p. 13
- Jornal Pessoal. **Eletronorte: Padim Sarney, de novo**, ano XVI, n° 297, fevereiro de 2003, p. 03.
- Jornal Pessoal. **CVRD: O Dragão da Maldade**, ano XVI, n° 298, março de 2003, capa e pp. 02 e 03
- Jornal Pessoal, ano XVI, n° 302, 2ª quinzena de maio de 2003, pp. 01-03.
- Jornal Pessoal. **Eletronorte: um passivo de 30 anos**, ano XVI, n° 303, 1ª e 2ª quinzenas de junho de 2003, p. 12.
- Jornal Pessoal, ano XVI, n° 303, 1ª e 2ª quinzenas de junho de 2003, p. 08.
- Jornal Pessoal. **Minérios: ciclo das oportunidades**, ano XVI, n° 304, 1ª quinzena de julho de 2003. pp. 01-02.
- Jornal Pessoal. **Pará: sem voz**, ano XVI, n° 305, 2ª quinzena de julho de 2003, pp. 01-02
- Jornal Pessoal. **Guerra: O público vai ganhar?**, ano XVI, n° 306, 1ª quinzena de agosto de 2003, capa, pp. 02 e 03.
- Jornal Pessoal. **A voz**, ano XVI, n° 306, 1ª quinzena de agosto de 2003, p. 10.
- Jornal Pessoal. **Senadora fala sobre a fraude, A Amazônia no país: um imenso vácuo**, ano XVI, n° 307, 2ª quinzena de agosto de 2003, pp. 06; 12.
- Jornal Pessoal. **A história acabou. Como o sonho?**, ano XVII, n° 314, 2ª quinzena de dezembro de 2003, p. 02.
- Jornal Pessoal. **O Pará e o grande buraco: um desafio**. Ano XVII, n° 314, segunda quinzena de dezembro de 2003, p. 03.
- Jornal Pessoal, **O Pará e sua doença: o caciquismo retórico**”, ano XVII, no 318, 2ª quinzena de fevereiro de 2004, p. 03.
- Jornal Pessoal. **C & T: verba ficará no Sul**, ano XVII, n° 320, 2ª quinzena de março de 2004, p. 06.
- Jornal Pessoal. Ano XVII, n° 321, 1ª quinzena de abril de 2004, pp. 01-02.
- Jornal Pessoal. **As mutações da energia no jornal e na realidade**, ano XXI, n° 424, 1ª quinzena de setembro de 2008, p. 07.
- Jornal Pessoal. **Sapiência bandeirante**, ano XVIII, n° 332, 2ª quinzena de outubro de 2004, p. 08.
- Jornal Pessoal. **Ele melhor cobre a Amazônia**, ano XVIII, n° 336, 2ª quinzena de dezembro de 2004, pp. 06-08.
- Jornal Pessoal. **Pará: Cada vez mais pobre**, ano XIX, n° 356, 1ª quinzena de novembro de 2005, pp. 01-02.
- Jornal Pessoal. **Eu sou amazônida. E você?**, ano XIX, n° 370, 2ª quinzena de junho de 2006, pp. 06-07
- Jornal Pessoal. “Amazônia parada”, ano XIX, n° 370, 2ª quinzena de junho de 2006, p. 08.

- Jornal Pessoal. **O Pará que não se vê no espelho do mundo**, ano XX, n° 377, 1ª quinzena de outubro de 2006, p. 06.
- Jornal Pessoal. **Amazônia que mudou quatro décadas depois**. Ano XX, n° 382, 2ª quinzena de dezembro de 2006, p. 04.
- Jornal Pessoal. **Amazônia já não é nossa (e é de quem, cara-pálida?)**, ano XX, 387, 1ª quinzena de março 2007, p. 07.
- Jornal Pessoal. **Nós, os ignaros do norte**, ano XX, n° 393, 1ª quinzena de junho de 2007, p. 12.
- Jornal Pessoal. **Sonhar é preciso: a nossa Amazônia**, ano XX, n° 395, 1ª quinzena de julho de 2007.
- Jornal Pessoal. **Eletronorte ficará em Brasília de vez?**, n° 416, 1ª quinzena de maio de 2008, p. 12.
- Jornal Pessoal. **O jornalismo e Gramsci**, n° 418, 1ª quinzena de junho de 2008.
- Jornal Pessoal. **Eletronorte ficará mesmo em Brasília**, n° 418, 1ª quinzena de junho de 2008, p. 07.
- Jornal Pessoal. **Hidrelétrica amaldiçoada**, ano XXI, n° 419, 2ª quinzena de junho de 2008, pp. 01-04.
- Jornal Pessoal. **Louvação desbragada**, ano XXI, n° 419, 2ª quinzena de junho de 2008, p. 06
- Jornal Pessoal. **Centenário tardio**, ano XXI, n° 421, 2ª quinzena de julho de 2008, p. 05.
- Jornal Pessoal, ano XXI, n° 424, 1ª quinzena de setembro de 2008, p. 01-03.
- Jornal Pessoal. **Usina colonial: é Belo Monte**, ano XXII, n° 433, 2ª quinzena de janeiro de 2009, p. 03.
- Jornal Pessoal. **Um repórter estrangeiro e outros estrangeiros na Amazônia: um bem?**, ano XXII, n° 434, 1ª quinzena de fevereiro de 2009, pp. 06-07. (grifo do jornal).
- Jornal Pessoal. **Nossos gurus**, ano XXII, n° 435, 2ª quinzena de fevereiro de 2009, p. 06
- Jornal Pessoal, ano XXII, n° 435, segunda quinzena de fevereiro de 2009, p. 07.
- Jornal Pessoal. **Pará. Para baixo**, ano XXII, n° 443, 2ª quinzena de junho de 2009, pp. 01-02.
- Jornal Pessoal. **Jornalismo e vocação**, ano XXII, n° 445, 2ª quinzena de julho de 2009, p. 05.
- Jornal Pessoal. **Quando a reportagem cruza com a história**, ano XXII, n° 446, 1ª quinzena de agosto de 2009, p. 09.
- Jornal Pessoal. **Terra arrasada**, ano XXII, n° 447, 2ª quinzena de agosto de 2009, pp. 01-02
- Jornal Pessoal. **Grandes Projetos. Três décadas depois**, ano XXIII, n° 448, 1ª quinzena de setembro de 2009, p. 01-03.
- Jornal Pessoal. **O Pará atrasado**, ano XXIII, n° 454, 1ª quinzena de dezembro de 2009, capa.
- Jornal Pessoal. **Razões do paradoxo: riqueza sem progresso**, ano XXIII, n° 458, 1ª quinzena de fevereiro de 2010, p. 05.

Lúcio Flávio Pinto no jornal A Província do Pará

- PINTO, Lúcio Flávio. “História e Farsa”, Quark, A Província do Pará, 08 e 09 de agosto de 1971, p. 03, 2 caderno.
- PINTO, Lúcio Flávio. “Sem mudança”, Quark, A Província do Pará, 26.06.1972, p. 03, 2 caderno

Lúcio Flávio Pinto no jornal O Liberal

- PINTO, Lúcio Flávio. Informe Amazônico. “Como encontrar a saída?”, 15.08.1975, p. 04.
- PINTO, Lúcio Flávio. “Os contextos e a polêmica”. Informe Amazônico. O Liberal, 02 de outubro de 1977, p. 09.
- PINTO, Lúcio Flávio. “Das reivindicações às perspectivas (2)”. Informe Amazônico. O Liberal, 06 de setembro de 1978, p. 11.
- PINTO, Lúcio Flávio. “Em nome de quem?”, Informe Amazônico. O Liberal, 25.10.1978, p. 06.
- PINTO, Lúcio Flávio. “As lições”. Informe Amazônico. O Liberal, 21.11.1978, p. 06.
- PINTO, Lúcio Flávio. “Uma questão fundamental”, O Liberal, 26.11.1978, p. 06.
- PINTO, Lúcio Flávio. “Pontes de acesso ao entendimento”. O Liberal, 06.04.1979, p. 06.
- PINTO, Lúcio Flávio. “Perigos concretos”. O Liberal, 11.04.1979, p. 06.
- PINTO, Lúcio Flávio. “Bandeiras ao vento”. O Liberal, 27.06.1979, p. 06
- PINTO, Lúcio Flávio. “A prova dos nove”. O Liberal, 30.12.1982, p. 06.

Jornal A Província do Pará

- A Província do Pará, “Empresários levarão a Geisel problema de Carajás”, 09.10.1973, p. 02.
 A Província do Pará, “Camargo vê Pará colônia do Maranhão”, 08. 10. 1973, p. 02.
 A Província do Pará, 01.03.1966, p. 05 e 21.04.1966, p. 05.

Jornal O Liberal:

- O Liberal. “Jader: Pará não pode ser só um almoxarifado”, 12.11.1983, p. 04. 1º caderno.
 O Liberal, “Noções de geografia aplicada – Grito de Rebelião”, 01.02.1981, p. 07.
 O Liberal, “Riquezas do Pará para paraenses” e “ACP reivindica participação do Pará”, 17.07.81, capa e p. 07.
 O Liberal, 22.01.1981, p. 12.
 O Liberal, 01.02.81, capa.
 O Liberal, 02.03.1981, capa
 O Liberal, 27 e 28.01.81, p. 03.
 O Liberal, cartas: “Riqueza”, 05.01.1981, p. 06
 O Liberal, R-70, “Proposta”, 21.09.1980, p. 03.
 O Liberal, “Jarbas: governo precisa mostrar verdade ao Pará”, 06.03.1981, p. 05.
 O Liberal, Repórter 70, “Carajazão”, 05.01.81, p. 03.
 O Liberal, “Empresários adotam greve como protesto”, 22.1.81, p. 12.
 O Liberal, “Mais poder de decisão para o Pará”, 17.03.81, p. 10.
 O Liberal. “Carajás: nem sempre o que é bom para o Brasil beneficia o Pará”, 19.10.1980, p. 10.
 O Liberal. Cartas, “Pará”, 19.09.1980, p. 06.
 O Liberal, R-70, “Mobilização”, 26.07.1980, p. 03
 O Liberal, “Figueiredo na reunião da Sudam”, 30.08.1978, p. 09.
 O Liberal no dia 25.01.1981, o artigo de Armando Mendes, denominado “Manifesto Cabano”
 O Liberal. “Rangel Reis condena regionalismo do Pará”, 27 de setembro de 1977, p. 14
 O Liberal, R-70: “Itaqui”, 15.06.1973, p. 03.
 O Liberal, R-70, “Esvaziamento”, 17.10.1973, p. 03.
 O Liberal, “Mensagem de D. Alberto Ramos ganha aplauso na Assembléia”, 16.10.1973, p. 04.
 O Liberal, “Freitas: O Liberal é uma trincheira em defesa dos paraenses”, 27.08.1974, p. 02.
 O Liberal, Repórter 70, “Carajás”, 10.12.1975, p. 03.
 O Liberal, Repórter 70, “Carajás”, 15.05.1976, p. 03
 O Liberal. “Paraensismo”, 05.07.1973, p. 03
 O Liberal, 07.10.1973, p. 01, 2o caderno. (destaque da entrevista)
 O Liberal. Editorial, “Os pobres mais pobres”, 29.01.1995, p. 02.
 O Liberal. Cadê meu caboclês? Caderno Cartaz, 21.08.2004, p. 02.
 O Liberal. Caderno Magazine, “Dalcídio, um gapuiador da linguagem”, 24.07.05.
 O Liberal, “Pará ainda poderá ficar com o Porto dos Carajás” (22.09.1973, p. 02); “Deputados entusiasmados com a declaração de Dias Júnior” (19.10.1973, p. 13); “Minério dos Carajás pode e deve ser escoado pela foz do Rio-Mar” (28.10.1973, p. 2); “Urgente necessidade de revisão do Projeto Carajás” (18.06.1975, p. 09).
 O Liberal. “Jader questiona os projetos da Amazônia”, 02.06.1979, p. 04.
 O Liberal. “Aloysio denuncia evasão de riqueza do Estado”, 04.08.78, p. 03.
 O Liberal. Bom dia, leitor, 17.09.1980, capa
 O Liberal, R-70: Amazônia, 20 de setembro de 1980, p. 03.
 O Liberal. “Jarbas reclama mais atenção para Amazônia”, 17.09.1980, p. 14.

- O Liberal, Repórter 70, Pará, 20.3.81
 O Liberal, 07.03.1981, p. 06.
 O Liberal, 23.03.1981, p. 06
 O Liberal. “Gueiros protesta: ‘Pará não é lixeira’”, 09.10.1987, pp. 08-09
 O Liberal. “Hélio Gueiros culpa a União por conflito”, 23 de abril de 1996, p. 07.
 O Liberal. “Paraense tem pior qualidade de vida”, 23 de junho de 1996, painel, p. 01.
 O Liberal, 01 de setembro de 1996, p. 10.
 O Liberal, “Dispara Pará’ ganha o Grand Prix do Colunistas”, 15 de abril de 1997, p. 03.
 O Liberal, 14 de setembro de 1997, p. 07.
 O Liberal, 30 de maio de 1999
 O Liberal, “O Pará discriminado”, 02 de maio de 1999, p. 02.
 O Liberal, “Pará terá de economizar 20% de energia”, 11 de julho de 2001, Painel, p. 01
 O Liberal, “Empresários consideram redução de 20% inviável no Pará”, 12 de julho de 2001, Painel, p. 01.
 O Liberal, Voz do Leitor. Futebol discriminado, 01.09.2003, p. 06.
 O Liberal, 29.07.2003, capa.
 O Liberal, 30.07.2003, capa.
 O Liberal. “Marketing se une à tradição do tacacá”, 09.03.2006.
 O Liberal. Tacacá ganha status de patrimônio, 19.03.2006
 O Liberal. Caderno Magazine. Dalcídio, um gapuiador da linguagem, 24.07.05.
 O Liberal, caderno Magazine. Amazon Java lança hoje CD single com show e convidados, 09.11.06.

Jornal Diário do Pará

- Diário do Pará. 15.08.1984, p. 03.
 Diário do Pará. 08.01.1985, p. 08
 Diário do Pará. “Na Câmara Federal – Jader sai em defesa da Amazônia”, 15.03.1991, p. C-7.
 Diário do Pará. “Riquezas naturais são beneficiadas”, 15.03.1991, p. D-3.
 Diário do Pará. “Governador defende a comunidade amazônica”, 24.04.1991, p. A-12.
 Diário do Pará. “Jader propõe ação dos Estados em favor da Região”, 27.04.1991, p. A-12.
 Diário do Pará. “Deputados apóiam Jader e repudiam a comitiva real”, 24.04.1991, p. A-3;
 Diário do Pará. “Atitude de Jader recebe aplausos na Câmara”, 25.04. 1991, p. A-2.
 Diário do Pará. “Coutinho quer que se dê novo tratamento à Amazônia”, 15.04.1991, p. A-3
 Diário do Pará. “Uma grande articulação política”, 29.05. 1991, p. A-12
 Diário do Pará. “Não faltaram críticas ao governo federal”, 29.05. 1991, p. A-12
 Diário do Pará. 09.11.2004.
 Diário do Pará. 19.05.07, p. 03.

Jornal Amazônia

- Amazônia Jornal. “Tacacá ganha status de patrimônio”, 19.03.2006.

Sites e Blogs

- Fotolog do Conde salvadorconde.flogbrasil.terra.com.br/foto17912279.html
 Correspondência do Governo do Estado, 1891, ver: <www.crl.chicago/documentobrazil/htm>
 < <http://www.portaldamazonia.org.br>
 www.psdbr.org.br/psdb
 Blog Metanóia: <[http:// neymessiasjr.blogspot.com/](http://neymessiasjr.blogspot.com/)
 WWW.amazonia.com.br

Blog do Barata - blogdobarata.jor.br

www.luizotavio.senado.gov.br

Blog Quinta Emenda <[http:// quintaemenda.blogspot.com](http://quintaemenda.blogspot.com)

Blog de Lara Lara.sampaio.zip.net

Músicas:

CD Nilson Chaves em Dez Anos. Outros Brasis Discos, faixa 06.

Mosaico de Ravena. Belém, Pará, Brasil, 1993.

Artigos Impressos:

ARBAGE, Jorge. “Tenha dó da Amazônia, presidente”. O Liberal, 22.06.1996

ARBAGE, Jorge “Recurso minerais da Amazônia”. O Liberal, 27.07.1996.

BRAGA, Cléo Bernardo, O Liberal dia 01 de fevereiro de 1981.

BORGES, Ricardo. “Crise de capital no Pará”. A Província da Pará, dias 14, 15, 16, 17, 18, 23, 24 e 28 de maio de 1971, p. 04.

BERMEGUY, Emir, “Aprendiz de cabano”, O Liberal, 08.02.1981, p. 07.

BERNARDINO, Jair. O nosso linguajar. O Liberal, 13.04.2005.

BERNARDINO, Jair. “Chuva”. O Liberal, 27.11.2006.

BERNARDINO, Jair “A chuva é bela”, 20.01.2007.

CARVALHO, Marcinha. O lixo e a fúria, O Liberal, caderno Magazine, 01.05.06

CHARONE, Nagib. Círio técnico não remove fé dos paraenses. O Liberal, 09.10.2005, p. 02

FERREIRA, Carlos. “Uma relação de forças”. O Liberal, 10.02.07.

HERMES, Gabriel. “Com licença, presidente”. A Província do Pará, 30.03.1966, p. 04.

_____ “Crise e protesto na Amazônia”. A Província do Pará, 08.05.1971, p. 04.

_____ “O BNDE e a Amazônia”. A Província do Pará, 16 e 17.05.1971, p. 04.

LAREDO, Salomão. “Amazônia, um país”, O Liberal, Artigo do Dia: 12.02.2004, p. 02.

LIMA, Joel Carlos de. “Futebol discriminado”, Voz do Leitor, O Liberal, 01.09.2003, p. 06.

MACEDO, Cavaleiro de. “O Pará está parando?”, O Liberal, 13.09.1978, p. 06.

MAIORANA Júnior, Romulo. “Credibilidade!”. O Liberal, 14.11.2004, capa

MARTINS, Paulo. O arquiteto e o fogão. O Liberal, caderno Magazine, , 21.07.06

MELO, Osvaldo. “O Pará deve reagir à humilhação”. O Liberal, 16 de maio de 1999, p. 11.

MELO, Osvaldo. “Novos rumos para o Estado do Pará”, O Liberal, 23.04.1995, p. 02.

MEIRA, Octávio. “Terra de ninguém”, O Liberal, 14.09.1980, p. 07.

NOGUEIRA, Gerson. Questão de prioridade. Diário do Pará, 01.07.2007. Caderno Bola, p. 23.

Entrevista com Lúcio Flávio Pinto, no dia 17.08.2007< - www.mutiraoamazonia.org.br> (grifo da entrevista)

PAIVA, Meirevaldo. “Adeus, Pará”. O Liberal, 07 de julho de 1999, p. 02.

PASSARINHO, Jarbas. “O Pará marginalizado”. O Liberal, 19 de abril de 1998, p. 02.

PERES, Gerson. “Respeitem o Pará”, O Liberal, 23 de abril de 1995, p. 03.

PINTO, João Roberto Amorim. Voz do Leitor, O Liberal, 27.01.2004, p. 06.

PINTO, Elias. É do barulho que eles gostam mais. Diário do Pará, 03.10.2007, Caderno A, p. 4.

PINTO, Elias. Quando não é bala, é brega. Diário do Pará, 08.03.2005, p. 08.

PINTO, Elias. Chimbinhas, Joelmas & outros Anormais do Brega. Diário do Pará, 28.12.2005, p. 8.

RODRIGUES, Auxiliadora Vieira. Voz do leitor, O Liberal. “Mais frustrada”, 15.05.04, p. 06

RIBEIRO, Nicias. “Brasil por opção”, Artigo do Dia, 22.08.2005, p. 02

SILVA, Gonçalves da. “Pará irridento!”, O Liberal, 15.02.1981, p. 07.

SILVA, Gonçalves da. “Pará irridento (2)”, 22.02.1981

SILVA, Raimundo Nazareno Falcão de Almeida. Papão, o ‘pato’ do Círio’. O Liberal, Voz do Leitor, 28.09.2003, 06.

- SOBRAL, Mário. Jornaleco. “Escolinha do prof. Raimundo”. *Amazônia*, 09.06.2005.
- SOBRAL, Mário. É hora de criar o Dia da Égua. *Amazônia*, 30.03.05
- SOBRAL, Mário. “A língua paraense está na UTT”, *Amazônia Jornal*, 20.04.2005.
- SOBRAL, Mário. Jornaleco. *Amazônia Hoje*, “Pra não dizer que não falei de flores”, 18.12.04
- SOBRAL, Mário. O acarajé já substitui o tacacá, meu rei. Jornaleco. *Amazônia*, 21.09.2004
- SOBRAL, Mário. Baixo astral. *Amazônia Jornal*, 14.05.04.
- SOBRAL, Mário. Jornaleco, *Amazônia Hoje*: O salto ornamental no preço do açaí, 26.05.2004.
- SOBRAL, Mário. Jornaleco, *Amazônia Hoje*: O governador e o papagaio, 15.06.2004.
- SOBRAL, Mário. Jornaleco, *Amazônia Hoje*: “O papagaio e a pipa”, 18.06.04.
- SOBRAL, Mário. Jornaleco, *Amazônia Hoje*: , 30.06.04.
- SOBRAL, Mário. Chocante: pipa deixa papachibé rabiando, 17.07.04.
- SOBRAL, Mário. Jornaleco, *Amazônia Hoje*: Leia e depois descubra onde está o erro, 09.07.04.
- SOBRAL, Mário. “‘Pipas’ ameaçam o aeroporto e a língua paraense”, 26.07.2005
- SOBRAL, Mário. Arraial. Jornaleco. *Amazônia*, 21.10.05.
- SOBRAL, Mário “O nosso rádio e o nordestinês arretado”, 16.07.2004.
- SOBRAL, Mário. “Chocante: pipa deixa papachibé rabiando”, 17.07.04.
- SOBRAL, Mário. “É hora de criar o Dia da Égua”. *Amazônia*, 30.03.05.
- SOBRAL, Mário “A língua paraense está na UTT”, 20.04.2005.
- SOBRAL, Mário. “Baixo astral”. *Amazônia Jornal*, 14.05.04
- SOBRAL, Mário. “O acarajé já substitui o tacacá, meu rei”. Jornaleco. *Amazônia*, 21.09.2004.
- SOBRAL, Mário. “Escolinha do prof. Raimundo”. Jornaleco. *Amazônia*, 09.06.2005
- SOBRAL, Mário. “Arraial”. Jornaleco. *Amazônia*, 21.10.05.
- SOBRAL, Mário. Jornaleco. *Amazônia Hoje*, 20.08.2007
- VALENTE, José. “Erros irresgatáveis do João Malato”. *Diário do Pará*, 23/05/84, p. 4.

Acervos Pesquisados

Biblioteca Pública do Estado do Pará Arthur Vianna /Seção de Obras Raras
 Biblioteca Pública do Estado Pará Arthur Vianna/ Seção de microfilmagem
 Biblioteca “Fran Paxeco” do Grêmio Literário Português
 Biblioteca da Academia Paraense de Letras
 Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará
 Biblioteca do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA
 Biblioteca do Museu Emílio Goeldi
 Biblioteca da Universidade de São Paulo
 Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PARÁ e AMAZÔNIA

- ABREU, José Coelho da Gama e (Barão de Marajó). **A Amazonia. As províncias do Pará e Amazonas e o Governo Central do Brasil**. Lisboa: Tipographia Minerva, 1882.
- ABREU, José Coelho de Gama. (Barão de Marajó). **As Regiões Amazônicas. Estudos chorographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas**. 2a edição, Belém: Secult, 1992 (Lendo o Pará; 12).
- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth e GOMES, Flávio. “Reconfigurações Coloniais: tráfico de indígenas, fugidos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana francesa (séculos XVII e XVIII)”. **Revista de História**, n.149, 2003.
- ALVES, Isidoro. **O Carnaval Devoto: um estudo sobre a festa de Nazaré**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. **Oralidade e riso na primeira página do Jornal Pessoal: um recorte cultural da Amazônia**. Mestrado em Comunicação e Semiótica. PUC-SP, 2002.
- _____. **Jornal Pessoal: uma metalinguagem jornalística na Amazônia**. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica. PUC-SP, 2008.
- AZEVEDO, J. Eustachio. **Literatura Paraense**. 3ª edição. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado de Cultura, 1990. (Lendo o Pará, 7).
- BANDEIRA, Paulo Renato. **Certezas do quase ontem**. Belém: Grapel, 2006
- BARBOSA, Mário Médice. **O Povo Cabano no Poder: Memória, Cultura e Imprensa em Belém (1982-2004)**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica-São Paulo, 2004.
- _____. **Juventude Revolucionária Cabana ou Brigada Cabana: Imprensa e Poder em Belém**. Belém: Editora Açai, 2008.
- BARATA, Ruy. **Da Planície**. Terra Imatura. Mensário Independente dos Estudantes do Pará, Belém, maio 1938, ano I, nº 02, pp. 16-17.
- BARBALHO, Jader. **Protesto paraense. Guerras a vencer**. Anseios da Amazônia e esperanças do Brasil. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1978.
- BARBALHO, Jader. **Em Tempo de Luta e de Esperança**. Brasília: Gráfica da Câmara Federal, 1980.
- BASTOS, Tavares. **O Valle do Amazonas. Estudo sobre a livre navegação do Amazonas, Estatística, Produções, Commercio, Questões fiscais do Valle do Amazonas**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866.
- BASTOS, Abguar. **Flami-n’-assú: manifesto aos intelectuais paraenses**. Belém Nova. Belém, n. 74, 15 de setembro de 1927.
- BATES, Henry Walter. **Um Naturalista no Rio Amazonas**. Tradução: Regina Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia - Análise do processo de desenvolvimento**. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007 (1ª ed. 1976).
- BECKER, Bertha. Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio. In: MENDES, Armando Dias (org). **Amazônia Terra & Civilização: Uma trajetória de 60 anos**. 2a ed. rev. Aum. Belém: Banco da Amazônia, 2004. (1º vol), pp, 115-140.
- BEISIGEL, Vanderlei de Rui. “O Advento da Mineração em Carajás: Contribuição à história da Companhia Vale do Rio Doce na Amazônia”. TEIXEIRA, João Batista Guimarães e BEISIGEL, Vanderlei de Rui (org). Carajás: geologia e ocupação humana. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006, pp.127-402.
- BORGES, Ricardo. **Vivência Amazônica**. Belém: Cejup, 1986.
- BRAGA, Cléo Bernardo. “Antes este Tardio que Aquele Nunca”. **A pé com a liberdade**. Belém: editora Grafisa, 3o volume, 1991, pp. 292-295.

- BRITO, Daniel Chaves de. **A Modernização de Superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia.** Belém: NAEA/UFPA, 2001.
- CARDOSO, Alírio. Belém na conquista da Amazônia: antecedentes à fundação e os primeiros anos. In: FONTES, Edilza (org). **Contando a História do Pará: Da conquista à sociedade da borracha (séc. XVI-XIX)**, V. 1. Belém: E.Motion, 2002.
- CARDOSO, Alírio e CHAMBOULEYRON, Rafael. Fronteiras da cristandade: relatos jesuíticos no Maranhão e Grão-Pará (século XVII). In: PRIORE, Mary Del e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias.** Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003, pp. 33-60.
- CARDOSO, Edgar. “Belém perdeu. Nós podemos ganhar”. Blog de Lara. Disponível em: <Lara.sampaio.zip.net/> acesso em: 15/06/2009.
- CARNEIRO, Edson. “Amazônia – Capital, Belém”. **A conquista da Amazônia.** Rio de Janeiro: Ministério da Aviação e Obras Públicas. Serviço de Documentação, 1956, pp. 39-51. (coleção Mauá).
- CARUSO, Mariléa Leal e CARUSO, Raimundo (org). **Amazônia, a valsa da galáxia: O abc da grande planície.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.
- CASTRO, Fábio Fonseca. **A Cidade Sebastiana: era da Borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade.** Dissertação de Mestrado em Semiótica e Sociologia da Cultura. Universidade de Brasília, 1995.
- CASTRO, Fábio Fonseca de. “A encenação das identidades na Amazônia contemporânea”, p. 03. Disponível em: hupomnemata.blogspot.com. Acesso em: 10.01.2010.
- _____. “Reorganizações identitárias na Amazônia brasileira”, p. 06. Disponível em: hupomnemata.blogspot.com. Acesso em: 10.01.2010.
- _____. “Por uma gestão cultural democrática e popular no estado do Pará”. Disponível em: <hupomnemata.blogspot.com. Acesso em: 10.01.2009
- CAVALCANTE, Francisco e VIEIRA, Ruth. **Comunicação Militante: o Papel da propaganda no Governo do Povo de Belém (1997-2000).** Belém: Labor Editorial, 2001, p. 93.
- CAVALCANTE, Kléster. **Direto da Selva: As aventuras de um repórter na Amazônia.** São Paulo: Geração Editorial, 2002 (Coleção Vida de Repórter).
- CAVALCANTI, Mário de Barros. **Álbum Operação Amazônia.** vol. 1. Santarém: Edição: Correio do Interior, 1967.
- COELHO, Geraldo. **Anarquistas, Demagogos & Dissidentes – a imprensa liberal no Pará de 1822.** Belém: Cejup, 1993.
- _____. “Sonho de Portugal no sec. XIX e o jogo pela posse do Norte do Brasil” (entrevista). In: CARUSO, Mariléa Leal e CARUSO, Raimundo (org). **Amazônia, a valsa da galáxia. O abc da grande planície.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.
- _____. “O Pará, a Independência e o Império”. In: FONTES, Edilza (org). **Contando a História do Pará. Da conquista à sociedade da borracha (séc. XVI-XIX)**, V. 1. Belém: E.Motion, 2002.
- COELHO, Marinilce Oliveira. **O Grupo dos Novos: Memórias Literárias de Belém do Pará.** Belém: EDUFPA/UNAMAZ, 2005.
- CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro. **Região e Sociedade na Amazônia brasileira: política, ciência e mitos.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade de São Paulo, 1996.
- CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. **Obras Completas de Domingos Soares Ferreira Penna.** Volume I. Belém-Pará, 1973. Coleção Cultura Paraense, Serie Inácio Moura.
- CORDEIRO, Luiz. **Estado do Pará: Seu Commercio e Industrias, de 1719 a 1920.** Belém: Tavares Cardoso & Ca, 1920.
- COSTA, Duciomar. “Manifestação a favor de uma reforma política transparente para a modernidade”. **Atividade Parlamentar.** Primeiro semestre de 2003. Brasília: Gráfica do Senado.
- COSTA, José Marcelino Monteiro da. Impactos econômico-territoriais do atual padrão de ocupação da Amazônia. In: _____. **Amazônia: desenvolvimento ou retrocesso.** Belém: CEJUP, 1992 (Coleção Amazoniana nº 02).
- _____. “Ocupação, integração e desenvolvimento da Amazônia: 60 anos de ação federal”. In: MENDES, Armando Dias (org). **Amazônia Terra & Civilização. Uma trajetória de 60 anos.** 2a ed. rev. Aum. Belém: Banco da Amazônia, 2004. (2º vol), pp. 481-523.

- COSTA, José Simão da. **O Estado do Pará e as suas Riquezas Naturaes**. Discurso proferido no Congresso de Defesa Económica da Amazonia, em 16 de Agosto de 1913. Belém: Livraria Universal, Tavares Cardoso e Ca, Pará. 1913.
- COSTA, Tony Leão da. **Música do Norte: intelectuais, artistas populares, tradição e modernidade na formação da “MPB” no Pará (anos 1960 e 1970)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008.
- CHAVES, Aloysio. **Diário Íntimo** (os bastidores da eleição de 1974). Apresentação e edição: Lúcio Flávio Pinto. Belém: Jornal Pessoal, 1998.
- CHIAVENATO, José Júlio. **Cabanagem o povo no poder**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CLEARY, David (org). **Cabanagem. Documentos ingleses**. Trad. Christine Moore Serrão. Belém: SECULT/IOE, 2002.
- DIAS, Ednéia Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**. Manaus 1890-1920. Manaus, AM. Editora Valer, 1999.
- DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem a revolução popular da Amazônia**. Belém: Cejup, 1990 (1ª edição: 1985).
- FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886-1897)**. Tese de Doutorado. Niterói. Universidade Federal Fluminense, 2005.
- FERNANDES, José Guilherme dos Santos. **Literatura brasileira de expressão amazônica, literatura amazônica ou literatura da Amazônia?**. MOARA. Revista da Pós-Graduação em Letras da UFPA. Belém: CLA/UFPA, 2005, pp. 178-189.
- FERREIRA, Eliana. **Em Tempo Cabanal. Cidade e mulheres no Pará imperial – primeira metade do século XIX**. São Paulo, Dissertação de Mestrado, PUC, 1999.
- FERREIRA Neto, F. **Realidade Amazônica**. Imprensa Naval, Rio de Janeiro, 1954, p. 139.
- FERREIRA, Oliveiros S. “Reflexões sobre a Nação e a Amazônia”. D’INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel da (org). In: D’INCAO, Maria Ângela e DA SILVEIRA, Isolda Maciel. **A Amazônia e a crise de modernização**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- FIGUEIREDO, Aldrin. **Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929**. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2001.
- _____. Querelas esquecidas: o modernismo brasileiro visto das margens. In: PRIORE, Mary Del & GOMES, Flávio. **Os Senhores dos Rios**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003, pp. 259-283.
- _____. Memórias cartaginesas: modernismo, antiguidade clássica e a historiografia da independência do Brasil na Amazônia, 1823-1923. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, pp. 176-195.
- FIGUEIREDO, Aldrin. Questão de identidade? Janela Cultural, 03.03.2008. Disponível: < www.portalcultura.com.br. Acesso no dia 25.04.2008.
- FONTES, Edilza. O Paraíso Chama-se Pará: O álbum “O Pará em 1900” e a propaganda para atrair imigrantes. In: BEZERRA Neto, José Maia e GUZMÁN, Décio de Alencar (org). **Terra Matura**. Historiografia & História Social na Amazônia. Belém: Editora Paka-Tatu, 2002, pp. 257-271.
- FREITAS, Ana Paula Nazaré de e MATTOS, Fabrício Santos de. **‘Integração e Desenvolvimento’**: Políticas de comunicação na Amazônia contemporânea. II Colóquio Binacional Brasil-México de Ciências da Comunicação. São Paulo, abril de 2009. Disponível em: www.espm.br/ConhecaAESPM/.../S3/anapaulaefabricio.pdf. Acesso em 09.09.2009.
- FULLER, Cláudia Maria. **Os Corpos de Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará**. Belém: UFPA, Laboratório de História, no 1, 1999.
- GAMA, Farias. **Scenographies de um país de águas e selvas (regionalismo)**. Belém, 1924.
- GOODLAND, Robert e HOWARD, Irwin. **A selva amazônica: do inferno verde ao deserto vermelho?** Tradução: Regina Regis Junqueira. São Paulo: Ed. Itatiaia, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- GÓES, Adenauer. O Pará e seu Potencial Turístico: **Turismo pelo Brasil**. Confederação Nacional de Comércio, Conselho de Turismo. Rio de Janeiro: CNC, 2001, p. 109.
- _____. Paraensismo x Turismo: passado, presente e futuro. **Turismo: opinião militante**. Belém: Meridional, 2003, pp. 166-167.

- GÓIS, Walder de. **A Marcha Além do Oeste**. Goiânia: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, 1969.
- GOMES, Flávio Santos. “Fronteiras e mocambos: protesto negro na Guiana Brasileira”. In: _____ (org). **Nas Terras do Cabo Norte**. Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – século XVIII/XIX. Belém: Editora Universitária da UFPA, 1999.
- GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- GUIMARÃES, Manoel Luís. “Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional”. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, Vol. 1 (1988): 5-27.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- HURLEY, Jorge. **A Cabanagem**. Belém. Livraria Clássica. 1936.
- Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará – IDESP. **Indicadores da Sócio-Economia Paraense**. Panorama geral da sócio-economia paraense, v. 01, n° 02, maio/agost, 1984.
- Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará – IDESP. **Indicadores da Sócio-Economia Paraense**. Crise nacional se reflete no quadro local, v. 05, n° 01, jan/jun, 1988.
- Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará – IDESP. **Indicadores da Sócio-Economia Paraense**. Pará sentiu efeitos da crise, v. 06, n° 02, jun/dez, 1989.
- Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará - IDESP. **Indicadores da Sócio-Economia Paraense**. Pará acompanha a recessão do país, Recessão provoca tempos difíceis, v. 7, n° 01, jan/jun, 1992.
- JURANDIR, Dalcídio. **Belém do Grão Pará**. Belém: EDUFPA; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004. (Ciclo do Extremo Norte)
- KELLY, Brian e LONDON, Mark. **Amazônia um grito de alerta**. Tradução: Heitor Herrera. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil**. Tradução: Moacir Vasconcelos. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- KLAUTAU, Aldebaro Cavaleiro de Macedo. **Amazônia é Brasil**. O quase nada que fiz ante o muito que eu poderia ter realizado. 50 anos de serviço ao Direito. Belém: Publicação do Instituto de Criminologia do Pará, 1979.
- LADISLAU, Alfredo. **Terra Imatura**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971(1a edição: 1926).
- LAREDO, Salomão. **Raymundo Moraes na Planície do Esquecimento**. Dissertação de Mestrado em Letras. Universidade Federal do Pará, 2007.
- _____. **Estrebuchismo na Literatura do Pará**. Disponível em: < www.alb.com.br/revistas/revista_07/art1_07.asp> Acesso em 03.03.2008
- LEAL, Expedito. **Um jornal de campanha**. Belém: Editora Komedi, 2007.
- LEAL, Maria das Graças Ferreira. **Lúcio Flávio Pinto x Eletronorte: a vitória do papel** – uma leitura argumentativo-polifônica. Dissertação de Mestrado em Lingüística: Universidade Federal do Pará, 1993.
- LIMA, Araújo. **Amazonia, a terra e o homem**. Rio de Janeiro: Editorial Alba Limitada, 1933.
- LINS, Alexandre Sócrates Araújo de Almeida. **Enunciação cinematográfica e universo cultural amazônico**. III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, Faculdade de Comunicação/UFBA, 23 a 25 de maio de 2007, pp. 10-11. Disponível: www.cult.ufba.br/enecult2007/AlexandreSocratesAraujodeAlmeidaLins.pdf. Acesso em 09.09.2008.
- LOBATO, Sidney. **Educação na fronteira da modernização**. A política educacional no Amapá (1944-1956). Belém: Editora Paka-Tatu, 2009.
- LOBATO, Sidney da Silva. Lições de história da Amazônia: a obra de Arthur César Ferreira Reis. In: OLIVEIRA, Augusto e RODRIGUES, Randolfe (orgs). **Amazônia, Amapá: Escritos de História**. Belém: Paka-Tatu, 2009.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. Por uma fala Amazônica Sobre a Cultura. In: _____. **Artes Visuais na Amazônia: Reflexões sobre uma Visualidade Regional**. Belém: Funarte/Semec, 1985.
- _____. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. Belém: Cejup, 1995.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia Estado-Homem-Natureza**. Belém: CEJUP, 1992 (Coleção Amazoniana, no 01).

- _____. “Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir”. **Estudos Avançados**: Universidade de São Paulo, vol. 16, nº 45, maio/agosto de 2002.
- _____. “Amazônida: uma identidade inconclusa”. In: SIMÕES, Socorro (org). **Marajó: um arquipélago sob a ótica da Cultura e da Biodiversidade**. Belém: UFPA, 2002.
- LOURENÇÃO, Humberto J. O Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam): velhas controvérsias, novos desafios. In: CASTRO, Celso (org). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006, pp. 119-142.
- MALHEIROS, José Wilson. **Trecho do meu discurso de posse na Academia Paraense de Letras**. Disponível em: www.wilsonmalheiros.mus.br Acesso em 03.03.2010.
- MAHAR, Denis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.
- MAHAR, Dennis J. “As políticas governamentais e o desmatamento na região amazônica do Brasil”. In: BOLLOGNA, Gianfranco (org). **Amazônia, Adeus**. Tradução: Raffaella de Filippis. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- MANESCHY, Orlando. **Mostra ‘Impermanência’ Galeria Arte-Sol (Mezanino do Café da Sol)**. Disponível em: <<http://blog.retratandoaluz.blogspot.com/> acesso em 10.09.2008
- MARQUES, Maria do Perpétuo Socorro Calixto. “Atividade e Práxis na ordem do dia”. A cidade encena a floresta. Rio Branco: Edufac, 2005.
- MARTINS, José de Souza. Apresentação. In: PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia: no rastro do saque**. São Paulo: Hucitec, 1977.
- MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). **História da Vida Privada no Brasil: contraste da intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 665. (História da Vida Privada no Brasil; 4).
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- MARTINS, Luiz Carlos. **O Norte Apagado: algumas formas de materialização discursiva do silenciamento do indígena e do caboclo na Amazônia brasileira**. Disponível em: <http://www.dialogica.ufam.edu.br/PDF/no2/nortepagado_luizcarlos.pdf> acesso em 14.01.2008.
- MARTINS, Helaine. **Tem Batuque, Sampler e Pop na MPB: a Música Popular na Lógica da Indústria Cultural**. Belém: VI Congresso Brasileiro de Ciências da Computação da Região Norte, p. 05. Disponível: <www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2007/resumos/R0093-2.pdf> Acesso em 10 set.2009
- MASCARENHAS, Ednéia. **A Ilusão do Fausto**. Manaus 1890-1920. Manaus, AM. Editora Valer, 1999.
- MATTOS, Fabrício Santos de. **Do ‘paraensismo’ à diversidade: nota sobre a diversidade cultural na Amazônia contemporânea**. XIV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste. Recife, 2009. Disponível em: <http://xivciso.kinghost.net/artigos/Artigo_323.pdf> acesso em 09.10.2009.
- MATTOS, Meira. **Uma geo-política pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- MATTOS, Meira. **Em defesa da Amazônia e outros estudos**. Belém: Cejup, 1995.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Uma outra “invenção” da Amazônia: religiões, histórias, identidades**. Belém: Cejup, 1999.
- MEIRA, Clóvis. **O silêncio do tempo**. Belém: 1988.
- MENDES, Armando. **Viabilidade Econômica da Amazônia**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1971. Coleção Amazônica, Série Tavares Bastos.
- _____. **A Invenção da Amazônia: Contribuição à Formulação de uma Estratégia para o desenvolvimento regional**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1974. (Coleção Amazônica).
- _____. **O Mato e o Mito**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1987.
- _____. **Amazônia - modos de (o)usar**. Manaus: Editora Valer, 2001.
- MENDES, José Amando. **A Crise da Amazônia e a Borracha, 1908**. 2a Edição Revista e Aumentada, Pará, Typographia Santos, 1908.
- MIRANDA Neto. **O Dilema da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MONTEIRO, Agostinho. **Problemas da Amazônia**. Belém: Indústria Gráfica Cruzeiro do Sul Ltda, s/data.

- MORAES, Péricles. **Os Intérpretes da Amazônia**. Manaus: Editora Valer e Governo do Estado do Amazonas, 2001.
- MORAES, Orlando de. **Amazônia Espoliada**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora NAP S.A, 1960.
- MORAES, Cleodir da Conceição. **O Pará em Festa: Política e cultura nas comemorações do Sesquicentenário da Adesão (1973)**. Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, 2006.
- MORAES, Raymundo. **Paiz das pedras verdes**. 2a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1931.
- _____. **Na planície amazônica**. 7a ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. (Coleção Brasil 500 anos).
- MORAIS, Fernando, GONTIJO, Ricardo, CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Transamazônica**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia o Conceito e a Paisagem**. Belém: Conselho Nacional de Pesquisa, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958.
- MOREL, Edmar. **Amazônia Saqueada**. São Paulo: Global, 1984. (Coleção que país é este?).
- NASCIMENTO, Durbens Martins. “Projeto Calha Norte: a Amazônia segundo a política de defesa nacional”. In: CASTRO, Celso (org). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006, pp. 97-117.
- NOGUEIRA, Ricardo. “Amazônia e a questão regional: um regionalismo sufocado”. **Somanlu**. Revista de Estudos Amazônicos, v. 1, nº 1, 2000.
- NISSEL, Kathrin. “A eternidade perdida em calendários: mito e memória na poesia amazônica de João de Jesus Paes Loureiro”. LEIBING, Annette e BENNINGHOFF-LÜHL (Orgs). **Devorando o tempo: Brasil, o país sem memória**. São Paulo: Mandarim, 2001, pp. 157-165.
- NUNES, Paulo. **Os brasis contínuo no Brasil: a modernidade da Amazônia**. Disponível em <www.vemelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp> acesso em 23.02.2008.
- OLIVEIRA, Francisco. “A reconquista da Amazônia”. In: D’ INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel da (org). **Amazônia e a crise da Modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- OLIVEIRA, Paulo Augusto Santos. **Amazônia: Mitos e Realidades**. Mestrado em Comunicação e Cultura. Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- PACHECO, Agenor. História e Literatura nos regimes das águas: práticas culturais afroindígenas na Amazônia marajoara. **Amazônica**, Belém: UNAMA, 1 (2), 2009, pp. 406-441.
- PAIVA, Marco Aurélio Coelho. “Um modernista do avesso: a Amazônia na prosa de ficção inaugural de Abguar Bastos”. In: BASTOS, Elide Rugai e PINTO, Renan Freitas (org). **Vozes da Amazônia: Investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- PAIVA, Meirevaldo. **Sementes do Conformismo**. Belém-PA, s/Ed. 2004.
- PANDOLFO, Sérgio. “As razões do Paraensismo. Ou parauarismo”. Disponível em: <recantodasletras.uol.com.br/artigos/1751773> Acesso em: 13 ago.2009.
- PASSARINHO, Jarbas. **Um Híbrido Fértil**. Expressão e Cultura: Belém do Pará, PA: Cejup, 1996.
- PANTOJA, Edilson. **Paraense ou Expressão Amazônica?**. Disponível em: <http://alberguenoturno.blogspot.com/>> acesso em: 19.01.2006.
- PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém - Estudo de Geografia Urbana**. 2º vol. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.
- PEREIRA, Osny Duarte. **Desnacionalização da Amazônia: Um chamamento à consciência dos brasileiros**. 2a edição atualizada. São Paulo: Editora Fulgor Ltda, 1958.
- PEREIRA, Irecê Tavares. **“Belém do Pará”**. Belém: A resposta da comunidade a um concurso literário. I Concurso Literário Funtelpa/Rádio Cultura. Belém: Cejup, 1987.
- PETTI, Pere. **A Esperança Equilibrista: a trajetória do PT no Pará**. Belém, NAEA/Boitempo, 1996.
- _____. **Chão de Promessas: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Nos Subterrâneos da Revolta: lutas e tensões sociais na Cabanagem**. Tese de doutorado, São Paulo: PUC-SP, 1998.

- _____. **De Vice-Reino à Província: tensões regionalistas no Grão-Pará no contexto da emancipação política brasileira.** Somanlu (UFAM). Manaus, v.1, n.1, 2000.
- PINTO, Renan Freitas. “Djalma Batista: artigos de jornal”. In: BASTOS, Elide Rugai e PINTO, Renan Freitas (org). **Vozes da Amazônia: Investigação sobre o pensamento brasileiro.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia, o anteato da destruição.** Belém: Grafisa, 1977.
- _____. **Carajás, ataque ao coração da Amazônia.** 2a ed. ampliada. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero e Studio Alfa, 1982.
- _____. “O Estado Nacional: padrasto da Amazônia”. **Pará Desenvolvimento**, nº 20, julho/dezembro de 1986.
- _____. **Toda a verdade sobre o projeto de Ludwing: As relações entre Estado e multinacionais na Amazônia.** São Paulo: Ed. Marco Zero, 1986.
- _____. “Os Grandes Projetos e a crise”. In: COSTA, José Marcelino da (coord). **Os Grandes Projetos na Amazônia: impactos e perspectivas.** Belém: UFPA, NAEA, 1987, pp. 165-168.
- _____. “Consciência tratada a choque”. **Amazônia a fronteira do caos.** Belém: Falangola, 1992.
- _____. “A Amazônia entre estruturas desfavoráveis”. In: D’ INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel da (org). **Amazônia e a Crise da Modernização.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- PINTO, Lúcio Flávio. **Sudam: na boca do lobo.** Amazônia o século perdido (A batalha do alumínio e outras derrotas da globalização). Belém: Edição Jornal Pessoal, 1997, p. 147
- _____. “Quem assumirá a voz da Amazônia?” In: CHAVES, Aloysio. **Diário Íntimo** (os bastidores da eleição de 1974). Apresentação e edição: Lúcio Flávio Pinto. Belém: Jornal Pessoal, 1998, pp. 113-119.
- _____. (entrevista). In: GRANDI, Rodolfo, RENTE, Andréa e COSTA, Fernanda (orgs). **Fundamentos para o desenvolvimento da Amazônia.** Belém: Alves Gráfica e Editora, 2002.
- _____. **Hidrelétricas na Amazônia: predestinação, fatalidade ou engodo?** Belém: Edição Jornal Pessoal, 2002.
- PINTO, Lúcio Flávio. **CVRD a sigla do enclave na Amazônia: as mutações da estatal e o estado imutável no Pará.** Belém: Cejup, 2003.
- _____. Amazônia: perdida no rumo da história. In: COY, Martin e KOHLHEPP, Gerd (cords.). **Amazônia Sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais.** Rio de Janeiro: Garamond; Tübingen, Alemanha: Geographischen Institutis der Universität Tübingen, 2005.
- _____. Amazônia: tem futuro o futuro? In: FORLINE, Louis Carlos, MURRIETA, Rui Sérgio Serini e VIEIRA, Ima Célia Guimarães (orgs). **Amazônia além dos 500 anos.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005, p. 459.
- _____. **O Jornalismo na linha de tiro** (de grileiros, madeireiros, políticos, empresários, intelectuais & poderosos em geral). Belém: Edição Jornal Pessoal, 2006.
- _____. **Contra o Poder.** 20 anos de Jornal Pessoal: uma paixão amazônica. Belém: Edição do Autor, novembro 2007.
- _____. **Amazônia Sangrada (De FHC e Lula).** Belém: Edição do Autor, dezembro de 2008.
- PONTE, Zuleide Pamplona Ximenes. **Região Amazônica. Projeto de integração do Estado brasileiro e alteridade.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, 2003.
- QUEIROZ, Jonas e COELHO, Mauro. “Fronteiras da História, Limites do Saber: A Amazônia e seus intérpretes”. In: _____. **Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX).** Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001.
- RAIOL, Domingos. **Motins Políticos** ou a História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará, desde 1821 até 1835. 3 volumes. Belém. UFPA. 1970 (1a edição: 1865-1890).
- RANGEL, Alberto. **Inferno Verde (Scenas e Scenarios do Amazonas).** Prefácio de Euclides da Cunha. 4a edição. Tours, Typographia Arrault & Cia, 1927.
- REIS, Arthur César Ferreira. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira, 1º Tomo.** A Fronteira colonial com a Guiana Francesa. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1947.

- _____. **Território do Amapá: perfil histórico.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.
- _____. **A Valorização da Amazônia: A Amazônia que os portugueses revelaram.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.
- _____. **A Amazônia e a integridade do Brasil.** Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- _____. **Tempo e Vida na Amazônia.** Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas. (Série Alberto Torres), 1967.
- _____. **Amazônia e a Cobiça Internacional.** 5a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982.
- _____. **A Política de Portugal no Vale Amazônico.** 2 ed. Belém: SECULT, 1993.
- REVISTA CULTURA POLÍTICA. “À margem do ‘Discurso do Rio Amazonas’. Falam os intelectuais e estadistas da Amazônia sobre o discurso histórico do Presidente Vargas”. Rio de Janeiro, ano I, nº 09, 10 de novembro de 1941.
- RICCI, Magda. “História Amotinada: Memórias da Cabanagem”. **Cadernos do CFCH.** vol. 12 nº 1/2. 1996, pp. 13-28.
- _____. **Assombrações de um padre regente: Diogo Antonio Feijó (1784-1843).** Campinas-SP: Ed. Unicamp, Cecult-IFCH, 2001.
- _____. “Do Patriotismo à Revolução: História da Cabanagem na Amazônia”. In: FONTES, Edilza (org). **Contando a História do Pará.** Belém: E. Motion, 2002, pp. 225-266.
- _____. “O Fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: Movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do Novo Império (1808-1840)”. In: DEL PRIORI, Mary e GOMES, Flávio (org). **Os Senhores dos Rios. Amazônia, Margens e História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- ROCHA, Cândido Marinho da. **Discurso de Posse à Academia Paraense de Letras,** proferido no dia 14 de junho de 1961. Revista da Academia Paraense de Letras, 1961.
- ROCQUE, Carlos. **Cabanagem Epopéia de um povo.** 2 vol. Belém. Imprensa Oficial. 1984.
- ROCQUE, Carlos. **História de A Província do Pará.** Belém: Mitograph, 1976.
- RODRIGUES, Carmen Izabel. Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença. **Novos Cadernos NAEA.** Ano 9 – nº 1. Belém: junho 2006.
- SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem.** Esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: CEJUP. 1990.
- SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920).** São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SANTOS, Roberto. “Morte e reconstrução de um ideal: a luta (de classes?) pela região”. **Pará Desenvolvimento.** Belém: IDESP, nº 20/21, 1986/1987.
- SANTOS, Silvio Coelho dos e NACKE, Aneliese. A Eletronorte e os projetos hidrelétricos e “Projetos hidrelétricos e povos indígenas na Amazônia” In: HÉBETTE, Jean (org). **O cerco está se fechando.** Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Fase; Belém: Naea/UFPA, 1991, pp. 46-51.
- SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riqueza produzindo a Belle-Époque (1870-1912).** Belém: Pakatatu, 2000.
- SILVA, Marilene Corrêa da. **O Paiz do Amazonas.** Dissertação de Mestrado em Sociologia. Pontifícia Universidade Católica, SP, 1989.
- _____. **Metamorfoses da Amazônia.** Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1999.
- SILVA, Luiz Ozires da. **A Luta pela Amazônia.** São Paulo: Editora Fulgor, 1962.
- SILVA, Roberto Gama e. **Olho Grande na Amazônia Brasileira.** Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.
- SOUZA, Márcio. **A Expressão Amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1977.
- _____. **O empate contra Chico Mendes.** São Paulo: Marco Zero, 1990.
- _____. “Representação Regional. Cabanagem e leseira: só é elite quem age contra os interesses da região”. In: D’INCAO, Maria Ângela e DA SILVEIRA, Isolda Maciel. **A Amazônia e a crise de modernização.** Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

- _____. “Amazônia, modernidade e atraso ou o Brasil e seus paradoxos regionais”. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, vol, 06, suppl. Rio de Janeiro, sept, 2000. Pesquisado: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid. Acesso em 02.11.2009
- _____. “Afim, quem é mais moderno neste país?” In: **Estudos Avançados**. Dossiê Amazônia Brasileira I. vol. 19, no 53. São Paulo, 2005.
- SUDAM – Operação Amazônia (Discursos). Belém: Serviço de Documentação e Divulgação, 1968.
- REVISTA CULTURA POLÍTICA. **À margem do ‘Discurso do Rio Amazonas: falam os intelectuais e estadistas da Amazônia sobre o discurso histórico do Presidente Vargas**. Rio de Janeiro, ano I, nº 09, 10 de novembro de 1941.
- TOCANTINS, Leandro. **A integração da Amazônia no complexo cultural brasileiro**. Problemática da Amazônia. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.
- TOCANTINS, Leandro. **O Rio Comanda a Vida** – uma interpretação da Amazônia. 4ª edição. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.
- TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido: tentativa de interpretação de uma presença singular na Amazônia e a conseqüente evolução de um pensamento sobre a paisagem étnico-cultural, histórica brasileira, alargando-se nos horizontes da história transcontinental**. 4a edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1992.
- UGARTE, Auxiliomar Silva. “Margens Míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI”. In: DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio (orgs). **Os Senhores dos Rios**. Amazônia, Margens e Histórias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, pp. 03-31.
- VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás: planejamento da destruição**. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 1989.
- VERÍSSIMO, José. “História do Pará. Estudos de história paraense por J. Lúcio de Azevedo, Pará, 1893”. **Estudos Amazônicos**. Belém: UFPA, 1970.
- WEISTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993.

BIBLIOGRAFIA GERAL:

- ABREU, Regina. “A capital contaminada: a construção da identidade nacional pela negação do ‘espírito carioca’”. In: LOPES, Antônio Herculano (org). **Entre Europa e África**. A invenção do carioca. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Topbooks, 2000, pp. 167-185.
- AHMAD, Aijaz. “Cultura, nacionalismo e o papel dos intelectuais: uma entrevista”. Organização: Maria Elisa Cevasco e Tradução: Sandra Guardini Vasconcelos. **Linhagens do presente**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ADDUCI, Cássia Chrispiniano. **A “Pátria Paulista”. O separatismo como resposta à crise final do império brasileiro**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.
- ALENCAR Jr, José Sydrião de (org). **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **A doutrina de segurança nacional e desenvolvimento: Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005, pp. 39-61.
- CHAVEAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (org). **Questões para a história do presente**. Tradução: Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: Edusc, 1999.
- AMADO, Janaína. “História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços”. In. SILVA, Marcos A. da (Coord.). **República em Migalhas, História Regional e Local**. Ed. Marco Zero, 1990
- ANDRADE, Manuel Correia. **As Raízes do Separatismo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, Editora do Sagrado Coração, 1999.
- ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 2a edição. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

- _____. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar:** as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007 (Preconceitos, v. 03).
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. A “questão regional” e a ‘questão nordestina”. In: TAVARES, Maria da Conceição (org). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001, pp. 71-92.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. “Celso Furtado, o Nordeste e a construção do Brasil”. In: ALENCAR Jr, José Sydrião de Alencar (org). **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005, pp. 209-236.
- ARRUDA, Maria Arminda. **Mitologia da Mineiridade**. O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BASTIDE, Roger. **Brasil, Terra de Contrastes**. Tradução: Maria Isaura Pereira de Queiroz. 10ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel/Distribuidora Editorial, s/data (Coleção Corpo e Alma do Brasil).
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da Imprensa**. Brasil 1990-2000. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras; tradução: Carlos Felipe Moisés, 1986.
- BECKER, Bertha. “Uma nova regionalização para pensar o Brasil?”. In: LIMONAD, Ester, HAESBAERT, Rogério e MOREIRA, Ruy (orgs). **Brasil Século XXI: por uma nova regionalização?** Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004, pp. 11-27.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história In: _____. **Magia e técnica, arte e política:** ensaio sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo. 1979.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 1998.
- BERBEL, Márcia. **A Nação Como Artefato**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1999.
- BRESCIANI, Stela e NAXARA, Márcia (org). **Memória e (Res)sentimento:** indagações sobre uma questão do sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel. 1989.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**. História e Imagem; tradução: Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Edusc, 2004.
- BURMESTER, Ana Maria de Oliveira, et al, “O paranismo em questão: O Pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na Década de 1950”. In: SILVA, Marcos (org). **República em Migalhas. História Regional e Local**. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990, pp. 145-160.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.
- CANO, Wilson. “Celso Furtado e questão regional no Brasil”. In: TAVARES, Maria da Conceição (org). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem:** a elite política imperial. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1990.
- _____. **A Formação das Almas:** O imaginário da República no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras. 1990.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 2ª ed. Editora: Paz e Terra, 2002. Volume 2. Coleção: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim e PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino**. Imprensa e Ideologia: O Jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena**. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. Campinas: Papyrus, 1998.
- CERRI, Luis Fernando. **Non Ducor, Duco:** A ideologia da paulistanidade e a Escola. Revista Brasileira de História, vol. 18, n. 36, São Paulo, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Tradução Enid Abreu Dobrânszky. Campinas-SP: Papyrus, 1995.
- CUNHA, Euclides. **À margem da História**. São Paulo: Cultrix; Brasília, INL, 1975.
- CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta:** periodismo e vida urbana - 1890-1915. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000, p. 147.
- DIAS, Maria Odila. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

- DINIZ Filho, Luiz Lopes e BESSA, Vagner de Carvalho. Território e Política: as mutações dos discursos regionalistas no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 15, 1995/1
- DOLHNNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.
- FERREIRA, Antônio Celso. **A Epopéia Bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 9 edição. São Paulo: Globo, 1993 (2 volumes)
- FAORO, Raimundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*. vol. 06, nº 14. São Paulo, jan/abr, 1992. Pesquisado: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103>. Acesso em 02.11.2009.
- FOUCAULT, Michel. **Os intelectuais e o poder**. Estratégia, Poder-Saber. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro, PUC/Nau, 1996.
- FLORES, Luiz Felipe Baeta Neves. “Região e nação: novas fronteiras”. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (org). **Região e Nação na América Latina**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- FRANCO, João Nascimento. **Fundamentos do Separatismo**. São Paulo: Editora Pannartz, 1994.
- FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista**. 4ª edição. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.
- FREYRE, Gilberto. Características Gerais da Colonização Portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. In: **Casa Grande & Senzala: formação da família patriarcal brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. **A questão meridional; seleção e introdução**: Franco de Felice e Valentino Parlato. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 9, nº 17, 1996.
- GOMES, Flávio Santos. “Fronteiras e mocambos: protesto negro na Guiana Brasileira”. In: _____. **Nas Terras do Cabo Norte**. Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – século XVIII/XIX. Belém: Editora Universitária da UFPA, 1999, pp. 237-335.
- GOMES, Ângela de Castro. “A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org). **História da Vida Privada no Brasil: contraste da intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp. 489-558. (História da Vida Privada no Brasil; 4).
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8ª edição. Rio de Janeiro: DPA & A, 2003.
- _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG/Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HANDELMANN, Gottfried Heinrich. **História do Brasil**. 4ª edição. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.
- HOBSBAWM, Eric e RANGE, Terence (org). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- IANNI, Octávio. **A Idéia de Brasil Moderno**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. Octávio. **A Era do Globalismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.
- KUJAWASKI, Gilberto de Melo. **Idéia do Brasil: a arquitetura imperfeita**. São Paulo: ed. Senac, 2001.
- LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. 9ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- LANDER, Edgardo (org). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Tradução: Julio César Cesarin Barroso Silva. Buenos Aires: Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2005.

- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- LETTE, Lígia Chiapini Moraes. Velha praga? Regionalismo literário brasileiro. In: PIZARRO, Ana (org). **América Latina, Palavra, Literatura e Cultura**. A emancipação do discurso. São Paulo: Memorial da América Latina/Ed. da Unicamp, 1994, v. 02, pp. 665-702.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2a ed. Campinas-SP: Papyrus, 1986, pp. 53-74.
- LYRA, Maria de Lourdes Vianna. **A utopia do poderoso Império – Portugal e Brasil**: bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- LOWENTHAL, David. “Como conhecemos o passado” In: **Projeto História**, nº 17, PUC-SP. São Paulo: Educ, 1998.
- LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução: Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MACCIOCCHI, Maria-Antonieta. A Favor de Gramsci; tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens da “comissão Rondon”. São Paulo: Educ, 1998.
- MACIEL, Laura. “Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa - 1880-1920”. In: Déa Fenelon, Laura Maciel, Paulo Almeida e Yara Khoury (orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, maio/2004.
- MARIANO, Agnes. **A Invenção da Baianidade**. São Paulo: Annablume, 2009.
- MARIANI, Bethania. **O PCB e a Imprensa**. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Unicamp, 1998.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações**: Comunicação, cultura e hegemonia. Prefácio: Néstor Canclini. Tradução: Ronaldo Polito e Sérgio Alcides. 2a edição. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 2003.
- MARTINS, Paulo Henrique. “O Nordeste e a Questão Regional: os Equívocos do Debate”. In: SILVA, Marcos (org). **República em Migalhas. História Regional e Local**. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**: A formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MATTOS, Maria Izilda. “A Invenção da Paulistanidade: ‘Da cidade que mais cresce no mundo’ a ‘Um só coração’ (São Paulo - 1954 e 2004)”. A Cidade, a noite e o cronista: São Paulo e Adoniran Barbosa. Bauru-SP: EDUSC, 2007, pp. 71-89.
- MELO, Evaldo Cabral. **O Norte Agrário e o Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais / Projetos Globais**: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Mito e discurso político**: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994. Campinas/SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Imprensa Oficial. 2000.
- MIGUEZ, Íris Carolina Lopes de Souza. **Arranjos Combinatórios**: A Charge nos Estratagemas de Construção da Identidade do Jornal. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Simiótica. PUC-SP, 2003.
- MOTTA, Luiz Gonzaga (org). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial. 2002
- _____. “Ideologia e processo de seleção de notícias”. In _____. **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora UnB e Imprensa Oficial do Estado. 2002, pp. 125-148.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes. 2a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco. A questão regional: a hegemonia inacabada. São Paulo: **Estudos Avançados**. vol. 7, nº 18, 1993.
- OLIVEIRA, Francisco. “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: totalitarismo neoliberal” in: OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia (org). **Os sentidos da**

- democracia.** Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes e Brasília: NEDIC, 1999, pp. 55-81.
- OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo:** a diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.
- OLIVEN, Ruben George. “Nação e região na identidade brasileira”. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (org.) **Região e nação na América Latina.** Brasília: Ed. UnB, 2000.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. “A trajetória do Norte: uma tentativa de Ascenso político”. In: GOMES, Ângela Maria Castro. **Regionalismo e Centralização Política:** Partidos e Constituinte nos Anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, pp. 339-425.
- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil:** entre o povo e a nação. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- PINHO, Osmundo S. de Araújo. **A Bahia no Fundamental:** Notas para uma interpretação Ideológica da Baianidade. Rev. Brás. Ci. Soc. Vol. 13 n° 36. São Paulo Feb. 1998.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgardo (org.) **A Colonialidade do Saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas; tradução: Julio César Cesarin Barroso Silva. Buenos Aires: Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2005.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.
- PRADO, Maria Lígia. **Formações das Nações Latino-Americanas.** São Paulo: Atual, Campinas: Ed. UNICAMP, 1986.
- RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento.** Política e Filosofia; Tradução: Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- REIS, Elisa P. **O Estado nacional como Ideologia:** O caso brasileiro. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n° 2, 1988.
- REIS, José Carlos. “Civilização Brasileira e Otimismo Ultraconservador (trágico): Oliveira Vianna e a via autoritária da integração do Brasil à civilização ocidental”. As identidades do Brasil 2. De Calmon a Bonfim. A favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 123-179.
- LECLERC, Gérard. **Sociologia dos Intelectuais.** Tradução: Paulo Neves. São Leopoldo-RS: Ed. Unisinos, 2004.
- SADER, Emir e GENTILLI, Pablo (org.) **Pós-neoliberalismo:** As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995
- SAID, Edward. **Representações do intelectual:** as Conferências Heit de 1993. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do Riso:** a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **As diferenças no Território.** O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 4a edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.
- SARLO, Beatriz. “Um olhar político: em defesa do partidarismo da arte”. In: **Paisagens imaginárias:** intelectuais, arte e meios de comunicação. Trad. Rubia Prates Goldoni e Sergio Molina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, pp. 55-63.
- SEYFERTH, Giralda. “Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão migratória no Brasil”. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (org.) **Região e Nação na América Latina.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão.** Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2a edição. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- SILVA, Marcos (org.) **República em Migalhas. História Regional e Local.** São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990.
- SILVA, Eduardo. **As Queixas do Povo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino:** existência e consciência da desigualdade social. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

- STEINBERG, Jonathan. **O historiador e a questione della lingua na Itália**. In: BURKE, Peter e POTER, Roy (orgs). História social da linguagem. São Paulo: UNESP, 1997. pp. 135-248.
- VIEIRA, Rosa Maria. **Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964)**. São Paulo: Educ, 2007.
- VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato** (um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento). 2ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1974.
- VELLOSO, Monica Pimenta. "Comê, Morá? Descobrimento, comemoração e nacionalidade nas revistas humorísticas ilustradas" In: **Projeto História**. Sentidos da comemoração. São Paulo, n° 20, 2000, pp. 129-151.
- TORRES, Alberto. **O problema Nacional Brasileiro: introdução a um programa de organização nacional**. 4a edição. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar. 1979.
- WOZNIAK-GIMÉNEZ, Andréa Beatriz. **A identidade paranista e as estratégias de manutenção de poder das elites tradicionais paranaenses**. Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR, “Patrimônio Histórico no Século XXI”. Jacarezinho, 21 a 24 de maio de 2008.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)